Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Geografia Humana

LÉA LAMEIRINHAS MALINA

A territorialização do monopólio
no setor celulístico-papeleiro:
a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia

Versão Corrigida

São Paulo
2013

LÉA LAMEIRINHAS MALINA

A territorialização do monopólio
no setor celulístico-papeleiro:
a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

* Esta é uma versão corrigida, o exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica):

“De Acordo”: _____

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: MALINA, Léa Lameirinhas.

Título: A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha mãe e ao meu pai (in memoriam) por me mostrarem o prazer em aprender, e me ensinar que o conhecimento adquirido é uma das poucas coisas impossíveis de se perderem ou de serem tiradas de nós ao longo da vida.

Ao Anuar, por todo o apoio, amor, carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Ari, por todo o apoio e confiança durante a pesquisa. Por todos os ensinamentos nas conversas, e sabedoria nas análises e no uso das palavras. Um forte agradecimento, cheio de respeito, carinho e admiração.

Aos meus pais (Margarida e Salomão), minha avó (Sara), meu irmão (Pedro – além de tudo, obrigada pela tradução do resumo!!)), minha cunhada (Tarcila), ao pequeno Yuri, aos meus tios (Cris e Luis) e à Juju, pelo apoio e por sempre acreditarem em mim! Não tenho como descrever o quanto vocês são importantes para mim.

À Larissa Bombardi, pela possibilidade de monitoria no PAE e pelas caronas com conversas deliciosas! E pelas importantes considerações na banca de qualificação. À Professora Monica Arroyo, pela leitura atenta e carinhosa da qualificação, que rendeu muita ajuda para a construção da dissertação.

Às professoras Eliane T. Paulino e Marta I. M. Marques, pela leitura generosa do texto, pelas importantes contribuições e pelas férteis reflexões apresentadas nas suas arguições durante a banca de defesa da dissertação.

À todos os entrevistados e às pessoas que conversaram comigo durante os trabalhos de campo, pela disponibilidade em dialogar e compartilhar suas experiências. Especialmente, ao pessoal do Cepedes – um agradecimento especial à superdisponibilidade da Aline – e principalmente à Ivonete, mulher forte e decidida, pela sabedoria, solidariedade e pela acolhida em Eunápolis. Espero que a dissertação consiga contribuir um pouquinho com o trabalho de vocês, que é tão importante!!! Ao Zuza e ao Jheyds, do MLT, pela acolhida e luta admiráveis no Baixa Verde!

Ao Betinho, ao Cornélio, à Bela, ao Ed, à Karina e ao Fábio, por abrirem suas casas e por toda a ajuda em Eunápolis em julho e agosto de 2012. Meus profundos e sinceros agradecimentos!!

Um agradecimento mais que especial ao André Baldraia, pelo carinho, confiança e disposição em ajudar. Sem a disponibilidade do seu carro nas duas vezes em que fui fazer trabalho de campo, com certeza o trabalho seria ainda mais insuficiente. Valeu mesmo!!!

À todos os que participam ou participaram de algum grupo de estudos comigo, desde a graduação: o grupo de geografia e anarquismo; o grupo de leitura da Seção da Renda da Terra no Labur, com a Prof^a. Ana Fani; o grupo do Caio Prado, e especialmente à abertura e

acolhimento da Bel!!; o grupo de trabalho de campo da AGB-SP; e especialmente ao “grupinho”, que já foi de tantas coisas, e hoje se dedica à leitura d’**O Capital**.

À todos que participam ou participaram de coletivos e grupos que marcaram minha formação acadêmica e política, no movimento estudantil, nas reuniões dos estudantes da pós-graduação em geografia humana; no Cursinho da Psico; na Semana de Geografia; no Eparreh, entre outros, e especialmente a todos que estiveram na AGB em diversos momentos. Nossas discussões sempre foram muito importantes pra mim!

A duas amigas de longa data, por todas as conversas e incentivos: Nara e Anne, vocês são sempre fundamentais!!

Aos amigos e amigas tão queridxs que fiz ao longo desse percurso na universidade, com quem aprendi sobre geografia, construção do conhecimento, crítica, AGB, pós-graduação, diversidade, enfim, sobre a vida. Cito alguns, com a consciência de que provavelmente estarei sendo injusta com outrxs. Camila, pelas conversas e por ter aberto possibilidades, agora, para atividades futuras. Carol, mulher e mãe tão sábia, por ser sempre tão generosa comigo (!) e por ter topado fazer a revisão do texto, mesmo num prazo tão apertado, com tanta qualidade e delicadeza. Carolzinha, mesmo não tão perto, sua presença sempre me faz bem!! Daniel e Karen, pela simplicidade e ternura com que tratam xs amigxs, sempre dispostos a ajudar. Elisa, pelo carinho e disposição em ajudar, pelo respeito enorme pelx outrx. Fernanda, flor, querida, por todas as conversas regadas à cerveja ou café; acho que você nem sabe como foi importante nos últimos tempos para me ajudar a ter forças para terminar a dissertação, em meio a várias frustrações!! Guará, pelo persistente “grupinho”, que resiste a diferentes fases de nossas vidas e “vontades” intelectuais; aprendo muito com você, nossas conversas também são muito importantes para mim, e muito obrigada pela leitura e sugestões de parte da dissertação! À Irene, porque sua solidariedade com todxs xs que dela precisam é impressionante; pela pronta disposição em me ajudar no trabalho e com o pessoal do Baixa Verde; te admiro demais, flor!! Joãozinho, querido, pelo apoio e dedicação em se manter presente, mesmo com a vida tão corrida, sua amizade é super importante pra mim!! Ju Bruce, porque você é mais forte do que eu posso me imaginar um dia, por toda a generosidade nas reflexões e conversas, meu carinho por você é gigante!; e valeu a ajuda com os gráficos!! Júnior, pela generosidade intelectual, por gostar tanto de partilhar, fica minha admiração por você. Maíra, querida, não tenho palavras para descrever o quando sua vivacidade, persistência e alegria me ensinam, você é muito especial para mim!!! Nat, que chegou mais recentemente, mas faz ótimos “estragos” por onde passa; valeu pelo apoio, e pela leitura da qualificação! Paulão, agora homem tão trabalhador (!), pela insistência gostosa para as pessoas realizarem

coisas. Pedrinho, pelos abraços deliciosos em horas tão necessárias, pelo jeitinho especial com que lida com a universidade e com o conhecimento; você me ensina muito! Renatinha, querida, você sempre me ensinou muito, pelas dúvidas e anseios tão pertinentes em relação à geografia e à vida; obrigada pelas conversas e acalento, flor!! Ramone, pela disposição com todas as “contextualizações históricas” e conhecimentos gerais que trouxe para o grupo d’**O Capital**. Tarzan e Tiaguinho, por todas as conversas sobre a AGB, política, e tantas outras, vocês dois sempre me instigam a pensar mais sobre nossas práticas. Valeu!!! (E obrigada pela ajuda com os mapas, Tarzan!!)

Além desses, queria deixar um muito obrigada também a outras pessoas que, mesmo não tão de perto durante o mestrado (desculpa aí quem eu estiver esquecendo!), sempre me ajudaram e compartilharam de alguma forma a construção da dissertação: Alê; Aline; Américo; Anaclara; Caio; Camilinha; César; Danee; Diogo; Giba; Jack; Joãozão; Julia B.; Kauê; Marcela; Maricota; Mendel; Lucas; Nat Pezatto; Paulinha; Paulo Henrique; Sandra; Sávio; Teresa.

Ao CNPq, pelo auxílio concedido para a realização da pesquisa.

Por último, ao Anuar: não tenho como expressar em palavras o quanto você é importante para mim! Por toda a ajuda nos trabalhos de campo, no cotidiano de leituras e de escrita, pela tranquilidade e apoio durante todo esse tempo, e por topar dividir a cama, a cozinha, o humor e a vida. Obrigada!!

*Mas uma coisa é o que se quer e outra
é o que se consegue. E a clareza a que nos propomos é algo
tão subterrâneo que só chegamos a tê-la quando
já estamos
em pleno processo de modificação.*

Carlos Scliar

*Nem mesmo do alto das lombadas se vislumbrava o fim do alambrado. Avançava que
avançava. Morros, pastagens, fotos, barrocas, lagoas, ia engolindo tudo. Na segunda-feira,
às quatro, devorou o morro Chucho. A planície ficou dividida. A Cerca fechou o pasto.
Povoações que antes ficavam a uma hora de viagem, agora distavam cinco. Para chegar a
Huayllay, antes coisa de uma hora, era preciso uma jornada. [...] Já ninguém ria da Cerca.*

Manuel Scorza (Bom Dia para os Defuntos)

RESUMO

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 358 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A pesquisa objetivou verificar de que modo se dá a *territorialização do monopólio* (OLIVEIRA, 1999; 2001a; 2004; 2007a) gerada pela produção de celulose e papel a partir da plantação de extensas áreas de eucaliptos no Brasil. Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de celulose de mercado de fibra curta (originada do eucalipto), e a Bahia, o estado com maior área ocupada com essa cultura para esse fim. A análise partiu do entendimento da reposição de um capitalismo rentista (MARTINS, 1994) no país, processo imbricado à manutenção de uma aliança de classes entre proprietários fundiários e capitalistas, que mantém uma estrutura fundiária extremamente desigual em função da *corrida* pela renda fundiária, assim trazendo, inelutavelmente, a face violenta e conflitiva do campo. Esses processos ganham novas mediações a partir das décadas de 1960 e 1970, com a modernização da agricultura e, em especial, pela nova roupagem na qual se reveste o latifúndio no país em tempos de mundialização do capital, qual seja, o agronegócio (ALMEIDA, 2008). Nessa perspectiva, verticalizou-se a análise, a partir da bibliografia consultada e também de dados cartoriais e entrevistas obtidos em trabalho de campo, no *lugar* ocupado pelo Extremo Sul da Bahia na divisão territorial do trabalho, pela especialização da produção, e em como vêm se dando os arranjos territoriais e as mudanças e permanências na estrutura fundiária nessa parcela do território, a partir da implementação da Veracel Celulose. Essa empresa, entendida aqui como produtora e produto da *territorialização do monopólio*, detém a hegemonia da propriedade privada da terra e da produção no campo – e na política econômica – da região. Além disso, nesse contexto, torna-se disparadora de diversos conflitos por terra e território no Extremo Sul da Bahia, e os aprofunda.

Palavras-chave: Território. Territorialização do monopólio. Veracel Celulose. Papel e Celulose.

ABSTRACT

MALINA, Léa Lameirinhas. **The territorialization process of monopoly in the cellulose and paper field:** the acting of Veracel Celulose in the Extreme South of Bahia. 2013. 358 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The research aimed to verify how the territorialization process of monopoly happens (OLIVEIRA, 1999; 2001a; 2004; 2007a) generated by the cellulose and paper production through large areas of eucalyptus plantations in Brazil. Currently, Brazil is the world's biggest producer of market cellulose of short fiber (made of eucalyptus), and Bahia, the state with the largest area occupied with eucalyptus for this end. The analysis started on the understanding of a reposition of a rent capitalism (MARTINS, 1994) in the country, process imbricated to the maintenance of a class alliance between landowners and capitalists, that keep the agrarian structure extremely unequal because of a *race* for the ground rent, therefore, bringing, ineluctably, the violent and conflictive side of the countryside. These processes get new dimensions since the 1960 and 1970 decades, with agriculture modernization and, specially, through the new clothing that the country land properties wear during times of capital globalization, which is the agribusiness (ALMEIDA, 2008). In this perspective, the analysis was vertical, starting on the consulted bibliography and, also, notary data and interviews obtained on field work, in the *place* occupied by the extreme south of Bahia on the territorial division of labor, by the production specialization, and how it is happening on the territorial arrangements, changes and continuities on the agrarian structure in this part of the territory, since de implementation of Veracel Celulose. This company, understood here as a producer and a product of the *territorialization process of monopoly*, has the hegemony of private land and rural production – and in the economic policies – of the region. Besides, in this context, it becomes the starter of many land and territory conflicts in the extreme south of Bahia, and deepens them.

Key-words: Territory. Territorialization process of monopoly. Veracel Celulose. Paper and Cellulose.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Fábrica da Veracel Celulose e entorno.....	58
Foto 2 – <i>Outdoor</i> da Aracruz Celulose, na cidade de Aracruz.....	160
Foto 3 – Terminal Marítimo da Veracel Celulose visto da praia.	206
Foto 4 – Caminhões carregados de celulose chegando ao Terminal Marítimo da Veracel (ao fundo) e homens trabalhando, fazendo a <i>draga</i> da areia, para desassorear o terminal.	207
Foto 5 – Colheita de eucalipto, próximo à Ponto Central	209
Foto 6 – Colheita de eucalipto em área da Veracel Celulose, próximo à fábrica.....	210
Foto 7 – Funcionários terceirizados realizando plantio de eucalipto	210
Foto 8 – Caminhões de madeira chegando à fábrica da Veracel Celulose.....	211
Foto 9 – Caminhão descarregando madeira no pátio da fábrica.....	211
Foto 10 – Fábrica da Veracel Celulose vista da estrada.	214
Foto 11 – <i>Comunidade</i> d’Os Parentes (Município de Santa Cruz Cabrália).....	270
Foto 12 – Eucaliptal próximo à <i>comunidade</i> d’Os Parentes	271
Foto 13 – Estrada próxima à comunidade d’Os Parentes	271
Foto 14 – Empreiteira da Veracel retirando talhão de eucalipto em área de Reserva Legal (RL) da propriedade <i>fomentada</i> de Arnold Prado	286
Foto 15 – Empreiteira da Veracel retirando talhão de eucalipto em área de Reserva Legal (RL) da propriedade <i>fomentada</i> de Arnold Prado	286
Foto 16 – Eucaliptais próximo à fábrica da Veracel	295
Foto 17 – Acampamento Margarida Alves	298
Foto 18 – Acampamento Margarida Alves	298
Foto 19 – Acampamento 25, visto da BR-101	298
Foto 20 – Acampamento 25	299

Foto 21 – Acampamento 25	299
Foto 22 – Caminho de Ponto Central para o acampamento Maravilha II	300
Foto 23 – Roça no acampamento Maravilha II	301
Foto 24 – Acampamento Baixa Verde visto da estrada	302
Foto 25 – Plantação de melancia no acampamento Baixa Verde.....	303
Foto 26 – Plantação de abóbora e milho no acampamento Baixa Verde; eucaliptal ao fundo	306
Foto 27 – Acampados do Baixa Verde plantando mandioca em área coletiva	307
Foto 28 – De dentro de um barraco de um acampado, vista da plantação diversificada em seu entorno; eucaliptais ao fundo.....	307
Foto 29 – Roça de abacaxi e milho no acampamento Baixa Verde; eucaliptais ao fundo.....	307
Foto 30 – Farinheira comunitária em Ponto Maneca, Eunápolis	309
Foto 31 – Farinheira comunitária em Ponto Maneca, Eunápolis	309
Foto 32 – Vilarejo de Ponto Central, município de Santa Cruz Cabrália.....	317
Foto 33 – Área do Projeto Agrovida em Ponto Central	317
Foto 34 – Eucaliptais vistos da estrada, no caminho para União Baiana, município de Itagimirim	318
Foto 35 – Vilarejo de União Baiana	318
Gráfico 1 – Produção de celulose de origem madeireira (2000-2011).....	108
Gráfico 2 – Crescimento da produção de celulose de origem madeireira (2000-2011).....	109
Gráfico 3 – Exportações de celulose de origem madeireira (1997-2010)	110
Gráfico 4 – Crescimento das exportações de celulose de origem madeireira (1997-2010) ...	110
Gráfico 5 – Custos unitários de produção de celulose – US\$/t (2009).....	112

Ilustração 1 – Matrícula nº 5.322, referente ao imóvel Fazenda Sapucaia, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 30 de julho de 1997.	227
Ilustração 2 – Matrícula nº 5.323, referente ao imóvel Sítio Esperança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 30 de julho de 1997.	228
Ilustração 3 – Matrícula nº 5.345, referente ao imóvel Fazenda Santa Helena, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 21 de agosto de 1997.....	229
Ilustração 4 – Matrícula nº 5.940, referente ao imóvel Fazenda Boa Paz, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 18 de fevereiro de 1999.....	235
Ilustração 5 – Matrícula nº 5.182, referente ao imóvel Fazenda Deus Amor, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 2 de abril de 1997.....	235
Ilustração 6 – Matrícula nº 5.702, referente ao imóvel Fazenda MY, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 10 de julho de 1998.	236
Ilustração 7 – Matrícula nº 5.885, referente ao imóvel Fazenda Pedrosa, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 10 de dezembro de 1998.....	236
Ilustração 8 – Matrícula nº 5.775, referente ao imóvel Fazenda Providência, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 16 de setembro de 1998.....	237
Ilustração 9 – Matrícula nº 5.991, referente ao imóvel Fazenda São Caetano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 5 de abril de 1999.....	238
Ilustração 10 – Matrícula nº 5.889, referente ao imóvel Fazenda Aliança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 10 de dezembro de 1998.....	238
Ilustração 11 – Matrícula nº 5.217, referente ao imóvel Fazenda São Paulo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 8 de maio de 1997.	239
Ilustração 12 – Matrícula nº 5.920, referente ao imóvel Conjunto Bom Futuro, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 14 de janeiro de 1999.	239
Ilustração 13 – Matrícula nº 1.121, referente ao imóvel Dois Jota, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 23 de maio de 1990.	240
Ilustração 14 – Matrícula nº 5.993, referente ao imóvel Fazenda Beija Flor, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 5 de abril de 1999.....	241
Ilustração 15 – Matrícula nº 6.015, referente ao imóvel Fazenda Belém Córrego do Belém, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 23 de abril de 1999.	241
Ilustração 16 – Matrícula nº 5.938, referente ao imóvel Fazenda Brasilândia, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 11 de fevereiro de 1999.....	242

Ilustração 17 – Matrícula nº 5.992, referente ao imóvel Fazenda Mutum, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 5 de abril de 1999.	243
Ilustração 18 – Matrícula nº 20.124, referente ao imóvel Fazenda Nova Esperança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 12 de maio de 1999. .	243
Ilustração 19 – Matrícula nº 20.766, referente ao imóvel Fazenda Aliança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 22 de fevereiro de 2000.	244
Ilustração 20 – Matrícula nº 19.747, referente ao imóvel Fazenda Cinco Irmãos, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 29 de dezembro de 1998.	245
Ilustração 21 – Matrícula nº 20.772, referente ao imóvel Fazenda Corrida B, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 24 de fevereiro de 2000.	245
Ilustração 22 – Matrícula nº 19.335, referente ao imóvel Fazenda Rancho Rio do Norte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 17 de julho de 1998.	246
Ilustração 23 – Matrícula nº 20.622, referente ao imóvel Fazenda São Gabriel, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 25 de novembro de 1999.	246
Ilustração 24 – Matrícula nº 18.599, referente ao imóvel Fazenda Sucupira, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 1º de julho de 1997.....	247
Ilustração 25 – Matrícula nº 20.122, referente ao imóvel Fazenda Tapera, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 12 de maio de 1999.	248
Ilustração 26 – Matrícula nº 19.987, referente ao imóvel Fazenda Baião, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de abril de 1999.....	248
Ilustração 27 – Matrícula nº 19.993, referente ao imóvel Fazenda Castanhal, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de abril de 1999.....	249
Ilustração 28 – Matrícula nº 19.740, referente ao imóvel Fazenda Bom Retiro, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 29 de dezembro de 1998.	249
Ilustração 29 – Matrícula nº 19.748, referente ao imóvel Fazenda Conjunto Mira Norte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 30 de dezembro de 1998.....	250
Ilustração 30 – Matrícula nº 19.786, referente ao imóvel Fazenda Carmo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 14 de janeiro de 1999.	251

Ilustração 31 – Matrícula nº 19.992, referente ao imóvel Fazenda Mugiana B, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de abril de 1999.	251
Ilustração 32 – Matrícula nº 19.785, referente ao imóvel Fazenda Bagaço A, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 14 de janeiro de 1999. ...	252
Ilustração 33 – Matrícula nº 20.771, referente ao imóvel Fazenda Nova Floresta, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 24 de fevereiro de 2000. ...	252
Ilustração 34 – Matrícula nº 20.126, referente ao imóvel Fazenda Vista Alegre, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de maio de 1999.	253
Ilustração 35 – Matrícula nº 4.923, referente ao imóvel Fazenda Bela Flor, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 24 de julho de 1996.	254
Ilustração 36 – Matrícula nº 19.548, referente ao imóvel Fazenda Quatro Rios, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 1º de outubro de 1998. ..	255
Mapa 1 – Áreas de plantio de eucalipto da Veracel Celulose	59
Mapa 2 – Extremo Sul da Bahia.....	170
Mapa 3 – Municípios onde a Veracel Celulose tem plantações de eucalipto.....	197
Mapa 4 – Municípios onde haverá plantios da Veracel Celulose após a expansão da fábrica	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área florestada e reflorestada no Brasil (1967-1987).....	83
Tabela 2 – Produção de celulose no Brasil (1950-1988).....	94
Tabela 3 – Área de florestamento e reflorestamento no Brasil (1967-1988)	94
Tabela 4 – Maiores empresas mundiais de papel e celulose, conforme volume de vendas (2007)	102
Tabela 5 – Produção mundial de papel e celulose (2010)	107
Tabela 6 – Áreas de florestas plantadas no mundo (2010).....	107
Tabela 7 – Comparação da rotação e rendimento – espécies/celulose de fibra curta.....	113
Tabela 8 – Maiores empresas do setor de papel e celulose no Brasil – quesito vendas líquidas (2011) ¹	123
Tabela 9 – Área consolidada de plantios de eucaliptos e <i>pinus</i> – ha (2005-2011).....	127
Tabela 10 – Distribuição por estado das plantações de árvores para produção de papel e celulose no Brasil (2011).....	128
Tabela 11 – Evolução estimada da capacidade instalada do setor de papel e celulose – milhões de toneladas (2010-2020)	132
Tabela 12 – Área plantada no Brasil (ha) – lavouras temporárias (seleção dos plantios com mais de um milhão de hectares) (2007–2011).....	133
Tabela 13 – Área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, por grupos de atividades econômicas – ha (2006).....	133
Tabela 14 – Produtos selecionados do agronegócio – exportações x área plantada (2011)...	135
Tabela 15 – Distribuição das áreas da Florestas Rio Doce (FRD) (1984)	193
Tabela 16 – Percentual de plantios de eucalipto da Veracel Celulose, por município.....	205
Tabela 17 – Distribuição dos plantios previstos para a ampliação da fábrica da Veracel.....	217
Tabela 18 – Imóveis permutados entre a Florestas Rio Doce (FRD) e a Veracruz Florestal em 1992	221

Tabela 19 – Propriedades permutadas entre a Florestas Rio Doce (FRD) e a Veracruz Florestal nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro	225
Tabela 20 – Aquisições de terras da Veracel Celulose: município de Eunápolis.....	231
Tabela 21 – Aquisições de terras da Veracel Celulose: município de Porto Seguro.....	232
Tabela 22 – Aquisições e vendas de propriedades da Veracel Celulose em Eunápolis	233
Tabela 23 – Aquisições e vendas de propriedades da Veracel Celulose em Porto Seguro	234
Tabela 24 – Área (ha) das propriedades da Veracel Celulose segundo categoria fundiária e áreas (ha) improdutivas por município (2003)	258
Tabela 25 – Área total da Veracel Celulose por município – ha (2003)	258
Tabela 26 – Utilização das terras (1975-2006) - síntese dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose	261
Tabela 27 – Condição legal do produtor (1975-2006) - síntese dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose	262
Tabela 28 – Área (ha) e estabelecimentos por grupos de área (1975-2006) – síntese dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose.....	263
Tabela 29 – Áreas de fomento da Veracel Celulose, por município (ha).....	281
Tabela 30 – Acampamentos do MST em terras reivindicadas pela Veracel (2012)	297
Tabela 31 – Situação jurídica da propriedade da terra – Baixa Verde	305

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
Abraf	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ACP	Ação Civil Pública
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
Ageflor	Associação Gaúcha de Empresas Florestais
Agrocil	Agropastoril Santa Cecília Ltda.
AGU	Advocacia-Geral da União
ALL	América Latina Logística
AM	Amazonas
ANFPC	Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose
AP	Amapá
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARFLO	Aracruz Florestal S/A
ARCEL	Aracruz Celulose S/A
Aspex	Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia
Assoesba	Associação de Operadores de Máquinas Mecanizadas do Estado da Bahia
BA	Bahia
BRALANDA	Brasil Holanda Indústria S.A.
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.

BNI	Banco Nórdico de Investimento
BPM	Bahia Produtos de Madeira
Bracelpa	Associação Brasileira de Celulose e Papel
BSC	Bahia Specialty Cellulose
BSC	Bahia Sul Celulose
CAF	Companhia Agrícola e Florestal
Capes	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATG	Comissão de Articulação Tupiniquim e Guarani
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CE	Ceará
Ceas	Centro de Estudos e Ação Social
Celpag	Celulose e Papel Guatapará
Cenibra	Celulose Nipo-Brasileira S/A
Cepec	Centro de Pesquisas do Cacau
Cepedes	Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
Ceplac	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Cepram	Conselho Estadual de Meio Ambiente
Cerflor	Programa Brasileiro de Certificação Florestal
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste
CGU	Controladoria-Geral da União
Cia. Paulista	Companhia Paulista de Estradas de Ferro
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofavi	Companhia de Ferro e Aço de Vitória
Conaflor	Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas
Conpacel	Consórcio Paulista de Papel e Celulose
Copener	Copene Energética S.A.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DG	Departamento de Geografia
DIT	divisão internacional do trabalho
Docemade	Rio Doce Madeira S.A.
DOU	Diário Oficial da União
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
Ecotec	Economia e Engenharia Industrial S.A.
EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
ES	Espírito Santo
FAO	Food and Agriculture Organization
Faz.	Fazenda
Fepam	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
Fetag-BA	Federação dos Trabalhadores da Agricultura – Bahia
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Fidene	Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste
FIP	Fundo de Investimentos em Participações
FISSET	Fundos de Investimento Setoriais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Ferrovia Norte-Sul
Flonibra	Florestal Nipo-Brasileira
FRD	Florestas Rio Doce
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funcef	Fundação dos Economiários Federais
GO	Goiás
GT	Grupo Técnico
ha	hectare
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
IFC	International Finance Corporation
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IMA	Instituto do Meio Ambiente da Bahia
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (antigo IMA)
IP	Internacional Paper
Iter	Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
JBP	Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development CO.
MA	Maranhão

MDPA	Movimento de Defesa dos Pequenos Agricultores
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MP	Ministério Público
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPC	Movimento Paz no Campo
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
ONG	organização não governamental
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PE	Pernambuco
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
Petros	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PFF	Programa de Fomento Florestal
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pastoral da Juventude
Plantar	Planejamento, Técnica e Administração de Atividades Rurais Ltda.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNMP	Parque Nacional do Monte Pascoal
PNPC	Programa Nacional de Papel e Celulose
PPA	Plano Plurianual
PPF	Programa Produtor Florestal
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Paraná
PR	Partido da República
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Propflora	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
RJ	Rio de Janeiro
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial
SC	Santa Catarina
SCP	Sociedades em Conta de Participação
Seagri	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SP	São Paulo
SPI	Serviço de Proteção ao Índio

Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eunápolis
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
t	tonelada
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TGI	Trabalho de Graduação Individual
TI	Terra Indígena
TMB	Terminal Marítimo de Barcaças
TO	Tocantins
UDR	União Democrática Ruralista
USP	Universidade de São Paulo
VCP	Votorantim Celulose e Papel
WRM	Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	27
1 INTRODUÇÃO.....	30
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENDA DA TERRA E O CAPITALISMO RENTISTA BRASILEIRO	38
2.1 APONTAMENTOS SOBRE A RENDA FUNDIÁRIA SOB O CAPITALISMO	38
2.2 NOTAS SOBRE ALGUMAS ESPECIFICIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	49
3 A ORIGEM DOS GRANDES MACIÇOS DE ÁRVORES PLANTADAS DO BRASIL: A POLÍTICA <i>FLORESTAL</i> ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980.....	68
3.1 A ORIGEM DAS PLANTAÇÕES HOMOGÊNEAS DE ÁRVORES NO BRASIL.....	69
3.2 AS POLÍTICAS FLORESTAIS NO BRASIL ENTRE 1966 E 1987	71
4 O SETOR DE PAPEL E CELULOSE SOB A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: DÉCADAS DE 1990 E 2000	96
4.1 PANORAMA DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE SOB A MUNDIALIZAÇÃO	99
4.1.1 Mudança na localização das indústrias de pasta de celulose.....	104
4.2 O BRASIL NO CONTEXTO DO SETOR MUNDIAL DE PAPEL E CELULOSE	115
4.2.1 Das políticas para o setor de papel e celulose ao novo Código Florestal: as pautas do setor no século XXI.....	129
4.3 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO VISTA A PARTIR DAS DUAS MAIORES EMPRESAS DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL: SUZANO PAPEL E CELULOSE E FIBRIA S.A.	142

4.3.1 Suzano Papel e Celulose S.A.....	143
4.3.2 Fibria S.A.....	148
4.3.2.1 Votorantim Papel e Celulose (VCP)	148
4.3.2.2 Aracruz Celulose	152
 5. CONTEXTUALIZANDO O EXTREMO SUL DA BAHIA: DA DESESTRUTURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS À REAFIRMAÇÃO DO CAPITALISMO RENTISTA	 169
5.1 A COLONIZAÇÃO E A DESESTRUTURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	171
5.2 A “INSERÇÃO TARDIA” DO EXTREMO SUL DA BAHIA NA ECONOMIA NACIONAL AGROEXPORTADORA: O CICLO DO CACAU E A RODOVIA BR-101	178
5.3 A CHEGADA DAS PRIMEIRAS “REFLORESTADORAS”: O PAPEL DO ESTADO E A REAFIRMAÇÃO DO CAPITALISMO RENTISTA	182
5.3.1 As primeiras “reflorestadoras” do Extremo Sul da Bahia: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Bralanda	189
5.3.1.1 Bralanda.....	189
5.3.1.2 CVRD	191
 6 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO EFETUADA PELA VERACEL CELULOSE.....	 196
6.1 A IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANTIOS E DO COMPLEXO FABRIL	196
6.1.1 A concessão de licenças ambientais para a Veracel Celulose	198
6.1.2 A localização e construção da fábrica	211
6.1.3 O projeto de expansão da fábrica e dos plantios da Veracel Celulose	215
6.2 A AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA PELA VERACEL CELULOSE: O PROCESSO JURÍDICO-ECONÔMICO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO	218
6.2.1 Mudanças e permanências na estrutura fundiária e uso da terra dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose	257

6.2.2 O Programa Produtor Florestal (PPF) da Veracel Celulose – ou uma forma alternativa de assegurar a hegemonia na produção e no uso do solo pela empresa territorializada.....	272
6.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO VISTA PELO SEU <i>OUTRO</i> : CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NO EXTREMO SUL BAIANO.....	290
6.3.1 O acampamento Baixa Verde	302
5.3.2 A proposta de acordo entre a Veracel, o Incra e os movimentos sociais....	311
6.3.3 Conflitos por território no Extremo Sul da Bahia: permanência e resistência dos Pataxó.....	319
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	326
REFERÊNCIAS	329

APRESENTAÇÃO

A instigação para estudar a expansão da monocultura de eucaliptos para a produção de papel e celulose no Brasil, e em especial a territorialização da Veracel Celulose, localizada no Extremo Sul da Bahia¹, partiu, em primeiro lugar, da minha experiência de pesquisa na graduação, realizada na Universidade de São Paulo (USP), dentro da temática da Geografia Agrária². Essa pesquisa me remeteu ao estudo da questão agrária brasileira, entendendo-a como problemática fundamental, ainda hoje, para apreender as contradições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, já que, entre outras coisas, a estrutura fundiária extremamente desigual existente no país e os conflitos que dela derivam atravessam toda sua história e formação territorial, merecendo assim atenção e análise.

Além disso, um trabalho realizado no Instituto Iandé em 2009, no projeto **Atlas da Terra Brasil**, de mapeamento e análise da estrutura fundiária brasileira entre 1972 e 2003, sob coordenação do Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira, também me colocou questões sobre o estudo – tanto teórica quanto metodologicamente – da Geografia Agrária, na perspectiva de que a análise partindo da propriedade privada da terra é fundamental para a realização de pesquisas nessa área do conhecimento.

Em uma viagem realizada em janeiro de 2009 para o litoral do Extremo Sul da Bahia e Chapada Diamantina (BA), as reflexões gestadas nessas e em outras experiências nesse campo da Geografia instigaram-me a uma pesquisa. Durante a viagem, passei horas e horas em estradas margeadas por plantações de eucaliptos, e ao entrar em uma estrada de terra na zona rural de Eunápolis deparei-me com o imenso complexo industrial da Veracel Celulose, o que me colocou o desafio teórico de entender a constituição daquela paisagem.

¹ A Veracel Celulose, empresa existente desde 1991, é atualmente é uma *joint venture* (associação de empresas, com fins lucrativos, para explorar um negócio sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica) entre a brasileira Fibria (fruto da fusão, em 2009, entre a Votorantim Papel e Celulose e a Aracruz Celulose), atualmente a maior produtora de celulose de fibra curta do mundo e a quarta em capacidade produtiva de celulose, e a sueco-finlandesa Stora Enso, a maior produtora de papel e cartão do mundo e a segunda maior de produtos *florestais*, com 40 complexos industriais. (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 33). A fábrica da Veracel está localizada no município de Eunápolis, e suas plantações abrangem, além de áreas deste município, também dos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Canavieiras, Mascote, Itapebi, Itagimirim, Itabela e Guaratinga, no extremo sul da Bahia.

² A pesquisa foi desenvolvida durante dois anos de Iniciação Científica e gerou o Trabalho de Graduação Individual (TGI) sob o título **O campesinato e as experiências cooperativistas do MST: uma análise da área 4 do Assentamento Fazenda Pirituba II**, defendido em dezembro de 2009, sob orientação da Profa. Dra. Valéria de Marcos.

Para isso, foi fundamental a acolhida do Prof. Ariovaldo como orientador, e assim, durante o mestrado, foram feitas tanto revisões bibliográficas sobre o setor de papel e celulose no Brasil, a questão agrária, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, a Veracel Celulose, entre outras; como dois trabalhos de campo. O primeiro foi realizado em janeiro de 2011, no qual se iniciou uma maior aproximação com a temática estudada, a partir de visitas a órgãos estatais da região, áreas ocupadas por movimentos sociais em conflito com a Veracel, pequenos produtores rurais, e áreas de plantação de eucalipto. E o segundo durante os meses de julho e agosto de 2012, no qual também foram feitas visitas e entrevistas com agentes governamentais, membros de movimentos sociais que lutam pela terra, trabalhadores da Veracel, membros da própria empresa, proprietários que participam do Programa Produtor Florestal (PPF) da Veracel, áreas de plantação, entre outros; além disso, nesse momento foi feito um levantamento cartorial das áreas da Veracel em dois municípios nos quais a empresa atua – Eunápolis e Porto Seguro –, a fim de apurar a compreensão de como se deu a constituição da propriedade da terra pela empresa.

Ainda assim, restaram lacunas na análise dos dados e documentos que só conseguiriam ser respondidas, talvez, com outros trabalhos de campo e pedidos de documentos em cartórios e órgãos públicos. Na impossibilidade de fazê-los, por motivos pessoais e também pelo relativo pouco tempo restante entre o segundo trabalho e campo e o final da pesquisa, exporei essas lacunas (as percebidas) na seção 6 desta dissertação, quando essas análises serão aprofundadas³.

É importante, neste momento, fazer um parêntesis, alertando que o processo de pesquisa gerou, como não poderia deixar de ser, variada gama de problemáticas passíveis de tratamento a partir da verticalização do estudo da empresa Veracel Celulose e desse setor em geral, tais como a reestruturação produtiva alavancada pelas empresas de celulose no Extremo Sul da Bahia e em outros locais, em especial, periféricos da economia brasileira; discussões em torno da questão ambiental derivadas desse tipo de empreendimento, no contexto do chamado “capitalismo verde”; as relações de trabalho nos eucaliptais e a forte presença das

³ Além disso, há que salientar a dificuldade, que não é exclusiva deste trabalho (como demonstram FANZERES, 2005; OLIVEIRA, 2012; SOUZA; OVERBEEK, 2008, entre outros), de obter dados precisos em relação às áreas ocupadas e plantações de árvores em nível municipal, estadual e nacional. Para dar alguns exemplos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga anualmente os dados relativos à produção e valores de madeira em tora cortada, mas não as áreas ocupadas por essas plantações; já nos estudos consultados do estado da Bahia (1998; 2008a), alguns dos dados relativos aos plantios e à área ocupada têm como fonte informações recolhidas com as próprias empresas; e no **Anuário Estatístico** da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF, 2012), que sistematiza dados obtidos tanto junto às empresas quanto junto ao poder público, a margem de erro relativa às informações de áreas de plantios é maior do que 10% na maioria das unidades da federação. Além da relativa falta de dados, entre os que existem há discrepâncias, que serão apontadas ao longo do texto.

“terceirizações” dos empregos ali; a implicação dos projetos sociais promovidos pelas grandes empresas nas *comunidades* do entorno, nas relações entre classes e frações de classe; o aumento e diversificação do consumo de celulose no período de acumulação flexível; entre outros.

Não haveria como dar conta de tudo isso aqui, mas algumas questões, especialmente as colocadas em relevo durante os trabalhos de campo pelos entrevistados, impuseram-me o desafio de tentar definir as relações de maior relevância para alcançar os objetivos iniciais da pesquisa, que às vezes ficam esfumados dentro de tantas possibilidades de perspectivas e olhares, ou mesmo necessitam de uma reelaboração. O objetivo geral apresentado no Projeto de Mestrado elaborado no início do processo de pesquisa era o seguinte: “Entender a dimensão territorial – e suas contradições, inerentes ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção – das transformações e permanências ocorridas no extremo sul da Bahia a partir do aumento da plantação de eucaliptos para a produção de celulose após a chegada da Veracel Celulose, a fim de verificar a ocorrência do processo de territorialização do monopólio pelo capital gestado pela empresa”⁴.

Esse objetivo se manteve pertinente e exigia diversos desdobramentos. Ao mesmo tempo, houve a tentativa de não sufocar outras problematizações que foram se revelando importantes. Considero que o resultado aqui apresentado é fruto, também, da dificuldade justamente de balancear essas questões. Além disso, na perspectiva de contemplar diferentes leituras, fontes e (desejáveis futuros) interlocutores, a escrita acabou se *alongando* em diversos momentos, passando por *caminhos* antes não visualizados, a fim de tentar construir as mediações necessárias às relações que se pretenderam estabelecer.

⁴ Trecho do projeto entregue ao Programa de Geografia Humana do Departamento de Geografia (DG) da USP, a fim de concorrer a bolsa de pesquisa oferecida pela e Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira traz desafios teóricos e empíricos para a análise por diversas problemáticas que apresenta, matizadas tanto pela estrutura fundiária extremamente desigual existente no Brasil desde os tempos da colônia, quanto pelas mudanças recentes na estrutura produtiva em parte do campo do país, a partir da modernização da agricultura.

Entende-se aqui que a questão agrária é posta em movimento no Brasil pela reafirmação de um capitalismo rentista existente no país (MARTINS, 1994), imbricado à manutenção de uma aliança de classes entre proprietários fundiários e capitalistas, que mantém o alto grau de concentração da propriedade da terra em função da *corrida* pela renda fundiária. O *capitalismo rentista* e seus processos correlatos ganham novas mediações justamente com a modernização da agricultura, pela nova roupagem na qual se reveste o latifúndio, qual seja, o agronegócio⁵. (ALMEIDA, 2008)

Atualmente, o agronegócio é a forma de produção agropecuária mais debatida pela mídia, pelo Estado e no universo acadêmico, e muitas vezes é tido como a possibilidade de desenvolvimento do e no campo brasileiro. Ele tem sua gênese no contexto da modernização da agricultura, também conhecida como *revolução verde*, importante marco para entender as mudanças recentes ocorridas na parcela agrária do território no mundo e no Brasil. Esse processo, de tecnificação da agricultura, tem seu início após a Segunda Guerra Mundial, e começa a ser implantado mais intensivamente nas décadas de 1960 e 1970. Com essas mudanças na produção, iniciava-se um novo processo de acumulação/reprodução do capital, no qual a forma industrial de produzir passou a determinar alguns setores da agricultura (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 84).

O mesmo agronegócio que tem exportado nos últimos anos produtos como celulose, soja, carnes, açúcar, algodão, entre outros, faz com que continue sendo necessário – e até em maior quantidade – a importação de alimentos básicos como arroz, feijão, milho, trigo e leite (OLIVEIRA, 2003, p. 122). Isso porque ele se insere na circulação de mercadorias sob a lógica do *capitalismo mundializado* (CHESNAIS, 1996), e releva uma das faces

⁵ O agronegócio é entendido aqui como um processo de produção que engloba três momentos: o primeiro é o da produção agropecuária propriamente dita; o segundo é constituído pelos negócios pré-produção, ou seja, pelos fornecedores do consumo produtivo (máquinas, fertilizantes, agrotóxicos etc.) tanto industriais como comerciais; e o terceiro é o momento da pós-produção, do qual fazem parte a compra do produto agropecuário, seu transporte e beneficiamento, desde os intermediários até o consumidor final (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 75).

contraditórias desse momento de reprodução do capitalismo, na qual *o mercado é o mundo*, e faz com que se exporte para importar e importe-se para exportar (OLIVEIRA, 2003, p. 120). Isso porque o desenvolvimento desigual desse modo de produção gesta relações de trocas desiguais entre países, existentes desde o período das navegações, e que se reproduz, contraditoriamente, a partir das mudanças nas relações de produção ao longo dos últimos séculos.

Mas mesmo com as mudanças ocorridas na produção agropecuária no mundo e no Brasil a partir da segunda metade do século XX – e entendendo que no próprio ato da produção não se modificam somente condições objetivas dessa esfera do capitalismo, mas também se criam novas relações sociais e formas de organização territorial (QUAINI, 2002) – há que se explicitar que o agronegócio no Brasil não difere, essencialmente, do latifúndio, por manter a base rentista de acumulação, com utilização de violência, superexploração do trabalho e do fundo público para reafirmar a eficiência econômica da aliança terra-capital (ALMEIDA, 2008, p. 309).

O latifúndio, configuração territorial existente desde os tempos da colônia, então baseado em relações de trabalho escravistas, já tinha sustentação no modelo agrário-exportador, baseado no tripé monocultura-latifúndio-exportação, antes mesmo de haver um mercado de terras no país.

Hoje, sob nova roupagem, a agricultura hegemônica pelo agronegócio aprofunda a aliança de classes entre capitalistas industriais e proprietários de terras, além de fundir numa mesma pessoa essas duas classes. Ou seja, as elites nacionais tornam-se simultaneamente capitalistas da agricultura e proprietárias de terras, para produzirem mercadorias destinadas ao mercado mundial, subsidiadas em grande medida pelo Estado. “Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial.” (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 148).

Ao mesmo tempo, a produção agropecuária no país é ditada por dois processos contraditórios, a *territorialização do monopólio pelo capital* e a *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 1999; 2004; 2007a, entre outros), que permitem a compreensão da coexistência, na produção agropecuária do país, tanto da produção capitalista – marcadamente de *commodities*, pelo tripé monocultura-latifúndio-exportação –, como da produção não capitalista – marcadamente a camponesa, na qual a renda da terra é, na maioria das vezes, extraída pelo capital comercial e/ou financeiro.

Partindo dessas concepções, faz-se necessário entender a especificidade das formas de uso e exploração do território, a fim de releva a dinâmica de produção e de reprodução ampliada do capital na parcela agrária do território brasileiro a partir dos dois processos citados. Vale frisar que entendemos como caminho frutífero, para isso, a análise das relações sociais – determinadas pelas classes sociais em luta – concretizadas e articuladas com o desenvolvimento histórico que as gestou, a fim de compreender esse processo contraditório e combinado que constrói, destrói, mantém e transforma o território, moldando suas formações (OLIVEIRA, 2004; THOMAZ JÚNIOR, 1988).

“Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes”. (PAULINO, 2008, p. 215) Dessa forma, o desafio é entender os processos que constituem esses arranjos/formações, e que são dinâmicos, não acabados, posto que estão em movimento pela luta de classes e intraclasses. Para Oliveira (2004, p. 40):

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra⁶.

Ou seja, a dinâmica de reprodução ampliada do capital se dá tanto no plano econômico – das relações de produção/distribuição/circulação/consumo – quanto nos planos da organização social, dividida em classes, e ainda nas formações territoriais.

Ao iluminar os processos gestados e aprofundados pela modernização da agricultura, é patente o fortalecimento, contraditório, dos movimentos socioterritoriais e articulações dos camponeses de luta pela terra. Eles se impuseram como novos personagens na política nacional, via ocupações de imóveis improdutivos, terras públicas devolutas e abertura de posses (OLIVEIRA, 2007a; 2009b). “Assim, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito.” (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 153)

Nesse sentido, a questão agrária também diz respeito, no âmbito jurídico-político, à função social da propriedade definida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988):

⁶ “Demais, temos aí reunidas e em confronto as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário de terra” (MARX, 1980, p. 710).

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A legislação brasileira, a partir dessas determinações, prevê não uma legitimação da propriedade como direito absoluto, mas condicionada ao cumprimento dos requisitos legais dos índices de produção, legislação ambiental e trabalhista. Ao mesmo tempo, impossibilita que sejam desapropriados imóveis considerados produtivos, independentemente de seu tamanho, o que foi uma vitória dos ruralistas no debate da Constituinte, os quais também garantiram que a Lei nº 8.629, de 1993, que regulamenta este dispositivo constitucional, só determinasse com indicadores precisos o primeiro critério (aproveitamento racional e adequado) (BRASIL, 1993). Ainda assim, até hoje são usados os índices de produtividade baseados no **Censo Agropecuário** de 1975 (IBGE), que nunca foram revistos, apesar da constante pressão de movimentos sociais para que isso aconteça (OLIVEIRA, 2007a; 2009b; DELGADO, 2010).

O Brasil apresenta uma área de 851 milhões de hectares, dos quais, em 2003, 102 milhões estavam ocupados com unidades de conservação ambiental; 128 milhões com Terras Indígenas (TI); 30 milhões com águas territoriais internas, áreas urbanas, rodovias e posses

passíveis de regularização (até 50 hectares); 420 milhões com imóveis rurais cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e outros 171 milhões de hectares são terras devolutas (áreas públicas não discriminadas), das quais “[...] a grande maioria [está] cercada ilegalmente, particularmente, pelos grandes proprietários” (OLIVEIRA, 2009b, p. 29). Ao mesmo tempo, das grandes propriedades cadastradas no Incra (mais de 15 módulos fiscais) em 2003, 70% ou 120 milhões de hectares eram consideradas improdutivas, seguindo-se os critérios da Lei nº 8.629 de 1993 (OLIVEIRA, 2009b, p. 29-30). Segundo Delgado (2010, p. 105),

Estudos recentes revelaram, com base estatística, dois fenômenos instigantes que dão conta da “magnitude” da questão agrária: a disponibilidade de terra e a demanda por terra. O primeiro fenômeno apresenta indicadores robustos de ociosidade e não cumprimento da função social da propriedade, autodeclarados ou não como “improdutivos”; e um sem-número de situações de irregularidades fundiárias inscritas no imenso campo obscuro das “terras devolutas”. O segundo fenômeno revela indicadores igualmente magnificados de demanda explícita e/ou potencial por terra.

Assim, revela-se que a não realização de uma redistribuição da terra no país passa por outros meandros além da questão jurídica, sendo possível entendê-la, também, como imbricada no pacto tácito e fusão que vigora há décadas no Brasil, entre capitalistas e proprietários fundiários, que se locupletam, principalmente, pela utilização da terra como reserva patrimonial e reserva de valor. Paralelamente, em uma parcela dessas terras é realizada a produção de *commodities*, baseada, como já apontado, no tripé latifúndio-monocultura-exportação.

Nesse contexto, justifica-se pensar, a partir da análise mais específica do setor celulístico-papeleiro – um dos mais pujantes do agronegócio atualmente, baseado em grandes áreas com monoculturas de eucalipto⁷ –, de que modo esse mesmo setor se produz e reproduz no campo no país, quais são suas bases, que permanências e mudanças ele vem gestando, e em especial, o que isso acarreta para a questão agrária, ou seja, como se dá a apropriação de

⁷ Utilizaremos, ao longo do texto, termos como “monocultura de eucalipto”, “monocultura de árvores”, “plantio de árvores” e “grandes maciços homogêneos de árvores” para tratar desta produção, por considerá-la cultura de agronegócio como outra qualquer, que realiza a produção pautada no plantio, e não em uma preocupação ambiental, como os termos “reflorestamento” e “florestas plantadas” podem sugerir. Esses dois últimos termos são utilizados tanto na legislação brasileira como pelas associações que representam os setores de papel e celulose, moveleiro, de carvão vegetal, entre outros que têm como matéria-prima a madeira. Utilizaremos tais termos somente em itálico, quando estivermos discutindo os preceitos legais e reproduzindo discursos que se utilizam deles. Além destas denominações, há ainda os que chamam estas atividades de “silvicultura”. Porém este termo refere-se a povoamento heterogêneo (“silvi”), logo, também não é adequado à monocultura de árvores.

parcelas do território pelo setor em questão e quais *rastros* ele deixa nas porções do território que ocupa no interior da formação social brasileira.

Assim, o estudo da implementação de uma grande empresa do negócio agropecuário de celulose, confrontada com visões críticas a esse processo, pode trazer importantes contribuições para o entendimento das transformações e permanências em curso na parcela agrária do território, e que dizem respeito não somente à agricultura ou ao campesinato, posto que a questão agrária, partindo da centralidade da propriedade privada da terra “[...] segue como elemento substancial do processo de acumulação de capital, daí a sua centralidade na atualidade.” (PAULINO, 2011, p. 116).

A produção de celulose, desde a ditadura militar (momento por excelência da implementação da modernização da agricultura), vem sendo feita, especialmente, por empresas verticalizadas que realizam desde a compra da terra, o plantio, a transformação industrial das toras de madeira e a comercialização do produto final, tudo isso com significativos aportes financeiros do poder público. No Extremo Sul da Bahia, onde as empresas *reflorestadoras* começaram a chegar na década de 1970, segundo o próprio governo do estado (BAHIA, 1998), atualmente são as plantações de eucalipto que vêm causando as maiores transformações.

[...] foram os empreendimentos agroindustriais do ramo da celulose e papel que produziram as maiores modificações nos padrões de organização socioeconômica, de uso do solo e de povoamento regional, em vista dos grandes maciços florestais implantados no norte e no sul da região, em terras antes destinadas à produção agropecuária, inclusive a culturas alimentares. (BAHIA, 1998, p. 5)

Além disso, há indícios de que parte das áreas ocupadas por essas empresas são devolutas, o que vem gestando diversos conflitos, a partir de ocupações de terra por movimentos socioterritoriais, questão que aprofundaremos em relação à Veracel Celulose. Também há indícios de que nem sempre a empresa respeita a legislação ambiental ou segue as normas legais previstas para a ocupação de áreas por empresas estrangeiras – como é o caso da Veracel, a qual consta do cadastro do Incra de grupos não brasileiros que ocupam grandes áreas de alguns municípios no Brasil. Essa são algumas das questões que tentaremos contextualizar e analisar ao longo do texto.

Assim, apresentamos neste trabalho seis *momentos* de aproximação com a temática escolhida para estudo, que se converteram em seções estruturadas a partir de questões que consideramos pertinentes ao estudo da Veracel Celulose, entendendo-a como inserida na totalidade do modo capitalista de produção, o que demanda uma análise multiescalar para o

entendimento de sua atuação, posto que ela está imersa, contraditoriamente refletindo e gestando determinações mais amplas do desenvolvimento – igualmente contraditório, além de desigual e combinado – do capitalismo.

O primeiro *momento* é o de apresentação e introdução da temática a ser abordada nas seções posteriores, e que nesta mesma seção se apresenta.

O segundo *momento* centra a análise em alguns aspectos da propriedade privada e da renda da terra sob o capitalismo, segundo a teoria marxista, e em algumas especificidades da formação social brasileira – ligadas às duas questões apontadas – no interior do modo capitalista de produção. É um momento eminentemente *teórico* do texto, que baseia o entendimento sobre o *objeto* de análise. Nesse momento buscou-se ainda introduzir, nesse contexto, o *lugar* da produção de celulose baseada em grandes monoculturas de eucalipto.

O terceiro *momento* da dissertação é uma reconstrução de parte da história do setor de papel e celulose no Brasil, em especial ao longo do período da ditadura militar no país. Esse é um período importante por estar na gênese das imensas áreas ocupadas por eucaliptos para fins industriais, com importante *papel* do Estado, através de incentivos e outras formas de auxílio. Nesse momento, analisamos também as formas assumidas pela aliança de classes relacionadas a este setor.

O quarto *momento* do texto é um desdobramento do anterior, qual seja, a tentativa de entender as mudanças e permanências das políticas para o setor e seu funcionamento sob o período da mundialização do capital, desviando a atenção, assim, também para o processo de centralização das empresas.

O quinto *momento* é uma contextualização a respeito do Extremo Sul da Bahia, a partir do lugar que essa região ocupou e ocupa na divisão territorial do trabalho, e também apontando como foi a chegada das primeiras *reflorestadoras* a essa parcela do território, que reafirmava o caráter rentista do capitalismo no Brasil.

Por fim, o sexto *momento* é a análise propriamente da Veracel Celulose, a partir da contextualização da sua chegada no Extremo Sul da Bahia e da hegemonização da propriedade da terra, que é também socioeconômica, alcançada pela empresa. Além disso, empreendemos a análise de como se deu a obtenção da propriedade privada pela empresa a partir de dados cartoriais e outras fontes, ou seja, a materialização da territorialização do monopólio do ponto de vista jurídico-político; bem como dos conflitos fundiários gerados e aprofundados a partir de sua implementação.

O que tentamos desenvolver partiu do entendimento de que:

Assim, o rumo só pode ser um. A necessidade da discussão da lógica que preside o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Penetrar em seus segredos, vasculhar suas especificidades, talvez seja um recado antigo mas válido ainda para se chegar a um caminho fértil. (OLIVEIRA, 2001a, p. 17)

Mesmo que por vezes isso torne o texto demasiadamente extensivo, seguindo caminhos muito longos, sentimos a necessidade de expor, em algum nível, o movimento do pensamento na escrita da dissertação, por onde ele vasculhou para que nos fosse possível realizar uma análise do *objeto* inicial de estudo que tentasse levar em consideração os dados, análises, entrevistas etc. implicados, estando além e aquém dos aportes teórico-metodológicos considerados frutíferos para lançar o olhar sobre nosso *objeto*, com a preocupação, também, de não proceder à enunciação de conceitos em detrimento da explicação de processos.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENDA DA TERRA E O CAPITALISMO RENTISTA BRASILEIRO

Parte-se aqui de um referencial teórico-metodológico marxista, que coloca no centro do debate, para entender a parcela agrária do território, a chamada *questão agrária*, relacionada ao acesso à propriedade, à sua função social, ao seu uso e domínio, e, assim, também à estrutura fundiária. Ou seja, é central a análise do *lugar* da propriedade da terra no modo capitalista de produção, assim como a obtenção de parte da mais-valia global pelos proprietários fundiários via renda fundiária. Além disso, partindo de uma leitura geográfica dos processos, são centrais as configurações e reconfigurações do território, a partir de seu controle e uso, pautados na acumulação e reprodução ampliada do capital, o que nos leva a privilegiar as ideias de *territorialização do monopólio* e *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 1999; 2001a; 2004; 2007a, entre outros) no campo brasileiro. Dessa forma conseguimos também apreender o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo, por explicitar as mudanças e permanências na organização territorial gestada pelo capital em seu atual momento, de mundialização – relacionando-as com o desenvolvimento histórico que as gestou.

Por isso consideramos pertinente abordar aqui, mesmo que brevemente, alguns aspectos da renda fundiária sob o capitalismo numa leitura marxista, e em seguida algumas notas sobre a formação de um capitalismo rentista no Brasil, pautado na centralidade que a extração da renda da terra adquire frente ao processo de acumulação.

2.1 APONTAMENTOS SOBRE A RENDA FUNDIÁRIA SOB O CAPITALISMO⁸

Marx (1984; 1985; 1986), ao longo de **O Capital**, utiliza-se de método *recursivo-progressivo* (identificado e aprofundado por diversos autores marxistas, com destaque para Henri Lefebvre), para realizar a reconstrução do *concreto*, entendido como processo de síntese de múltiplas determinações (MARX, 1982, p. 14). Para isso, o autor parte das

⁸ Parte das reflexões expostas nesse item são fruto das leituras, discussões e do trabalho elaborado para a disciplina Estudos sobre o Materialismo Histórico – Uma Leitura de **O Capital**, ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Grespan, no segundo semestre de 2010.

determinações abstratas mais simples para alcançar essa “concreção”, de forma que o que vem depois está pressuposto antes e o contrário também, redefinindo, ao longo da exposição, as formas mais abstratas iniciais apresentadas. (GRESPLAN, 2002, p. 44)

É a partir desse método que se definem os três volumes d’**O Capital** (MARX, 1984; 1985; 1986). No primeiro, o autor parte da mercadoria, forma mais abstrata e geral do modo capitalista de produção, mas que já contém em si as determinações mais complexas do capitalismo, para em seguida chegar ao dinheiro e em sua transformação em capital, e depois discutir o trabalho assalariado e a extração da mais-valia (momento da produção da mais-valia). Ou seja, no livro um investigam-se “[...] os fenômenos que o *processo de produção* capitalista, em si, apresenta, como processo de produção direto, [...]” (MARX, 1986, p. 23, grifo do autor); no livro dois é analisado o momento da circulação, ou seja, as condições de realização da mais-valia, posto que esta complementa o processo de produção direto; e no livro três, o caminho percorrido é o das figurações do capital, seus desenhos formados pela distribuição da mais-valia realizada, e sua apropriação pelos capitalistas e proprietários fundiários, pois ali:

Trata-se muito mais de encontrar e expor as formas concretas que surgem do processo de *movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direta, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como um momento específico. (MARX, 1986, p. 23)

Assim, durante o livro três, o autor percorre o caminho da apropriação do valor e da mais-valia entre as classes sociais, a partir da forma como elas se defrontam, ou seja, pelos seus rendimentos, tais como eles aparecem para os *agentes da produção*: o capital *gera* lucro; a propriedade fundiária *gera* renda; e o trabalho assalariado *gera* salário⁹. Porém, é necessário entender a relação entre as classes para além de sua aparência, desdobrando-se a teoria do valor – fruto do trabalho humano, medido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria – à luz de sua distribuição. (MARX, 1986)

A classe proletária é aquela desprovida dos meios de produção, que por isso vende sua força de trabalho – propriedade que lhe resta – como mercadoria, produzindo valor que se

⁹ Não se pretende aqui aprofundar o conceito de “classe social” ou adentrar em meandros – necessários – desta discussão, como sobre a classe *em si* e *para si*, ou a *consciência de classe*. Apenas se quer apontar que essa discussão relaciona-se com a forma de rendimento dos indivíduos no interior da sociedade, conforme aponta Marx (1986), o que implica o entendimento do lugar que os proprietários fundiários e a renda da terra ocupam no capitalismo.

realiza na troca das mercadorias. Essa classe é explorada, pois gera mais valor do que o que recebe em forma de salário.

Os proprietários dos meios de produção, capitalistas, que formam outra grande classe, são aqueles que se apropriam desse mais-valor (valor não pago ao trabalhador no processo de venda de sua força de trabalho) para transformá-lo em capital¹⁰, ou seja, pô-lo no processo produtivo para novamente gerar mais valor (e aí é preciso considerar todos os momentos da lógica de produção capitalista: produção/distribuição/circulação/consumo) e realizar o objetivo fundante do capitalismo, que é a produção da mais-valia. Fica a pergunta: como se insere a classe de proprietários fundiários e a renda da terra no interior desse entendimento do modo de produção capitalista?

Para respondê-la, é necessário atentar para o momento em que Marx (1986) discute a apropriação da mais-valia global pelo capital industrial, capital comercial, capital a juros e pela renda da terra.

Essa apropriação não é feita segundo a lei de produção do valor, e sim segundo as leis da propriedade: não é quem pôs mais trabalho vivo na produção, mas quem aplicou mais capital total (soma dos capitais constante e variável¹¹), que se apropria de maior parte da mais-valia, calculada pelos capitalistas na forma de *taxa de lucro*.

Mas isso ainda não explica a apropriação de mais-valia pelos proprietários de terras, já que estes recebem parte da mais-valia gerada mesmo sem colocar a terra para produzir, simplesmente pelo fato de serem proprietários (renda da terra absoluta).

Isso só pode ser explicado pelo fato de que, no capitalismo, pode virar mercadoria – e assim, ter preço – tudo o que puder ser apropriado privadamente, mesmo sem ter valor. Marx (1986, p. 137) aponta, na Seção da Renda da Terra, que “Para vender uma coisa, é preciso apenas que seja monopolizável e alienável.” E a terra o é, mesmo nua e sem nenhum trabalho posto ali. Assim, a classe dos proprietários privados se constitui e reproduz cobrando um tributo de toda a sociedade por deter um meio fundamental para a reprodução desta última: a terra. Esse tributo é a renda da terra absoluta.

A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do "pior" solo). Dessa maneira, o lucro extraordinário obtido, ao contrário da

¹⁰ Parte desse mais-valor também é utilizado para a reprodução simples da burguesia, ou seja, para seu consumo de mercadorias.

¹¹ Capital constante é a soma de dinheiro investida na produção sob forma de meios de produção – máquinas, matéria prima etc. Já o capital variável é a soma de dinheiro pago aos trabalhadores sob a forma de salário.

renda da terra diferencial I e II, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim, fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Ou seja, toda a sociedade é obrigada a pagá-lo (este lucro extraordinário chamado renda da terra absoluta) aos proprietários de terras. (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 55)

Assim, é pela possibilidade de se apropriar privadamente de um bem natural – a terra – que não possui valor, pois não é fruto do trabalho, que se realiza a possibilidade histórica da existência da classe de proprietários, a qual se reproduz extraindo a renda da terra¹². Esta é paga aos proprietários fundiários pelo fato de a terra, no modo de produção capitalista, ter se tornado equivalente de mercadoria, e um bem escasso, sobre o qual uma classe tem o monopólio, podendo portanto cobrar um tributo por isso. Segundo Marx (1986, p. 126):

Os juros pelo capital incorporado à terra e as melhorias que ela assim recebe como instrumento de produção podem constituir parte da renda que é paga pelo arrendatário ao dono da terra, mas não constituem a renda fundiária propriamente dita, que é paga pelo uso do solo enquanto tal, quer ele se encontre em estado natural, quer seja cultivado.

Além da renda da terra absoluta, fundada na existência da propriedade privada capitalista, há a renda da terra diferencial I e II, fundadas na diferenciação da produtividade entre as terras cultivadas com determinada cultura. A renda da terra diferencial I pode existir pela diferença de fertilidade ou localização das terras cultivadas; já a renda da terra diferencial II dá-se pelo incremento de capitais na produção, gerando uma diferença de produtividade: ela se realiza pela intensificação da produção dentro de um mesmo terreno, ao contrário da diferencial I, que advém da extensão da produção de determinada cultura em solos diferenciados pela fertilidade natural, ou localizados mais ou menos próximos de vias de circulação e mercados. Como Oliveira, A. (2007a) já atentou, a renda diferencial é extraída do trabalho excedente dos trabalhadores de terras passíveis de obter essa renda, e não da mais-valia global da sociedade.

Há ainda a renda de monopólio, que existe pela particularidade de um produto “especial” em determinada porção do planeta, gerando uma renda que depende do quanto os consumidores desse produto estão dispostos a pagar por ele, já que só pode ser produzido ali.

¹² Paulino (2011, p.114-115, grifo nosso) observa a esse respeito que: “Esse é o detalhe que escapa aos teóricos que seguem analisando a terra como um meio de produção semelhante aos demais, quando na verdade ela é equivalente de capital, dado que aí a riqueza flui por duas vias, a produção, quando há, e a renda, mesmo que não haja. Esse é o seu diferencial, que implica em açambarcamento da riqueza social sem necessariamente nenhuma intervenção direta: **o direito de propriedade é chancela suficiente para o saque.**”

Por isso, a fúria açambarcadora sobre as terras camponesas, indígenas e das demais populações tradicionais em escala planetária.”

Ao contrário, pois, da renda da terra absoluta que de certo modo acaba por ser regulada no mercado em função das pressões sociais, a renda da terra de monopólio não está praticamente sujeita a estas pressões, pois não depende do consumo necessário da população. Ou seja, ela não é o produto alimentar básico, apenas depende do desejo e da capacidade de compra daqueles que a querem consumir. (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 58)

Pode-se chegar à conclusão, portanto, de que a renda capitalista da terra é um sobrelucro, ou lucro extraordinário, além do lucro médio¹³, embolsado pelos proprietários de terras a partir da elevação dos preços dos produtos agrícolas, devido ao simples fato de serem proprietários (renda absoluta), ou obtido por parte dos proprietários que conseguem ter, pela diferenciação de produtividade na produção agropecuária (renda diferencial), um preço de produção mais baixo que o do pior solo cultivado – que na agricultura é o que define o preço de produção.

Ainda é preciso lembrar que a renda também pode ser adquirida mediante a venda da terra, já que seu preço é determinado pela quantidade de renda que poderia se auferir daquele solo, em relação à taxa de juros vigente. Sobre essa relação entre renda e juros, Marx (1986, p. 129) afirma o seguinte:

A renda fundiária assim capitalizada constitui o preço de compra ou valor do solo, uma categoria que, *prima facie*, é **irracional**¹⁴, exatamente como o preço do trabalho, já que a terra não é produto do trabalho, não tendo, portanto, nenhum valor. Por outro lado, atrás dessa forma irracional se esconde uma relação real de produção. Se um capitalista compra terras, que lhe dão uma renda anual de 200 libras esterlinas, por 4.000 libras esterlinas, juros anuais médios de 5%, exatamente como se ele tivesse investido esse capital em papéis que rendessem juros ou se tivesse emprestado diretamente a juros de 5%. Nessa hipótese, em 20 anos ele teria reposto novamente o preço da compra de sua propriedade por meio dos rendimentos dela oriundos. Por isso, na Inglaterra, calcula-se o preço de compra de terras com base em tantos ou tantos *years' purchase*, o que é apenas outra forma de expressar a capitalização da renda fundiária. É, de fato, o preço de compra não do solo, mas da renda fundiária que ele proporciona, calculada de acordo com a taxa média de juros.

¹³ O lucro médio é calculado pelos capitalistas como parte do preço de produção de uma mercadoria, a partir da média de investimentos em capital constante e variável mais a taxa de lucro estipulada, dividido pelo número de capitais – dentro de um ramo específico da produção. A partir dele se calcula a taxa de lucro média, entre os diferentes ramos da produção, que vai se equalizando no mercado, a partir da concorrência entre os capitalistas.

¹⁴ A palavra *irracional* aparece aqui no sentido de que a forma preço, no caso da terra (que não possui valor), é uma forma destituída de seu sentido, de sua substância. Essa circunstância aparece pela autonomização das formas do capital. (Informação verbal – informação fornecida por Jorge L. da S. Grespan durante as aulas do curso Estudo sobre o Materialismo Histórico, frequentado entre julho e dezembro de 2010 na USP).

E para salientar a existência de um fundamento comum às rendas, que não se limita à competição entre capitalistas (renda diferencial II) nem exclusivamente à diferença natural entre os solos, ou mesmo ao monopólio, Marx (1980, p. 863, grifo nosso) expõe ainda que:

A circunstância de o arrendatário poder valorizar seu capital com o lucro correspondente, se não pagar renda, absolutamente não induz o proprietário da terra a alugá-la de graça ao arrendatário, nem a ser tão filantrópico em suas relações com esse parceiro, a ponto de estabelecer um regime de empréstimo gratuito (*crédit gratuit*). Admitir essa valorização do capital implica abstrair da propriedade fundiária, suprimi-la, quando a existência dela constitui justamente barreira a que o capital se empregue no solo e livremente nele se valorize. Não basta para derrubar essa barreira a reflexão do arrendatário: se não pagasse renda, se pudesse, na prática, considerar inexistente a propriedade fundiária, o nível do preço do trigo permitir-lhe-ia obter com seu capital o lucro corrente, explorando o terreno “A” [pior solo cultivado]. O monopólio da propriedade fundiária, erigida em barreira ao capital, é condição da renda diferencial, pois, sem esse monopólio, o lucro suplementar não se converteria em renda e caberia ao arrendatário e não ao proprietário da terra. **E a propriedade fundiária continua a constituir barreira, mesmo quando a renda desaparece como renda diferencial, isso é, no terreno “A”.**

Com isso, vai se evidenciando que o modo capitalista de produção, para se reproduzir, precisa que os produtos e *bens naturais* tornem-se privados, para que possam entrar no processo de troca de mercadorias como bens escassos; afinal, se todos pudessem ter acesso a eles sem pagar (pelo fato de não terem donos), a troca não poderia se constituir como momento fundamental de sociabilidade¹⁵.

Mesmo depois de construído esse caminho, ainda pode ficar a pergunta de por que os capitalistas *aceitam* dividir parte da mais-valia global com os proprietários de terras, já que estes não participam do processo de produção nem emprestam dinheiro (como faz o capital a juros) para que a produção ocorra.

Em relação a essa questão, em primeiro lugar é importante salientar que a expropriação de parte dos camponeses de suas terras foi o que permitiu, historicamente, durante a acumulação originária inglesa, a gestação da classe proletária deste país, que, expulsa da terra, não teve outra opção senão vender a única propriedade que lhe restava – sua força de trabalho – para garantir sua sobrevivência.

Ou seja, foi a possibilidade histórica de apropriação privada da terra que, entre outros processos, permitiu a existência do trabalho alienado na transição do feudalismo para o capitalismo. Marx (1984, p. 262) desenvolve o processo de apropriação privada da terra na

¹⁵ O mercado é o momento de socialização no modo capitalista de produção, que tem seu par dialético na produção, realizada em âmbito privado. (Informação verbal – informação fornecida por Jorge L. da S. Grespan durante as aulas do curso Estudo sobre o Materialismo Histórico, frequentado entre julho e dezembro de 2010 na USP).

Inglaterra no capítulo da Acumulação Primitiva d'**O Capital**, no qual afirma que “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.” Aqui cabe a ressalva de que o conteúdo desenvolvido pelo autor inclui não apenas uma mudança *lógica* nas formas de produção e de propriedade, mas também um processo histórico, entre outras coisas, violento, durante o qual ocorreram diversas lutas e expropriações. Marx (1984, p. 264) discorre, especialmente, sobre o processo de expropriação dos camponeses ingleses de suas terras:

O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, “por toda parte enchiam inutilmente a casa e o *castelo*”. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelha tornou-se divisa. [...] As habitações dos camponeses e os *cottages* dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou entregues à ruína.

Esse processo, iniciado no século XV, continuou no século XVI com o roubo dos bens patrimoniais da Igreja até então destinados a camponeses pobres, mediante seu confisco. A Revolução Gloriosa¹⁶ (1688-1689), que levou ao poder proprietários fundiários e burgueses no Reino Unido, colocou em nova escala o roubo dos bens e patrimônios do Estado e da Igreja e transformou grande parte das terras do país em propriedades privadas. Marx (1984, p. 268) observa que “Tudo isso ocorreu sem nenhuma observância da etiqueta legal.” e explica que os capitalistas favoreceram essa apropriação privada das terras visando a “[...] transformar a propriedade fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração

¹⁶ Revolução Gloriosa é o nome ao movimento ocorrido na Inglaterra entre 1688 e 1689, no qual o Rei Jaime II foi destituído do trono. Ela resultou na substituição do rei da dinastia Stuart, católico, pelos protestantes Guilherme e sua mulher Maria II (genro e filha de Jaime II). Ela ocorreu na forma de um *golpe de Estado*, pois derivou de um acordo *secreto* entre o parlamento inglês e o novo rei, em função do descontentamento com o catolicismo do antigo rei. Esse processo iniciou ainda a prática da Monarquia Parlamentar, em substituição ao absolutismo, pela aprovação, no parlamento, da Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), que entre outras coisas dava direito exclusivo ao Parlamento de estabelecer impostos e apresentar livremente petições, além de colocar o exército sob sua responsabilidade.

agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como pássaros, provenientes do campo etc.” Com isso, o autor conclui que:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada como terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos outros métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1984, p. 274-275)

Assim, esses camponeses migraram às cidades em busca de trabalho; como eles haviam sido expropriados em uma velocidade maior que a do crescimento da manufatura, parte deles converteu-se em uma “[...] massa de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, [...]. Daí ter surgido em toda Europa ocidental, no final do século XV e durante todo século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem.” (MARX, 1984, p. 275) Além das leis contra vadiagem, foram criadas também as leis de salário, conforme descrito no capítulo supracitado de Marx (1984) e lembrado por Faria (2008).

Segundo Marx (1984, p. 277), tal legislação tinha como objetivo disciplinar os camponeses expropriados ao sistema do trabalho assalariado (mesmo que eles fossem desempregados), pois “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho.” Ou seja, é necessário, além de negar a propriedade aos produtores, naturalizar as relações postas nesse novo momento, internalizá-las na vida das pessoas, para que o capitalismo se *desenvolva*. É nesse sentido que a violência do processo de acumulação torna-se inelutável, para constituir a *normalidade* das relações sociais necessárias ao *novo* modo de produção: “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, 1984, p. 286)

Por fim, Marx (1984, p. 293) ainda faz o seguinte raciocínio:

[...] a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo, constitui a pré-história do capital. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre.

Ou seja, aqui temos, simultaneamente, uma justificativa da existência da propriedade privada no capitalismo e sua gênese histórica, que ajudam a explicitar algumas conformações do desenvolvimento do capitalismo considerado *clássico*, e as formas de separação entre proprietários de meios de produção, proprietários de terras e proprietários de força de trabalho. Ao mesmo tempo, é necessário explicitar também, como se verá no caso da Brasil, que este desenvolvimento não se deu de forma homogênea nas formações sociais em diferentes partes do mundo, que estavam e estão, até hoje, em embate, a partir das rupturas e alianças entre as diferentes classes e frações de classes sociais, que conformam distintas configurações socioeconômicas e territoriais.

Ainda é importante trazer para análise a reflexão de Oliveira, A. (1981) sobre a diferença entre a apropriação de parte da mais-valia realizada pelos proprietários fundiários e a realizada pelos capitalistas industriais. Para entender essa diferença, o autor começa o raciocínio expondo que ela tem a ver com o processo de acumulação ao qual cada um está submetido: a concentração da terra não leva necessariamente ao aumento da capacidade de produção, ao contrário da concentração de capital. Segundo ele:

O inverso ocorre com o capital que, estando concentrado, provoca o aumento da capacidade produtiva do trabalho, o que leva inevitavelmente ao aumento da capacidade do capitalista de extrair mais-valia. Já os proprietários podem escolher entre receber a renda da terra, parcela sob a forma de arrendamento (aluguel da terra), ou recebê-la de uma só vez quando da venda da terra. Estas diferenças entre a terra e o capital, suas contradições e movimentos antagônicos não querem dizer que [os proprietários fundiários] não sejam personagens do capitalismo, pois o são. São produtos de relações sociais. Assim a propriedade fundiária não pode ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas como contradição fundamental do modo capitalista de produção; é o tributo que o capital tem que pagar, sem o qual não poderá se expandir na agricultura e dominar o trabalho no campo. (OLIVEIRA, A., 1981, p. 6-7)

Ou seja, mesmo sendo contradição no capitalismo, a existência dos proprietários fundiários *faz parte*, é necessária a esse modo de produção.

É ainda possível elencar mais um elemento que respalda a existência da propriedade territorial sob o capitalismo, qual seja, que ela legitima ideologicamente a propriedade dos meios de produção, necessários ao capital (HARVEY, 1990, p. 363). Se os capitalistas questionassem esse direito, estariam questionando justamente a existência da propriedade privada, um dos pilares do desenvolvimento do modo capitalista de produção, exatamente por ser ele a permitir que uma parcela da sociedade, excluída da propriedade dos meios de produção, tenha de vender sua força de trabalho e gerar mais-valia para as classes dominantes.

Por fim, ainda é necessário lembrar que a renda da terra existe antes mesmo do capitalismo, como renda feudal. Segundo Marx (1986), a renda era, sob o feudalismo, a forma “normal” de exploração, que realizava a exploração do senhor feudal sobre o camponês-servo.

A renda em trabalho, a mais antiga historicamente, realizava-se quando o senhor feudal definia dias da semana em que os camponeses-servos deveriam trabalhar em suas terras, deixando que no restante da semana cultivassem um solo para sua própria produção. A renda em produto tem esse mesmo fundamento, porém o senhor feudal cobra, em vez de dias de trabalho, parte da produção do camponês-servo em produto. Já a renda em dinheiro aparece quando este deve dar em dinheiro uma parte dos frutos de sua produção ao senhor feudal.

Para Marx (1980), analisando a transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra, a renda em dinheiro é o começo da *dissolução* das formas de renda pré-capitalistas, já que obriga os camponeses a realizarem parte de sua produção com o objetivo de trocar, ou seja, produzir mercadorias, aumentando assim a monetarização e a dependência do mercado. É esse processo que abre a possibilidade de arrendamento das terras e sua compra e venda como mercadoria (HARVEY, 1990, p. 347). Ao mesmo tempo, essa mudança também vai conformando o confronto entre as três classes fundamentais do capitalismo:

A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular da produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção. Chama-se essa quantia de renda fundiária [...]. **Assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária. Demais, temos aí reunidas e em confronto as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário de terra.** (MARX, 1980, p. 710, grifo nosso)¹⁷

¹⁷ Aqui, é importante salientar novamente que estamos expondo apenas uma parte das ideias sobre classes sociais desenvolvida por Marx e por tantos marxistas posteriormente. Sabe-se que sua formação e as relações de classe são mais complexas do que sua diferenciação de rendimentos no capitalismo. A esse respeito, Thompson (2004, p. 9-10) traz importante contribuição: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado das experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em

Além disso, foi na passagem da renda em produto para a renda em dinheiro, e na conformação da terra com preço, podendo ser vendida e comprada, que a renda deixou de ser a forma de exploração “normal”, na transição para o novo modo de produção, capitalista:

Quando a renda assume a forma de renda-dinheiro, e a relação entre camponês que paga renda e proprietário da terra, a forma contratual (transformação que só é possível em certo nível elevado de desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura), a terra passa necessariamente a ser arrendada a capitalistas, que até então estavam fora do domínio rural. Eles trazem para o campo e para a agricultura o capital obtido nas cidades e o modo capitalista de produção já desenvolvido na economia urbana: o produto que se gera é mercadoria apenas e simples meio de extorquir mais-valia. [...] **Com a interferência do arrendatário capitalista entre o dono da terra e o que efetivamente a cultiva dissolvem-se todas as relações oriundas do velho modo rural de produção. [...] Então muda de fato a natureza da renda**, como ocasionalmente já ocorria às vezes nas formas anteriores, e transmuta-se a forma normal, reconhecida e dominante. [...] **A renda então deixa de ser a forma normal da mais-valia e do trabalho excedente para converter-se em remanescente que é peculiar ao ramo agrícola de produção e fica após deduzir-se a parte do trabalho excedente, de antemão exigida pelo capital como coisa que normalmente lhe cabe. O lucro e não mais a renda, é a forma normal de mais-valia.** (MARX, 1980, p. 916-917, grifo nosso)

Com isso, Marx (1980) demonstra que na passagem do feudalismo para o capitalismo houve uma mudança na definição das relações, que passaram de uma agricultura baseada na coerção à uma agricultura baseada na produção de mercadorias. Neste processo, a partir das rupturas e também das alianças entre os proprietários de terras e a burguesia industrial, que se deu de diferentes maneiras, historicamente, nas formações sociais, a renda da terra passou por dois processos: um capitalista propriamente dito, no qual a renda passou a constituir, conforme comentado, um lucro extraordinário, acima do lucro médio, e outro da metamorfose da renda da terra camponesa em renda capitalizada, realizando-se como produção de capital, como adiante se verá.

Seguindo-se a esta breve introdução, que baseia o entendimento do lugar da renda da terra no capitalismo, a partir do exemplo inglês, realizaremos uma breve explanação para analisar o *lugar* que a propriedade fundiária e sua forma de rendimento adquire no Brasil.

termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” Para Chauí (2013, p. 130), em consonância com Thompson (2004): “Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, ou como escreveu E. P. Thompson, um fazer-se histórico.”

2.2 NOTAS SOBRE ALGUMAS ESPECIFICIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA¹⁸

O modo capitalista de produção, conforme tentamos explicitar brevemente no tópico anterior, deve ser tratado como totalidade contraditória no mundo atual. Ao mesmo tempo, para se compreenderem os processos que ele produz e que o reproduzem, é necessário lembrar que o capital – assim como as classes sociais – não é uma *coisa*, um *nome próprio* simplesmente, mas uma *relação*, na qual as relações de produção e as relações sociais das classes em luta, entre outras, determinam sua *forma* de realização.

É a partir desse entendimento, e das contribuições do tópico anterior, que tentaremos entender como se constituiu um *capitalismo rentista* no Brasil, ideia que parece bastante frutífera para alcançar a centralidade que a propriedade fundiária tomou (e ainda toma) no Brasil (e em outras formações sociais), diferente do que se poderia imaginar observando a lógica do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra.

Segundo Giannotti (1985, p. 47), se não tomarmos essa precaução, podemos perder de vista:

[...] o que nos parece constituir uma das intenções mais profundas de Marx: a reflexão sobre a forma do social. Não nos esqueçamos de que, se o concreto é tomado como síntese de várias determinações, essa síntese (*Zusammenhang*), que sumariza, põe junto, se faz por uma lógica que não se reduz à mera justaposição de predicados. [...] Não importa assim tanto o que “modo de produção” possa designar, mas como o objeto nominado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social. [...] Tudo depende de como as relações sociais mediadas por coisas trabalhadas, se instauram e se mantêm graças a um processo que vem repor sua própria realidade. Esse é o movimento que nos interessa estudar num determinado modo de produção.

Ou seja, é importante se perguntar “como o processo de síntese se realiza” (GIANNOTTI, 1985, p. 48); tentar entender de que maneira se vinculam os processos de trabalho e os processos produtivos, considerando-se os momentos imbricados do político, do econômico e do social, os quais comportam as relações de classes em luta e a mediação que o Estado realiza entre essas classes. A partir dessas ponderações, Giannotti (1985, p. 52-53) sintetiza sua reflexão sobre o conceito de *modo de produção* com a seguinte colocação:

¹⁸ Parte das reflexões expostas nesse item são fruto das aulas, discussões e do trabalho elaborado para a disciplina Agricultura e Capitalismo no Brasil, ministrada na USP pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no segundo semestre de 2010.

O 'modo de produção capitalista' é um nome que designa o processo de objetivação e individualização de uma entidade muito real, o capital. Pouco importa que essa entidade também se constitua de representações, que a ilusão faça parte do mistério do seu ser. Universal concreto, o capital é uma síntese de determinações. A nós cabe estudar como esse movimento de síntese se perfaz por meio de um círculo de círculos, que instaura e ao mesmo tempo destrói formas não-capitalistas de produção. Uma formação social não existe como uma coisa, sua individualidade, ao contrário, pode brotar do conflito de dois modos de produção antagônicos, como as nações dirigidas pelo Estado mercantilista, ou do próprio movimento do capital que repõe formas não-capitalistas de produção. O que interessa é investigar como, em cada caso, essa síntese chega a ser feita, como a unidade de uma formação social se instaura por um processo objetivo de individualização, que só a investigação empírica pode decidir. O resto é ilusão do sociólogo, que pensa o fenômeno como coisas prontas, para ressaltar as relações causais ou funcionais entre elas.

É a partir dessa advertência que buscamos entender a especificidade da formação social brasileira no interior do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para isso, tomamos, principalmente, alguns escritos de José de S. Martins (1990; 1994; 2004; 2010a) e de Ariovaldo U. de Oliveira (1986a; 1986b; 1997; 1999; 2001a; 2001b; 2003; 2004; 2005a; 2007a; 2009b; 2010), que em nosso entender não se espelham exclusivamente no modelo *clássico* para compreender o Brasil, ao mesmo tempo em que não abandonam a noção de totalidade, que impõe determinações gerais nas quais o país está inserido.

Conforme visto no tópico anterior, Marx (1980) aponta, na transição da renda em dinheiro feudal para a renda capitalista na Inglaterra, o processo de transformação da agricultura em direção ao modo *especificamente* capitalista de produzir, ou seja, pela difusão do trabalho assalariado comandado por um capitalista, no caso, arrendatário.

Segundo Marx (1980, p. 915):

[...] o que possui e lavra a terra se transforma naturalmente em mero arrendatário. Essa transformação, se as condições gerais de produção o permitem, serve ao propósito de despojar progressivamente da terra os antigos possuidores que a cultivam, substituindo-os por arrendatário capitalista, e, além disso, leva o antigo possuidor a remir a terra do ônus da renda e converter-se em camponês independente com a propriedade plena do solo que lavra. A formação de uma classe de jornaleiros, sem posses e que se alugam por dinheiro, necessariamente acompanha e mesmo precede a transformação da renda-produto em renda-dinheiro. Assim, no estágio embrionário dessa nova classe, quando ela aparece apenas de forma esporádica, desenvolveu-se necessariamente entre os camponeses melhor situados, sujeitos à renda, o hábito de explorar por conta própria jornaleiros rurais, do mesmo modo que na época feudal os servos camponeses melhor aquinhoados dispunham de outros servos. Desse modo, aumenta pouco a pouco a possibilidade de juntarem certa fortuna e de se converterem mais tarde em capitalistas. Entre os antigos possuidores de terras, que a cultivam diretamente, surgiu um viveiro de arrendatários capitalistas.

Paulino (2006) realiza uma análise histórica da relação entre proprietários rurais e arrendatários capitalistas, explicitando que ela não se dá de maneira linear e igual em todo o globo. Segundo a autora:

Embora o paradoxo da propriedade privada da terra no capitalismo tenha sido tratado, no geral, como mal necessário, daí a validação do tributo da renda da terra, a maior parte dos países modernos trataram de criar regras para limitar o poder dos proprietários em arbitrar esse tributo. Via de regra, o caminho encontrado foi a divisão da terra, de modo a evitar pactos monopolísticos que pudessem inviabilizar o princípio da acumulação ampliada de capital. (PAULINO, 2006, p. 52)

No Brasil (assim como em outras formações sociais, especialmente na periferia do capitalismo), porém, esse processo de limitar o poder dos proprietários de terra não se realizou como em outros países, com a criação de formas de abrandar a possibilidade da extração da renda, a partir de políticas distributivas e/ou reformas agrárias, mas ocorreu que “[...] as elites no Brasil optaram por caminho inverso, ou seja, instituíram a centralidade da acumulação na renda da terra, daí o caráter rentista do capitalismo brasileiro” (PAULINO, 2006, p. 52).

Martins (2004), ao construir um caminho de análise para entender a centralidade da extração da renda da terra no Brasil, retoma o período colonial para começar a *cercar* a questão. O autor argumenta que a base da produção no período colonial dava-se pelo trabalho cativo, na figura do escravo, não havendo por isso relação de compra de força de trabalho livre. Nessa condição, o capitalismo subordinava a produção à comercialização, e não o contrário, pois era o comércio de escravos, no qual o fazendeiro-capitalista tinha de pagar ao comerciante dinheiro adiantado em relação à produção (para a compra do escravo), que reproduzia a realidade existente. Nesse sentido, o escravo se tornava *renda capitalizada*, já que:

A exploração do escravo no processo produtivo já está, pois, precedida de parâmetros e relações comerciais que a determinam. Essa exploração não abrange apenas o lucro médio, mas também a conversão do capital em renda capitalizada, a parcela do excedente que o escravo pode produzir e que é antecipadamente paga ao mercador de escravos. A coerção do cativo encarrega-se de transferir para o próprio escravo o ônus desse trabalho. Desse modo, o regime escravista apoia-se na transferência compulsória do trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio. Entretanto, como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não representa uma forma pré-capitalista de renda – trata-se efetivamente de renda capitalizada, de forma capitalista de renda, renda que se reveste na forma de lucro. Exatamente por isso é que o fazendeiro não pode ser definido como um rentista de tipo feudal, um consumidor de rendas. (MARTINS, 2004, p. 16)

Assim, o escravo era a principal mercadoria desse sistema, o que determinava algumas particularidades das relações de produção no país, já que a exploração do trabalho estava diretamente atrelada à renda capitalizada do escravo, fazendo com que “[...] o cálculo capitalista da produção era [fosse] mediado por fatores e relações estranhos à produção.” (MARTINS, 2004, p. 15) E as relações de produção existentes criavam um capitalista específico, “[...] para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada.” (MARTINS, 2004, p. 15)

Essa situação se modificou a partir do século XIX, quando começaram a haver pressões pelo fim da escravidão. Durante o período da regência, a partir da grande pressão inglesa, em 1850, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro¹⁹.

Paralelamente, no mesmo ano, foi promulgada a Lei de Terras, momento tido como fundamental para diversos autores que analisam a questão agrária brasileira (OLIVEIRA, 2001a; 2007a; entre outros; MARTINS, 1994; 2004; entre outros; SILVA, 2008), por ser marco da passagem do entendimento jurídico da propriedade privada da terra como mercadoria, e assim, passível de compra e venda. Segundo Martins (2004), essa foi uma mudança gerada para garantir a permanência: o trabalho, antes cativo, estava se tornando livre, e era necessário que a produção de capital fosse garantida por outros meios; a terra, então, torna-se cativa.

A lei de terras, de 1850, já teve um caráter ambigualmente conservador, o que mostra que, no fundo, os grandes proprietários de terra foram paulatinamente constituindo e reforçando seu poder [...]. É que a lei de terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas. (MARTINS, 1994, p. 76)

Silva (2008) nos lembra que em 1822 havia sido aprovada uma resolução que suspendia todas as sesmarias, fazendo com que, entre este ano e 1850, a posse tenha sido a única via de acesso a terra. A autora também aponta que nesse período apenas 20% da área do Brasil estava apropriada (por não índios). Ela discorre profundamente sobre como a constituição da propriedade da terra no Brasil, após 1822, deu-se fundamentalmente a partir da passagem das terras públicas para o domínio privado, explicita as articulações realizadas a partir da Lei de Terras entre os proprietários e o Estado, e como esse processo está imbricado

¹⁹ Análise extremamente fértil sobre esse período, em especial sobre a constituição da propriedade privada no Brasil, pode ser encontrada em Silva (2008).

tanto à formação da classe dos proprietários de terras quanto à própria consolidação do Estado nacional brasileiro.

Para Martins (2004), a partir da promulgação da Lei de Terras, o processo de produção do capital passou a ocorrer não mais pela transfiguração da renda capitalizada gerada pelo próprio comércio de escravos, e sim pela sujeição da renda da terra ao capital. Ainda segundo esse autor:

Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia colonial. A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho. A renda territorial surge da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo; surge, portanto, como forma de capital tributária do comércio, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho. A propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho e não para extorquir renda. A renda capitalizada não se constitui como elemento de ócio, mas como instrumento de negócio. Engendra, portanto, um capitalista que personifica o capital produtivo subjugado pelo comércio, a produção cativa da circulação. A melhor evidência está no fato de que **o proprietário de terra que vive do arrendamento de suas propriedades a arrendatários capitalistas é fenômeno raro ainda hoje na sociedade brasileira**, circunscrito às regiões arrozeiras do Rio Grande do Sul (e suas regiões tritícolas) e de São Paulo. No mais, **o fazendeiro convive a condição de proprietário e capitalista**. (MARTINS, 2004, p. 32-33, grifo nosso)

Nesse trecho Martins (2004) explicita uma importante especificidade do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, ao demonstrar que não se conformou aqui, nem como tendência predominante, a existência do proprietário que vive do arrendamento de suas terras a capitalistas, os quais as exploram por meio do trabalho assalariado, como já apontado por Marx (1980). Assim, conforma-se no Brasil a existência de um *capitalismo rentista*, caracterizado pela aliança de classe entre capitalistas e proprietários, que convivem, muitas vezes, na mesma pessoa. Isso porque, ainda segundo o autor:

[...] a contradição entre capital e o escravismo não tinha a radicalidade que opusera o capital às relações feudais. Nesse sentido, os próprios fazendeiros estariam em condições de personificar as necessidades de reprodução capitalista do capital, não dependendo esta de uma nova classe social, distinta da classe dos proprietários de terra, para viabilizar-se historicamente. Em suma, ao entrar em contradição com o escravismo, o capital anunciava a possibilidade de transformações sociais, de superação dos bloqueios sociais e econômicos que suas virtualidades se manifestassem numa realidade social transformadora e nova. (MARTINS, 1994, p. 55)

Nesse contexto, a *renda capitalizada* torna-se noção fundamental para entender o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, pois:

[...] sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada. Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-capitalistas, mas que o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburgo definiram como relações não capitalistas. (MARTINS, 2004, p. 3)

Isso se explica no bojo da teoria da criação e recriação de relações não capitalistas pelo modo capitalista de produção, a qual entende que este se desenvolve de forma desigual e contraditória, e que a produção do capital não se dá por formas especificamente capitalistas, que engendram as relações de reprodução ampliada do capital. Ela se dá pela recriação capitalista de formas não capitalistas de produção. No caso do Brasil, o principal processo de criação de capital é a extração da renda da terra. É esse processo que permite a reprodução de relações não capitalistas de produção, como ocorre com o campesinato (que será mais detalhadamente abordado a frente) sob a égide da produção do capital (MARTINS, 1994; 2004, entre outros; OLIVEIRA, 1997; 1999; 2007a, entre outros). Oliveira (1986a, p. 26) explicita o processo de produção do capital na análise da extração da renda fundiária na citricultura paulista:

[...] assumimos a proposta presente nas colocações iniciais de MARTINS: "A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção". No interior desta premissa está a posição de que o modo capitalista de produção tem no seio do seu desenvolvimento contraditório a necessidade de continuar a produzir o capital. E não como podem pensar alguns autores, que o modo capitalista de produção já cumpriu esta missão histórica na sua fase da acumulação primitiva do capital. É verdade que aquela fase foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste modo de produção. Entretanto, como produto de seu devir contraditório, o modo capitalista de produção continua a produzir o capital. Continua, no processo de produção do capital, a sua acumulação primitiva, para que o capital esteja acumulado, para então poder explorar o trabalho na forma assalariada.

Estamos compreendendo, portanto, que o desenvolvimento do modo capitalista de produção supõe, na sua essência, a necessidade de criar, de fazer nascer os capitalistas, a sua base social. E esse processo de fazer nascer a sua base social (a classe burguesa) ele precisa produzir o capital, ou melhor, a ampliação da classe burguesa não se faz apenas pela hereditariedade dos capitalistas, mas sobretudo no processo de produção do capital. É o que ocorre quando, muitas vezes, por exemplo, os camponeses proprietários ascendem à condição de pequenos capitalistas. E esse processo aparece em todo o campo brasileiro, aparece pois, também, e particularmente, na citricultura paulista.

Mas não é apenas através desse processo que o capital é produzido. Ele aparece sobretudo como sendo produzido através do processo de apropriação da renda da

terra pelo capital. É na luta pela apropriação da renda da terra pelo capital, que os capitalistas da citricultura paulista têm travado guerra ao cartel da indústria de suco.

Mas ainda não está explicitado como se dá a extração da renda da terra, que permite a criação de relações não capitalistas de produção e a produção de capital, ao mesmo tempo em que ocorre também nas relações capitalistas do campo brasileiro. Para isso, é necessário trazer à tona os dois processos complementares e contraditórios que regem a lógica da produção agrária brasileira atualmente: a *territorialização do monopólio pelo capital* e a *monopolização do território pelo capital* (OLIVEIRA, 1999; 2001a; 2004; 2007a, entre outros).

A *monopolização do território pelo capital* ocorre quando o capital não produz, mas comanda a produção; determina quanto, como e o que vai ser produzido, para ser vendido para a indústria, recriando/reproduzindo a existência de relações não capitalistas de produção, como a camponesa, que vende o produto de seu trabalho – e não sua força de trabalho – para o capitalista. Este sujeita a renda da terra da produção, no momento da comercialização.

Esse processo de sujeição da renda da terra camponesa dá-se com a recriação das formas de renda chamadas por Marx (1980) de pré-capitalistas, ou seja, em trabalho, produto ou dinheiro. Isso porque, assim como a renda no período feudal, elas são diretamente produto excedente, e não reguladas pelo lucro médio ou fração de mais-valia (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 58).

O processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção ocorre, nesse caso, pela sujeição da renda da terra ao capital, possibilitando a subordinação da produção camponesa, sujeitando o trabalho que se dá na terra, e também pela compra e venda desta. “Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.” (OLIVEIRA, 1986b, p. 13).

[...] como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo o trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital. (OLIVEIRA, 1986b, p. 29)

Observemos as três formas de extração da renda fundiária camponesa no Brasil: em trabalho, em produtos e em dinheiro. A renda camponesa em trabalho dá-se, por exemplo, na forma como os produtores de cacau do sul da Bahia formam seus cacauais:

Entregaram a terra aos camponeses para desbravá-la, plantar as mudas e cuidar da plantação até a idade de 5 anos. Durante este período o camponês podia plantar, por entre as ruas de cacau, gêneros de primeira necessidade (mandioca, arroz, feijão, milho, etc.). Pertencia, também, ao camponês as duas primeiras colheitas do cacau (3º e 4º ano) que em geral eram pequenas. Depois, eram obrigados a entregar o cacau formado aos proprietários das terras. **Entregaram, pois, encarnado na plantação, dias de trabalho, seu trabalho excedente, que para o proprietário das terras nada mais é que renda da terra em trabalho, que depois em suas mãos, vai se metamorfosear em capital.** (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 59, grifo nosso)

Já a renda em produto é recriada sob diferentes formas de parceria, nas quais o camponês divide parte de seu produto com o proprietário da terra, quantia essa combinada verbalmente ou por meio de contratos. E a renda em dinheiro é resultado da conversão por parte do camponês de uma parcela da sua produção (em geral familiar) em dinheiro, para entregá-la ao proprietário da terra (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 61).

A recriação dessas três formas de renda deve-se ao fato de que o trabalho assalariado não se tornou hegemônico nas relações de produção do campo brasileiro.

Assim, estas três formas de renda pré-(não)-capitalista da terra, em trabalho, em produto e em dinheiro, são cotidianamente criadas, recriadas e redefinidas pelo capital no seu desenvolvimento contraditório. São, muitas vezes, a forma com que os capitalistas encontraram para produzir seu capital. São por isso mesmo, parte componente do desenvolvimento capitalista geral da sociedade brasileira e, não apenas figuras sociais de um passado histórico (às vezes interpretado equivocadamente como feudal) da sociedade brasileira. Não se trata, portanto, de estudar e compreender estas formas de renda existentes na agricultura brasileira como *restos*, *resíduos* etc., que serão extintos com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, mas, sim, como formas não-capitalistas de produção desenvolvidas pelo próprio capital em face de seu desenvolvimento contraditório. Como tendência geral, o capital tende a impor as relações de trabalho assalariado a todas as atividades econômicas, mas isto é apenas uma tendência. A sua lógica contraditória, entretanto, supõe e pressupõe a criação e recriação daquilo que na aparência pode ser historicamente superado ou mesmo adiantado (quando aparecem formas coletivas de produção, o *kibutz*, por exemplo). No entanto, é da lógica deste processo contraditório gerar aquilo que deveria destruir e construir aquilo que será a sua própria superação. Assim, deve ser compreendida a existência destas diversas formas de rendas pré-(não)-capitalista da terra sob o desenvolvimento do modo capitalista de produção. (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 62)

Há diversos exemplos da monopolização do território pelo capital, tais como a produção citrícola paulista, grande parte da criação de frango e as plantações de fumo no sul do Brasil.

E se é sob a lógica da produção capitalista de relações não capitalistas que se entende, por um lado, a importância da renda fundiária no campo brasileiro, na sua forma de renda capitalizada, por outro, há o processo de *territorialização do monopólio pelo capital*, que ocorre de maneira completar e contraditória ao primeiro.

A *territorialização do monopólio pelo capital* ocorre quando este, ao expandir-se no campo, o faz através da ampliação das relações capitalistas de produção propriamente ditas, com a existência do trabalho assalariado, sendo que a mesma pessoa (física ou jurídica) é dona da terra, comanda a produção agrícola e a produção industrial – ou seja, trata-se da fusão entre capitalista industrial e proprietário fundiário. Isso se dá justamente quando há garantia de lucro, mercado consumidor e mão de obra barata, ou ainda pouca necessidade de mão de obra na parte agrícola do negócio, por ser o tempo de trabalho menor que o tempo de produção. Nesses casos, o monopólio da propriedade da terra é recriado por uma continuidade das relações de poder existentes desde o período colonial.

A *territorialização do monopólio* é entendida por Thomaz Júnior (1988, p. 129), no caso da expansão da cultura cana, em São Paulo, como:

[...] o que há de mais avançado no capitalismo na agricultura, onde a extração da renda fundiária, as relações de produção e de trabalho estão sob o comando direto do industrial usineiro, pois é ele o maior produtor de matéria prima. Consequentemente, com o poder de “fogo” para determinar o preço da cana e dos subprodutos. Portanto, o comandante de todo o processo de produção, não atuando apenas na circulação e distribuição, tarefa essa regulada e dirigida hegemonicamente pelos órgãos estatais (MIC, IAA, PETROBRAS).

Ou seja, o processo de *territorialização do monopólio* produz e reproduz a hegemonia na produção do montante de matéria-prima, controlando o processo de organização e reorganização do território, inclusive determinando a orientação de uso e exploração da terra e o seu preço (ao contrário do que ocorre na monopolização do território, na qual os camponeses têm alguma liberdade no processo produtivo), por deter grande parcela das propriedades em determinada fração do território – sendo a propriedade da terra entendida assim não só como meio de produção, mas também como *negócio*, pela extração da renda da terra (THOMAZ JÚNIOR, 1988).

Ao mesmo tempo, neste caso, a propriedade da terra é também, contraditoriamente, barreira à absolutização da propriedade por parte dos grupos territorializados, já que, se pudessem, ocupariam toda a terra do entorno da respectiva fábrica necessária à sua produção (informação verbal²⁰). Em diversas paisagens no Brasil, em especial próximo a usinas de açúcar e álcool e complexos industriais de papel e celulose – que são os setores onde ocorre mais fortemente a territorialização do monopólio –, observa-se essa tendência – que, como

²⁰ Informação fornecida por OLIVEIRA, A., durante reunião de orientação na USP, em 29 de maio de 2012.

tendência, não se realiza plenamente – atestando, por isso mesmo, a hegemonia territorial efetivada.

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 1 – Fábrica da Veracel Celulose e entorno

Mapa 1 – Áreas de plantio de eucalipto da Veracel Celulose

Fonte: Veracel Celulose (sítio eletrônico).

A partir daí, pode-se auferir também a importância que a renda diferencial I ganha nessa configuração territorial, já que, quanto mais perto da fábrica estiver a plantação, mais o proprietário/capitalista pode se locupletar. A importância da renda diferencial I, em especial por localização, é percebida no caso da produção de celulose, por sua matéria-prima, a madeira, ser volumosa e pesada, o que torna o “frete” um custo significativo da produção. No caso da cana-de-açúcar, em que pese também a importância da renda diferencial I por localização, a fertilidade da terra tem maior relevância que na outra atividade. Assim, as usinas de açúcar e álcool vão trilhando seus caminhos para as terras mais férteis, inclusive “empurrando” outras culturas de considerada importância econômica, como ocorre em São Paulo com a citricultura e a pecuária. Já o eucalipto tem outras especificidades, fazendo com o que essas indústrias tenham critérios diferentes para determinar os locais em que irão se territorializar, como abordaremos na seção 4.

Paulino (2011, p. 105) identifica a importância da renda diferencial I para as atividades do agronegócio no Brasil nos seguintes termos, com os quais concordamos:

Ocorre que no transcorrer de pouco mais de um século, o ritmo da produção de mercadorias cresceu exponencialmente, o que mantém uma equivalência com a demanda por matérias primas, logo pela base material de onde elas provém. Por mais que se saiba que o pacote técnico dá o tom da dinâmica da renda diferencial II no campo, em que as diferenças de rendimento agrícolas são determinadas pela intensidade dos investimentos, ele não tem como intervir nos mecanismos constituintes da renda diferencial I, que deriva primeiro da natureza e, segundo, da dinâmica geral da sociedade. Como o processo de valorização que funda a renda capitalizada da terra se mede pela relação inversamente proporcional entre investimento e lucro, o processo de monopolização associado à lógica rentista cada vez mais será ameaçador aos pobres do campo e à sociedade em geral, porque quanto mais aumentar a demanda por alimentos e similares²¹, mais terras aptas a proporcionar renda diferencial I serão alvo de negócio.

Essas terras são aquelas bem localizadas em relação ao mercado, dentre as quais estão muito produtores que não têm escala de produção para tomar parte do mercado global. São também aquelas mais férteis, como o são as cobertas por vegetação nativa ou ocupadas por populações autóctones.

Assim, revela-se fecundo abranger a especificidade das formas de uso e exploração do território, mediante uma leitura geográfica dos processos, para entender as dinâmicas de produção e de reprodução ampliada do capital na parcela agrária brasileira do território.

A nosso ver, é nessa trilha que se torna possível entender, consequentemente, os dois processos já explicados que realizam lógicas distintas e implicadas necessárias à reprodução do modo capitalista de produção: sua produção e reprodução ampliada, e a maneira como estas articulam-se com a extração da renda da terra.

²¹ Entendendo, aqui, a demanda também como criada pelo próprio capital.

Neste momento, pode-se então retomar a ideia de um *capitalismo rentista* brasileiro, que se mantém não somente pela extração da renda da terra por uma classe de proprietários que compete com os capitalistas, mas predominantemente pela união dessas classes numa mesma pessoa, realizando-se pela venda da terra a camponeses – que será transformada em capital pelo proprietário/capitalista – ou extração da renda camponesa; e pelo processo de *territorialização do monopólio pelo capital*, com todo o processo de produção comandado por uma pessoa (física ou jurídica), capitalista e proprietário de terras.

Mas ainda podemos perguntar como se mantém essa aliança de classes na história do Brasil. Segundo Martins (1994, p. 72), foi no período de Getúlio Vargas que se estabeleceram as bases para o “[...] pacto político tácito, ainda hoje vigente, com modificações, em que os proprietários de terra não dirigem o governo, mas não são por ele contrariados.”

Segundo o autor, durante as décadas de 1940 e 1950 ocorriam mudanças profundas nas relações de classes no Brasil, com crescimento industrial, movimentos rurais, luta por democracia, interiorização do país, entre outros. A reforma agrária – como outras reformas políticas – eram consideradas, naquele momento, cada vez mais necessárias por amplos e diferentes segmentos da sociedade. Consequentemente, enfraqueceram-se as oligarquias nos arranjos de poder (não só governamentais) em âmbito nacional, pois

[...] não só mudava a composição do Congresso, mas no fundo entrava em discussão a base material das classes, a questão da propriedade e o fundamento das relações políticas, até então predominantemente apoiadas no monopólio da propriedade da terra. (MARTINS, 1994, p. 73)

Mas a possibilidade de realização de uma reforma agrária, ainda naquele momento, dividia as elites (MARTINS, 1994, p. 73), e no bojo dessas transformações político-econômicas ocorreu o golpe militar de 1964. Pouco depois, os próprios militares aprovaram a criação do Estatuto da Terra, que segundo Oliveira (2010, p. 7) foi mais uma das leis criadas para não serem colocadas em prática²². Paralelamente, iniciou-se uma proposta de ocupação

²² “Com o golpe militar de 1964 o projeto de reforma agrária de Goulart foi liquidado e procedeu-se a uma verdadeira caçada às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas. Com a repressão, todo o movimento refluíu e parte de seus participantes teve que fugir, mudar de nome, etc.

Entretanto, em função de um quadro de pressão social interna e sobretudo externa, coube ao primeiro governo militar – do Marechal Castelo Branco – ainda em 1964, a tarefa de assinar o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/64).

A realidade passava a mostrar que, uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária. Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantia aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de ‘uma farsa histórica’, pois, apenas na década de 1980, foi

favorecida da região amazônica (com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam – e de políticas de concessão e incentivos fiscais), que fizeram grande número de empresários e empresas, principalmente do sudeste, sem tradição no meio rural, tornarem-se proprietárias de terras:

Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do sudeste animou o mercado imobiliário [na Amazônia], convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais*. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. *O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado*. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, como se viu, finalmente, nos últimos e recentes anos, após o término do regime militar, em 1984, com o aparecimento de uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos. (MARTINS, 1994, p. 80, grifo do autor)

Assim, o regime militar brasileiro (1964-1984), para Martins (1994), modernizou, mantendo, a importância do patrimonialismo nas relações de classe, sem possibilidade de reforma agrária. “Ao mesmo tempo, comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas.” (MARTINS, 1994, p. 80)

Pode-se derivar então, que, desde o governo Getúlio Vargas, essa foi a forma de aliança política que consubstanciou a aliança de classes entre capitalistas e proprietários, conformando o chamado *capitalismo rentista* no Brasil. E essa aliança não foi ou é somente política, mas social e econômica, já que foi, e é, “Uma opção, portanto, de larga durabilidade e não apenas uma opção transitória para esvaziar as tensões sociais no campo.” (MARTINS, 1994, p. 80) Opção que, inclusive, manteve-se durante e após a redemocratização:

Foi em decorrência desta mesma aliança, que na Assembleia Constituinte de 1988, o único capítulo da Constituição que recebeu praticamente a unanimidade dos votos dos representantes dessas elites, foi o capítulo sobre a reforma agrária. Ressalte-se que o mesmo comportamento não ocorreu em relação a outros capítulos da atual

que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária – instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária.

Com a criação do Estatuto da Terra, tratou logo o governo militar de extinguir a SUPRA e criar o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Mas, passaram alguns anos e a reforma agrária do Estatuto não saía do papel [...]”. (OLIVEIRA, 2007a, p. 120-121)

Constituição Brasileira. Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista, ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que se desenvolveu no país. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso que se deve insistir na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características sem igual na história mundial, em nenhum momento da história da humanidade se encontrou propriedades privadas com a extensão que se encontra no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo Estado de São Paulo, ou então, a soma da área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, é igual a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. (OLIVEIRA, A., 2007a, p. 132)

É importante ainda salientar que essa aliança, que forja o capitalismo rentista e é forjada por ele, faz com que a propriedade fundiária, especialmente a de grandes dimensões, sirva prioritariamente como reserva patrimonial (quando é utilizada como garantia para se tomar empréstimos no sistema financeiro) e como reserva de valor (que se transforma em renda na venda da terra), reafirmando ainda mais seu caráter rentista (OLIVEIRA, 1997; 2007a; 2009b, entre outros). Segundo o cadastro de imóveis rurais do Incra de 2003 (apud Oliveira, 2009a, p. 30), conforme já apontado, há 4,2 milhões de imóveis rurais no Brasil, totalizando 420 milhões de hectares. Destes, 209.245.470 hectares ou 111.495 imóveis são classificados como grandes propriedades (com mais de 15 módulos fiscais), e 70% delas (120 milhões de hectares) são improdutivas, de acordo com a Lei nº 8.629/1993 (BRASIL, 1993). “Ou seja, a grande propriedade é no Brasil, majoritariamente, improdutiva e este é seu caráter fundamental”²³ (OLIVEIRA, 2009b, p. 30).

Ao mesmo tempo, é em uma pequena parcela das grandes (e médias) propriedades que se realiza, majoritariamente, o processo de territorialização do monopólio pelo capital. É a sua produção, em grande parte, que integra o circuito mundial das *commodities*, e que se organiza de forma a perpetuar, ao se apropriar da propriedade fundiária, a expulsão camponesa das terras almeçadas e também a precarização do trabalho (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 93).

Se o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem como aspecto fundante seu caráter rentista, com a concentração da propriedade fundiária atuando como concentração de riqueza e de capital, unindo numa mesma pessoa o capitalista e o proprietário de terras, e esse processo foi originado na escravidão e perpetuado na passagem para o trabalho livre, essa

²³ “Entre estes [grandes propriedades], em agosto de 2003, o cadastro do INCRA indicava a existência de 54.781 imóveis como improdutivos com uma área ocupada de 120.436.202 hectares. Entre os dados significativos sobre a terra improdutiva no Brasil cabe destacar a presença de pouco mais de dez mil imóveis (10.545) com área acima de 50 módulos fiscais, possuindo, praticamente, a metade das terras improdutivas (59,8 milhões de hectares), o que permite afirmar serem os latifúndios tipicamente improdutivos no Brasil.” (OLIVEIRA, 2009b, p. 30)

fusão se ampliou expressivamente na segunda metade do século XX, a partir da modernização da agricultura (OLIVEIRA, 2009b, p. 27).

Esse processo – que ocorreu de forma implicada à aliança política do regime militar descrita por Martins (1994) e analisado também por Delgado (2010) e Oliveira (1997; 2007a, entre outros) – de tecnificação da produção agropecuária gerou um modelo de produção baseado em grande dependência de capital, que diminui significativamente o custo com mão de obra e o número de trabalhadores nesses setores de produção, e que, no Brasil, passou pela substituição de importações, já que a base material dessas mudanças foi, além da importação de insumos, máquinas e sementes, o desenvolvimento do departamento de bens de produção e de insumos para a agricultura.

O discurso neomalthusiano foi adotado para a implementação dessa modernização: diante do crescimento da fome e escassez de alimentos em relação à crescente população mundial, afirmava-se ser necessário aumentar a produção agropecuária de forma intensiva, baseada em tecnologia, em especial na periferia do capitalismo.

No caso do Brasil, a adoção dos “pacotes tecnológicos da revolução verde” são aplicados largamente em alguns setores da agricultura, que necessitam, dessa forma, do aumento da extensão da produção, para que sejam cobertos os altos custos de capital investidos. Assim, mantém-se, sob nova roupagem, a estrutura fundiária extremamente concentracionista no Brasil e o aumento da quantidade de áreas agricultáveis ocupadas pelas *commodities* produzidas, em grande parte, pelos capitalistas-proprietários de terras.

Para Delgado (2010), a modernização da agricultura no Brasil, veiculada especialmente pelo regime militar, pode ser caracterizada da seguinte forma:

Nesse período [1965-1982], as funções da agricultura na economia, mais além de perseguir objetivos estritos de estabilidade de preços, do salário real e do superávit comercial externo, incorporarão outra demanda, não presente no período anterior: o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, tudo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período.

Tal processo de modernização técnica da agricultura e integração com a indústria é caracterizado, por um lado, pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedeiças, equipamentos de irrigação e outros implementos). Por outro, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, como os oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil e bebidas. Esses blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado. (DELGADO, 2010, p. 85-86)

E, conforme observa o autor, ao contrário do que afirmam algumas teses de homogeneização das relações de trabalho no campo, neste período “[...] não só [se] preservou como aprofundou[-se] a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no padrão tecnológico como nas relações de trabalho predominantes.” (DELGADO, 2010, p. 88).

A política agrícola e comercial deste momento, que manteve a aliança terra-capital e levou a cabo a modernização da agricultura, ambos com forte apoio estatal, teve como alguns de seus principais marcos, segundo Loureiro (2006, p. 37), a aprovação da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965 (BRASIL, 1965), que estendeu à Amazônia os incentivos fiscais e facilidades creditícias já existentes na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a criação da Sudam²⁴; e a promulgação da Lei nº 5.106, em 2 de setembro de 1966 (BRASIL, 1966), que instituiu os incentivos fiscais para os *empreendimentos florestais* em todo o país.

A Lei nº 5.106 (BRASIL, 1966), conforme aprofundaremos na próxima seção, foi o impulso dado pelo Estado para atrair o interesse de grandes grupos industriais e financeiros em associação com proprietários fundiários ao setor de papel e celulose (GOLDENSTEIN, 1975, p. 180). Vale deixar apontado desde já, conforme desdobraremos ao longo do trabalho, que este setor, um dos mais *vultosos* do agronegócio no Brasil atualmente, apoiado nas enormes plantações de eucaliptos e *pinus* pelo país, produz e reproduz a territorialização do monopólio pelo capital no campo brasileiro, a partir da aliança de classes entre capitalistas e proprietários fundiários.

Oliveira (1997) aprofundou o estudo da aliança de classes no processo de colonização do norte de Mato Grosso no período da ditadura militar, ressaltando, assim como Martins (1994), a importante mediação efetuada pelo Estado. Nesse sentido, o autor aponta que:

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade na diversidade. O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação de sua reprodução e regulação. A mediação e a regulação do Estado têm garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital. (OLIVEIRA, 1997, p. 22)

²⁴ Oliveira (2009b, p. 31), aponta que: “A política de incentivos fiscais da SUDAM na Amazônia foi o instrumento político para a maior acumulação primitiva do capital no Século XX no Brasil. A questão fundamental é que a história do Brasil da segunda metade do século passado é uma história com duas faces contraditórias: uma hegemônica, aquela a que conta a epopeia da concentração fundiária; a outra refere-se à luta sangrenta travada pelos camponeses pelo acesso à terra em todo o território brasileiro.” E ainda, conforme citado acima, a Sudam foi um dos instrumentos utilizados, no contexto da modernização da agricultura, para a transformação de capitalistas industriais e urbanos em latifundiários, ou seja, uma das peças para o aprofundamento da fusão terra-capital no Brasil nesse período.

E o autor também demonstra que, nesse processo, é a própria necessidade do capital de reproduzir-se que gera seu oposto: a possibilidade de abertura de novas posses por camponeses que foram para lá em busca de trabalho e terra.

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente, a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira.

Dessa forma, a abertura de novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo. (OLIVEIRA, 1997, p. 135)

Nesse sentido, Estado e capital privado “deram as mãos”: o capital privado vende a terra aos camponeses para extrair renda e simultaneamente formar “viveiros de mão de obra”; e o Estado visa a conter as tensões sociais com projetos de colonização “válvula de escape” (OLIVEIRA, 1997, p. 136). A característica específica do processo recente de ocupação da Amazônia na fase monopolista do capitalismo, para o autor, é a lógica dos monopólios – públicos ou privados –, e a mercadoria que comanda o processo de ocupação é a propriedade privada da terra.

Ainda sobre a colonização recente do norte mato-grossense, Oliveira (1997, p. 301) aponta que a previsão da expansão da pecuária com os projetos subsidiados existentes era bem maior do que a que realmente ocorreu, demonstrando que o objetivo era a utilização dos subsídios e isenção fiscal para outros fins – produção do capital – que não a pecuária de corte.

Processo semelhante foi observado em relação à chegada das primeiras *reflorestadoras* ao Extremo Sul da Bahia. Segundo Miranda (1992²⁵ apud PEDREIRA, 2008), os primeiros plantios de árvores foram feitos por empresas independentes, mais interessadas em receber os incentivos fiscais e sem um planejamento a longo prazo. A autora entrevistou um ex-prefeito da região que afirmou o seguinte:

“Começaram os reflorestamentos para captação de recursos a partir dos incentivos do IBDF [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal]. (...) Só aqui, meu vizinho, tinha a Ouro Verde, Macafé, a Cricaré, a Tecnoflora. 90% delas eram do Espírito Santo. [...]. Então eles compravam, recebiam os incentivos do IBDF e

²⁵ MIRANDA, M. M. M. de. **O Extremo Sul da Bahia e a Avassaladora Chegada da Modernidade**. Rio de Janeiro: Fase/Ibase, 1992. (Relatório de Pesquisa)

pegavam o dinheiro para aplicar em outras coisas.” (MIRANDA, 1992²⁶, p. 41 apud PEDREIRA, 2008, p. 83)²⁷

Como veremos na seção 5 deste trabalho, apesar de as aquisições de grandes áreas (regular e irregularmente) terem sido feitas, em parte, no período das isenções fiscais, a quantidade de plantios de eucalipto no Extremo Sul da Bahia só aumentou vertiginosamente na década de 1990, demonstrando que esses incentivos foram usados, pelo menos parcialmente, para outros fins, predominantemente a produção de capital.

Na próxima seção, tentaremos verticalizar a análise nas políticas para o *reflorestamento* no Brasil durante o regime militar, a fim de construir o caminho que permitiu a essa aliança de classes, com importante mediação do Estado, e no interior da lógica da Modernização da Agricultura, estar presente no desenvolvimento do setor de papel e celulose no Brasil, com base na grande extensão de terras plantadas com monocultura de eucalipto. Com isso, deseja-se começar a delinear como ocorreu e ocorre o processo de *territorialização do monopólio* nesse setor.

É importante lembrar que a ideia não é simplesmente transpor um conceito para uma realidade específica, buscando relações causais e funcionais entre a *teoria* e a *realidade*, mas tentar alcançar, mesmo que parcialmente, a síntese de determinações nesse setor específico no interior da formação social brasileira, marcada pelas características apontadas.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Koopmans (2005, p.58) também afirma que: “Não raro as empresas [reflorestadoras, no extremo sul da Bahia], aproveitando dos incentivos governamentais, aplicavam-os para outros fins. Aliás, essa era atitude quase comum na região, sobretudo entre os pecuaristas.”

3 A ORIGEM DOS GRANDES MACIÇOS DE ÁRVORES PLANTADAS DO BRASIL: A POLÍTICA *FLORESTAL* ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980

Atualmente, é comum ouvir-se falar que o Brasil tem *vocação* para o agronegócio. Esse discurso, presente na grande mídia, órgãos estatais, universidades e diversos outros locais, dá como *natural* a existência de grandes extensões de terras ocupadas por uma mesma cultura, e até expõe que este seria o grande trunfo brasileiro: possuir *dimensões continentais* para servirem como *celeiro do mundo*. Essa ideia, que não é nova, continua sendo reproduzida como a *salvação* para o desenvolvimento e progresso nacional por alguns setores da sociedade.

Em relação a esse discurso, é importante não cair na armadilha de naturalizar a questão agrária brasileira, como se ela fosse consequência *espontânea* e *inevitável* da grande extensão do país, combinada com os fatores edafoclimáticos favoráveis a determinadas atividades agrossilvipastoris.

Há muita coisa por trás desse discurso, como a blindagem a qualquer iniciativa de diminuição da enorme concentração fundiária, a criminalização dos movimentos sociais que lutam por terra e território, a diminuição da produção de alimentos básicos, a reprodução da *extração* da renda da terra camponesa, os conflitos com indígenas e posseiros, a degradação ambiental, entre outros. Além, *é claro*, da aliança entre proprietários fundiários e capitalistas.

Sem pretender dar conta de tudo isso aqui, intenta-se descortinar, pelo menos um pouco, o esfumaçado campo discursivo das ideias de *aptidão do lugar*, ou de *vocação florestal*, que tanto se repetem nos textos sobre o setor de papel e celulose no Brasil e em especial nos próprios documentos governamentais elaborados para gerar políticas agrárias, como é o caso do **Zoneamento Econômico-Florestal do Estado do Espírito Santo**, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1974²⁸ (apud BARCELOS, 2010) e do documento elaborado pelo estado da Bahia (1976) para a implementação de Polos Florestais no estado que será tratado na seção 5.

Para isso, além da argumentação apresentada na seção anterior, foi preciso remontar à origem do chamado *setor florestal* no Brasil, e em especial, à sua expansão com monocultivos ligados à cadeia de produção de celulose e papel, e nesse percurso, ganhou ainda mais

²⁸ IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Zoneamento Econômico-Florestal do Estado do Espírito Santo. Belo Horizonte: IBDF, 1974.

substância a ideia de que o Estado se mantém como mediação fundamental para a aliança terra-capital e o caráter rentista do capitalismo no Brasil.

Segue-se também uma breve reconstrução de parte da história recente do país, que não tenta esgotar o tema, mas trazer à tona alguns elementos a partir do setor em questão analisado, a fim de entender a *gênese* das extensas áreas ocupadas pelos imensos eucaliptais.

3.1 A ORIGEM DAS PLANTAÇÕES HOMOGÊNEAS DE ÁRVORES NO BRASIL

A origem do reflorestamento no Brasil remonta ao século XIX. Segundo Barcelos (2010, p. 72), o primeiro projeto deste tipo realizado no país foi o da Floresta da Tijuca (RJ), na segunda metade daquele século, a fim de recuperar a vegetação nativa que havia sido desmatada pela cultura do café²⁹.

Outras experiências de reflorestamento com fins ornamentais ou de pesquisa foram feitas entre meados do século XIX e início do XX, por exemplo, no Serviço Florestal e Botânico do Estado de São Paulo, que desenvolvia pesquisas sobre as possíveis utilizações industriais e medicinais das *florestas nativas* (BARCELOS, 2010, p. 73).

No início do século XX, ganhava corpo uma discussão sobre a necessidade de criação de uma legislação florestal, em função do crescente desmatamento ocorrido, em especial, para o uso de dormentes e de carvão vegetal destinados às linhas férreas paulistas. Nesse contexto, em 1911, o engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade assumiu a direção do Serviço Florestal e Botânico do estado de São Paulo e mudou radicalmente os rumos do órgão.

De órgão dedicado à realização de pesquisas com florestas *nativas*, o serviço se transformou, sob sua direção, em uma *sementeira de eucaliptos* (BARCELOS, 2010, p. 74; DIAS, 2007, p. 137). Assim se iniciaram os plantios homogêneos:

²⁹ “O desmatamento ocorria no Brasil desde o descobrimento, como se sabe, e já em 1797 a Coroa Portuguesa declarou como de seu ‘[...] direito de posse e propriedade todas as florestas e arvoredos ao longo da costa e dos rios navegáveis que desembocavam no mar’. Em 1800, a Carta Régia elaborada pela Coroa previa normas que obrigavam os proprietários a ‘[...] conservar as espécies de interesse da colônia’; e em 1808, com a chegada da corte real no Rio de Janeiro, criou-se o Jardim Botânico (1811), a fim de aclimatar plantas e realizar estudos da flora brasileira. Mas somente em 1921 foi criado o Serviço Florestal Brasileiro, para incentivar a silvicultura nacional e aumentar a produção florestal, além de fiscalizar desmatamentos em florestas nativas.” (BARCELOS, 2010, p. 72)

[...] o serviço sob nova direção transforma-se num poderoso auxiliar à expansão dos monocultivos florestais, abandonando seu papel de serviço público, tornando-se um braço dos interesses privados da Cia. Paulista [Companhia Paulista de Estradas de Ferro] no Estado. (DIAS, 2007, p. 137)

Em seguida Navarro passou a trabalhar no Serviço Florestal da Cia. Paulista, onde começou a gerir plantações de eucalipto para fins comerciais.

Seus experimentos no Serviço Florestal da Companhia abriram um terreno fértil para a propagação das plantações homogêneas em larga escala e deram à elite modernizante do país, da qual fazia parte, os elementos fundamentais para consolidar a ideia de “florestas produtivas” ou, também, “florestas plantadas.” (BARCELOS, 2010, p. 76).

Paralelamente, crescia a imprensa brasileira no período, e foram surgindo algumas fábricas de papel nas primeiras décadas do século XX no centro-sul do país. Essas indústrias utilizavam celulose importada, ou a fabricavam como momento produtivo para originar o papel, porém eram bastante dependentes das tecnologias externas e não tinham apoio estatal. São exemplos de empresas presentes nesse processo (e ainda existentes) a Klabin S.A., a Suzano Papel e Celulose e a Companhia Melhoramentos (JOLY, 2007, p. 29-30)

Essa situação começou a mudar em meados da década de 1940, quando se iniciou a produção no país de *celulose de mercado*, ou seja, de pasta para fins de comercialização. Segundo Joly (2007, p. 31), o período em que Getúlio Vargas foi presidente (1930-1945) foi decisivo para as mudanças no setor, pois ofereceram-se incentivos e isenções de impostos para importação de maquinário, insumos, ferramentas etc., além de auxílio para a construção de fábricas de papel, a fim de tornar o país autossuficiente nesse ramo. Através desses incentivos, a primeira fábrica de celulose do país foi criada pelos irmãos Klabin, no Paraná, em 1946.

Segundo Goldenstein (1975, p. 345), naquele momento iniciava-se o processo de *integração ascendente* do setor *florestal*, no qual as empresas passariam, de produtoras de papel, a serem, futuramente, detentoras de grandes maciços homogêneos de árvores integrados às indústrias de celulose e papel.

Entre 1950 e 1956 a produção de celulose no Brasil aumentou de 1.590 para 51.900 t/ano, fundada principalmente no plantio e transformação do eucalipto. Esse crescimento baseou-se nos plantios antes usados para o abastecimento de caldeiras locomotivas e produção de dormentes de linhas férreas; após a Segunda Guerra Mundial, ganharam mais importância o óleo diesel e a tração elétrica. A importação de celulose para a produção de papel diminuiu de 73,7%, em 1950, para 28,8% em 1960 (HILGEMBERG; BACHA, 2001, p. 148).

Em 1956, com a criação do Plano de Metas pelo governo Juscelino Kubitschek, o setor ganhou novo fôlego, com a retomada de incentivos estatais e financiamentos por meio do então chamado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES³⁰), além da abertura do setor ao mercado externo (JOLY, 2007, p. 33).

Mas a grande mudança qualitativa e quantitativa na produção ocorreu efetivamente no período da ditadura militar, dando origem aos grandes maciços homogêneos de eucaliptos e *pinus* que hoje vemos no país.

Pode-se perceber, desde já, como a expansão do setor foi efetuada, principalmente, em momentos em que o *desenvolvimento nacional* era pauta central dos governos. Assim, tentaremos demonstrar como o Estado teve papel ativo no crescimento do setor, em especial nas décadas de 1960 e 1970, com base, principalmente, nos estudos de Léa Goldenstein (1975) e Sérgio Magaldi (1991).

3.2 AS POLÍTICAS FLORESTAIS NO BRASIL ENTRE 1966 E 1987

Léa Goldenstein (1975), em estudo clássico sobre o *reflorestamento* para a produção de celulose, fruto de sua pesquisa de livre-docência, já afirmava, logo na introdução, a relação entre o desenvolvimento desigual do capitalismo e a divisão internacional do trabalho, determinações importantes para entender a atuação desse setor no Brasil. Estava posta, para a autora, a necessidade de compreender o processo de industrialização *dependente* dos países periféricos.

Ela explicita que no momento em que estava realizando o estudo, ocorriam não só mudanças em um setor específico, mas uma reorganização mais ampla, na qual o Brasil passava da fase em que se caracterizava como exportador de matéria-prima para aquela em que se constituía como exportador de produtos semielaborados e finais. Essa mudança seria dada, ainda segundo a autora, por *forças dirigentes* tanto dos países periféricos quanto pela

³⁰ O BNDE surgiu em 1952 (Lei nº 1.628) como uma autarquia federal, com objetivo de ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Em 1971 ele se transformou em uma empresa pública, e atuou, nesta década, como uma peça fundamental na política de substituição de importações, com maiores investimentos feitos para os setores de bens de capital e insumos básicos. Em 1982 foi adicionado o “S” (de social) ao nome do banco, tentando refletir novas preocupações em relação ao desenvolvimento, e também neste ano as três subsidiárias existentes desde 1974 para atuar no mercado de capitais fundiram-se na BNDES Participações S.A. (BNDESPAR). (BNDES, [sítio eletrônico](#))

necessidade dos países centrais, e caracterizaria ainda uma nova divisão internacional do trabalho (DIT), baseada, entre outras coisas, na expansão das multinacionais através de subsidiárias no *terceiro mundo*. Isso demonstraria que:

[...] a economia dos países “centrais” se relaciona com a dos países “periféricos” e deles depende, agora não mais apenas para fornecimento de matérias primas e como mercado para produtos manufaturados, mas também para colocação e reposição de seu excedente de capital. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 8)

As mudanças do *lugar* do Brasil e de outros países periféricos na DIT ao longo do século XX foram estudadas por diversos autores, e há um relativo consenso de que havia uma necessidade das indústrias dos países centrais de que os periféricos não fossem mais apenas exportadores de matéria-prima, no pós-Segunda Guerra Mundial (GOLDEINSTEIN; SEABRA, 1982; SINGER, 2001).

Singer (2001), discorrendo sobre essa questão, aponta que a expansão das multinacionais nesse período acabou sendo um dos fatores que levou à maior industrialização dos países periféricos. O autor faz uma periodização do século XX no Brasil que segue o critério do desenvolvimento econômico do país em relação às mudanças do capitalismo em nível global.

Para isso, ele entende que existem três momentos distintos de *desenvolvimento econômico* no país. O primeiro, até 1930, é caracterizado como o início da industrialização, porém no interior de uma economia ainda subordinada à oligarquia agrário-exportadora, baseada na exportação do café e dependente das oportunidades das políticas intervencionistas para esse produto; o segundo período, entre 1930 e 1980, foi quando ocorreu uma grande mudança da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, baseada fortemente na atuação estatal; e o terceiro período, que abarcaria as últimas duas décadas do século XX, foi marcado pela abertura econômica em bases neoliberais e pelo grande desemprego e alta inflação (SINGER, 2001).

O primeiro período estabelecido por Singer (2001) – até 1930 – é entendido por Goldenstein e Seabra (1982, p. 27-28) como extensão de longa fase que perdurou desde o século XVI até as primeiras décadas do século XX, caracterizada por uma economia agrário-exportadora que produzia um território essencialmente desarticulado, com uma economia nacional formada por várias economias regionais, que tinham em comum “[...] a valorização do setor externo, realizando um ‘crescimento para fora’.” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 28).

Francisco de Oliveira (1981) faz uma periodização da economia brasileira em consonância com os autores supracitados, e destaca que com o ciclo do café houve concentração econômica e formação da região Sudeste, enquanto havia economias regionalizadas na região Nordeste e “vazios” econômicos no Centro-Oeste e Norte.

Já a segunda fase da inserção do Brasil na economia mundial no século XX é marcada pela formação do mercado nacional. Ela inicia-se nos anos 1930, “[...] tendo como marco a ascensão da burguesia industrial à condição de componente do bloco hegemônico de classes dominantes do país.” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 30). Nesse momento, a urbanização passou a ser o motor da acumulação geral no país (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 30).

Singer (2001) salienta, em relação à passagem do primeiro para o segundo período, que com a *grande depressão* nos anos 1930, os países centrais abandonaram o liberalismo econômico, passando a vigorar um maior intervencionismo estatal. Nos países periféricos a situação não foi diferente, e no Brasil, após a chamada Revolução de Trinta, o Estado passou a comandar políticas de intervenção em diversos setores e regiões:

A intervenção direta do Estado na produção, incentivando-a ou limitando-a, passou a ser corriqueira e cada vez mais geral. A ideia de que a empresa privada deve se auto afirmar no mercado livre, competindo com outras, foi deixada de lado. Qualquer grupo de produtores tinha o direito de esperar e de pressionar pela intervenção protetora do Estado e pouco a pouco todos passaram a fazê-la. (SINGER, 2001, p. 97)

Assim começou no país a política de fomento à industrialização por meio da *substituição de importações*, que se tornou a maior estratégia de desenvolvimento do país organizada pelo Estado, a partir da criação de meios de financiamento dessa industrialização (SINGER, 2001, p. 97). E o corporativismo – entendido pelo autor como a mediação efetuada pelo Estado entre as classes sociais – tornou-se “[...] característica estrutural do Brasil, de 1930 em diante, adquirindo ora conotações repressivas, quando o regime político é ditatorial, ora conotações democráticas, quando o regime político é dessa espécie.” (SINGER, 2001, p. 104).

Esse segundo momento foi caracterizado, para Goldenstein e Seabra (1982, p. 30-31) e Oliveira, F. (1981), pela implementação de diferentes ramos produtores de bens intermediários de capital, concentrados na região Sudeste e em especial em São Paulo. Essa concentração foi possibilitada por alguns fatores, entre eles, a política federal de fim de restrições estaduais e municipais de circulação de mercadorias; e a abertura de estradas de

rodagem e ligação ferroviária com o sul. Com isso, diminuíram os custos de transporte e a proteção dos mercados regionais, fazendo com que as mercadorias produzidas no Sudeste competissem com aquelas produzidas nas demais regiões, que em desvantagem comparativa (escala e tecnologia de produção) entraram em crise e muitas vezes encerraram suas atividades.

Singer (2001, p. 104-111) destaca, em relação a esse momento, a criação de estruturas de ligação interna no país como fator determinante para a política de substituição de importações, em especial a criação de rodovias para unir o litoral ao interior do país. Assim, a partir da década de 1950 começaram a entrar no Brasil multinacionais – entre as quais se destacam as automobilísticas –, que acabaram permitindo uma maior industrialização do país. É importante salientar que essas multinacionais estavam interessadas em que os países periféricos servissem de plataformas de exportação, e foi isso que permitiu a renovação do lugar do Brasil na DIT, como também aponta Goldenstein (1975).

Durante a guerra fria ocorreram mudanças na posição dos países centrais em relação aos periféricos, e nas décadas de 1960 e 1970 muitas multinacionais começaram a investir na implantação de fábricas na periferia do capitalismo, gerando também o desenvolvimento de algumas indústrias nacionais (SINGER, 2001, p. 110).

Esse *desenvolvimento* da economia deu-se pela expansão do mercado externo, em “[...] uma combinação sempre instável de vinculação com a economia mundial capitalista e de acumulação nacional de capital” (SINGER, 2001, p. 127). Ele foi comandado pelo Estado e financiado pelo BNDE, Banco do Brasil e também pelo Banco Mundial e Interamericano (SINGER, 2001, p. 127).

Sérgio Magaldi (1991), em estudo sobre o setor de papel e celulose, aponta que havia um processo – em curso desde a Primeira República, mas que se completou apenas no período da ditadura militar – de requalificação da base de acumulação no Brasil, em torno de um projeto de industrialização que incluiu mudanças de ordem político-institucional. Essas transformações passaram pela reorientação de investimentos e mudanças nas relações entre o urbano e rural, desembocando numa mudança da posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (MAGALDI, 1991, p. 15).

O autor analisa o *lugar* da produção agropecuária nessas transformações, marcado, segundo ele, pela grande preocupação de não elevação do preço dos alimentos para o crescente contingente de trabalhadores urbanos, nem o das matérias-primas *naturais* utilizadas pelos setores urbano-industriais. Ou seja, a agricultura deveria se modernizar, mas sem ser obstáculo para o processo de acumulação urbano-industrial (MAGALDI, 1991, p. 16).

Para compreender esse *lugar* da agropecuária no projeto de *desenvolvimento* nacional, o autor também recorre a uma periodização com objetivo de identificar e sistematizar momentos do desenvolvimento macroeconômico das atividades agrárias, e a forma como elas interagem com a “[...] estrutura produtiva comercial-financeira organizada pelo capital em geral, e com o desenvolvimento dos diversos ramos industriais conectados àquelas atividades [agropecuárias] em particular.” (MAGALDI, 1991, p. 49).

Haveria três grandes períodos caracterizados por *padrões agrários* e relações de produção predominantes. O primeiro, que abrange desde a chegada dos portugueses no (depois denominado) Brasil até a passagem do século XIX para o XX, teria sido marcado pelas grandes explorações sob o regime escravagista e por relações não *caracteristicamente* capitalistas, como o colonato, com a existência, paralelamente – complementar e marginal – de uma *economia de minifúndio*. A produção seria caracterizada pelo controle exercido por mecanismos de comercialização e intermediação financeira, em geral ligados a capitais externos, em consonância com a análise de Martins (2004) já apresentada (MAGALDI, 1991).

O segundo momento, demarcado entre o início século XX e a década de 1960, seria balizado pela captura das atividades agrárias pelo capital de corte oligopolístico, com diversificação econômica e aceleração do processo de industrialização, “[...] comandado por uma articulação entre capitais nacionais, capitais transnacionais e Estado, através do qual se completa a unificação geoeconômica do país.” (MAGALDI, 1991, p. 51).

E o terceiro momento, que iria da década de 1960 até o presente – 1991 –, seria o período no qual ocorreria o:

[...] coroamento e aperfeiçoamento dos processos engendrados no período anterior. É marcada[o] pela acentuação da concentração de capitais na agricultura, e sobretudo na indústria, através do progressivo controle dos instrumentos-chave do funcionamento da economia – e de grandes massas de capitais – por um grupo reduzido de corporações empresariais, materializadas na forma de conglomerados e ‘holdings’. Verifica-se o aprofundamento da trama de relações de interdependência entre os diferentes setores e ramos da economia. Na intensificação aperfeiçoada das formas de apropriação da renda da terra pelo capital, assiste-se à consolidação dos monopólios nas esferas da produção e da circulação (e muitas vezes em ambas) [...]. (MAGALDI, 1991, p. 52)

O autor expõe que a grande propriedade fundiária manteve, durante todos os períodos, centralidade na acumulação e reprodução do capitalismo no Brasil. Isso porque a *apropriação* – *ocupação* do solo sob grandes domínios conservou-se como prática fundamental para a reprodução das elites agrárias, de tal maneira que essa forma dominante de ordenamento assume novas feições e qualidades – de acordo com a inserção do país na DIT e o

desenvolvimento das forças produtivas internas – mas nunca deixando de ser base de acumulação, ainda que articulada à corporação capitalista de matriz industrial (MAGALDI, 1991, p. 8).

Nesse sentido, Magaldi (1991) ainda salienta que não há registros, em nenhum período, de tentativa significativa ou *séria* de reverter essa situação, ou seja, reverter o processo de concentração fundiária que se repõe de diferentes formas na história do país. Pelo contrário, o que houve foi, nos três períodos, ações do Estado pautadas no estímulo à especulação fundiária em larga escala, com o desenvolvimento rural capturado por práticas produtivas centradas em grandes domínios patrimoniais (MAGALDI, 1991, p. 52).

Outra característica que atravessaria os períodos definidos pelo autor seria a manutenção do controle da produção agropecuária pelo setor de comercialização, composto por frações da burguesia ligadas ao abastecimento urbano e/ou às exportações de produtos primários, que dividiria com certos ramos da indústria o controle sobre as atividades agrárias no país³¹ (MAGALDI, 1991, p. 53). Esse processo não só se reproduz, como se aprofunda com a tendência concentracionista e a verticalização que interliga a produção à comercialização em setores do *agro*, tal qual ocorre no ramo de produção de papel e celulose.

Léa Goldenstein (1975) aprofundou justamente a passagem do segundo para o terceiro período delineados por Magaldi (1991), a partir das transformações ocorridas no setor de papel e celulose. A autora afirma que, após a Segunda Guerra Mundial e em especial a partir do final da década de 1960, estava ocorrendo uma *redistribuição geográfica* das áreas produtoras de madeira:

Pode-se dizer que está em andamento [1975], fortemente relacionada com a produção de madeira, uma redistribuição geográfica, em nível mundial, das áreas produtoras de madeira. E isto nos levou a considerar, depois de examinar os recursos florestais disponíveis no mundo e as suas condições de renovação, a importância para os países centrais dos programas florestais que estão sendo empreendidos em países dos continentes africano e sul-americano. Suas características de florestas de produção voltadas para exportação da madeira as equipara (apesar das diferenças decorrentes de uma transformação industrial de matéria prima obtida, mais avançada), às grandes *plantations* comerciais que há séculos vêm caracterizando a ocupação da terra nos países tropicais, ao mesmo tempo que o aproveitamento industrial da madeira, próximo aos locais de produção, e sua exportação como produto semielaborado, se subordinam à nova divisão internacional do trabalho, que,

³¹ O Comitê Internacional ao Desenvolvimento Agrícola (Cida), citado por Goldenstein, também analisa a relação entre as grandes propriedades, a produção agropecuária e os setores não agrícolas: “Há [no Brasil] um contínuo movimento de capital entre o setor agrícola e os setores não agrícolas, que sempre tem o efeito de fortalecer o ‘latifundismo’, mas não a agricultura, uma vez que apenas uma pequena parte do capital é empregada para tornar eficientes, a longo prazo, as operações das empresas agrícolas existentes.” (CIDA. **Posse e uso da terra e o desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola – Brasil**. União Pan-americana, Washington, 1966 apud GOLDENSTEIN, 1975, p. 311).

embora em outro nível, mantém a dinâmica das relações de dependência. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 14)³²

Mas como se deu essa *redistribuição geográfica* das áreas produtoras? A autora destaca que até a década de 1970, celulose e papel eram um *negócio* entre países ricos; os países de *economia planificada centralizada* apareciam como exportadores de madeira para pasta; e o *terceiro mundo* tinha participação muito pequena no comércio, como exportador de madeira e importador de celulose e papel (GOLDENSTEIN, 1975).

Desde a década de 1960, e em especial na de 1970, porém, transformações significativas estavam em curso, com progressiva escassez da matéria-prima madeira nos países tradicionalmente produtores (em especial os países nórdicos da Europa e os da América do Norte), o que trazia algumas consequências, como a alta dos preços; o desenvolvimento de pesquisas para uso de madeiras variadas; e

[...] o interesse pela produção de celulose nas regiões do mundo em que a madeira é mais barata e [onde poderia haver] a transferência dessa matéria-prima intermediária para os países produtores e grandes comerciantes de celulose e papel. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 30)³³

Nesse momento, ocorriam também, ainda segundo Goldenstein (1975, p. 83), mudanças na tendência mundial de consumo de madeira. Havia grande aumento da demanda; profunda modificação de como se dava o consumo (até a década de 1970, 50% do uso de madeira era de lenha para consumo doméstico, situação que começou a se modificar, com o estacionamento desse consumo e o crescimento de outros); e tanto em volume quanto em ritmo, era a produção de celulose que mais crescia.

³² Goldenstein (1975) faz, assim, uma comparação entre as *plantations* do sistema colonial no Brasil e as atuais áreas de plantações de árvores. Para a autora, a principal convergência (mesmo admitindo-se que existam diferenças entre os dois *tipos* de ocupação do solo pela agricultura) é a vinculação da produção à exportação. Magaldi (1991), que utiliza largamente a obra de Goldenstein (1975) como referência, aponta que, apesar dessa semelhança, não seria possível chamar as plantações atuais de *plantations*, pois estas se realizavam em latifúndios com “poucos vínculos com o restante do espaço colonial”, enquanto hoje o agronegócio que ocupa latifúndios para produção voltada ao mercado externo está muito relacionado com outros segmentos da produção nacional e internacional, e cada vez mais dependente da indústria, tornando as semelhanças com as *plantations* apenas aparentes, mas não efetivas (MAGALDI, 1991, p. 127-128).

³³ É importante destacar aqui que esse processo deu-se justamente no bojo da crise energética, que levou a discussões sobre as matrizes utilizadas mundialmente (MAGALDI, 1991, p. 209), e acabou colocando a *natureza*, na condição de recurso natural, como nova *raridade* para alavancar um outro ciclo de acumulação (PRIETO, 2011, p. 31-32). Não podemos esquecer que a escassez é discurso necessário para haver apropriação privada, tal como vimos no caso da terra. Assim, nesse momento estaria se delineando a captura da natureza como equivalente de mercadoria para poder ser comprada e vendida nos marcos desse modo de produção.

Segundo Magaldi (1991, p. 116), essa mudança nos padrões de consumo de madeira estava ligada a estratégias mercadológicas em nível global³⁴, nas quais eram peças centrais a diversificação da produção e a inserção de novas mercadorias – ainda que similares a outras já existentes – como necessidades *criadas* para os crescentes mercados capitalistas. A indústria de celulose, nesse momento, surgia não só como fonte dos mais diversos tipos de papel, mas também como uma das fontes de produção de *embalagens*, mercadorias estas que tomam uma proporção gigantesca nesse novo momento de reprodução do modo capitalista de produção – tanto em quantidades produzidas quanto em diferentes qualidades físicas dos produtos – nas mais variadas mercadorias³⁵.

Além disso, nas décadas de 1960 e 1970 havia forte pressão dos movimentos ambientalistas pelo fechamento de fábricas de celulose na Europa. A poluição das águas causadas por essa indústria, naquele momento, representava entre 75% e 90% de toda a poluição causada pelos parques industriais nos países nórdicos, o que se ao “[...] fator matéria prima disponível em quantidade e preço convenientes nos países menos desenvolvidos, e ainda ao fator mão de obra abundante e barata, que também caracteriza esses países.” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 36).

Por último, é importante destacar que mudanças de ordem técnica na produção de celulose também influenciaram na redistribuição dos plantios de madeira pelo mundo. Tradicionalmente, a confecção da celulose estava muito associada ao uso de fibras longas de madeiras resinosas (por exemplo, o *pinus*), cuja abundância concentrava-se nos países nórdicos europeus e norte-americanos. Com o aumento da demanda e a escassez de matéria prima, a *evolução técnica* se deu para a produção a partir de fibras curtas de madeiras folhosas (por exemplo, o eucalipto), abrindo “[...] enormes perspectivas para a fabricação de pasta nas regiões tropicais e subtropicais.” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 33). E, ainda, “Resolvidos os aspectos tecnológicos, as folhosas apresentam grandes vantagens [para a utilização industrial da madeira]: são plantas de rápido crescimento, apresentam bom rendimento por unidade de superfície e constituem matéria prima homogênea.” (GOLDENSTEIN, 1975, p.34).

Segundo Barcelos (2010, p. 47-48), até a Segunda Guerra Mundial não havia tecnologia disponível para a produção de celulose por meio de madeira de fibra curta; foi apenas no pós-guerra que a indústria papelreira japonesa desenvolveu tecnologia comercial

³⁴ Vale lembrar que naquele momento estava ocorrendo o processo comumente chamado de *terceira revolução industrial*, ou seja, a passagem da forma de produção industrial hegemônica do *fordismo* para o *toyotismo*.

³⁵ Segundo Barcelos (2010, p. 65), atualmente quase 40% da produção de papel tem por objetivo seu uso como *embalagem*.

capaz de utilizar esse tipo de madeira. Assim, foi possível passar a recorrer não só ao uso de madeiras locais, mas também aos manguezais do Sudeste Asiático, aos eucaliptos da Austrália, às madeiras de lei do sul da África, às espécies nativas do Chile e à madeira de florestas da Papua Nova Guiné, entre outros. A partir daí cresceu o comércio de celulose de fibra curta, reelaborando o mapa de localização das plantações, e expandindo para diferentes áreas do globo principalmente o eucalipto australiano.

Já segundo Magaldi (1991), Joly (2007, p. 33), Hilgemberg e Bacha (2001, p. 148) e Suzano Papel e Celulose (sítio eletrônico), foi a Suzano Papel e Celulose que começou, na década de 1950, a realizar pesquisas para a produção de celulose a partir do eucalipto (a empresa inclusive teria alugado um laboratório na Universidade de Flórida para esse fim), as quais levaram ao desenvolvimento de tecnologias para a produção de celulose por meio de fibras curtas. Independentemente de qual foi o início das pesquisas, o fato é que se investiu e se criaram as condições para que essa planta australiana – o eucalipto – passasse a ser a principal matéria-prima utilizada para a fabricação de celulose nos novos países produtores.

O desenvolvimento dessas tecnologias envolvia, como não poderia deixar de ser, “[...] pesquisas genéticas, seleção de espécies, aração, adubação e todos os outros tipos de cuidados que caracterizam uma agricultura comercial.” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 129). Magaldi (1991, p. 100) aponta, em relação a essas inovações, que:

Desse modo, não é sem razão que as características que orientam a reposição e a expansão dos maciços florestais destinados ao aproveitamento econômico, em especial aqueles que são cultivados para a futura utilização como matéria prima industrial, obedecem cada vez mais a critérios de eficiência técnica que visam obter ganhos crescentes de produtividade. Isto inclui principalmente o desenvolvimento e a padronização de cultivares florestais, que resultam de pesquisas com espécies de maior resistência e incremento médio anual por unidade de área, e que, associadas a outras características de forte conteúdo técnico-científico aplicadas à atividade, dotam-na de um padrão de funcionamento similar ao da indústria.

Assim, no bojo do processo de modernização da agricultura, com o desenvolvimento de tecnologias para tornar economicamente viável a produção de celulose a partir de fibras curtas³⁶, a pressão de movimentos ambientalistas europeus e a escassez da matéria-prima nos

³⁶ Conforme demonstra Santos (2008, p. 13), as pesquisas tecnológicas para tornar viável e aumentar a produtividade da fibra curta oriunda do eucalipto deram-se, e ainda se dão, tanto em âmbito público quanto privado: “Do ponto de vista tecnológico, as pesquisas em torno das aplicações do eucalipto tornaram o país vanguardista na aplicação da espécie nesta atividade. Segundo Soto (1992), citado por Hilgemberg e Bacha (2003), o processo de inovação desenvolvido pelas empresas consistiu na obtenção de uniformidade nas plantações de eucalipto, através de estudos em reprodução, e na busca por fibras curtas mais resistentes, por meio de alterações nas técnicas de refino. Como exemplo, o trabalho de melhoramento genético iniciado pela VCP nos anos 1970 com seleção de espécies, culmina nos anos 2000 com as pesquisas do genoma e a criação de indivíduos com características específicas para o uso final (VCP, 2007). Atualmente, cerca de 60% das espécies

países tradicionalmente produtores, foi aumentando a importância dos plantios de árvores como base para a indústria *florestal*, em especial nos países periféricos³⁷. Segundo Goldenstein (1975, p. 129), essa expansão tinha como principais aspectos a maior produtividade das áreas de reflorestamento plantadas; a possibilidade de formar maciços extensos e “compactos”, que facilitam a mecanização e barateiam os custos de trato e transporte, favorecidos ainda pela homogeneidade das espécies e tamanho das árvores; e a interligação cada vez maior entre plantação e indústria.

É nesse contexto que a autora aponta o crescimento do setor no Brasil, e com ele a necessidade de seu estudo considerar as especificidades da formação social brasileira:

Considerando que ocorreu uma modificação no comportamento da indústria, quer no que concerne à localização em si, quer no que concerne às relações com a região, o estudo de um setor industrial permite identificar essas modificações ocorridas. Estas serão diferentes conforme o país em que se localizam. No exemplo escolhido, e especificamente em se tratando do Brasil, as vinculações com o espaço agrário, com a origem dos capitais e o mercado internacional nos parecem essenciais. Em outros setores industriais, principalmente quando nos países europeus, além dos aspectos inerentes à internacionalização do capital, as mudanças devem ser fortemente relacionadas com a mão de obra, com a política setorial, com a política de conservação do meio ambiente, etc. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 3)

No Brasil, então, a produção do setor cresceu muito após 1968, apoiada em uma política governamental que se empenhava na integração da economia brasileira à mundial, como já apontado, pela expansão das multinacionais instaladas e em instalação no Brasil. Segundo a autora: “Grandes projetos de investimento vêm sendo financiados, a prazos longos, pelos organismos de crédito internacionais associados, muitas vezes, a consórcios formados por empresas ‘multinacionais’.” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 9)

plantadas no Brasil são híbridas (BRACELPA, 2007) [...] Além das pesquisas da iniciativa privada, predominantes na década de 1970, foram criados centros de pesquisas públicos como a Embrapa Florestas (Colombo - PR) em 1978, o Departamento de Ciência Florestal da ESALQ – USP (Piracicaba - SP), criado em 1970 e ainda instituições de natureza mista como o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais - IPEF (Piracicaba - SP), criado em 1968 numa iniciativa entre atores privados e Universidade de São Paulo. Além das pesquisas genéticas, nestes centros são desenvolvidos estudos de aplicação das fibras, processos produtivos, manejo florestal e logística de transportes, estes marcados pelo uso intensivo da informática. Ao longo das décadas de [19]80 e [19]90 as pesquisas tornam-se mais intensas por parte de universidades.”

³⁷ A Food and Agriculture Organization (FAO), que faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU) foi também importante agente para essa expansão. No Brasil, em 1967, em parceria com o IBDF, ela formou a primeira turma do curso de engenharia florestal (JOLY, 2007, p. 34); realizou estudo no início da década de 1970, demonstrando que o reflorestamento homogêneo de árvores, potencialmente, seria mais barato que a média mundial na América Latina, “[...] levando a um entrosamento progressivo entre as iniciativas nacionais – governamentais e privadas – e as internacionais.” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 131). E ainda, para Magaldi (1991, p. 105), “De certa forma, o papel da FAO nesse segmento parece ser o de participar como um instrumento de assessoria no bojo de um movimento mais global, que articula a consolidação de áreas historicamente produtoras com a expansão e a redefinição de novas áreas de cultivo florestal em nível mundial, que por sua vez apontam para a redefinição da rede de produtores de celulose no planeta.”

E ela ainda ressalta que esse processo, no Brasil, não pode ser compreendido apenas pelo aspecto do uso e aproveitamento da madeira, pois:

O reflorestamento vem sendo favorecido por incentivos fiscais, diretos e indiretos, com profundas consequências para o espaço agrário. “[...] o processo, interessando o reflorestamento com incentivos, que se iniciou aparentemente desordenado, embora obedecendo a uma diretriz de tornar produtivas as grandes propriedades e atender a demanda mundial de madeira, passou a ser altamente orientado, na medida em que se vinculou a um número limitado de grandes empreendimentos integrados, moldando-se a uma política global de exportação, de grande empresa e de associação com o capital estrangeiro.” (Capítulo V). Está sendo, ao lado da pecuária, uma das bases da manutenção do latifúndio. Leva a uma maior concentração de propriedades e, ao contribuir para o desvinculamento da mão de obra da terra, está modificando as relações de produção no campo e favorecendo uma rápida acumulação de capitais. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 14)

Nesse trecho a autora já aponta, além das consequências desse aumento da produção de culturas voltadas ao mercado externo para a parcela agrária do território brasileiro, que serão tratadas ao longo do trabalho, o importante papel do Estado nessa expansão. Goldenstein (1975) dedica todo um capítulo de sua tese de livre-docência à “Evolução da legislação florestal no Brasil e suas repercussões.” Para ela, as mudanças na silvicultura no Brasil poderiam ser divididas em duas fases (levando em consideração que o estudo foi concluído em 1975): antes e depois da Lei de Incentivos Fiscais de 1966, Lei nº 5.106 (BRASIL, 1966).

Em 1965 havia sido aprovado um novo Código Florestal, a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965), o qual, além de contemplar a preservação ambiental no interior de cada propriedade, estabelecia no artigo 20 a obrigatoriedade do plantio de árvores pelas atividades que consumissem esse *recurso*. Além disso, nos artigos 38 e 40 o código (BRASIL, 1965) incentivava o reflorestamento através de deduções sobre impostos de renda e prioridade de concessão de créditos oficiais para esse fim (SANTOS, 2008, p. 10). Segundo Castral (2003, p. 21), em 1966 esses artigos foram regulamentados pela Lei nº 5.106 (BRASIL, 1966)³⁸. Essa lei seria um marco para o aumento da participação do capital privado no setor, baseado na isenção e abatimento fiscal para pessoas físicas e jurídicas (GOLDENSTEIN, 1975, p. 153)³⁹.

³⁸ No bojo desse processo também foi criado o IBDF, em 1967. Ele era uma autarquia do Ministério da Agricultura, para “[...] formular, orientar, aprovar e executar política florestal no país.” (CASTRAL, 2003, p. 22).

³⁹ “No início da década de 1960 o interesse das empresas de celulose e papel por estabelecer plantios de florestas era pequeno. Os empresários acreditavam que poderiam adquirir matéria-prima de terceiros como vinham fazendo. Até 1966 as empresas de celulose e papel eram em geral abastecidas por pequenos reflorestamentos, matas naturais como a de araucárias ou pelas reservas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Belik (1992)

Em seu primeiro artigo, a referida lei previa que “As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliados no Brasil” (BRASIL, 1966), desde que, em relação às pessoas físicas, as importâncias se referissem ao ano base do imposto e não se computassem os valores das reservas florestais não exploradas ou em formação. No que concerne às pessoas jurídicas, até 50% do total do imposto poderia ser descontado, desde que aplicado em “[...] essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte” relativas ao ano base do imposto (BRASIL, 1966); e ainda a partir das seguintes determinantes, presentes no artigo 2 da Lei nº 5.106 (BRASIL, 1966):

- a) realizem o florestamento ou reflorestamento em terras de que tenham justa posse, a título de proprietário, usufrutuários ou detentores do domínio útil ou de que, de outra forma, tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários;
- b) tenham seu projeto previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores;
- c) o florestamento ou reflorestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas.

A Lei nº 5.106 ainda determinava que o desconto no imposto seria para quaisquer despesas de *florestamento e reflorestamento*, ou seja, tanto as realizadas pelo próprio *contribuinte*, quanto às referentes ao pagamento de contratação de terceiros, “[...] na elaboração do projeto técnico, no preparo de terras, na aquisição de sementes, no plantio, na proteção, na vigilância, na administração de viveiros e flores e na abertura e conservação de caminhos de serviços” (BRASIL, 1966).

Essa mesma lei é também entendida como marco no setor *florestal* de uma passagem do segundo para o terceiro período de inserção da agropecuária na economia nacional proposto por Magaldi (1991). Segundo este autor, as plantações de árvores para produção industrial inseriam-se na já comentada reestruturação do padrão de acumulação no Brasil, marcada ainda pelo planejamento estatal. Planejamento que incentivou a transformação dos meios de produção da agricultura, “[...] de produção predominantemente de bens naturais para produção hegemônica de bens industriais, no contexto de um processo mais global, da internacionalização dos fluxos de capital [...]” (MAGALDI, 1991, p. 65).

afirma que não havia empresas especializadas em reflorestamento, o que tornava a atividade restrita aos produtores de papel e celulose, em pequena escala e com vistas ao atendimento da legislação, até então de viés compensatório. Ao ser promulgada, a Lei 5.106/66, primeira legislação a regulamentar a concessão de incentivos fiscais ao setor de reflorestamento torna a atividade muito atrativa, devido ao dispositivo apresentado no seu Artigo 1º. [...] Empresas especializadas em reflorestamento passam a atuar, elevando o número de empresas de 20 em 1969 para 500 em 1977 (BELIK, 1992).” (SANTOS, 2008, p. 10).

Essas transformações exigiram (e ainda exigem) altos investimentos de capital, e por isso basearam-se no auxílio do Estado (através de sistemas de crédito e favorecimento financeiro – subsídios e incentivos) ou de capitais externos. Assim, o Estado tornou-se agente central para o desenvolvimento do setor, em uma perspectiva nacional-desenvolvimentista: planejamento para gerar o *progresso* do país. Ainda segundo Magaldi (1991, p. 98-99):

[...] as atividades de pesquisa básica e aplicada, e articulação de um conjunto numeroso de especializações reunidas sob o rótulo de Planejamento revestem-se de grande importância, uma vez que o elemento norteador dessa etapa [pós-década de 1960] parece ser o da expansão diversificada da empresa através de uma nova racionalidade que se materializa em ações visando a “criação” de necessidades, a proliferação de novos produtos substitutos próximos entre si, as novas formas de controle e poder sobre os mercados, os aumentos nos volumes e na velocidade de reposição de estoques, o aumento na circulação de haveres monetários e nos níveis de endividamento no interior de um grupo empresarial, entre firmas e entre firmas e órgãos estatais, tornando cada vez mais maleável e ao mesmo tempo resistente, essa unidade básica e locus privilegiado de acumulação (a firma).

Houve então grande crescimento dos plantios florestais no final dos anos 1960, um crescimento que continuou até o final dos incentivos (década de 1980).

Tabela 1 – Área florestada e reflorestada no Brasil (1967-1987)

Ano	Subtotal (ha)*
1967/8	138.000
1969	162.000
1970	222.000
1971	249.000
1972	304.000
1973	394.000
1974	324.000
1975	398.000
1976	449.000
1978	346.000
1979	412.000
1980	474.000
1981	436.000
1982	418.000
1983	431.000
1984	215.000
1985	286.000
1986	285.000
1987	409.000
TOTAL	6.352.000

* Os dados incluem o plantio de eucalipto, *pinus*, araucária e outros.
 Fonte: Castral (2003, p. 25).

Já em 1970 foi aprovado o Decreto-Lei nº 1.134 (BRASIL, 1970), que segundo Goldenstein (1975, p. 170-171), dava vantagens tributárias maiores a essa atividade do que a

qualquer outra, privilegiando o subsídio a grandes firmas verticalizadas. Segundo Magaldi (1991, p. 170):

Muito aplaudido pelo empresariado quando da sua edição, o Decreto Lei 1.134 de 16/11/1970 trazia como novidade a equiparação das aplicações de origem fiscal de pessoas jurídicas em reflorestamento com os dos outros programas de incentivo (SUDENE, SUDAM), uma vez que passou a permitir aplicações no ano seguinte ao do exercício fiscal, isto é, permitiu a aplicação da parcela dedutível, ou de suas quotas, no ato do recolhimento do imposto devido (ou do que deveria ser o imposto), eliminando dessa forma a necessidade de dedução “a posteriori”, que era feita mediante a comprovação de despesas e a emissão dos certificados. A nova forma procurou atender aos objetivos dos principais interessados – as firmas industriais, industriais-energéticas, reflorestadoras verticalizadas, firmas de captação e intermediação de quotas de incentivo, proprietários de terras – de profissionalizar as aplicações do programa de reflorestamento incentivado, ao exigir das empresas a inversão de recursos próprios na implantação e no desenvolvimento de projetos aprovados a partir de então (pelo menos a terça parte do custo do projeto), e o aumento da área mínima a ser plantada pelos projetos (de 5-6 ha. para 100 ha. ou 400 ha. dependendo do local).

Essa legislação previa o desconto de 50% do valor do Imposto de Renda de pessoas jurídicas para aplicação em empreendimentos *florestais* aprovados pelo IBDF, através das seguintes normas:

§ 1º As importâncias descontadas poderão ser aplicadas em projetos de desenvolvimento florestal opcionalmente, sob a forma de:

I - Participação societária acionária;

II - Participação societária não acionária em projetos de pluri-participação. [...]

Art. 6º O benefício previsto neste Decreto-Lei é cumulativo com os demais incentivos fiscais existentes até o limite de 50% (cinquenta por cento) do imposto devido [...].

Art. 9º O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF estabelecerá normas para a aprovação de projetos relativos à aplicação de recursos descontados ou abatidos do imposto de renda dispondo sobre a localização e o tamanho mínimo das áreas florestáveis, o valor mínimo dos projetos e dos tipos de essências florestais apropriadas.

Art. 10. Continuam em vigor as normas da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, observado o disposto no artigo anterior. (BRASIL, 1970)

O Decreto-Lei nº 1.134 (BRASIL, 1970) criou ainda uma nova figura no reflorestamento, as Sociedades em Conta de Participação (SCP), que possibilitavam a dois ou mais investidores se unir em projetos de reflorestamento, além de permitir às empresas procurar investidores para seus empreendimentos florestais, havendo uma corrida nesse sentido no início da década de 1970 (CASTRAL, 2003, p. 23).

Com essa legislação, canalizou-se o interesse de grupos financeiros e industriais – nacionais e estrangeiros – para o setor de plantação de árvores, que, associados a grandes proprietários de terra, apropriaram-se das isenções para transformá-las em capital produtivo

ou para tornar produtivos grandes latifúndios improdutivos, de proprietários (legítimos ou não) que temiam a desapropriação (GOLDENSTEIN, 1975, p. 116). Para Goldenstein (1975, p. 161, grifo nosso):

Resumindo e simplificando, pode-se dizer que a política de reflorestamento se processou com a captação direta de recursos populares sob a forma de Imposto de Renda. Rapidamente se organizaram empresas interessadas na captação destes recursos. Ocorreu uma corrida para as terras que influiu na extraordinária ascensão do preço das mesmas e favoreceu a formação de grandes empresas reflorestadoras ligadas, de um lado a proprietários de terra e de outro, a empresas industriais interessadas na madeira como matéria prima. **Em última instância, os incentivos fiscais ao reflorestamento constituíram uma política de canalizar capitais governamentais para grandes grupos econômicos que reflorestaram em grande parte sem investir capital próprio, especularam com o mercado de terras, tornando-se proprietários de imensas áreas, ou tornaram produtivos grandes latifúndios anteriormente improdutivos.**

Dois apontamentos são especialmente importantes no excerto de Goldenstein (1975): o primeiro diz respeito à especulação com o mercado de terra. Segundo a autora, no estado de São Paulo, entre 1970 e 1975, as terras destinadas ao *reflorestamento* tiveram aumento de preço de 1.040%. E como essa atividade não tem grande dependência da fertilidade das terras, inflacionou-se o preço das *piores* terras, tanto em São Paulo quanto no sul do país. Os fatores determinantes para a aplicação de projetos, naquele momento (que não é muito diferente do que ocorre hoje), era que houvesse topografia favorável à mecanização, distância viável dos mercados consumidores e facilidade de escoamento de produção (GOLDENSTEIN, 1975, p. 186-187). Assim se evidencia, novamente, a importância da renda diferencial I para essa atividade.

O segundo apontamento, de extrema relevância, é que fica claro, na argumentação da autora, que o Estado estava promovendo a apropriação privada da riqueza gerada – via isenção de impostos – para transformá-la em pagamento, por parte dos capitalistas industriais, em renda da terra para os proprietários fundiários, fazendo com que uma parte da massa de mais-valia global gerada fosse canalizada dos cofres públicos para se tornar lucro extraordinário em renda da terra apropriado pelos latifundiários, sem que os capitalistas industriais precisassem desembolsar seu capital para isso. Mais uma vez, a sociedade *perdeu* para que os latifundiários pudessem *ganhar*, reforçando o argumento proposto por Oliveira em diversos estudos (1997; 1999; 2004; 2007a; 2009b, entre outros).

Ao mesmo tempo, esse processo era o da convergência, em muitos casos, de uma mesma pessoa atuando como capitalista industrial e como proprietário de terras para efetuar a territorialização do monopólio no setor monocultor de árvores.

No contexto apresentado, houve um *boom* na produção de madeira entre o final da década de 1960 e 1974⁴⁰. O setor de celulose está entre os que apresentaram maior crescimento no Brasil nesse período, de mais de 200%: de 370 mil t/ano em 1965 para 1.120 mil em 1974 (GOLDENSTEIN, 1975, p. 386). Nesse processo:

Os empresários urbanos, principalmente os dos setores financeiros e industriais, voltaram seus interesses para o meio rural e muitas empresas de nome tradicional passaram a disputar terras com os grileiros e a legalizar apressadamente documentação e expulsar posseiros das imensas glebas que “adquiriram”. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 187)

Oliveira, P. (2007a, p. 21), também aponta que a ação do Estado no estabelecimento de indústrias de base madeireira contou não apenas com subsídios e recursos provenientes do BNDE (que tiveram importância fundamental, como veremos adiante), mas também com o incentivo de ocupação e concessão de terras devolutas. Segundo ele, somente no estado de Minas Gerais, em 2003, foram calculados pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (Iter) em torno de 240 mil hectares de terras devolutas ocupadas por empresas que realizam o plantio homogêneo de árvores.

Aqui se verifica, além da semelhança com o já destacado processo ocorrido na Amazônia, a dimensão violenta desse processo, que, envolvendo a articulação entre proprietários de terra e capitalistas industriais, levou a expropriações e ao aprofundamento da concentração fundiária, baseada, entre outras coisas, na extração da renda da terra. Veremos, na próxima seção, como a instalação da Aracruz Celulose no norte do Espírito Santo é ilustrativa desse processo.

Segundo Magaldi (1991), o setor de plantação de árvores para fins industriais entrou nos planos de desenvolvimento nacional nas décadas de 1960 e 1970, pois alavancava ramos da indústria de significativo aporte técnico-financeiro, contribuindo para a consolidação da expansão acelerada das condições internas de acumulação:

⁴⁰ E esse processo ainda levou à redistribuição das áreas plantadas no Brasil, já que, embora os plantios florestais tenham tido São Paulo como centro inovador, os incentivos fiscais propiciaram que as plantações se irradiassem para outras áreas: em 1967, São Paulo, Paraná e Minas Gerais somavam 80% do reflorestamento; enquanto em 1973 esses estados somavam 69% e outros sobressaíam, em especial a Bahia e o Piauí. “A expansão por áreas que se apresentam com caráter periférico, quando analisadas segundo um espaço econômico de estrutura polarizada, se relaciona com a consolidação de interesses empresariais no setor de reflorestamento, os quais, aliás, influíram fortemente na valorização das terras nos anos que estão sendo considerados [1966-73] e justificam a procura de grandes áreas, pouco valorizadas, situadas em regiões distantes dos centros e, de preferência, favorecidas por estímulos governamentais.” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 216). Veremos na seção 5 deste trabalho que o extremo sul da Bahia foi uma dessas áreas.

Tal fato concretiza-se no fortalecimento de firmas e grupos industriais que conseguem estabelecer as condições econômicas para operar sistemas de produção de alta densidade técnica, e processos de controle do desempenho do trabalho até então quase inexistentes no universo das empresas nacionais, o que só vai ser possível em estruturas de controle unificado e integradas verticalmente. (MAGALDI, 1991, p.129-130)

Paralelamente, em 1964, com a tomada à força do poder pelos militares, ocorreu uma mudança drástica na política de financiamento do BNDE, que passou a redirecionar os gastos de investimentos públicos para os privados. O setor de papel e celulose tornou-se, então, uma das prioridades do banco (SANTOS, 2008, p. 10), que deu apoio financeiro à implementação de todas as grandes indústrias do setor implantadas neste momento, como veremos mais à frente.

O apoio do BNDE ao setor de papel e celulose tornou-se de fato estrutural em 1974, com a elaboração do o I Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC), no interior do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)⁴¹. O II PND, que ficou em vigor até 1979, tinha como um de seus objetivos desenvolver a industrialização interna de bens de capital e de consumo, em especial nos setores considerados estratégicos, a exemplo do setor em tela. Já o objetivo do I PNPC era não só alcançar a autossuficiência na produção de papel e celulose como gerar excedentes exportáveis da pasta de mercado (HILGEMBERG; BACHA, 2001).

Assim, o I PNPC previa diversas medidas a serem tomadas pelo BNDE. Entre elas, destacam-se: apoiar ampliações e modernizações das unidades industriais existentes; estimular a implantação de novas fábricas de papel, celulose e pasta mecânica, bem como a fusão, incorporação ou outras formas de associação de empresas do setor, com o objetivo de aumentar a eficiência e obter economias de escala; estimular a pesquisa para ampliar a substituição da utilização de fibra longa por fibra curta na fabricação de papel; estimular a integração *floresta-indústria* a fim de otimizar o uso dos *recursos florestais* e minimizar os custos de exploração, transporte e produção; e apoiar a pesquisa sobre plantação de árvores em todos os seus âmbitos (JUVENAL; MATTOS, 2002, p. 8-9).

Ainda segundo Juvenal e Mattos (2002, p. 8-9), as diretrizes do I PNPC são responsáveis pelo atual *perfil* da indústria brasileira de papel e celulose. E foi no âmbito do I PNPC que o BNDE passou a conceder maiores financiamentos para implementação e ampliação das indústrias do setor.

⁴¹ No interior do II PND também foram criados os seguintes programas relacionados à plantação de maciços florestais: o Programa Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal; o Programa Nacional para a Produção de Madeira Processada Mecanicamente; e o Programa Especial de Exportação de Celulose (MAGALDI, 1991, p. 193).

Kudlavicz (2011a, p. 62) destaca o papel que o BNDE teve na expansão do setor entre 1974 e 1980. Segundo o autor, o banco destinou R\$ 8,69 bilhões para *florestamento e reflorestamento*, gerando um aumento de 201% na produção nacional de celulose, que chegou, em 1980, a 2,9 milhões de toneladas. Na concepção do autor:

A atuação do BNDES não se resume a uma instituição financiadora e indutora de investimentos para o fortalecimento da indústria nacional. Foi e continua sendo formulador e executor de políticas de Estado. Ao analisarmos os estudos que vêm sendo realizados pelos técnicos do setor de celulose e papel do banco, podemos identificar que a partir dos diagnósticos feitos pelos técnicos do próprio BNDES, em torno do comportamento das indústrias de celulose e papel no Brasil e no mundo, elaboram-se estratégias de atuação com metas bem definidas [...]. (KUDLAVICZ, 2011a, p. 62)

Para Magaldi (1991, p. 222):

É notório que sem o efetivo apoio do sistema BNDES seria impossível às empresas executarem o que prescrevia o Programa Nacional de Papel e Celulose. Durante a segunda metade da década de 1970, o BNDES destinou em média 25% dos recursos alocados no seu programa de financiamento de equipamentos e capital fixo para o setor de celulose, através dos vários projetos de implantação ou de modernização aprovados (Cenibra, Aracruz, Guatapará, Braskraft, Klabin, entre outros).

Assim, o BNDE encaixa-se como mais uma peça fundamental para o desenvolvimento do setor, na perspectiva de priorizar o aumento da produção de mercadorias voltadas ao mercado externo na década de 1970, como apontado por Singer (2001).

Magaldi (1991) propõe uma periodização também para o setor em voga, e expõe que entre 1964 e 1974 houve um primeiro momento na expansão dos plantios de árvores com fins industriais no Brasil, com as características já abordadas. Haveria, na concepção do autor, uma inflexão das políticas do setor que levou a novas configurações após 1974. Isso porque nesse ano foi promulgado o Decreto- Lei nº 1.307, de 12 de dezembro de 1974 (BRASIL, 1974), que diminuía os incentivos para *florestamento e reflorestamento* em áreas fora da atuação da Sudam e Sudene, o que causou grande mobilização dos interessados pela continuidade dos subsídios em nível nacional (MAGALDI, 1991, p. 172-173).

Nesse mesmo período, também foi importante o Decreto-Lei nº 79.046, de 1976, que tinha como intuito *racionalizar* o sistema de créditos e subsídios, a fim de unificar as várias formas de auxílio do Estado a esse e a outros setores, já que não havia mais condições de manter os mesmos mecanismos, pelo crescente endividamento estatal em âmbito interno e externo. Assim, diminuíram os limites de abatimento do Imposto de Renda para 17,5% nos projetos no centro-sul e para 25% nas áreas da Sudam e Sudene (MAGALDI, 1991, p. 174).

As novas medidas apontavam para uma integração cada vez maior entre plantações e indústrias, potencializando a verticalização e concentração da produção. Nas palavras de Magaldi (1991, p. 185):

Na aprovação de projetos incentivados de reflorestamento posteriores a 1974, observa-se uma crescente exigência de integração de processos produtivos, mediante a vinculação direta das atividades florestais às operações de transformação industrial, mesmo para aqueles nas áreas de jurisdição da SUDENE e da SUDAM. (MAGALDI, 1991, p. 185)

Goldenstein (1975, p. 168-169) também aponta que as novas medidas para o crescimento do setor eram no sentido de sua concentração e verticalização, e argumenta que o papel do I PNPC foi transformar o Brasil em exportador de celulose, sobretudo de pasta química branqueada de fibra curta. Para isso, seria necessário aumentar largamente as áreas de plantio, concentradas perto das indústrias, para diminuir o custo de exploração e transporte, e aumentar, tecnicamente, a produtividade por área. Ou seja, novamente fica explícita a importância da renda diferencial I para a produção de celulose, que por ter como matéria-prima a árvore, material de grande volume e peso, torna o transporte um custo considerável. Logo, as indústrias buscam de toda maneira apropriar-se de terras próximas às suas plantas fabris, quesito necessário à territorialização do monopólio efetuado pelo setor, processo similar ao que ocorre no setor sucroenergético.

A dificuldade que se impunha para atingir as metas do I PNPC, segundo Goldenstein (1975), era conseguir grandes terras contínuas, e o governo ajudaria, inclusive com expropriação, se necessário. Assim:

Fazer da agricultura uma atividade com base empresarial vem sendo um objetivo bem definido da política agrária. O II PND consagra essa política: “A agropecuária [...] é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias primas agrícolas com ou sem elaboração industrial. (II PND)”. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 176)

Em 1974, o Estado também criou os Fundos de Investimento Setoriais (Fiset) para pesca, turismo e reflorestamento. Este último, segundo Magaldi (1991, p. 175), definiu duas grandes modalidades de financiamento: os *Projetos Abertos*, “[...] nos quais as empresas beneficiadas captavam recursos do Fundo, e não diretamente dos investidores, uma vez que o sistema implantado pelo Fundo intermediava a relação investidor – empresa interessada.”; e

os *Projetos Próprios*, nos quais os investidores eram vinculados diretamente aos projetos, enquadrando-se as SCP nesta última modalidade.

Segundo Castral (2003, p. 23), “[...] o objetivo principal da utilização dos Fundos era a distribuição dos incentivos fiscais entre setores e regiões, para promover o desenvolvimento localizado, ou seja, próximo aos centros consumidores.” E para Goldenstein (1975, p. 183), eles significaram a manutenção dos incentivos para a parcela do setor que já estava verticalizada e oligopolizada – promovendo ainda maior concentração da atividade.

Santos (2008, p. 12) também afirma o fortalecimento, por meio do fundo, das empresas integradas, favorecendo a verticalização do setor, e ainda destaca que o Fiset proporcionou a duplicidade de incentivos concedidos para projetos, já que era possível para as empresas receber incentivos para *reflorestar* e contratar terceiros para realizar essa atividade, os quais também poderiam ser beneficiados por incentivos.

Entre 1975 e 1985 o Fiset destinou US\$ 2,1 bilhões para a modalidade de *reflorestamentos*. “O volume de recursos deste fundo nunca esteve abaixo de 4% do total da arrecadação do IRPJ [Imposto de Renda – Pessoa Jurídica], chegando ao máximo de 19,6% em 1978” (SANTOS, 2008, p. 12).

Em 1974 também aumentou o mínimo de área exigido para a concessão de incentivos, que passou a ser de mil hectares (CASTRAL, 2003, p. 24). Em conjunto com o Fiset, essa medida aprofundou o processo de verticalização e centralização do setor, com a compra de áreas já plantadas de empresas menores por outras maiores.

Ainda foram criados, em 1974, os Distritos Florestais, com objetivo de nortear as concessões dos incentivos pela localização dos empreendimentos. Eles abrangiam áreas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará⁴². Segundo Magaldi, os distritos vieram como resposta às demandas dos grandes investidores verticalizados:

[...] uma vez que, com a crescente restrição de benefícios, não era interessante pulverizá-los ainda mais (os recursos para os outros Programas de incentivo já eram suficientemente preocupantes), assim como era objetivo desses agentes poder gerar economias de escala com a aglomeração de maciços, e aproveitar estruturas geograficamente imobilizadas de atendimento das operações de produção, transformação e comercialização de mercadorias florestais. Nesse caso, os Distritos

⁴² Foram selecionadas 30 *polos*, que totalizavam 4,2 milhões de hectares. Cada *polo* teria uma dimensão de mais ou menos 140 mil hectares, com duas indústrias no seu interior. Eles seriam áreas aptas ao reflorestamento, que não tivessem uso atual, “[...] visando principalmente ao desenvolvimento das regiões mais pobres, sendo possível a implantação de projetos múltiplos. (PNPC, 1975)” (GOLDENSTEIN, 1975, p. 170). O extremo sul da Bahia foi um dos polos criados neste momento, o que alavancou o interesse de grupos do setor por essa parcela do território, como veremos na seção 5.

Florestais, com as suas divisões em Subdistritos Celulísticos e Subdistritos Energéticos, vinham atender às exigências de concentração econômica através das vantagens locacionais propiciadas pela concentração territorial da atividade. (MAGALDI, 1991, p. 182-183)

Ainda se constituiu, no mesmo momento, uma Comissão de Política Florestal, composta por representantes de diversos ministérios, produtores do setor, do Estado Maior e das Forças Armadas, com presidência do IBDF. Segundo Dalcomi⁴³ (apud JOLY, 2007, p. 34-35), em complementação a essas medidas institucionais, houve a “[...] canalização de vultosos financiamentos via BNDES e de estatais e a concessão de incentivos e subsídios à exportação [que] conferiram ao Estado brasileiro um papel fundamental na evolução da indústria de celulose no Brasil.”

A década de 1970 ainda foi marcada pela entrada de capitais estrangeiros (as multinacionais) no setor, com destaque para a Celulose Nipo-Brasileira S/A (Cenibra), Borregaard, Jari Papel e Celulose e Aracruz Celulose. Goldenstein (1975), Ferreira (2002) e Santos (2008) citam as principais empresas nacionais e multinacionais que se beneficiaram dos incentivos, isenções e recursos governamentais:

- A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD⁴⁴) (e suas subsidiárias Florestas Rio Doce S/A e Rio Doce Madeira S.A. (Docemade), que tinham como objetivo captar incentivos), cujas principais atividades eram a exportação de celulose e cavacos de madeira para indústrias de celulose no exterior. A CVRD já possuía, em 1974, 56 mil hectares de terras no Espírito Santo e Minas Gerais; 15 mil hectares na zona do Rio Doce e 300 mil hectares no médio Jequitinhonha.⁴⁵

⁴³ DALCOMI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo** – principais interesses em jogo. Itaguaí, 1990. 258 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990, p. 85.

⁴⁴ Em novembro de 2007, a marca e o nome de fantasia da CVDR passaram a ser apenas Vale S.A., mas foi mantida a razão social original. Em 2008 a empresa deixou de usar a sigla CVDR passando a usar o nome Vale. Já em maio de 2009, foi aprovada a alteração da razão social da empresa para Vale S. A. A Vale era uma empresa estatal até 1997, quando foi privatizada, no governo Fernando Henrique Cardoso. Atualmente tem capital aberto.

⁴⁵ Segundo Pedreira (2008, p. 85): “Os projetos na área florestal e de celulose da Vale do Rio Doce, além de contarem com incentivos fiscais, faziam parte de estratégia de diversificação da empresa. De acordo com Castro (1993) a tendência da Vale em investir no mercado de celulose obedecia às seguintes orientações: previsões estatísticas de crescimento da demanda de papel em nível mundial e nacional; crescimento da economia mundial; alto grau de utilização da capacidade instalada - cerca de 90% entre 1987/92. Essa estratégia vincula-se, por sua vez, às diretrizes do governo central, que tinham nas empresas estatais, a exemplo da Vale, um poderoso aliado da política de ocupação e desenvolvimento econômico do país.” A CVRD manteve essa estratégia até o início dos anos 2000, fazendo parte de diversos projetos *florestais*. Em 2001 a empresa decidiu se desfazer de todas as suas ações ligadas a empresas do setor.

- A Cenibra, fruto da associação entre a CVRD e a japonesa Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development CO. (JBP), que se instalou no leste de Minas Gerais em 1973, e utilizou terras neste estado e na Bahia, que já pertenciam à CVRD, para a plantação de eucaliptos com fins industriais de produção de celulose. Até hoje está no *ranking* das maiores empresas do setor no Brasil.⁴⁶
- A Floresta Nipo-Brasileira (Flonibra) Empreendimentos Florestais S/A, que se formou em 1974 também a partir da associação entre a CVRD e a JBP. Ela atuava no Espírito Santo e Bahia para a produção de celulose e cavacos de madeira para celulose até 1989, quando foi incorporada pela Cenibra.
- A Jari Florestal e Agropecuária, com atividades nos estados do Pará e Amapá. Adquiriu 1,5 milhão de hectares contíguos ao longo do rio Jari, onde produzia gmelina arbórea e *pinus* para utilização em serrarias, fábricas de compensados, chapas, celulose e papel.⁴⁷ O projeto Jari ficou famoso na época, por possuir um dos maiores latifúndios de estrangeiros no Brasil⁴⁸.
- A Planejamento, Técnica e Administração de Atividades Rurais Ltda. (Plantar), com sede em Itapeva (SP) desde 1967, e que em 1974 possuía 85.773 hectares. Existe até hoje.
- A Borregaard, que começou seus plantios de eucalipto em 1968 no Rio Grande do Sul e iniciou as atividades de sua fábrica em Guaíba (RS) em 1974. A empresa cometeu diversas irregularidades ambientais na década de 1970, o que levou ao seu fechamento temporário. Posteriormente foi comprada pela Riocel, depois pela Aracruz e atualmente pertence à empresa chilena CMPC, atuando sob o nome de Celulose Riograndense.
- A Aracruz Celulose S/A, que surgiu em 1972 incorporando capital, florestas e terras da Aracruz Florestal e instalou sua fábrica em 1978 no município de mesmo nome, no Espírito Santo. Foi fruto da junção de vários acionistas (BNDE – 25,9%; Cia. Souza Cruz (BAT-

⁴⁶ Em 2001, com a saída da CVRD dos projetos florestais, a JBP passou a ser detentora do controle acionário total da Cenibra.

⁴⁷ Segundo consta no site da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), atualmente a Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A faz parte do Grupo Orsa, juntamente com a Orsa Florestal e a Ouro Verde Amazônia. Este ainda é um dos maiores grupos do setor, como será abordado na próxima seção.

⁴⁸ Entre 1964 e 1970 as instituições estatais que cuidavam do acesso a terra no Brasil passaram por “[...] um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. [...] [Nesse processo] mais de 20 milhões de hectares de terras brasileiras, a maioria na Amazônia (mais de 15 milhões de hectares), estavam transacionados com grupos estrangeiros.” (OLIVEIRA, 2010, p. 8-10). Para isso, havia estratégia de “[...] permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso às riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral. Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo. A prova inequívoca deste aparece evidenciada na estratégia que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais passaram a utilizar no Brasil da ditadura militar para conseguir vantagens e favores: incluir em cargos de suas diretorias altas patentes militares. Foi o caso de um dos maiores proprietários estrangeiros da Amazônia - **Projeto Jari** - que teve o Major Heitor de Aquino Ferreira, que tantos cargos ocupou nos vários governos militares, como apontou SAUTCHUK et alli, em seu livro “Projeto Jari - A invasão americana”, como diretor da empresa.” (OLIVEIRA, 2010, p. 11-12, grifo nosso)

British Tobacco) – 25,29%; Fibase – 14,72%; Grupo Billerud – 6,07%; Grupo Lorentzen – 5,08%; Vera Cruz Agroflorestral S/A – 3,37%; Grupo Moreira Salles – 2,63%; e mais 391 acionistas).⁴⁹

Mas ainda é importante destacar que, segundo Magaldi (1991, p. 199), nem todos os projetos previstos e ganhadores de subsídios para reflorestamento entre 1974 e 1980 foram efetivamente postos em prática, já que no período foram ocupados *apenas* 2,1 milhões de hectares com árvores para fins industriais, enquanto a previsão do governo era de quase três milhões de hectares.⁵⁰

Mesmo assim, todo esse processo levou a que, no final da década de 1970, o Brasil já fosse grande exportador de celulose, em estrutura altamente oligopolizada e detendo alta tecnologia. Ainda segundo Magaldi (1991, p. 56):

[...] o processo que vai remodelar a dinâmica concorrencial em curso no decorrer da história da industrialização do país, pode ser entendido pela combinação de ações arbitradas pelo Estado no plano econômico – implantando um setor de corte monopolístico estatal, que cresce continuamente até o final da década de 1970, e que objetiva dar suporte a determinados setores do capital privado nacional e transnacional, criando infraestrutura e uma parte substantiva da planta nacional de bens de produção – com as características nas quais se encontra o processo de desenvolvimento capitalista a nível internacional, no período em que se intensifica a industrialização no país, isto é, num período em que já estão organizados a nível mundial, mercados controlados por associações de grandes capitais. O que se quer enfatizar com isso é que o deslanche da industrialização no Brasil, que transborda para o espaço rural a partir do final da Segunda Guerra Mundial, estaria comprometido e associado predominantemente aos interesses da reprodução do capital como capital monopolista.

Durante a década de 1980, mesmo com a diminuição das isenções de impostos, os incentivos continuaram por meio do Fiset e do programa de Distritos Florestais, até 1988. Nesse período, segundo Castral (2003, p. 26), o Estado priorizou incentivos para áreas da Sudene, a fim de promover o desenvolvimento dos estados da região Nordeste. Além disso, ainda segundo a autora:

⁴⁹ Na próxima seção acompanharemos de maneira mais aprofundada o processo de constituição e a trajetória da Aracruz Celulose, que atualmente se chama Fibria.

⁵⁰ Magaldi (1991, p. 199) ainda aponta as divergências entre os números governamentais e os da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC) (entidade que em 1997 uniu-se à Associação Brasileira dos Exportadores de Celulose, formando a Bracelpa). Segundo o IBDF, no início década 1980, o Brasil possuía 3.605.878 de hectares plantados com eucalipto e *pinus*, sendo 1.380.883 hectares para utilização do setor de papel e celulose. Já segundo a ANFPC, o setor detinha 859.371 hectares reflorestados com incentivos e 337.755 hectares com recursos próprios, que, somados aos plantios com incentivos da associação, totalizavam 1.197.000 hectares, ou seja, 183 mil hectares a menos do que indicam os números do IBDF.

Os incentivos fiscais para a atividade florestal representaram, até sua extinção em 1988, cerca de US\$ 7.046,00 milhões, resultando numa expansão da área reflorestada de 6,5 milhões de hectares de florestas plantadas e o financiamento ficou restrito a indústrias de celulose e papel, siderurgia e de painéis de madeira. (CASTRAL, 2003, p. 27)

É notável o crescimento do setor durante o período de incentivos e a importância destes para essa expansão.

Tabela 2 – Produção de celulose no Brasil (1950-1988)

Anos	Celulose – fibra curta (mil t)	Celulose – fibra longa (mil t)	Total (mil t)
1950	1,6	38,4	40
1955	23	50,2	73,2
1960	119,9	80,3	200,2
1965	203,9	166,2	370,1
1970	385,9	278,2	664,1
1975	830,8	358,8	1189,6
1980	2117,1	755,6	2872,7
1985	2345	1058	3403
1988	2560	1232	3792

Fonte: Magaldi (1991, p. 114).

Tabela 3 – Área de florestamento e reflorestamento no Brasil (1967-1988)

Ano	Plantio incentivado* (ha)	Plantio sem incentivo* (ha)	Total (ha)
1967-69	296.539	41.146	337.685
1970-79	3.113.395	178.871	3.292.266
1980-88	2.447.326	498.151	2.945.477
TOTAL	5.857.260	718.168	6.575.428

* Os dados incluem o plantio de eucalipto (65%), *pinus* (26%), araucária (3%) e outros (6%).

Fonte: Castral (2003, p. 27).

Em 1988, além de mudanças no Fiset que acabaram com os incentivos específicos então existentes para o setor, houve também a extinção do IBDF, no lugar do qual foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Entre o final da década de 1980 e começo década de 1990, os investimentos primários perderam *espaço*, mas foi lançado, paralelamente, o II PNPC, fruto da pressão dos produtores do setor.

Essas e outras mudanças ocorridas nas políticas estatais nas décadas de 1990 e 2000, consonantes com o novo momento das políticas neoliberais e da mundialização da economia, serão abordadas na próxima seção, mas, para começar a discussão, podemos lembrar que como resultado das opções feitas desde a década de 1950 até os dias de hoje:

[...] a atual indústria de papel e celulose é uma indústria basicamente produtora de *commodities* voltada ao mercado internacional. Por ser movida por altos investimentos de longo período de maturação, a indústria papelreira é considerada, hoje, *a maior em intensidade de capital do mundo*, superando, até mesmo, a indústria petroquímica, farmacêutica e automobilística. Seus projetos com grande integração vertical incluem imobilização de terras, plantio em larga escala, equipamentos de alta tecnologia para celulose, máquinas de papel, geração de

energia, recuperação de utilidades, logística inteligente [...]. A alta capacidade de produção e o porte dos projetos exigem ganhos de escala com um nível de padronização elevado obrigando um rigoroso controle de qualidade. A competitividade e as exigências do mercado têm forçado as grandes corporações a investir de *ponta a ponta*, desde biotecnologia florestal, genética, manejo e planejamento florestal até em capacitação e logística operacional, tecnologia industrial, controle ambiental, operações financeiras e outras. (BARCELOS, 2010, p. 81-82)

E ainda, para finalizar, é importante, mais uma vez, destacar aqui que, no Brasil, a passagem da industrialização tipicamente por *substituição de importações* para a associação e presença na produção dos grupos monopolísticos, deu-se “[...] apoiada financeiramente nos organismos de crédito governamentais e em isenções fiscais globais, setoriais e regionais. Representa mudanças marcantes no padrão de acumulação que se situam no tempo a partir de meados da década de [19]50.” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 33), conforme tentamos demonstrar a partir do setor de papel e celulose.

Nesse processo, com a consolidação da urbanização e industrialização, que permitiram a existência de um complexo setor de bens de produção para apoiar as indústrias de bens de consumo duráveis, as quais pressupõem avançado grau de concentração e centralização, o capitalismo monopolista teve condições de penetrar maciçamente. E o fez através da participação do Estado, tanto pelas empresas estatais “[...] estrategicamente situadas no movimento geral da acumulação monopolística” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 33), quanto, principalmente, indiretamente, através do Tesouro Público, que financiou em geral toda a acumulação (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 33-34).

O Tesouro Público no capitalismo monopolista é um *ex-ante* que fixa de antemão o comportamento da economia como um todo. [...] A profunda imbricação do Estado com as grandes corporações, que é a característica mais saliente do capitalismo monopolista e simultaneamente do Estado moderno, coloca em primeiro plano a necessidade do estabelecimento ou da fixação da taxa de lucros para o capital monopolista, e nisto reside a característica política mais saliente do Estado [...]. (OLIVEIRA, F., 1981, p. 105-106)

Por fim, além do papel do Estado, é importante lembrar que, mesmo com as mudanças na DIT sob o comando da mundialização, continua havendo *desigualdade combinada* entre os países divididos genericamente entre *centrais* e *periféricos*, a qual se produz e reproduz pelos mecanismos de intercambio desigual, (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 22), como tentaremos demonstrar na próxima seção.

4 O SETOR DE PAPEL E CELULOSE SOB A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: DÉCADAS DE 1990 E 2000

A década de 1990, como se sabe, foi marcada pela consolidação da fase monopolista do modo capitalista de produção, através da mundialização do capital. O termo “mundialização” – utilizado em oposição à noção mais disseminada no inglês, “globalização” – refere-se a uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que determinam sua regulação e desempenho (CHESNAIS, 1996, p. 13). Segundo Chesnais (1996, p. 17):

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem.

A constituição da mundialização, comandada pela expansão das multinacionais organizadas em oligopólios e pelas elites nacionais, gestou a chamada nova ordem mundial, que redesenhou a organização do território em escala planetária, acompanhada de uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo Oliveira (2005a, p. 170):

Os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam – e o mercado delas não é só o dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, está em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais se encontram. [...] A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século 20, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em “qualquer lugar do mundo” onde as possibilidades de redução de custo e o acesso ao patamar tecnológico sejam possíveis.

O processo de constituição da mundialização do capital foi traçado a partir das políticas de liberalização nacionais que se iniciaram entre o final dos anos 1970 e começo dos 1980, e a partir do fortalecimento do capitalismo na maior parte do mundo. Dessa forma, “[...] o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele.” (CHESNAIS, 1996, p. 18).⁵¹

⁵¹ Não aprofundaremos aqui o processo de constituição da mundialização, mas vale lembrar que ele foi antecedido por uma organização do território mundial e DIT que perdurou entre a década de 1930 e 1970/1980

Aqui, interessa principalmente entender o lugar das *multinacionais* nesse contexto, acompanhadas pelos processos de centralização e concentração de capitais tão falados hoje em dia.

Para Chesnais (1996, p. 73), as multinacionais são empresas de grande porte que em geral começaram se constituindo fortemente no seu mercado nacional de origem, o que implica ter ocorrido concentração e centralização de capitais. Diversas vezes é uma empresa que se diversificou antes de começar a se internacionalizar e, ao alcançar esse patamar, passou a atuar em escala mundial, com estratégias e organização estabelecidas para esse fim.

Centralização e concentração são dois processos diferentes, segundo a conceituação de Marx (1984, p. 193-198) no capítulo A Lei Geral da Acumulação Capitalista d'**O Capital**. Para ele, a concentração implica, necessariamente, crescimento do valor social existente. A concentração, nas suas palavras, é *idêntica* à acumulação, já que repousa no crescimento positivo do montante de capitais individuais (e de seus destacamentos, criando novos capitais), que trazem consigo o aumento da concentração dos meios de produção.

A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração recente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais. (MARX, 1984, p. 196)

Ao mesmo tempo, em oposição a essa *repulsão recíproca* há também atração entre capitais. Ou seja, há concentração de capitais constituídos, marcada pela “[...] expropriação de capitalista por capitalista” (MARX, 1984, p. 196). Esse processo é diferente do primeiro, pois não pressupõe crescimento absoluto da riqueza social, apenas a mudança na divisão da propriedade do capital, isto é, capitais dispersos em mãos de maior quantidade de capitalistas menores se tornam capitais mais concentrados em menor quantidade de mãos de capitalistas maiores. A isso Marx (1984) chama de centralização.

do século XX, marcada fortemente pela bipolaridade (POCHMANN, 2001, p. 23). Nesse período, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, consolidaram-se os oligopólios internacionais que deram origem às multinacionais, a partir, principalmente, da emergência do Estados Unidos como potência econômica capitalista e da transformação interna das empresas desse país. As multinacionais, então, a partir da crise interimperialista, moldaram novas formas de organização interna e relações de trabalho, aumentando seu domínio e expansão, a partir de três eixos: (1) necessidade de movimentos internacionais de capitais; (2) produção capitalista internacional; e (3) ações governamentais em nível internacional. Tudo isso gestou o processo de mundialização do capital, que, entre outros fatores, cria novas relações Estado-empresa, permitindo às organizações o controle da economia mundial, pois o Estado depende das empresas mundializadas para garantir legitimidade e continuidade de sua formação política e social, e as empresas dependem do Estado para enfrentar a mundialização e se mundializar (OLIVEIRA, 2005b, p. 242-248).

Ainda segundo o autor, a centralização ocorre *pari passu* com o barateamento das mercadorias, pelo aumento da produtividade do trabalho (que diminui o valor individual de cada produto gerado), levando ao aumento do tamanho mínimo do capital individual requerido para comandar um negócio.

Mas, embora a expansão relativa e o ímpeto do movimento centralizador sejam determinados até certo ponto pela grandeza já atingida da riqueza capitalista e pela superioridade do mecanismo econômico, o progresso da centralização não depende de nenhum modo do crescimento positivo da grandeza do capital social. É especialmente isso que diferencia a centralização da concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. (MARX, 1984, p. 197)

Ou seja, a centralização diz respeito ao aumento da quantidade de capital comandado por um capitalista/grupo de capitalistas associados, e, assim, ao aumento da propriedade de capital deste(s). Chesnais (1996, p. 19) nos lembra que: “Os conflitos entre burguesias são, por definição, conflitos que se dão no terreno do apego comum ao regime da propriedade privada.” A nosso ver, poderíamos ainda acrescentar que eles se dão em associação/competição entre estes e a classe dos proprietários fundiários.

Além disso, Marx (1984, p. 197) aponta que a centralização tem ainda papel importante para alavancar a acumulação, já que ocorre de forma muito mais ágil do que a concentração, ao permitir a expansão da escala de operações de grandes capitalistas:

As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social. Ao falar, portanto, do progresso da acumulação social – hoje –, os efeitos da centralização estão implícitos.

Dessa forma, a centralização acelera também o aumento da parte constante do capital em detrimento da variável, contribuindo para o aumento de sua composição técnica.

E ainda, “À medida que se desenvolve a produção e a acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização.” (MARX, 1984, p.197). Dessa forma, percebe-se que os processos de centralização e concentração são intrínsecos ao desenvolvimento do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, atualmente, alcançam novos patamares e qualidades diferentes, com a mundialização do capital e o aprofundamento da monopolização e financeirização, comandados, como apontado, pelas multinacionais e pelas elites nacionais associadas a elas.

Quando escreveu sobre o capital, Marx (1984; 1985; 1986) sinalizou o processo de monopolização, ou seja, o processo de formação e desenvolvimento dos monopólios. Foi a

disputa entre monopólios que levou o mundo às duas guerras mundiais, e ao nascimento do socialismo – razão pela qual os monopólios abandonaram a competição entre si e, com a crise do socialismo no final no século XX, passaram à cooperação.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais *avançada* do capitalismo contemporâneo, internacionalizando-se a partir da integração de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários e produtos finais em diferentes países; além de realizarem fusões, aquisições, *joint ventures* etc. (OLIVEIRA, 2005a, p. 171).

Com o aprofundamento do processo de centralização na mundialização, os setores produtivos tornam-se mais oligopolizados. E esse processo diz respeito, ainda, à interdependência entre as companhias, que determinam suas ações por reação direta umas às outras. O oligopólio seria então o lugar de *concorrência encarniçada* e ao mesmo tempo de colaboração entre os grupos, que reconhecem sua mútua dependência (CHESNAIS, 1996, p. 93).

4.1 PANORAMA DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE SOB A MUNDIALIZAÇÃO

O setor de papel e celulose pode ser caracterizado por sua alta composição orgânica do capital, pelo tempo de rotação longo (em função do tempo necessário para o crescimento da matéria-prima – árvore), e concentrado, centralizado e verticalizado. Essas características talvez sejam as que determinem as especificidades de sua inserção na fase monopolista do capitalismo. Vejamos.

Esse segmento industrial – que como vimos internacionaliza-se desde a década de 1960, quando começa a se conformar uma nova divisão do trabalho –, inserido no contexto de mundialização do capital, passou por uma reestruturação ao longo da década de 1990. Segundo Pedreira (2008, p. 89), as principais características desta reestruturação foram: (1) o processo de concentração e centralização de capitais, com incremento das escalas de produção e com fusões e aquisições entre as empresas; (2) o deslocamento das indústrias de celulose e pastas para locais com maiores disponibilidade de terras, a exemplo da América Latina (principalmente Brasil e Chile) e Ásia (especialmente Indonésia e Malásia); e (3) a incorporação das demandas de ordem *ambiental*, com mudança de processos de produção e produtos *sustentáveis*.

De forma geral, ocorreu no setor a terceirização dos serviços de manutenção e fornecimento de insumos; a modernização das fábricas para aumentar sua capacidade produtiva; investimentos para redução de custos de transporte e armazenamento; além da mecanização e automação de todas as partes do processo produtivo em que isso fosse possível (KALACHE FILHO, 2006, p. 85; JOLY, 2007, p. 36).

O setor pode ser dividido entre as indústrias de celulose⁵² e as de papel. As primeiras, atualmente, são caracterizadas por utilizarem tecnologia mais acessível, porém com capacidade de produção muito elevada, motivo pelo qual precisam de alta intensidade de capital e financiamento, pelo grande porte dos projetos e longo tempo de rotação do capital. Além disso, localizam-se necessariamente próximo às monoculturas de árvores, uma vez que o custo do transporte é determinante para o preço do produto final. Já a produção de papel (que abarca produtos para imprimir e escrever, embalagens, produtos higiênicos, entre outros) possui maior diversidade quanto à escala da produção e ao grau tecnológico utilizado, dependendo das especificidades do papel produzido (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2009, p. 12-13), e não necessita estar próxima dos plantios de árvores, já que a celulose, matéria-prima do papel, é mais leve e facilmente transportável.

Mas, em consonância com a nova fase do capitalismo, e abarcando as mudanças na produção agropecuária a partir da modernização da agricultura, a maioria das grandes empresas do setor integra todo o processo produtivo, ou seja, o desenvolvimento de clones/transgenias para melhor adaptação das árvores ao local de plantio, o próprio cultivo, pautado na capina e adubação químicos, a colheita mecanizada, a produção de celulose e papel e sua comercialização.

⁵² As indústrias de celulose podem ser divididas entre as que produzem a polpa celulósica (de fibra curta ou fibra longa) e as que produzem pastas de alto rendimento. Segundo Biazuz, Hora e Leite (2010, p. 313-314), “A polpa (ou pasta de celulose ou, ainda, celulose industrial) é obtida da madeira de árvores coníferas e folhosas, como o *pínus* e o eucalipto, e, em menor proporção, de plantas herbáceas com grande quantidade de celulose no talo, como a cana-de-açúcar. Conforme o tipo de árvore, folhosa ou conífera, obtém-se a celulose de fibra curta (comprimento entre 0,5 mm e 1,5 mm) ou de fibra longa (comprimento entre 3,0 mm e 6,0 mm), tornando o produto resultante mais absorvente ou mais resistente, respectivamente. As fibras de celulose podem ser virgens, quando resultam diretamente do processo de transformação da madeira em fibras pela decomposição química, mecânica ou térmica, ou recicladas, quando são obtidas de aparas de papel (pré-consumo) ou da reciclagem de papéis usados (pós-consumo). [...] Nas indústrias integradas, as pastas celulósicas (fibras em meio aquoso) seguem diretamente para as máquinas de papel, enquanto, nas indústrias de mercado, passam por um processo de secagem e, após a formação de folhas de fibras, são cortadas e empacotadas em fardos. [...] Na fabricação das pastas de alto rendimento (PAR), ou *high yield pulp*, a madeira sofre desgaste físico para se reduzir a fibras na presença de pouco ou nenhum tratamento químico. A principal característica dessas pastas é o alto rendimento na relação pasta/madeira, em cerca de 80%-95%, apresentando corpo elevado, boa opacidade e absorção.”

Atualmente, 25% da produção mundial de celulose são destinados ao comércio em forma de pasta, o que representa aproximadamente 44 milhões de toneladas por ano⁵³. A celulose de fibra curta – principal produto do setor exportado pelo mercado brasileiro – representa 43% deste montante⁵⁴ (KALACHE FILHO, 2006, p. 85).

Segundo Kalache Filho (2006, p. 93), o processo de centralização dos capitais investidos nas indústrias de papel e celulose iniciou-se com fusões entre empresas de um mesmo país, como ocorreu, principalmente, na Finlândia, Japão, Canadá e Estados Unidos; e com a aquisição de firmas europeias por empresas estadunidenses, escandinavas e canadenses, gerando uma maior internacionalização das companhias. Além disso, houve também nesse período diversas aquisições de pequenas firmas por empresas maiores produtoras de papel (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2009, p. 19).

Em 2007, o total das vendas das cem maiores empresas do setor foi de US\$ 343 bilhões, sendo 60% concentrados nas 20 maiores empresas. É relevante que a América Latina tenha respondido por apenas 4,9% das vendas totais do setor, mas tenha sido responsável por 28% do lucro líquido das cem maiores empresas mundiais do setor (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2009, p. 20).

⁵³ “O consumo mundial de fibras papéis está na ordem de 370 milhões de toneladas. Desse total, cerca de 210 milhões são originadas da reciclagem do papel e o restante é composto por pastas de alto rendimento (30 milhões), polpas kraft (120 milhões), polpas de não-madeira (8 milhões) e outros tipos de fibras (sulfito, pastas semi-químicas, etc.). Dentre as polpas kraft, a predominância é para as polpas branqueadas (90 milhões), com nítida vantagem para as celuloses de fibras curtas brancas (60 milhões). A produção de polpas de fibras curtas não-branqueadas é desprezível, mas para o caso de fibras longas é bastante significativa para fabricação de papéis para embalagem (30 milhões). No caso das fibras longas, a produção de celuloses branqueadas e não-branqueadas ocorre em volumes similares (30 milhões para cada tipo). Portanto, depois das fibras recicladas, as fibras curtas branqueadas são as polpas mais consumidas no planeta. Entretanto, muitas fibras curtas brancas estão presentes nas aparas recicladas de papel, já que os papéis brancos impressos mostram elevadas taxas de reciclabilidade. [...] Acredita-se que a quantidade total de celulose branca de eucalipto esteja na ordem de 21 milhões de toneladas, sendo que desse total aproximadamente 5 milhões seriam de produções integradas a papel (Portugal, Brasil, Argentina, África do Sul, Espanha, Colômbia, etc.) e 16 milhões de polpa de mercado.” (FOELKEL, 2012, p. 54-55).

⁵⁴ A celulose pode ser de fibra curta ou de fibra longa. A de fibra curta (advinda, no Brasil, de eucalipto), é utilizada principalmente para fabricação de papéis sanitários (*tissues*), papéis especiais e papéis de imprimir e escrever. Já a de fibra longa (originada, no Brasil, do *pinus*), por ter maior resistência, é principalmente utilizada na produção de embalagens (KALACHE FILHO, 2006, p. 85-86). As embalagens representam atualmente, como já apontado, 40% de todo consumo de papel no mundo (BARCELOS, 2010, p. 65). No período de mundialização do capital, torna-se ainda mais fundamental o lugar da propaganda e das embalagens, já que estas têm o poder de diferenciar as mercadorias para diferentes “nichos de mercado” – embalagens para produtos infantis, femininos, masculinos etc. –, gerando a falsa sensação de consumo de uma mercadoria exclusiva e uma falsa diferenciação entre marcas.

Tabela 4 – Maiores empresas mundiais de papel e celulose, conforme volume de vendas (2007)

Empresas	Países	Vendas (US\$ Em Milhões)
1 International Paper	EUA	21.890
2 Stora Enso	Finlândia	18.322
3 Kimberly-Clark	EUA	18.266
4 Svenska Cellulosa	Suécia	15.675
5 Weyerhaeuser	EUA	13.949
6 UPM	Finlândia	13.748
7 Oji Paper	Japão	10.758
8 Metsalitto	Finlândia	10.507
9 Nippon Unipac	Japão	9.990
10 Smurfit-Kappa	Irlanda	9.963
11 Mondi Group	Inglaterra/África do Sul	8.589
12 MeadWestvaco	EUA	8.589
13 Smurfit-Stone	EUA	7.420
14 PaperlinX	Austrália	7.420
15 Domtar	Canadá	6.906
16 Sequana capital	França	6.551
17 Bosie Cascade	EUA	5.947
18 Sappi	África do Sul	5.928
19 Norske Skog	Noruega	---
20 Sumitomo Forestry	Japão	5.413

Fonte: Price Water House Coopers, 2008⁵⁵ apud Instituto Observatório Social (2009, p. 20).

Entre as 20 maiores empresas mundiais do setor em 2007, as primeiras foram formadas por diversas fusões e aquisições nos últimos 30 anos. Vejamos alguns detalhes referentes apenas às três maiores. A Internacional Paper (IP), empresa de origem estadunidense, entre 1986 e 2006 adquiriu oito diferentes produtoras de papel e celulose, sendo a maioria delas de origem estadunidense, além de uma alemã, uma francesa e uma indiana. A IP ainda possui ações da empresa chilena Copec e atua em mais de 20 países, vendendo seus produtos em mercados na América do Norte, Europa, Rússia, América Latina, Ásia e norte da África (BRACELPA, 2013).

No Brasil, a IP possui duas fábricas integradas de papel e celulose, e anunciou, em janeiro de 2013, a conclusão de um acordo para formar uma *joint venture* com a Orsa International Paper Embalagens (proprietária da Jari Celulose). Com isso, abrirá três fábricas de papel para embalagens e quatro unidades de produção de embalagens de papelão ondulado no Brasil. O acordo entre as empresas não incluiu os maciços de árvores nem o setor de celulose do Grupo Orsa (PAINEL FLORESTAL, 2013).

A Stora Enso Oyj surgiu em 1998, com a fusão de duas grandes empresas do setor, a sueca Stora e a finlandesa Enso Oy. Atualmente, seu principal proprietário é o Estado finlandês, com 12,3% das ações (LERRER; WILKINSON, 2012). Segundo o *site* da empresa, ela possui plantações próprias de árvores na Finlândia, Noruega, Países Bálticos, Europa

⁵⁵ PRICE WATER HOUSE COOPERS. Global Forest, Paper & Packaging; Forest, Paper & Packaging. 2008.

Continental, Rússia e no Hemisfério Sul (que representa 6% de suas plantações), realizando produção em mais de 35 países (STORA ENSO, [sítio eletrônico](#)). Além das aquisições feitas ao longo dos anos 1980 e 1990 pelas duas companhias separadamente, a Stora Enso adquiriu posição majoritária em três companhias de papel e celulose entre 1998 e 2000 – a Holzindustrie Schweighofer⁵⁶; a Suzhou Papyrus Paper Co. Ltd⁵⁷; e a Consolidated Papers⁵⁸ (STORA ENSO, [sítio eletrônico](#)).

Desde os anos 1990 a Stora Enso também vem expandindo sua atuação em países periféricos, a partir de *joint ventures* e aquisições. A primeira delas foi a parceria com a atual Fibria na Veracel Celulose (1997), seguida da construção da fábrica em Guangxi (2002) e da aquisição da Shangdong Huatai Paper of China (2004), ambas na China. Ainda adquiriu, em 2006, os negócios da Internacional Paper do Paraná; e as antigas Vinson Indústria de Papel Arapoti Ltda. e Vinson Empreendimentos Agrícolas Ltda. (que juntas formavam um complexo com uma fábrica de papel revestido, terras, plantios e uma serraria em Arapoti, norte do Paraná). A unidade passou a se chamar Arapoti Indústria de Papel Ltda. (BRACELPA, [sítio eletrônico](#)). Em 2011 a Stora Enso concluiu a compra de 51% da chinesa Inpac Internacional (atuante na China e na Índia), grande produtora de papéis para embalagens (STORA ENSO, [sítio eletrônico](#)). Atualmente ainda está finalizando a construção de uma fábrica com capacidade de 1,3 milhões de toneladas de celulose por ano no Uruguai em parceria com a chilena Arauco, que se chamará Montes Del Plata; e está montando uma fábrica integrada no sul da China para produção de celulose de eucalipto e de papelão (FONTES, 2012b).

Paralelamente, a empresa vem fechando algumas unidades nos países centrais. Somente em 2012 anunciou a paralisação definitiva das atividades de uma fábrica de papel na Suécia e outra de papelão na Finlândia e a possibilidade de vender uma terceira fábrica na França (REUTERS, 2012).

Já a Kimberly-Clark, multinacional de origem estadunidense, atua em mais de 150 países. Comprou, em 1995, por US\$ 9,4 bilhões, a Scott, produtora americana de guardanapos, papel higiênico e papel toalha. Além disso, no final desta década a empresa

⁵⁶*Holding* de origem austríaca que mantém plantações e fábricas na Romênia e também realiza operações de ponta no setor de celulose na Áustria (SCHWEIGHOFER, [sítio eletrônico](#)).

⁵⁷*Holding* chinesa que produz papel fino (NEWS CISIONS, 1998).

⁵⁸ A Consolidated Paper era, em 2000, a maior produtora estadunidense de papéis de impressão revestidos, além de atuar também na produção de papéis especiais para embalagem e rotulagem de alimentos e outros produtos. A empresa detinha, naquele momento, 700 mil hectares de plantações localizadas em Wisconsin, Michigan, Minnesota e na província canadense de Ontário. (FUNDING UNIVERSE, [sítio eletrônico](#)).

adquiriu duas grandes empresas produtoras de materiais cirúrgicos. Mantém operações em 35 países. No Brasil, a empresa possui fábricas desde 1996, primeiramente através de uma *joint venture* com a Kenko; depois a partir de outra parceria, com a Klabin, efetivada em 1998. (BRACELPA, sítio eletrônico)

Como se pode perceber através destes três exemplos, está em curso o processo de centralização e oligopolização. Além disso, fica marcada a existência de *joint ventures* dessas três indústrias com empresas brasileiras (além de outras, não mencionadas, com empresas de porte regional em diferentes partes do globo).

Chesnais (1996, p. 78-79) inclui as *joint ventures* como uma das novas formas de investimento na mundialização, caracterizadas em oposição ao investimento direto e que garantem para uma multinacional uma fração de capital e direito de conhecimento à conduta de outra companhia (menor) em troca de, geralmente, suporte de ativos não materiais, como *know-how* de gestão e licenças de tecnologia, entre outros.

4.1.1 Mudança na localização das indústrias de pasta de celulose

A produção de celulose foi marcada, especialmente nos anos 1990, “[...] por um grande dinamismo no mercado de pastas e celulose, cujo consumo cresceu à taxa anual de 4,1%, sendo a que celulose oriunda de eucalipto atinge 8,5% a/a.” (PEDREIRA, 2008, p. 88).

E é justamente a produção da pasta de celulose que mais cresce nos países “*não tradicionalmente*” produtores, o que leva à tendência, apontada por Pedreira (2008), de *relocalização* das indústrias celulísticas. Em 1996, o Brasil, a Tailândia e o Chile já respondiam por 73% da capacidade global de produção de polpa de celulose de mercado. Além disso, “[...] entre 1996 e 2003, a capacidade de produção de polpa na América do Norte diminui 1,6% para, assim, aumentar 27,2% na América Latina e 76,4% na Ásia (na Indonésia a capacidade cresceu 118,7% no mesmo período!)” (LANG, 2008, p. 12⁵⁹ apud BARCELOS, 2010, p. 53).

⁵⁹ LANG, C. **Plantations, poverty and power**: Europe’s role in the expansion of the pulp industry in the South. Estados Unidos, 2008. 151 p.

Ao mesmo tempo, como será abordado especialmente no caso da Veracel Celulose, aumentam os conflitos agrários ligados às vastas áreas ocupadas por plantações monocultoras de árvores para consumo industrial⁶⁰.

O eucalipto é atualmente a principal matéria-prima utilizada na produção de celulose de mercado. Porém, é preciso lembrar que, dependendo da espécie plantada, essa árvore também tem outras finalidades (como consumo para lenha, carvão vegetal, uso na construção civil, no setor moveleiro etc.) e a celulose de mercado também pode provir de outras plantações, como fibras anuais (juta, rami, línter, palha de cereais e outras) e ainda de outras árvores como o *pinus* e a bétula. Tudo isso faz com que os dados sobre as plantações e sobre o setor tenham de ser contextualizados, a fim de levar em consideração as diferentes formas de plantio e utilização entre os países.

Segundo a Git Forestry Consulting (sítio eletrônico), entidade que produz um mapeamento dos plantios de eucaliptos por país, a Índia, o Brasil e a China representavam, em 2010, quase 50% da área plantada no mundo, com grande distância para os demais países. A Índia ocupava o primeiro lugar, com 3.942.600 hectares plantados de eucaliptos (22% das plantações do mundo); o Brasil o segundo lugar, logo atrás, com 3.751.857 hectares (20%); e a China o terceiro, com 2.609.700 hectares (14%).

Na Índia, atualmente, um terço da produção de celulose é proveniente do eucalipto, enquanto o restante é fruto da transformação de fibras anuais. Mesmo assim, o país já protagonizou mobilizações contra a expansão dessa cultura, em especial relacionadas à sua expansão em terras comunais (OLIVEIRA, 2012, p. 96-97; LIMA, 1996, p. 29). Segundo Shiva (2003), desde a década de 1970 há conflitos no entorno das áreas de florestas que começaram a ser destinadas ao plantio de monoculturas de árvores e outras. Destacou-se, nessa primeira década, o Movimento Chipko (“movimento do abraço”), no qual mulheres camponesas do Himalaia se abraçavam às árvores para que não fossem cortadas pelas grandes madeireiras comerciais. O movimento foi crescendo e ao longo dos anos 1980 e 1990 teve importante papel nos debates ocorridos na Índia sobre a importância das florestas para os povos comunais e contrários às monoculturas. Além disso, em outras partes do país também havia, na década de 1990, muitas manifestações contrárias a essas plantações, pelas grandes

⁶⁰ A Indonésia foi, durante os anos 1990, local de diversos desses conflitos, em especial pelas concessões governamentais para o plantio de eucalipto, dendê e palma azeiteira sobrepostas a florestas nas quais viviam e ainda vivem camponeses e indígenas. Houve, nesse período, muito desmatamento com substituição da mata nativa por monoculturas de árvores, que geraram expropriações e lutas dessas populações. Para complicar ainda mais a situação, a maior parte da verba destinada à polícia e ao exército do país (70%) provinha de contribuições de empresas, muitas delas plantadoras de árvores, o que potencializou diversos conflitos violentos e incisivos (WRM, 2003, p. 146-155).

áreas que ocupam – anteriormente de uso comum – e pela escassez hídrica que se dá após sua chegada⁶¹.

Já no Brasil – caso que será detalhado mais a frente –, 100% da produção de celulose é de origem madeireira (*pinus* ou eucalipto), e a atividade do setor de papel e celulose representa um terço das plantações de árvores no país. Além disso, a maioria dos plantios, no caso da produção de celulose, é das próprias empresas fabricantes (70%), constituindo grandes monoculturas localizadas próximo às plantas industriais. Ou seja, o processo que ocorre aqui é o de territorialização do monopólio, marcado pela junção, em uma só figura, do latifundiário e do capitalista industrial.

A China, até a década de 1980, *segurou* o crescimento de grandes maciços homogêneos de plantações de árvores. Mas, a partir de uma reforma política, estabeleceu-se plano para o plantio de 20 milhões de hectares de árvores de crescimento rápido, a fim de suprir o mercado interno e exportar. Para isso foram desenvolvidas pesquisas com diversas espécies de eucalipto (WRM, 2003, p. 140-144). Além das plantações, atualmente a China mantém grande parte de sua produção de papel a partir de aparas de papel para reciclagem, e utiliza ainda fibras não madeireiras (que representam 60% de sua produção de celulose). Índia e China juntas representam 80% da produção de celulose de origem não madeireira (GOMES, 2011, p. 69).

Porém, avaliando a produção de celulose – independente da origem – e papel por país e as plantações de árvores correspondentes, os maiores ainda são os *tradicionalmente produtores*, com exceção da China.

⁶¹ A grande maioria dos trabalhos (acadêmicos ou não) sobre o plantio de eucaliptos que empreendem trabalho de campo (AGB-ES, 2004; CUNHA, 2008; FANZERES, 2005; FASE, 2002; FERREIRA, 2002; KOOPMANS, 2005; SOUZA; OVERBEEK, 2008; VAZ, 2012; entre outros) relata que as populações as quais vivem no entorno observam maior escassez hídrica após a chegada dos plantios. Mesmo assim, diversos outros estudos e os próprios *sites* das empresas demonstram que essa cultura não retiraria mais água do solo do que outras monoculturas (VERACEL, 2013), procurando assim legitimar sua atuação.

Em conversa realizada durante trabalho de campo em agosto de 2012 para a elaboração desta dissertação, com Alfredo Santana Ferreira, cacique da aldeia Meio do Mata (Porto Seguro), do povo Pataxó, ele afirmou o seguinte, ao ser questionado sobre o que teria mudado após a chegada do eucalipto: “O que mudou para a gente foi o seguinte, nós tínhamos muitos rios riquíssimos em água, muita água, [e] depois que veio a Veracel a gente sentiu que está faltando água, os rios abaixaram. Como não tínhamos o conhecimento dessa questão, a gente ficou quieto. Mas depois começamos a pesquisar a questão do eucalipto, que sentimos que o eucalipto puxa água, não teve mais jeito de tentar coibir. Mas a gente denunciou para o Ibama, na época era Ibama, para a própria Funai, não teve jeito. Mas hoje nós sentimos assim, que a questão da água, a questão do próprio peixe, prejudicou, a questão que eles usam muito produto químico no plantio da Veracel, que acaba envenenando a água, e acaba tirando o peixe, matando o peixe, então tudo pra gente prejudicou.” (Ao longo do trabalho, todos os trechos de entrevistas citados foram mantidos conforme as palavras dos entrevistados, corrigindo-se apenas as concordâncias da língua portuguesa.)

Atualmente, os principais exportadores de papel são: a Finlândia, do tipo de imprimir e escrever; os Estados Unidos, que concentram suas vendas externas em papéis para embalagens; a Suécia, onde há divisão mais equitativa entre os tipos de papéis produzidos; e o Canadá, com ênfase em papéis de imprensa. A importação de papéis, por sua vez, é concentrada em seis países, que representam cerca de 50% do comércio internacional do setor: Estados Unidos (que têm fluxo contínuo com o Canadá no comércio de papéis para imprensa); Alemanha, Inglaterra, França e Itália (que importam principalmente papéis para imprimir e escrever e para embalagens); e China (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2009, p. 19).

Tabela 5 – Produção mundial de papel e celulose (2010)

CELULOSE (de origem madeireira e não madeireira)		PAPEL	
País	Mil toneladas	País	Mil toneladas
1. EUA	49.740	1. China	99.300
2. China	19.542	2. EUA	75.083
3. Canadá	18.308	3. Japão	26.627
4. Brasil	13.922	4. Alemanha	22.698
5. Suécia	11.859	5. Canadá	12.112
6. Finlândia	10.363	6. Coreia do Sul	11.492
7. Japão	9.020	7. Finlândia	11.329
8. Rússia	7.453	8. Suécia	11.298
9. Indonésia	6.805	9. Brasil	10.159
10. Chile	4.876	10. Indonésia	10.035
11. Índia	3.999	11. Índia	9.655
12. Alemanha	2.725	12. Itália	9.130
Demais	25.215	Demais	89.959

Fonte: Bracelpa (2012, p. 6).

Tabela 6 – Áreas de florestas plantadas no mundo (2010)
mil hectares

País	Área total do país	Área de florestas plantadas ⁽¹⁾	%
China	942.530	77.157	8,2
Estados Unidos	916.193	25.363	2,8
Japão	36.450	10.326	28,3
Índia	297.319	10.211	3,4
Brasil ⁽²⁾	851.196	6.973 ⁽³⁾	0,8
Finlândia	30.409	5.904	19,4
Alemanha	34.887	5.283	15,1
Suécia	41.033	3.613	8,8
Indonésia	181.157	3.549	2,0
Chile	74.880	2.384	3,2
⁽¹⁾ Fonte: FAO/STCP/SAE. ⁽²⁾ Fonte: Abraf. ⁽³⁾ Deste total, 2,2 milhões têm com finalidade a produção de papel e celulose.			

Fonte: Bracelpa (2012, p. 6)

Já no mercado de celulose, Gomes (2011) observa a tendência, entre 2000 e 2009, de diminuição da produção de polpa nos Estados Unidos e Canadá e aumento principalmente no Brasil e Chile. Se separássemos a produção apenas de origem madeireira, a China cairia para o oitavo lugar no *ranking*, já que, como observado, grande parte de sua produção provém de outras fibras, e o Brasil subiria para a terceira posição.

Gráfico 1 – Produção de celulose de origem madeireira (2000-2011)

Fonte: Faostat (sítio eletrônico). Elaborado pela autora.

Crescimento da produção de celulose 2000-2011¹

¹ Celulose de origem madeireira

Gráfico 2 – Crescimento da produção de celulose de origem madeireira (2000-2011)

Fonte: Faostat (sítio eletrônico). Elaborado pela autora.

Dados da Faostat (sítio eletrônico) permitem perceber o aumento da produção bem mais acentuado no Brasil, China e Chile, bem como na Indonésia e Rússia; na Suécia, observa-se mais ou menos a manutenção da produção; já no Japão, Finlândia, Estados Unidos e Canadá há uma queda. A diminuição mais acentuada da produção nos últimos anos nos países centrais deve ser explicada, em parte, no contexto da crise econômica que eclodiu em 2008 a partir dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, percebe-se a tendência de *periferização* da produção de celulose, diferente do que ocorre com a produção de papel, que continua mais concentrada nos países centrais (e na China).

Já em relação às exportações de polpa celulística, em 2009 o Brasil ultrapassou o Canadá – cuja produção estava em declínio – atingindo posto de maior exportador mundial naquele ano, com mais de oito milhões de toneladas exportadas. Estados Unidos e Canadá ficaram praticamente empatados em segundo lugar, e o Chile ultrapassou a Suécia. Ainda se destacavam como grandes exportadores a Indonésia, Rússia, Finlândia, Portugal e China (GOMES, 2011, p. 70-71). Em 2012, segundo a FAO, os principais exportadores de polpa para papel foram: Canadá (18% das transações), Brasil (17%), EUA (16%), Chile (8%), Suécia (6%), Indonésia (5%), Finlândia (5%) e Rússia (4%) (FAOSTAT, sítio eletrônico). Os dados revelam também uma tendência de exportação de celulose a partir de países periféricos, bem como da localização de sua produção nesses mesmos países.

Total de exportações anuais de celulose proveniente de madeira

Gráfico 3 – Exportações de celulose de origem madeireira (1997-2010)

Fonte: Faostat (sítio eletrônico). Elaborado pela autora.

A China, apesar de apresentar crescimento na exportação de celulose entre 1997 e 2010, está muito abaixo dos dois milhões de toneladas anuais, tendendo a zero quando se intenta uma representação gráfica comparativa com outros países (FAOSTAT, sítio eletrônico).

Gráfico 4 – Crescimento das exportações de celulose de origem madeireira (1997-2010)

Fonte: Faostat (sítio eletrônico). Elaborado pela autora.

A partir dos dados da Faostat (sítio eletrônico), pode-se observar o crescimento das exportações nos países periféricos e na Alemanha, e destaca-se o aumento da participação do Brasil entre os países que mais exportam.

Observando todos esses dados, podemos nos perguntar, então, quais as razões que têm levado ao que Pedreira (2008) chama de “relocalização da indústria de pasta”.

Segundo Lang (2008⁶² apud BARCELOS, 2010, p. 53), o aprofundamento do processo de *periferização* da produção de celulose se dá pelo menor custo de produção nesses países, ocasionado pelos menores gastos com energia, químicos, mão de obra, logística e transportes. Segundo Barcelos, “O custo da tonelada de polpa produzida no Brasil (média de US\$ 157), por exemplo, pela Veracel, é de US\$ 120 comparados aos US\$ 320 na América do Norte e US\$ 400 na Escandinávia.” (BARCELOS, 2010, p. 53).

Vale observar que a Veracel é “destaque” não só no baixo custo por tonelada de celulose produzida, mas também nos baixos salários pagos aos operadores de máquinas (como será abordado na seção 6) e na distância média entre plantios e fábrica, de 50 quilômetros, segundo reportagem de Stella Fontes no jornal **Valor Econômico**: “[...] o que contribui para o alcance de custos de produção de celulose mais baixos” (FONTES, 2010).

Essas particularidades podem ser observadas ao constatar a grande diferença nos totais gastos para a produção de celulose em diferentes países, conforme podemos ver em Foelkel (2012, p. 33).

⁶² LANG, C. **Plantations, poverty and power**: Europe’s role in the expansion of the pulp industry in the South. Estados Unidos, 2008. 151 p.

Gráfico 5 – Custos unitários de produção de celulose – US\$/t (2009)

Fonte: Nogueira, 2009 – banco de dados da empresa Silviconsult – apud Foelkel (2012, p. 33).

Assim, constatamos que os custos de produção de celulose no Brasil, Indonésia e Chile são consideravelmente menores que os de países europeus e norte-americanos, sendo os custos da madeira e os *custos fixos* (nos quais com certeza está incluso o pagamento da força de trabalho), em geral, os que fazem a maior diferença. Segundo o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM) (1999, p. 5), o preço pago pela hora de trabalho no Brasil, por exemplo, representa 20% do que se paga na Alemanha. Em relação ao preço da madeira, segundo o mesmo documento, é a aquisição de terras que faz a maior diferença:

Além disso, a terra é mais barata no Sul, principalmente em grandes extensões contíguas. Por exemplo, em muitos países, o Estado arrenda terras a empresas plantadoras, a preços muito mais baixos do que os do mercado. Na Indonésia, as terras públicas podem ser arrendadas por empresas plantadoras por mais ou menos US\$ 0,30 por hectare ao ano; na Tailândia, por volta de US\$ 2,50; enquanto o arrendamento de terra é um dos principais custos dos programas de plantação florestal nos Estados Unidos. [...] Essas diferenças nos custos são muito importantes, considerando que a madeira representa entre 40% e 70% do custo variável na fabricação de polpa, que, por sua vez, constitui o principal custo na produção de papel [e celulose]. Portanto, quase sempre é lucrativo produzir madeira no Sul, mesmo que as plantações estejam a uma grande distância dos mercados de papel. (WRM, 1999, p. 5)

Assim, há que se considerar as vantagens comparativas em âmbito internacional – que levam a sobrelucro de empresas – segundo suas localizações, pautadas especialmente nos custos de mão de obra e aquisição de terras.

Pedreira (2008, p. 88) também salienta como principais fatores para a decisão da localização de indústrias de pasta especialmente o item madeira e a disponibilidade de terras para novos plantios: “Daí a importância da verticalização, pois produzindo sua própria madeira a empresa pode se apropriar de ganhos de produtividade da área florestal.” Ou, em outros termos, dessa forma a empresa pode ganhar não só com o lucro da venda do produto, mas também com a apropriação da renda da terra.

Segundo Kalache Filho (2006, p. 86), ainda em relação à localização das indústrias, os “tradicionais produtores do hemisfério norte” são “[...] muito eficientes na produção industrial de celulose e papel e na sua comercialização”, além de estarem localizados mais próximo dos maiores mercados consumidores destes produtos. Mas esses países possuem, por sua vez, *desvantagens* no plantio de árvores, ligadas principalmente ao longo tempo de rotação das culturas utilizadas como matéria-prima da indústria.

Tabela 7 – Comparação da rotação e rendimento – espécies/celulose de fibra curta⁶³

Espécies	Países	Rotação (anos)	Rendimento (m3/ha/ano)
Eucalipto	Brasil	7	44
Eucalipto	África do Sul	8-0	20
Eucalipto	Chile	10-12	25
Eucalipto	Portugal	12-15	12
Eucalipto	Espanha	12-15	10
Bétula	Suécia	35-40	6
Bétula	Finlândia	35-40	4

Fonte: Bracelpa (2012, p. 9).

Porém, conforme aponta Gonçalves (1994, p. 140), essa vantagem comparativa do Brasil (menor tempo requerido para o corte da madeira) geralmente oculta, nos discursos dos representantes das empresas do setor, justamente dois de seus aspectos fundamentais: um relativo à facilidade na aquisição de terras e um outro ao baixo custo da mão de obra.

Percebe-se, então, uma tendência de maior aumento de plantações para comercialização de celulose de fibra curta de mercado em países *periféricos*, enquanto os

⁶³ Infelizmente não dispomos dos dados para comparar a rotação e rendimento dos mesmos países selecionados no gráfico apresentado anteriormente.

países *tradicionalmente produtores* continuam a representar parcela importante dos plantios de outras monoculturas de árvores para a produção de papel e celulose⁶⁴.

Isso pode ser explicado, no interior do processo de mundialização, pela persistência da hierarquia da produção entre países, na qual a tríade formada pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão mantém forte peso, com a estratégia de pressionar a diminuição dos gastos com mão de obra e logística para manter a produção em suas mãos (CHESNAIS, 1996); ao mesmo tempo em que produtos com menor valor agregado – como a celulose – espriam-se por outros locais, com forte atuação das empresas mundializadas.

Foelkel (2012, p. 59) apresenta esta tendência de “relocalização das empresas de celulose” comparando-a com a estratégia utilizada nos setores têxtil e de calçados. Chesnais (1996, p. 113-114) também aponta que esses setores – especialmente nas figuras da Nike e da Benetton – *aproveitam-se* principalmente das liberalizações do mercado internacional, dos custos de mão de obra e das menores exigências ambientais e sociais nas legislações nacionais, para se *deslocalizar*, ou seja, espriar-se pra qualquer local do mundo onde essas condições sejam mais favoráveis ao seu ganho.

Santos (2008, p. 7) ainda aponta que restrições ligadas às políticas ambientais na Europa e América do Norte e os movimentos ambientalistas desses países contribuem para essa *relocalização* ou *deslocalização*. Além disso, fábricas obsoletas, incapazes de atender às demandas ambientais ou que operavam em escalas de produção menores têm sido fechadas no hemisfério Norte.

Podemos ainda insistir na importância da utilização intensiva de terras para o setor de celulose, que, assim como outras *commodities*, destaca-se em países como o Brasil, onde seus derivativos são considerados importantes para o desenvolvimento econômico, a partir da geração de divisas, e nos quais a apropriação da renda também é um *negócio* importante, ao mesmo tempo em que tais países servem ao capitalismo mundializado como fontes de matérias-primas fartas e baratas. Neste sentido, Paulino (2011, p. 100) aponta que:

Essa assimetria [entre a valoração desmesurada dos bens manufaturados e depreciação de bens primários] se explica pelo rígido controle sobre as fontes fornecedoras e potenciais de recursos, mesmo porque sem o abastecimento de matérias primas fartas e baratas o edifício da globalização ruiria num relance. A agricultura periférica é a que melhor expressa esse entrosamento coroado de subalternidade que, por sua vez, é produto da maneira com que cada região, em

⁶⁴ Santos (2008, p. 7) aponta que, embora tenha havido queda de produção de celulose na Europa e América do Norte, nos Estados Unidos, Canadá e países escandinavos, houve crescimento na produção de papel nos últimos anos.

geral, e cada país, em particular, toma parte na divisão territorial do trabalho, cujo níveis de coerção e arbitrariedade determinarão o patamar de extração do excedente.

4.2 O BRASIL NO CONTEXTO DO SETOR MUNDIAL DE PAPEL E CELULOSE

No bojo da lógica de desenvolvimento do capitalismo mundializado, o Brasil insere-se fortemente pela produção do agronegócio. Para Oliveira (2005a, p. 171), “O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas dessa inserção capitalista das elites brasileiras no mercado mundial.” Dentro dos negócios do agro, a exportação de celulose ganha destaque, juntamente com a de cana-de-açúcar, a soja, o milho e a carne, entre outros.

Delgado (2010) aponta que, entre 1965 e 1981, a agricultura brasileira completou um ciclo de crescimento e modernização técnica, com o já apontado maior entrelaçamento entre essa atividade e a indústria. A década de 1980 foi, para o autor, um momento de transição e contradição para a questão agrária brasileira, posto que, frente à relativa estagnação econômica do período, a agricultura “modernizada” manteve-se como importante peça para a “[...] gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período”, a fim de gerar saldos de comércio exterior (DELGADO, 2010, p. 89). Ao mesmo tempo:

A forma como a política econômica externa incorporará o setor agrícola na “solução” do endividamento externo reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disso é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários. (DELGADO, 2010, p. 90)

Porém, a partir de meados dos anos 1990 (especialmente entre 1994 e 1999, auge do neoliberalismo no Brasil⁶⁵), há uma mudança de estratégia, permitida pela “alta liquidez internacional”, que desocupa a centralidade da geração de saldo positivo na balança internacional, e promove uma relativa desvalorização da renda da terra e dos preços agrícolas, ao mesmo tempo em que essa desocupação recorre em novo momento de crise de liquidez, posterior, que faz com que a elite econômica retorne à estratégia anterior, qual seja, de

⁶⁵ Segundo Chauí (2013, p. 127), caracterizando a ideologia neoliberal: “Por sua vez, a ideologia neoliberal afirma que o espaço público deve ser encolhido ao mínimo enquanto o espaço privado dos interesses de mercado deve ser alargado, pois considera o mercado portador de racionalidade para o funcionamento da sociedade. Ela se consolidou no Brasil com o discurso da modernização, no qual modernidade significava apenas três coisas: enxugar o Estado (entenda-se: redução dos gastos públicos com os direitos sociais), importar tecnologias de ponta e gerir os interesses da finança nacional e internacional.”

recuperar o saldo positivo no comércio internacional a qualquer custo (DELGADO, 2010).

Nesse contexto:

Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isso ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente, incluindo crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa e investimento em infraestrutura comercial, como serviços agropecuários, portos e malha viária. Isso tudo, aliado à relativa desvantagem no comércio internacional durante o período do real sobrevalorizado, adiou o relançamento da modernização técnica sem reforma para o início do século XXI.

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária.

Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2010, p. 93)

Essas estratégias e suas formas de realização irão influenciar a expansão e a configuração, sob a égide da mundialização, do setor de papel e celulose no país.

Como vimos na seção 3, o chamado *setor florestal* (dentro do qual a produção de papel e celulose se insere) estava se estruturando até o final dos anos 1980, com base no apoio maciço do Estado – via BNDES, incentivos fiscais e subsídios – marcado pela reestruturação, a nível mundial, da atividade celulístico-papeleira. Esse processo incluía, no país, a aquisição de grandes extensões de terras, públicas e privadas, em alguns momentos já com maciços homogêneos de árvores plantados.

Além disso, a plantação de eucaliptos com fins industriais foi uma atividade bastante procurada por latifundiários improdutivos para não perderem suas terras; e o setor se estruturou via aliança entre esses latifundiários e capitalistas, predominantemente de origem urbana.

Em 1988, mudanças nas políticas nacionais de financiamento acabaram com os incentivos específicos existentes para o setor, assim como ocorria com os incentivos setoriais em geral no país, frente a estagnação econômica devida ao grande endividamento externo.

Nesse momento, em consonância com as mudanças em escala mundial, o BNDES passou a agir mais firmemente no mercado de capitais, fazendo a *administração* de ativos do setor, que se abria cada vez mais ao mercado financeiro, enquanto os investimentos primários por parte do banco perderam espaço (BARCELOS, 2010, p. 81).

Segundo Juvenal e Mattos (2002, p. 16-17), entre 1986 e 1992 a atuação do BNDES mudou de foco, passando a centrar menos no planejamento setorial e mais, principalmente, na

consolidação das empresas no mercado: “Foi nessa fase que o Banco não só começou a devolver ao controle privado algumas das empresas que assumira entre 1974 e 1985, como também passou a agir mais intensamente no mercado de capitais [...]”

Mas, no mesmo momento, em função da pressão dos produtores do setor, foi lançado o II PNPC, em 1987. Ao contrário do I PNPC, de 1974, o segundo foi uma iniciativa dos produtores, preocupados em obter do BNDES linhas de financiamento de longo prazo. Assim, ele não contemplava um conjunto mais articulado de medidas, e sim uma programação de investimentos⁶⁶. O II PNPC previa imissões públicas de US\$ 9,6 bilhões entre 1987 e 1995, sendo dois terços para a ampliação da produção/exportação de celulose. O início da década de 1990, assim, foi fase de grande desembolso do BNDES para o setor, destacando-se as ampliações da Aracruz (atualmente Fibria) e da Bahia Sul Celulose (atualmente Suzano Holding S.A.) (HILGEMBERG; BACHA, 2001, p. 154-155), como se verá adiante. Somente em 1990, o BNDES destinou 25% de seus investimentos reservados à indústria para o setor de papel e celulose (BARCELLOS, 2008, p. 192).

Nesse contexto, apesar da estagnação econômica em nível nacional, na década de 1990 o setor passou por momento de relativo dinamismo, em consonância com o que ocorria mundialmente na produção e comercialização de papel e celulose (PEDREIRA, 2008, p. 88). Porém contou com menos incentivos na segunda metade dessa década, pelas razões apontadas por Delgado (2010), o que influenciou no fato de as metas do II PNPC não terem sido alcançadas no período: em 1995, o Brasil produziu 5.935.143 toneladas de pasta de celulose, 600 mil a menos que o previsto. Em relação à celulose de alto rendimento, foi produzida mais ou menos metade do previsto no plano em 1995 (492.965 t) (BARCELLOS, 2008, p. 193).

Discutindo a questão no final dos anos 1990, o BNDES, em texto elaborado por Mattos e Valença (1999, p. 267), sugeria a necessidade de ampliação das atividades do setor por meio de “[...] ganhos de escala empresarial, por fusões ou aquisições.” Para eles:

Fusões no setor de celulose de mercado permitiriam ganhos expressivos, uma vez que as plantas industriais da maioria das principais empresas distam entre si menos de 350 quilômetros. Algumas delas já compartilham o porto para embarque de seus

⁶⁶ Segundo Juvenal e Mattos (2002, p. 14-15), foram estabelecidas as seguintes metas para 1995: ampliar a oferta de celulose de 3,4 milhões para 6,6 milhões de toneladas; ampliar a oferta de papel de 4 milhões para 8,4 milhões de toneladas; ampliar a oferta de pasta de 312 mil para 848 mil toneladas; implantar florestas destinadas ao autoabastecimento das fábricas; aumentar as exportações de celulose de 921 mil para cerca de 1.400 mil toneladas e as de papel de 543 mil para 820 mil toneladas; privilegiar, com tratamento preferencial das entidades governamentais de desenvolvimento, os investidores de reconhecida capacidade financeira e competência empresarial; proporcionar incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de florestas nos projetos aprovados pelo então CDI; estimular a capitalização das empresas pela abertura de capital; e cobrir as importações com financiamento externo ou com capital próprio das empresas.

produtos e dispõem de áreas florestais adjacentes. Poderia então ser formado um ofertante que, além de escala industrial adequada em suas unidades, possuía escala empresarial e comercial que lhe confira poder de competição e negociação compatível com as empresas existentes na Europa, América do Norte e Ásia/Oceania. (MATTOS; VALENÇA, 1999, p. 264)

O BNDES novamente foi determinante, permitindo que essas escalas de produção aumentassem ao longo dos anos 2000, gerando uma reestruturação mais ampla do setor.

Isso se deu no bojo do retorno à estratégia macroeconômica no Brasil, de retorno à balança favorável no comércio internacional “a qualquer custo” (DELGADO, 2010), centralizada, entre outras coisas, na exportação de *commodities*. Nesse sentido, Delgado (2010, p. 82-83) aponta que:

A antinomia “reforma agrária” *versus* “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa. (DELGADO, 2010, p. 82-83)

Nesse contexto foi criado, em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 3.420 (BRASIL, 2000), o Programa Nacional de Florestas (PNF), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que envolvia 11 ministérios (BARCELLOS, 2008, p. 194). Seus objetivos, descritos no artigo 2º do referido decreto, eram:

- I - estimular o uso sustentável de florestas nativas e plantadas;**
- II - fomentar as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais;**
- III - recuperar florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas;
- IV - apoiar as iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas;
- V - reprimir desmatamentos ilegais e a extração predatória de produtos e subprodutos florestais, conter queimadas acidentais e prevenir incêndios florestais;
- VI - promover o uso sustentável das florestas de produção, sejam nacionais, estaduais, distrital ou municipais;
- VII - apoiar o desenvolvimento das indústrias de base florestal;**
- VIII - ampliar os mercados interno e externo de produtos e subprodutos florestais;**

IX - valorizar os aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e dos benefícios proporcionados pelas florestas públicas e privadas;
 X - estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais. (BRASIL, 2000, grifo nosso)

Como observa Barcellos (2008, p. 195), dos dez objetivos do PNF, quatro se referiam especificamente às plantações de árvores para utilização industrial, demonstrando o anseio do governo em voltar a subsidiar, mais fortemente, o agronegócio.

Mas o auge da expansão e apoio ao setor de papel e celulose ainda estava por vir, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 2003. Desde o início, seu governo esteve disposto a apoiar novos projetos e ampliação de outros, e uma das primeiras delegações industriais recebidas por ele foi a de plantação de árvores para fins industriais (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 47).

Em 2004, o governo Lula criou no interior do PNF a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), divulgou novos investimentos para o programa e estabeleceu dois eixos principais de atuação: a expansão da base florestal plantada e a expansão da área de *florestas naturais* (RAS, 2004). Na ocasião, Lula afirmou que para atingir os objetivos do primeiro eixo seriam plantados dois milhões de *florestas homogêneas* até 2007, a fim de aumentar a participação do Brasil na exportação de produtos de origem madeireira. O presidente ainda afirmou que: “O Brasil detém apenas 2% [do mercado florestal], enquanto a Finlândia, que tem um território equivalente à metade de Minas Gerais, detém 8%.” (ISA, 2004). Para o cumprimento das metas, foram criados programas e linhas de crédito para as empresas e agricultores que atuassem no setor⁶⁷ (RAS, 2004).

Além disso, o governo federal incluiu, no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 recursos e medidas para aumentar o plantio de árvores em 300 mil hectares/ano por meio de programas empresariais (BARCELLOS, 2008, p. 199).

Ao mesmo tempo, diante das manifestações contrárias à expansão do setor, de cunho ambiental e relacionada às grandes áreas ocupadas com monoculturas de árvores, foi

⁶⁷ Segundo Barcellos (2008, p. 197-198) os principais programas ligados ao setor criados nesse período foram: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Florestal, criado em 2002 e destinado aos agricultores familiares; o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), criado em 2002 e que, entre outros objetivos, dá apoio à implantação e manutenção de monocultivos para utilização industrial; o BB Florestal, criado em 2005 e que engloba todos os financiamentos existentes no Banco do Brasil para atividades *florestais* (Pronaf Florestal; Propflora; FCO Pronatureza; BNDES Automático Agropecuário; Moderfrota; Moderinfra; Finame Especial; Finame Agrícola; Moderagro) e busca atender “[...] desde a miniagricultura à agricultura de escala industrial”; e o Pronaf Eco, criado em 2007 e que incorporou parte dos financiamentos antes feitos pelo Pronaf Florestal. Há uma clara tendência de apoio aos plantios homogêneos realizados não apenas por empresas, mas também por pequenos agricultores (agricultura familiar), que se tornam produtores de fontes alternativas de matéria-prima para os latifundiários/industriais de papel e celulose.

encomendado pela Conaflor um relatório para avaliar os *impactos* das atividades *florestais*. Coordenado por Anna Fanzeres (2005), ele demonstra a existência de conflitos fundiários e problemas ambientais em todos os locais onde estão instalados plantios e fábricas do setor *florestal*, em especial relacionados às extensas áreas ocupadas por eucaliptos e *pinus*.

Mas o relatório não surtiu efeito, e o governo continuou apoiando a expansão do setor sem restrições. Nesse sentido, o BNDES continuou repassando altos valores para as agroindústrias de papel e celulose, com investimentos da ordem de R\$ 4,3 bilhões em novas fábricas de celulose e R\$ 1,3 bilhão na expansão de plantações entre 2003 e 2009 (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 47).

Os principais projetos aprovados e suas cifras nesse período foram: R\$ 1,4 bilhão para a implantação da fábrica de celulose da Veracel, em Eunápolis (BA), em 2004⁶⁸; R\$ 2,6 bilhões em 2006 para a expansão da fábrica de papel e celulose da Suzano Bahia Sul, em Mucuri, também localizada no Extremo Sul da Bahia; R\$ 2,7 bilhões em 2010 para a nova fábrica de celulose da Suzano, em Imperatriz (MA); e mais recentemente, em 2012, R\$ 2,7 bilhões para a construção da fábrica da Eldorado Celulose e Papel em Três Lagoas (MS) (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 47-48).

Além dos financiamentos, o BNDES também teve forte atuação no setor por meio de apoio e participação em compras e fusões. O maior exemplo disso foi a aquisição da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel (VCP). No final de 2008, a Aracruz anunciou um prejuízo de US\$ 1,95 bilhão, em virtude, segundo grande parte da mídia, da *alta exposição no mercado de derivativos de câmbio*. Contudo, rapidamente, em janeiro de 2009, o governo brasileiro, via BNDES, deu suporte para sua aquisição pela VCP, assim formando a Fibria. “A intermediação do Estado brasileiro no caso da Aracruz demonstra uma postura adotada pelo governo no sentido de ajudar os setores considerados estratégicos ao desenvolvimento econômico [...]” (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2009, p. 61). O BNDES já “socorreu” praticamente toda a indústria nacional de celulose, segundo matéria publicada por Fontes (2012a) no jornal **Valor Econômico**:

A própria Fibria, que nasceu oficialmente em 2009 a partir da fusão de Aracruz e Votorantim Celulose e Papel (VCP), reflete a importância que o BNDES ganhou para a manutenção da saúde financeira da indústria [de papel e celulose] brasileira. “A atuação do banco deu suporte à Aracruz após as perdas com derivativos,

⁶⁸ À título de comparação, vale lembrar que em 2005, o total de recursos destinados à reforma agrária somaram R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão para a concessão de créditos às famílias assentadas e R\$ 754,7 milhões para obtenção de terras. (MDA, 2005. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4986821>. Acesso em: dez/2013).

possibilitou à VCP comprar a fatia dos antigos acionistas da Aracruz e deu condições de a Fibria vingar", afirma outro analista, sob a condição de não ser identificado.

Desde a criação da Fibria, a BNDESPAR⁶⁹ é sua maior acionista, com 30,38% das ações ordinárias, enquanto a Votorantim Industrial possui 29,42% (fruto da compra das ações da Arapar, antes controladas pelas famílias Lorentzen, Almeida Braga e Moreira Salles). O BNDES entrou com R\$ 2,4 milhões na negociação entre Arapar e Votorantim, do total de R\$ 2,7 bilhões anunciados quando da compra. A compra de parte da empresa concorrente estava sendo costurada pela VCP desde 2007, porém, com a crise econômica eclodida nos Estados Unidos em 2008, ela foi sendo postergada. Para que a transação se realizasse, também foi necessária a venda de ativos da Votorantim. Em novembro de 2008 o grupo transferiu à Monsanto o controle de duas empresas de biotecnologia gestadas pela Votorantim Novos Negócios (Canavialis e Alellyx), por R\$ 600 milhões. E, novamente em jogada com uma instituição estatal, poucos dias antes do pronunciamento da compra das ações da Aracruz, o Banco do Brasil adquiriu parte do Banco Votorantim por R\$ 4,2 bilhões. (SEGALLA; VAZ, 2008)

Atualmente, a Fibria tem capacidade para produzir 5,25 milhões de toneladas de celulose de eucalipto branqueada por ano, dos quais 90% são exportados, sendo o maior produtor e exportador mundial desse produto (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 50-51).

Somente em 2012 o BNDES dirigiu 11% de seu repasse do segmento industrial para as empresas de papel e celulose, o que representou o terceiro maior montante para o ramo. O Banco tem sido demandado por “[...] praticamente todas as grandes empresas do setor para financiar seus projetos de crescimento, mais recentemente incluindo a Eldorado e a nova fábrica da Suzano que está em construção no Maranhão.” (FALEIROS, 2013). O BNDES não revela a perspectiva de desembolso para os próximos anos, mas divulgou que as empresas de

⁶⁹ “A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral do BNDES. Seus objetivos são: realizar operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES; apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade; apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias; contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros. O BNDES, na qualidade de Acionista Único, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da BNDESPAR e adotar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, cabendo-lhe, privativamente, a deliberação sobre matérias de caráter administrativo e gerencial, como a abertura do capital social da subsidiária, emissão de títulos ou valores mobiliários e a apreciação das demonstrações financeiras da BNDESPAR.” (BNDES, sítio eletrônico).

papel e celulose deverão investir (com recursos próprios e repassados) cerca de R\$ 25,9 bilhões entre 2013 e 2016, sendo R\$ 18,2 bilhões somente para a produção de celulose, além de R\$ 2 bilhões para a produção de papel e R\$ 5,6 bilhões para plantações (FALEIROS, 2013).

Além disso, o setor também se tornou mais concentrado e centralizado a partir do final da década de 1980. Segundo Soares et al (2010, p. 11), em 1985 as quatro maiores empresas de celulose e papel no país respondiam por 54,7% da produção de celulose e 33,1% da de papel. Já em 2007, as quatro maiores empresas passaram a controlar, respectivamente, 61,1% e 41,8% dessa produção no país.

Entre 2000 e 2011, a produção total de celulose no Brasil aumentou 87% (5,9% ao ano), e as exportações cresceram 190,4%. No mesmo período, o *market share* (fatia do mercado internacional) do Brasil passou de 9,6% para 21% (ABRAF, 2012, p. 59-64).

Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA, 2012), existiam no país, em 2012, 220 empresas produtoras de papel e celulose, em 18 estados, totalizando 2,2 milhões de hectares plantados de maciços homogêneos. A grande maioria (aproximadamente 70%), plantios próprios das empresas (ABRAF, 2012). Em 2010, 13% das empresas eram de celulose, 12% de pasta de alto rendimento e 75% de papel. A produção de celulose, nesse ano, correspondeu a 96,7% do total de polpa celulística, e o restante a pastas de alto rendimento (celulose solúvel) (GOMES, 2011, p. 45).

Tabela 8 – Maiores empresas do setor de papel e celulose no Brasil – quesito vendas líquidas (2011)¹

Empresa	Controle acionário (país)	Localização das fábricas	Terras (ha) ²	Plantações (ha) ³	Estados com plantações	Produção de papel ⁴	Produção de celulose de mercado	Vendas líquidas em US\$ milhões ⁵	Principais mercados
Suzano Papel e Celulose S/A	Brasileiro	Suzano, Rio Verde, Embu e Limeira (SP); e Mucuri (BA)	803.000	346.000	BA, ES, SP, MG, MA, PI e TO	1.287.000	1.800.000	2.603,0	Papéis para imprimir e escrever (revestidos; papéis cortados e não revestidos); embalagens (papel cartão); e celulose branqueada e semibranqueada de eucalipto.
Klabin S/A	Brasileiro	Piracicaba, Angatuba e Jundiá (duas) (SP); Betim, Ponte Nova (MG), Correa Pinto, Otacílio Costa, Lajes (I e II), Itajaí (SC); Feira de Santana (BA); Guapimirim (RJ); Tibagi (PR), São Leopoldo (RS), Goiana (PE); Distrito Industrial de Pilar (Argentina)	458.000	213.000	SP, PR e SC	1.900.000	-	2.073,0	Papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais.
Fibria Celulose S/A	Brasileiro	Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA - <i>joint venture</i> com a Stora Enso) ⁶	1.080.000	675.000	RS, SP, MG, RJ, ES, MS e BA	-	5.250.000	2.001,2	Celulose branqueada de eucalipto.
Internacional Paper do Brasil Ltda.	Estadunidense	Mogi Guaçu e Luiz Antônio (SP); Três Lagoas (MS)	105.500	81.500	SP e MG	790.000	-	794,3	Papéis de imprimir e escrever (cortados) e linha gráfica.
Celulose Nipo-Brasileira S/A – Cenibra	Japonês	Belo Oriente (MG)	254.756	129.606	MG	-	1.199.392	665,0	Celulose branqueada de eucalipto.
Jarí Celulose, Papel e Embalagens S/A⁷	Brasileiro	Almeirim (PA); Manaus I e II (AM); Rio Verde (GO); Suzano, Nova Campina, Paulínia e Franco da Rocha (SP)	150.000	99.000	SP, PA e AP	283.765	346.551	600,0	Papéis para embalagens, chapas e embalagens de papelão ondulado; celulose branqueada de eucalipto.
Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.	Brasileiro	Penha; Governador Valadares; Guaíba; Fadlo Haidar	Não planta	Não planta	Não planta	200.000	-	544,4	Papéis sanitários e papéis especiais.
Veracel Celulose S/A	Brasileiro/ Sueco-Finlandês	Eunápolis (BA)	249.751	110.895	BA	-	1.054.636	464,3	Celulose branqueada de eucalipto.
Riguesa,	Estadunidense	Feira de Santana (BA), Pacajus	?	54.000	SC	313.172	-	388,9	Embalagens de papelão

Dados de 2011 revelam que as vendas líquidas das três maiores empresas de papel e celulose – Suzano, Klabin e Fibria – destacam-se largamente, demonstrando centralização no setor. Além disso, no que tange às produtoras de papel, somente uma empresa (Santher) não realiza seus próprios plantios, comprando celulose de outras empresas – tendo a Fibria como um de seus principais fornecedores. Mesmo as empresas de papel que também produzem celulose muitas vezes compram de celulose de outras empresas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TÉCNICA DE CELULOSE E PAPEL, 2009). Além disso, ao se comparar as vendas líquidas das empresas brasileiras, pode-se notar que seu porte é bem menor do que o das maiores empresas do setor do mundo.

Observando a quantidade de terras que as empresas possuem, também se percebe que as produtoras de celulose, proporcionalmente, são maiores *latifundiárias*, e suas áreas estão localizadas próximo aos locais da indústria, o que não acontece, necessariamente, com as empresas integradas, que em alguns casos produzem celulose em um lugar e a transportam para fábricas de papel em outro.

Das produtoras de celulose, apenas quatro eram grandes exportadoras em 2011: Fibria (39% da produção de celulose no Brasil), Suzano Papel e Celulose (17,3%), Cenibra (9,1%) e Veracel Celulose (3,9%⁷⁰) (GOMES, 2011, p. 45-46).

Em 2012, juntou-se a esse *seleto grupo* a recém-fundada Eldorado Brasil, com a inauguração de sua fábrica, que estava sendo construída desde 2010, localizada no município de Três Lagoas (MS). A Eldorado é fruto de parceria entre a J&F (58,4% das ações), o Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Florestal (33,1%) e a MJ Empreendimentos (16,7%). A J&F é uma *holding* que comanda a JBS (proprietária da Friboi), e que também é uma das principais cotistas da FIP Florestal⁷¹ (ALMEIDA, 2012a). As outras maiores cotistas do fundo são a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), a Fundação dos Economiários Federais (Funcef) e a MCL Empreendimentos Ltda., através de sua subsidiária MJ, controlada pelo empresário Mario Celso Lopes (MAGNABOSCO, 2012). A Eldorado tem capacidade para produzir anualmente 1,5 milhão de toneladas de celulose branqueada já a partir de 2013. Segundo o *site* da empresa (ELDORADO, sítio eletrônico), “[...] a Eldorado tem um planejamento florestal que prevê o plantio de cerca de 160 mil hectares de eucaliptos em

⁷⁰ Estes 3,9% representam os 50% da celulose produzida que pertence à Stora Enso. Os outros 3,9% que compõe a exportação da Veracel foram computados conjuntamente com o restante das exportações da Fibria, que detém os outros 50% da Veracel.

⁷¹ A JBS Friboi é um conglomerado que possui mais de 50 marcas e é a maior empresa de processamento de carnes do mundo. Além disso, em meio ao seu processo de diversificação, comprou recentemente o Canal Rural, maior canal de TV brasileira especializado em agronegócio (MAIA, 2013).

plantios situados tanto em áreas próprias como em áreas de terceiros.” Não há informações no *site* sobre os plantios já efetuados ou quantidade de terras compradas pela empresa. Porém, segundo reportagem da agência de notícias especializadas Risi (2011), a empresa teria, no final de 2011, 80 mil hectares plantados com eucaliptos e pretendia contar com 210 mil até 2016.

Almeida (2012a, p. 3) aponta que o setor de celulose e papel é um dos mais monopolizados dentro do agronegócio, “[...] com destaque para o fato de possuírem parceiras acionárias que indicam uma ação territorial cruzada que minimiza o cenário de disputas intracapitais: Fibria; Klabin; Suzano; Ripasa; Stora Enso; Veracel, International Paper.” Ou seja, as empresas não disputam as mesmas áreas para realizar sua produção, mesmo que estejam próximas umas das outras. Quando isso ocorre, há uma espécie de “loteamento” da região em questão viabilizando área de plantios de cada uma delas, como ocorreu no Extremo Sul da Bahia entre a Suzano Bahia Sul e a Veracel, sendo que a primeira ocupa a porção sul da região, e a segunda, a porção norte; ou no sul do Rio Grande do Sul, onde VCP, Aracruz e Stora Enso iniciaram suas atividades nos anos 2000 ocupando áreas próximas, porém sem se sobreporem.

Outras exportadoras menores em 2010 eram a Jari Celulose S.A. (2,5% da produção nacional)⁷²; a Lwarcel (1,8%); a Iguaçu (0,40%) e a Cambará (0,35%). Além dessas, destacam-se ainda na produção de celulose a Klabin S.A. (11%) e a IP (6,1%), mas estas são integradas e comercializam apenas o papel (GOMES, 2011, p. 45-46).

Dados da Abraf (2012, p. 28) permitem acompanhar a evolução das plantações de eucaliptos e *pinus* no setor entre 2005 e 2011.

⁷²Desde janeiro de 2013 as atividades da fábrica de celulose da Jari, localizada em Almeirim (PA), próximo da divisa com o Amapá, foram paralisadas. A unidade tinha capacidade para produzir 410 mil t/ano de celulose de eucalipto. Segundo Maciel (2012), isso ocorreu por conta da baixa produtividade do eucalipto no local. Já Segundo Mathias (2013), “A paralisação anunciada das atividades desde novembro de 2012 é para fazer uma substituição da planta, com mais de 30 anos de vida útil, por outra unidade que passaria a produzir celulose solúvel, já em outubro deste ano.”

Tabela 9 – Área consolidada de plantios de eucaliptos e *pinus* – ha (2005-2011)

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MG	1.269.174	1.327.429	1.361.607	1.423.210	1.440.000	1.536.310	1.477.195
SP	946.542	1.130.332	1.121.529	1.173.560	1.197.330	1.206.818	1.188.403
PR	792.768	808.361	824.648	857.320	853.710	847.931	846.860
BA	582.132	594.992	591.348	622.700	659.480	658.034	628.960
SC	588.245	601.333	622.045	628.660	650.990	647.992	642.941
RS	364.770	365.623	404.623	450.480	443.190	441.997	445.004
MS	152.341	147.819	228.384	284.050	307.760	392.042	487.399
ES	208.933	212.208	212.912	214.400	208.510	207.431	200.058
PA	106.182	115.955	126.387	136.300	139.720	148.656	151.378
MA	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360	151.403	165.717
GO	60.872	64.046	65.107	72.080	73.140	70.679	70.384
AP	87.928	78.963	67.874	64.930	63.690	49.384	50.543
MT	42.460	46.153	57.158	58.590	61.540	61.950	58.843
TO	2.124	13.901	22.355	32.770	45.160	48.392	66.352
PI	-	-	-	-	-	37.025	26.493
Outros	28.988	31.680	31.588	27.580	28.870	4.650	9.314
Total	5.294.204	5.632.080	5.844.367	6.157.750	6.310.450	6.510.693	6.515.844

Fonte: Abraf (2012, p. 28).

Os dados da Abraf (2012, p. 28, 84)⁷³ sobre áreas de plantio de eucalipto e *pinus* revelam que o setor de papel e celulose representa 36,1% desses plantios, seguido da produção de madeira serrada (15,2%), siderurgia a carvão vegetal (10%), painéis de madeira industrializada (7,4%) e compensados (3,7%). Os 26,3% restantes dos plantios são destinados à produção de lenha e outros produtos *florestais* (cosméticos, essências etc.).

Percebe-se que os estados *tradicionalmente produtores* no Brasil continuam tendo as maiores áreas ocupadas com as monoculturas de árvores, porém os maiores índices de crescimento estão em outros estados, com destaque para o Tocantins, que sozinho foi responsável por 37,11% do crescimento do período, e o Mato Grosso do Sul, responsável por 24,3%. Já os estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo detêm índices de redução da expansão, assim como o Mato Grosso e o Piauí (ABRAF, 2012).

O aumento da área plantada de eucalipto foi alavancado, na primeira década do século XXI, pelas indústrias de papel e celulose, que tiveram maiores aumentos nos estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul, Paraná e Maranhão. Tocantins e Maranhão, junto com o

⁷³ É importante salientar que a Abraf (2012) apresenta, nas notas metodológicas do **Anuário Estatístico de 2012**, que o total das áreas plantadas com eucaliptos e *pinus* foi estimado a partir dos dados recolhidos em (1) questionários respondidos pelas empresas associadas e pelas associações estaduais do setor; (2) documentos oficiais e dados de instituições governamentais e autarquias como secretarias estaduais, institutos, fundações e universidades; e (3) contato com empresas não associadas. Mesmo assim, a associação apresenta estimativas de variação para a área de plantação por estado. Na maioria deles, a possível discrepância é maior que 10%: PA (variação estimada de 26,6%); AP (22,5%); GO (20%); MT (16,4%); RS (16,4%); SC (16%); ES (14,3%); MA (12,2%); SP (10,1%). Nos outros estados apontados individualmente na tabela, as variações estimadas são de: PI (8,2%); TO (8%); BA (7,4%); MG (2,1%) (ABRAF, 2012, p. 149-150). Fanzeres (2005, p. 22) observa que é difícil saber ao certo a quantidade de áreas efetivamente ocupadas pelas empresas de papel e celulose, pois não existe um levantamento preciso, e as informações dos diferentes órgãos são discrepantes.

Piauí, vêm representando uma nova fronteira na expansão da produção de celulose e papel (ABRAF, 2012), especialmente pelos investimentos da Suzano, que, como se verá adiante, planeja construir duas fábricas com plantios nos três estados.

Também ganhou destaque o crescimento dos plantios no Mato Grosso do Sul, ligado aos projetos na microrregião de Três Lagoas, cidade que ficou conhecida como a *capital mundial da celulose* durante a instalação das fábricas da Fibria e da Eldorado. Apesar de já ter havido projetos anteriores do setor na região, o crescimento atual está baseado, fortemente, no apoio do governo estadual, como apontam Kudlavicz (2011a e 2011b) e Almeida (2009, 2010, 2012a). Segundo Overbeek; Kröger e Gerber (2012, p. 60-61), a expansão dos plantios para este estado também está relacionada à menor quantidade de conflitos a serem enfrentados pelas empresas.

Os dados sobre as áreas plantadas com *pinus* e eucalipto podem ser complementados com a distribuição por estado das plantações destinadas às indústrias de papel e celulose em 2011 – lembrando que toda a celulose produzida no Brasil é advinda de plantios dessas espécies.

Tabela 10 – Distribuição por estado das plantações de árvores para produção de papel e celulose no Brasil (2011)

UF	Mil ha
Bahia	478.000
São Paulo	409.000
Paraná	265.000
Minas Gerais	208.000
Rio Grande do Sul	209.000
Espírito Santo	163.000
Santa Catarina	143.000
Mato Grosso do Sul	309.000
Pará	43.000
Piauí	16.000
Amapá	10.000
Rio de Janeiro	2.000
Maranhão	81.000
TOTAL	2.300.000

Fonte: Bracelpa (2012, p. 5).

Assim, observamos uma diferença na regionalização das florestas plantadas e daquelas específicas para produção de papel e celulose. Ao que parece, há uma relação entre as regiões periféricas do país, no que concerne à participação na economia nacional, e o discurso de geração de emprego e renda das indústrias de papel e celulose. Ou seja, há, no Brasil, a produção de um desenvolvimento econômico estatista em associação ao agronegócio de papel e celulose para a produção e reprodução ampliada do capital nos termos de um capitalismo

monopolista tendencialmente centralizador, porém concentrador e expansionista. Desse modo, os conflitos se estabelecem, pois há populações e territórios pouco ou fracamente inseridos na lógica do capital.

Segundo a Abraf (2012), a redução do ritmo de crescimento das áreas plantadas no Brasil deu-se principalmente a partir de 2008, em função do *estacionamento* da inserção da indústria de papel e celulose do Brasil no mercado internacional. Isso teria ocorrido por alguns fatores, entre eles: a sobrevalorização cambial no Brasil; o aumento dos salários reais no país, que aumentaram os custos de produção; o alto custo da energia elétrica; a elevada carga tributária; a infraestrutura nacional *atrofiada*, que aumenta os custos logísticos da produção; o custo real para investimentos em atividades produtivas, “[...] que no Brasil é próximo a 7% ao ano, enquanto, a média mundial é de apenas 2,45% ao ano.” (ABRAF, 2012); e, por fim:

[...] a insegurança jurídica gerada pelo Parecer nº 1/2008 da Controladoria Geral da União (CGU)⁷⁴, bem como pelo prolongamento das discussões a respeito da revisão e atualização do Código Florestal Nacional, [que] ocasionaram, além da instabilidade no ambiente de negócios, o aumento do custo de oportunidade para investimentos em plantios florestais no país, assim como, resultaram na postergação de cinco grandes projetos industriais ligados ao setor. (ABRAF, 2012, p. 65)

Logicamente, a associação não apresenta a crise econômica deflagrada em 2008 como fator de destaque para o não crescimento do setor, trazendo apenas os fatores negativos da atuação estatal e silenciando, propositalmente, sobre o grande apoio a projetos e inclusive à “salvação” de empresas, papel ao qual o Estado vem se prestando há décadas.

4.2.1 Das políticas para o setor de papel e celulose ao novo Código Florestal: as pautas do setor no século XXI

Em diversos momentos do **Anuário Estatístico 2012** da Abraf (2012), aparece a “insatisfação” do setor em relação ao parecer da CGU/AGU de 2008 (BRASIL 2010),

⁷⁴ O Parecer nº 1/2008 da Controladoria-Geral da União/Advocacia-Geral da União (CGU/AGU), publicado na Seção I do Diário Oficial da União (BRASIL, 2010, p. 1-11) de 23 de agosto de 2010 diz respeito a restrições para aquisição de terras por empresas brasileiras de maioria de capital estrangeiro. Segundo a Abraf (2012, p. 26), esse parecer “[...] impediu qualquer novo plantio de florestas por parte das associadas da Abraf destinado a ampliações de projetos já existentes ou a novos projetos, e impediu também o estabelecimento de novos projetos de empresas com maioria de capital estrangeiro interessadas em investir neste setor no país.”

publicado no Diário Oficial em 2010. Dois setores do agronegócio brasileiro têm feito contestações à restrição de compra de terras por empresas estrangeiras, quais sejam, o sucroalcooleiro e o de papel e celulose. Isso porque são as duas principais atividades que exercem a territorialização do monopólio no Brasil atualmente, necessitando de grandes extensões de terras em suas mãos para se realizarem, simultaneamente, como proprietários de terras e capitalistas industriais.

O tema da *estrangeirização* da propriedade da terra ganhou destaque entre 2008 e 2010, quando o Incra começou a divulgar o *descontrole* do órgão frente a essas aquisições. Oliveira (2010) discorre profundamente sobre o tema, apontando o quanto esse discurso tomou a pauta da *esquerda*, sendo mais mito do que realidade, e contribuindo com o ocultamento de questões mais urgentes, como a legalização da grilagem exercida pelo governo Lula na Amazônia no mesmo período. O autor apresenta visão alternativa à questão, demonstrando que, à exceção dos dois setores citados, o restante os monopólios capitalistas ligados à agricultura operam suas ações não “[...] pela produção direta na terra, mas sim pelo controle da circulação da produção” (OLIVEIRA, 2010, p. 68), através do processo complementar e contraditório ao da territorialização do monopólio, qual seja, a monopolização do território.

A *estrangeirização* da propriedade fundiária no Brasil entrou na pauta de discussões na mídia especialmente a partir de 2008, com a divulgação da compra ilegal de áreas pela Stora Enso na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, onde há terras devolutas apropriadas ilegalmente (OLIVEIRA, 2010, p. 30).

Desde 2005 havia um Inquérito Civil aberto pelo Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul denunciando que a Stora Enso havia criado uma empresa brasileira “de fachada” para se apropriar de terras na fronteira – que ocupam uma faixa de 150 quilômetros – sem autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN). Em um primeiro momento, quem comprava as terras no Rio Grande do Sul era a Derflin Agropecuária, subsidiária da Stora Enso Uruguai. Porém a empresa era estrangeira, logo as compras eram ilegais. A Stora Enso, então, partiu para outra *estratégia*, a fim de dar *segurança jurídica* às aquisições ilegais: criou uma empresa brasileira, a Azemglever Agropecuária, em nome de dois executivos funcionários da Derflin. Como a nova empresa, obviamente, não teria dinheiro para comprar cem mil hectares de terras, foi efetuado um contrato de mútuo interesse entre ela e a subsidiária da Stora Enso, no qual esta última emprestava dinheiro à primeira, dando como garantia as próprias propriedades adquiridas. Logicamente, o empréstimo não precisaria ser

pago, pois já estava prevista a incorporação da Azemglever pela Derflin (VAZ, 2012, p. 177-183).

Oliveira (2010, p. 30-32) retoma, como parte da farsa criada pelo Incra em torno das aquisições de terras por estrangeiros, reportagens divulgadas pelo jornal **O Estado de São Paulo**⁷⁵, nas quais o presidente da Stora Enso no Brasil admite a estratégia e ainda afirma que há perseguição contra a empresa no Rio Grande do Sul, mesmo que o Incra afirme que, com a legislação vigente, é impossível regularizar os 110 mil hectares de terras para plantio de eucaliptos⁷⁶. O presidente do Incra gaúcho ainda afirma, em uma das reportagens citadas por Oliveira (2010), que embora a empresa tenha sido alertada sobre a ilegalidade das compras, ela continuou adquirindo terras e começou a plantar eucaliptos. Além disso, sobre a acusação de que o órgão estaria atrasando a análise dos processos, ele afirma que: “Dos 46 mil hectares que já adquiriu, a empresa só entregou os documentos de 17 mil.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008⁷⁷ apud OLIVEIRA, 2010, p. 32).

Mas ainda havia políticos do estado interessados no projeto. Em 2006 o senador gaúcho Sérgio Zambiasi (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/RS) apresentou o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 49/2006 (BRASIL, 2006), que prevê a diminuição da largura da faixa de fronteira de 150 quilômetros para 50 quilômetros entre o Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul. O projeto aguarda votação no Senado.

De qualquer forma, o setor de papel e celulose é um dos grandes interessados na revisão da lei e na possibilidade de compra de terras por parte de empresas estrangeiras. A Abraf (2012) aponta, em seu anuário, que não houve crescimento da área de plantios de eucaliptos e *pinus* em 2011, os quais se mantiveram em torno de 6,5 milhões de hectares, pois o aumento de 5.151 hectares está dentro da margem de erro do levantamento. Nesse caso, novamente o Parecer da CGU (BRASIL, 2010) seria um dos responsáveis pela *estagnação*, assim como a reduzida atividade econômica nos países da União Europeia e nos Estados Unidos, importantes importadores dos *produtos florestais*; a redução da competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional; e a excessiva burocratização e os longos prazos requeridos pelos órgãos ambientais nos processos de licenciamento ambiental de novos projetos florestais e industriais no país. Como veremos adiante, um dos projetos

⁷⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO, 5 mar. 2008: A8.

⁷⁶ Segundo a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR, 2009), a Stora Enso obteve aval para regularizar o registro de terras compradas na faixa de fronteira no Rio Grande do Sul em 2009.

⁷⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO, 5 mar. 2008: A8.

“prejudicados” pela *falta de agilidade* dos órgãos ambientais e também pelo referido parecer da CGU (BRASIL, 2010) foi a expansão da fábrica da Veracel.

Mesmo assim, segundo projeções da Bracelpa (2011 apud ABRAF, 2012, p.87-88), deverá haver incremento de 57% na produção de celulose até 2020 (de 22 milhões de t/ano). E existem 13 projetos de ampliação da capacidade instalada do setor, a serem efetuados até 2020 (BRACELPA, 2010a, p. 4).

Tabela 11 – Evolução estimada da capacidade instalada do setor de papel e celulose – milhões de toneladas (2010-2020)

Polo produtivo ⁷⁸	Local	Capacidade (milhões t/ano)	Tipo de investimento	Empresa
Mapito (MA, PI, TO, PA)	Teresinha [sic]	1,5	Novo	Suzano
	Imperatriz	1,5	Novo	Suzano
	Tocantins	1,5	Novo	Confidencial ⁷⁹
	A definir	1,5	Novo	Suzano
LESTE (ES, MG, BA)	Belo Oriente	0,8	Expansão	Cenibra ⁸⁰
	Eunápolis	1,5	Expansão	Veracel
	Aracruz	1,5	Expansão	Fibria
	Mucuri	0,4	Expansão	Suzano
CO (MS)	Três Lagoas	1,5	Expansão	Fibria
	Três Lagoas	1,5	Novo	Eldorado
PR (PR, SC)	Telêmaco Borba	1,5	Expansão	Klabin
RS	Região Centro-Oeste	1,5	Novo	Stora Enso
	Região de Guaíba	1,5	Novo	CMPC
	Total	17,7		

Fonte: Bracelpa (2010, p. 4).

Em comparação com outras *commodities* brasileiras, o plantio de árvores ocupa a quarta maior área, atrás da soja, da cana-de-açúcar e do milho (IBGE, 2013).

⁷⁸ A Bracelpa (2010, p. 8) divide o Brasil em seis polos produtivos, a partir dos eixos de exportação utilizados: (1) Mapito, formado pelos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, que escoam as mercadorias pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), Ferrovia Norte-Sul (FNS) e rodovias, além do porto de Itaqui (São Luís do Maranhão); (2) Leste, formado pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, que utiliza a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e rodovias para levar os produtos até os portos de Barra do Riacho (ES) e Vitória (ES); (3) SP, que compreende apenas o estado de São Paulo e utiliza a malha ferroviária da América Latina Logística (ALL) Paulista e rodovias para chegar ao porto de Santos; (4) PR, que inclui os estados de Paraná e Santa Catarina e também utiliza a malha ferroviária da ALL e o porto de Paranaguá (PR); e (6) RS, incluindo o Rio Grande do Sul e o Paraná, que utiliza rodovias e ferrovias da ALL Sul para fazer chegar a produção ao porto de Rio Grande (RS).

⁷⁹ Foi aprovada, em 21 de fevereiro de 2013, a licença ambiental para instalação de uma fábrica de papel e celulose em Brejinho do Nazaré (TO), pela empresa Itaquari Valor Florestal. A Valor Florestal é uma empresa de gestão de negócios da silvicultura, dos sócios Edson Balloni e Cláudio Ortolan. O projeto prevê o plantio de mais de cem mil hectares, que já estão sendo plantados.

⁸⁰ Segundo Risi (2013), o projeto de expansão da Cenibra está *parado* justamente em função do Parecer nº 1/2008 da CGU/AGU (BRASIL, 2010), pois o projeto necessitaria de mais cem mil hectares de plantios de eucaliptos, os quais a empresa não pode adquirir legalmente, já que 100% de seu capital é japonês.

Tabela 12 – Área plantada no Brasil (ha) – lavouras temporárias (seleção dos plantios com mais de um milhão de hectares) (2007–2011)

Lavouras temporárias	2011	2010	2009	2008	2007
Soja (em grão)	24.032.410	23.339.094	21.761.782	21.252.721	20.571.393
Milho (em grão)	13.605.381	12.963.080	14.144.321	14.747.249	14.010.838
Cana-de-açúcar	9.616.615	9.164.756	8.845.833	8.210.877	7.086.851
Feijão (em grão)	3.907.926	3.655.538	4.277.674	3.967.518	3.975.900
Arroz (em casca)	2.855.312	2.778.173	2.905.202	2.869.285	2.915.316
Mandioca	1.756.658	1.817.055	1.796.966	2.008.539	1.941.104
Algodão herbáceo (em caroço)	1.405.540	831.687	814.696	1.066.996	1.131.195

Fonte: Sistema de Recuperação automática do IBGE (2013).

É importante ressaltar que no levantamento do IBGE (Censos Agropecuários de 1975; 1980; 1985; 1995-6; 2006; Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, feito ano a ano de 1990 a 2011), a área ocupada com plantações de árvores homogêneas não é considerada área de lavoura: há um levantamento em separado da atividade denominada de silvicultura.

Tabela 13 – Área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, por grupos de atividades econômicas – ha (2006)

Lavoura temporária	74.845.845
Horticultura e floricultura	4.098.562
Lavoura permanente	17.433.640
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	397.341
Pecuária e criação de outros animais	221.780.495
Produção florestal - florestas plantadas	8.590.065
Produção florestal - florestas nativas	5.543.233
Pesca	379.935
Aquicultura	610.922
Total	333.680.037

Fonte: IBGE, 2006.

Mas, mesmo com a lenta rotação do capital no setor e grande capital inicial necessário – desvantagens em relação a outras culturas – há algumas vantagens para se investir na produção de papel e celulose.

Gonçalves (1994) se pergunta o que leva grandes grupos econômicos de origens distintas decidirem investir justamente no *setor florestal*⁸¹. Ele aponta que, em 1993, dos dez grupos privados de maior patrimônio no Brasil, sete tinham investimentos no setor, diretamente ou através de subsidiárias, sendo que somente um tinha sido originalmente criado como indústria de celulose e papel (Nemofeffer – atual Suzano Holding S.A.).

⁸¹ Lembrando que somente entre as maiores exportadoras de celulose, a Votorantim surgiu como empresa do setor têxtil; a Veracel, que teve como primeira acionista a Construtora Odebrecht, foi criada pelo interesse deste grupo em entrar na produção de celulose; e a Eldorado Brasil tem como principal acionista a J&F, que surgiu atuando em outros ramos.

Os incentivos do governo federal visando à concentração industrial se direcionaram não só ao setor de celulose, mas aos setores que, em geral, pudessem vir a colocar seus produtos no mercado externo. Além dos incentivos, as agências governamentais tornaram-se sócias dos grupos econômicos naqueles empreendimentos engajados no processo de substituição de importações e/ou voltados para a produção de mercadorias exportáveis.

Feitas essas considerações e levando-se em conta a estratégia de diversificação das atividades como um desdobramento da estratégia geral da acumulação (concentração e centralização) do capital, por que a preferência dos grandes grupos econômicos nacionais pelo setor de celulose e papel?

Uma hipótese que poderia ser levantada é a existência de uma vantagem comparativa intersetorial que torna o investimento em celulose e papel relativamente mais atraente que a maioria dos demais. (GONÇALVES, 1994, p. 131)

Primeiramente, poder-se-ia afirmar que os grandes grupos econômicos restringem seus leques de atuação a ramos onde haja “barreiras” à entrada de novos competidores, já que assim seu poder de fixação de preços aumenta. Essas “barreiras” podem estar relacionadas, por exemplo, ao volume de capital inicial exigido, e sabe-se que no setor de celulose ele é grande. Ao mesmo tempo, também já foi observado que o custo desta produção no Brasil é menor do que a média mundial, o que confere aos produtores nacionais um sobrelucro.

Mas essa “barreira de entrada”, segundo Gonçalves (1994), ocorre em diversos setores no Brasil (como o petroquímico, cimenteiro, construção pesada, entre outros) e, para o autor, o que realmente faria a diferença para a preferência pelo setor em questão entre os grandes empresários seria o que ele chama de “bem de capital terra”⁸².

É preciso enfatizar que trata-se de uma vantagem, como já se disse, intersetorial; uma vantagem que o setor celulose possui sobre os outros setores nos quais os investidores poderiam investir. Esta se refere às “facilidades” que têm os grandes grupos econômicos em adquirir (adquirir, quando muito!) grandes extensões de terra. Entretanto, é bem verdade que esta vantagem – que num primeiro momento é intersetorial (os investimentos no setor saem mais baratos do que realmente valem), torna-se posteriormente, no momento da colocação do produto no mercado mundial, numa vantagem comparativa internacional, já que num mercado oligopolizado menores custos não vão significar redução de preço, garantindo assim lucros maiores. O preço do bem de capital “terra”, como já se disse, é bem menor que seu valor real. Em muitos casos ele foi praticamente zero, uma vez que o Estado, diretamente ou através de estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, forneceu terras para os produtores de celulose através de arrendamentos ou mesmo doações de terras devolutas. (GONÇALVES, 1994, p. 133-134)

Dessa forma, o autor demonstra que a apropriação da propriedade fundiária representa um custo muito menor do que o que deveria ter, pelo pacto tácito realizado com o Estado, que

⁸² Conforme abordado na seção 2, não concordamos com a concepção que entende a terra como bem de capital, já que ela é equivalente de capital, o que faz com que sua propriedade proporcione não somente lucro (quando há produção), mas também renda (mesmo que não haja), conforme explicita Paulino (2011). Porém concordamos com a argumentação do autor, considerando pertinente reproduzi-la aqui.

prima pelo agronegócio mesmo quando este se apropria irregularmente desse equivalente de capital, conforme já foi observado e detalharemos nos casos da Aracruz e da Veracel. Assim, a *facilidade* na aquisição de grandes áreas torna-se, no jogo dos investimentos de grandes grupos econômicos, geralmente mundializados, uma “vantagem comparativa” em relação a outros setores da economia (GONÇALVES, 1994, p. 35).

Ainda, segundo a Bracelpa (2012), o setor de celulose é o que tem um dos melhores retornos entre os investimentos no agronegócio, atrás apenas do café.

Tabela 14 – Produtos selecionados do agronegócio – exportações x área plantada (2011)

Produtos	Exportações (US\$ milhões)	Área plantada (mil hectares)
Complexo soja	24.154	25.018
Sucroalcooleiro	16.404	8.567
Café	8.731	2.753
Celulose e papel	7.190	2.347
Milho	2.766	15.451
Algodão	1.977	1.430

Fonte: Bracelpa, 2013, p. 20.

Até recentemente, as plantações de árvores no Brasil não eram diferenciadas do reflorestamento com espécies nativas, sendo supervisionadas pelos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais. Essa equivalência vem sendo questionada há tempos por entidades críticas a essa atividade, como o WRM (2003), o qual argumenta que as plantações de árvores são monoculturas, devendo ser assim consideradas, em consonância com as análises de Oliveira (2012), Barcelos (2010), Barcellos (2008), Ferreira (2002; 2009), entre outros⁸³; e também era fator de insatisfação por parte dos próprios produtores/empresas. Por exemplo, o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues (2009), em artigo publicado pela **Folha de São Paulo**, afirma que:

O setor de florestas plantadas reivindica há tempos que seja reconhecido como atividade produtiva, e não ambiental: em vez de plantar café, milho ou tomate, o agricultor planta árvores como exploração econômica. Sendo assim, deveria estar na estrutura do Ministério da Agricultura, argumentam os florestadores. [...] É um setor relevante e organizado, e pode crescer muito mais. No mundo todo, os ministérios ligados à atividade rural se chamam Ministério de Agricultura, Floresta e Pesca.

⁸³ “As plantações, assim como as florestas, compõem-se de árvores, mas ambas as duas são radicalmente diferentes. Uma floresta é um sistema complexo, que se auto-regenera e que possui solo, água, microclima, energia e, ainda, uma ampla variedade de plantas e animais em mútua relação. Uma plantação comercial, pelo contrário, é uma área cultivada, cujas espécies e estrutura foram drasticamente simplificadas, para produzir somente alguns produtos, como madeira, lenha, resina, óleo ou frutas. De modo diferente do que acontece nas florestas, numa plantação, as árvores tendem a pertencer a uma reduzida variedade de espécies e idades e requerem uma constante e ampla intervenção humana.” (WRM, 1995, p. 3)

Aqui temos dois ministérios de Agricultura, mais um para a Pesca, e a floresta plantada está no Meio Ambiente.

O setor vinha reivindicando, nos últimos anos, mudança de seu estatuto. No relançamento da Frente Parlamentar de Silvicultura, seu presidente, o deputado Paulo Piau⁸⁴ (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB-MG), declarou que as prioridades do grupo seriam o enquadramento do plantio de árvores como um tipo convencional de plantação e as definições de marcos legais do setor, especialmente no que tange às relações de trabalho e às terceirizações (PRADO, 2011).

Além disso, o parlamentar afirmou que o setor é regido com muita burocracia pelo MMA e que: “Queremos que isso seja tratado pelo Ministério da Agricultura, diferentemente das *florestas ambientais* [sic], que devem continuar sob os cuidados do Ministério do Meio Ambiente” (PRADO, 2011).

Ainda em 2011 foi apresentado o Projeto de Lei nº 288/2011 (BRASIL, 2011a), pelo deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (Partido da República – PR/MG)⁸⁵, justamente com esse teor. Em março de 2013 ele aguardava parecer na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), presidida pelo deputado federal e integrante da base do governo Blairo Maggi (PR-MT). A ementa do projeto determina que:

[...] o cultivo de florestas plantadas será enquadrado como atividade agrícola, revoga dispositivos que determinam o enquadramento dessas florestas como nativas, passa tal cultivo à competência do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. (BRASIL, 2011a)

Mas, assim como outras questões, esta foi resolvida pela aprovação do Novo Código Florestal. A Abraf (2012, p. 68), que em seu anuário de 2012 aponta a demora da chegada da nova legislação como mais um problema para a expansão dos plantios, também afirma que:

Tanto o texto aprovado na Câmara dos Deputados, como o aprovado no Senado Federal contemplam os principais pleitos do setor de florestas plantadas, que são a

⁸⁴ Paulo Piau, deputado federal pelo PMDB/MG, é “produtor rural”. Foi deputado estadual por três gestões e eleito por dois mandatos como deputado federal. No final de 2012 ganhou as eleições municipais para prefeito de Uberaba, deixando o cargo anterior. Durante sua passagem na Câmara, entre outros projetos, executou a legalização da Frente Parlamentar da Silvicultura e pediu a realização de audiência pública para rever o parecer da CGU sobre a compra de terras por estrangeiros no Brasil (BRASIL, 2011b). Além disso, foi relator do Novo Código Florestal na fase final das discussões a respeito desta legislação.

⁸⁵ Bernardo Santana de Vasconcellos é filho de José Santana, que já atuava na política defendendo pautas ruralistas. Bernardo tem “considerável histórico” de participação em associações que representam interesses ruralistas. Foi, entre outros, diretor (2003-2005), vice-presidente (2005-2007) e presidente (2007-2010) da Associação Mineira de Silvicultura; é advogado e produtor rural; e foi eleito deputado federal para o período de 2011-2015. (COSTA, 2012, p. 200)

inclusão da área de APP's no cômputo da área de Reserva Legal [RL], a autorização de permanência de cultivos florestais consolidados em Topo de Morro, e a isonomia entre plantios florestais e as demais práticas agrícolas. (ABRAF, 2012, p. 68)

Um primeiro ponto a ser destacado sobre o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012 – Brasil, 2012) é que ele não define, em nenhum momento do texto, o que são *florestas*, mesmo afirmando, em seu artigo 1, que:

Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

As florestas são divididas, ao longo do texto, além de pelos biomas, como *nativas* ou *plantadas*, e entre as *plantadas*, se com espécies *nativas* ou *exóticas*. Essas diferenciações aparecem nos seguintes artigos (BRASIL, 2012, grifo nosso):

Capítulo II: Das áreas de preservação Permanente - Seção II – Do Regime de Proteção da Reserva Legal:

Art. 17. A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama⁸⁶, de acordo com as modalidades previstas no art. 20. [...]

Art. 20. No manejo sustentável da vegetação florestal da Reserva Legal, serão adotadas práticas de exploração seletiva nas modalidades de manejo sustentável sem propósito comercial para consumo na propriedade e manejo sustentável para exploração florestal com propósito comercial. [...]

Art. 22. O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações:

I - não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área;

II - assegurar a manutenção da diversidade das espécies;

III - conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas. [...]

Art. 24. No manejo florestal nas áreas fora de Reserva Legal, aplica-se igualmente o disposto nos arts. 21, 22 e 23.

Capítulo VII – Da exploração Florestal:

Art. 31. A exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, ressalvados os casos previstos nos arts. 21, 23 e 24, dependerá de licenciamento pelo órgão competente do Sisnama, mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS que contemple técnicas de condução,

⁸⁶ “O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, [...]” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, sítio eletrônico)

exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. [...]

Art. 32. São isentos de PMFS:

I - a supressão de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo;

II - o manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

III - a exploração florestal não comercial realizada nas propriedades rurais a que se refere o inciso V do art. 3o ou por populações tradicionais.

Art. 33. As pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal em suas atividades devem suprir-se de recursos oriundos de:

I - florestas plantadas;

II - PMFS de floresta nativa aprovado pelo órgão competente do Sisnama;

III - supressão de vegetação nativa autorizada pelo órgão competente do Sisnama;

IV - outras formas de biomassa florestal definidas pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1o São obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa.

§ 2º É isento da obrigatoriedade da reposição florestal aquele que utilize:

I - costaneiras, aparas, cavacos ou outros resíduos provenientes da atividade industrial

II - matéria-prima florestal:

a) oriunda de PMFS;

b) oriunda de floresta plantada;

c) não madeireira.

§ 3º A isenção da obrigatoriedade da reposição florestal não desobriga o interessado da comprovação perante a autoridade competente da origem do recurso florestal utilizado. [...]

Art. 34. As empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal são obrigadas a elaborar e implementar Plano de Suprimento Sustentável - PSS, a ser submetido à aprovação do órgão competente do Sisnama.

§ 1º O PSS assegurará produção equivalente ao consumo de matéria-prima florestal pela atividade industrial.

§ 2º O PSS incluirá, no mínimo:

I - programação de suprimento de matéria-prima florestal

II - indicação das áreas de origem da matéria-prima florestal georreferenciadas;

III - cópia do contrato entre os particulares envolvidos, quando o PSS incluir suprimento de matéria-prima florestal oriunda de terras pertencentes a terceiros.

§ 3º Admite-se o suprimento mediante matéria-prima em oferta no mercado:

I - na fase inicial de instalação da atividade industrial, nas condições e durante o período, não superior a 10 (dez) anos, previstos no PSS, ressalvados os contratos de suprimento mencionados no inciso III do § 2º;

II - no caso de aquisição de produtos provenientes do plantio de florestas exóticas, licenciadas por órgão competente do Sisnama, o suprimento será comprovado posteriormente mediante relatório anual em que conste a localização da floresta e as quantidades produzidas.

CAPÍTULO VIII: DO CONTROLE DA ORIGEM DOS PRODUTOS FLORESTAIS

Art. 35. O controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama.

§ 1º O plantio ou reflorestamento com espécies florestais nativas ou exóticas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas nesta Lei, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 1 (um) ano, para fins de controle de origem.

§ 2º É livre a extração de lenha e demais produtos de florestas plantadas nas áreas não consideradas Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.[...]

§ 1º A licença prevista no caput será formalizada por meio da emissão do DOF [Documento de Origem Florestal], que deverá acompanhar o material até o beneficiamento final. [...]

§ 5º O órgão ambiental federal do Sisnama regulamentará os casos de dispensa da licença prevista no caput.

CAPÍTULO XII: DA AGRICULTURA FAMILIAR

Art. 54. Para cumprimento da manutenção da área de reserva legal nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º, poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas da região em sistemas agroflorestais.

CAPÍTULO XIII: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Seção II: Das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente

Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. [...]

§ 13. A recomposição de que trata este artigo poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

I - condução de regeneração natural de espécies nativas;

II - plantio de espécies nativas;

III - plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

IV - plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta, no caso dos imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º;

CAPÍTULO XIII: DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Seção III: Das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal

Art. 66. O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12, poderá regularizar sua situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

I - recompor a Reserva Legal;

II - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;

III - compensar a Reserva Legal.

§ 1º A obrigação prevista no caput tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

§ 2º A recomposição de que trata o inciso I do caput deverá atender os critérios estipulados pelo órgão competente do Sisnama e ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação.

§ 3º A recomposição de que trata o inciso I do caput poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal, observados os seguintes parâmetros:

I - o plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional;

II - a área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

§ 4º Os proprietários ou possuidores do imóvel que optarem por recompor a Reserva Legal na forma dos §§ 2º e 3º terão direito à sua exploração econômica, nos termos desta Lei.

Pode-se então perceber que, realmente, pelas tratativas da lei para o *setor florestal*, ele adquiriu *isonomia* em relação a outros plantios, já que não mais precisa de autorização prévia dos órgãos ambientais nacional e estadual para começar o plantio de suas monoculturas, nem

é mais responsável por reflorestar a porção equivalente de áreas que utiliza industrialmente, conforme previa o Código Florestal anterior, de 1965 (BRASIL, 1965, artigos 19 e 20).

Além disso, passa a ser possível utilizar até 50% da área de recomposição das áreas de Reserva Legal (RL) não efetuadas com a plantação de espécies exóticas, ou seja, aumentar as monoculturas de árvores para o interior das áreas que deveriam ser de preservação.

E não só o setor *florestal* ganhou vantagens com o novo código, como toda a classe dos latifundiários, entre outros fatores, pela anistia ao desmatamento feitos nas áreas de preservação e pela possibilidade de computar as Áreas de Preservação Permanente (APP) no interior da RL, sem haver mais a obrigatoriedade de averbar essas áreas em cartório. Em entrevista concedida ao **Correio da Cidadania** (NADER; BRITO, 2010), Ariovaldo U. de Oliveira discorre sobre o assunto:

Com relação à necessidade de se estabelecer um controle nas APPs e na demarcação de registro cartorial das Reservas Legais, é preciso dizer o seguinte: toda lei, pelo princípio jurídico universal, entra em vigor na data da sua publicação. Isso quer dizer que, ao tratar do passado, ela pode ter posturas que reconhecem o que aconteceu até o ato da lei, ou pode impor, por conta dos passivos gerados por uso descabido do meio ambiente, medidas que vão recompor os biomas afetados. No caso particular, o que temos é uma situação que eu definiria como estapafúrdia, pois, na realidade, o Estado incumbido, do ponto de vista legal, da fiscalização do Código Florestal ora objeto de discussão e alteração não fez, através de seus órgãos competentes, a devida fiscalização. Isso significa que se instaurou no país o desrespeito à legislação existente. E agora é preciso verificar cautelosamente as diferentes situações durante o processo de reformulação. Falando de modo estritamente jurídico, todos aqueles que não respeitaram a legislação do código desde sua assinatura na década de [19]60 não apenas cometeram crimes ambientais, como deveriam ir à justiça responder por eles. O que se está fazendo é uma coisa que do ponto de vista do direito, em minha modesta opinião, é um absurdo total. Está se repetindo a mesma coisa vista na introdução dos transgênicos. Aqueles que introduziram os transgênicos cometeram vários crimes. No entanto, a legislação veio em seu benefício e eles foram perdoados pelos crimes cometidos, já que antes os transgênicos eram proibidos por lei e foram introduzidos clandestinamente. Agora é o mesmo com o Código Florestal. De tanto haver transgressão às leis, a transgressão pode vir a ser ‘perdoada’, num claro mau exemplo a toda a sociedade, que vai entender o recado: a lei foi feita, mas não para ser cumprida, pois, em outras palavras, o crime compensa.

E ainda, além da estratégia mais disseminada entre os ruralistas de tentar criar forte oposição entre *conservação* e *desenvolvimento*, conforme afirma Ariovaldo U. de Oliveira em outra entrevista concedida à Nader e Brito (2011), o *setor florestal* ainda tentou, em 2012, defender seus interesses por outro viés. Um grupo de 30 empresas majoritariamente produtoras de papel e celulose, em parceria com 34 organizações não governamentais (ONG), articularam-se, no interior de uma iniciativa conhecida como Diálogo Florestal⁸⁷, para trazer à

⁸⁷ O Diálogo Florestal é uma iniciativa das empresas de setor e celulose para traçar linhas de debate com a

mesa uma proposta que pretendia reduzir a polarização entre ambientalistas e ruralistas. A iniciativa pautava-se principalmente pela inclusão do debate das mudanças climáticas e da prestação de serviços ambientais no interior do código:

O ponto 13 da proposta, por exemplo, diz que a recuperação das Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) que foram desmatadas até 21 de julho de 2008 podem candidatar-se ao mercado brasileiro de carbono, assim como ter acesso aos mercados internacionais "de acordo com suas regras específicas". Trata-se de antigo lobby do setor de papel e celulose, que argumenta que suas florestas plantadas sequestram carbono da atmosfera e, portanto, podem contabilizar créditos. [...] Em topos de morro e declives acentuados já desmatados, a ideia é considerar estas áreas como protegidas, mas permitir o cultivo de árvores. (CHIARETTI, 2011)

Para Cunha (2012), a nova Lei é o *Código do Agronegócio*, pois o Código de 1965 (BRASIL, 1965), que sofreu várias alterações aumentando seu rigor ambiental até 2001, a partir de então passou a ser atacado por parlamentares ruralistas, muitos deles ligados à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – hoje Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que acusavam a legislação de prejudicar o desenvolvimento da agricultura e economia nacionais. Porém as comissões parlamentares que reproduziam essas críticas eram compostas majoritariamente pelos próprios ruralistas, por exemplo, Moreira Mendes, proprietário de fazendas com benfeitorias que ultrapassam R\$ 1 milhão; Ernandes Amorim, proprietário rural e grande pecuarista que já foi preso pela Polícia Federal por chefiar quadrilhas que, segundo a acusação, executavam grilagem de terras, exploração ilegal de minério e desviavam dinheiro público; e Paulo Piau, o mesmo que relançou a Frente Parlamentar da Silvicultura, que foi secretário da Agricultura de Uberaba (MG) e é dono de diversas propriedades fundiárias⁸⁸.

Segundo Ariovaldo U. de Oliveira, em entrevista concedida a Nader e Brito (2011), quem fez o texto do substitutivo ao Código Florestal (BRASIL, 2012) apresentado por Aldo Rebelo foi uma advogada da CNA. Além disso, o parlamentar recebeu doações durante a campanha eleitoral de algumas das principais empresas do agronegócio.

As lideranças do setor do agronegócio também apareceram nas audiências públicas da Comissão Especial liderada por Rebelo, por exemplo, em uma na qual a Abraf fez defesa pública do reconhecimento dos cultivos consolidados em APP, *sugestão* acatada pelo parlamentar no seu relatório.

sociedade civil das áreas diretamente afetadas por seus empreendimentos.

⁸⁸ Um impressionante detalhamento e análise da atuação dos ruralistas na política institucional no Brasil pode ser encontrado em Costa (2012).

Também a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) exerceu grande influência no debate acerca das mudanças no código, colocando a reforma da legislação como uma das prioridades da indústria – explicitando assim a aliança de classes existente no Brasil, que fica mais transparente politicamente em momentos como este, e ao mesmo tempo velando, em função do mesmo mecanismo, a improdutividade que impera na maior parte das grandes propriedades fundiárias, conforme abordado na seção 2.

Vários dos deputados e senadores que participaram da comissão tiveram suas campanhas financiadas por empresas como a Votorantim Papel e Celulose, Aracruz, V&M do Brasil, entre outras bastante interessadas no desmate de áreas para ampliar suas atividades. (CUNHA, 2012)

Barcelos (2010, p. 257) conclui que a maioria das medidas propostas de alterações na legislação florestal são ações para fortalecer ainda mais o direito irrestrito à propriedade privada (diga-se de passagem, muitas vezes grilada) que o antigo código tentava combater, ao definir porções do imóvel rural como áreas públicas protegidas.

Com a ressalva feita por Oliveira em entrevista concedida à Nader e Brito (2011), de que muitas vezes leis são feitas para não serem cumpridas, podemos ainda lembrar que diversas das modificações atingem diretamente a função social da propriedade, pois ao se diminuir os crimes ambientais em latifúndios, fica mais restrita a possibilidade de desapropriações pelo descumprimento da legislação ambiental (VIA CAMPESINA, 2009).

4.3 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO VISTA A PARTIR DAS DUAS MAIORES EMPRESAS DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL: SUZANO PAPEL E CELULOSE E FIBRIA S.A.

A seguir, será apresentada uma reconstituição histórico-geográfica de duas das maiores empresas latifundiárias monocultoras de eucalipto e exportadoras de celulose do Brasil – Fibria e Suzano –, a fim de se compreender como elas chegaram aos postos hoje ocupados. A tentativa é relacionar o aumento da centralização e concentração do capital com apoio do Estado à territorialização do monopólio efetuada por elas. Para isso, será necessário recuar um pouco no tempo e retomar o período dos incentivos fiscais da ditadura militar.

Cabe explicitar aqui que, enquanto são abundantes as fontes que recontam a história industrial dessas empresas, a partir de suas expansões, aquisições, investimentos etc., foi encontrada pouca literatura abordando as expansões territoriais e conflitos de classe implicados.

4.3.1 Suzano Papel e Celulose S.A.

A Suzano Papel e Celulose S.A, uma das mais antigas empresas do setor, surgiu em 1923, com investimentos do ucraniano Leon Feffer, que comercializava papéis pela empresa Leon Feffer & Cia. Em 1939 a empresa iniciou sua própria produção de papel – em uma fábrica no bairro do Ipiranga, na capital de São Paulo – e, em 1951, após já ter iniciado pesquisas para produção de celulose a partir da fibra do eucalipto, implantou o primeiro plantio de árvores para produção de celulose no Brasil, no interior de São Paulo. Em 1955 comprou a Indústria de Papel Euclides Damiani S.A, em Suzano (SP). Pouco depois o grupo alterou sua razão social para Companhia Suzano Papel e Celulose, e em 1961, a empresa foi a primeira a produzir papel para imprimir e escrever utilizando 100% de celulose de eucalipto em sua fábrica em Suzano (GOMES, 2011, p. 51-53; RIBEIRO JUNIOR, 2012; SUZANO, sítio eletrônico).

Ainda na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a empresa aumentou seus negócios com financiamentos do BNDE, instalando sua quarta máquina de produção de papel em Suzano. Na década de 1960 ampliou sua atuação nos setores de papel e celulose – a exemplo da compra da Indústrias de Papel Rio Verde em 1960, que possuía duas fábricas em São Paulo (uma em Suzano e outra em Pirituba); e durante a década de 1970 começou a diversificar suas operações, comprando participação em empresas petroquímicas de Camaçari (BA). Ao final desta década atuava nos setores de papel, celulose, madeira, gráfica, mineração, petroquímica, comércio e exportação. Foi também nesse momento que começou a exportar papel e celulose. (SUZANO, sítio eletrônico; GOMES, 2011, p. 51-53)

Na década de 1980, a empresa continuou a se expandir, e abriu seu capital social. Em 1987, no âmbito do II PNPC, surgiu o projeto Bahia Sul Celulose (BSC), em uma associação entre a Suzano (33,77% das ações), a CVRD (30,91%, através da Flonibra), a BNDESPAR (27,66%) e a International Finance Corporation (IFC) (3,66%). O objetivo era implantar no município de Mucuri (Extremo Sul da Bahia) uma fábrica de celulose de fibra curta

branqueada de eucalipto, com capacidade de 420 mil t/ano e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de produção de 230 mil t/ano. (JUVENAL; MATTOS, 2002, p. 5)

Nesse projeto, foram aproveitados os plantios já efetuados pela Flonibra (subsidiária da CVRD) desde a década de 1970 naquela região da Bahia, totalizando 35 mil hectares de eucaliptos.

Segundo Koopmans (2005, p. 71-72), foi justamente com a chegada da Flonibra que se intensificou a monocultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia, seguindo a lógica da territorialização do monopólio efetuada pelas empresas do setor:

Foi com o início das atividades da Flonibra, empresa formada pela Companhia Vale do Rio Doce, CVDR, em associação com empresas japonesas, no início da década de 1970, que a atividade do “reflorestamento” ganhou maiores dimensões no extremo sul da Bahia. [...]. A monocultura de eucalipto cresceu rapidamente e todos se perguntavam... para que tanto eucalipto? [...] A lógica era centrada apenas na ocupação e expansão de grandes áreas, independentes de sua utilização. [...] Essa situação caótica ia mudar com a definição do destino da cultura e isso aconteceu quando a Flonibra “faliu” e a CVDR, à qual ela era subordinada, associou-se a outras empresas, formando a Bahia Sul Celulose. Era a primeira das grandes empresas de celulose e papel que se instalava na região.

Logicamente, a chegada da atividade não foi pacífica. Koopmans (2005) relata algumas histórias violentas especificamente sobre as terras apropriadas indevidamente pela Flonibra. Segundo um artigo citado por ele, do Arquivo Diocesano de Teixeira de Freitas:

[...] 90% das terras da empresa, quando adquiridas, eram devolutas. Para adquirir estas terras, em sua maior parte, a Flonibra usou intermediários que se diziam corretores. Estes compravam algumas áreas, limpavam outras e forçavam outras a venderem suas terras [...]. Muitas [famílias] foram diretamente ao escritório da empresa para vender suas terras, outras foram forçadas a vender, por verem suas terras presas no meio do eucalipto. (ARQUIVO DIOCESANO DE TEIXEIRA DE FREITAS, [s.d.] apud KOOPMANS, 2005, p. 59)

Assim, mais uma vez fica demonstrada a forma como capitalistas e latifundiários, em aliança, territorializam-se em parcelas do território brasileiro a partir da grilagem, da expropriação e da violência (OLIVEIRA, 1997; entre outros).

Em 1989 começou a construção da fábrica da Bahia Sul, e em 1993 ela iniciou suas atividades. Nesse momento, já havia mais de 70 mil hectares de eucaliptos plantados em seis municípios do Extremo Sul da Bahia (Mucuri, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Ibirapuã, Caravelas e Alcobaça).

No final dos anos 1990, os negócios considerados não majoritários no interior da empresa foram alienados e, no início dos 2000, os ativos de petroquímicos foram cindidos dos florestais. Em 2007, a Suzano Petroquímica foi vendida à Petrobras, fazendo com que a empresa voltasse a atuar apenas nos mercados de papel e celulose. (GOMES, 2011, p. 51-53)

Em 2001, a CVRD vendeu todos os seus projetos *florestais*, e sua parte na Bahia Sul foi comprada pela Suzano, somando à produção de celulose da empresa mais 600 mil toneladas por ano e à de papel 250 mil toneladas por ano. Aumentou assim sua participação nos setores interna e externamente, e em 2002, a empresa comprou, em associação com a Aracruz Celulose, 40 mil hectares de terras com plantações de eucaliptos na região de São Mateus, no Espírito Santo, que pertenciam anteriormente à companhia Florestas Rio Doce S.A., outra subsidiária extinta da CVDR (FANZERES, 2005, p. 59). Esses plantios foram adicionados as já extensas áreas possuídas pelas duas empresas no norte do Espírito Santo e sul da Bahia.

Em 2005, também com apoio governamental, no interior do PNF, a Suzano iniciou o processo de ampliação da fábrica de Mucuri (ex-Bahia Sul), com uma segunda linha de produção que viria a ter capacidade de produzir um milhão de toneladas de celulose/ano. Quando esta entrou em operação, em 2007, sua produção de celulose e papel passou de 1,35 milhão de toneladas por ano para 2,8 milhões. (GOMES, 2011, p. 51-53; SUZANO, sítio eletrônico)

Pouco depois, em 2008, foi feito um estudo sobre a ampliação dos plantios de eucalipto no Extremo Sul da Bahia pelo Instituto do Meio Ambiente da Bahia (BAHIA, 2008a, p. 9), que averiguou “[...] uma situação preocupante de alta concentração fundiária [no Extremo Sul da Bahia] especialmente nos municípios de Nova Viçosa, Alcobaça, Mucuri, Caravelas e Ibirapoã.” Isso porque a Suzano e a Aracruz (atualmente Fibria) detinham juntas, com plantações de eucalipto, 44% das terras de Nova Viçosa, 34,3% das de Alcobaça, 34% das de Caravelas e 33,5% das de Mucuri (BAHIA, 2008a, p. 9). Isso sem levar em consideração as propriedades das empresas em que não havia / há plantações de eucalipto.

Já na frente paulista de atuação da Suzano, em 2004, ela adquiriu a Ripasa S.A. Celulose e Papel, em parceria com a VCP, formando o Consórcio Paulista de Papel e Celulose (Conpacel).

Também nesse período, iniciaram-se conflitos mais intensos no Vale do Paraíba em função do aumento da monocultura de eucaliptos. Em 2004, o vereador Marcelo Toledo (Partido dos Trabalhadores – PT) apresentou uma lei para regulamentação dos plantios homogêneos de árvores no município, que previa que em todas as propriedades com mais de

cem hectares de plantios as atividades deveriam ser precedidos pela elaboração de Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e seus respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (Rima), a fim de melhor averiguar suas consequências ambientais e sociais.

O projeto foi aprovado por unanimidade pela câmara, mas vetado pelo prefeito. Retornando à câmara, todos os vereadores, menos Toledo, aprovaram o veto. Segundo Fanzeres, “[...] Na percepção dos entrevistados [por ela, para a elaboração do relatório], neste caso, o lobby da Suzano foi intenso.” (2005, p. 180). Em 2006, não mais como vereador, Toledo começou uma articulação para aprovação de uma lei popular com teor similar ao daquela que havia sido vetada, e ainda naquele ano o defensor público Wagner Giron De La Torre, da Defensoria Regional de Taubaté, passou a apoiá-lo.

A votação da lei ocorreria ainda em 2006, mas a matéria foi retirada da pauta e a votação ocorreu em 2007. A lei não foi aprovada. Mesmo assim, ainda naquele ano a Defensoria Regional de Taubaté deu entrada à Ação Civil Pública (ACP) nº 593/2007, em nome do Movimento de Defesa dos Pequenos Agricultores (MDPA), baseada em um dossiê que Toledo havia entregue a De La Torre em 2006. Nessa ação, os réus eram a Suzano, a VCP e os governos estadual e municipal. A justiça municipal negou o pedido de liminar, mas a defensoria recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, em decisão inédita, concedeu liminar favorável à ação. Mesmo após os recursos por parte das empresas, a liminar é válida até hoje, ou seja, desde 2008 estão suspensos os plantios de eucalipto no município até que as empresas apresentem os EIA/Rima dos plantios. (FARINACI, 2012, p. 11-12)

De acordo com Barros (2009), a ACP apresentada dizia que em 2008 os eucaliptais ocupavam 20% do município, e havia diversas infrações ambientais cometidas tanto pela VCP como pela Suzano, e também por seus fomentados (proprietários que realizam programa de parceria para plantio de eucaliptos a serem vendidos para as empresas de papel e celulose).

Além disso, em 2009 também foi concedida liminar – a partir de outra ACP da Defensoria de Taubaté -- que proibia a circulação de caminhões transportadores de eucalipto no centro de Catuçaba (distrito de São Luis do Paraitinga) e pela rodovia Abílio Monteiro de Campos, que liga o distrito à rodovia Oswaldo Cruz. Após essas vitórias, os municípios de Guaratinguetá e Piquete também conseguiram decisões judiciais restringindo a monocultura de eucalipto; e em Taubaté e Redenção da Serra há ações similares em andamento. (FARINACI, 2012, p. 13)

Retornando à história industrial da companhia Suzano, em 2007 ela e a então VCP efetivaram a venda de duas das unidades da produção da ex-Ripasa (nas cidades de Limeira e Cubatão – SP) para a MD Papéis Ltda., e em 2010 a Suzano adquiriu a participação da Fibria

(ex-VCP) na Conpacel em conjunto com a distribuidora KSR por R\$ 1,5 bilhão. (GOMES, 2011, p. 51-53)

Ainda em 2010 a Suzano comprou a empresa britânica Futura Gene, atuante no mercado de biotecnologias, por R\$ 143,7 milhões. Com essa operação adentrou no mercado de *biotecnologias* e de *bioenergias*. As atividades irão se intercambiar com as monoculturas de árvores, por exemplo, com a produção já anunciada de três milhões de toneladas/ano de *pellets de madeira*. Assim, a monocultura servirá como base para a produção de energia, e esta será incorporada ao processo produtivo também da própria empresa, com todo o discurso *sustentável* que se vende junto com essas inovações. Para sua atuação no novo setor, a Suzano criou em 2010 a Suzano Energia Renovável.

Atualmente, a Suzano possui cinco unidades industriais, sendo duas em Suzano (SP), uma no Embu (SP), uma em Limeira (SP – antiga Conpacel) e uma em Mucuri (BA). Ainda está em elaboração o projeto de ampliação para o Nordeste, que inclui duas unidades de celulose – uma no Maranhão e outra no Piauí – das quais a primeira (no município de Imperatriz -- MA) já está em andamento e tem previsão de iniciar atividades ainda em 2013. A do Piauí não tem datas de investimentos definidas. As duas fábricas juntas produzirão 1,5 milhão de toneladas. (GOMES, 2011, p. 41)

Os projetos no Nordeste também já vêm causando conflitos com a população local, em função de apropriações indevidas de terras. Segundo Botelho e Andrade (2012, p. 5-6):

Conforme Gaspar (2010) a implantação de projetos agroflorestais desencadearam mudanças sociais e ambientais na região. Os processos de apropriação das terras pelos projetos de reflorestamento basearam-se em procedimentos irregulares que afetaram, principalmente, os segmentos camponeses aí estabelecidos, caso da venda dos lotes das famílias sem o conhecimento delas.

Desta forma, observa-se que a introdução do agronegócio da silvicultura no Leste Maranhense ocorre com fortes indícios de grilagem, compra ilícita, especulação e privatização de extensas terras no cerrado maranhense, culminando com a concentração fundiária e outros problemas, tais como: violência, ameaças, intimidação, tortura e morte no campo, fixação de grupo de pistoleiros, despejo de trabalhadores de seus povoados, declínio da agricultura familiar, evidenciado na perda do espaço de práticas agrícolas camponesas.

Segundo Andrade (2011, p. 5-6), a Suzano, antes da promulgação do Novo Código Florestal, estava manipulando a descontinuidade física de suas áreas voltadas ao plantio de eucalipto nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, defendendo que elas deviam ser pensadas separadamente, para que não houvesse necessidade de aprovação federal dos plantios realizados pela empresa para abastecer a fábrica. Procedimento parecido foi feito pela

Veracel Celulose para a obtenção da Licença Prévia para a expansão do seu projeto no extremo sul da Bahia, como mais adiante será demonstrado.

No Extremo Sul da Bahia, continuam os conflitos com a Suzano e a Veracel. Somente nos últimos quatro anos 22 fazendas das duas empresas foram ocupadas por movimentos sociais da região, inclusive duas da Suzano em março de 2013, no início da Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina. No dia 4 de março desse ano, 200 camponesas ocuparam duas áreas pertencentes à empresa em Teixeira de Freitas e Caravelas. Eliane Oliveira, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, manifestou crítica ao que chamou de "imagem de desenvolvimento no campo" vendida pelas empresas vendem, ocultando "[...] a problemática causada e sugando do Estado recursos públicos de investimentos para exportar a celulose derivada de seus extensos plantios de eucalipto" (TALENTO, 2013).

4.3.2 Fibria S.A.

A Fibria foi formada em 2009, a partir da compra da Aracruz Celulose pela VCP e pelo BNDES, como já apontado. Sendo assim, sua recente trajetória é na verdade a história de duas das maiores produtoras de celulose de fibra curta de eucalipto no Brasil e no mundo, que ocupam milhares de hectares de terras no país. Segue um breve contextualização das atividades de cada uma delas.

4.3.2.1 Votorantim Papel e Celulose (VCP)

A VCP era um projeto do grupo Votorantim desde a década de 1950, quando este iniciou plantios de eucalipto em Capão Bonito, no interior de São Paulo. Porém naquele momento houve dificuldades para a implantação de uma indústria de papel e celulose, fazendo com que as plantações se destinassem apenas à produção de carvão para outros segmentos do grupo (VCP, 2006).

Nos anos 1980, a Votorantim criou a empresa Mantiqueira Agroflorestal, que tinha como objetivo fornecer carvão vegetal à usina do grupo, chamada Níquel Tocantins. Devido à

estagnação nos setores de cimento, têxtil e metalurgia, durante a segunda metade da década de 1980, decidiu investir mais fortemente no *setor florestal*. Assim, em 1988, adquiriu em conjunto com o BNDES a Celulose e Papel Guatapar (Celpag), com objetivo de implantar uma fábrica em Luiz Antônio, município da microrregião de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, por US\$ 800 milhões. (GOMES, 2011, p. 47; VCP, sítio eletrônico)

Em 1992 a Votorantim adquiriu a Indústria de Papel Simão (em Jacareí -- SP), que era a quarta maior fabricante de papel do Brasil (GOMES, 2011, p. 47-48; VCP, 2006). Pouco depois expandiu essa fábrica, que se tornou a primeira unidade fabril do mundo a produzir um milhão de toneladas de celulose por ano em um único digestor; além de produzir papéis revestidos e não revestidos. Nessa mesma década ainda criou a distribuidora de papel KSR (VOTORANTIM, sítio eletrônico; VCP, 2006).

A empresa também possuía, neste momento, a Unidade Piracicaba, no estado de São Paulo, localizada no município de mesmo nome, que fabricava anualmente 53 mil toneladas de papéis revestidos e 57 toneladas de papéis térmicos e autocopiativos; e a Unidade Mogi das Cruzes (SP), com produção de 14 mil ton/ano de papéis especiais (VCP, 2006).

A base florestal que abastece a fábrica de celulose de Jacareí, segundo o *site* da Fibria (ex-VCP), está localizada no Vale do Paraíba (SP) e na região de Capão Bonito (SP). Como já mencionado no tpico anterior, no Vale do Paraíba há diversos conflitos em função das grandes áreas ocupadas com eucalipto pelas empresas Suzano e Fibria.

Além disso, segundo Fanzeres (2005), somente em 2004 três fazendas da Votorantim foram ocupadas pelo MST, nos municípios de Taubaté e Tremembé. Havia, na época, disputa jurídica por uma rea (Fazenda Camburi - antiga Corumirim) que estava em processo de destinação à reforma agrária pelo Incra, por ser improdutiva, mas em relação à qual a empresa continuava conseguindo determinações de reintegração de posse. Em função desse conflito, a direção regional do MST decidiu que, a cada pedido de reintegração, uma nova área seria ocupada, gerando vários acampamentos do movimento ao longo desse ano (FANZERES, 2005, p. 174). Mesmo assim, a área não foi desapropriada para fins de reforma agrária.

Já em Capão Bonito, município da região administrativa de Sorocaba (SP), 30% de sua área era ocupada com plantios de árvores em 2005, sendo 90% da VCP. Os plantios nesse município estavam crescendo rapidamente no início dos anos 2000. O poder público municipal, por conta disso, apresentou um projeto de lei para disciplinar o avanço da monocultura de eucalipto, através de proibição de plantio desta cultura em terras aptas à agricultura.

O prefeito da cidade, naquele momento, entendia que a monocultura estava ocupando áreas *aptas* para o plantio de alimentos, além de não gerar empregos nem impostos para o município, já que a fábrica não se localiza ali. Além disso, a VCP e outras *reflorestadoras* estavam comprando terras de pequenos e médios produtores por preços acima do mercado, “esvaziando” o campo de Capão Bonito, segundo a avaliação do poder público municipal. A aprovação da lei restringindo o plantio deu-se após uma audiência pública na qual a VCP pleiteava a certificação ambiental de suas áreas com eucaliptos, e a população local questionava a atuação da empresa, que possui dois terços das terras do município (FANZERES, 2005, p. 180).

Ainda no início dos anos 2000, a VCP também adquiriu terras na metade sul do Rio Grande do Sul. A ponta de lança desse processo foi a compra da Fazenda Ana Paula, com 14.500 hectares, no município de Hulha Negra, fronteira com o Uruguai – região com forte presença de assentamentos da reforma agrária. Em 2003 a empresa já havia adquirido 55 mil hectares de terras em 15 municípios próximos à fronteira (FANZERES, 2005, p. 198), o que também gerou conflitos na região, que serão detalhados mais à frente, no tópico sobre a Aracruz.

A expansão da VCP para o sul do Rio Grande do Sul, conhecida como Projeto Losango, previa a construção de uma fábrica de celulose no local, que desde 2006 aguardava aprovação de licenciamento. Em 2012, porém, já conhecida como Fibria, a empresa vendeu as terras – mais de cem mil hectares, sendo 39 mil hectares plantados com eucaliptos – para a empresa CMPC Celulose Riograndense (de origem chilena), que também havia comprado as terras e a fábrica em Guaíba (RS) da ex-Aracruz Celulose. O preço da venda foi divulgado como R\$ 615 milhões, e não contemplava os projetos de fomento da VCP/Fibria existentes na área.

Paralelamente, na vertente industrial da empresa, desde o início dos anos 2000 o foco da VCP dirigira-se para a produção de celulose, pois havia uma análise de que o país estava *vulnerável* à importação de papel (GOMES, 2011, p. 48). Em função disso, em 2006 a VCP trocou ativos com a IP, a partir de um Contrato de Troca no qual a IP se desfez de uma fábrica de celulose em construção em Três Lagoas (MS) e dos cem mil hectares de árvores plantados na área, pela fábrica de papel da VCP em Luiz Antônio (SP), que produzia 335 mil toneladas de papel e cem mil toneladas de celulose de mercado por ano. (GOMES, 2011, p. 48-49; VCP, 2006)

Estabeleceu-se ainda contrato no qual essas cem mil toneladas de celulose de mercado seriam fornecidas à Fibria/VCP, “[...] em termos competitivos de um contrato de

fornecimento de longo prazo.” (GOMES, 2011, p. 49). Ainda de acordo com esse contrato, a IP poderia construir até duas máquinas de papel integradas ou adjacentes à fábrica de Três Lagoas. Segundo o *site* da IP, há uma fábrica em operação desde 2009 no local.

Após essa troca de ativos, os plantios próprios da VCP passaram a ocupar 241 mil hectares nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O total de terras da empresa, neste momento, era de 416 hectares. (VCP, 2006)

A fábrica de celulose da VCP em Três Lagoas também começou a funcionar em 2009, e já vem causando conflitos, como Almeida (2010, 2012a, 2012b e 2012c) e Kudlavicz (2011a e 2011b), entre outros, vêm divulgando. Segundo Almeida (2012a, p. 5):

O raio de ação da empresa [Fibria] se estende para a região Leste, porém na atualidade, a maior concentração de área plantada é na microrregião de Três Lagoas, de forma específica nos municípios de Brasilândia, Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. Paradoxalmente, estes municípios registram também outro uso da terra, uma vez que possuem presença significativa de assentamentos rurais – são dez projetos totalizando uma área de 35.636,25 ha onde vivem 1.188 famílias. [...] Para se entender a importância diferenciada destes projetos, vejamos uma comparação em relação ao ritmo de expansão do eucalipto e da Reforma Agrária em MS. Enquanto a Reforma Agrária no período de 1979 a 2011 conquistou 699.511 ha, a Fibria de 2007 a 2011 controla no Estado 317 mil ha.

Ainda segundo a autora, a inércia do governo em relação à reforma agrária gera um paradoxo: o Estado “mínimo” na reforma agrária e “máximo” no complexo eucalipto-celulose-papel, situação na qual o Estado não cumpre seu papel constitucional de provedor da reforma agrária como política pública, e deixa espaço para ações mitigadoras das empresas, que acabam sendo solução para problemas pontuais dessas populações camponesas, o que complica ainda mais as relações de classes na região (ALMEIDA, 2012a, p. 8). Veremos situação semelhante na atuação da Veracel no Extremo Sul da Bahia.

Voltando à atuação industrial da VCP, em 2001 ela adquiriu 28% das ações com direito a voto da Aracruz. Em 2005 foi concluída a ampliação da fábrica de Jacareí (SP) e a empresa adquiriu também 50% das ações ordinárias preferenciais da Ripasa em uma *joint venture* com a Suzano Papel e Celulose.

Em 2007, a VCP estabeleceu parceria com a finlandesa Ahlstrom para a produção de papel da fábrica de Jacareí, na qual a multinacional ficou com 60% de participação na fábrica, e em 2008 ela assumiu seu controle total. A VCP assinou acordo de longo prazo com a empresa finlandesa, no qual se compromete a suprir celulose de eucalipto, utilidades e outros serviços à Ahlstrom por preços competitivos, para a fábrica continuar produzindo 105 mil

toneladas de papel não revestido ao ano. A segunda transação (40%) foi feita por US\$ 42 milhões.

Também em 2007, a VCP assinou Contrato Estratégico Comercial de Longo Prazo com a japonesa OjiPaper, no qual a atual Fibria pode usufruir da tecnologia da empresa multinacional e de suas subsidiárias, enquanto a Oji pôde ampliar sua oferta de tecnologias de papel térmico no Brasil e América Latina. Dessa forma, a OjiPaper garantiu sua participação global nesse segmento. (GOMES, 2011, p. 50)

Em 2008, a VCP e a Suzano formaram a Conpacel; e em 2009 a VCP adquiriu a Aracruz, a partir da compra de 99,6% do capital volante da empresa, que pertenciam às famílias Lorentzen, Moreira Sales e Almeida Braga. A partir dessa transação, surgiu a Fibria.

Em 2010, a Fibria vendeu sua participação (50%) na Conpacel por R\$ 1,45 bilhão à Suzano Papel e Celulose, com o intuito de diminuir o peso das dívidas adquiridas com a compra da Aracruz (GOMES, 2011, p. 50-51). E em 2011, vendeu também para a Suzano a distribuidora KSR (atualmente a maior distribuidora de papéis e produtos gráficos da América Latina), e a Unidade Piracicaba para a OjiPaper (FIBRIA, [sítio eletrônico](#)).

Assim, a empresa passou a atuar somente no ramo de celulose de mercado, seguindo a estratégia já comandada pela VCP desde o início dos anos 2000.

4.3.2.2 Aracruz Celulose

A Aracruz Celulose é provavelmente a mais conhecida e estudada empresa de celulose do Brasil. Sua história remonta ao período das isenções fiscais do Governo Federal ao setor. O projeto da empresa foi concebido em 1966 por um grupo da elite local, encabeçado pela empresa Economia e Engenharia Industrial S.A. (Ecotec), que desde a década de 1950 prestava consultorias para projetos de infraestrutura e diversificação econômica para governos estaduais, além de trabalhar também com a CVDR. (SALOMÃO, 2006, p. 54)

A CVDR, inclusive, teve importante contribuição para a localização da empresa, já que havia comprado a Reserva Florestal de Linhares do governo do estado do Espírito Santo, para experimentos com eucalipto, em 1956, e tinha interesse em incentivar a produção de celulose naquele local. (SALOMÃO, 2006, p. 54; FANZERES, 2005, p. 50)

A Aracruz surgiu formalmente em 1967, com o nome de Aracruz Florestal S/A (Arflo), plantando eucaliptos no município de mesmo nome, e no início da década de 1970

expandiu as plantações mais ao norte do estado, em São Mateus e Conceição da Barra (SALOMÃO, 2006, p. 55).

Em 1972, a partir da junção de vários acionistas (BNDE – 25,9%; Cia. Souza Cruz – BAT-British Tobacco – 25,29%; Fibase – 14,72%; Grupo Billerud – 6,07%; Grupo Lorentzen – 5,08%; Vera Cruz Agroflorestal S/A – 3,37%; Grupo Moreira Salles – 2,63%; e mais 391 acionistas), surgiu o projeto industrial da Aracruz (GOLDENSTEIN, 1975, p. 199) e, com ele, a Aracruz Celulose S/A (Arcel). Desde então, a Arflo passou a ser subsidiária da Arcel (BARCELLOS, 2008, p. 218). Sua primeira fábrica começou a ser construída em 1975 e foi inaugurada em 1978, no município de Aracruz, no Espírito Santo. Segundo Juvenal e Mattos (2002, p. 12):

O projeto da Aracruz previa a instalação de uma fábrica com capacidade de produção acima de mil toneladas/dia, em Aracruz (ES), próximo a Vitória. O Banco [BNDE] teve participação inicial de 55,2% no investimento, entre o financiamento do Fundo de Reaparelhamento Econômico (FRE), a concessão de aval e o financiamento da Finame para aquisição de equipamentos nacionais. Durante as diversas fases de implantação do projeto, o BNDES concedeu novas colaborações financeiras, em várias modalidades, tendo adquirido 40,89% do capital votante e 33,32% do capital total. A experiência com a Aracruz é emblemática, por várias razões. Primeiro, por ter representado uma aposta do Banco na expansão da produção e do consumo mundial da celulose de fibra curta de eucalipto, a despeito de um parecer negativo da International Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial. Depois, por ter sido o primeiro caso de apoio do BNDES na forma de capital acionário.

Em 1975, o BNDE já atuava sob orientação do II PND, que tinha como um de seus principais objetivos o aumento das exportações de mercadorias produzidas no Brasil. Nesse contexto optou por financiar a Aracruz, prevendo-se um custo total de US\$ 536 milhões. Desse montante, o banco assegurou, ainda em 1975, US\$ 337 milhões, distribuídos entre financiamento, avais e compra de ações, demonstrando mais uma vez o papel fundamental exercido pelo poder público federal para o setor (BARCELLOS, 2008, p. 218-219).

Diversos estudos (AGB-ES, 2004; BARCELLOS, 2008; BARCELOS, 2010; FANZERES, 2005; FERREIRA, 2002, 2009; LOUREIRO, 2006; OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012; PINTO, 2009; SALOMÃO, 2006; entre outros) apontam as irregularidades cometidas pela empresa na aquisição de terras, questão que inclusive foi um dos temas de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do estado do Espírito Santo sobre as práticas da Aracruz, realizada em 2002.

A CPI, porém, parou de funcionar antes de ser concluída, sem gerar um relatório final, em função de uma determinação do Supremo Tribunal Federal, em resposta à ação da CNI, a

qual alegava que o presidente da comissão havia solicitado sua prorrogação após o prazo (um dia depois) definido pela assembleia (BARCELLOS, 2008, p. 249).

As primeiras áreas adquiridas pela Aracruz, em 1967, cerca de 8 mil hectares, eram utilizadas pela antiga Companhia de Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) e foram repassadas pelo governo estadual para a empresa. Anteriormente ocupadas pelos Tupiniquim, essas terras haviam sido invadidas e desmatadas pela Cofavi na década de 1940 (CIMI Aracruz, 1996 apud FASE, 2002, p. 29).

Logo depois, segundo Pinto (2009, p. 3-4, grifo da autora), mais 30 mil hectares de terras indígenas foram negociadas pelo Estado por quantia simbólica para a empresa, como se fossem terras devolutas:

De acordo com o antropólogo **Carlos Augusto da Rocha Freire**, em 1954, o biólogo e ambientalista Augusto Ruschi encontrou em Caieiras Velhas na margem esquerda do rio Piraquê-Açu em Aracruz, 80 índios “Tupi-Guarani”, vivendo em uma área de 30.000 hectares de florestas nativas. Todavia, já em 1971 Ruschi se defrontou com um grande desmatamento, no mesmo território, o que fez com que 700 famílias, entre índios e posseiros, fossem desalojados da região então ocupada pela Aracruz Florestal.

Mas, como a Aracruz não poderia adquirir terras devolutas em seu nome, por ser entidade jurídica, foi através de pessoas físicas – “laranjas” funcionários da empresa – que ela foi invadindo as terras de posseiros e os territórios comunais de indígenas Tupiniquim e Guarani e de quilombolas, tornando-as indevidamente sua propriedade privada.

Para adquirir uma terra devoluta, segundo a legislação estadual vigente naquele momento, o requerente deveria comprovar que se dedicava à atividade agropecuária no local, e também que mantinha moradia efetiva ali. Mas, segundo apurado pela CPI citada, houve várias irregularidades para legitimar a propriedade sobreposta às terras indígenas e quilombolas durante as décadas de 1960 e 1970. “Na maior parte dos casos, os requerentes nem sequer sabiam onde se localizavam os terrenos, não eram agricultores e nunca moraram na região.” (SALOMÃO, 2006, p. 62).

E, como os requerimentos para aquisição das terras eram feitos diretamente ao poder público, muitas famílias e comunidades só descobriam o que havia acontecido depois de perder a posse da terra. Dessa forma, a Aracruz conseguiu ainda se apropriar de diversas terras sem pagar absolutamente nada por isso. (SALOMÃO, 2006, p. 58)

Fanzeres (2005, p. 59), também se reportando à CPI, afirmou que vários ex-funcionários da empresa ouvidos pelos parlamentares descreveram como haviam atuado na

aquisição de terras pela empresa e, através desse artifício, “[...] 22.000 ha de terras devolutas requeridas por 29 ex-funcionários da Aracruz haveriam passado para o controle da empresa.”

Segundo Barcellos (2008, p. 143), antes de a Aracruz chegar à região, o povo Tupiniquim organizava-se em 36 aldeias espalhadas por 40 mil hectares de mata atlântica. A partir das entrevistas realizadas pela autora e de outros documentos recolhidos durante seu doutorado, ela identificou diferentes formas de expropriação do território indígena (BARCELLOS, 2008, p. 244-247). Por exemplo, na então aldeia Guaxindiba apareceu um agrimensor, funcionário da empresa, alegando que para as famílias manterem a terra em sua posse, era preciso que ele fizesse a medição e recolhesse os documentos que elas possuíam. Ele nunca devolveu esses documentos, “[...] fazendo desaparecer quaisquer vestígios legais de relação dos indígenas com a terra” (BARCELLOS, 2008, p. 244); em outras aldeias, como em Cantagalo, a tática foi o uso de terceiros para o pagamento pelas benfeitorias das famílias, exigindo que eles deixassem a terra imediatamente. Já em Irajá e Macacos – esta última, maior aldeia na época, foi o local onde a Aracruz construiu sua primeira fábrica, exatamente sobre o centro cerimonial existente (FERREIRA, 2009, p. 484) – houve uso da força, com expulsões de caráter coercitivo mais explícito.

Em 1967, justamente quando estavam se intensificando as expropriações dos Tupiniquim, chegou ao município de Aracruz um grupo Guarani Mbya, povo caracterizado, entre outras coisas, pela mobilidade no interior de seu território em função do *guatá* – migração efetuada a partir de sonhos xamânicos, em busca da *terra sem males*⁸⁹. Os Tupiniquim receberam os Guarani em suas terras e estes se instalaram em uma pequena casa próxima ao terminal da balsa, onde viviam, além dos Tupiniquim, pescadores e camponeses (AGB-ES, 2004, p. 4). Com a chegada dos Guarani, os dois povos uniram-se para lutar pela reapropriação de seus territórios, como adiante se verá.

Já nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (ES), foram principalmente os grupos quilombolas que sofreram expulsão pela Aracruz. Segundo Salomão (2006, p. 57-60), a não existência de documentos oficiais comprovando a posse das terras foi fundamental

⁸⁹ “O *guatá* [deste grupo Guarani Mbya] foi iniciado, na década de 1930, pela família da líder religiosa Tataxi Ywa Rete, em Pindovy, no Paraguai. Os seus avós conduziram os seus familiares para Santa Maria, na Argentina, onde permaneceram por sete anos. Por volta de 1940, o grupo decidiu continuar a caminhada até Pipiri Guassu, no Rio Grande do Sul. De lá, seguiram respectivamente para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo (TEAO, 2007). No Rio de Janeiro, o prefeito de Barra Mansa teria financiado o traslado das famílias Guarani para Minas Gerais, onde conviveram, por um tempo, com os Krenak. Depois, seguiram para o município de Guarapari e, logo após, para a capital do Estado, Vitória. Em 1967, depois de um encontro entre Aurora, filha de Tataxi e o prefeito do município, as seis famílias Guarani foram encaminhadas para o território indígena Tupiniquim, no município de Aracruz, onde permanecem” (BARCELLOS, 2008, p.174)

nesse processo, assim como a presença de um ex-morador de uma das comunidades na negociação para as vendas das terras. Ainda é citada a promessa de empregos na *firma* caso a terra fosse vendida, e a coerção física, como não poderia deixar de ser, para se apoderar de parcelas do território. Nesse ponto, Salomão (2006, p. 61) cita a presença do Tenente Merçon, figura que teve papel importante fazendo ameaças de destruição de lavouras e casas. Segundo Ferreira (2002, p. 84):

As estratégias utilizadas pelas empresas [em especial a Aracruz Celulose, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra] para facilitar ainda mais a aquisição das terras iam da demarcação forjada à falsa informação, das ameaças à sedução da compra. Como “mensageiros” da transação, a empresa [Aracruz Celulose] contratava pessoas conhecidas das comunidades, como Pelé (Benedito Brulino), 60, descendente de quilombolas que convenceu várias famílias negras das comunidades rurais a vender suas terras à empresa, e o Tenente Merçon, que envolto em sua farda exercia a função da ameaça.

Ferreira (2002, p. 82) lembra ainda que o Estado teve papel fundamental nesse processo, ao priorizar o projeto de desenvolvimento a partir do plantio de eucalipto para a produção de celulose.

Salomão (2006) também afirma, baseada em entrevistas realizadas por ela e nos autos da CPI, que mesmo quem possuía algum documento comprovando a posse da terra sofreu pressão para vendê-la. Como nos outros casos, também eram usados “laranjas” para adquirir as áreas, e o preço estipulado era extremamente baixo, variando para mais ou para menos de acordo com o nível de resistência apresentado pela família (SALOMÃO, 2006, p. 60).

Assim, milhares de hectares passaram para as mãos da Aracruz, tornando-se propriedades privadas, necessárias à territorialização do monopólio efetuada pela empresa no Espírito Santo. E não foi apenas das terras Tupiniquim, Guarani e de quilombolas que a empresa se apropriou, mas também de diversas áreas de terras devolutas, mediante a utilização de laranjas (FANZERES, 2005). Segundo Faria e Oliveira (2009, p. 14), essa forma de grilagem foi muito usada durante os governos militares, para a aquisição de maior área de terras públicas do que as permitidas legalmente:

Desta forma, todas estas terras estão “cercadas e apropriadas privadamente” por grileiros madeireiros, pecuaristas, sojeiros, etc., revelando, portanto, que o processo histórico da grilagem das terras devolutas no Brasil é parte constitutiva do capitalismo rentista que nele se desenvolveu.

É importante ainda atentar, em relação a esse processo, para os locais escolhidos preferencialmente pela empresa para se apropriar das terras, quais sejam, os municípios de

Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, e não, por exemplo, o município de Linhares, situado entre Aracruz e São Mateus, que tem as mesmas condições de topografia e edafoclimáticas (fatores divulgados pelo setor como os mais importantes para a localização das empresas de celulose). Em Linhares, já havia grandes latifúndios de gado da oligarquia regional, os quais não foram “adquiridos” pela empresa (FERREIRA, 2009, p. 97-98; BARCELOS, 2010, p. 129), demonstrando que a opção de localização não é apenas da ordem dos fatores naturais.

A Aracruz, além de tudo, utilizou-se dos benefícios previstos na Lei nº 5.106 (BRASIL, 1966) para se apropriar dessas terras, e possuía muita influência junto ao poder público, já que materializava, no norte do Espírito Santo, o projeto desenvolvimentista levado a cabo durante a ditadura militar no Brasil.

Nesse contexto, a luta dos ex-ocupantes daquelas áreas tinha pouca visibilidade, apoio ou reconhecimento perante os responsáveis legais (BARCELLOS, 2008), em mais uma demonstração da aliança entre capitalistas que estavam se tornando grandes proprietários de terras e o Estado (OLIVEIRA, 1997).

A Fundação Nacional do Índio (Funai), em um primeiro momento, também colaborou com o *esvaziamento* das aldeias indígenas no norte do Espírito Santo, deslocando a comunidade Guarani recém-chegada para a Colônia Penal Fazenda Guarani, em Carmésia (MG). O local, também conhecido como “Presídio Guarani”, já que indígenas de diversas etnias foram levados à força durante a ditadura militar para lá, de onde não podiam sair, funcionou até 1979. Os Guarani ficaram confinados nesse local durante quase seis anos, reivindicando o retorno à aldeia Caieiras Velha, em Aracruz, mas o poder público afirmava que não seria possível, pois aquelas eram áreas reservadas ao reflorestamento. Em 1978, após pressão dos indígenas para poderem sair da fazenda, eles conseguiram se libertar e retornaram a Caieiras Velha, onde havia ainda três casas com moradores Tupiniquim (AGB-ES, 2004, p. 6):

Após seis anos de confinamento na prisão da Fazenda Guarani, os Mbya retornaram ao litoral capixaba e depararam-se com a transfiguração do aldeamento numa vila de peões, cercada pelos eucaliptos e com as terras loteadas e vendidas pelo Prefeito de Aracruz a posseiros contratados para invadir as áreas indígenas e trabalhar nas plantações de eucalipto, os quais controlavam o comércio e exploravam os Tupiniquim.

No final da década de 1970, diante das reivindicações por terra em função da volta dos Guarani ao Espírito Santo e das expropriações sofridas pelos Tupiniquim, a Funai fez um

estudo no qual concluiu a necessidade de demarcação de algumas áreas indígenas no município de Aracruz. Porém, ela não teve força para atuar contra outros interesses no interior do aparelho estatal, e acabou montando outra proposta, de criação de uma Reserva Indígena em município vizinho à Aracruz, mas os indígenas a recusaram. (BARCELLOS, 2008, p. 253-255)

A Aracruz Celulose, já nesse momento, contestava frente ao Estado a existência de índios no norte do Espírito Santo, prática adotada em diversos momentos, como adiante se verá. Em função da contestação por parte da empresa, em 1979 foi elaborado um novo relatório pela Funai, que propôs a demarcação de três áreas fragmentadas para os Tupiniquim, a saber: Caieiras Velhas (2.700 hectares), Pau-Brasil (1.500 hectares) e Comboios (2.300 hectares), totalizando 6.500 hectares (AGB-ES, 2004, p. 6). Comboios era a única que não estava sob o controle da Aracruz.

A proposição da Funai foi formalizada por meio da Portaria nº 609, de 8 de novembro de 1979. Porém, diante de nova discordância da empresa em relação à decisão do Estado, este recuou, e, cansados de esperar pela demarcação efetiva, Tupiniquim e Guarani se juntaram no seu primeiro movimento de autodemarcação. (BARCELLOS, 2008, p. 255)

Pressionado, o Estado acabou homologando, em 1983, as três áreas previstas no relatório anterior, porém, diminuídas, somando 4.492 hectares. Foram elas: Terra Indígena (TI) Caieiras Velhas, com 1.519 hectares e nas quais viviam 834 pessoas na época; TI Pau Brasil, com 427 hectares e 217 pessoas; e TI Comboios, com 2.546 hectares e 243 pessoas. (BARCELLOS, 2008, p. 255)

A conquista da pequena parcela do território uniu ainda mais os Guarani e Tupiniquim, e com a aprovação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que garantia seus direitos, numa mudança de postura estatal em relação aos indígenas, os povos do norte capixaba passaram a ter mais argumentos jurídicos frente à disputa com a Aracruz. Além disso, com a abertura política do país suas reivindicações puderam se fortalecer, com apoio especialmente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e também de outras entidades. No bojo desse novo momento, surgiu no início da década de 1990 a Comissão de Articulação Tupiniquim e Guarani (CATG), que deu visibilidade nacional e internacional às violações sofridas. (BARCELLOS, 2008, p. 256)

A Funai criou então um Grupo Técnico (GT) para apurar a situação, que divulgou seu relatório em 1997, no qual dava parecer favorável à demarcação de 13.579 hectares para os Tupiniquim e Guarani. No entanto, novamente a Aracruz contestou o conteúdo do relatório, solicitando que fossem feitos novos estudos sobre a questão. (BARCELLOS, 2008, p. 261)

Foi criado um novo GT, que reafirmou a validade da demarcação proposta em 1997. Mesmo assim, o ministro da Justiça determinou a demarcação de apenas 2.571 hectares, publicada em 1998. Diante da recusa do Estado em legalizar suas terras, os indígenas, ainda em 1998, deflagraram um novo movimento de autodemarcação, ocupando a totalidade da área identificada pela Funai. Imediatamente, a Aracruz contestou a ocupação, e a mesma Funai acionou a Polícia Federal para isolar a área indígena. (BARCELLOS, 2008, p. 261-262)

Em meio aos conflitos gerados com essas ações, ocorreram manifestações nas quais um membro do Cimi foi preso e caciques Tupiniquim e Guarani foram a Brasília tentar uma negociação em uma reunião na qual, sob coação, acabaram assinando um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Aracruz. Neste, a empresa comprometeu-se a dar ajuda financeira aos indígenas, parceladamente, durante 20 anos; ajudar na elaboração de projetos de geração de renda – entre eles, a venda de eucalipto para a própria empresa, incentivando a monocultura no interior de seus territórios; e os caciques aceitaram a demarcação efetuada.

Quando os índios retornaram de Brasília, denunciaram que a assinatura do acordo havia ocorrido sob coação, e, mesmo assim, ele continuou, do ponto de vista legal, vigorando, apesar de o Ministério Público Federal ter se retirado do acordo um mês após a sua assinatura, por considerá-lo inconstitucional. (BARCELLOS, 2008, p. 264)

O acordo vigorou até 2005, quando, verificando o processo de desestruturação que estavam sofrendo, os indígenas realizaram uma grande assembleia na qual decidiram retomar a luta pelo território. Nesse momento eles possuíam novos aliados, como os quilombolas, o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Como lema, os indígenas adotaram a frase: “Nossa terra, nossa liberdade”. Assim, começaram a não só fazer a autodemarcação, como a reconstruir as aldeias extintas. A primeira foi a Olho d’Água, em julho de 2005, e em seguida reconstruíram a aldeia Córrego D’Ouro. (BARCELLOS, 2008, p. 266-269)

Novamente, a Aracruz (apud ISA, 2004, grifo nosso) mobilizou-se em posição contrária aos direitos indígenas, alegando, entre outras coisas, que:

A Aracruz começou a comprar terras no Estado do Espírito Santo na década de 60, **adquirindo-as diretamente dos seus legítimos proprietários ou possuidores, segundo documentação idônea comprobatória da cadeia fundiária.** Mais de 80 proprietários estavam nestas terras há várias gerações, muitos advindos da imigração italiana ao Brasil. [...] O processo de identificação de índios - **então já bastante aculturados** - no Espírito Santo pela Funai começou em 1975, quase 10 anos depois do início das atividades da empresa. [...] A Reserva Indígena já foi ampliada duas vezes, o acordo que era para durar 20 anos foi renegociado após quatro anos, **as terras da empresa foram novamente invadidas**, e a possibilidade de uma terceira ampliação permite que a empresa tema que o processo não se esgote neste ano.

Novas ampliações poderiam ser reivindicadas no futuro, colocando em risco as terras das quais a Aracruz necessita para abastecer de madeira a sua fábrica de celulose e manter os seus compromissos.

Ainda em 2005, foi feita uma ocupação no complexo industrial da empresa, com a presença de mais de 500 indígenas – entre eles, alguns que haviam nascido na Aldeia Macacos, destruída para a construção da fábrica (BARCELLOS, 2008, p. 270-271).

Novamente, diante da pressão, a empresa decidiu se valer do argumento de que não haveria índios na região, assim como havia feito na década de 1970 (BARCELLOS, 2008, p. 274). A empresa também usou essa estratégia com as comunidades quilombolas, tentando provar que elas se compunham, na verdade, de migrantes vindos para o norte do Espírito Santo em busca de emprego, devido à implantação da própria empresa (SALOMÃO, 2006).

Em 2006, a Aracruz contratou uma equipe multidisciplinar que realizou um estudo histórico-antropológico comprovando que o Povo Tupiniquim jamais povoou a região (*sic*); e lançou a cartilha A questão indígena e a Aracruz, de teor racista, que continha fragmentos do “estudo” realizado. Essa foi uma das peças publicitárias da empresa para divulgar o estudo e sua posição frente às reivindicações dos índios, que foi distribuída em escolas e no comércio do município. A empresa ainda alegava, em suas campanhas, que sua permanência no município estava ameaçada e que milhares de empregos poderiam desaparecer caso as áreas fossem demarcadas. (BARCELLOS, 2008, p. 272-275)

Uma das formas de divulgação das “opiniões” da empresa, que ficou famosa pelo grau de absurdo de seu teor, foi o *outdoor* colocado em diversos locais da cidade de Aracruz com a frase “A Aracruz trouxe o progresso, a FUNAI, os índios”.

Winfrius Overbeek / set. 2006

Foto 2 – Outdoor da Aracruz Celulose, na cidade de Aracruz

Fonte: Overbeek, Kröger e Gerber (2012, p. 53).

As campanhas da empresa surtiram efeito, criando-se forte resistência à presença indígena em Aracruz, o que incluiu a proibição de sua entrada em supermercados e constrangimento de crianças nas escolas. Além disso, as terras não foram demarcadas, motivo pelo qual 300 Guarani e Tupiniquim ocuparam o Portocel, e a Aracruz chamou funcionários terceirizados e sindicatos de trabalhadores ligados à silvicultura para se manifestar, também no porto, contrários à ação dos índios. (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 53-56; BARCELLOS, 2008, p. 276-277)

Mesmo diante desse absurdo, o ministro da Justiça solicitou à Funai buscar uma *solução negociada*. Mediada pela Justiça Federal de Linhares, ocorreu uma reunião na qual a Aracruz afirmou que aceitaria “doar” parte da área, caso ela fosse transformada em Reserva Indígena e não em Terra Indígena⁹⁰ e também, absurdamente, colocando como condição que os indígenas se pronunciassem publicamente afirmando sua condição de “não indígenas”. O acordo não foi efetuado, e em julho de 2007 os Tupiniquim e Guarani decidiram reconstruir a aldeia Olho D’Água, que havia sido invadida e destruída pela Polícia Federal no ano anterior, após sua reconstrução. (BARCELLOS, 2008, p. 278)

Após quatro décadas de conflitos, o Ministério da Justiça reconheceu os 11.008 hectares como TI, mas, para impedir que houvesse novo desgaste político com a empresa, foi proposto outro TAC pelo Estado, definido que o processo de demarcação, as ações a serem desenvolvidas pelo Estado nas TI e a saída da empresa das áreas fossem resultado de consenso entre as três partes. A Aracruz propôs algumas considerações no TAC:

[...] que fosse caracterizada a ocupação da empresa de caráter de “boa fé” para que tivesse direito legal de cortar os 11 mil hectares de eucalipto plantados em área

⁹⁰A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) prevê, no capítulo VIII (“Dos Índios”) que são reconhecidos aos índios, entre outros direitos, “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” E ainda que: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições; As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes; As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis; São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.” (Parágrafos do Art. 31). Já o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) prevê que, além das TI, há a possibilidade de criação de “áreas reservadas” (Reserva Indígena; Parque Indígena; Colônia Agrícola Indígena), que: “não se confundem com as de posse imemorial das tribos indígenas” (Capítulo III – das Áreas Reservadas), ou seja, é uma área eleita pelo grupo indígena, porém que não se caracteriza como tradicionalmente ocupada. Fica clara, assim, a tentativa de deslegitimação de toda a história dos grupos Tupiniquim e Guarani no norte do Espírito Santo, ao se tentar atribuir-lhes uma Reserva Indígena e não uma TI.

indígena; que não houvesse novas reivindicações de terras; que retirassem a ação contra a empresa de incentivo ao racismo promovida pelo MPF; em contrapartida, ela retiraria as ações judiciais que impetrou contra as lideranças indígenas. (BARCELLOS, 2008, p. 279)

Essas exigências foram recusadas pelas lideranças indígenas, mas, para que houvesse continuidade na demarcação, elas tiveram que aceitar o termo “boa fé” da ocupação das áreas, o que deu *segurança jurídica* para a empresa colher e utilizar os eucaliptos plantados em território indígena. Assim o TAC foi assinado, a madeira retirada da área, e a TI demarcada, além de algumas outras exigências indígenas terem sido contempladas, como a ajuda emergencial da Funai para compra de alimentos e avaliações e perspectivas de uso da área após tantos anos com plantações de eucaliptos. Dessa forma, mais uma vez o Estado assumiu uma responsabilidade que seria da empresa. Em julho de 2008 houve a demarcação física da área. (BARCELLOS, 2008, p. 283-284)

Segundo Overbeek; Kröger e Gerber (2012, p. 53) essa foi “[...] uma vitória histórica que motivou outras comunidades tradicionais, incluindo quilombolas e geraizeiros, a também reocupar suas terras.”

No caso dos quilombolas, que desde a década de 1970 foram expropriados, muitos foram morar em bairros de periferia de cidades próximas, continuando a trabalhar na roça, porém como boias-frias, perdendo assim não só suas parcelas do território, mas a autonomia das relações de trabalho e os laços comunitários. Outros, que conseguiram a propriedade legal de suas terras em unidades familiares, acabaram vivendo em meio aos eucaliptais (SALOMÃO, 2006), situação que levou a alguns confrontos com a empresa, com destaque para o recolhimento dos “fachos” (restos secos dos eucaliptos que ficam na terra após a empresa baldear a madeira para a fábrica).

Essa atividade ganhou importância para quilombolas e outros que viviam próximos aos plantios da empresa como forma de obter lenha para uso doméstico e utilização nas casas de farinha – produção tradicional dos quilombolas da região. Além disso, o próprio resíduo do eucalipto é comercializado com as empresas produtoras de carvão vegetal do norte do Espírito Santo. (FERREIRA, 2009, p. 207-210; VAZ, 2012, p. 228-229).

A atividade sempre foi proibida, mas frequentemente realizada, o que causava alguns confrontos com a empresa. Em 2003 quilombolas foram presos por pegar os resíduos da madeira, e houve manifestações de contestação, com diversas famílias argumentando que os “fachos” eram a única coisa que lhes restava, depois da chegada da empresa e a invasão de

suas terras. A Aracruz, então, acabou formulando um acordo no qual controlaria, por meio da criação de associações, a retirada dos “fachos”. (FERREIRA, 2009, p. 207-210)

Os grupos quilombolas de Conceição da Barra e São Mateus começaram a reivindicar formalmente seu território no norte do Espírito Santo – conhecido como Sapê do Norte, dentro do qual há várias comunidades requisitando a legalização das áreas fragmentariamente – em 2004, após a aprovação, em 2003, de legislação específica para garantir o direito ao território de grupos de negros descendentes de escravos. A primeira comunidade a ter um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) publicizado foi a de Linharinho (município de Conceição da Barra), em abril de 2006. Neste, estava prevista área de 9.542,57 hectares sobre as quais os quilombolas têm direito. Após a publicação do RTID, o Incra notificou todos os invasores daquelas áreas da sua decisão, e estes tiveram um prazo de 90 dias para apresentar contestações. (FERREIRA, 2009, p. 343-346)

A Aracruz, que é a maior proprietária de terras do município (60% de Conceição da Barra é ocupada por eucaliptos) (VAZ, 2012, p. 231), entrou com longa contestação ao relatório, enfatizando diferentes “problemas” nele. O principal argumento utilizado foi o de que a lei somente prevê regularização em áreas ocupadas pelas comunidades, ou seja, elas só teriam direito à quantidade de terra na qual viviam naquele momento, ignorando todo o processo de expropriação ao qual tinham sido expostos desde a década de 1960. É o que Ferreira (2009) chama de “interpretação extensiva” do Artigo 68 da Constituição (BRASIL, 1988), que causou diversas idas e vindas na justiça para tentar decidir qual deveria ser a interpretação correta da lei.

Ainda em 2006, em meio às disputas judiciais, foi formada a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, “[...] que passa a encaminhar seus posicionamentos políticos em nome de todo o território.” (FERREIRA, 2009, p. 344). Mas não foram somente eles que se organizaram: os “proprietários” fundiários do município de São Mateus criaram no mesmo momento a Comissão dos Proprietários Rurais de São Mateus, que no início de 2007 passou a se denominar Movimento Paz no Campo (MPC) (*sic*).

Segundo o Manifesto do MPC publicado em agosto de 2007, o movimento foi criado com o objetivo central de “defender as [nossas] propriedades ameaçadas de desapropriação por parte do Governo Federal que quer separar territórios exclusivamente para quilombolas dentro do Brasil” (p.1). (FERREIRA, 2009, p. 345)

Os quilombolas, por sua vez, começaram a se utilizar das ocupações de áreas para efetivar sua luta. Em 2006 ocuparam um antigo cemitério de escravos localizado na área de

Linhaquinho – tomado de eucaliptos, parte da Aracruz Celulose e parte do fazendeiro Vivaldo Lorençon – com apoio do MST, MPA, Via Campesina, Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Comissão Estadual dos Direitos Humanos, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), entre outros, somando cerca de 500 pessoas. (FERREIRA, 2009, p. 349-350)

Houve repressão ao movimento, seguida de desocupação e constante presença da Polícia Militar na área que havia sido ocupada e nos locais de moradia dos quilombolas, com rondas noturnas. Em 2007 foi publicada a Portaria nº 78 no Diário Oficial da União (DOU), que determinou a demarcação do território quilombola de Linhaquinho.

Com objetivo de pressionar a efetiva demarcação, os quilombolas ocuparam outra área, antiga morada de um membro da comunidade que havia sido grilada pela Aracruz. Essa ocupação ocorreu no mesmo dia da retomada dos Tupiniquim e Guarani dos 11 mil hectares que ainda não haviam sido reconhecidos como TI. (FERREIRA, 2009, p. 351-352)

Atualmente, os quilombolas continuam lutando pela retomada de seus territórios, sendo que a Fundação Palmares – órgão do Ministério da Cultura que tem como uma de suas atribuições emitir certificados de reconhecimento para comunidades quilombolas, utilizado como documento deflagrador do processo de regularização fundiária – já certificou 23 territórios quilombolas somente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (FUNDAÇÃO PALMARES, sítio eletrônico), que formam o todo conhecido como Sapê do Norte. Contudo, destes, segundo Ferreira (2009, p. 333), em 2009, apenas quatro estavam identificados e com territórios delimitados pelo Incra: Linhaquinho, com 42 famílias e 9.542 hectares; São Jorge e Morro da Arara, com 80 famílias e 14.317,60 hectares; São Domingos e Santana, com 114 famílias e 12.500 hectares; e Serraria e São Cristóvão, com 52 famílias e 8.500 hectares.

É importante salientar que mesmo se todos os territórios reivindicados fossem demarcados, a empresa continuaria sendo uma grande latifundiária, e seu negócio não seria inviabilizado. Porém, além da questão política e de classe ligada ao não reconhecimento dos direitos desses povos, essas terras são estratégicas por se localizarem muito próximo ao complexo fabril. Como já foi argumentado, no setor de celulose a renda diferencial I é bastante determinante, assim, com a perda dessas áreas, o mais prejudicial não seria a perda da matéria-prima, mas sim a da renda da terra, nos cálculos capitalistas, considerada como economia que se tem em transporte.

Nesse meio tempo, em seu braço industrial, a Arcel, a empresa inaugurou, depois da primeira fábrica em 1978 (fábrica “A”), a segunda em 1991 (fábrica “B”), sob o financiamento concedido no interior do II PNPC (JUVENAL; MATTOS, 2002), de US\$ 1

bilhão (BARCELLOS, 2008, p. 221), e a terceira em 2002 (fábrica “C”), todas em Barra do Riacho, no município de Aracruz (PEDREIRA, 2008, p. 85). Com as três fábricas, a Aracruz totalizou capacidade de produção de 2,3 milhões t/ano de celulose branqueada de eucalipto.

Em 2008 a empresa anunciou dois planos de expansão. O primeiro seria a construção da quarta fábrica em Aracruz, na época, com previsão de inauguração em 2015. Segundo Ferreira (2009, p. 486), para o empreendimento, seriam feitos plantios em mais cem mil hectares, somados aos 300 mil existentes no estado. O segundo plano seria a construção de duas fábricas de celulose em Governador Valadares (MG), associadas a uma área de 80 mil hectares plantada com eucaliptos, cujas terras já haviam começado a ser compradas (FERREIRA, 2009, p. 492). Porém, com a crise de 2008 e a grande dívida acumulada, aparentemente os projetos estão “parados”.

Segundo o site da Fibria, atualmente, para o abastecimento das suas unidades, haveria 210 mil hectares plantados com eucaliptos e mais 65 mil com florestas nativas, nos estados de Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Parte das áreas da Aracruz/Fibria na Bahia também é destinada à serraria que ela mantém, desde 1999, em parceria com a Weywehaeuser, na *joint venture* Bahia Produtos de Madeira (BPM). O processamento da madeira é completamente automatizado e são produzidos 120 mil metros cúbicos de madeira de eucalipto por ano, processados no município de Nova Viçosa, Extremo Sul do estado. A BPM comercializa essa madeira em forma de tábuas pela marca Lyptus, utilizadas para móveis, pisos etc. A Fibria detém um terço do negócio. (FIBRIA, sítio eletrônico; LYPTUS, sítio eletrônico)

O início da década de 2000 foi importante para a expansão da empresa (BARCELLOS, 2008, p. 222), em consonância com o período de reestruturação pautado em concentração e centralização de capitais do setor no Brasil. Além de ter inaugurado sua terceira fábrica, comprou, em 2000, participação acionária da Veracel Celulose, e logo depois, em 2003, iniciou a construção da fábrica desta *joint venture* em Eunápolis (BA), em conjunto com a Stora Enso.

A entrada da empresa na *joint venture* teve como um dos objetivos expandir sua área de atuação na Bahia, já que estava impossibilitada de aumentar seus plantios no Espírito Santo pela criação da Lei Estadual nº 252/2001 (FERREIRA, 2002, p. 138). Essa lei proibia novos licenciamentos para plantações de eucalipto com fins de produção de celulose até que fosse feito o zoneamento agrícola e ecológico do Estado. Proposta pelo deputado Nasser Youssef (Partido Popular Socialista – PPS), ela foi vetada pelo governador José Ignácio Ferreira (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), mas ao retornar à câmara, no dia 27 de

setembro, de 2011, os deputados derrubaram o veto, por 20 votos a cinco (BRIDI, 2001). Porém, ainda em 2001, a CNA, em nome da Aracruz, entrou com pedido no Supremo Tribunal Federal para que este declarasse a lei inconstitucional:

O Tribunal Federal decidiu em favor da CNA, alegando que a lei seria “discriminação” contra o eucalipto. A decisão do tribunal suspendeu efetivamente um processo que já tinha passado por 10 audiências públicas em todo o estado e no qual seus representantes, pela primeira vez, consultaram a população local sobre o planejamento do uso da terra para sua região. (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 58)

Assim como em outros casos, com legislações semelhantes (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 58), as empresas de celulose não poderiam se deixar atacar em seu necessário processo de territorialização do monopólio.

Ainda no começo dos anos 2000, a Aracruz deu mais um passo no movimento de centralização de capitais. Comprou, em 2003, da Klabin S.A., a totalidade da Riocell S.A., que possuía cerca de 40 mil hectares de plantações de eucalipto e uma fábrica em Guaíba (RS) com capacidade de produção de 400 mil t/ano de celulose. Em 2004 a Riocell foi renomeada como Unidade Guaíba da Aracruz Celulose. (KALACHE FILHO, 2006, p. 69)

Instalada pela empresa finlandesa *Borregard* nos anos 1970 e posteriormente adquirida pela RioCell (Grupo Klabin), a localização em Guaíba tornou-se o polo a partir do qual se irradiam as ações da Aracruz. Em janeiro de 2006, a Aracruz anunciou obras de ampliação e modernização da fábrica, ampliação da base florestal e construção de um viveiro de mudas em Barra do Ribeiro (Correio do Povo, 13/01/2006). A empresa assinou um protocolo de intenção junto ao governo estadual e às prefeituras de Barra do Ribeiro, Cachoeira do Sul, Guaíba e Rio Pardo, segundo o qual pretende implantar uma nova linha de produção, para somar cerca de 1,3 milhões de toneladas/ano às atuais 430 mil toneladas produzidas, totalizando 1,8 milhão de toneladas a serem produzidas anualmente no estado. (SANTOS, 2008, p. 3)

Entre 2003 e 2007, a Aracruz aumentou seu patrimônio fundiário no Rio Grande do Sul de 63.774 para 104 mil hectares, sendo 66 mil ocupados por eucaliptos, num raio de 80 quilômetros ao redor da empresa. (SANTOS, 2010, p. 3) Mas o plano de expansão da fábrica ficou prejudicado com a crise econômica que explodiu em 2008. Em dezembro de 2009, já como Fibria, a Unidade Guaíba e as plantações da ex-Aracruz no estado, que já somavam 212 mil hectares, foram vendidas para a Celulose Riograndense, do grupo chileno CMPC S/A, por US\$ 1,43 bilhão (GOMES, 2011, p. 50).

Em dezembro de 2012, após a CMPC ter comprado também as plantações de eucalipto da ex-VCP no sul do Rio Grande do Sul, como já apontado, a CMPC anunciou a aprovação

do projeto de expansão da unidade Guaíba, com investimentos de R\$ 4,9 bilhões e capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas por ano de celulose, com previsão de início das operações em 2015 (FONTES; BUENO, 2012).

Desde o início dos anos 2000, a expansão das plantações de eucalipto da Aracruz, VCP e Stora Enso nos pampas gaúchos já vinha causando reações. As empresas “lotearam” o sul do estado em três partes: a VCP se instalou nos municípios próximos à fronteira com o Uruguai; a Stora Enso na fronteira oeste; e a Aracruz na Zona Central. (VAZ, 2012, p. 170; VIA CAMPESINA, 2006, p. 15)

O Ministério Público Federal (MPF) abriu uma ACP contra as três empresas e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), por ilegalidades cometidas nos processos de licenciamento ambiental. O problema estava nas autorizações de plantios concedidas pela Fepam às empresas por meio de instrumento jurídico que poderia ser utilizado em propriedades com até mil hectares. Porém os pedidos das três empresas somados alcançavam 32 mil hectares. “Os procuradores federais defendiam que fossem exigidas licenças de operações, algo que exige a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).” (VAZ, 2012, p. 169).

No mesmo momento eclodiu o escândalo das compras ilegais de terras pela Stora Enso na faixa de fronteira, e ainda foram identificados outros conflitos com as empresas entre 2005 e 2008. Estes incluíam a mudança na presidência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente para agilizar os licenciamentos de plantios; humilhação e transferência compulsória de funcionários da Fepam por emitirem parecer contrário à ampliação da unidade Guaíba, da Aracruz; grandes montantes de dinheiro doados pelas empresas de celulose para as campanhas governamentais e promessas incabíveis de quantidade de empregos a serem gerados pelos projetos (VAZ, 2012). Além, é claro, de os projetos preverem o aumento das plantações de eucalipto de 450 mil hectares para mais de um milhão de hectares.

No dia 8 de março de 2006, duas mil mulheres da Via Campesina e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ocuparam o viveiro de mudas da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS). A atividade foi divulgada amplamente na mídia, acusando-se, entre outras *inverdades*, as mulheres de terem destruído o banco genético da empresa obtido por trabalho de quase duas décadas. Porém não há laboratório genético da empresa nesse local, que é apenas um viveiro de mudas da empresa, localizado na fazenda Barba Negra, de dez mil hectares. (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p.53; VIA CAMPESINA, 2006, p. 27)

A Cartilha lançada pela Via Campesina quando deste acontecimento, intitulada **O latifúndio do eucalipto** (VIA CAMPESINA, 2006), tem diversas informações pertinentes

sobre a expansão desta e de outras monoculturas de árvores no Brasil. Neste documento, o movimento afirmava que, enquanto em 25 anos foram assentadas pelos governos Federal e Estadual do Rio Grande do Sul, pouco mais de 12 mil famílias em 250 mil hectares, em menos de quatro anos as três empresas de papel e celulose compraram 300 mil hectares de terras, parte delas com financiamento público do Estado. Ou seja, novamente ficava exposto o paradoxo apresentado por Almeida (2012a) do “Estado mínimo” para a reforma agrária; e “Estado máximo” para o agronegócio.

5. CONTEXTUALIZANDO O EXTREMO SUL DA BAHIA: DA DESESTRUTURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS À REAFIRMAÇÃO DO CAPITALISMO RENTISTA

O Extremo Sul da Bahia, atualmente região econômica do estado⁹¹, é conhecida comumente por abranger o local avistado por Pedro Álvares Cabral quando disse a famosa frase “Terra à vista”, ao enxergar o monte Pascoal, atualmente pertencente ao Parque Nacional e Histórico Monte Pascoal, localizado no município de Porto Seguro.

Ainda no século XVI foi criada a Capitania de Porto Seguro, que englobava quase toda região, porém alguns fatores fizeram com que sua ocupação e povoamento mais efetivo por parte dos colonizadores tenha sido tardia em relação ao restante da Bahia.

Entre os autores que descreveram, mesmo brevemente, o desenvolvimento histórico da região, a maioria (PEDREIRA, 2004; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2007; ANDRADE, 1998; JOLY, 2007; entre outros) a considera como *marginal* ou *periférica* até meados do século XX, pois os atuais municípios que fazem parte do que hoje é considerado o Extremo Sul da Bahia não possuíam nenhuma atividade que desse retorno econômico relevante para o estado ou país. Mas a maioria desses balanços não aponta as razões pelas quais isso aconteceu. Não queremos aqui esgotar o tema, mas tentamos sistematizar, a seguir, algumas explicações para essa inserção tardia na economia nacional.

Sousa (2006, p. 39), ao realizar balanço da ocupação histórica da região, elenca o que seriam “fatores de retardamento da ocupação do extremo sul da Bahia”. Num primeiro momento a autora levanta elementos de ordem ambiental que teriam dificultado a ocupação por parte dos colonizadores: o litoral recortado, com a presença de ventos alísios e de recifes de coral próximos à costa, o que dificultava a criação de estruturas para exportação de mercadorias; a densa floresta tropical próxima ao litoral, que dificultava a ligação com o interior; a inexistência de rios navegáveis por todo o trecho de floresta mais densa, com exceção do Rio Jequitinhonha; e a grande umidade da região, elemento climático que dificultava o cultivo da cana-de-açúcar.

⁹¹ A Bahia é dividida pela administração pública em quinze regiões econômicas: Oeste, Médio São Francisco, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Baixo Médio São Francisco, Piemonte, Paraguaçu, Sudoeste, Nordeste, Litoral Norte, Região Metropolitana de Salvador, Recôncavo, Litoral Sul e Extremo Sul. Esta última é composta por vinte e um municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda. A área da Veracel abrange, além de oito municípios dessa região, Canavieiras e Mascote, localizados na região Litoral Sul.

REGIÃO ECONÔMICA EXTREMO SUL DA BAHIA - BA

Mapa 2 – Região Econômica do Extremo Sul da Bahia

5.1 A COLONIZAÇÃO E A DESESTRUTURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Até a segunda metade do século XVI, a ocupação portuguesa no Extremo Sul da Bahia limitou-se a pequena faixa do litoral e eram feitas incursões ao interior apenas para o apresamento de indígenas – particularmente do tronco linguístico Macro-Jê⁴² - com fins de escravizá-los. A partir da segunda metade daquele século, até meados do XVII, incursões foram feitas buscando localizar jazidas de minérios, sem sucesso, tendo como atividade complementar o apresamento de indígenas. (SOUSA, 2006, p. 40)

Um pouco mais ao sul do país, no final do século XVII, começaram a ser descobertas as jazidas de ouro onde futuramente se instalaria a capitania de Minas Gerais, as quais passaram a atrair toda a atenção da Coroa e trouxeram consigo diversas medidas para efetuar o controle do escoamento desta mercadoria, a fim de evitar seu contrabando (SOUSA, 2006, p. 41; PRADO JUNIOR, 2008, p. 56-59). Uma delas, que nos interessa aqui, foi a proibição formal da utilização de rotas terrestres de comunicação entre a região aurífera e os *sertões do norte* das Capitanias da Bahia e de Pernambuco, medida esta que foi reforçada com a aprovação do Regimento das Minas, em 1702, no qual a Coroa vetava o comércio entre Minas Gerais e Bahia. Ou seja, o sul da Bahia se tornou região “tampão” para evitar o contrabando de ouro, o que levou a configurações bastante particulares da ocupação dessa parcela do território brasileiro, como veremos adiante. (SOUSA, 2006, p. 41-43; PARAÍSO, 1998, p. 415)

Até a segunda metade do século XVIII, a Bahia tinha duas regiões mais densamente ocupadas pelos colonizadores: os *sertões do norte*, onde havia a criação extensiva de gado; e o Recôncavo, com forte produção açucareira que mantinha, nas suas adjacências, além da produção de açúcar, a extração madeireira e cultivos de “subsistência”. A porção sul do estado continuava pouco povoada por portugueses e seus descendentes, que estavam principalmente no litoral (SOUSA, 2006, p. 42). Segundo Koopmans (2005, p. 26-27):

⁴² Fausto (2010, p. 68-69) afirma que a área próxima à costa do Brasil, antes da chegada dos portugueses, era praticamente toda ocupada por indígenas do tronco linguístico Tupi-Guarani, sendo que os Guarani ocupavam as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e o litoral desde a lagoa dos Patos até o sul do atual estado de São Paulo; e os Tupinambá, que viviam entre o litoral de São Paulo até pelo menos o do Ceará, e também nos vales de rios nessa área que deságuam no mar. Havia poucos pontos litorâneos (estuário da Prata, foz do rio Paraíba, norte do Espírito Santo, sul da Bahia e divisa entre o Ceará e o Maranhão) onde viviam indígenas de outros povos, possivelmente do tronco Macro-Jê.

O povoamento da região extremo sul caracterizava-se nos três primeiros séculos de ocupação, pela concentração na orla marítima. A penetração para o interior era tímida e se concentrou exclusivamente na foz dos rios e na sua redondeza imediata. A mata densa, dificultando a circulação, formava uma larga faixa ininterrupta e se estendia por mais de 100 quilômetros. A floresta foi, sem dúvida, um dos fatores preponderantes do isolamento do litoral, separando-a do interior. Os pobres núcleos que se formavam ao longo da costa, isolados uns dos outros, pelas dificuldades naturais de comunicação, formavam praticamente comunidades fechadas, com saída unicamente pelo mar. [...] Durante três séculos não se criaram, na região, linhas de penetração leste-oeste, permanecendo esta área praticamente desabitada pelos brancos.

Sousa (2006, p. 41-42) aponta ainda que as poucas vilas existentes foram criadas, nesse período, por medidas judiciais, a fim de satisfazer à necessidade de instalar juízes e serenar ânimos entre moradores; ou medidas administrativas, no período pombalino. Vários aldeamentos jesuíticos também foram construídos, a partir de 1755 (por exemplo, Soure, Abrantes, Maraú, Barcelos, Belmonte, Olivença, Trancoso, Prado, Alcobaça, Mucuri e Viçosa).

Além disso, em 1777 o governo da Bahia determinou ao ouvidor de Porto Seguro que criasse vilas e povoações de seis em seis léguas, como parte de um projeto para facilitar e tornar mais rápida a correspondência entre Salvador, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Algumas das paradas criadas nesse momento foram: Ilha de Itaparica, Villa de Jaguaripe, Camamú, Marahú, Barra do Rio de Contas, Ilhéus, Belmonte (pertencente à comarca de Porto Seguro), povoação de Santa Cruz (capitania de Porto Seguro), Vila de Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa, São Mateus e Vitória (capital do Espírito Santo). (SOUSA, 2006, p. 43)

Mas, ainda segundo Sousa (2006, p. 42), em consonância com a análise de Paraíso (1998), um dos principais motivos para o incentivo da administração à criação de assentamentos, especialmente por meio de aldeamentos indígenas, eram os conflitos intensos e crescentes entre os indígenas e os poucos colonos residentes no sul da Bahia. Criaram-se no século XVII Terços de Ordenanças⁹³ nas vilas recém-fundadas, que recrutavam brancos, indígenas, pardos e negros, treinados e armados, para garantir a manutenção das vilas e combater os grupos indígenas que se opunham à presença dos colonizadores, especialmente os Botocudos e Pataxó.

Desde a chegada dos portugueses, as capitanias de Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus encontraram dificuldades em se manter em função dessas disputas. Segundo Prado Junior (2008, p. 35-36):

⁹³ Estrutura militar da coroa portuguesa, utilizada também nas colônias.

Foi este um período agitado da história brasileira [primeira metade do século XVI]. Às guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentados pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam a pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. São inúmeros os casos conhecidos de destruição total dos nascentes núcleos; certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto dos ataques indígenas que nunca chegaram a se organizar normalmente; [...]. Estão no caso o sul do atual estado da Bahia e o Espírito Santo. Até princípios do século XIX ainda sofrerão duramente da agressividade dos índios.

Conforme afirma o autor, veremos que houve, de fato, muita disputa pelo território do Extremo Sul entre os colonos e alguns povos indígenas, e violência dos dois lados, porém, desproporcional, como não poderia deixar de ser, com os índios “levando a pior”.

Num primeiro momento, na capitania de Ilhéus, os colonos tentaram escravizar os Tupiniquim, o que causou grande violência entre estes e os portugueses, culminando na revolta de 1550 e na Batalha dos Nadadores, que levaram à queima de várias aldeias e na imposição de servidão por dívida dos pertencentes à esta etnia. Paralelamente, houve uma epidemia de sarampo entre esse povo, que foi introduzida por um irmão da Companhia de Jesus no Espírito Santo e se alastrou para a Bahia nos anos de 1562 e 1563. (PARAÍSO, 1998, p. 413)

Após esses acontecimentos, houve um período de escassez de alimentos devido à falta de braços para trabalhar na lavoura, o que fez com que os colonos voltassem a invadir os *sertões* com a finalidade de apresar os Aimorés, algo que já vinha acontecendo nas capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo desde o início da colonização. Os Aimorés (também conhecidos como Botocudos, nome dado pelos portugueses em função dos botoques labiais e auriculares que utilizavam, ou por Gueren, segundo sua autodenominação mais geral, pois havia vários subgrupos⁹⁴), do tronco linguístico Macro-Jê, foram os que mais entraram em conflito com os colonos nesta região no período da colonização. (PARAÍSO, 1998)

Entre os séculos XVII e XVIII, o Espírito Santo e o sul da Bahia viveram período de guerra entre diversas etnias indígenas e colonos, com estes últimos tentando criar aldeamentos

⁹⁴ Aimoré era o nome pelo qual os indígenas do tronco Tupi denominavam esses povos. Mas foi a denominação Botocudo a mais utilizada durante a colonização. Segundo Paraíso (1998, p. 428) “Essa denominação – Botocudos – generalizou-se de tal forma que passa a ser dominante até o fim do século XIX, quando contatos mais intensos e o aldeamento sistemático dos vários grupos permitiram o conhecimento dos vários subgrupos com suas variadas autodenominações, sempre retiradas de acidentes geográficos ou dos nomes de caciques que chefiavam as dissidências, tão comuns entre esse povo. Assim, começaram a surgir na literatura as denominações *Gutkrak*, *Miña-Jirum*, *Nakrehé*, *Naknanuk*, *Pojixá*, *Krenak*, *Etwet* e tantas outras. [...] A área reconhecida como território botocudo tem por limite norte o rio Una que deságua na Baía das Camamu e, por sul, o [rio] Doce. Nessa faixa de terra estão englobadas as bacias dos rios Una, das Contas, Pardo, Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce.”

indígenas, de onde os primeiros fugiam constantemente. Ao mesmo tempo, foi neste mesmo período que as capitanias de Porto Seguro, Espírito Santo e Ilhéus faliram e retornaram para o governo. Este, por sua vez, no bojo da estratégia de tornar essa porção do país “zona tampão” para evitar o comércio ilegal do ouro, cessou os investimentos na região e proibiu o desmatamento em toda essa área, deixando como monopólio da Armada Real a exploração das madeiras. (PARAÍSO, 1998, p. 415; SOUSA, 2006, p. 44)

Consequentemente, a zona tornou-se o refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional. Eram os Botocudos, Mongóyo, Pataxó, Cumanoxó, Cutaxó, Pañame, Malali, Maxakali, Baenã e Kamakã. Tal situação permitiu-lhes, até 1760, manterem seus padrões sociais e a integridade de seus territórios. Também as práticas de fuga ao contato e do ataque sistemático às frentes de expansão permitiram resguardar esse refúgio por certo período, considerando-se também a baixa densidade demográfica que caracterizava a ocupação nacional na região das fronteiras do sertão, excetuando-se as áreas de mineração. (PARAÍSO, 1998, p. 415)

Essa situação manteve-se durante o auge da atividade de mineração, mas com a decadência dessa atividade, ainda em fins do século XVIII, a situação da região e dos povos indígenas mudou. Iniciou-se mais intensamente nas três capitanias o povoamento ao longo dos rios como suporte para o comércio, que se tornou, ao lado da pecuária e da agricultura, novamente opção econômica atraente. Com o intuito de solucionar as dificuldades dessa ocupação, pelos fatores já apontados, ocorreram investimentos massivos na abertura de rotas, ao lado de construção de presídios, quartéis, destacamentos e aldeamentos – em especial dos Botocudos e Pataxó, tendo sido estes últimos considerados, no século XVIII, “[...] os mais desconfiados e reservados” (CANCELA, [s.d.]). Além disso, também neste momento há o que Paraíso (1998, p. 416) chama de um “vácuo” na orientação da política indigenista, quando ressurgiu sentimento de que a “questão indígena” deveria ser tratada de forma mais firme, “[...] para que se processassem com a devida rapidez as transformações julgadas necessárias” para a ocupação e desenvolvimento das regiões interioranas (PARAÍSO, 1998, p.416).

E foi justamente na área das antigas capitanias falidas – Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo – que esse movimento assumiu formas mais agressivas (PARAÍSO, 1998, p. 416). Entre o final do século XVIII e o início do XIX, diversas medidas legais legitimaram uma guerra ofensiva contra indígenas, que tiveram como destino a morte ou o engajamento compulsório em atividades consideradas de interesse especial para o desenvolvimento econômico da região, sofrendo a usurpação de seus territórios e sendo remanejados de acordo com a doação de sesmarias para colonos (SOUSA, 2006, p. 50).

O conflito territorial causado pela doação justamente de uma sesmaria foi o estopim para a declaração de Guerra Justa⁹⁵ contra os Botocudos em 1808, que permitia o assassinato e o cativo desse povo, justificada pela suposta antropofagia e a violência com que eles reagiam ao contato e ao aldeamento, reafirmando o caráter complementar entre civilização e a violência, necessário à acumulação originária do capital. Segundo Cancela ([s.d]), a Guerra Justa contra os Botocudos também “[...] legalizou o extermínio, a escravização e a apropriação das terras dos índios Pataxó, Maxakali, Malali, Krenak e Kamakã.”

E foi nesse período, então, que começou a ocorrer ocupação mais intensa do Extremo Sul da Bahia por não indígenas. Com a crescente “caça aos índios”, os Botocudos, Pataxó e outros grupos que não desejavam o contato foram cada vez mais sendo exterminados ou cedendo ao aldeamento. (PARAÍSO, 1998, p. 417; CANCELA, [s.d])

Paralelamente, ocorria uma crise na colônia em relação aos baixos patamares de demanda e preço das exportações brasileiras em fins do XVIII, e uma crise atingia a economia agrário-exportadora na Bahia na virada para o XIX, em função, entre outros fatores, da política antitráfico inglesa, que prejudicou diretamente os engenhos do Recôncavo, e a concorrência que o açúcar e o algodão produzidos no estado passaram a sofrer no mercado internacional. Com isso, houve redirecionamento por parte do governo das atividades produtivas, deslocando frentes agrícolas e pecuárias e atingindo, assim, o Extremo Sul da Bahia. (SOUSA, 2006, p. 48-49; ANDRADE, 1998, p. 124)

Nesse contexto, a metrópole passou a oferecer vantagens para a instalação de colonos na região, tais como privilégios comerciais, doação de terras e perdão de criminosos que aceitassem a migração para o sul da Bahia e Espírito Santo. Além disso, estabeleceu-se o aparato logístico (vias fluviais e terrestres, implantação de presídios, destacamentos militares) para o escoamento da produção da região e para garantir a segurança dos novos moradores frente aos antigos, indígenas. (SOUSA, 2006, p. 48-49)

⁹⁵ A Guerra Justa era, segundo Prado Junior (2008, p. 36) “[...] aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles.” Sua origem, segundo o autor, foi a Carta Régia de 1570, que permitia a escravidão indígena, mas limitada aos aprisionados em Guerra Justa. Outras leis se sucederam a esta, mas todas mantiveram possibilidade de escravidão indígena até meados do século XVIII – mesmo com a expansão da escravidão africana e a diminuição da escravidão indígena, ela não cessou neste período, sobretudo em regiões periféricas, onde não se podia pagar o alto preço dos negros. O apresamento de indígenas foi inclusive uma das principais razões da existência das bandeiras – até quando ela foi formalmente abolida pelo Marques de Pombal. Assim, a declaração de Guerra Justa contra os Botocudos no começo do XIX é tardia, e explicita que “Em última instância, o sentido da Guerra Justa [contra os Botocudos] assentava-se no processo de expropriação das terras e desarticulação das sociedades nativas, objetivando a apropriação do território e da força-de-trabalho indígenas para a ampliação e consolidação de uma política econômica alternativa à crise produtiva que se desenvolvia desde o século XVIII.” (SOUSA, 2006, p. 51).

Gradativamente, a estratégia de militarização do processo de ocupação das Comarcas do Sul passou a apresentar bons resultados, o que levou à ampliação desta iniciativa. Entre o período de 1800 e 1850, foram criados 73 aldeamentos indígenas e 87 quartéis na área entre os rios Pardo e Doce, o que atesta o papel determinante desta estratégia na proposta de colonização. (SOUSA, 2006, p. 54)

Assim, os estabelecimentos militares, apesar da precariedade de sua estrutura, tornavam-se pontos de atração para colonos, comerciantes, familiares de militares, artesãos e aventureiros, além de indígenas, sendo um dos principais promotores da formação de vilas, arraiais e povoados no século XIX. Entre eles, exemplos de alguns que existem como cidades atualmente são: Salto Grande Rio Jequitinhonha (MG), atual Salto da Divisa; Linhares (BA); São Mateus (ES); Itaúnas (ES); Cunha Rio Cremimão (BA), provavelmente a atual Caraíva. (SOUSA, 2006, p. 55-60; PARAÍSO, 1998, p. 418)

E a estratégia de *apaziguar* os indígenas que resistiam ao contato, nesse momento, também esteve ligada à estrutura militar criada. Os quartéis serviam de apoio à nova proposta de assentamento indígena, “[...] fornecendo instrumentos para as atividades agrícolas e monitorando o processo de conversão do gentio à proposta colonizadora” (SOUSA, 2006, p. 55). Isso porque, com a intensa ocupação de suas terras e os conflitos entre os grupos e com os colonizadores, os indígenas começaram a saquear roças de colonos e destacamentos militares em busca de comida. Percebendo isso, o governo estimulou a abertura de roças próximo às estruturas militares, e a criação de aldeamentos nas proximidades.

Aos poucos, muitos indígenas passaram a procurar os aldeamentos. Mas os conflitos continuaram, com ataques constantes a fazendeiros, destacamentos, quartéis e construtores de estradas, principalmente por parte dos Botocudos⁹⁶ (PARAÍSO, 1998, p. 418-419; SOUSA, 2006, p. 56-57), mas também pelos Pataxó, que até o século XIX, segundo Cancela ([s.d.]) e Carvalho ([s.d.]), eram seminômades e dividiam-se em diversos subgrupos, sendo que alguns optavam por permanecer nos “sertões”, mesmo com a possibilidade de serem exterminados, enquanto outros consideravam os aldeamentos um “mal menor”. Havia ainda os que optaram pelo confronto direto, realizando destruição de casas, plantações e fazendas, e mesmo ataques físicos contra colonos.

⁹⁶“Outro aspecto a ser ressaltado é o de obrigar os Botocudos a uma convivência forçada com os nacionais, fosse nos aldeamentos ou pela sua incorporação como mão-de-obra escrava, capturada ou vendida, particularmente as crianças (*kurukas*), altamente valorizadas no comércio regional. [...] Também o loteamento das terras dos Botocudos era justificado, pela necessidade de promover a ocupação e desenvolvimento da região, pelo estímulo à “civilização” que a convivência levaria. Os casamentos mistos eram estimulados de forma a completar o processo de integração.” (PARAÍSO, 1998, p. 419)

Assim, esse período foi marcado pela desestruturação das sociedades indígenas existentes, com a Guerra Justa, a desapropriação de suas terras e outras violências necessárias ao projeto de desenvolvimento que começou a incorporar o Extremo Sul à economia baiana – principalmente através da produção de farinha de mandioca e também de arroz, milho, feijão e pesca (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2007, p. 4) – para o recôncavo baiano e nordeste do país.

Segundo parte da literatura existente (CANCELA, [s.d.]), em 1861, o governador da Província de Porto Seguro determinou o aldeamento forçado dos Pataxó na Aldeia de Bom Jardim (atual aldeia Barra Velha), próxima à foz do Rio Corumbau. Porém, segundo relato dos Pataxó mais antigos, eles habitavam algumas regiões do litoral e foram deslocando para Barra Velha. Desta forma, “A Barra Velha seria uma construção dos Pataxó e não de religiosos e administradores coloniais, [...]” (CARDOSO; PINHEIRO, 2012, p. 27-28). De qualquer forma, a aldeia é considerada até hoje “aldeia mãe” dos Pataxó. Porém, ao longo do século XX, esse povo passou por diversos e intensos conflitos com outros ocupantes nesta área e no seu entorno.

Já os Botocudos, em derivação dos intensos conflitos, ocupavam pequena parcela de seu território em fins do século XIX, e no início do século XX sua situação ficou ainda pior, pois o sul da Bahia, norte do Espírito Santo e a região do rio Doce, em Minas Gerais, foram as áreas de principal atenção do recém-criado Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁹⁷ em função da construção das estradas de ferro Bahia-Minas e Vitória-Minas, onde estavam seus últimos territórios. Foram criados *postos de atração* dos indígenas em alguns pontos, que aos poucos foram sendo extintos. O SPI justificava a extinção pela drástica redução das populações em decorrência do contato, que gerou grande mortalidade em função de doenças infectocontagiosas. Mesmo assim a atração para os postos não se deu de forma pacífica, gerando conflitos e dissidências entre os indígenas, em função da não aceitação do contato por alguns grupos. Uma dessas dissidências deu origem aos Krenak, que são “[...] a única comunidade botocudo reconhecida que ainda sobrevive”. (PARAÍSO, 1998, p. 420-425)

⁹⁷ “O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, mais tarde apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, com o objetivo de ser o órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista. Sua principal finalidade era proteger os índios e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do País.

Sua criação mudou profundamente o quadro da questão indígena no Brasil, tendo a Igreja deixado de ter a hegemonia no tocante ao trabalho de assistência junto aos índios, de modo que a política de catequese passou a coexistir com a política de proteção por parte do Estado, que passou a ser executada por meio do SPI. Além disso, estabeleceu-se uma maior centralização da política indigenista com a criação do órgão federal, tendo diminuído o papel que os estados desempenhavam em relação às decisões sobre o destino dos índios.” (FUNAI, sítio eletrônico)

5.2 A “INSERÇÃO TARDIA” DO EXTREMO SUL DA BAHIA NA ECONOMIA NACIONAL AGROEXPORTADORA: O CICLO DO CACAU E A RODOVIA BR-101

Paralelamente à desestruturação dos territórios indígenas, na última década do século XIX o sul da Bahia, em especial a área próxima à Ilhéus-Itabuna, ganhou destaque na pauta de exportações do Brasil em função da produção de cacau. Essa cultura, que já era plantada na Bahia desde meados do século XVIII, quando surgiu como alternativa à produção agrário-exportadora da cana-de-açúcar, então em crise, manteve-se em posição secundária na região até esse período.

Marinho (2001) aponta que em 1890 se iniciou o *ciclo do cacau* na região, que segundo o autor pode ser dividido em três fases. A primeira, que iria até 1931, foi caracterizada pela não-intervenção governamental, com o comando da cacauicultura a cargo das casas de exportação e dos intermediários. A segunda fase iria de 1931 a 1957, tendo como marco a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB). E o terceiro momento teria início em 1957, com a criação da Comissão Executiva de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (Ceplac)⁹⁸.

A criação do ICB teria sido marcada, segundo Marinho (2001), por dois princípios. O primeiro ligado à necessidade emergencial de ajuda financeira para socorrer os lavradores em dificuldades, diante da crise econômica internacional no período; e o segundo, de caráter permanente, a fim de garantir bases sólidas para o desenvolvimento da cacauicultura no estado⁹⁹.

A primeira década de atuação do ICB teve grande êxito no seu propósito, com incremento da produção em mais de 100% pela expansão da área de cultivo. Além disso, auxiliou na criação das estruturas de transporte e comercialização do cacau, além de fornecer o financiamento necessário à expansão, cumprindo papel de viabilizar a geração de divisas no interior do processo de acumulação crescente no país. (MARINHO, 2001)

Segundo Joly (2007, p. 63):

⁹⁸ Atualmente, a sigla Ceplac significa Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

⁹⁹ Ainda segundo Marinho (2001, p. 7): “A criação do ICB em 1931, reflete a situação que se configura a partir de 1930. Ou seja, o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado. Esse fenômeno não implica o alijamento dos grandes proprietários na estrutura política, perdem a primazia e importância no aparelho do estado. A transferência do eixo da acumulação do setor agrícola exportador para o industrial determina a redefinição dos papéis. Cabe ao setor rural exportador através da expansão “extensiva” da produção gerar as divisas para o processo industrial. Tal transferência acoberta-se pela política cambial nitidamente favorável à indústria.”

O sul da Bahia conheceu, a pouco mais de um século, um intenso processo de modernização, trazido pela monocultura do cacau [...]. Essa produção, que chegou a abranger cerca de oitenta municípios no sul da Bahia, fez com que a região perdesse seu caráter de “sertão úmido”, onde predominavam as lavouras de subsistência e as culturas incipientes do açúcar, do fumo e do algodão, para abrigar uma produção que chegou a representar, sozinha, 28% da receita de balança comercial do país, sendo o terceiro maior produto de exportação, na década de [19]40. Há que se levar em conta que esta experiência de crescimento econômico era, até então, inédita para essa porção do território brasileiro, pois, o desenvolvimento do extremo sul baiano é considerado tardio, quando comparado ao restante do estado da Bahia e do nordeste do país.

Devido a disputas no interior do ICB, desde a década de 1940, e em função do importante papel nas pautas de exportação que a cultura ganhou neste período, em 1957 o Governo Federal criou a Ceplac¹⁰⁰. De início com caráter emergencial, efetuando plano econômico de novo socorro à cacaicultura, em 1961 se definiu um caráter permanente ao órgão, a partir da taxa de retenção cambial do produto, a fim de viabilizar financiamento de infraestruturas para a região. Segundo Joly (2007, p. 65), essa taxa permitiu o investimento em escolas, saneamento, postos de saúde, eletrificação, entre outros, nos principais polos populacionais da região – Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro. Já para Marinho (2001), a retenção cambial teve maior papel no desenvolvimento da própria cacaicultura (e no enriquecimento dos cacauicultores), no contexto de priorização de geração de divisas pelo Estado. Segundo o autor, com a criação da taxa de retenção cambial:

Articula-se então um plano concreto e uma base financeira estável. A organização do quadro de pessoal efetivo, a criação do centro de pesquisa, do departamento de extensão rural e a fundação da escola técnica respectivamente nos anos de 1963, 1964 e 1965, consolidam a CEPLAC como órgão que de fato comanda a cacaicultura baiana. A partir de então inicia-se a produção de tecnologia própria e a transferência para a aplicação de modernas técnicas agrícolas, passa então a CEPLAC a cumprir nova finalidade: ser o órgão de suporte para a “modernização conservadora” da cacaicultura. (MARINHO, 2001, p. 9)

O Governo Federal, desde 1965, concedeu grande volume de crédito, taxas de juros reais negativas, prazos e carências elásticas, entre outros benefícios, favorecendo os produtores. Para Chiapetti e Kahil (2008), a partir da criação do Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec), no interior da Ceplac, o cacau embarca na modernização da agricultura.

¹⁰⁰ “O Decreto Federal nº 987 de 20 de janeiro de 1957 institui o Plano de Recuperação Econômico-rural da Lavoura Cacaueira. Cria o fundo econômico rural correspondente, dotado de um milhão de cruzeiros, para o competente suporte financeiro das medidas emergenciais a serem adotadas. A vinculação ao Ministério da Fazenda, assim como a ausência de personalidade jurídica própria foram os fatores que descaracterizaram a CEPLAC como organismo típico de amparo à lavoura e lhe confere dimensão eventual e quase exclusiva de órgão de crédito emergencial a serviço das dívidas da cacaicultura. Essa condição permanece praticamente inalterada nessa primeira etapa do seu funcionamento, que se prolonga até o ano de 1961 quando da criação da taxa de retenção do cacau, dando-lhe um caráter mais definitivo.” (MARINHO, 2001, p. 6)

Nesse contexto, a produtividade das lavouras aumentou de 300 para 700 kg/ha/ano entre 1963 e 1986, e em 1979 as exportações (em amêndoas e derivados) chegaram a representar 35% da pauta de exportações do nordeste e 70% das da Bahia, compondo 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 1985 o Brasil era o segundo maior exportador mundial do produto, com produção anual de 400 mil toneladas. (CHIAPETTI; KAHIL, 2008, p. 5)

Mas foi justamente na década de 1980 que começou a decadência desse ciclo, quando o cacau perdeu a sua importância como gerador de divisas, deixando de atrair a atenção do Governo Federal (MARINHO, 2001), no interior da diminuição dos subsídios estatais para setores específicos, assim como ocorreu com as plantações de árvores. Isso ocorreu paralelamente à “epidemia” de uma doença chamada “vassoura de bruxa”, que diminuiu muito a produtividade das plantas, e é tida hoje como a grande *vilã* que gerou a decadência dos municípios produtores.

Segundo Jairo Botelho, da Ceplac de Itapebi (em entrevista realizada em trabalho de campo em julho de 2012), a “vassoura de bruxa” apareceu pela primeira vez em 1978, momento em que já havia muitos fazendeiros endividados, pois utilizavam os financiamentos obtidos para a lavoura para outros fins que não a produção de cacau. Ao mesmo tempo, segundo ele, também os filhos dos antigos fazendeiros não tinham interesse de cuidar das áreas de lavoura, e isso contribuiu para o alastramento mais rápido da doença. João Eduardo Ferreira (chefe de escritório da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA – de Itapebi) acrescenta (também em entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012) que houve, no mesmo período em que apareceu a “vassoura de bruxa”, uma queda acentuada nos preços do cacau, o que piorou a situação, levando ao abandono de diversas fazendas.

Mas, não foi só o cacau que modificou o Extremo Sul da Bahia durante o século XX. Segundo Joly (2007, p. 65-66):

O processo de crescimento e ocupação do extremo sul baiano teve seu momento de inflexão a partir dos anos [19]50, quando ocorreu a expansão da cultura cacaueteira, e secundariamente, também da pecuária e da exploração de madeira das florestas nativas. [...] Contudo, o período de grande transformação na organização espacial do extremo sul baiano ocorreu na década de [19]70, durante a construção da BR101 (Rodovia Governador Mario Covas). Com a abertura do trecho de interligação entre Vitória-ES e Salvador-BA, iniciou-se um novo ciclo madeireiro no extremo sul, com a participação de empresários vindos, principalmente, do Espírito Santo, incluindo o grupo Aracruz, que comprou terras e extraiu madeira na região.

Nesse momento, com o aumento da extração madeireira, em especial o famoso jacarandá da Bahia, então encontrado em abundância, muitas serrarias foram abertas e diversos povoados surgiram no interior.

Assim surgiu, por exemplo, o povoado de Ponto Central, em Santa Cruz Cabralia, próximo à fábrica da Veracel. Segundo Emerson Tom, que era presidente da Associação de Moradores de Ponto Central em 2011, “Meu pai chegou aqui por conta das serrarias. Aqui foi fundado por conta disso, nos anos [19]70. [...] O auge foi em [19]83, tinha umas 38 serrarias, aí começou a diminuir demais a quantidade de madeira, o Ibama estava multando todo mundo, aí as serrarias foram desaparecendo, a última fechou em [19]97” (entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011).

Nesse contexto, ocorreu no Extremo Sul, como em vários outros locais do país, simultaneamente ao desmatamento, a abertura de pastos. O gado passou a ser atividade agropecuária bastante significativa, sendo que alguns municípios possuem rebanhos consideráveis nacionalmente até hoje, como é o caso de Itapebi.

A BR-101 tem, assim, papel fundamental na estruturação do espaço regional como ponto de interligação estratégico, destacando-se as ligações com Salvador, enquanto capital estadual e centro político, com Itabuna, enquanto centro da região cacauzeira, além das ligações mantidas com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

A sua implantação proporcionou, também, o recomeço da extração de madeira sob outros moldes. Realizado de forma rudimentar até então, este novo ciclo de exploração foi caracterizado pela introdução da motomecanização e pela construção da ferrovia Bahia-Minas [...]. **Associada a essa atividade, desenvolveu-se a pecuária bovina em um acordo de cooperação, através do qual os madeireiros extraíam a matéria-prima sem contestar a propriedade da terra que, posteriormente, era ocupada pelos pecuaristas. Enquanto aqueles “limpavam” a área, estes exploravam sua atividade com custo reduzido de implantação.** O resultado desse “consórcio extrativista” levou à destruição quase total da vegetação natural em pouco mais de uma década de atividade indiscriminada e predatória. (BAHIA, 2008d, p. 36-37, grifo nosso)

No bojo destas transformações, não foi somente a vegetação natural (mata atlântica) que sofreu com as consequências desse *consórcio*. Como apontado, a terra foi ocupada pelos madeireiros e pecuaristas sem que sua propriedade fosse *questionada*. Koopmans (2005, p. 59-60) cita um relatório elaborado por Miranda (1992)¹⁰¹, no qual ela descreve os meios pelos quais os camponeses-posseiros foram expropriados de suas terras neste período:

¹⁰¹ MIRANDA, M. M. M. de. **O Extremo Sul da Bahia e a Avassaladora Chegada da Modernidade**. Rio de Janeiro: Fase/Ibase, 1992. [Relatório de Pesquisa]

[...] Sobre o processo de compra e venda das terras Moema M. M. de Miranda, em seu relatório de viagem ao extremo sul da Bahia (FASE/IBASE, out/1992), escreve o seguinte: “[...] é importante que observemos que, aparentemente, o processo de compra e venda das terras segue duas estratégias distintas e complementares. Por um lado houve, sempre que necessário, o emprego da força física para desalojar antigos ocupantes. Nestes casos, os fazendeiros, mas não apenas eles aliaram-se ou ocuparam os cargos públicos que detinha o monopólio do uso legítimo da violência na nova ordem social que se implantava na região. Este foi um elemento extremamente importante na inibição de manifestações contrárias às suas ações. Por outro lado, o emprego da violência foi acompanhado por uma mudança nas normas legais com efetiva vigência na região. Este foi um elemento extremamente importante na inibição de manifestações contrárias às suas ações. A partir do momento em que foi anunciada a construção da estrada [BR-101] e as terras tiveram repentina valorização, as “posses” ocupadas por várias gerações, deixaram de ser reconhecidas como propriedade legítima de uma determinada família. Aqui, o papel desempenhado pelos Cartórios de Registro de Imóveis deve ser investigado com bastante cautela. A aliança, não só dos oficiais dos Cartórios, mas também dos ocupantes de cargos subalternos, como o de escrevente, com os novos grupos sociais garantiu, ou pelo menos facilitou, a “legalização” de situações de propriedades ilegais e ilegítimas. É importante que identifiquemos os vários expedientes usados para expulsar os camponeses de suas terras, já que estes variam do assassinato do chefe da família à pressão realizada sobre os “aposseantes”. No entanto, apesar das lideranças do movimento sindical denunciarem o uso em grande escala de métodos violentos, este não é um assunto sobre o qual se comente abertamente. Os novos moradores da região, mesmo aqueles que por sua posição social não estiveram envolvidos com práticas violentas, tendem a minimizar, sem no entanto ignorar, a existência de tais práticas. Impera sobre esse assunto uma “lei do silêncio” cujo sentido social deve ser investigado.

Como outra vertente deste mesmo processo, foram empregadas táticas de “convencimento” dos camponeses. Os intermediários para a compra das terras, chamados de “corretores”, argumentavam que as terras eram improdutivas, difíceis de serem cultivadas e que, sua venda, daria a possibilidade de “aplicar o dinheiro na Caixa” e viver bem melhor na cidade. Entre os atrativos que a cidade passa a ter para os moradores da área rural, destaca-se a importância crescente atribuída pelos camponeses à “educação dos filhos” adquirida na escola.

Foi também no final da década de 1970 que surgiram as primeiras plantações de eucalipto na região, incentivadas pelo governo estadual, que propôs a criação de um Distrito Florestal no Extremo Sul, conforme veremos no próximo item.

5.3 A CHEGADA DAS PRIMEIRAS “REFLORESTADORAS”: O PAPEL DO ESTADO E A REAFIRMAÇÃO DO CAPITALISMO RENTISTA

Conforme explanado, a *periferização* da produção de celulose deu-se não só mundialmente, mas também em nível nacional, com a busca das empresas do setor por áreas no Brasil onde houvesse, principalmente, disponibilidade de terras a baixo custo.

Também vimos, na seção três, que o espraçamento das plantações de árvores no Brasil em estados fora do eixo sul-sudeste teve início na década de 1960, durante o período de isenções e incentivos fiscais. Segundo Goldenstein (1975, p. 216), entre 1966 e 1973 houve grande aumento do preço de terras para reflorestamento no centro-sul do Brasil, o que levou à procura por novos locais de produção, “[...] situadas em regiões distantes dos centros e, de preferência, favorecidas por estímulos governamentais.”

Além disso, em 1974 houve mudança na legislação dos incentivos fiscais ao reflorestamento, que continuou permitindo a dedução de 50% do Imposto de Renda para aplicação nesta atividade apenas nas regiões norte e nordeste, enquanto nas outras a dedução foi reduzida para 35%, aumentando a procura por áreas nestas regiões para o plantio, e iniciando sua expansão, em especial, para a Bahia¹⁰². (MAGALDI, 1991, p. 172-173; PEDREIRA, 2008, p. 83)

Paralelamente, também havia, desde a década de 1960, incentivos e isenções para a agroindústria nordestina previstos pela Sudene, que no seu primeiro Plano Diretor (1961) determinava que seria vedado ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. conceder financiamentos ou empréstimos para atividades comerciais em prejuízo à agroindústria da região. Dois anos depois foi criado o Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (Fidene), que, entre outras determinações, previa isenção do pagamento do imposto de renda e de adicionais não restituíveis para empreendimentos industriais e agrícolas que se instalassem na área de atuação da Sudene pelo prazo de dez anos, ampliável por mais 15 anos. (CARVALHO, 2006, p. 78-79)

A migração das empresas de celulose para estados fora do centro-sul ainda foi capitaneada, no caso do estado da Bahia¹⁰³, ao longo das décadas de 1970 e 1980, pelos governos estaduais¹⁰⁴, que propunham apoio e metas de crescimento para o plantio de árvores

¹⁰² “Em 1975 as regiões Sul e Sudeste participavam respectivamente com 27% e 45% da área reflorestada por incentivos fiscais, cabendo ao Nordeste apenas 5%. Em 1980, o Nordeste eleva sua participação para cerca de 25% e, no período de 1980 a 1985, enquanto a área plantada com florestas para fins industriais cresceu 176% no Nordeste, a expansão verificada para todo país foi de apenas 18%. Já, a Bahia incrementa sua participação no total da área implantada no país por meio do fundo fiscal de 5%, em 1976, para cerca de 12%, em 1979. [...] até 1978 o Estados da região Sul e de São Paulo concentravam cerca de 48% do reflorestamento incentivado. Já no período de 1979-1983 esse percentual cai para 18%. Em contrapartida a Bahia eleva sua participação de apenas 2,6% (até 1978) para 17,6% (1979/1983).” (PEDREIRA, 2008, p. 67-68)

¹⁰³ “Conforme documento do CEI (1983), beneficiando-se das modificações do Fundo de Investimento Setorial - Fiset, a Bahia começou a inserir-se na área florestal, absorvendo, já em 1979, 10,3% da área aprovada para o reflorestamento no Brasil. Em 1982, o Estado da Bahia consolida-se como o segundo pólo florestal do país.” (PEDREIRA, 2004, p. 1010)

¹⁰⁴ “As diretrizes estabelecidas desde o início dos anos 1970 se estendem nas décadas posteriores. Assim, em consonância com a ênfase dada nos anos 1980 pelo Governo Federal à expansão e incremento das exportações, o Governo da Bahia, no seu Plano Estratégico de Ação – 1988-1991, ressalta o setor de papel e celulose como um

com fins industriais. São exemplos disso as Diretrizes para Ação Governamental do Governo Roberto Santos (1975-1979) (BAHIA, 1975¹⁰⁵ apud PEDREIRA, 2008, p. 69-70) e as Diretrizes e Metas do segundo Governo de Antônio Carlos Magalhães (1979-1983) (BAHIA, 1979¹⁰⁶ apud PEDREIRA, 2008, p. 69-70), respectivamente citadas abaixo:

É conhecido o impacto que poderá causar no desenvolvimento das regiões agrícolas a implantação de projetos agroindustriais ou mesmo agropecuários que venham a possibilitar o crescimento de polos industriais. [...] Especial ênfase será dada a implantação de projeto de reflorestamento, visando a exploração de celulose e madeiras, polos açucareiros em áreas localizadas e a projetos pecuários.

São três as metas centrais [...]: a) internalizar na Bahia parte significativa do núcleo dinâmico da economia nacional, ou seja, fazer com se estendam ao território baiano os impulsos econômicos preferenciais, com a localização e o desenvolvimento no Estado de atividades consideradas prioritárias a nível nacional: a implantação de indústria de base, a agricultura de exportação e as atividades que compõem a presente etapa de substituição de importações”. Em seu conjunto essa meta visa desenvolver na Bahia atividades urbanas e industriais, a exemplo de complexos industriais [...], atividades agrícolas como as culturas de soja e do café, o reflorestamento.

Em nível nacional, em 1974 foram propostos pelo Governo Federal os Distritos Florestais, que objetivavam nortear as concessões de incentivos, já em diminuição, e incrementar, principalmente, a exportação de celulose, no interior das metas do I PNPC.

O projeto de Distritos Florestais propunha a criação de 30 polos, totalizando 4,2 milhões de hectares, dos quais 2,5 milhões deveriam estar com plantações até 1980. Eles ocupariam áreas de oito estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará. Cada polo teria uma dimensão em torno de 140 mil hectares, com duas indústrias no seu interior (GOLDENSTEIN, 1975, p. 170; GONÇALVES, 1994, p. 25-26). Esses polos seriam áreas aptas ao reflorestamento e que não tivessem uso agropecuário naquele momento, “[...] visando principalmente ao desenvolvimento das regiões mais pobres, sendo possível a implantação de projetos múltiplos.” (BRASIL, 1974 apud GOLDENSTEIN, 1975, p. 170).

dos segmentos prioritários a serem desenvolvidos no Estado. Nesta mesma direção o Instituto Miguel Calmon – IMIC (Carta IMIC, julho, 1989) destaca o setor de papel e celulose entre as prioridades para o desenvolvimento Bahia. Documento da CPE (1990) também ressalta as potencialidades e os elevados níveis de produtividade para o cultivo de eucaliptos e pinus no Estado da Bahia e, apesar de chamar atenção para baixa capacidade de absorção de mão-de-obra do setor, considera que a implantação de projetos industriais de papel e celulose terá significativa consequência sobre o setor terciário e industrial, além de contribuir para desenvolvimento de áreas do interior carentes de investimentos.” (PEDREIRA, 2008, p. 70)

¹⁰⁵ BAHIA. Governador (Roberto Figueira Santos) 1975-1979. **Diretrizes para a Ação Governamental**. Salvador: [s.n.], 1975.

¹⁰⁶ BAHIA. Governador (Antônio Carlos Magalhães) 1979-1983. **Diretrizes e Metas**. Salvador: [s.n.], 1979.

No bojo desse processo, o governo da Bahia submeteu ao IBDF o documento Zoneamento dos Distritos Florestais do Estado da Bahia, em 1976 (BAHIA, 1976). Ele apresentava proposta para a delimitação de dois polos no estado: um no Extremo Sul e outro no Litoral Norte.¹⁰⁷ O polo do Extremo Sul abrangia superfície de 3.042.000 hectares, em 16 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália. (BAHIA, 1976, p. 17)

É importante salientar que a elaboração do documento deu-se logo após a inauguração do trecho Vitória-Salvador da Rodovia Federal BR-101, em 1974, o que estava modificando o padrão de ocupação das terras, com a chegada dos madeireiros e pecuaristas em associação. Foi nesse mesmo momento que chegaram as primeiras *reflorestadoras*, facilitadas ainda pela natureza absenteísta dos fazendeiros locais e pela inexistência de atividades com “[...] grande relevância econômica estadual e nacional” (PEDREIRA, 2008, p. 83) no Extremo Sul. Segundo a Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2008d):

[...] A silvicultura surgiu como atividade econômica potencial a partir da década de 1970, com a criação do Distrito Florestal do Extremo Sul, resultado de incentivos públicos voltados para o reflorestamento na tentativa de recuperação das áreas intensamente devastadas. Entretanto, no processo de implantação, alguns dos poucos remanescentes da Mata Atlântica foram substituídos, independentemente dos níveis de recuperação ou degradação. [...]

Ao se confirmarem como vetores de desenvolvimento regional, a silvicultura e a indústria de papel e celulose, e mais recentemente o turismo, contribuem para alterar significativa e definitivamente o padrão de ocupação e uso do solo, elevando a região do patamar de condição econômica inexpressiva ao das mais dinâmicas do Estado, superando, inclusive, a tradicional região cacaueteira no Litoral Sul. (BAHIA, 2008d, p. 36-37)

O objetivo de formação dos dois Distritos Florestais no estado era: “[...] acelerar o ritmo de transformação econômica local, reduzindo-lhe a assincronia de mudança e a assimetria em relação a outras regiões do Estado já polarizadas em torno de distritos industriais.” (BAHIA, 1976, p. 17)

Ainda segundo o documento, haveria *efeitos propulsores benéficos* para esses locais, que resultariam na introdução de novas tecnologias no campo, na ampliação da renda da população, na promoção de economias externas e abertura de mercados que levariam ao

¹⁰⁷ Além desta proposta contendo dois Distritos Florestais, o governo da Bahia ainda elaborou, em 1979, uma proposta para a criação de um terceiro distrito, no Oeste/Além São Francisco. Dos três, apenas o Extremo Sul tem significativa área de plantação de árvores para fins industriais atualmente (PEDREIRA, 2008, p. 83). No Litoral Norte atua, desde 2003, a Bahia Specialty Celulose, empresa subsidiária da Sateri Holdings Limited que produz celulose solúvel no Polo Industrial de Camaçari.

desenvolvimento destas regiões. E a criação dos polos ainda traria as seguintes vantagens: possibilidade das *modernas técnicas* utilizadas nos plantios de árvores serem incorporadas por outras atividades agropecuárias; fixação de mão de obra não qualificada no campo e sua valorização com regularização jurídica das relações de trabalho; melhoria ou criação de infraestruturas regionais de transporte, “[...] necessária à circulação da riqueza”; e a criação de demanda de serviços como educação, saúde, habitação e alimentação, entre outros. (BAHIA, 1976, p. 12)

O governo da Bahia atentava para o fato de que algumas *reflorestadoras* já estavam comprando terras na região, e havia outras interessadas:

A Bahia, por sua posição geográfica e pela dotação de terra a baixo preço, para a prática de (re)florestamento, vem sendo solicitada por empresários nacionais e estrangeiros, **desejosos de adquirir extensas áreas e de obter facilidades governamentais** para a implantação de florestas e instalação de unidades processadoras de madeira. A potencialidade do Estado para as explorações florestais é imensa e decorre de um conjunto de condições favoráveis, tanto de ordem física, adaptabilidade ecológica e econômica das espécies vegetais, quanto socioeconômica. (BAHIA, 1976, p. 9, grifo nosso)

Assim, a implementação dos Distritos Florestais teve como objetivo, por um lado, atrair investimentos industriais para o estado, inserindo-se no projeto de desenvolvimento econômico do Brasil; e por outro, levar esse desenvolvimento para áreas consideradas *carentes* dele, por meio da modernização de atividades agrícolas, com a implantação de grandes empresas ligadas ao processo produtivo nacional e internacional, tidas como principais agentes para *disseminar* tecnologias e formas de produção empresariais para determinadas parcelas agrárias do território nacional (PEDREIRA, 2008, p. 70).

Podemos perceber, desde já, que esse discurso de desenvolvimento – o mesmo levado pela Aracruz ao norte do Espírito Santo, pela Veracel ao Extremo Sul da Bahia e que ainda se reproduz, por exemplo, na expansão da Suzano para o Maranhão e na chegada da Fibria e da Eldorado a Três Lagoas (MS) – não se efetiva concretamente. A ideia de disseminar tecnologias e melhorar a vida da população via implementação de grandes projetos agroindustriais realiza-se como falácia, servindo muito mais à reposição do capitalismo rentista no Brasil e blindando a possibilidade de desconcentração fundiária via reforma agrária, conforme vem sendo demonstrado por diversos autores, a exemplo de Almeida (2010, 2012a, 2012b) em publicações recentes sobre a chegada da Fibria e da Eldorado Celulose ao leste do Mato Grosso do Sul.

Para Paulino (2011), a lógica por trás de projetos e transformações que fazem aumentar a demanda por terras em determinadas regiões é a de aquecer o mercado fundiário, já que, quanto maior for a demanda, mais os proprietários poderão se locupletar, pois o preço da terra – diferentemente do preço de *coisas* que existem através do dispêndio de trabalho humano – é determinado primordialmente pela relação entre oferta e procura. E ainda, para a autora, o ocultamento desta lógica se dá justamente na tentativa de convencer a sociedade de que a reforma agrária e a garantia de território a indígenas e quilombolas, entre outros, seriam “[...] nocivas à economias nacionais”, segundo dois pontos de vista distintos: por um lado, os que defendem que este tipo de ocupação da terra e do território restringe a capacidade de expansão da produção – esquecendo que na verdade são, em grande maioria, as grandes propriedades as improdutivas, conforme já demonstrado; e por outro, os que entendem que, diante da dinâmica social contemporânea, essas ações seriam inócuas. (PAULINO, 2011, p. 107)

De qualquer forma, todos os incentivos, ao lado da criação do Distrito Florestal do Extremo Sul, favoreceram a chegada a essa região de empresas que tinham como objetivo, pelo menos aparente, a plantação de eucaliptos para produção de papel e celulose. Esse é o início da ideia de *vocação florestal* para essa região econômica do estado, demonstrando que não há nada de *natural* nesse processo.

Em 1974 já haviam sido plantados, por meio de incentivos fiscais e pela necessidade de reposição obrigatória de *florestas*, 6.299 hectares com eucaliptos no Extremo Sul da Bahia (BAHIA, 1976, p. 142). Já em 1982 foi contabilizado pelo IBDF uma área *reflorestada* de 23.758 hectares no Distrito Florestal do Extremo Sul (PEDREIRA, 2008, p. 83). Porém, ainda em 1974, a Aracruz Florestal S.A. e a Flonibra Empreendimentos Florestais S.A., subsidiária da Florestas Rio Doce (FRD), já haviam adquirido, respectivamente, 119 mil ha e 150 mil hectares de terras no distrito (BAHIA, 1976, p. 142).

Esses dados reforçam o argumento apresentado nas seções 2 e 3, de que muitas das empresas que buscaram subsídios naquele momento estavam mais interessadas nos próprios subsídios e na aquisição de terras, como reserva patrimonial e de valor, a fim de realizar a acumulação de capital, do que efetivamente em *reflorestar*, já que a área efetivamente plantada, em 1982, oito anos após o levantamento feito pelo governo da Bahia das áreas compradas por *reflorestadoras*, não chegava a 10% das terras adquiridas por duas das *reflorestadoras* que queriam *investir* na região¹⁰⁸.

¹⁰⁸ “Segundo a SEI [Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia], a disponibilidade de terras para reflorestamento no Extremo Sul totalizava 1.516.000 ha, sendo contabilizados 35.175 hectares implantados

Em relação especificamente à Aracruz, apesar de já possuir desde a década de 1970 terras no Extremo Sul da Bahia, o início dos plantios de eucalipto na região deu-se somente no final dos anos 1980, a fim de suprir de matéria-prima sua fábrica de celulose que estava em expansão no Espírito Santo¹⁰⁹ (GONÇALVES, 1994, p. 124). Mas outras terras foram adquiridas para esse fim:

As terras foram adquiridas [no final dos anos 1980] de pequenos produtores que cultivavam na região a cultura do mamão. Segundo o diretor de Desenvolvimento da Aracruz, Ciro de Oliveira Guimarães, a cultura do mamão já estava em decadência e, portanto, as terras foram transferidas para a empresa e para a Bahia Sul Celulose, a outra fabricante de celulose estabelecida na região. (GONÇALVES, 1994, p. 124)

Além disso, outros projetos de reflorestamento já haviam sido apresentados ao IBDF em 1974, pelas seguintes empresas: Florestal Acesita¹¹⁰; Agroflorestal Ouro Verde¹¹¹; Imasa; Tecniflora Agroflorestal; Empresa FRD e Sociedade Agrícola Madeireira de Itamaraju (BAHIA, 1976, p. 142).

Apesar da pouca informação sobre essas empresas, vale aqui tratar brevemente da chegada da CVRD, através de suas subsidiárias FRD e Flonibra, ao Extremo Sul baiano, como já comentado; e da Brasil Holanda Indústria S.A. (Bralanda), que foram as duas empresas citadas por entrevistados durante os trabalhos de campo realizados para esta dissertação como grandes proprietárias antes da chegada da Veracel, conforme veremos mais adiante. Além disso, Pedreira (2008, p. 84) menciona que, nos anos 1970, o empreendimento florestal que mais chamava atenção na região era o da Flonibra, e que, além dele:

Destacam-se também nesta época a BRALÂNDIA - Brasil Holanda Indústria S/A, madeireira com unidades industriais em Nanuque-MG, sede no Rio e áreas florestais em vários municípios do Extremo Sul e CAF Florestal LTDA., subsidiária da Belgo Mineira¹¹², com plantios de eucaliptos voltados para produção de carvão. (PEDREIRA, 2008, p. 84)

em 1983.” (PEDREIRA, 2008, p. 83)

¹⁰⁹ No final dos anos 1990 a Aracruz também passou a utilizar parte das terras no Extremo Sul baiano para a produção de madeira para a serraria que mantém em parceria com a Weywehaeuser, na *joint venture* Bahia Produtos de Madeira (anteriormente denominada Aracruz Produtos de Madeira), que tem sede no município de Nova Viçosa. (FIBRIA, 2013; PEDREIRA, 2008, p. 86)

¹¹⁰ Subsidiária da empresa Arcelormittal, é uma empresa siderúrgica que atua no extremo sul até hoje (ARCELOMITTAL, sítio eletrônico), sob a denominação CAF Santa Bárbara (ver nota de rodapé adiante). Segundo o Relatório de Sustentabilidade da empresa (2011), há atividade de silvicultura e produção de carvão vegetal nos municípios de Prado, Caravelas e Alcobaça, totalizando área de 63.614 km².

¹¹¹ Empresa mineira de carvão vegetal, com sede em Curvelo, que também possui terras no Extremo Sul baiano até hoje.

¹¹² A Belgo Mineira foi comprada pela Arcelormittal. Sua subsidiária, Companhia Agrícola e Florestal (CAF) Santa Bárbara foi criada em 1957 com objetivo de “[...] administrar toda a infra-estrutura implantada pela

5.3.1 As primeiras “reflorestadoras” do Extremo Sul da Bahia: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Bralanda

5.3.1.1 Bralanda

Segundo Barcellos (2008, p. 216), a Bralanda era uma empresa resultante de parceria entre grupos brasileiros e holandeses com finalidade de explorar madeira no norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Na década de 1970 também fazia parte do grupo de acionistas da Arflo (da qual possuía 3,92% das ações). Não conseguimos informações sobre seus plantios de árvores no Extremo Sul baiano, porém sabe-se que a empresa também era uma grande desmatadora, que fazia não só a extração da madeira, como tinha serrarias e realizava o beneficiamento das toras para geração de tacos para pavimentação, lâminas de compensado para móveis e outros fins; e ainda organizava suas transações comerciais internacionais (CERQUEIRA NETO, 2001, p. 80). A empresa teve forte atuação em Nanuque (MG), onde foi responsável pelo município tornar-se referência como polo madeireiro no estado. Ainda segundo Cerqueira Neto (2001, p. 80-81):

A indústria madeireira Bralanda adentrou em Nanuque, por volta dos anos [19]40, depois de efetuar, por longos anos, o desmatamento de áreas do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. [...] A Bralanda controlava seus parques industriais localizados, principalmente, no interior dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, através do seu escritório central no Rio de Janeiro, de onde efetuava as transações comerciais com o exterior, era a maior fábrica de compensados da América Latina.

A Bralanda chamou nossa atenção após uma conversa realizada no primeiro trabalho de campo com um Padre em Eunápolis, o qual afirmava já ter ouvido que há terras devolutas ocupadas pela Veracel que antes eram ocupadas pela Bralanda, grande proprietária de terras da região *antigamente*.

Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (1992, p. 13), a Bralanda “Tem

Arcelormittal Aços Longos voltada às atividades de reflorestamento e carvoejamento. Nos anos seguintes, a CAF transformou-s num dos mais importantes e estratégicos negócios da Arcelormittal Aços Longos-Mineira. Era responsável pela sustentação do crescimento industrial, dentro de uma política de busca constante da auto-suficiência de carvão vegetal, além de possibilitar investimentos estratégicos no setor agropecuário”. (ARCELORMITTAL, 2013). Assim, atua na região até hoje, conforme citado na precedente nota de rodapé.

grilado terras e expulsado posseiros com mais de 30 anos de ocupação.” Também faz mais de três décadas que correm na justiça diversas ações contra a empresa, por grilagem, expulsão de posseiros e indígenas¹¹³ e violência física contra antigos ocupantes¹¹⁴. Entre 1979 e 1980, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia realizou a chamada “CPI da Grilagem”, para apurar as irregularidades na aquisição de terras no estado, na qual foram chamados para depor posseiros expropriados pela empresa na região de Vale Verde, município de Porto Seguro¹¹⁵.

Já em 1995, quando tramitava na justiça a desapropriação de terras a favor do Ibama para a criação do Parque Nacional do Pau Brasil (município de Porto Seguro – BA), incluindo 11 mil hectares que há três décadas estavam sob o domínio da Bralanda, foi efetuado um Edital de Protesto Judicial contra a Alienação destas terras, no dia 17 de outubro, em função da existência de 30 ações possessórias movidas contra a empresa entre o final dos anos 1970 e início dos 1980. Esse edital, por sua vez, foi ignorado tanto pela empresa quanto pelo Ibama, o que levou ao pagamento da área pelo Ibama para a empresa com vistas à criação do parque. Ele foi instituído em 1999, com área de 18.934 hectares. (GUERRA, 2010a)

As trinta ações possessórias movidas pelos posseiros há três décadas continuam tramitando. Depois de tanto tempo esperando um julgamento, em 2007 o Supremo Tribunal de Justiça solicitou à comarca de Porto Seguro que retomasse o andamento das ações, as quais a empresa ganhou em primeira instância. Porém, no final de 2010, foi emitido um despacho pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia, que determinava:

¹¹³ “Alguns dos entrevistados nas comunidades Pataxó [...] afirmaram que a Bralanda, após expulsa-los, contratou-os para trabalhar retirando madeira.” (AGOSTINHO DA SILVA et al, 2008, p. 240). Em 2003 os Pataxó retomaram parte desta área, que naquele momento já fazia parte do Parque Nacional do Descobrimento: “[os Pataxó] retomaram a área por considerarem-na parte do patrimônio Pataxó que está sendo revisto pela FUNAI no laudo de demarcação de Corumbauzinho e revisão de Barra Velha.” (AGOSTINHO DA SILVA et al, 2008, p. 632)

¹¹⁴ Inclusive no livro **Retrato da Repressão Política no Campo (Brasil 1962-1985) - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**, organizado por Carneiro (2010, p. 146), são citados dois posseiros que foram mortos em função das ações da empresa: “João Fortunato dos Santos e Hildo Fortunato dos Santos, pai e filho, ambos posseiros na localidade de Cumuruxatiba, município do Prado, [foram] mortos em dezembro de 1983, num tiroteio com a polícia, que defendia interesses da Bralanda Reflorestamento. A esposa de João Fortunato, após a morte do marido e do filho, ficou com distúrbios psiquiátricos.” A publicação também cita outro caso de expulsão e grilagem efetuado pela Bralanda: “Petronílio Costa Farias, posseiro, morador de Vale Verde, município de Porto Seguro, [foi] morto em Eunápolis em 1979. Pouco antes de ser assassinado, ele foi expulso de suas terras – uma área superior a 10 alqueires – invadidas pela Bralanda Reflorestamento, numa ação envolvendo a polícia e a guarda da empresa. Em setembro daquele ano, foi espancado a pauladas e morreu no hospital.” (CARNEIRO, 2010, p. 147).

¹¹⁵ “Guilherme Menezes [deputado federal pelo PT-BA nas legislaturas 2003-2007 e 2007-2011, sendo que nesta última, renunciou ao cargo em 1 de janeiro de 1999 para assumir a prefeitura de Vitória da Conquista] lembra que a grilagem praticada pela Bralanda foi confirmada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia do Estado da Bahia. De acordo com o deputado, a empresa violou o direito à integridade física, à dignidade e à vida de mais de 300 posseiros. A Bralanda teria promovido ações de perseguição e violência que resultaram em desaparecimentos e na morte de 10 pessoas.” (ARAÚJO JUNIOR, 2006)

[...] a anulação dos títulos com os quais a multinacional Brasil Holanda (Bralanda) se apossou de mais de 30 mil hectares de terras no Vale Verde, município de Porto Seguro, classifica como “ilícito cometido pelo Estado da Bahia” a emissão dos títulos em favor da Bralanda, e reconhece a posse das referidas propriedades aos posseiros que lá viviam e foram expulsos pela multinacional. (GUERRA, 2010a)

O despacho também reconheceu a violência no processo de obtenção das áreas pela Bralanda, com “uso de armas de fogo e muita agressão”, e que nenhum posseiro foi ouvido durante o processo de demarcação do Parque Nacional (GUERRA, 2010b).

O despacho ainda cita os diretores da multinacional residentes no Rio de Janeiro, já que, segundo Guerra (2010b), foram em torno de 20 diretores e ex-funcionários da Bralanda que adquiriram irregularmente grandes quantidades de terras no Vale Verde, via pedido de legalização de posse – o que não seria legalmente possível, já que não residiam no lugar nem produziam nele – e depois transferiram as terras à multinacional. Ou seja, ela havia efetuado o mesmo procedimento que a Aracruz Celulose para obtenção irregular de terras do Estado.

Em 2011, a Associação Rio da Barra dos Pequenos Proprietários de Terra no Vale Verde entrou com ação no MPF para que sejam apurados os atos de violência e maus-tratos dos posseiros pelos gestores da Bralanda. Até junho de 2013, não havia resolução final do caso.

5.3.1.2 CVRD

A CVRD foi criada em 1942 pelo governo Getúlio Vargas com objetivo de explorar as minas de ferro na região de Itabira (MG). Em 1966, no contexto de diversificação das atividades da empresa, iniciaram-se estudos para um projeto de produção de celulose utilizando os plantios homogêneos de árvores da empresa. No ano seguinte foi criada a subsidiária FRD, para realização de *reflorestamento* no Vale do Rio Doce (MG) (VALE S.A., 2012, p. 116). Já em 1969 foi criada a Docemade, outra subsidiária que tinha como objetivo auxiliar a FRD. Nesse momento, a CVDR estudava a viabilização de produção de cavacos de madeira e, eventualmente, celulose para exportação a partir de suas plantações de árvores (constituídas também para a produção de dormentes). (GONÇALVES, 1994, p. 76)

Este movimento de criação de subsidiárias florestais pode ser melhor compreendido quando contextualizado numa outra decisão tomada em 1967, quando foram

iniciadas as negociações entre a CVRD e grupos japoneses visando a exportação de cavacos e/ou polpa de madeira e quando a CVRD estudava a viabilidade de produzir celulose no médio Rio Doce.

O período 1972 a 1982 é caracterizado pela diversificação de seus produtos: celulose, reflorestamento, fertilizantes fosfatados, bauxita, mineração, entre outros, solidificados pela assinatura, em 1972, de vários convênios. Entre eles destacam-se os realizados com:

- 1) A Japan Brazil Pulp Resources Development Co. - JBP para a implantação de uma fábrica de celulose em Minas Gerais, a Cenibra e estudos para a criação da FLONIBRA; e
- 2) a ALCAN Aluminium Ltd. para a exploração da bauxita na Bacia do Rio Amazonas. (GONÇALVES, 1994, p. 75)

Isso ocorreu após o Japão ter se tornado o principal comprador da CVDR, e assim nasceu a *joint venture* Cenibra, em 1974, com venda garantida de 50% de sua produção para exportação, pelo grupo de empresas japonesas denominado JBP¹¹⁶. No bojo desse acordo também foi criada a Flonibra, que teve origem em estudos do final da década de 1960 para implantação de empreendimento *florestal* focado principalmente nos estados da Bahia e Espírito Santo e previa produção de celulose ou de chips de madeira no Brasil, para ser vendida à JBP. A empresa também foi criada com objetivo de obter recursos estatais no Japão e Brasil para os empreendimentos conjuntos da JBP e da CVDR. (GONÇALVES, 1994, p. 78-80)

A perspectiva da Flonibra era obter 400 mil hectares de terras nos dois estados. Ela possuía sede em Vitória (ES), e com recursos do Fiset implementou plantios em torno dos municípios de São Mateus (ES) e Teixeira de Freitas e Eunápolis (Extremo Sul da Bahia). (GONÇALVES, 1994, p. 78-80; PEDREIRA, 2008, p. 84-85). “A estimativa era de produzir 6.000.000 de t/ano de cavacos, sendo 50% comercializados diretamente nesta forma e os outros 50% utilizados para produzir 765.000 toneladas anuais de celulose em seis fábricas a serem futuramente implantadas.” (GONÇALVES, 1994, p. 79).

Segundo José Antônio, assentado no Projeto São Miguel (Santa Cruz Cabrália), em entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011: “Muita terra foi vendida para a Flonibra e aquela Vale do Rio Doce, antes da Veracel, das antigas fazendas. Esses fazendeiros foram comprar terra no Pará [...] os pequenos, sem lugar pra ir, foram para as cidades, mas só sabe[iam] o que é da roça [...]”.

¹¹⁶ Vale lembrar que a implementação da fábrica da Cenibra foi beneficiada por apoio estatal, via BNDE, já que ela cumpria os requisitos de capacidade de produção mínimos estabelecidos (500 t/dia com perspectiva de ampliação). “O projeto inicial da fábrica, cuja capacidade inicial de produção era estimada em 750 t/dia (ou 255 mil t/ano), encontrava-se perfeitamente enquadrado nos propósitos de estimular a instalação de grandes grupos no país. Mais ainda, ele já previa uma expansão que tornasse possível atingir o patamar mínimo fixado de 1.000 toneladas diárias.” (GONÇALVES, 1994, p. 81)

A Flonibra tinha projetos de construção de duas fábricas na década de 1970, uma no norte do Espírito Santo e outra no Sul da Bahia, locais onde investiu em plantações – inclusive parte delas foram adquiridas pela Veracel, como veremos adiante. Porém, com a formação da joint venture com a japonesa JBP, que formou a Cenibra, em Minas Gerais, os projetos e plantações da Bahia e Espírito Santo ficaram estacionados (FANZERES, 2005, p. 93) e assim, em 1989 ela foi extinta, e suas terras permutadas por ativos florestais da FRD. Logo após a permuta, áreas da ex-Flonibra foram incorporadas ao patrimônio da Cenibra Florestal. “A Cenibra Florestal já nasce, então, com 155 mil ha de terra, sendo 88 mil ha reflorestados e 48 mil para preservação.” (GONÇALVES, 1994, p. 80). Além destas áreas, a CVDR ainda detinha, através da FRD, 140.847 hectares no Extremo Sul da Bahia, dos quais, em 1984, 36.642 estavam ocupados com plantações homogêneas (GONÇALVES, 1994, p. 80; PEDREIRA, 2008, p. 85).

Neste mesmo ano (1984), a FRD possuía, somando seus quatro núcleos florestais (norte de Minas Gerais, norte do Espírito Santo, Extremo Sul da Bahia e em municípios próximos à Pindaré-Mirim – MA –, no Maranhão e Pará) 447.580 hectares de terras, dos quais 130 mil eram ocupados com plantios homogêneos, principalmente eucaliptos.

Tabela 15 – Distribuição das áreas da Florestas Rio Doce (FRD) (1984)

Regiões	Área total (ha)	Área plantada (ha)
Rio Doce (MG)	59.876	15.685
Jequitinhonha (MG)	148.797	37.265
Ubá (MG)	2.867	-
Espírito Santo	76.448	39.736
Bahia	140.847	36.542
Maranhão/Pará	18.700	321
Total	447.580	124.549

Fonte: Gonçalves (1994, p. 81).

Pouco depois, em 1987, constituiu-se no extremo sul a BSC, um investimento conjunto da Suzano Papel e Celulose e da CVRD, via sua subsidiária FRD. E, também como já discutimos, há diversos relatos de violência e irregularidades em torno da apropriação das terras pela Flonibra, que posteriormente seriam negociadas para a Bahia Sul Celulose e também para a então Veracruz Celulose, posteriormente chamada de Veracel.

A existência de plantios já efetuados anteriormente, pela Flonibra, permitiu à BSC a diminuição dos custos de implantação, não só financeiramente, como socialmente, já que todos os *problemas* relacionados à aquisição das terras ficaram em nome das subsidiárias da CVRD. “Assim, o *'know-how'* da Suzano e as reservas de terras e florestas da CVRD

constituíam-se em vantagens intersetoriais, promovendo a redução de custos e favorecendo competitividade”. (PEDREIRA, 2008, p. 85)

Procuramos aqui demonstrar como esse projeto para o desenvolvimento da atividade de silvicultura no extremo sul contém, inelutavelmente, uma característica concentradora e excludente no que diz respeito à propriedade da terra.

O grande projeto de implantação da eucaliptocultura, no sul do Estado, revela a política de concentração das atividades, no setor, com a compra de terras e o financiamento estatal, com consequências para o ambiente e, nesse caso, para a reconfiguração da estrutura agrária e agrícola. O modelo inicial, já no final da política de modernização da agricultura, pode-se verificar pelos níveis de financiamento junto à indústria de Celulose e de Papel. [...] No conjunto dos incentivos fiscais, a concentração fundiária era evidente pelo mesmo discurso de ampliação da base florestal para o nordeste – terras disponíveis e baratas. (OLIVEIRA, 2012, p. 148)

Assim, entre a década de 1970 e de 1990, desenhou-se para o Extremo Sul da Bahia um novo lugar na divisão territorial do trabalho, a partir de sua transformação em um polo de plantações de árvores com fins industriais, planejado pelo Estado (em seus diversos níveis de atuação), e também com importante participação da empresa estatal CVDR, através de suas subsidiárias.

Mas, foi somente nas décadas de 1990 e 2000 que ocorreu o amento vertiginoso de plantações de eucaliptos na região, principalmente através da atuação da BSC (atualmente Suzano) e da Veracel, conforme aponta o documento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) denominado **Uso Atual das Terras - Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha:**

Este mapeamento tem como referência o estudo anterior “Uso das Terras do Centro Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia” [1994] [...]. A espacialização do uso no referido trabalho identificou as pastagens como o padrão predominante [no extremo sul], seguido pela vegetação natural, incluindo os remanescentes de florestas e a vegetação secundária em vários estádios de regeneração. Posteriormente aparecia a silvicultura, em fase de expansão, nos municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, ocupando preferencialmente os topos dos tabuleiros, com plantios de eucalipto quase exclusivamente na margem direita (sentido norte) da BR-101 até o limite da Planície Litorânea.

Nessa atualização as pastagens continuam ocupando a maior extensão da área mapeada, entretanto, registrou-se uma redução considerável em razão do avanço da silvicultura, sendo substituída pela monocultura de eucalipto, constituindo o segundo maior padrão de uso em extensão, suplantando a vegetação natural, que também foi subtraída para dar lugar a novas pastagens, culturas e eucalipto. As empresas reflorestadoras continuam ampliando as áreas reflorestadas buscando suprir demandas das duas unidades industriais de celulose presentes na região. [Suzano Bahia Sul e Veracel Celulose]

Na espacialização anterior, o eucalipto encontrava-se restrito a quatro municípios e em posição específica na paisagem, ocupando exclusivamente os tabuleiros, avançando atualmente em outras posições e direções. Ele encontra-se presente em quase todos os municípios que compõe a região, sendo que em Itamaraju, Itanhém e Ibirapôa foram criadas leis municipais que proíbem o seu plantio. Nos demais municípios a tendência é a expansão [...]. (BAHIA, 2008d, p. 45)

Podemos perceber que além do interesse nos negócios em si da celulose e do *reflorestamento*, muito do que foi construído pelo Estado apoiou também a continuidade do capitalismo rentista nesta parcela do território brasileiro durante duas décadas. Posteriormente, a região efetivamente se especializou produtivamente na produção de celulose, a partir da expansão das formas capitalistas de produção da campo, fruto da modernização da agricultura, assentadas na divisão social do trabalho e que impõe sua especialização para o aumento da produtividade e competitividade via incorporação de grandes áreas. Essa forma, que se iniciou no sul e sudeste do país, se espalhou para outras regiões com o esgotamento das terras e necessidade de aumento da competitividade, via incorporação de grandes áreas. (ALMEIDA, 2010, p. 8)

Mesmo assim, não se invalida o argumento da continuidade do rentismo, como veremos, já que, especificamente a Veracel, estudo de caso do presente trabalho, baseia suas atividades, entre outras coisas, na extração da renda, e também atua nos negócios da terra.

6 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO EFETUADA PELA VERACEL CELULOSE

6.1 A IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANTIOS E DO COMPLEXO FABRIL

Retomando elementos já colocados, no final da década de 1980 o país já era um exportador em grande escala de celulose, e detinha uma estrutura de produção altamente modernizada, com forte concentração de capitais e produção em grande escala (JOLY, 2007, p. 36; GOLDENSTEIN, 1975, p. 190). Além disso, com os incentivos governamentais, coroados com a criação do Distrito Florestal do extremo sul da Bahia, essa parcela do território começou a observar uma mudança do seu *lugar* na divisão territorial do trabalho, com a posterior especialização da produção via implementação de grandes plantios de eucalipto para a produção de celulose pela Suzano Bahia Sul e pela Veracel Celulose. Esta última tem plantações em dez municípios do Extremo Sul da Bahia e uma unidade fabril de produção de celulose localizada na zona rural de Eunápolis.

Sua chegada e atividades são alvos das mais distintas análises e sentimentos por parte da população local; além de haver inúmeras possibilidades de reflexões a respeito da atuação da empresa: seus impactos na geração de renda; a melhoria das infraestruturas básicas na região; os *impactos* ambientais; os programas sociais com as populações do entorno da fábrica; as políticas públicas que favoreceram sua implementação e manutenção de suas atividades; o trabalho no eucaliptal, entre tantos outros.

Não é o objetivo aqui dar conta de todas as possibilidades de desdobramento em relação à atuação da empresa, que são muitos. A breve introdução que segue tem papel apenas de contextualizar a chegada e atuação da empresa no extremo sul da Bahia a partir de três pontos que mais chamaram minha atenção a partir dos trabalhos de campo e leituras efetuadas: a obtenção dos licenciamentos ambientais dos plantios da Veracel; a construção da fábrica e a decisão quanto à localização desta; e o projeto – adiado, por ora – de ampliação do complexo industrial da empresa.

Depois desta introdução, partiremos para as análises que nos interessam mais diretamente, quais sejam, a materialização da territorialização do monopólio efetuada pela Veracel Celulose, e o processo, implicado ao primeiro, de aumento de luta por terra e território em paralelo à expansão da área ocupada pela empresa.

MUNICÍPIOS EM QUE HÁ PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO DA VERACEL CELULOSE - BAHIA

Mapa 3 – Municípios onde a Veracel Celulose tem plantações de eucalipto

6.1.1 A concessão de licenças ambientais para a Veracel Celulose

A Veracruz Florestal (atual Veracel) foi criada em 1991 pela Holding Odebrecht S.A.¹¹⁷. A Construtora Norberto Odebrecht S.A, que foi instituída no início da década de 1950, inicialmente atuava nos ramos da construção e engenharia, e a partir do final da década de 1970 iniciou uma política de diversificação de suas atividades. Em 1981 se transformou em um grupo econômico do tipo *holding*, com objetivo de dirigir a expansão de sua atuação para outros setores da economia, dando continuidade ao processo de acumulação e reprodução ampliada do capital efetuado por ela. Segundo análise de Gonçalves (1994), é necessário entender que um grupo de empresas centralizadas por uma *holding*, que detém a propriedade do capital de todas elas, transforma essa união em algo mais que uma mera reunião ou conjunto:

O surgimento dos grupos econômicos é uma decorrência do crescimento patrimonial e financeiro da grande empresa capitalista, processo que, por sua vez, está associado ao processo mais geral da acumulação (concentração e centralização) do capital. Entretanto, a expansão quantitativa da empresa capitalista implica numa mudança qualitativa a partir do momento em que ela se configura como grupo econômico. Isto porque essa expansão, ao colocar um conjunto de empresas sob o mesmo comando, leva a uma articulação das decisões de cada uma delas, que passam a ser orientadas para um objetivo comum.

Em outras palavras, significa que a atuação de cada empresa pertencente a um grupo econômico é conduzida no sentido de se obter um resultado final melhor (leia-se: lucro maior) do que aquele que seria obtido se elas estivessem atuando isoladamente, concorrendo ou não entre si. (GONÇALVES, 1994, p. 130)

No contexto de diversificação das atividades, a Odebrecht decidiu investir no setor de celulose, com a criação da Veracruz Florestal Ltda. A empresa, na época, explicou a razão de sua entrada neste ramo da economia afirmando que ele “exige uma escala de produção

¹¹⁷ As origens da Odebrecht remontam a 1919, quando foi criada a empresa Osaac Gondim e Odebrecht, em Recife, que atuava na construção civil. A empresa migrou para a capital da Bahia em 1926, e em 1936 mudou de nome para Emílio Odebrecht e Cia. A partir de 1936 passou a ser gerida por Norberto Odebrecht, filho do fundador. Já em 1954 a empresa se transformou em uma sociedade anônima, denominada Norberto Odebrecht S.A. (CNO). “Com a implantação de parques industriais em outros estados do nordeste promovida pela SUDENE, a CNO expande-se para fora do estado da Bahia. A empresa atua na construção de fábricas para empresas do sul do país que se dirigiam para a região. A expansão para o centro-sul do país ocorre na década de 70, quando a CNO vence as concorrências para construção do Aeroporto do Galeão, da Sede da Petrobrás e da Universidade do Estado da Guanabara.” (GONÇALVES, 1994, p. 136) A Holding Odebrecht S.A foi criada em 1981, a fim de gerir as empresas do grupo – naquele momento já em diversificação. Atualmente, a holding tem as seguintes empresas auxiliares e instituições complementares: Odebrecht Infraestrutura, Odebrecht Engenharia Industrial, Odebrecht Realizações Imobiliárias, Odebrecht *Oil and Gas*, Odebrecht *Transport*, Foz do Brasil, Odebrecht *Properties*, Odebrecht *Latininvest*, Braskem, Odebrecht Agroindustrial, Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Odebrecht Defesa e Tecnologia, Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., Odeprev, Odebrecht Participações e Investimentos. (ODEBRECHT, sítio eletrônico)

compatível com o tamanho do grupo” (GONÇALVES, 1994, p. 132-133). Ou seja, retomando o argumento exposto anteriormente, o setor de celulose impõe certas “barreiras” para entrada de novas empresas, as quais só podem ser quebradas por grupos que detenham grande massa de capital disponível para um investimento de longo prazo, como é o caso da Odebrecht.

Ainda em 1991 a empresa arrendou 85 propriedades da FRD para iniciar o empreendimento, conforme será abordado mais à frente, e segundo ela própria afirma (VERACEL CELULOSE, 2002), em 1992 iniciou a plantio de eucalipto nas terras arrendadas, que posteriormente foram permutadas com a subsidiária da CVRD.

O que não é divulgado pela empresa é que ela só recebeu autorização do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam – órgão então ligado ao Instituto de Meio Ambiente da Bahia – IMA, atualmente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema) para iniciar os plantios em 1993, através da resoluções nº 707 e 708, de 19 de janeiro, ou seja, iniciou suas operações de maneira irregular. A Licença de Localização do “empreendimento florestal” (resolução nº 708) tinha validade de cinco anos, e autorizava o plantio de eucaliptos sob as seguintes condicionantes: a aquisição de terras para o reflorestamento deveria ser feita somente em áreas já degradadas por ações antrópicas; era proibida a aquisição de terras para plantio de eucalipto em áreas onde houvesse mata atlântica, cerrado ou caatinga; as APP e RL deveriam ser mantidas sob sua propriedade, sendo proibido o repasse a terceiros; e a compra de terras com menos de 50 hectares somente poderia ser feita mediante aprovação dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios onde se localizasse a propriedade. (CUNHA, 2008, p. 14-17)

Já a Licença de Implantação (Resolução nº 707), que tinha validade de três anos, permitia o plantio de 47.140 hectares (exatamente a quantidade de terras permutadas com a FRD) nos municípios de Porto Seguro, Eunápolis, Santa Cruz Cabralia, Belmonte e Prado¹¹⁸. A licença exigia que a empresa submetesse anualmente ao órgão ambiental, para devida aprovação, as áreas a serem plantadas, além de mais sete condicionantes. (CUNHA, 2008, p. 14-17)

Neste momento começaram a ser feitos também os estudos para a implementação da fábrica de celulose, que, segundo as previsões à época, demandaria 85% do investimento total previsto de US\$ 1,3 bilhão. A Odebrecht pretendia participar com 45% do montante de investimento e realizar parceria com mais dois sócios, sendo um deles internacional, que

¹¹⁸ Nos documentos lidos da própria empresa, não encontramos nenhuma informação sobre atividades no município de Prado. No cadastro de imóveis do Incra de 2003, consta uma propriedade da Veracel Celulose neste município, a fazenda Refúgio, média propriedade improdutivo de 367 hectares.

detivesse “a nível de excelência, a cultura do negócio” (GONÇALVES, 1994, p. 145). Essa parceria se efetivou em 1997, com a Stora Kopparbergs¹¹⁹ (posteriormente denominada Stora Enso), no momento em que a multinacional estava expandindo suas atividades para países *periféricos*, conforme observado anteriormente.

Em 1998 o nome da empresa foi alterado para Veracel Celulose, e em 2000 o segundo parceiro previsto se juntou ao empreendimento: a Aracruz Celulose – que já possuía terras na região e tinha interesse em expandir sua área de atuação no extremo sul da Bahia (FERREIRA, 2002, p. 138), conforme já discutido – comprou 40% das ações da Odebrecht na Veracel e 5% das ações da Stora Enso. Pouco depois, em 2002, a Odebrecht vendeu o restante de suas ações, saindo da empresa, e a *joint venture* passou a pertencer 50% à Stora Enso e 50% à Aracruz Celulose. (VERACEL CELULOSE, 2006) Essa composição acionária se mantém até hoje.

Com esta composição, a Veracel consta no Cadastro de Terras Estrangeiras do Incra, incluindo dois de seus municípios de atuação entre os que têm maior quantidade de áreas por parte de não brasileiros na área rural (OLIVEIRA, 2010). Em função disto, segundo o artigo 5º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.709, de 9 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiros residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil:

Art. 5º A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o artigo 15.

§ 1º As pessoas de mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste artigo.

§ 2º Ficam excluídas das restrições deste artigo as aquisições de áreas rurais:

I - Inferiores a 3 (três) módulos;

II - Que tiveram sido objeto de compra e venda, de promessa de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, constante de escritura pública ou de documento particular devidamente protocolado na circunscrição imobiliária competente, e cadastrada no INCRA em nome do promitente-comprador, antes de 10 de março de 1969;

III - Quando o adquirente tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens. (BRASIL, 1974, grifo nosso)

Isto traz algumas implicações para a análise da aquisição de terras por ela, que será abordada mais à frente. Porém, vale a apontar a esse respeito que a empresa nega ser estrangeira:

¹¹⁹ Em 1999 A empresa sueca Stora Kopparbergs se fundiu à finlandesa Enso Treasury Amsterdam BV, criando a Stora Enso.

A empresa que aparece como maior proprietária [estrangeira de terras no estado da Bahia], a Veracel Celulose, na Bahia, com 204 mil hectares, afirma ser uma empresa brasileira, embora 50% do seu capital seja da multinacional sueco-finlandesa Stora Enso, uma das maiores empresas de produção de papel do mundo. Em segundo lugar, aparece a concorrente International Paper do Brasil, uma empresa americana com sede no Tennessee e atuação em 20 países. [...] A legislação brasileira dificulta a identificação do capital estrangeiro. Uma multinacional pode criar uma empresa no Brasil com apenas 1% de capital nacional. Ainda assim, será brasileira. Ela poderá registrar as suas terras em cartório como empresa nacional e ficar fora do cadastro do Incra. [...] Questionada por que o seu nome aparece como empresa estrangeira no cadastro do Incra, a direção da empresa [Veracel Celulose] respondeu: 'Independentemente da origem dos acionistas, a Veracel é uma empresa brasileira e todas as suas terras foram adquiridas e registradas em seu nome'. A concentração de terras em alguns municípios impressiona. Só em Santa Cruz de Cabrália são 56 mil hectares. Em Eunápolis, são mais 48 mil. A multinacional dispõe de mais da metade de todas as terras estrangeiras registradas na Bahia. (VAZ, 2010, p.1)

Veremos ao longo desta seção mais detalhadamente a área ocupada pela empresa em cada município. Por ora, voltemos ao início das atividades da empresa. Em 1992, houve diversos conflitos com movimentos ambientalistas da região, pois em pelo menos 28 das propriedades permutadas com a FRD havia remanescentes de Mata Atlântica, que foram, em parte, derrubados com tratores e “correntões” ilegalmente. (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 18-20; CUNHA, 2008, p. 19-20)

Esse fato foi divulgado por diversas ONGs, o que levou à abertura de uma ACP pelo MPF em 1993, que, após confirmar as denúncias, determinou a paralisação de quaisquer atividades da Veracruz. Além disso, o MPF fez propostas de ações de reparação à serem cumpridas pela empresa. Entre elas, destacavam-se: replantar a mata atlântica e os aceiros que havia desmatado; pagar, através de multa, pela extração ilegal da madeira; apresentar o EIA-Rima relativo à atividade florestal da empresa no prazo de 180 dias¹²⁰; e tornar a Fazenda Americana, propriedade da empresa com 6.100 hectares, Área de Preservação Ambiental (APA), em função de sua grande biodiversidade. Ironicamente, esta área se tornou a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel, maior *cartão postal* da empresa em relação à responsabilidade ambiental.¹²¹ (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 23-25; CUNHA, 2008, p. 20)

¹²⁰ O EIA-Rima deveria ter sido requerido pelo Cepam para avaliar o pedido das licenças de localização e implementação dos plantios, porém, eles foram aprovados sem este documento, e só foi exigido que a empresa o fizesse após a comprovação de desmatamento efetuada a partir da pressão de ONGs e movimentos da região.

¹²¹ “A pressão sobre a Mata Atlântica continuou mesmo com a proibição de plantio em áreas de mata nativa. Proprietários rurais interessados em vender suas terras para a Veracel desmatam suas propriedades e conseguem fazer negócio. O ônus do desmatamento fica com o proprietário e não com a Veracel. Mesmo com o condicionante das licenças ambientais e o compromisso da empresa de não realizar plantios em áreas de Mata Atlântica a partir de 1994, como determina a legislação vigente, foi constatado que isso aconteceu em algumas áreas, pelo estudo preliminar realizado pela ONG Flora Brasil, na região do Extremo Sul da Bahia. Através de análise de imagens do satélite Landsat 5, essa ONG identificou que, entre 1996 e 2004, ocorreu uma conversão

A ação demorou 15 anos para ser julgada, e em 2008, quando o foi, determinou que a empresa pagasse uma multa de R\$ 20 milhões pelos 33 mil hectares desmatados¹²². (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 24) Além disso, segundo Lerrer e Wilkinson (2012, p. 9), a sentença determinava que a empresa deveria cortar todos os eucaliptos plantados sem licença e replantar espécies de mata atlântica nestes locais, e também anulava todas as licenças ambientais da Veracel Celulose. Segundo o promotor de justiça de Eunápolis João Alves Neto, entrevistado em julho de 2012:

Léa: Conte como o Senhor se tornou promotor de justiça aqui.

João Alves: Cheguei aqui na região em junho de [19]91 mais ou menos, em Guaratinga. Eu já atuava aqui como substituto. Então foi o período que coincidiu, pelo menos com a formalização [da Veracruz Florestal], [...] Os plantios iniciaram no começo de 90, muitos deles inclusive sem licença.

Léa: Então desde essa época já teve problema com a empresa?

Já, tanto teve problema que depois uma decisão da Justiça Federal declarou nula todas as supostas licenças. [...] E a decisão da justiça federal, então, declarou isso e anulou todas as licenças ainda que tinham sido concedidas pelo Cepram à época. Declarou tudo nulo, aí condenou a Veracel em R\$20 milhões por conta de um desmatamento que ela fez. Esse caso ficou conhecido.

Léa: E eles chegaram a pagar essa multa?

Não. Eles recorreram, apelaram, o recurso teve efeito suspensivo e continuam atuando, mas com essa situação pendente.

Foi exatamente no contexto de mobilizações contrárias às primeiras atividades da empresa que surgiu no Extremo Sul, com sede em Eunápolis, o Cepedes, organização que, entre outras ações, articula diversos movimentos e ONGs que formam uma frente crítica à atuação da Veracel e de outras empresas monocultoras na região; e também compõe frentes nacionais e internacionais combativas à monocultura de árvores, como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde¹²³. Ivonete Gonçalves de Souza, uma das fundadoras e atuantes no Cepedes até

de mata nativa em eucalipto em 14.709 ha, boa parte de responsabilidade da Veracel.” (CUNHA, 2008)

¹²² Segundo consta no *site* da Veracel: “A empresa não desmatou nenhuma área em regeneração”. Entre 1992 e 2004 a empresa usava os recursos então disponíveis – fotos em papel, para planejar e realizar o plantio de eucalipto. Em 2004, adotou dois novos procedimentos: contratou a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (Funcate), para avaliar uso/ocupação do solo na região e o plantio de eucalipto entre 1987 e 2003, e passou a trabalhar com imagens em computador, georeferenciadas. Além disso, ainda em 2005, fez uma comparação dos resultados do relatório da Funcate com as informações de seu banco de dados e identificou que algumas áreas tinham sido incorretamente ocupadas com plantio de eucalipto (um total de 1.203 ha distribuídos em mais de 200 pontos dispersos – o que representava menos do que 1,7% da área plantada). Este fato foi prontamente e voluntariamente informado pela empresa ao Centro de Recursos Ambientais (CRA – atual Instituto de Meio Ambiente – IMA) em 3 de novembro de 2005, por meio do Ofício AMB 52/2005 e anexos.

Para sua surpresa, em 26 de dezembro de 2005 a empresa foi notificada formalmente de uma multa emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em 8 de janeiro de 2006, o CRA e a Veracel assinaram o Termo de Compromisso (TAC) para a regularização ambiental dos 1.203 ha. Em 18 de Junho de 2007, foi emitido pelo CRA um Parecer Técnico evidenciando, por meio de fiscalização, que as obrigações assumidas pela Veracel tinham sido quitadas e o Termo de Compromisso integralmente cumprido.”

¹²³ A Rede Alerta Contra o Deserto Verde é uma entidade que agrupa pessoas, coletivos, movimentos e entidades

hoje, contou um pouco da história da entidade, que curiosamente nasceu no mesmo momento que a Veracel:

Léa: Se você puder contar um pouco da história do CEPEDES...

Ivonete Souza: O nascimento do Cepedes foi, coincidentemente, no mesmo período em que a empresa de celulose [Veracel] estava chegando, e que começaram os desmatamentos. Foi em 1991, quando um grupo de pessoas (professores, profissionais liberais, estudantes, sindicalistas) se reuniram com a necessidade de discutir esse tipo de desenvolvimento que estava sendo posto para o extremo sul da Bahia. E quando a gente estava nesse processo de discussão, a gente percebeu que saíam muitos caminhões de madeira. Bom, a primeira tarefa foi procurar saber: “Gente, o que é isso?” Parecia o fim do mundo: correntões, toras muito grossas, muitos, muitos caminhões mesmo. As vezes faziam fila na BR [Rodovia BR101] de caminhões de madeira. E aí fomos procurar saber porque que estava acontecendo tanto desmatamento. Foi quando a gente ficou sabendo que o projeto para essa região era o plantio de eucalipto para celulose, quer dizer, já tinham vindo na frente as serrarias, vindo do Espírito Santo, mas as serrarias tiravam a madeira maior, de mais valor, não era corte raso. Depois veio o pessoal do pasto, que também fez uma devassa na região. E para acabar com tudo mesmo, corte raso, correntão, foi a chegada da empresa [Veracel] nessa época. E aí como a gente não conhecia nada disso, era tudo muito novo para todos nós, a gente fez contato com o Padre José [Koopmans], em Teixeira de Freitas, que a gente soube que vinha acompanhando o processo da chegada da Suzano naquela região de Teixeira de Freitas, Mucuri, Caravelas, Itanhém, etc. Mesmo assim não foi suficiente as nossas denúncias e a gente teve que chamar mais gente para ajudar naquela época. Fizemos articulação com o Grupo Ambientalista da Bahia, a S.O.S Mata Atlântica, grandes organizações na época, e com o Green Peace, que veio, fez umas gravações do desmatamento, [o] que resultou em uma Ação Civil Pública que foi julgada 15 anos depois. Mas muitas coisas aconteceram naquele período, foi muito difícil provar o desmatamento, porque não havia vontade do governo, não havia uma infraestrutura das organizações que deveriam estar cuidando, como, por exemplo, do Ibama, tinha gente do Ibama que estava apoiando, na época só duas pessoas do Ibama estavam fazendo um trabalho sério, as outras estavam se amarrando, se amarraram pra fazer esse trabalho. Então foram muitos meses das denúncias, e saindo na [mídia], [...] tem matérias no Correio Brasiliense, na Folha de São Paulo. Então foi um ato muito grande que chegou a vir até, na época, o ministro do meio ambiente. E naquela ocasião era muito difícil, porque a empresa contratou pessoas para fazer um lobby muito grande. [...] E era muito sofrimento, porque as pessoas começaram a ver o grupo do Cepedes como inimigos, como pessoas que não queriam o desenvolvimento para a região, a gente era excluído de tudo que acontecia [...], a gente só podia andar no nosso grupo. Ninguém queria conversa com a gente. Foi formado um grupo de apoio com pessoas da sociedade, o que eles chamam de “alta sociedade”, que era um grupo de fomento ao progresso, para desmentir essas coisas que a gente dizia. Mas já nesse período a gente foi buscar informações de outras regiões e de pessoas que já vinham acompanhando esses processos tanto no Brasil como no mundo. Que foi o caso de logo depois a gente fazer contato com a Fase do Espírito Santo, que acompanhava o processo da Aracruz lá com os Tupiniquins, Guarani e quilombolas, e a FASE já tinha uma articulação a nível mundial, que era o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, [...]. (Entrevista realizada em agosto de 2012)

entorno dos impactos sociais e ambientais causados pela contínua expansão das plantações de eucalipto, principalmente para produção de celulose e papel. Surgida em 1999 no Espírito Santo, com objetivo de denunciar a forma violenta como a Aracruz Celulose se instalou, e promovendo articulação para fortalecer movimentações indígenas e de pequenos produtores expropriados e em conflito com a empresa, atualmente atua também em Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Mesmo com a pressão do Cepedes e de outros grupos que entendiam que a empresa só poderia sair do embargo caso cumprisse todas as condicionantes e ainda, dependendo do resultado da ACP, a Veracruz obteve aprovação legal para seguir com as suas atividades ainda em 1993. Já em 1996, obteve a Licença de Localização para a construção de fábrica de celulose branqueada de eucalipto tipo kraft, com capacidade de 750 mil t/ano, pela resolução do Cepram n.1.115, válida por três anos. Porém, a construção da fábrica só foi iniciada em 2003, quando a empresa obteve a Licença de Implantação da unidade fabril (CUNHA, 2008, p. 17), como veremos adiante.

Ainda em 1996, visando ampliar as áreas de plantio, a Veracruz fez também o pedido de Licença de Ampliação do projeto florestal em 48.859 hectares, aceito pela resolução do Cepram de 19 de julho, nº 1.239. Assim, totalizaram-se 96 mil hectares licenciados para plantios, que posteriormente foram revogados pela justiça, conforme apontado acima. Para a ampliação, foram determinadas 19 novas condicionantes¹²⁴. Destas, destaca-se a seguinte:

IV – Observar o parâmetro técnico máximo para a ocupação das terras com o plantio efetivo de projetos florestais por município, conforme preconiza o Estudo de Impacto Ambiental, de 15% das terras dos municípios litorâneos e 20% das terras dos demais municípios da área de influência direta, devendo ser elaborado pela empresa, diagnóstico e avaliação das alterações dos indicadores socioeconômicos dos municípios ao atingir esse parâmetro. (CUNHA, 2008, p. 15-16)

Em relação ao limite de plantios de 20% da área dos municípios interioranos e 15% dos litorâneos, segundo Ivonete Gonçalves, do Cepedes:

Ivonete Gonçalves: [...] Porque na época da implantação foi uma guerra muito grande. E como a gente tinha provado esse desmatamento, nessa época ganhamos um pouco de força, porque a gente estava conseguindo acessar a mídia, e eles ficaram com muito medo disso, a gente conseguia botar isso para fora do Brasil, essas informações. Então tudo que a gente criticava, eles colocavam em forma de condicionantes atrelados ao licenciamento ambiental. [...] na época a gente questionava como essas pessoas iam sobreviver, as farinheiras, padarias, tudo que usa madeira. Então eles resolveram colocar essa [condicionante], aí a gente começou a questionar: “E a soberania alimentar? Como é que vai plantar todo município?” E foi uma pressão, uma luta muito grande, na época a gente estava no Cepram junto com o Grupo Ambientalista da Bahia, e houve essa discussão, que se você observar, eles não detalham sobre essa área de 15%, 20%. A gente diz que é 15% da área

¹²⁴ Além das condicionantes, a resolução do cepram ainda estabelecia recomendações à empresa e ao poder público. Para o poder público, as recomendações eram para os municípios elaborarem ou atualizarem seus Planos Diretores, a fim de “disciplinar” os impactos das atividades existentes na região; e elaborar um plano regional sustentável para o extremo sul da Bahia nos moldes de um Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, sugerindo um prazo de 270 dias para tal. Até onde pudemos verificar, as sugestões não foram seguidas. Já para a Veracel, foram definidas oito recomendações, algumas delas atreladas à ação do poder público, como a de cooperar em projetos de fomento à agricultura e reflorestamento, após ser feito o Zoneamento Socioeconômico Ecológico. (CUNHA, 2008)

agricultável e eles dizem que é 15% da área total do município. Ninguém chegou, o governo não chegou para definir isso, porque não convém, não é do interesse deles. (Entrevista realizada em agosto de 2012)

Em 2008, o IMA fez um levantamento proporção de ocupação dos municípios pela Veracel.

Tabela 16 – Percentual de plantios de eucalipto da Veracel Celulose, por município

Município	Área total (%) de imóveis	Área total (%) de plantios
Santa Cruz Cabralia	34,8	18
Eunápolis	33,1	20
Itagimirim	23,5	14,1
Belmonte	19,4	10
Porto Seguro	11	7
Itabela	10,2	7,2
Mascote	10	4,1
Guaratinga	5,5	3
Itapebi	1,8	1
Canavieiras	1,6	1
Santa Luzia	1,5	0,7

Fonte: IMA, 2008b, p. 12125.

Ou seja, segundo estes dados, a empresa está no “limite” de plantios em Eunápolis, considerando a área total do município, e em Santa Cruz Cabralia ela já ultrapassou a condicionante que prevê máximo de 15% de plantios em municípios litorâneos. Porém, mesmo os dados governamentais não são precisos. Segundo o Promotor Público João Alves Neto:

João Alves: [...] Então são situações assim [em] que não foram bem dimensionados a questão dos impactos. Mesmo porque [o licenciamento] começou com 48 mil [hectares] [...]. Veio para 96 mil [hectares], sem maiores avaliações. Saltou assim. Isso fora as licenças paralelas que foram concedidas para aumento de plantio, e que conforme uma manifestação da diretora geral do IMA a época, Dra. Elisabeth, disse que não tinha nem controle disso no Cerberus [Banco de Dados de Licenciamento Ambiental, Florestal e de Fiscalização do IMA – atual Inema], eram licenças avulsas assim. Nem eles sabiam quantos tinham. Quando eles foram avaliar, disse que o que seria 96 [mil hectares] já tinha ultrapassado 112 mil [hectares]. Isso pelo que eles levantaram, podia ser até mais em hectares. Totalmente descontrolado. (Entrevista realizada em julho de 2012)

E segundo o próprio governo da Bahia, em estudo denominado “Silvicultura de eucalipto no sul e Extremo Sul da Bahia: situação atual e perspectivas ambientais”:

Não há ordenamento nem zoneamento do território; não há coordenação das intervenções públicas relativas aos plantios de eucalipto na região; não há políticas

¹²⁵ Vale lembrar que como empresa estrangeira, a Veracel não poderia obter mais que 25% das áreas de nenhum município.

agrícolas, não há políticas fundiárias; não há controle da legalidade da venda de terras; não há estudos/normas específicas estabelecendo índices recomendáveis de ocupação para as plantações por municípios.

Não há um mapeamento que proporcione uma visão de conjunto dos conflitos antigos e atuais, nem do status nem do tratamento dado aos mesmos nas esferas administrativas de diversos órgãos atuantes na região ou do judiciário. (BAHIA, 2008a, p. 18)

Em 2001 a Veracel iniciou a construção do Terminal Marítimo de Barcaças (TMB)¹²⁶ no município de Belmonte, localizado a 60 quilômetros da fábrica (município de Eunápolis), que inicialmente transportava a produção local para a fábrica da Aracruz no Espírito Santo, e atualmente leva a celulose da fábrica da Veracel para o Portocel¹²⁷, no norte do Espírito Santo, de onde ela é enviada ao seu destino final (100% da celulose produzida pela Veracel é exportada, segundo consta no site da empresa). Em 2002 o Ibama concedeu a Licença de Operação do TMB, que foi renovada em 2008, com validade de oito anos. Em 2005 o Ibama também concedeu a Licença de Operação nº 450/2005 “[...], relativa à dragagem da área adjacente ao TMB, objetivando aprofundar o calado para seis metros com a retirada de cerca de 270.000 m³ de sedimentos na área de influência do empreendimento.”¹²⁸ (CUNHA, 2008, p. 17)

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 3 – Terminal Marítimo da Veracel Celulose visto da praia.

¹²⁶ O terminal tem capacidade de escoar 1,06 milhões de toneladas de celulose por ano. “O Terminal Marítimo de Belmonte possui armazéns de apoio, além de todo o sistema de atracação e espera para as barcaças. Um empurrador e três barcaças operam em um sistema de revezamento.” Por barcaça, são transportados 7.122 toneladas de celulose. Por ano, a capacidade é de escoamento de 1.100.000 toneladas. (VERACEL, 2013)

¹²⁷ Conforme exposto na seção anterior, o Portocel é um porto especializado no setor de papel e celulose, em Barra do Riacho (ES) que pertence à Cenibra e à Fibria.

¹²⁸ Em 2012 a Veracel divulgou EIA-Rima com proposta de modificação do atual TMB. Segundo o Coordenador de Meio Ambiente da Veracel, Tarcísio Matos, a ideia é eliminar o atual terminal e construir outro, por conta do alto custo de drenagem.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 4 – Caminhões carregados de celulose chegando ao Terminal Marítimo da Veracel (ao fundo) e homens trabalhando, fazendo a *draga* da areia, para desassorear o terminal.

Ainda em 2001 foram feitas as primeiras colheitas de eucalipto, que naquele momento eram levadas para a fábrica da Aracruz pela Rodovia BR-101.

Vale apontar, aqui, o fato de existirem diversas normas e condicionantes para a atuação da empresa, que muitas vezes não se efetivam nem se tornam empecilho para a continuidade de suas atividades. Para Cunha (2008):

[...] essas licenças, todas com prazos estabelecidos, vêm sendo renovadas periodicamente, mesmo com a falta de garantia do pleno cumprimento dos condicionantes estabelecidos. Os conselheiros do Cepram não são informados sobre isso e a sociedade, pior ainda, dificilmente consegue ter acesso às informações. As licenças de plantio de até 1.000 ha são concedidas pelos órgãos de meio ambiente municipais, onde irá acontecer o plantio. Estas licenças têm sido bastante questionadas, por não garantirem o controle ambiental desejado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de seus condicionantes¹²⁹. (CUNHA, 2008, p. 18)

Diante desse quadro, a Licença de Implantação da unidade fabril foi concedida em 2003, ano em que começaram as obras de construção da fábrica, que ficou pronta em 2005, quando a Licença de Operação foi emitida¹³⁰. (CUNHA, 2008, p. 17)

À época da construção da unidade fabril da Veracel, foi divulgado pela empresa que muitos empregos seriam gerados, o que causou migração para Eunápolis e cidades do entorno. O EIA elaborado para solicitação de licenciamento da fábrica previa, durante os dois anos de construção da fábrica, a geração de 12 mil postos de trabalho, mas efetivamente 9 mil trabalhadores foram empregados neste momento.

¹²⁹ Há alguns processos na justiça questionando as licenças emitidas pelos órgãos ambientais de meio ambiente, conforme será abordado no tópico sobre o fomento florestal.

¹³⁰ Em 2008 foi concedida uma Licença de Operação da Alteração, que permitiu o aumento da produção anual para 1.200 t/ano. (CUNHA, 2008)

Atualmente, segundo a empresa (VERACEL CELULOSE, 2013), há 715 “colaboradores próprios” e 2.517 “parceiros permanentes”, que são, na realidade, os empregados terceirizados, maioria nas atividades de campo¹³¹. Apenas os funcionários da fábrica, os do viveiro de mudas e os operadores de máquinas da colheita e transporte da madeira para à fábrica são contratados diretamente pela empresa, estes últimos pois foi proibido pela justiça que fossem terceirizados (CUNHA, 2008, p. 26; MARACCI, 2012, p. 170). A questão da terceirização é um imbróglio, já que dificulta a fiscalização e aumenta a precarização, em função, entre outras coisas, da alta rotatividade dos funcionários e das empresas. Os contratos da Veracel com as terceirizadas, por exemplo, são de três anos¹³². Para Gonçalves (1994), as razões para a opção pela terceirização da maioria das atividades necessárias da Veracel em campo (fora da fábrica) seriam:

As razões parecem evidentes: o trabalho no eucaliptal é um trabalho pesado, sujeito a acidentes constantes e garante uma rentabilidade enorme quando mal remunerado. E para ser mal remunerado, a desmobilização dos trabalhadores é um fator importante e pode ser obtida através da alta rotatividade. A alta rotatividade, por sua vez, é garantida com eficácia através da "terceirização". Desta forma, a empresa, mais exposta à fiscalização oficial e aos "olhos" da sociedade, exime-se dos "espinhos" da relação capital-trabalho, que seria bem mais onerosa caso a mão de obra fosse contratada diretamente. (GONÇALVES, 1994, p. 144-145)

Segundo levantamento efetuado pelo Cepedes em 2007, havia 863 processos trabalhistas envolvendo a Veracel no Tribunal Regional do Trabalho, 5ª Região. Grande parte deles envolvendo as terceirizadas, mas também muitos em relação à doenças ocupacionais desenvolvidas pelos operadores de máquina contratados diretamente pela empresa.¹³³

¹³¹ Segundo Bruno, funcionário da empresa Carpelo, que tem contrato com a Veracel de três anos para realização de atividades de campo, os funcionários da Carpelo fazem todo o processo desde o plantio até deixar a árvore “pronta” para o corte. As atividades são: subsolagem (limpeza e marcações do solo); fosfatagem; plantação (o viveiro de mudas da Veracel seleciona as mudas clonadas e as fornece); roçado e capina química, entre outras. (Informações obtidas em trabalho de campo, julho de 2012)

¹³² “A prática de terceirização ilícita configura-se como ofensiva a interesses coletivos dos trabalhadores, na medida em que relega à precariedade não somente ao grupo de indivíduos contratados por empresas interpostas, caso em que estaria identificado mero direito individual, embora homogêneo, mas atinge também as categorias profissionais relacionadas às atividades desenvolvidas pela empresa, por dificultar-lhes o acesso regular e legal ao emprego em seus quadros, por diminuir-lhes a perspectiva laboral e por lhes reduzir sistematicamente a gama de direitos protegidos pela legislação trabalhista” (Sentença do Juiz Franklin Christian Gama Rodrigues, Vara do Trabalho de Eunápolis Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – PROC. Nº 0151600-15.2009.5.05.0511 RT.)

¹³³ Segundo Cunha (2008), a própria empresa afirmava, em 2008, que havia 811 processos em julgamento em que ela estava envolvida, sendo 10,5% de trabalhadores próprios e 89,5% de empresas terceirizadas. A maior parte das ações tinham sido abertas em função de violações dos direitos trabalhistas. E segundo Lerrer e Wilkinson “De acordo com um levantamento realizado por Markus Kröger em cima de dados de Tribunais, Ministério Público Estadual e Federal, a Veracel era alvo de quase 900 ações judiciais em novembro de 2010. Segundo o promotor (do Ministério Público Estadual de Eunápolis) João Alves da Silva Neto, a Veracel dá sinais de “atividades típicas de crime organizado” e, apesar de seu estilo de marketing ambientalmente

Segundo um membro da Associação de Operadores de Máquinas Mecanizadas do Estado da Bahia (Assoesba), que preferiu não ser identificado, no Extremo Sul da Bahia a média de produtividade dos trabalhadores que operam as máquinas de colheita do eucalipto é 34% maior que a média nacional – enquanto a média nacional é de 25m³ cortados por hora, no Extremo Sul é de 32m²/hora.

Além disso, a média salarial é mais baixa: enquanto a Fibria (para nível A de operadores) oferecia salário de R\$ 3.000,00 em 2012, a Veracel oferecia salários de R\$ 2.000,00. E ainda, no início das atividades de plantio, os contratos previam que 50% do salário era fixo e 50% definido por produtividade. Atualmente, após diversas negociações, 20% do salário é definido por produtividade.

Segundo o mesmo entrevistado, dos 200 operadores de máquina da Veracel (das máquinas de colheita e empilhamento da madeira para ser carregada à fábrica), 160 têm problemas físicos adquiridos pelo trabalho. Os primeiros que adquiriram algum tipo de doença, foram afastados e posteriormente demitidos pela empresa. Mas muitos entraram na justiça contra ela, e atualmente já há 18 funcionários reintegrados por terem sido demitidos irregularmente.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 5 – Colheita de eucalipto, próximo à Ponto Central

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 6 – Colheita de eucalipto em área da Veracel Celulose, próximo à fábrica

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 7 – Funcionários terceirizados realizando plantio de eucalipto¹³⁴

¹³⁴ Na foto, os funcionários da empresa terceirizada estão realizando o plantio a partir da chamada “reforma” da área. Isso significa que estão plantando novas mudas nas “entrelinhas” das árvores recém-cortadas. Os “tocos” não são retirados, somente rebaixados quando há necessidade. Nos primeiros 20 dias da “reforma” são feitas três aplicações de agrotóxicos para controle de formigas; uma aplicação de herbicida pré-plantio, além da subsolagem e aplicação de fosfatador, adubador e marcador; depois é realizado o plantio (semimecanizado), e ainda são feitas mais duas aplicações de herbicida, roçada mecanizada e capina química. Desta forma, as mudas crescem com maior rapidez que os “tocos”, e estes ficam no solo servindo de adubo. (Informações obtidas em trabalho de campo) Segundo Agnaldo Vitti (Coordenador de Silvicultura da Veracel) o custo deste procedimento (desde o pré-plantio até a árvore estar pronta para o corte, sem contar a colheita) era entre R\$ 4.000,00 e R\$ 5.000,00 por hectare em 2012. O outro método utilizado pela empresa para o plantio é a chamada “condução de rebrotação”. Nesta, o custo é menor, de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 por hectare, já que não são plantadas novas mudas, e sim, como o nome explica, conduz-se novo crescimento do “toco” da árvore recém-cortada. Segundo Bruno, da Capelo, isso é feito quando o clone gera árvores mais retas e “com mais celulose”. Agnaldo Vitti afirmou que em 2012 (até julho) havia sido feitos 6.859 hectares de reforma e 3.760 de condução de rebrotação. Ainda segundo Vitti, um eucalipto cresce, no extremo sul da Bahia, 50m³ em média por ano. (Entrevista realizada em trabalho de campo julho de 2012)

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 8 – Caminhões de madeira chegando à fábrica da Veracel Celulose

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 9 – Caminhão descarregando madeira no pátio da fábrica¹³⁵

6.1.2 A localização e construção da fábrica

Segundo entrevistas realizadas em trabalho de campo para esta pesquisa, até o início da construção da fábrica havia algumas possibilidades de onde seria a sua localização. João Eduardo Ferreira (chefe de escritório da EBDA e ex-secretário de Agricultura e Meio

¹³⁵ Cada carreta carrega 76 toneladas de madeira (3,4 toneladas de madeira = 1 tonelada de celulose). A máquina que a descarrega na fábrica o faz em três “puxadas”, demorando em torno de quatro minutos. Somente da empresa Júlio Simões (uma das empresas que tem contrato com a Veracel para o transporte da madeira) são dez caminhões circulando concomitantemente. Há caminhões indo em direção à fábrica 24 horas por dia, sete dias por semana, com exceção da semana em que a fábrica para totalmente para manutenção, o que ocorre uma vez ao ano.

Ambiente de Itapebi) nos falou que “Quando a Veracel chegou, uma das últimas coisas a ser anunciada foi a localização da fábrica. A decisão do lugar foi opção logística: BR-101, [Rio] Jequitinhonha, Porto Seguro, Eunápolis” (Entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2012)¹³⁶.

No local onde a fábrica foi construída, a 49 quilômetros do litoral e 5 quilômetros ao sul do Rio Jequitinhonha¹³⁷, havia um povoado chamado Marília¹³⁸. A propriedade adquirida para este fim era a Fazenda Brasilândia, de Edmar Margoto, a qual foi permutada com a Veracel por outra fazenda em Eunápolis conforme demonstra a matrícula da propriedade, exposta no item relativo às aquisições de terras.

Segundo Hirgínio José do Vale (Roxo), ex-morador de Marília, que hoje vive em uma pequena propriedade rural no município de Itapebi, Marília era um povoado que ocupava área de dois fazendeiros – Olivaldo Cachoeira e Edmar Magotto – que cederam partes de seus terrenos para haver área de comércio entre os trabalhadores das fazendas e do entorno. Ainda segundo o entrevistado, a maioria da população do local trabalhava para grandes fazendeiros pecuaristas próximos.

Ninguém pagava imposto. Eu comprei algumas casinhas em Marília e juntei 2,5 hectares. Nessa área criava gado, coqueiro, mangueira, jaqueira... e tinha um bar[...]. Em 1995 [o prefeito] Jânio Natal levou luz para lá. Foi aí também que a Veracel começou a comprar as terras. [...] O comércio diminuiu e começaram a não deixar mais pastar o gado na estrada. (Hirgínio José do Vale – entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2012)

Nesta época, segundo ele, Marília tinha em torno de 70 “barracos”. A maioria das pessoas foi para Itapebi, após a venda das áreas. Ele foi um dos primeiros a vender a terra para a Veracel, que pagou R\$ 18,000 pelos 2,5 hectares. “Para a região foi bem comprado, eu que não soube vender. A minha vizinha vendeu depois, meia tarefa [uma tarefa= 4,36 hectares] por R\$9 mil.” (Hirgínio José do Vale – entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2012)

¹³⁶ Segundo outros entrevistados, também foi cogitada área em Itapebi para a construção da fábrica, porém esta não teria se efetivado por problemas políticos com a prefeitura à época.

¹³⁷ Segundo estudo realizado pela AGB-ES em 2004, o consumo diário de água para produção de celulose é de 248 mil metros cúbicos, o suficiente para abastecer uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. Assim, a localização próxima a um grande rio é essencial para a empresa, que dessa forma não paga pelo abastecimento da fábrica, canalizando a água diretamente do rio Jequitinhonha.

¹³⁸ Segundo Hirgínio do Vale, Marília tinha esse nome por conta da cidade de Marília de São Paulo, “porque o Coisinha [apelido de Olivaldo Cachoeira] era muito entusiasmado por essa cidade.” (Entrevista realizada em trabalho de campo, julho de 2012)

“A arma da Veracel não é escopeta nem revolver, é segredo”, segundo Roxo, pois *ninguém* sabia que a fábrica ia ser ali, “se não, tinha vendido muito mais caro”.

A decisão quanto ao local de construção da fábrica, que fez a Veracel por abaixo todo um povoado, pode ter uma de suas explicações no fato de Marília estar localizada justamente na divisa de três municípios: Eunápolis, Belmonte e Santa Cruz Cabrália (como fica explícito no mapa exposto na seção 2), o que permitiria à empresa obter, regularmente, mais áreas num raio próximo ao complexo industrial, respeitando a legislação de terras de estrangeiros que permite a ocupação de no máximo 25% de um município, diminuindo assim, seus custos com transporte¹³⁹.

A construção da fábrica de celulose contou com financiamento do BNDES, mediante um empréstimo de R\$ 1,43 bilhão – na época o maior investimento para uma empresa privada do governo Lula – destinado também às atividades florestais da empresa. Além deste financiamento, a Veracel contou também com empréstimos do Banco Europeu de Investimentos (BEI, ou EIB na sigla em inglês), no montante de U\$ 80.000,00 e do Banco Nórdico de Investimento (BNI, ou NIB na sigla em inglês) – U\$ 70.000,00 – para a construção. A fábrica teve custo total de US\$ 1.4 bilhão (CUNHA, 2008, p. 13; SOUSA; OVERBEEK, 2008, p. 34).

Além disso, o BEI já tinha realizado empréstimo para a Veracel em 2001, de US\$ 30.000,00, com três finalidades: aquisição, preparação e plantio de áreas de eucalipto, num total de 26 mil hectares; aquisição de equipamentos para as atividades em campo da empresa; e construção e melhorias de 450 quilômetros de estradas. Esse recurso foi utilizado entre os anos de 2001 e 2004. Os outros três empréstimos foram destinados à construção da fábrica e

¹³⁹ Há ainda mais uma polêmica em torno de sua localização, pois é comum ouvir, especialmente no município Belmonte, moradores reivindicando que parte da área onde a fábrica foi construída pertencia a este município. Segundo reportagem do Jornal de Belmonte, há uma Ação Popular contra essa “mudança”: “No decurso da Ação, descobriu-se que a coisa tinha alto grau de endemia. Na referida ação, pede-se uma liminar objetivando o embargo dos recursos, tentando assim, salvaguardar os interesses do Município de Belmonte. A liminar é deferida em primeira instância, e, daí, os Réus, o Município de Eunápolis e a VERACEL/SA, agravaram ao Tribunal de Justiça, onde, o Desembargador Paulo Furtado, [...] mantém a decisão liminar do Juiz local. Para surpresa geral (porque somos ingênuos), o Presidente do Tribunal à época, simplesmente anulou o ato do Desembargador Paulo Furtado. Achando pouco, o Tribunal de Justiça da Bahia, ainda entendeu como fórum incompetente, o de Belmonte, comarca na qual, a VERACEL, proprietária privada da área em litígio, tem sesmarias de terras, tem a planta industrial assentada, tem um porto de barcas, [...]. O processo encontra-se hoje em sono profundo na letargia dos arquivos da Comarca de Eunápolis, que não despacha, não decide, não julga o mérito. [...] Para agravar a situação, o Cartório de Registro de Imóveis de Eunápolis, acatou para registro um documento que não tem origem processual, não tem cadeia sucessória assentada naquele município. [...] Ficamos surpresos, quando soubemos que a VERACEL, não se sabe com base em que, informou que dos 498 ha da fazenda Brasilândia, apenas uma gleba 296 ha pertencia ao município de Belmonte, e, posteriormente, em mais um ato arbitrário, registrou também a referida gleba no Município de Eunápolis”. (IRAN, 2009)

ao TMB, mas não há informações disponíveis mais detalhadas sobre eles. Nem a empresa os divulga pela internet, nem os bancos. (CUNHA, 2008, p. 13-14)¹⁴⁰

A fábrica da Veracel entrou em operação em maio de 2005. Já em 2006 seu desempenho foi maior do que a capacidade prevista, totalizando 975 mil toneladas. Segundo Agnaldo Vitti (Coordenador de Silvicultura da Veracel Celulose, entrevistado em julho de 2012), a produção em 2012 atingiria 1.100.000 toneladas de celulose, e atualmente, a fábrica possui licença para produzir até 1,2 milhões de t/ano. Além disso, segundo Sousa e Overbeek (2008, p. 34), em 2007 a fábrica registrou também o mais baixo custo de produção do mundo. Isso é explicado, pela própria empresa, em *função das modernas técnicas de produção utilizadas*, porém, sabe-se que a menor remuneração dos trabalhadores, a facilidade na aquisição das terras, assim como sua maior produtividade, junto à alta taxa de crescimento anual do eucalipto naquela região, e ainda, a menor distância média dos plantios em relação à fábrica (60 quilômetros, segundo o entrevistado, ante a segunda maior, de 87 quilômetros, da Fibria em Três Lagoas), são fatores fundamentais para a manutenção do baixo custo de produção, que se transforma em sobrelucro nas mãos da empresa, já que os preços da celulose são definidos externamente à produção.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 10 – Fábrica da Veracel Celulose vista da estrada.

¹⁴⁰ As informações que conseguimos foi no relatório elaborado por CUNHA (2008, p.13-14), onde consta que: “No caso do BEI, um dos condicionantes estabelecidas foi a exigência que a Veracel plantasse 400 ha/ano de matas nativas na região por 3 anos (2003, 2004 e 2005) o que, segundo a empresa, foi realizado integralmente. Por esta razão foi instituído o Programa Mata Atlântica e o trabalho de plantio de matas nativas continua até hoje. Nesta ocasião, fruto deste empréstimo foi criado na empresa a área de sustentabilidade, responsável pelas ações de responsabilidade social e acompanhamento dos licenciamentos ambientais. Em 2009, esta área foi contemplada com um orçamento de R\$ 17.597.300,00 (cerca de EU\$ 7 milhões pelo câmbio atual), o que é significativo se comparado com outras empresas do ramo.

Os empréstimos do NIB e do BNDES, até onde pudemos apurar, não tiveram condicionantes sociais e ambientais específicos. Do recurso total do BNDES, foram aplicados R\$ 59 milhões em atividades florestais e R\$ 19 milhões em investimentos sociais, este por iniciativa própria, visando atender interesses da empresa no apoio a iniciativas públicas e privadas regionais.”

6.1.3 O projeto de expansão da fábrica e dos plantios da Veracel Celulose

Ainda em 2007 a empresa emitiu pedido de Licença Prévia ao Inema com a finalidade de ampliar a fábrica, o que elevaria a capacidade de produção para 1.500.000 t/ano, e exigiria aproximadamente 200 mil hectares de novas aquisições, sendo 93 mil hectares de plantios (VERACEL CELULOSE, 2011). O EIA-Rima, porém, só foi divulgado em meados de 2011, elaborado pela Veracel em parceria com a Cepemar (empresa que tem a Suzano como uma de suas acionistas) e em agosto daquele ano, uma juíza pediu a suspensão da autorização do licenciamento prévio da expansão da fábrica, em função da necessidade constitucional dele ser feito pelo órgão ambiental federal (Ibama) e não estadual (Inema), por atingir na sua área de impacto municípios não só da Bahia, mas também de Minas Gerais. Além disso, também foi apontado o fato do relatório ter sido elaborado por empresa (Cepemar) ligada ao setor de celulose e alguns dos técnicos que o assinam não estarem devidamente legalizados nos conselhos profissionais no estado da Bahia, entre outros questionamentos.

Em outubro do mesmo ano um relatório do Inema rejeitou o pedido de expansão, pela falta de informações que a empresa apresentava.

O relatório criticava o fato de o EIA-RIMA apresentado pela empresa não apresentar uma “espacialização clara” das novas áreas onde ela pretendia ampliar suas plantações de eucalipto, apenas mencionando que a expansão se concentraria em áreas de pastagem, mas sem indicar precisamente onde estavam essas terras. Segundo o relatório, a informação era ambígua e imprecisa, pois a pecuária aumentara sem qualquer controle desde final da década de 1980, ocupando o que havia sido áreas de produção de cacau. O relatório pedia mais informações como condição para a concessão da licença, mas o governador do estado, Jacques Wagner, apoiou o plano de expansão da Stora Enso/Veracel e viajou à Suécia para acalmar os acionistas da sócia da então Aracruz em novembro de 2008, em uma demonstração clara de apoio do governo da Bahia à expansão da fábrica. Logo, sem que as outras informações solicitadas pelo relatório de 14 de outubro de 2011 tivessem sido apresentadas, a licença prévia foi concedida, cinco meses depois. (LERRER; WILKINSON, 2012, p. 8-9)

Assim, a suspensão do pedido foi anulada, e no dia 14 de março de 2012 o Inema concedeu a licença prévia para a construção da fábrica ao lado da linha de produção existente¹⁴¹, que a empresa prevê que custará R\$ 4 bilhões.

¹⁴¹ Segundo reportagem divulgada no dia 20 de março de 2012 no *site* do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS – disponível em: <<http://ceas.com.br/?p=860>>. Acesso em: mar. 2012): “A Portaria [nº 2253 do INEMA, que liberou a Licença prévia para a expansão da fábrica] embora faça referência às ‘condicionantes’ socioambientais da exploração prevista, não as enumera. Cria-se, portanto uma situação, no mínimo, preocupante, em função desse desconhecimento. [...] A novidade no Ato é que há um recuo do Instituto em relação as licenças municipais. Agora elas são mencionadas, o que significa que os municípios que se

Segundo o Promotor de Justiça João Alves:

Léa: Conta mais como está ampliação.

João Alves: Eles passaram por cima disso tudo [irregularidades nos licenciamentos ambientais e falta de informações precisas quanto à ampliação] dentro de uma irregularidade completa. Depois, dentro da própria equipe do Inema que se manifestou pelas várias irregularidades, eles tiraram essa equipe, exoneraram até membros dessa equipe, e botaram uma outra equipe, toda lá já preparada para conceder de qualquer forma.

Léa: E aí foi quando passou [foi aprovada a licença prévia] em março desse ano?

João Alves: Foi, e que não seria licença prévia, porque dentro da situação seria uma licença de ampliação, inclusive era uma licença prevista na legislação estadual. A licença de ampliação o que ela é? Ela já pressupõe um empreendimento em curso. Agora o que ocorria para eles fraudarem isso e criar como se fosse um novo empreendimento. Porque, para uma licença de ampliação, tem que se avaliar o cumprimento das condicionantes iniciais. Então para se eximir isso, eles fraudaram uma outra situação, como se esse fosse um empreendimento novo. Licença prévia ou licença de localização é para um empreendimento novo, não é para um empreendimento já existente que está sendo ampliado. Foi outra fraude que está sendo apurada também. Está em curso e vai gerar responsabilidades, se comprovado. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Para a ampliação, a empresa pretende aumentar sua área de atuação. Atualmente são dez municípios com áreas de plantação, como já exposto, sendo eles: Belmonte, Canavieiras, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. A expansão se dará com plantios nos dez municípios acima citados, e incorporará mais os seguintes: Encruzilhada, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Santa Luzia.

organizarem, criando leis específicas e um sistema ambiental próprio, poderão estabelecer critérios mais rígidos em caso de instalação da Veracel. Anteriormente, pretendia-se que a Licença do Inema fosse suficiente para a implantação do Projeto de Expansão. Outro recuo é que, agora, o INEMA, subliminarmente, admite que possa ser necessária uma Licença Federal. Como sabemos a Justiça Federal ainda vai julgar o mérito de uma ação proposta pela Procuradoria da República, onde se exige que o Licenciamento Ambiental desse projeto seja realizado pela União (Ibama). Isso devido ao fato dele atingir a dois estados (BA e MG), sendo essa, aliás, uma imposição de natureza constitucional.”

MUNICÍPIOS ONDE HAVERÁ PLANTIOS DA VERACEL CELULOSE APÓS A EXPANSÃO DA FÁBRICA - BAHIA

Mapa 4 – Municípios onde haverá plantios da Veracel Celulose após a expansão da fábrica

Fonte: Veracel Celulose (2011, p. 12).

Tabela 17 – Distribuição dos plantios previstos para a ampliação da fábrica da Veracel

Municípios	Áreas Futuras (ha)	Áreas Atuais + Futuras (ha)
Belmonte	11.154	30.000
Canavieiras	13.874	15.000
Encruzilhada	5.000	5.000
Eunápolis	0	22.362
Guaratinga	27.854	35.000
Itabela	11.167	17.000
Itagimirim	4.448	16.000
Itapebi	18.219	19.000
Itapetinga	10.000	10.000
Itarantim	15.000	15.000
Macarani	10.000	10.000
Maiquinique	4.000	4.000
Mascote	10.097	14.000
Porto Seguro	20.766	35.000
Potiraguá	5.000	5.000
Santa Cruz Cabrália	0	25.224
Santa Luzia	2.999	3.000
TOTAL	169.578	280.586

Fonte: Veracel Celulose (2011, p. 15).

Oficialmente não haverá ampliação de plantios nem em Eunápolis nem em Santa Cruz Cabralia, onde a empresa já ultrapassou o limite máximo legal de ocupação do solo permitida.

Durante o segundo trabalho de campo realizado para esta pesquisa, em julho e agosto de 2012, pouco tempo após o Inema ter aprovado a Licença Prévia, esperávamos encontrar mais informações sobre a expansão. Porém havia um certo desconforto entre alguns entrevistados por não se saber o que estava acontecendo. No início de 2013, então, foi divulgada nota oficial explicitando que a expansão foi adiada, e atualmente está prevista para 2017. Os motivos seriam os investimentos em outros locais efetuados recentemente pelas duas empresas controladoras da Veracel (a Fibria construiu uma unidade nova em Três Lagoas – MS; e a Stora Enso está finalizando a construção de uma fábrica em parceria com a chilena Copec no Uruguai); além da instabilidade recente dos mercados americano, europeu e asiático, e ainda a grande demora para a liberação das licenças e “dificuldades impostas por medidas do Ministério Público” (VERACEL CELULOSE, sítio eletrônico).

Muitos *sites* de notícias especializadas divulgaram essa informação, e um deles, o Bahia Econômica, em reportagem escrita por José Maciel dos Santos Filho, aponta que:

A alegação da empresa é que o estoque atual de florestas plantadas não é suficiente para abastecer a nova planta ampliada. O Governo vem apoiando a iniciativa e já emitiu a licença para o referido plantio. Novos passos poderão ser necessários para, quem sabe, antecipar este cronograma. Um deles, em nossa avaliação, **é tranquilizar de vez esses setores empresariais, não alterando ou restringindo a legislação de venda de terras para empresas estrangeiras.** (SANTOS FILHO, 2013, grifo nosso)

Ao mesmo tempo, segundo nos foi dito no trabalho de campo, a Veracel estaria “negativada” no Ministério do Trabalho, em função dos processos trabalhistas existentes, o que a impossibilitaria de conseguir financiamento junto ao BNDES. Também não conseguimos obter nenhuma informação de que esse financiamento exista. Esse pode ser um dos fatores da decisão de postergar a expansão.

6.2 A AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA PELA VERACEL CELULOSE: O PROCESSO JURÍDICO-ECONÔMICO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO

Propõe-se aqui uma análise do processo de aquisição da propriedade privada da Veracel Celulose. Para isso, serão utilizados dados divulgados pela empresa, dados do

governo do Estado da Bahia, do cadastro de imóveis do Incra de 2003 e dados cartoriais obtidos junto aos Cartórios de Registro de Imóveis dos municípios de Eunápolis e Porto Seguro.

Num primeiro momento, a ideia era escolher um município para realizar uma análise sobre o processo de aquisição de terras da Veracel Celulose, ou seja, o processo de constituição da propriedade privada da terra da empresa – já que realizar essa tarefa nos dez municípios nos quais ela possui terras seria trabalho demasiado extenso para o mestrado –, a fim de investigar as formas pelas quais ela realizou e realiza a territorialização do monopólio nesta parcela do território, que, como já discutido, pressupõe, a exemplo do que ocorre no caso da Veracel, o controle, por uma só pessoa (física ou jurídica) da propriedade da terra e da produção agropecuária (OLIVEIRA, 2004; 2007a; entre outros). Nesse sentido, a territorialização do monopólio é sempre apropriação de parcelas do território pelo capital, pondo em movimento os mecanismos de reprodução ampliadas deste modo de produção, com exploração do trabalho alheio mediada pelo assalariamento (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Assim, o processo de territorialização do monopólio é potencial e concretamente a gestação de um território em disputa, posto que muitas vezes gera expropriação de camponeses, indígenas e quilombolas, para garantir a hegemonia da propriedade da terra (PAULINO; ALMEIDA, 2010). No caso específico da Veracel, essa expropriação foi feita também, em alguma medida, pelas subsidiárias da CVRD Flonibra e FRD, o que já foi apresentado será discutido aqui.

Para realizar a escolha de qual município seria objeto desta reflexão, foram colhidos dados sobre a quantidade de área ocupada e plantada pela empresa nos próprios relatórios divulgados por ela, nos dados disponibilizados pelo governo na Bahia (pelo Inema) e também no Cadastro Declaratório do Incra de 2003. A primeira surpresa foi que, num primeiro momento, ao procurar a Veracel Celulose no referido cadastro, não havia nenhuma propriedade. Já sabíamos que ela é uma das maiores latifundiárias da Bahia, e então, tentando outras buscas, foi possível encontrar 293 propriedades, totalizando 152.270 hectares de área registrada e 48.726 hectares de posse, ou seja, 200.996 hectares em suas *mãos*, porém, cadastradas em nome da “Veracel Celulose”. Esse não é o único caso de troca de letras no cadastro em relação a grandes empresas latifundiárias, o que nos leva a pensar se esse foi simplesmente um erro de ortografia ou se há algo mais, uma tentativa de esconder, pelo

menos num primeiro momento, aos mais desavisados, o controle da terra no país. (Informação verbal)¹⁴²

Antes da realização do segundo trabalho de campo no Extremo Sul da Bahia (feito nos meses de julho e agosto de 2012), quando já havia sido feito o levantamento da quantidade de terras que a empresa afirma ocupar em cada um dos dez municípios nos quais atua, e também dos dados do levantamento do Incra de 2003 (que serão expostos adiante), decidiu-se focar esse momento da análise no município de Eunápolis, por ser onde está localizada a fábrica da empresa, com a maior quantidade de plantios efetuados, e também por haver indícios, tanto nos dados do Incra, quanto a partir de entrevistas coletadas no primeiro trabalho de campo, de ocupação irregular de determinadas áreas pela empresa.

Assim, fomos ao Cartório de Registro de Imóveis desse município onde, após alguma dificuldade, foi possível encaminhar o pedido das cadeias dominiais das matrículas, tanto as cadastradas no Incra, quanto de todas as outras onde constasse o registro de propriedade da Veracel, via seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Após quase três semanas, com as matrículas em mãos, percebi que a maioria delas tinha origem na comarca de Porto Seguro, já que Eunápolis se tornou município recentemente (1988), sendo que até então ocupava áreas dos municípios de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabralia.

Com essa informação, optou-se então por fazer o pedido das cadeias dominiais das matrículas originárias das propriedades que hoje se localizam em Eunápolis neste outro município. No Cartório de Registro de Imóveis de Porto Seguro foi feito o novo pedido, abarcando não só essas matrículas, mas também as cadeias dominiais das propriedades registradas em nome da empresa no cadastro do Incra de 2003 e de todas as que estivessem em nome dela. Novamente, após um pouco de resistência, foi possível encaminhar o pedido das matrículas. Porém, só foi disponibilizada uma cadeia vintenária das matrículas, ou seja, dos últimos 20 anos de *história* de determinada propriedade, o que levou a algumas incertezas na análise. Além disso, cabe aqui ressaltar que, apesar do pedido escrito abarcar a solicitação de justificativa de ausência das matrículas que não existissem no cartório (por motivo de perda de livro, queima do cartório, enfim, por quaisquer motivo que levasse à matrícula ter sido perdida ou simplesmente afirmando que ela não existe), isso não foi feito, e houve resistência nos dois cartórios para isso. Assim, voltamos a São Paulo com as matrículas, que totalizavam, após o agrupamento nas cadeias, 195 propriedades rurais (133 em Eunápolis e 62 em Porto Seguro); dez propriedades urbanas em Eunápolis; sete propriedades que não

¹⁴² Informação fornecida por Ariovaldo U. de Oliveira, em 2011, durante reunião de orientação.

estavam no nome da Veracel, mas continham averbação de contrato de fomento com a empresa, localizadas em Porto Seguro¹⁴³; e mais três matrículas de Eunápolis de pessoas físicas que continham contrato de arrendamento com a Veracel.

A partir daí, iniciou-se a análise de alguns aspectos da apropriação privada da terra pela Veracel Celulose nestes dois municípios, que, juntamente com outras informações e dados obtidos nos trabalhos de campo e na bibliografia consultada, serão apresentados a seguir.

Em 1992, a recém-criada Veracruz Florestal Ltda. arrendou 85 propriedades da FRD (que em grande parte, pertenciam anteriormente à Flonibra) por 23 anos, ou seja, pelo período de três ciclos de plantio de sete anos cada um, totalizando 47.140 hectares em propriedades localizadas nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Eunápolis, Belmonte e Prado (CUNHA, 2008, p. 3; SOUZA; OVERBEEK, 2008, p.18).

Segundo Ulisses Lima¹⁴⁴ (apud GONÇALVES, 1994, p. 141), havia, no contrato, opção de permuta destas terras válida por dois anos, o que foi efetivamente ocorreu, em algumas etapas. Em 1992 foram permutadas 26 propriedades com a FRD totalizando 19.900,4164 hectares (nos municípios de Belmonte, Eunápolis, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália) por 17 propriedades da Veracruz Florestal nos municípios de Conceição da Barra, Jaguaré e São Mateus, no Espírito Santo, e Ibirapoã na Bahia, num total de 6.790,9830 hectares. Destes, 475,55 hectares eram de posse, e em algumas dessas propriedades havia maciços homogêneos de árvores, algo que não consta nas propriedades da FRD¹⁴⁵.

Tabela 18 – Imóveis permutados entre a Florestas Rio Doce (FRD) e a Veracruz Florestal em 1992

Adquirente: Veracruz Florestal		Adquirente: Florestas Rio Doce		
<i>Município</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Município</i>	<i>Área Total (ha)</i>	<i>Área Posse (ha)</i>
Eunápolis	1,45	São Mateus	72,40	
Santa Cruz Cabrália	126,20	São Mateus	174,00	
Santa Cruz Cabrália	134,50	Conceição da Barra	177,96	
Santa Cruz Cabrália	150,95	Conceição da Barra	182,40	
Santa Cruz Cabrália	154,10	São Mateus	197,60	
Eunápolis	175,99	São Mateus	212,81	
Eunápolis	177,65	Conceição da Barra	245,80	

¹⁴³ Há diversas áreas de fomento da Veracel em Eunápolis. Por algum motivo elas não entraram no levantamento feito pelo cartório desse município.

¹⁴⁴ LIMA, U. Entrevista realizada com Ulisses Coelho Lima, em Eunápolis, Bahia, em 18 de fevereiro de 1994.

¹⁴⁵ Dados retirados do contrato de permuta entre a FRD e a Veracel Celulose, realizado no 10º Ofício da Comarca de Belo Horizonte, no Livro 290-N, de 27 de agosto de 1992. (Anexo 2)

Prado	183,99	Conceição da Barra	263,57	
Belmonte	218,48	Conceição da Barra	303,20	126,00
Eunápolis	292,88	Conceição da Barra	339,50	
Porto seguro	354,15	Conceição da Barra	342,62	
Santa Cruz Cabrália	425,14	Conceição da Barra	424,00	
Prado	447,48	Conceição da Barra	519,57	
Eunápolis	460,00	Conceição da Barra	531,80	25,00
Eunápolis	478,60	Conceição da Barra	959,67	96,05
Eunápolis	484,80	Conceição da Barra	984,97	
Cabrália	491,60	Ibirapoã	1221,00	224,00
Santa Cruz Cabrália	534,41			
Porto seguro	552,07			
Prado	552,84			
Belmonte	638,49			
Eunápolis	730,57			
Belmonte	887,72			
Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro	933,40			
Eunápolis	3.534,76			
Santa Cruz Cabrália	6.069,59			
Total	19191,81	Total	7152,87	471,05

Fonte: Contrato de Permuta oficializado no 10º Ofício da Comarca de Belo Horizonte (1992). Elaborado pela autora.

Pode-se observar que a grande maioria das propriedades permutadas entre as duas empresas são médias propriedades. Porém, a maior parte das áreas obtidas advém, no caso da adquirente Veracel, de duas grandes propriedades nos municípios de Eunápolis e Santa Cruz Cabrália.

Em 1993 e 1994 o restante das terras arrendadas pela Veracruz foi também permutado por outras. Segundo Gonçalves (1994), as áreas da Veracruz permutadas à FRD foram identificadas pela própria empresa e compradas pela Veracruz somente para efetuar a permuta, em municípios onde a FRD desenvolvia outros projetos, como a Bahia Sul Celulose (atual Suzano) que realiza plantios no extremo sul da Bahia, a exemplo do município de Ibirapoã.

Com a aquisição das terras, a Veracruz também passou a usá-las como reserva patrimonial, ou seja, como garantia para obtenção de financiamento, objetivando o início de suas atividades produtivas, através de hipoteca junto ao BNDES para adquirir empréstimo. Delgado (informação verbal)¹⁴⁶ nos lembra que, no Brasil, a propriedade da terra, que é “ativo fixo” para o capital, ganha liquidez pela possibilidade que traz consigo para obtenção de

¹⁴⁶ Informação fornecida por Guilherme Delgado durante o minicurso Agricultura e Capital Financeiro, ministrado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, em 28 de agosto de 2013.

financiamento público, fazendo com que a propriedade fundiária tenha ainda mais uma possibilidade de capitalização: a obtenção de empréstimos.

Quase as todas das terras permutadas neste período para a empresa, nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro¹⁴⁷, foram hipotecadas para obtenção de financiamento do BNDES, conforme se pode observar nas matrículas (Anexo 1). Dessa forma, a obtenção da propriedade da terra foi adquirida não só como base para produção e como forma de obter lucro extraordinário (renda fundiária) a partir desta produção em bases capitalistas, mas também como reserva patrimonial, através das hipotecas.

Restam dúvidas sobre a equivalência monetária entre as terras permutadas. Sabe-se que numa transação *normal*, a FRD teria incorporado no preço da venda a renda da terra absoluta obtida durante o período em que ela esteve em seu nome, mesmo não havendo plantios nas terras. Considerando que, segundo estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2008) já apresentado, até o levantamento feito pelo órgão em 1994 não havia plantios de eucalipto nos municípios onde a Veracel atua, e que no contrato de permuta não consta a informação de nenhum plantio nas terras das quais a FRD estava se desfazendo, provavelmente elas estavam servindo como reserva patrimonial da empresa, a fim de obter financiamentos estatais para seus outros empreendimentos (conforme afirma Gonçalves, 1994) ou como reserva de valor, a ser realizada quando da venda da terra. Por outro lado, Gonçalves (1994) levanta a hipótese de ter havido favorecimento à Veracruz na permuta, configurando ganho da empresa privada em detrimento do empreendimento público, e assim, transmissão de parte da massa de mais-valia social à empresa nascente.

Além disso, Gonçalves (1994) e também Pedreira (2008) apontam para o “ônus social” deixado para a FRD, favorecendo a Veracel, já que os conflitos derivados da aquisição dos 47 mil hectares ficou restrito à estatal, sendo ela responsabilizada por isso. Enquanto os possíveis conflitos derivados da aquisição do grande montante de terras em troca obtido pela Veracruz a fim de repassar à FRD, também ficou com esta última empresa, que foi a responsável por lidar com eles. Para Gonçalves (1994):

Não parece exagero afirmar que a Veracruz buscou esta forma de adquirir as terras, com a mediação de uma estatal, objetivando justamente que esta assumisse o que se está chamando aqui de "ônus social". Especialmente se for observado o passado profissional recente de dois de seus principais dirigentes. Paulo Silveira, atual diretor-superintendente da Veracruz ocupou a mesma função na Copener¹⁴⁸ e Pedro

¹⁴⁷ Dados cartoriais.

¹⁴⁸ O Grupo Copener - Copene Energética S.A. foi fundado no final da década de 1970 no Polo Industrial de Camaçari, litoral norte da Bahia. A criação da empresa de deu, segundo foi divulgado, com objetivo de produzir

Vaillant, diretor florestal da Veracruz, foi gerente florestal dessa mesma empresa. Silveira e Vaillant foram dois dos dirigentes da Copener que se empenharam no projeto da Norcell, empresa que seria constituída em sociedade com a Riocell [...] e um sócio internacional - fala-se em um banco americano, o Hannover Manufacturers Trust - que teria desistido do projeto. O fato é que grande parte das terras adquiridas pela Copener do Governo Federal eram cultivadas por pequenos agricultores que não possuíam títulos de propriedade.

Além disso, aqueles que possuíam terras foram cercados pelos eucaliptais, sendo praticamente obrigados a vendê-las a preços relativamente baixos, sem contar com os inúmeros casos de grilagem. Tudo isso, aliado à difusão da ideia de que a fábrica de celulose envenenaria o rio Subaúma, acabaria com a pesca na região e expulsaria mais agricultores do campo, deu origem a movimentos contrários à fábrica e favoráveis à agricultura envolvendo sindicatos de trabalhadores rurais, associação de pescadores e setores da Igreja Católica. [...]. (GONÇALVES, 1994, p. 142)

A Copener acabou *desistindo* do projeto Norcell, não se sabe exatamente o porquê, e as plantações já efetuadas de eucalipto foram vendidas no final dos anos 1980 para a Klabin¹⁴⁹.

Pedro Vaillant e Paulo Silveira foram, neste momento, buscar um novo empreendimento mais ao sul do estado, e principalmente Vaillant, tornou-se figura conhecida no Extremo Sul baiano pela sua atuação no início das atividades da Veracruz Florestal. Outro funcionário da empresa bastante citado em relação a este período é Luiz Carlos Scoton. Ele e Vaillant sempre são lembrados pelos negócios fundiários que fizeram em nome da Veracruz/Veracel, e inclusive, são os representantes legais da Veracel nas compras de propriedades de grande parte das matriculas obtidas no levantamento cartorial. Segundo Adroaldo Guimarães dos Santos Filho, membro do EBDA de Itapebi e ex-prefeito do município (gestão 1989-1992), os dois chegaram a Eunápolis no final dos anos 1980 buscando fazendas para o plantio de eucalipto: “Eles mesmos foram quem escreveu o projeto para empreendimento de celulose ali, e começaram a buscar investidores. A Odebrecht foi a primeira a aceitar, e aí foi montada a Veracruz Florestal. [...] A segunda fase foi buscar financiamento com o BNDES.” (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012) Conforme vimos acima, foi exatamente o que ocorreu, e segundo a própria Veracel divulga, em livro publicado em homenagem aos seus dez anos de existência:

energia de biomassa para o Polo, substituindo as fontes fosseis. Porém, com a queda do preço do petróleo no início dos anos 1980, o projeto foi abandonado e algumas alternativas surgiram para a utilização dos plantios já efetuados de eucalipto. Uma delas foi a produção de celulose, no projeto Norcell, que acabou não saindo do papel. (BSP, sítio eletrônico; GONÇALVES, 1994)

¹⁴⁹ Em 1989 Copene foi adquirida pela Klabin, sendo denominada Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A. Já em 1993 foi modificado novamente seu nome para Copener Florestal Ltda, e em 2003 foi vendida para o Grupo Sateri, que criou também a Bahia Pulp S.A. – empresa que atualmente produz celulose solúvel e se chama Bahia Specialty Cellulose (BSC). A Copener Florestal, hoje sediada em Alagoinhas, é responsável pelas plantações de eucalipto que abastecem a fábrica da BSC. As duas empresas têm um “relacionamento operacional exclusivo” e propriedade comum (Grupo Sateri). (BSP, sítio eletrônico)

A Veracel começou a surgir em 1989, quando dois executivos, Paulo Neves Silveira, que viria a ser o primeiro diretor-superintendente da empresa, e Pedro Vaillant, hoje seu diretor florestal, resolveram escrever o projeto de um empreendimento industrial de celulose para o Sul da Bahia. A ideia vingou e o grupo Odebrecht decidiu assumir o projeto na segunda metade de 1991, criando então a Veracruz Florestal, nome que mudou para Veracel Celulose, em julho de 1998. (VERACEL CELULOSE, 2002, p. 10)

A Veracel iniciou o plantio de eucaliptos nas terras adquiridas pela FRD, segundo a própria empresa divulga, em 1992 (VERACEL CELULOSE, 2002, p. 11). Segundo Gonçalves (1994), a previsão da empresa à época era que seriam necessários entre 115 e 120 mil hectares para o empreendimento, mas o restante das terras (excluídos os 47 mil hectares permutados com a FRD) poderia ser adquirido num prazo de tempo maior, pois a empresa pretendia plantar aproximadamente cinco mil hectares de eucalipto por ano. Ainda havia estudos para que parte dos plantios fossem feitos em áreas de fomento florestal, o que realmente foi feito, conforme veremos mais adiante.

Das propriedades adquiridas pela FRD entre 1992 e 1994, nos municípios de Porto Seguro e Eunápolis, onde fizemos o levantamento cartorial das áreas pertencentes à Veracel Celulose, foram adquiridas 29 propriedades da FRD, totalizando 10.155,66 hectares. Destas, 28 estavam no recém-criado município de Eunápolis e uma no de Porto Seguro. Porém, a maioria das propriedades foi comprada de particulares ou alienada pelo Estado a favor da Flonibra no município de Porto Seguro. Nas matrículas consta a incorporação desta pela Cenibra em 1989, e no mesmo ano, a permuta destas terras para a FRD. Em 1992 foi feito o arrendamento para a Veracruz Florestal e depois nova permuta para esta última empresa.

Tabela 19 – Propriedades permutadas entre a Florestas Rio Doce (FRD) e a Veracruz Florestal nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro

NOME	MUNICÍPIO	ÁREA	ANO DA PERMUTA
Faz. Maravilha b	Eunápolis	39,50	1994
Faz. Parangaba b	Eunápolis	52,97	1994
Faz. Caji	Eunápolis	90,83	1992
Faz. Maravilha a	Eunápolis	128,00	1994
Faz. Balancinho	Eunápolis	171,90	1992
Faz. Tamanduá	Eunápolis	175,99	1992
Faz. Boa vista	Eunápolis	177,65	1992
Faz. Boa esperança	Eunápolis	200,00	1992
Faz. Nova américa	Eunápolis	207,87	1994
Faz. Lucimar	Eunápolis	292,88	1992
Faz. Conjunto Jericó	Porto Seguro	298,49	1993
Faz. Palmeiras	Eunápolis	314,68	1992
Faz. Maravilha c	Eunápolis	383,16	1994
Faz. Balanço	Eunápolis	408,56	1992
Faz. Ouro verde	Eunápolis	435,00	1994
Faz. Parangaba a	Eunápolis	442,78	1994
Faz. Vista nova	Eunápolis	460,00	1992

Faz. Queimadinha	Eunápolis	460,55	1994
Faz. Serenata	Eunápolis	465,00	1992
Faz. Nova união	Eunápolis	484,80	1992
Faz. Madrugada	Eunápolis	485,30	1992
Faz. Recordação	Eunápolis	494,06	1994
Faz. Cedro	Eunápolis	499,32	1992
Faz. Caucaia	Eunápolis	499,58	1992
Faz. Córrego da Queimadinhos	Eunápolis	500,00	1992
Faz. Queimadinhos	Eunápolis	500,00	1992
Faz. Alagôas	Eunápolis	500,00	1992
Faz. Formosa	Eunápolis	730,57	1992
Total		9.899,44	

Fonte: Matrículas dos Cartórios de Registros de Imóveis de Eunápolis e Porto Seguro. Elaborado pela autora.

A grande maioria das aquisições se deu em médias propriedades (principalmente nas entre 300 e 400 hectares, que somam 14 das propriedades adquiridas), e também, em menor proporção, em pequenas propriedades (até cem hectares).

Além destas, a Veracruz ainda arrendou mais três propriedades da FRD neste momento, mas que só foram compradas posteriormente. As três propriedades, Fazenda Santa Helena, Fazenda Sítio Esperança e Fazenda Sapucaia, eram terras devolutas cercadas pela FRD, que as arrendou para a Veracel, e as quais ela manteve a ocupação mesmo sem ter o título da terra¹⁵⁰. Conforme se pode observar adiante, as três foram transmitidas pelo Estado à FRD em 2 de dezembro de 1996, já estando arrendadas pela Veracel desde 1992, e as quais ela comprou em 9 de janeiro de 1998. Desta forma, mais uma vez a empresa deixou o ônus da ocupação para a FRD, que foi quem se responsabilizou pela regularização e compra e venda das terras, mesmo elas não estando mais sob seu domínio.

¹⁵⁰ Apesar de a Veracel afirmar na seção “perguntas frequentes” de seu *site* que “A Veracel ressalta que a diretriz adotada pela Empresa para aquisição de imóveis não admite a aquisição de terras não tituladas ou que se enquadrem no conceito de devolutas. Seguindo essa diretriz, a Veracel só compra imóveis rurais que tenham posse comprovada de particulares, sob algum título” (VERACEL, 2013), temos alguns indícios de irregularidades cometidas pela empresa, a exemplo destes arrendamentos e alguns outros casos que serão tratados ao longo deste tópico do texto.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1997

Matrícula Nº 5.322

Data 30/07/1997.

Identificação do Imóvel - Imóvel Agrícola denominado "SAFUCAIA", situado no lugar denominado "SAFUCAIA", no Município de Santa Cruz Cabrália(BA), atualmente Município de Eunápolis(BA); com área total de 786ha 01a 44ca(setecentos e oitenta e seis hectares, mais áreas e quatro centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte com Jorge José de Jesus; Nordeste com Clernie Dutra; Este com Clernie Dutra, João Pacheco Ribeiro e João Ramos de Oliveira; Sudeste com João Ramos de Oliveira; Sul com Maria Margarida Vieira Neris e João Rabelo de Moraes; Sudoeste com João Rabelo de Moraes e Macedonio de Jesus; Oeste com Macedonio de Jesus, Dionili Lopes dos Santos, Perciliano Lopes dos Santos e João Rabelo de Moraes; Noroeste com Cassimiro Correia Neto. Cadastrado no I.N.C.R.A. sob o nº326.070,00 1.724-1 e na Receita Federal sob nº.2771956-1.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Modalidade de Aquisição: Terras devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis/BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

R.1-M.5.322, Eunápolis/BA., 30 de julho de 1997. Título de Terras sob nº3006501, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 02 de dezembro de 1996, de acordo com a Lei nº.3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº.23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº.3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº.25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. Paulo Souto; TRANSMITIU à Firma FLORESTAS RIO DOCE S/A, com sede à Avenida Amazonas nº.491-68 andar, na Cidade de Belo Horizonte-MG, com CGC nº.17.308.602/0001-03; pelo preço de R\$35.119,58 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÃO: O presente Título faz parte integrante dos Registros números 616, 615 de 24/11/92 e número 608 de 09/11/92, Livro C, todos no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Eunápolis/BA, e, anteriormente, do Registro número R.03-530, Livro C-2, de 18/08/89 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Porto Seguro/BA. Eunápolis-BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

AV.2-M.5.322, feita em 30 de julho de 1997, para constar que a área desta matrícula, por equívoco, foi registrada sob nº. R.03-18.117, Livro C, de 02/12/96, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro-BA., vez que, a mencionada matrícula se localiza na Comarca de Eunápolis-BA. Te Eunápolis-BA., 30/07/1997. O Oficial

AV.3-M.5.322, feita em 30 de julho de 1997, para constar que a área desta matrícula foi arrendada pela proprietária, pelo prazo de 23 (vinte e três) anos, à VERACRUZ FLORESTAL LTDA., conforme consta do registro número de Arrend R.04-530, Livro C-2, de 15/01/1992, constante da certidão expedida em 09/11/92, pelo CRTD da Comarca de Porto Seguro-BA., que certifica ainda da não constar qualquer outro tipo de ônus gravoso ao imóvel acima, vide Ar. 1-608, Livro C, de 09/11/92, do CRTD desta Comarca. Te Eunápolis-BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

AV.4-M.5.322, feita em 30 de julho de 1997. Pelo Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas e Demais Formas de Vegetação, celebrado em 11/12/1999, entre a proprietária, através da VERACRUZ FLORESTAL LTDA firma sediada nesta cidade de Eunápolis-BA., na BR-101, KM-716, Setor Industrial, CGC/ME nº.40.551.996/0001-48 e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, fica preservada do imóvel desta matrícula a área de 125,2000 hectares, não inferior a 20% do imóvel, área esta gravada com de preservação permanente, não podendo dela ser feito qualquer tipo de exploração e não ser mediante autorização do IBAMA. Eunápolis-BA., 30 de julho de 1997. O Oficial. Vide Av.2-615, Livro C, de 18/12/92 do CRTD desta Comarca. Oficial

R.5-M.5.322, feito em 13 de janeiro de 1998. Título: Compra e Venda. Transmitedente: FLORESTAS RIO DOCE S/A - já qualificada, representada por seu Diretor ARMANDO JANEIRO AMARAL, brasileiro, divorciado economicamente, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador do CIC Nº.174.598. 427-53, à Rua Américo Luz, nº 631, aptº 631, Bairro Gutierrez e pelo gerente de consultoria interna JOSÉ ALVES TEODORO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CIC Nº.081.441.336-68, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, aptº 201, à Rua Afonso Pena Junior, Bairro Cidade Nova. Adquirente: VERACRUZ CEULOSE S/A - pessoa jurídica de direito privado, com sede e Foro em Eunápolis-BA, na BR 101, Km. 716, Bairro Industrial, inscrita no CGC/ME nº. 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Rua Guaratinga, nº 403, Eunápolis-BA, portador do CIC Nº. 282.540.077-72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, em genheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-BA, portador do CIC Nº. 039.021.708-59. Forma do Título: Escritura Pública de Compra e Venda nº. 1.521, fls. 76/84, livro 029, lavrada em 09/01/98, nas notas da Tabela, Nilza Lima de Araújo - da comarca de Alagoinhas-BA. Imóvel: o imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 509.706,45 (QUINHENTOS E NOVE MIL SETECENTOS E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). Condições: As constantes da TOS E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS. nº. 8.992, fls. 2434, livro 1-A escritura. Protocolo: Título protocolado sob nº. 8.992, fls. 2434, livro 1-A Eunápolis-BA., 13 de janeiro de 1998. O Oficial

Ilustração 1 – Matrícula nº 5.322, referente ao imóvel Fazenda Sapucaia, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 30 de julho de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ☐ OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA	
	REGISTRO GERAL - ANO 1997	Oficial Titular

Matrícula Nº 5.323 Data 30/07/1997 Identificação do Imóvel - Imóvel Agrícola denominado "SÍTIO ESPERANÇA", situado no lugar denominado "Sapucaieira", Município de Santa Cruz Cabrália(BA), atualmente Município de Eunápolis(BA); com a área de 845ha 72 a 59ca(oitocentos e quarenta e cinco hectares, setenta e dois ares e cinquenta e nove centiares), em terras próprias; limitando-se ao Norte, Nordeste? Este e Noroeste com Florestas Rio Doce S/A.; Sudeste, Sul e Sudoeste com Embauba S/A; Oeste com Embauba S/A e Florestas Rio Doce S/A. Cadastrado na Receita Federal sob nº.4058831.9.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Modalidade de Aquisição: Terras devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis/BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

R.1-M.5.323, Eunápolis/BA., 30 de julho de 1997. Título de Terras sob o nº. 300.496, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 02 de dezembro de 1996, de acordo com a Lei nº.3.038 de 10 de outubro de 1972 regulamentada pelo Decreto nº.23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº.3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº.25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador Dr. Paulo Souto; TRANSMITIU à FLORESTAS RIO DOCE S/A., com sede à Avenida Amazonas nº.491, 6º andar, em Belo Horizonte(MG) e CGC sob o nº.17.308.602/0001-03; pelo preço de R\$37.675,30 todo o direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÃO: O presente Título faz parte integrante dos Registros números:624, 625 626, Livro "C", todos de 15/12/92 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Eunápolis-BA., e, anteriormente, do Registro número R.3-151, Livro C-2, de 18/08/89, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Porto Seguro-BA. Eunápolis/BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

AV.2-M.5.323, feita em 30 de julho de 1997, para constar que a área desta matrícula, por equívoco, foi registrada sob nº.R.01-18.138,Livro 3, de 02/12/96, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro-BA., vez que, a mesma, encontra-se localizada na Comarca de Eunápolis-BA. Eunápolis-BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

AV.3-M.5.323, feita em 30 de julho de 1997, para constar que a área desta matrícula foi arrendada pela proprietária, pelo prazo de 23 (vinte e três) anos, à VERACRUZ FLORESTAL LTDA., firma sediada nesta cidade de Eunápolis-BA., na BR-101, KM-716, Setor Industrial, CGC/IT. nº.40.551.996/0001-48, conforme consta dos registros R.04-148, R.04-150 e R.04-151, de 15/01/92, todos do CRTD da comarca de Porto Seguro-BA., e, Av.1-624, Av.1-625 e Av.1-626, Livro C, de 15/12/1992, do CRTD desta comarca, sendo que os primeiros

primeiros conforme consta de certidão do CRTD da comarca de Porto Seguro-BA. e que ficou arquivada onde também consta não haver qualquer outro tipo de ônus gravando o imóvel desta matrícula. Verdade e dou fé. Eunápolis-BA., 30 de julho de 1997. O Oficial

R.4-M.5.323, feito em 13 de janeiro de 1998. Título: Compra e Venda. Transmittente: FLORESTAS RIO DOCE S/A, já qualificada, representada por seu Diretor ARMANDO JANEIRO AMARAL, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador do CIC Nº. 174.598. 427-53 e pelo gerente de consultoria interna, JOSÉ ALVES TEODORO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CIC Nº.081.441.336-68, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG. Adquirente: VERACRUZ CELULOSE S/A - pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 101, Km. 716, Bairro Industrial - Eunápolis-BA, inscrita no CGC/MF. sob nº. 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunápolis-BA, portador do CIC Nº. 282.540.077/72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-BA, portador do CIC Nº.039.021.708-59. Forma do Título: Escritura Pública de Compra e Venda nº 1.521, fls. 76/84, livro 029, lavrada em 09/01/98, nas notas da Tabela, Nilza Lima de Araújo - da comarca de Alagoinhas-BA. Imóvel: o imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 411.048,45(QUATROCENTOS E ONZE MIL, QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). Condições: As constantes da escritura. Protocolo: Título protocolado sob nº. 8.582, fls. 434, livro 1-A. Eunápolis-BA., 13 de janeiro de 1998. O Oficial

Ilustração 2 – Matrícula nº 5.323, referente ao imóvel Sítio Esperança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 30 de julho de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
	OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA	
REGISTRO GERAL - ANO 1.997		Oficial Titular
Matrícula nº 5.345	Data 21/agosto/1997	Identificação do Imóvel - "FAZENDA SANTA HELENA", situado atualmente no Município de Eunápolis-BA, com a área total de 256ha,22a,55ca.(DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS HECTARES, VINTE E DOIS ARES E CINQUENTA E CINCO CENTIARES), em terras próprias, limitando-se ao Norte-Este Sul: Silvestre Cortes Rossignolli; Oeste: Empreendimentos Florestais S/A - FLONIBRA e Jaime Matos, Cadastrada na Receita Federal sob nº 4058829-7. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA.
<p>R.01-M.5.345, feito em 21 de agosto de 1997. Título de Terras sob nº 300.503 expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 02 de dezembro de 1996, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representada por seu Governador, o Dr. Paulo Souto, TRANSMITIU à Firma FLORESTAS RIO DOCE S/A com sede à Avenida Amazonas nº 491, 6º andar, na Cidade de Belo Horizonte-MG com CGC nº 17.308.602/0001-03, pelo preço de R\$ 11.473,74 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. Observação: O presente título faz parte integrante os registros números 506 e 507 de 09/11/92, posteriormente, registro 614, de 24/11/92, Livro C, do CRTD desta Comarca, e, anteriormente, do registro número 512, Livro C-2, de 21/12/77, R.520, Livro C-2, de 21/12/77, ambos do CRTD da Comarca de Porto Seguro-Ba. Eunápolis-Ba., 21 de agosto de 1997. O OFICIAL.</p>		
<p>AV.2-M.5.345, feita em 21 de agosto de 1997, para constar que a área desta matrícula, por equívoco, foi registrada sob nº.R.01-13.139, Livro 2, de 02/12/96, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro-Ba., vez que, a referida área, encontra-se localizada na Comarca de Eunápolis-Ba. Eunápolis-Ba., 21 de agosto de 1997. O OFICIAL.</p>		
<p>AV.3-M.5.345, feita em 21 de agosto de 1997, para constar que a área desta matrícula, foi arrendada pela proprietária, pelo prazo de 23(vinte e três) anos, à VERACRUZ FLORESTAL LTDA., firma sediada nesta cidade de Eunápolis-BA, na BR-101, KM-716 - Setor Industrial - inscrita no CGC/ME sob nº 40.551.996/0001-48, conforme consta dos registros R.04-519, R.04-520, Livro C-2 de 15/01/92, ambos do CRTD da comarca de Porto Seguro-BA, e, AV.1-606 AV.01-607, AV.01-614, sendo os dois primeiros de 09/11/92 e o último de 24/11/92 do CRTD desta comarca, sendo que os dois primeiros registros conforme consta de certidão do CRTD da comarca de Porto Seguro-BA, e que ficou arquivada, onde também consta não haver qualquer outro tipo de ônus gravando o imóvel desta matrícula. É verídica e da fé. Eunápolis-BA., 21 de agosto de 1997. O OFICIAL.</p>		
<p>AV.4-M.5.345, feita em 21 de agosto de 1997. De acordo com o Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas e Demais Formas de Vegetação, celebrado em 11/12/92, pela proprietária e o IBAMA, (vide AV.3-614, de 24/11/92, Livro C, do CRTD desta comarca) fica gravado do imóvel desta matrícula uma de 42ha.33a.29ca., não inferior a 20,54% do total do imóvel como de preservação permanente, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração, a não ser mediante autorização do IBAMA. Eunápolis-BA., 21 de agosto de 1997. O OFICIAL.</p>		
<p>R.5-M.5.345, feito em 13 de janeiro de 1998. Título: Compra e Venda. Transmittente: FLORESTAS RIO DOCE S/A, já qualificada, representada por seu Diretor ARMANDO JANEIRO AMARAL, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador do CIC nº.174.598.427/53, e pelo seu gerente de consultoria interna, JOSÉ ALVES TEODORO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CIC nº.081.441.336-68. Adquirente: VERACRUZ CELULOSE S/A - pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 101, Km. 716 - Bairro Industrial - Eunápolis-BA., inscrita no CGC/ME sob nº. 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunápolis-BA, portador do CIC nº.282.540.077/72, e PEDRO CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-BA, portador do CIC nº. 039.021.708-59. Forma do Título: Escritura Pública de Compra e Venda nº. 1.521, fls. 76/84, livro 029, lavrada em 09/01/1998, nas notas da Tabela - Nilza Lima de Araújo, da Comarca de Alagoinhas-BA. Imóvel: o imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 144.568,80(CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS). Condições: As constantes da escritura. Protocolo: Título protocolado sob nº. 8.582, fls. 234, livro 1-A. Eunápolis-BA, 13 de janeiro de 1998. O OFICIAL.</p>		

Ilustração 3 – Matrícula nº 5.345, referente ao imóvel Fazenda Santa Helena, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 21 de agosto de 1997.

Além das áreas rurais, a Veracel ainda arrendou e depois comprou da FRD uma propriedade urbana, na cidade de Eunápolis, com 14.521m².

Nestes três anos (1992, 1993 e 1994) a Veracel ainda iniciou, paralelamente, a compra de terras de particulares nestes dois municípios, processo que se acelerou entre 1995 e 1996, mas não com tanta intensidade quanto nos anos seguintes (1997 e especialmente 1998), que são os que mais chamam atenção em relação às compras de terras durante todo o período analisado. A empresa realizou aquisições nos dois municípios, de propriedades de diferentes classes de área.

Em Eunápolis, com exceção de 1997, são as propriedades com até 500 hectares as mais compradas pela empresa, o mesmo acontecendo em Porto Seguro durante todos os anos.

É importante salientar que o fato da apropriação territorial da empresa se dar principalmente em pequenas e médias propriedades não invalida o argumento aqui construído, de que há uma territorialização do monopólio efetuada pela Veracel, o que pressupõe grandes quantidades de terras em suas mãos, para que possa efetuar a hegemonia na produção da matéria-prima utilizada pela indústria, que a permite determinar os preços pagos aos outros produtores, além de, principalmente, lhe proporcionar, potencial e realmente, um grande poder socioeconômico na região em questão, por ser a maior indústria, a maior produtora rural e a maior latifundiária desta parcela baiana do território. Para Thomaz Júnior (1988), ao realizar análise sobre o processo de territorialização do grupo sucroalcooleiro Bellodi em Jaboticabal (SP):

[...] a consolidação do monopólio agroindustrial territorializado que se materializa pós Pro-Álcool, com uma forte concentração de terras nas classes de área médias e pequenas, não invalida a dinâmica do processo em discussão, pois na ponta, o que se tem é a incorporação dessas áreas (médias e pequenas) sob domínio do grupo monopolista, consumando o uso capitalista do território, agora em bases monopolísticas. (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 203-204)

Tabela 20 – Aquisições de terras da Veracel Celulose: município de Eunápolis

Ano	Área	0>10	10>100	100>200	200>300	300>400	400>500	500>600	600>700	700>800	800>900	900>1000	1000>1500	1500>2000	<2000	TOTAL
1992	núm. ¹	0	2	3	2	1	7	3	0	1	0	0	0	0	0	19
	Área	0	153,5	525,54	492,88	314,68	3302,56	1500	0	730,57	0	0	0	0	0	7019,73
	%	0,00%	2,19%	7,49%	7,02%	4,48%	47,05%	21,37%	0,00%	10,41%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1993	núm.	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	área	7,27	189,43	101,91	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	298,61
	%	2,43%	63,44%	34,13%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1994	núm.	1	3	2	1	2	4	0	0	1	0	0	0	0	0	14
	área	6,05	171,25	265,27	207,87	758,35	1832,39	0	0	782,46	0	0	0	0	0	4023,64
	%	0,15%	4,26%	6,59%	5,17%	18,85%	45,54%	0,00%	0,00%	19,45%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1995	núm.	0	2	3	1	0	2	0	0	2	0	0	0	1	0	11
	área	0	139,41	517,8	219,71	0	818,12	0	0	1527,03	0	0	0	1600,98	0	4823,05
	%	0,00%	2,89%	10,74%	4,56%	0,00%	16,96%	0,00%	0,00%	31,66%	0%	0%	0%	33%	0%	100%
1996	núm.	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	área	0	0	0	811,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	811,4
	%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1997	núm.	0	2	3	0	1	1	0	0	0	2	1	2	1	1	14
	área	0	121,25	442,08	0	307,65	498,04	0	0	0	1698,25	940,8	2624,53	1755,87	2090,04	10478,51
	%	0,00%	1,16%	4,22%	0,00%	2,94%	4,75%	0%	0%	0%	16,21%	8,98%	15,00%	16,76%	19,95%	100%
1998	núm.	0	7	9	4	3	2		1	1		0	0	1	0	28
	área	0	298,19	1069,68	1015,5	1079,13	974,64		640	786,01		0	0	1731,05	0	7594,2
	%	0,00%	3,93%	14,09%	13,37%	14,21%	12,83%	0,00%	8,43%	10,35%	0,00%	0%	0%	23%	0%	100%
2001	núm.	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	área	0	87,28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	87,28
	%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2002	núm.	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	área	0	71	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	71
	%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2003	núm.	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	área	0	43,54	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43,54
	%		100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2004	núm.	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
	área	0	0	0	0	362,68	0	0	0	757,51	0	0	0	0	0	1120,19
	%	0%	0%	0%	0%	32%	0%	0%	0%	68%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2005	núm.	0	3	4	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	9
	área	0	151,7	560,91	0	0	487,11	0	0	761,4	0	0	0	0	0	1961,12
	%		7,74%	28,60%	0%	0%	25%	0%	0%	39%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2006	núm.	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	área	8,16	117,03	126,52	216,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	468,51
	%	2%	25%	27%	46%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2007	núm.	1	8	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
	área	9,39	448,31	106,66	269,36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	833,72
	%	1%	54%	13%	32%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2008	núm.	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	área	185,67	252,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	467,9
	%			0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Sem Dado ²	núm.	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	área	0	30,00	112,20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2623,31	2765,51
	%	0%	1,08%	4,06%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	94,86%	100%

¹ Número de propriedades adquiridas.

² Há alguns casos em que não foi possível saber a data de transmissão de determinadas áreas para a Veracel. Num deles, a Fazenda Serra Verde (matrícula 5.847, conforme Anexo 1), não consta a transação de compra e venda. Os outros dois casos são de novas matrículas fruto de fusões de propriedades da Veracel (por terem área contígua), nos quais há registro, em cada uma delas, de uma matrícula de origem à qual não tivemos acesso. Assim, foi exposto nesta coluna a diferença de área entre as matrículas às quais tivemos acesso e a área total após a fusão. São elas: Fazenda Sapucaia, matrícula 7.086; e Fazenda Boa Vista, matrícula 10.089, conforme Anexo 1.

Fonte: Pesquisa Cartorial. Elaborado pela autora.

Tabela 21 – Aquisições de terras da Veracel Celulose: município de Porto Seguro

Ano	Área	0>10	10>100	100>200	200>300	300>400	400>500	500>600	600>700	700>800	800>900	900>1000	1000>1500	1500>2000	TOTAL
1993	núm. ¹	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	área	0	0	0	298,49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	298,49
	%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1995	núm.	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
	área	0	0	0	288,13	0	0	553,78	0	0	0	0	0	0	841,91
	%	0%	0%	0%	34,22%	0%	0%	65,78%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1996	núm.	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
	área	0	0	130	0	0	483,77	0	0	0	0	0	0	0	613,77
	%	0%	0%	21,18%	0%	0%	78,82%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
1997	núm.	1	0	4	3	2	2	1	0	0	0	0	0	1	14
	área	5,08	0	607,08	803,46	730,78	956,59	590,48	0	0	0	0	0	1807,99	5501,46
	%	0,09%	0%	11,03%	14,60%	13,28%	17,39%	10,73%	0%	0%	0%	0%	0%	32,86%	100%
1998	núm.	0	5	3	1	2	4	1	0	3	1	2	3		25
	área	0	334,23	527,87	243,55	668,74	1934,5	544,27	0	2161,17	822,72	1945,18	3245,65		12427,88
	%		2,69%	4,25%	1,96%	5,38%	15,57%	4,38%	0,00%	17,39%	6,62%	15,65%	26,12%		100%
1999	núm.	1	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	área	5,85	139,85	0	271,16	395,29	0	0	0	0	0	0	0	0	812,15
	%	0,72%	17,22%		33,39%	48,67%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2000	núm.	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	área	0	47,74	0	291,79	0	0	0	0	0	0	0	0	0	339,53
	%	0%	14,06%	0%	85,94%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2002	núm.	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	área	0	76	129,72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	205,72
	%	0%	36,94%	63,06%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
2006	núm.	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	área	0	0	0	281,71	317,92	0	0	0	0	0	0	0	0	599,63
	%	0%	0%	0%	46,98%	53,02%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Sem dado ²	núm.	0	3	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7
	área	0	149,66	156,19	507,55	0	0	0	0	0	830,95	0	0	0	1644,35
	%	0%	9,10%	9,50%	30,87%	0%	0%	0%	0%	0%	50,53%	0%	0%	0%	100%

¹ Número de propriedades adquiridas.

² Há alguns casos em que não foi possível saber a data de transmissão de determinadas áreas para a Veracel. Dois casos, assim como ocorreu em Eunápolis, são de novas matrículas fruto de fusões de propriedades da Veracel (por terem área contígua), nos quais há registro, em cada uma delas, de uma matrícula de origem à qual não tivemos acesso. Assim, foi exposto nesta coluna a diferença de área entre as matrículas às quais tivemos acesso e a área total após a fusão. São elas: Fazenda Palestina, matrícula 23.489; e Fazenda Graciosa, matrícula 23.488, conforme Anexo 1. Além destas, há quatro matrículas (Fazenda Estrela, matrícula 18.401; Fazenda Estrela do Sul, matrícula 18.400; Fazenda Sorocaba A-01, matrícula 19.506; e Fazenda Sorocaba A-02, matrícula 19.507) que já se iniciam com a Veracel como proprietária, e as quais não nos foi fornecida a origem, pois ela tinha mais que 20 anos. Por último, há ainda uma propriedade, Fazenda Itaperi, matrícula 19.983, que era devoluta até 1999, quando foi transmitida à patrimônio particular, e logo em seguida há um registro atestando que aquela matrícula faz parte de uma área maior, pertencente à Veracel Celulose (matrícula 7.069), à qual também não tivemos acesso.

Fonte: Pesquisa Cartorial. Elaborado pela autora.

Além disso, percebe-se a grande quantidade de áreas anexadas pela empresa em relação ao tamanho total do município. Segundo estudo realizado pelo IMA em 2008, em Eunápolis esse total seria de 33,1%. Considerando que em Eunápolis não constam compras ou vendas após esse ano, o total deveria ser o mesmo, porém, segundo os dados do cartório, as áreas da empresa somam 34,89% ou 41.139,59 hectares. Em Porto Seguro, por outro lado, a quantidade de terras controladas pela Veracel é menor segundo nosso levantamento cartorial do que o divulgado pelo IMA em 2008: 11%. Neste ano, haveria 8,16% ou 19.645,12 hectares de propriedade da Veracel.

Tabela 22 – Aquisições e vendas de propriedades da Veracel Celulose em Eunápolis

Ano	Aquisições			Venda/Permuta		Total (%)	Total (ha)
	área (ha)	área (%)	% total	área (ha)	área (%)		
1992	7019,73	5,95%	5,95%			5,95%	7019,73
1993	298,61	0,25%	6,21%			6,21%	7318,34
1994	4023,64	3,41%	9,62%			9,62%	11341,98
1995	4823,05	4,09%	13,71%	38,72*	0,03%	13,68%	16126,31
1996	811,4	0,69%	14,36%			14,36%	16937,71
1997	10478,51	8,89%	23,25%			23,25%	27416,22
1998	7594,2	6,44%	29,69%	1350,25	1,15%	28,55%	33660,17
1999			28,55%	98,05	0,08%	28,46%	33562,12
2001	87,28	0,07%	28,54%	55,32	0,05%	28,49%	33594,08
2002	71	0,06%	28,55%			28,55%	33665,08
2003	43,54	0,04%	28,59%			28,59%	33708,62
2004	1120,19	0,95%	29,54%	31,65	0,03%	29,51%	34797,16
2005	1961,12	1,66%	31,17%			31,17%	36758,28
2006	468,51	0,40%	31,57%			31,57%	37226,79
2007	833,72	0,71%	32,28%	154,33	0,13%	32,15%	37906,18
2008	467,9	0,40%	32,54%			32,54%	38374,08
sem dado	2765,51	2,35%	34,89%			34,89%	41139,59
Total	42867,91	36,36%		1728,32	1,47%	34,89%	41139,59
* Esta área foi subtraída de propriedade maior, anteriormente de 415,82 ha, em função de nova medição, que comprovou que estava em outra propriedade.							

Fonte: Dados Cartoriais. Elaborado pela autora.

Tabela 23 – Aquisições e vendas de propriedades da Veracel Celulose em Porto Seguro

Ano	Compra			Venda		Total (%)	Total (ha)
	área (ha)	área (%)	total %	área (ha)	área (%)		
1993	298,49	0,12%	0,12%			0,12%	298,49
1994			0,12%	298,49	0,12%	0,00%	0
1995	841,91	0,35%	0,35%			0,35%	841,91
1996	613,77	0,25%	0,60%			0,60%	1455,68
1997	5501,46	2,28%	2,89%			2,89%	6957,14
1998	12427,88	5,16%	8,05%	544,27*	0,23%	7,82%	18840,75
1999	812,15	0,34%	8,16%			8,16%	19652,9
2000	339,53	0,14%	8,30%	790,83	0,33%	7,97%	19201,6
2002	205,72	0,09%	8,06%	70,04	0,03%	8,03%	19337,28
2004			8,03%	291,79	0,12%	7,91%	19045,49
2006	599,63	0,25%	8,16%			8,16%	19645,12
2009			8,16%	278,09	0,12%	8,04%	19367,03
2011			8,04%	37,55	0,02%	8,03%	19329,48
Sem dado	1644,35	0,68%	8,71%			8,71%	20973,83
Total	23284,89	9,67%		2311,06	0,96%	8,71%	20973,83

* Essa propriedade não foi vendida pela Veracel, porém houve processo judicial que inviabilizou a venda à empresa, após ela ter ocorrido, em função de uma ação de cooperativa de trabalhadores contra o antigo dono.

Fonte: Dados Cartoriais. Elaborado pela autora.

Mais um aspecto nos chamou atenção ao observar as matrículas cartoriais: diversas propriedades haviam sido compradas pela Veracel, segundo consta nas matrículas, enquanto as terras ainda eram devolutas, do Estado da Bahia. Mas, todas elas foram transmitidas em algum momento para domínio particular, porém, em todos os casos, para pessoas físicas, após terem sido compradas pela empresa, o que caracteriza o uso de “laranjas” para regularização da situação jurídica das terras apropriadas pela empresa. Vejamos:

A Fazenda Boa Paz, de 498,05 hectares, terra devoluta pertencente ao estado da Bahia até 1999, teve sua área transmitida para Anton Alois Huesler em 29 de janeiro deste ano. Porém, havia sido comprada pela Veracel em 23 de outubro de 1997¹⁵¹.

¹⁵¹ As matrículas completas podem ser observadas no Anexo 1.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.999

Matrícula Nº 5.940 Data 18/fevereiro/99 Identificação do Imóvel - Imóvel Rural 'denominado FAZENDA BOA PAZ' em terras próprias objeto do Título nº. 405.939, com a Superfície total de 498ha.04a.94ca.(QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO HECTARES, QUATRO ARES E NOVENTA E QUATRO CENTIARES), com limites e confrontantes seguintes: NORDESTE/ESTE/SUDESTE/SUL/SUDOESTE/OESTE com a Veracel Celulose S/A e Edmar Margoto.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras Devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunapolis-BA., 18 de fevereiro de 1999. O Oficial

R.1-M.5.940, feito em 18 de fevereiro de 1999. Pela Escritura Pública de Compra e Venda nº. 598, fls. 232/234, Livro 04, lavrada em 23/10/97, nas notas da Tabela Substituta Designada Cel. Raymond Correia Souza, desta comarca, já registrada sob nº. R.2-1.477, Livro C em data de 06/11/97, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, desta comarca, Pela Qual o Sr. ANTON ALOIS HUESLER, já qualificado VENDEU à Firma VERACEL CELULOSE S/A, com sede na BR 101, KM. 716, Bairro Industrial, inscrita no CGC/ME, sob nº. 40.551.996/0001-18, representada por seus procuradores, os Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF.282.540.077/72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF.Nº.039.021.706/59, o imóvel objeto da presente matrícula TREZENTOS E VINTE E CINCO ARES E QUATRO CENTIARES. Eunapolis-BA., 18 de fevereiro de 1999. O Oficial

R.2-M.5.940, feito em 18 de fevereiro de 1999. Pela Escritura Pública de Compra e Venda nº. 598, fls. 232/234, Livro 04, lavrada em 23/10/97, nas notas da Tabela Substituta Designada Cel. Raymond Correia Souza, desta comarca, já registrada sob nº. R.2-1.477, Livro C em data de 06/11/97, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, desta comarca, Pela Qual o Sr. ANTON ALOIS HUESLER, já qualificado VENDEU à Firma VERACEL CELULOSE S/A, com sede na BR 101, KM. 716, Bairro Industrial, inscrita no CGC/ME, sob nº. 40.551.996/0001-18, representada por seus procuradores, os Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF.282.540.077/72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF.Nº.039.021.706/59, o imóvel objeto da presente matrícula TREZENTOS E VINTE E CINCO ARES E QUATRO CENTIARES. Eunapolis-BA., 18 de fevereiro de 1999. O Oficial

Ilustração 4 – Matrícula nº 5.940, referente ao imóvel Fazenda Boa Paz, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunópolis em 18 de fevereiro de 1999.

Já a fazenda Deus Amor, terra devoluta do estado da Bahia de 186,80 hectares, foi transmitida à Augusto Cezar Porto, em 14 de março de 1997. Porém já havia sido feita a escritura pública de sessão de posse em 14 de março de 1995.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.997

Matrícula Nº 5.182 Data 02/04/97 Identificação do Imóvel - Imóvel Agrícola' denominado "FAZENDA DEUS AMOR", situada no Município de Eunópolis, em Terras do Estado, que passa para o domínio particular pelo título nº. 400.020, de 14/03/97, abaixo registrado, com a área de 186ha.80a.43ca.(CENTO OITENTA E SEIS HECTARES, OITENTA ARES E QUARENTA E TRÊS CENTIARES), com limites e confrontantes seguintes: NORDESTE: Eliezer Andrade Barreto e Mauro Barros Nascimento dos Santos; ESTE: Mauro Barros Nascimento dos Santos e Veracruz Florestal Ltda; SUL/SUDOESTE/OESTE: com Veracruz Florestal Ltda; NOROESTE: José Gomes da Silva, contendo Uma casa, Capim, Jacuá, capoeiras, mandiocas e bananeiras, cadastrado no INCRA sob o nº. 323.063.003-44-1.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras Devolutas pertencentes ao domínio do Estado da Bahia. Eunapolis-BA., 02 de abril de 1997. O Oficial

R.1-M.5.182, feito em 02 de abril de 1997: Título: Título Definitivo de Terras nº 400.020. Transmissor: ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Dr. Paulo Souto, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Pedro Barbosa de Deus, Elton Oliveira e Silva - Diretor Geral do Interba. Adquirente: AUGUSTO CEZAR PORTO, brasileiro, casado, técnico em contabilidade e do lar, residente e domiciliado a Rua Maria Glória nº 220, Salto da Divisa-MG, portador do CIC Nº. 099.888.156/20. Forma do Título: Título Definitivo no 400.020, expedida em 14/03/97, pelas partes autorizadas, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº 51/00.203.395-0, que deu origem a outorga ao adquirente. Imóvel: o imóvel acima matriculado. Valor: R\$ 3.971,70 (TRÊS MIL, NOVECENTOS SETENTA E UM REAIS E DEZESSETE REIS). Condição: 7 Anos (constante do Título. Protocolo: Título protocolado sob nº. 1.997, Livro 1-A. Eunapolis-BA., 02 de abril de 1997. O Oficial

R.2-M.5.182, feito em 02 de abril de 1997. Pela Escritura Pública de Sessão de Posse, lavrada no Livro 17, fls. 124/126, nº. 3.104, em 14/03/95, nas notas da Tabela, Rita de Cassia Tavares Leite Andrade, desta comarca, pela qual o Sr. AUGUSTO CEZAR PORTO sua esposa ADILDE ALVES PORTO, brasileiros, casados, técnico em contabilidade e do lar, residentes e domiciliados em Salto da Divisa-MG, portadores do CIC Nºs.099.888.156/20 e 962.929.116-91, e R.1-M.5.182, o imóvel objeto da presente matrícula. Forma do Título: A Escritura ora registrada, foi registrada antes da expedição do título sob o nº 1.076, Livro C em data de 16/03/95 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. Foi recolhido o Imposto de Transmissão a Prefeitura Municipal, sobre o valor de R\$ 113.000,00 (CENTO E TREZ MIL REAIS) em data de 02/04/1997. Eunapolis-BA., 02 de abril de 1997. O Oficial

Cartório de Registro de Imóveis
Cidade de Eunópolis - Bahia
Rua 1777 - Fone: 33
Comarca de Eunópolis - Bahia

Ilustração 5 – Matrícula nº 5.182, referente ao imóvel Fazenda Deus Amor, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunópolis em 2 de abril de 1997.

A propriedade Fazenda MY, de 179,72 hectares, também terra devoluta, foi transmitida pelo Estado da Bahia para Mario Yamaguishi, em 15 de junho de 1998. Porém já havia sido vendida à Veracel Celulose em 4 de setembro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.998

Matrícula nº 5.702 Data 10/Julho/1998 Identificação do Imóvel - FAZENDA MY, localizada no Município de Eunápolis-BA, em terras do Estado, que passa para o domínio particular pelo título nº 402.562, de 15.06.98 abaixo registrado, com área de 179ha,72a.18ca.(CENTO E SETENTA E NOVE HECTARES, SETENTA E DOIS ARES E DEZOITO CENTIARES), contendo uma casa, Cercas de Arame, SETENTA E DOIS ARES com limites e confrontações seguintes: NORTE/NOROESTE: Vera Cruz Florestal Ltda; NORDESTE: Veracel Florestal LTDA e João Brito Guimarães; SUL/SUDESTE: PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras devolutas pertencentes ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis-BA., 10 de julho de 1998. O Oficial.

R.1-M.5.702, feito em 10 de julho de 1998. Título de terras nº. 402.562, expedido pelo Governador do Estado da Bahia, em data de 15 de junho de 1998, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Cesar Borges TRANSMITIU ao Sr. MARIO YAMAGUSHI, brasileiro, agropecuarista, residente e domiciliado na Rua Engº Eduardo Pires - Recanto do Lago nº 119, Teixeira de Freitas-BA, portador da Cédula de Identidade RG.6.511.590., todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço de R\$ 4.139,75. OBSERVAÇÃO - A posse foi adquirida pelo Registro nº 01-1.453, livro C, data de 15/09/97 do Cartório de Títulos e Documentos desta comarca, Protocolado sob nº 4.13.113, fls. 454, 455 e 456. Eunápolis-BA., 10 de julho de 1998. O Oficial.

R.2-M.5.702, feito em 10 de julho de 1998. Escritura Pública de Compra e Venda nº 576, fls. 184/185v., Livro 04, lavrada em 04/08/97 nas notas da Tabela, Bela. Rita de Cássia Tavares Leite Andrade, desta comarca, tório de Títulos e Documentos, PELA QUAL O Sr. MARIO YAMAGUSHI e sua esposa, residentes e domiciliados na Rua Engº Eduardo Pires, 119, Bairro Recanto do Lago, Teixeira de Freitas-BA, portadores do CPF. Nº. 080.445.208/30, VENDEDOR, RAM a FIrma VERACEL CELULOSE S/A com sede à BR 101, Km.716 - Bairro Indus-trial, Eunápolis-BA, com CCE nº. 40.551.996/0001-48 representada por seus procuradores, os Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade de Eunápolis-BA, portadores do CPF. Nº. 282.540.077-72 e 039.021.708-59, pelo preço de R\$ 94.845,09 (NOVENTA E QUATRO MIL, CINCOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVE CENTAVOS). Eunápolis-BA., 10 de julho de 1998. O Oficial.

Ilustração 6 – Matrícula nº 5.702, referente ao imóvel Fazenda MY, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 10 de julho de 1998.

A Fazenda Pedrosa, por sua vez, era terra devoluta de 56,07 hectares até 30 de novembro de 1998, porém, foi vendida à Veracel Celulose em 14 de outubro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.998

Matrícula nº 5.885 Data 10/Dezembro/98 Identificação do Imóvel - Imóvel Rural denominado "FAZENDA PEDROSA", localizada no Córrego do Burí, Município de Eunápolis-BA, com a superfície total de 56ha,06a.74ca.(CINQUENTA E SEIS HECTARES, SEIS ARES E SETENTA E QUATRO CENTIARES), com limites e confrontações atualizados conforme Memorial Descritivo do Levantamento Topográfico Planimétrico: NORTE - Veracel Celulose S/A; SUL - Laura Peixoto; LESTE - Veracel Celulose S/A e CLOILDO GUANES Mineiro; OESTE - Laura Peixoto.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras Devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis-BA., 10 de dezembro de 1998. O Oficial.

R.1-M.5.885, feito em 10 de dezembro de 1998. Título de terras nº. 405.159, expedido pelo Governador, Dr. Cesar Borges, o Secretário de Agricultura e Ror do Agrária, Dr. Pedro Barbosa de Deus e pelo Diretor Geral do INTERBA, Dr. Elton Oliveira e Silva. Adquirente: CLOILDO GUANES MINEIRO, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, residente na Rua José Rodrigues Vianna, Gomes Calmon nº 333, Itabuna-BA, com CI.RG.Nº.562.566. Forma do Título: Título Definitivo nº 405.159, expedido em 30/11/1998, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALVENÇO DE TERRAS PÚBLICAS nº 51/00.215.183-9, que deu origem a outorga ao adquirente. Imóvel: O imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 1.170,82 (UM MIL, CENTO E SETENTA E SESENTA E NOVE CENTAVOS). OBSERVAÇÃO: AS constantes do Título. Protocolo: Título protocolado sob nº. 4.13.113, fls. 454, 455 e 456. Eunápolis-BA., 10 de dezembro de 1998. O Oficial.

R.1-M.5.885, feito em 10 de dezembro de 1998. Pela Escritura Pública nº. 593, fls. 223, lavrada em 14/10/97, nas notas da Tabela, Bela. Rita de Cássia Tavares Leite Andrade, desta comarca, pela QUAL O Sr. CLOILDO GUANES MINEIRO, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador do CPF.045.944.495-20, casado com MARCA DAS GRAÇAS RIBEIRO FERNANDES GUANES, portadora do CPF.182.653.755-49, residentes e domiciliados na Av. Duque de Caxias, nº.585, aptº. 4.203, Itabuna-BA, VENDERAM o imóvel desta matrícula, à VERACEL CELULOSE S/A., com sede na BR-101 - Km.716 - Bairro Industrial-Eunápolis-BA, inscrita no CCE nº. 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado na Rua Guaratinga nº 403, centro-Eunápolis-BA, portador do CPF.282.540.077/72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy nº 58, centro/Rua nº 33.305,31 (TRINTA E TRÊS MIL, TRÊZCENTOS E CINCO REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS), registrada anteriormente sob nº. R.1-2.581, do CRT desta comarca. Protocolado sob nº. 9.000, fls. 454, 455 e 456, Livro 1-A. Eunápolis-BA., 10 de dezembro de 1998. O Oficial.

Ilustração 7 – Matrícula nº 5.885, referente ao imóvel Fazenda Pedrosa, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 10 de dezembro de 1998.

Já a Fazenda Providência, terra devoluta do estado da Bahia com 135,49 hectares, foi transmitida à Elies Valverde Silva em 31 de agosto de 1998, porém, havia sido vendida à Veracel em 4 de setembro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.998

Matrícula Nº 5.775 Data 16/Setembro/1998 Identificação do Imóvel - FAZENDA PROVIDÊNCIA, situado no Município de Eunápolis-BA, em terras do Estado, que passa para o domínio particular pelo título nº.403.661, de 31.08.1998 abaixo re-

gistrado, com área de 135ha.48a.53ca.(CENTO E TRINTA E CINCO HECTARES E QUARENTA E OITO ARES E CINQUENTA E TRES CENTIARES), contendo Uma casa, cur-

cas de arame farpado e pastagens artificial, com limites e confrontações se-

guintes: NORTE/SUDOESTE/OESTE/NOROESTE: Veracruz Florestal Ltda; NORDESTE -

Veracruz Florestal Ltda e Agrocil Agropecuaria Santa Cecilia Ltda; ESTE/SU-

DOESTE: Agrocil Agropecuaria Santa Cecilia Ltda.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

NATUREZA DO TÍTULO: Terras devolutas pertencentes ao domínio do Estado da Ba-

hia - Eunápolis-BA., 16 de setembro de 1998. O Oficial

R.1-M.5.775, feito em 16 de setembro de 1998. Título de Terras nº.403.661, ex-

pedido pelo Governador do Estado da Bahia, em data de 31 de

agosto de 1998, de acordo com a Lei nº. 3.038 de 10 de outubro de 1972, regu-

lamentada pelo Decreto nº.23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações

da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº.

25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE

ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº.51/00.211.783-5, PELO qual o ESTADO DA BAHIA

representado por seu Governador, Cesar Borges, o Secretário da Agricultura

e Reforma Agrária, Pedro Barbosa de Deus e pelo Presidente, Elton Oliveira e

Silva - Diretor Geral, TRANSMITIU ao Sr. ELIES VALVERDE SILVA, brasileiro,

agricultor, casado, residente e domiciliado na Fazenda Nova Esperança, Muni-

cípio de Eunápolis-BA, com CI.RG.Nº.399.424., todo direito, domínio, ação

e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço de

RS 2.634,88. OBSERVAÇÃO - A posse foi adquirida pelos Registrados nºs. R.2-

425 e R.2-426, livro C, data de 15/06/91 do Cartório de Registro de Títulos

e Documentos desta comarca. Protocolado sob nº. 9.098, fls. 453, Livro 1-A,

Eunápolis-BA., 16 de setembro de 1998. O Oficial

R.2-M.5.775, feito em 16 de setembro de 1998. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E

VENDA nº. 572, fls. 175/177, livro 04, lavrada em 04/09/97, nas

notas da Tabela, fls. Rita de Cássia Tavares/Leite Andrade, desta comarca,

já registrada sob o nº. R.01-1.454 - Livro C, em data de 15/09/1997, neste

Cartório de Títulos e Documentos, PELA QUAL o Sr. ELIES VALVERDE SILVA e sua

esposa IVANEIDE MIRANDA VALVERDE SILVA, brasileiros, comerciante e do lar, re-

sidentes e domiciliados na Fazenda Nova Esperança, Município de Eunápolis-BA

portadores do CI.RG.Nº.399.424-SSP/MG, ela com CPF.074.078.155/34, VENDERAM

à firma VERACRUZ FLORESTAL LTDA, atualmente com a nova denominação social de

VERACEL CELULOSE S/A, com sede na Rodovia BR-101 - KM. 716 - Bairro Indus-

trial - Eunápolis-BA., com CGC/MF. sob nº.40.551.996/0001-48, representada

por seus procuradores, os Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT e LUIZ CARLOS

SCOTON, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Cidade de Euná-

polis-BA, portadores do CPF. NPS. 282.540.077-72 e 039.021.708-59, pelo preço

de RS 80.479,50(OITENTA MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA

CENTAVOS). Eunápolis-BA., 16 de setembro de 1998. O Oficial

Ilustração 8 – Matrícula nº 5.775, referente ao imóvel Fazenda Providência, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 16 de setembro de 1998.

A Fazenda São Caetano de 72,78 hectares, terra devoluta do estado da Bahia, foi transmitida à Arnaldo Pereira Lima em 30 de março de 1999, tendo sido permutada, anteriormente, com Veracel Celulose, em 3 de abril de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.999

Matrícula nº 5.991 Data 05/Abril/1999 Identificação do Imóvel - Imóvel Agrícola denominado "FAZENDA SÃO CAETANO", com a superfície total de 72ha.78a.85ca. (SESENTA E DOIS HECTARES, SETENTA E OITO ARES E OITENTA E CINCO CENTIARES), com limites e confrontações seguintes: NORTE/NORDESTE/OESTE/NOROESTE - Veracruz Celulose S/A; ESTE - Luciano Andrade, SUDESTE/SUL - João de Melo Doura do; SUDOESTE - João de Melo Doura e Edson Rodrigues da Almeida.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terra devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunapolis-BA., 05 de abril de 1999. O Oficial

R.1-M.5.991, feito em 05 de abril de 1999. **Título:** Título Definitivo de Terras, nº.406.377. **Transmitente:** O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Pedro Barbosa de Deus, e pelo Diretor Geral do INTERBA Elton Oliveira e Silva. **Adquirente:** ARNOLDO PEREIRA LIMA, brasileiro, pecuarista, solteiro, residente e domiciliado em Eunapolis-BA, com CI-RG nº.508.449, CPF.149.703.173-34. **Forma do Título:** Título nº 406.377, expedido em 30/03/99 tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº 51/00.216.298-9, que deu a outorga ao adquirente. **Imóvel:** O imóvel objeto da presente matrícula. **Valor:** R\$ 1.668,78 (HUM MIL, SEISCENTOS E SESENTA E OITO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS). **Protocolo:** Título protocolado sob nº 9.991, fls. 483, livro 1-A. Eunapolis-BA., 05/04/1999. O Oficial

R.2-M.5.991, feito em 05 de abril de 1999. Pela Escritura Pública de Permuta nº.697, fls. 167/171, Livro nº 05, lavrada em 03/04/98, nas notas da Tabelião, Bela. Rita de Cássia Tavares Leite Andrade, desta comarca, o proprietário ARNOLDO PEREIRA LIMA, já qualificado, TRANSMITIU o imóvel objeto da presente matrícula, que passou a denominar-se "FAZENDA SÃO CAETANO II" a VERACEL CELULOSE S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR 101 Km. 716, Bairro Industrial, Eunapolis-BA, com CGC/MF. sob nº.40.551.996/0001-48, representada pelos Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunapolis-BA, na Rua Guaratinga nº.403, portador do CPF.282.540.077-72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na Av. Presidente Kennedy, 58, Eunapolis-BA, com CPF.039.021.708-59., pelo preço e quantia certa de R\$ 1.080.000,50 (HUM MILHÃO, OITENTA MIL REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) conforme registro nº. R.3-353, Livro nº. 17/07/98, deste Cartório. Eunapolis-BA., 05/04/1999. O Oficial

Ilustração 9 – Matrícula nº 5.991, referente ao imóvel Fazenda São Caetano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunópolis em 5 de abril de 1999.

Já a Fazenda Aliança (anteriormente denominada Conjunto São João), foi transmitida do governo da Bahia à Manoel Inácio Siqueira em 30 de novembro de 1998, porém, havia sido vendida à Veracel em 28 de agosto de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.998

Matrícula nº 5.889 Data 10/Dezembro/1998 Identificação do Imóvel - Imóvel Rural denominada "Fazenda Conjunto São João", que passou a denominar-se "FAZENDA ALIANÇA", em terras próprias conforme título nº.405.196, com a superfície total de 498ha.07a.46ca. (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO HECTARES, SETE ARES E QUARENTA E SEIS CENTIARES), com os limites e confrontações seguintes: NORTE / NORDESTE / ESTE - NOROESTE - Veracel Celulose S/A; SUDESTE - Rollemberg Moreira; SUDOESTE - Ademir Milanes.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras Devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunapolis-BA., 10 de dezembro de 1998. O Oficial

R.1-M.5.889, feito em 10 de dezembro de 1998. **Título:** Título Definitivo de Terras nº. 405.196. **Transmitente:** O ESTADO DA BAHIA, representado por seu governador Dr. César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Dr. Pedro Barbosa de Deus e pelo Diretor Geral do INTERBA, Dr. Elton Oliveira e Silva. **Adquirente:** MANOEL INÁCIO SIQUEIRA, brasileiro, agropecuarista casado, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, Centauro, nº 422, Eunapolis-BA, portador da CI-RG nº.564.869. **Forma do Título:** Título Definitivo de Terras nº.405.196, expedido em 30/11/98, tendo em vista os dispositivos da Lei nº.3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº.23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº.51/00.211.782-7, que deu outorga ao adquirente. **Imóvel:** O imóvel objeto da presente matrícula. **Valor:** R\$ 15.688,83 (QUINZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E TRÊS CENTAVOS). **Condições:** As constantes do título. **Protocolo:** Título protocolado sob nº. 9.927, fls. 472, Livro 1-A. Eunapolis-BA., 10 de dezembro de 1998. O Oficial

R.2-M.5.889, feito em 10 de dezembro de 1998. Pela Escritura Pública de Compra e Venda nº.570, fls. 170/172, Livro 04, lavrada em 28/08/97, nas notas da Tabelião, Bela. Rita de Cássia Tavares Leite Andrade, desta comarca, registrada anteriormente sob nº. R.2-1.451, Livro "C" em data de 08/09/1997, do CRTD desta comarca, PELA QUAL o Sr. MANOEL INÁCIO DE SIQUEIRA e sua esposa MARIA ESTELA MANHAES SIQUEIRA, brasileiros, casados, agropecuarista e do lar, residentes e domiciliados na Rua Florianópolis nº 422, Centauro-Eunapolis-BA, portadores do CPFs.075.631.757/68 e 075.631.757/68, VENDERAM a Firma VERACEL CELULOSE S/A., com sede na Rod. BR-101 - Km. 716 - Bairro Industrial, Eunapolis-BA, com CGC/MF. sob nº.40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado engenheiro florestal, residente e domiciliado na Rua Guaratinga nº 403, centro Eunapolis-BA, portador do CPF.282.540.077/72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy nº.58, centro-Eunapolis-BA, portador do CPF.039.021.708-59, o imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço e quantia certa de R\$ 298.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO MIL REAIS). Protocolado sob nº. 9.270, fls. 472, Livro 2 - Registro Geral. Eunapolis-BA., 10 de dezembro de 1998. O Oficial

Ilustração 10 – Matrícula nº 5.889, referente ao imóvel Fazenda Aliança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunópolis em 10 de dezembro de 1998.

A Fazenda São Paulo, com área de 255,66 hectares, foi transmitida pelo Estado em 4 de julho de 1997 para Antônio Rodrigues Alves e já havia sido vendida à Veracel em 29 de janeiro de 1996.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMOVES
COMARCA DE EUNAPOLIS - BAHIA
REGISTRO GERAL - ANO 1.997

Handwritten: 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 266

Ilustração 11 – Matrícula nº 5.217, referente ao imóvel Fazenda São Paulo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 8 de maio de 1997.

A Fazenda Conjunto Bom Futuro, por sua vez, grande propriedade de 2.090 hectares, foi transmitida pelo estado da Bahia à Agropastoril Santa Cecília Ltda. (Agrocil) em 28 de dezembro de 1998, e já estava nas mãos da Veracel desde 28 de outubro de 1997.

[illegible]

Ilustração 12 – Matrícula nº 5.920, referente ao imóvel Conjunto Bom Futuro, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 14 de janeiro de 1999.

Já o imóvel denominado Coqueiral Dois Jota, que já havia sido vendido e comprado diversas vezes, teve seu título emitido pelo estado da Bahia em 30 de março de 1999, após ter sido comprado pela Veracel Celulose em 26 de março de 1998. O imóvel possui 37,55 hectares.

PODER JUDICIÁRIO	☐ OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS BAHIA REGISTRO GERAL - ANO 1990.-.-	Oficial Titular
	MATRÍCULA Nº 1.121.-.-, DATA 23.05.1990.-.- IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: 01 (um) imóvel: agrícola denominado "COQUEIRAL" que passará a chamar-se "DOIS JOTA", situado no Córrego do Coqueiral - Distrito de Calibry - atualmente neste Município de Eunápolis-Ba., em terras do Estado, com uma área de 43Ha, 50a, 00ca. (quarenta e três hectares e cinquenta ares), contendo capoeiras, coqueiros e duas casinhas, limitando-se com Dr. Souza Santos, Edson Corqueira e Emílio de Tal. Imóvel Cadastrado no INCRA sob nº.326.070.010.685-DV.6, exercício de 1989.-.- Proprietários:- JOSÉ LISBDA PEREIRA e sua esposa D. Maria da Conceição Pereira, brasileiros, casados, agricultor e do lar, residentes e domiciliados à Rua Sucupira nº.189 - nesta Cidade de Eunápolis-Ba., portadores do CIG.Nº.011.762.005-00.-.- Documento de posse e domínio registrado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro-Ba., sob nº.2.488 do livro 3-A, Eunápolis-Ba., 23 de maio de 1990. O Oficial
PODER JUDICIÁRIO	☐ OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS BAHIA REGISTRO GERAL - ANO 1.990 FICHA-A	Oficial Titular
	MATRÍCULA Nº 1.121 DATA 23/05/1990 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (Continuação da ficha 1.121, em 05/04/1999. O Oficial R.8-M.1.121, feito em 05 de abril de 1999. Título: Título Nº. 406.384. Transmissor: O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária Pedro Barbosa de Deus, e o Diretor Geral do INTERNA, Elton Oliveira e Silva. Adquirente: JOÃO BATISTA DA SILVA, já qualificado. Forma do Título: Título nº.406.384, expedido em 30 de março de 1999, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº. 51/00.215.332-7 que deu origem ao adquirente. Imóvel: O imóvel objeto da presente matrícula denominada FAZ. ALVORADA, que conforme título a área é de 37ha.55a.02ca. (TRINTA E SETE HECTARES, CINQUENTA E CINCO ARES E DOIS CENTIARES), com limites e confrontantes seguintes: NORTE/NORDESTE/SUDESTE/OESTE/NOROESTE - Veracel Celulose S/A; SUDESTE: Manoel Severino Mattos. Valor: R\$ 949,25. Protocolo: Título protocolado sob nº. 406.384, Livro 1-A. Eunápolis-Ba., 05 de abril de 1999. O Oficial R.9-M.1.121, feito em 05 de abril de 1999. Pela Escritura Pública de Compra e Venda nº.688, fls. 149/150, Livro 05, lavrada em 26/03/98, nas notas da Tabela, Bela. Rita de Cássia Tavares Leite Andrade, desta comarca o Proprietário JOÃO BATISTA DA SILVA, já qualificado, Intervenção/Anuente: ELANNILDA SOUZA SANTOS, já qualificada, TRANSMITIRAM à VERACEL CELULOSE S/A com sede no Bairro Industrial, BR 101, Km. 716, Eunápolis-Ba., com CGC/MEFD, sob nº.40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunápolis, na Rua Guaratinga nº 403, portador do CPF.282.540.077-72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba., na Av. Presidente Kennedy nº 58, portador do CPF.Nº.. 039.021.708-59, o imóvel objeto da presente matrícula, conforme R.6, que passou a denominar-se "FAZENDA COQUEIRAL", com limites e confrontações seguintes: Norte - Veracel Celulose S/A; Sul - Espólio de Francisco da Silva Mattos Leste - Veracel Celulose S/A., pelo preço e quantia certa de R\$ 24.066,40 (VINTE E QUATRO MIL, SESENTA E OIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS). Eunápolis-Ba 05/abril de 1999. O Oficial	

Ilustração 13 – Matrícula nº 1.121, referente ao imóvel Dois Jota, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 23 de maio de 1990.

O imóvel Fazenda Amazonas D, fruto dos títulos das Fazendas Beija Flor e Córrego de Belém, ambos terras devolutas, o primeiro com 101,42 hectares e o segundo com 105,95 hectares, foram transmitidos do estado da Bahia à Roberto David Ribas Amazonas, sendo que haviam sido vendidos à Veracel Celulose em 06 de janeiro de 1998 e seus títulos foram emitidos, respectivamente, em 6 de fevereiro e 30 de março de 1999.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
☐ OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.999

Matrícula Nº 5.993 Data 05/Abril/1999 Identificação do Imóvel - Imóvel Rural 'denominado "Beija Flor", situado no Município de Eunápolis-Ba, com a superfície total de 101ha,48a,42ca, (CENTO E UM HECTARES, QUARENTA E OITO ARES E 'QUARENTA E DOIS CENTAVOS), objeto do título nº. 406.011, com limites e confrontações seguintes: NOROESTE - Gutemberg S. Amazonas, Rm K.V. Amazonas S/ - Brasil; Omar David S. Amazonas e Everaldo D.A. da Costa; SUDOESTE - Roberto David Ribas Amazonas; SUDOESTE - Luiz Eduardo Carrilho; ESTE - NOROESTE - Veracel Celulose S/A, com Uma casa, Pastagens e cerca de arame farpado. PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras Devolutas pertencentes ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis-Ba., 05 de abril de 1999. O Oficial

R.1-M.5.993, feito em 05 de abril de 1999. Título: Título nº. 406.011. Transmitemte: O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Pedro Barbosa, de Deus, o Diretor Geral do INTERBA Elton Oliveira e Silva. Adquirentes: ROBERTO DAVID RIBAS AMAZONAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Cristiano Ottoni, Ondina, nº 363, aptº 701, Salvador-Ba, portador do CIC Nº. 709.048.047-04. Forma do Título: Título nº. 406.011, expedido em 26 de fevereiro de 1999, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973 com as alterações da Lei nº 3.442, de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº 51/00.216.068-4, que deu outorga ao seguinte: Imóvel: O imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 2.399,98 (DOIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS). OBSERVAÇÃO - Conforme consta do registro nº R.01-1.504, Livro "C" do CRID desta comarca, o imóvel acima que corresponde ao registrado também ao Sr. OMAR DAVID SOARES AMAZONAS, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em Salvador-Ba, portador do CPF. 002.906.705-78. Protocolo: Título protocolado sob nº. R.1-1.504, Livro 1-A. Eunápolis-Ba., 05 de abril de 1999. O Oficial

R.2-M.5.993, feito em 05 de abril de 1999. Pela escritura Pública de Compra e Venda nº. 652, fls. 062/063, Livro 05, lavrada em 06/01/98, nas notas da Tabela Substituta, Coly Raymunda Corrala Sádua, desta comarca, os proprietários, Srs. ROBERTO DAVID RIBAS AMAZONAS, casado com MARIA APARECIDA MENDES AMAZONAS, brasileiros, casados, engenheiro civil e do lar, residentes e domiciliados em Salvador-Ba, portadores do CPF. 709.048.047-04: OMAR DAVID SOARES AMAZONAS, brasileiro, casado com ELVIRA RIBAS AMAZONAS, brasileiros, engenheiro civil e do lar, residentes e domiciliados em Salvador-Ba, portadores do CPF. 002.906.705-78, TRANSMITIRAM o imóvel objeto da presente matrícula, que passou a denominar-se "FAZENDA AMAZONAS D", pelo preço e quantia certa de R\$ 164.609,52 (CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), juntamente com outras áreas, a VERACEL CELULOZE S/A, com sede no Bairro Industrial, BR 101, Km. 716, Eunápolis-Ba, com CSC/ME. 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores Srs. LUIZ CARLOS SCOTTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba, portador do CPF. 039.021.708-59 e PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba, portador do CPF. 282.540.077-72, registrada sob nº. R.1-1.504, Livro C, do CRID desta comarca. Eunápolis-Ba., 05/04/99. O Oficial

Ilustração 14 – Matrícula nº 5.993, referente ao imóvel Fazenda Beija Flor, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 5 de abril de 1999.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
☐ OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.999

Matrícula Nº 6.015 Data 23/Abril/1999 Identificação do Imóvel - Imóvel Rural 'denominado "FAZENDA BELÉM Córrego do Belém", situado no Córrego do Belém, Município de Eunápolis-Ba, com a superfície de 105ha,95a,32ca (CENTO E CINCO HECTARES, NOVENTA E CINCO ARES E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), em terras próprias, objeto do título nº. 406.404, contendo Uma casa, pastagens, Um curral e Cercas de arame farpado, com as seguintes limites e confrontações: NOROESTE - Everaldo Dominantes Assis da Costa; SUDOESTE/SUDOESTE - Luiz Eduardo Carrilho; NOROESTE - Roberto David Ribas Amazonas.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.

Natureza do Título: Terras Devolutas pertencentes ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis-Ba., 23 de abril de 1999. O Oficial

R.1-M.6.015, feito em 23 de abril de 1999. Título: Título nº. 406.404. Transmitemte: O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Pedro Barbosa de Deus, e Diretor Geral do INTERBA, Elton Oliveira e Silva. Adquirentes: ROBERTO DAVID RIBAS AMAZONAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cristiano Ottoni, Ondina, nº 363, aptº. 701, Salvador-Ba, portador do CPF. Nº 709.048.047-04. Forma do Título: Título nº 406.404, expedido em 30/03/99, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº 51/00.216.069-2, que deu outorga ao seguinte: Imóvel: O imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 2.527,94 (DOIS MIL, QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS). OBSERVAÇÃO - Conforme consta do registro nº R.01-1.504, Livro "C" do CRID desta comarca, o imóvel acima que corresponde ao registrado, pertence também ao Sr. OMAR DAVID SOARES AMAZONAS, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em Salvador-Ba, portador do CPF. 002.906.705-78. Protocolo: Título protocolado sob nº. R.1-1.504, Livro 1-A. Eunápolis-Ba., 23 de abril de 1999. O Oficial

R.2-M.6.015, feito em 23 de abril de 1999. Pela escritura Pública de Compra e Venda nº. 652, fls. 062/063, Livro 05, lavrada em 06/01/98, nas notas da Tabela Substituta, Rita de Cassia Tavares Leite Andrade, desta comarca, os proprietários, Srs. ROBERTO DAVID RIBAS AMAZONAS, casado com MARIA APARECIDA MENDES AMAZONAS, brasileiros, casados, engenheiro civil, residentes e domiciliados em Salvador-Ba, portadores do CPF. 709.048.047-04: OMAR DAVID SOARES AMAZONAS, brasileiro, casado com ELVIRA RIBAS AMAZONAS, brasileiros, engenheiro civil e do lar, residentes e domiciliados em Salvador-Ba, portadores do CPF. 002.906.705-78, TRANSMITIRAM o imóvel objeto da presente matrícula, que passou a denominar-se "FAZENDA AMAZONAS D", pelo preço e quantia certa de R\$ 164.609,52 (CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), juntamente com outras áreas, a VERACEL CELULOZE S/A, com sede no Bairro Industrial, BR 101 - Km. 716, Eunápolis-Ba, com CSC/ME. 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores Srs. LUIZ CARLOS SCOTTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba, portador do CPF. 039.021.708-59 e PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba, portador do CPF. 282.540.077-72, registrada sob nº. R.1-1.504, Livro C, do CRID desta comarca. Eunápolis-Ba., 23/04/99. O Oficial

Ilustração 15 – Matrícula nº 6.015, referente ao imóvel Fazenda Belém Córrego do Belém, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 23 de abril de 1999.

Também a Fazenda Brasilândia, já comentada por ter sido onde a Veracel Celulose construiu sua fábrica, era terra devoluta do Estado da Bahia até 30 de novembro de 1998, quando foi transmitida à Edimar Luiz Margotto. A fazenda possui 296,36 hectares. A Veracel

havia permutado esse área com Edimar em 3 de fevereiro de 1998. Além disso, cabe destacar que a averbação de construção da fábrica só foi feita pela empresa em 20 de julho de 2009, apesar da construção ter sido iniciada em 2003 e completada em 2005.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA

REGISTRO GERAL - ANO 1.999

Matrícula nº 5.938 Data 11/02/1999 Identificação do Imóvel - Imóvel Rural denominado "FAZENDA BRASILÂNDIA", situado no Município de Eunápolis-Ba, com terras rústicas objeto do Título nº. 405.160, com área de 296ha.36a.39ca. (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS HECTARES, TRINTA E SEIS AREAS E TRINTA E NOVE CENTIARES), com os limites e confrontantes seguintes: NORTE/NORDESTE/NOROESTE: Antônio José Elias; SUDESTE/SUL: BA.275; OESTE: Adonys Andrade e Crecruz F. Costa - Celulose S/A.

PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA, Natureza do Título: Terras Devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia. Eunápolis-Ba., 11 de fevereiro de 1999. O Oficial: [Assinatura]

R.2-M.5.938, feito em 11 de fevereiro de 1999. Título: Título Definitivo de Terras nº.405.160. Transmissor: O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Dr. César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Dr. Pedro Barbosa de Deus e pelo Diretor Geral do INTERBA, Dr. Elton Oliveira e Silva. Adquirente: EDIMAR LUIZ MARCOTTO, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado em Itabuna-Ba, na Av. Felix Mendonça, nº.823, Bairro Poes Galmon, portador do CPF.113.923.557-53. Forma do Título: Ta. os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, e pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976, e considerado o que consta do processo de AÇÃO DE TERREIRAS PÚBLICAS nº 51.000.2-3.177-3, que deu origem e outorga ao adquirente. Imóvel: O imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 6.447,39 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS). Protocolo: Título protocolado sob nº. 9.367, Livro 1-A. Eunápolis-Ba., 11 de fevereiro de 1999. O Oficial: [Assinatura]

R.2-M.5.938, feito em 11 de fevereiro de 1999. Título: PERMUTA. Pela Escritura Pública de Permuta nº. 6.298, T.5.59/63v., Livro 43, feita em 03/02/1998, nas postas do Tabelião Ubaldino Bittencourt Oliveira Silva da comarca de Porto Seguro-Ba, os proprietários EDIMAR LUIZ MARCOTTO e sua esposa MERCIA LUIZ DA SILVA, já qualificada, e a médica, com CPF.430.066.11-49, residente e domiciliada na Av. Felix Mendonça nº 823, Bairro Poes Galmon, Itabuna-Ba, "TRANSMITIRAM" o imóvel desta matrícula, avaliado em R\$ 1.860.091,39 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E SESSENTA MIL, NOVENTA E UM REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS), a VERACEL CELULOSE S/A - pessoa jurídica de direito privado, com sede e fôro na cidade de Eunápolis-Ba, à margem da BR-10, Km. 716, Bairro Industrial, inscrita no CC/MF sob nº.40.151.996/001-44, representada por seus procuradores, Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAIANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado nesta cidade de Eunápolis-Ba, portador do CPF.039.021.08-59., e "TIZ CARLOS SCORON" brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade de Eunápolis-Ba, portador do CPF.039.021.08-59., a TÍTULO DE PERMUTA com imóveis de propriedade da adquirente, também avaliado no valor que consta na escritura. Condições: constantes da escritura. Protocolo: Título protocolado sob nº. 9.367, Livro 1-A. Eunápolis-Ba., 11 de fevereiro de 1999. O Oficial: [Assinatura]

AV.11-M.5.938. feita em 24 de outubro de 2011. **CONSTRUÇÃO.** A requerimento da proprietária VERACEL CELULOSE S/A, já qualificada, representada por Cristiane Mendes de Mello, acompanhado da Certidão de existência de Imóvel, emitida em 05.10.2011, pela Prefeitura Municipal de Eunápolis e Certidão Negativa de débitos nº 055162011-04023010 emitida em 18.10.2011, pela Agência local do INSS, averba-se a edificação já executada, a obra da unidade de produção industrial de celulose, com área de 72.998,14m² (setenta e dois mil novecentos e noventa e oito metros e quatorze centímetros quadrados), contendo área de estocagem de matéria-prima (toras de eucalipto), áreas de máquinas e equipamentos de produção e processamento de celulose; oficina principal; prédio da manutenção e instalações sociais; depósitos para estocagem; sistema de água edificadas em uma área de 296hectares. 36 ares.39 centiars. Avaliado pela Prefeitura Municipal por R\$ 72.998.140,00 (setenta e dois milhões, novecentos e noventa e oito mil e cento e quarenta reais). Tudo conforme requerimento supra. Eunápolis-Ba., Eunápolis-Ba., 24 de outubro de 2011. O Oficial: [Assinatura]

Ilustração 16 – Matrícula nº 5.938, referente ao imóvel Fazenda Brasilândia, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 11 de fevereiro de 1999.

Por último, no município de Eunápolis, há a Fazenda Mutum, de 126,88 hectares, terra devoluta pertencente ao estado da Bahia até 30 de março de 1999, havia sido vendida à Veracel em 25 de agosto de 1997 por Paulo Jorge Hupsel de Azevedo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS		
COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA		
REGISTRO GERAL - ANO 1.999		
Matrícula Nº 5.992	Data 05/Abril/1999	Identificação do Imóvel - Imóvel Rural
denominado "FAZENDA MUTUM" situado no Córrego Sapucaieira, Município de Eunápolis-Ba, com a superfície total de 126ha.88a.36ca (CENTO E VINTE E SEIS HECTARES, OITENTA E OITO ARS E TRINTA E SEIS CENTÍMETROS), objeto de título nº. 406.378, contendo sete casas, um curral com balança, um galpão e cercas de arame farpado, com limites e confrontações seguintes: NORDESTE/ESTE/SUDESTE-Veracel Celulose S/A; SUDESTE - Paulo Jorge Hupsel; NOROESTE - Maria Regina Lima Falcão Kurozaki e Climar Oliveira Costa.		
PROPRIETÁRIO: O ESTADO DA BAHIA.		
Natureza do Título: Terras devolutas pertencente ao domínio do Estado da Bahia, Eunápolis-Ba., 05 de abril de 1999. O Oficial		
R.1-M.5.992, feito em 05 de abril de 1999. Título nº. 406.378, Transm. Mitida: O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, César Borges, o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Pedro Barbosa de Deus, e o Diretor Geral do INTERRA Elton Oliveira e Silva, Assessor: PAULO JORGE HUPSEL DE AZEVEDO brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Domingos Fernandes, 462, apt. 171, Vila N. Conceição, São Paulo-SP, com CPF. 232.361.085-68, forma do Título: Título nº. 406.378, expedido em 30 de março de 1999, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS nº 51/00.215.184-7, que deu outorga ao adquirente, imóvel: O imóvel objeto da presente matrícula. Valor: R\$ 2.909,22 (dois mil e novecentos e nove reais e vinte e dois centavos), 05/04/1999. O Oficial		
R.2-M.5.992, feito em 05 de abril de 1999. Pela Escritura Pública de Compra e Venda nº. 368, fls. 166/167v, Livro 04, lavrada em 25/08/97, nas notas de Tabela: Bela, Rita de Cássia Tavares Leite Andrade, desta comarca, o proprietário PAULO JORGE HUPSEL DE AZEVEDO, e sua esposa LILIANE MARIA MOREIRA DE AZEVEDO, estudante, com CPF. 240.176.905-04, ela representada por seu procurador PAULO JORGE HUPSEL DE AZEVEDO, já qualificado, TRANSMITIAM o imóvel objeto da presente matrícula, à VERACEL CELULOSE S/A, com sede no Bairro Industrial, BR 101, Km. 716, Eunápolis-Ba, inscrita no CEC/MF, sob nº. 40.551.596/0001-48, representada por seus procuradores Srs. PAULO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba, na Rua Guaratinga nº 403, centro-portador do CPF. 282.540.077-72, e LUIZ CARLOS SCOTTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado em Eunápolis-Ba, na Av. Presidente Kennedy nº. 58, centro, portador do CPF. 039.021.708-59, pelo preço e quantia certa de R\$ 595.613,99 (QUINHENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E NOVE CENTAVOS), registrado sob nº. R.1-1.450, Livro C, de 09/09/97, do CRID desta comarca, Eunápolis-Ba., 05 de abril de 1999. O Oficial		
AV.3-M.5.992, feita em 14 de junho de 1999, para constar que o imóvel acima por motivo de desmembramento deu origem às matrículas 5.967 e 6.068, Livro 02, deste Cartório, Eunápolis-Ba., 14/06/1999. O Oficial		

Ilustração 17 – Matrícula nº 5.992, referente ao imóvel Fazenda Mutum, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eunápolis em 5 de abril de 1999.

Já no município de Porto Seguro, temos primeiramente a Fazenda Sorocaba A-02, também conhecida por Fazenda Sorocaba B e Fazenda Nova Esperança, que foi transmitida em 30 de abril de 1999 a João Bosco Bragança Pereira, com área de 317,46 hectares, e que já havia sido permutada com a Veracel em 13 de fevereiro de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS		
Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999		
MATRÍCULA Nº 20.124 DATA 12 de maio de 1999 FICHA Nº 01		
IMÓVEL: "FAZENDA NOVA ESPERANÇA" também conhecida por "FAZ. SOROCABA A-02" e "FAZ. SOROCABA B", situada na Região de Monte Pascoal, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área total de 317ha.46a.52ca (trezentos e dezessete hectares, quarenta e cinco arcos e cinquenta e dois centímetros) em terras próprias; limitando-se ao Norte-Noroeste: João Honório Campos Balarto; Nordeste-Este-Oeste: Veracruz Celulose S/A; Sudeste: Veracruz Celulose S/A e Ademar Soaresmusa; Sul: Ademar Soaresmusa; Sudoeste: Ademar Soaresmusa e Veracruz - Celulose S/A. Cadastrado no I.N.C.U.R.A. sob nº 326.024.010.588-2 e 326.054.048.399. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente		
R.01-20.124- Porto Seguro, 12 de maio de 1999. Título de terras nº 405.600, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de abril de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; FICHA QUAL O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. JOÃO BOSCO BRAGANÇA PEREIRA, agropecuarista, com C.I. RG nº M-2.545.389-SER/MG e CIO nº 012.291.686-72, casado com da. AURA GUALBERTO PEREIRA, do lar, com C.I. RG nº M-3.140.431-SER/MG e CIO nº 600.099.316-53, brasileiros, residentes e domiciliados à Rua São João nº 204-Centro, na Cidade de Itabira-MG; pelo preço de R\$ 10.274,30 - todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. O Escrevente		
R.02-20.124- Porto Seguro, 12 de maio de 1999. Escritura pública de permuta, lavrada no Livro nº 05 fls. 100/103 nº 659 de 13 de fevereiro de 1998 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis (BA), registrada anteriormente sob o nº 03 da Matrícula nº 19.086 em data de 16.03.1998, atualmente Matriculada sob o nº 19.507 em data de 21.09.1998, ambos do Livro 2 deste Cartório e sob o nº 7.020 Livro C-2 em data de 16.03.1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; FICHA QUAL O Sr. JOÃO BOSCO BRAGANÇA PEREIRA e sua esposa da. AURA GUALBERTO PEREIRA (seus qualificados), ela representada por seu esposo, por procuração do Livro nº 098 fls. 083 em 12.12.1997 do Cartório do 1º Ofício de Notas da Cidade de Itabira (MG); transmitiu por escritura à FIMA VERACRUZ CELULOSE S/A, atual VERACRUZ CELULOSE S/A, com sede à margem da Rodovia BR-101 Km-716-Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis-Ba e G. G. C sob nº 40.551.596/0001-48, representada por seus procuradores Sr. Paulo Fernando Miranda Vailant e Luis Carlos Scotton, por procuração do Livro sob o nº 051 fls. 092, em 23.12.1997 do Cartório do 148 Ofício de Notas da Cidade de Salvador (BA); no valor de R\$ 762.287,44 cinnulada a outro imóvel, o imóvel objeto da presente matrícula. OBS:- Foi recolhido o Imposto de Transmissão na Prefeitura Municipal Local, em data de 20.02.1998. O Escrevente continua no verso		

Ilustração 18 – Matrícula nº 20.124, referente ao imóvel Fazenda Nova Esperança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 12 de maio de 1999.

Já a Fazenda Cachoeira, também conhecida como Fazenda Aliança, com 469,08 hectares, foi transmitida pelo Estado à Elza Moreira de Oliveira em 22 de dezembro de 1999, sendo que havia sido comprada pela Veracel em 22 de abril de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 2000

MATRÍCULA Nº 20.766 DATA 22 de fevereiro de 2000 FICHA Nº 01

IMÓVEL "FAZENDA ALIANÇA" também conhecida por "Fazenda Cachoeira", situado no Córrego das Palmeiras, neste Município de Porto Seguro - Bahia; com a área de 469ha 08a 09ca (quatrocentos e sessenta e nove hectares, oito ares e nove centiares) em terras próprias; limitando-se por seus diversos lados com José Carlos Rebouças, Elias Ramo Adad, Orelino José Spagnol, Veracel Celulose S/A, Norival Oliveira e Nádio de David Oliveira. Cadastrado no I.N.C.R.A. - sob nº 326.054.022.594-2 e na Receita Federal sob nº 4038195-0. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente

R.01-20.766- Porto Seguro, 22 de fevereiro de 2000. Título de terras sob o nº 406923, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 22 de dezembro de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.102 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges, TRANSMITIU à Sra. ELZA MOREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, maior, solteira, do lar, residente e domiciliada à Avenida - Arraio Pinho Canela nº 214-Aptº 201, Bairro Garcia, na Cidade de Salvador - Bahia, com O.I. R.O nº 927.624-022/BA e C.T.P. nº 492-490-025-72; pelo preço de R\$ 2.345,16 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÕES:- A posse foi adquirida pelos registros nºs 02-5.977, 01-5.978, 02-1.456, 02-1.755, 02-660, 01-6.043, 05-4.671, estes no livro C-2 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca e nº 03 da Matrícula nº 297 no livro 2 neste Cartório Imobiliário. O Escrevente Autº

R.02-20.766- Porto Seguro, 22 de fevereiro de 2000. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 05 fls. 199/197 nº 703 de 22 de abril de 1998 do Cartório de Notas da Cidade de São Paulo-Bahia, registrada anteriormente sob nº 7.085 livro C-2 em data de 07.08.1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL a Sra. ELZA MOREIRA DE OLIVEIRA (acusa - qualificada); Y N E R A à Firma VERACEL CELULOSE S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A., com sede à margem da Rodovia BR-101 Km-716-Bairro Industrial, na Cidade de São Paulo-Bahia e CNPJ nº 40.551.996/0001-46, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotten, por procuração do livro nº 091 fls. 092 de 23.12.1997 do Cartório do 14º Ofício de Notas da Cidade de Salvador-BA; pelo preço de R\$ 120.000,00 o imóvel objeto da presente matrícula. OBS:- Foi recolhido o Imposto de Transmissão à Prefeitura Municipal local, pago no Banco do Brasil S/A, em data de 13.05.98. O Escrevente Autº

Ilustração 19 – Matrícula nº 20.766, referente ao imóvel Fazenda Aliança, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 22 de fevereiro de 2000.

A Fazenda Cinco Irmãos, terra devoluta do estado da Bahia até 30 de novembro de 1998, com área de 158,48 hectares, foi transmitida para José Alvaro Rossi após ter sido comprada pela Veracel em 15 de dezembro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA			Oficial
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1998			
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº	
19.747	29 de dezembro de 1998	02	
<p>IMÓVEL: "FAZENDA CINCO IRMÃOS", situado no Córrego do Moio, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área de 150ha 45a 20ca (cento e cinquenta e oito hectares, quarenta e cinco ares e vinte centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte com Elmir Fernandes; Nordeste com João Honório Campos da Silva; Sudeste-Sudoeste com Juneton Moura de Oliveira; Sul com Antonio Savino Werri; Noroeste com Maria da Penha Zucalotte, Maria Aparecida Silva Gomes, Reginaldo Vieira Souza e Rosinéria de Souza Rosa. Cadastrado no I.R.C.R.A. sob o nº 326.054.040.029-9 e na Receita Federal sob nº 0599491-8. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autorizado:</p> <p>R.01-19.747- Porto Seguro, 29 de dezembro de 1998. Título de terras sob o nº 405.185, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de novembro de 1998, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. JOSÉ ÁLVARO ROSSI, brasileiro, maior, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na Fazenda Itum, Monte Pascoal, Município de Itabela (BA), com O.I. RG nº 07209637-37-SSE/SE e CIG nº 493.584.307-10; pelo preço de R\$ 3.231,45 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÃO:- A posse foi adquirida pelo registro nº 2.892 livro 0-2 em data de 26.08.1982 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Esc. Autorizado:</p> <p>R.02-19.747- Porto Seguro, 29 de dezembro de 1998. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 05 fls. 033 nº 640 de 15 de dezembro de 1997 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis (BA), registrada anteriormente sob nº 6.990 em data de 13.01.1998 livro 0-2 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL O Sr. JOSÉ ÁLVARO ROSSI (acima qualificado); VENDIA à empresa Vernoruz Celulose S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A, com sede à margem da BR-101 Km-716, Bairro Industrial, Município de Eunápolis-BA e CIG sob nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro e Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do livro nº 026 fls. 026 em data de 14.01.1997 do Cartório do 14º Ofício de Notas da Cidade de Salvador-BA; pelo preço de R\$ 93.350,87 o imóvel objeto da presente matrícula. Consta da escritura a isenção do FUNRURAL. Obs:- Foi recolhido o Imposto de Transmissão na Prefeitura Municipal de Porto Seguro-BA, em data de 06 de janeiro de 1998. O Esc. Autorizado:</p>			

Ilustração 20 – Matrícula nº 19.747, referente ao imóvel Fazenda Cinco Irmãos, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 29 de dezembro de 1998.

A Fazenda Corrida B, ex-fazenda Bela Vista, foi transmitida pelo estado em 2 de dezembro de 1999 para João Teixeira Sobrinho, com área de 05,09 hectares, e vendida à Veracel em 8 de dezembro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA			Oficial
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 2000			
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº	
20.772	24 de fevereiro de 2000	01	
<p>IMÓVEL "FAZENDA BELA VISTA" que passou a se chamar "FAZENDA CORRIDA B", situado na região do Monte Pascoal, neste Município de Porto Seguro-Bahia; com a área de 05ha 08a 60ca (cinco hectares, oito ares e sessenta e um centiares) em terras próprias; limitando-se por seus diversos lados com a Veracruz Celulose S/A e Manoel Batista de Brito, Cadastrado no I. R. C. R. A. sob o nº 000.027.990.383-4 e na Receita Federal sob nº 5513281-2. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente:</p> <p>R.01-20.772- Porto Seguro, 24 de fevereiro de 2000. Título de terras sob o nº 406793, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 22 de dezembro de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. JOÃO TEIXEIRA SOBRINHO, brasileiro, com O.I. RG nº M-727.745-SSE/MG e CIG nº 147.397.206-04, casado - com da. MARIA DA PENHA CORREIA TEIXEIRA, do lar, com O.I. RG nº M-707.475-SSE/MG e CIG nº 523.477.105-91, brasileiros, residentes e domiciliados na Avenida Guaratinga nº 132, em Eunápolis-BA; pelo preço de R\$ 62,54 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÃO:- A posse foi adquirida pelos registros sob nºs 01-4.001 e nº 4.002, ambos do livro 0-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Escrevente:</p> <p>R.02-20.772- Porto Seguro, 24 de fevereiro de 2000. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 05 fls. 018/019 nº 632 de 08 de dezembro de 1997 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis-Bahia, registrada anteriormente sob nº 6.984 livro 0-2 em data de 26.12.1997 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL O Sr. JOÃO TEIXEIRA SOBRINHO e sua esposa da. MARIA DA PENHA CORREIA TEIXEIRA (acima qualificados); VENDERAM à Firma VERACEL CELULOSE S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A, com sede à Margem da BR-101 Km-716-Bairro Industrial, em Eunápolis-BA e C. G. C. sob o nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. Pedro e Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do livro nº 026 fls. 026 de 14.01.1997 do Cartório do 14º Ofício de Notas da Cidade de Salvador - Bahia; pelo preço de R\$ 177.778,99 o imóvel objeto da presente matrícula. OBS:- Foi recolhido o Imposto de Transmissão na Prefeitura Municipal local, em data de 19.12.1997. O Escrevente:</p>			

Ilustração 21 – Matrícula nº 20.772, referente ao imóvel Fazenda Corrida B, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 24 de fevereiro de 2000.

A Fazenda Rancho Rio do Norte, com área de 351,29 hectares, terra devoluta do estado da Bahia, foi transmitida à Francisco Roberto de Carvalho Moreira em 29 de maio de 1998 sendo que tinha sido vendida à Veracel em 19 de fevereiro de 1998.

[illegible]

Ilustração 22 – Matrícula nº 19.335, referente ao imóvel Fazenda Rancho Rio do Norte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 17 de julho de 1998.

Ainda, a Fazenda São Gabriel, com área de 58,14 hectares, foi transmitida pelo estado para Pedro Nunes Vieira, em 30 de março de 1999, sendo que havia sido vendida à Veracel em 5 de novembro de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999

Matrícula Nº 20.622 DATA 25 de novembro de 1999 FICHA Nº 01

IMÓVEL: "FAZENDA SÃO GABRIEL", situado no Orlão da Jacutinga, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área de 58ha 14a 00ca (cinquenta e oito hectares e quatro acres) das terras próprias listadas no Arrolamento de 1898 de Manoel Bernardo Machado Júnior; Suíteas: Yerauá, Caluáze S/A; Sui: Brício Pereira dos Santos; Suíteas: Brício Pereira dos Santos e Antonio Carlos Campos Baluarte; Suíteas: Antonio Carlos Campos Baluarte. Cadastrado no INCB nº 126-054-0262-549-99. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autógrafo: _____

R/02-20.622- Porto Seguro, 25 de novembro de 1999. Fôlho de terras nº 126-054-03, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 26 de março de 1999, do Arrolamento nº 13-038 de 10 de outubro de 1972, regulamentado pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUA O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges ~~BRASILEIRO~~ na Sr. ~~FRANCISCA~~ VIEIRA, punitaria, com o R. nº 158.278-322-53 e OIO nº 328.015-057-49, casado com a Sr. ~~DIOMAR~~ FERRIRA VIEIRA, do lar, com o R. nº 866577-5329/83 e C. J. O. solteiro nº 979.493.747-00, brasileiros, residentes e domiciliados à Rua Vitorino Nogueira nº 601, bairro de São João, no Município de Itabellina-BA, invoca:
R/ 1.442,06 toes direito, domínio, aq. e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÃO: A posse foi adquirida pelo registro nº 7-139 Livro O-2 em data de 28.10.1998 do Cartório de Títulos e Documentos - desta Comarca. O Escrevente Autógrafo: _____

R/02-20.622- Porto Seguro, 25 de novembro de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 8 de fls. 135/139 nº 808 de 05 de novembro de 1998 do Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Porto Seguro, inscrita no Arrolamento de 1898 nº 49 do Cartório de Registro de Imóveis de 18 de novembro de 1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUA O SR. ~~FRANCISCA~~ VIEIRA e sua esposa Sr. ~~DIOMAR~~ FERRIRA VIEIRA (acima qualificados); Y E R A U Á, C A L U Á Z E S/A, e S U I, e a VERAPEL OREILHAS S/A., com sede à margem da Avenida Vilas, bairro Jacutinga, Cidade de Bananal-BA nº 002 nº 40-52.995/0001-48, representada por sua procuradores os Srs. Pedro Fernandes Miranda Vilas e Carlos Boeton, por procuração do livro nº 2.768 fls. 357 de 20-05-1998 do Cartório do 6º Ofício de Notas da Cidade de São Paulo-SP, pelo preço de R\$ 18.458,05 e laudal, objeto da presente matrícula. OBS: Pelo preço de R\$ 2.000,00 de 20-05-1998, a parte local nº 1 de fls. 16/11, 1998, p. 98 na Caixa Econômica Federal-CEF. O Escrevente Autógrafo: _____

Ilustração 23 – Matrícula nº20.622, referente ao imóvel Fazenda São Gabriel, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 25 de novembro de 1999.

Já a Fazenda Sucupira, com área total de 288,14 hectares, foi transmitida pelo Estado para Osires Ferraz Silva em 2 de junho de 1997, porém, já era de posse da Veracel desde 11 de setembro de 1995.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS		
Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1997		
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº
18.599	18 de julho de 1997	01
<p>IMÓVEL: "FAZENDA SUCUPIRA", situado no Córrego do Pangosinho, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área total de 288ha 13a 68oa (duzentos e oitenta e oito hectares, treze ares e sessenta e oito centíavos) em terras próprias; limitando-se ao Nordeste: Hamilton Figueira Santos e João Bosco Bragança Pereira; Sudeste: Jozulina de Jesus Pereira; Sul: Ademar Soaresmusa e Maria do Carmo Santana Machado; Sudoeste-Oeste: Maria do Carmo Santana Machado; Noroeste: Maria do Carmo Santana Machado e Hamilton Figueira Santos. Odestrado no I.N.C.R.A. sob nº 326.100/002.364-6. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autorizado:</p> <p>R.01-18.599- Porto Seguro, 18 de julho de 1997. Título de terras nº 400.264, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 02 de junho de 1997, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 21.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; FÉLIO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Sr. Paulo Souto; TRANSMITIU ao Sr. OSIRES FERRAZ SILVA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Itambé nº 390, no Município de Itapetinga (BA), com C.I. RG nº 949.462-SSP/BA e CIO nº 058.894.305-30, todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço de R\$ 3.092,68. OSIRES FERRAZ SILVA A posse foi adquirida pelos Registros nºs 03-5.573 e 6.633, ambos do Livro C-2 datados de 19.09.1995 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca, e 02 da Matrícula nº 4.046 livro 2 datado de 19.09.1995 neste Cartório Imobiliário. O Esc. Autorizado:</p> <p>R.02-18.599- Porto Seguro, 18 de julho de 1997. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 38 fls. 100/101v nº 5.395 de 11 de setembro de 1995 do Cartório de Notas desta Cidade de Porto Seguro (BA), já registrada - sob nºs 03 da Matrícula nº 4.046 livro 2 em data de 19.09.1995 neste Cartório Imobiliário e 6.634 livro C-2 em data de 19.09.1995 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; FÉLIO QUAL os Srs. OSIRES FERRAZ SILVA, agropecuarista, com C.I. RG nº 949.462-SSP/BA e CIO nº 058.894.305-30, e sua esposa da. MARTA HELEN ROSEIRA SILVA, do 1ar, com C.I. RG nº 976.262-SSP/BA e C.I.O. sob nº 081.321.845-00, ela representada por seu esposo, por procuração do Livro nº 79a fls. 157vº em 02.08.1995 do Cartório de Notas da Cidade de Itapetinga-BA, e MARCIO ANDRÉ SANTOS VALVERDE, maior, solteiro, com C.I. RG 5.815.622-SSP BA e CIO nº 604.831.215-68, todos brasileiros, residentes e domiciliados na Cidade de Itapetinga (BA); Y E N D E A M à firma VERACEL FLORESSAL LTDA, com sede à BR-101 Km-716-Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis-Bahia, com CIO nº 40.551.995/001-48, representada por seus procuradores, os Srs. Pedro Fernando Miranda Vallant e Luiz Carlos Souton, por procuração do livro sob o nº 053 fls. 068 em 13.01.1995 do Cartório do 1ar Ofício de Notas da Cidade de</p> <p>* continua no verso *</p>		

Ilustração 24 – Matrícula nº 18.599, referente ao imóvel Fazenda Sucupira, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 1º de julho de 1997.

Também a Fazenda Tapera, antes conhecida como Água Vermelha, de 499,27 hectares, terra devoluta do estado da Bahia, foi transmitida a Norival Oliveira em 30 de abril de 1999, mesmo já sendo propriedade irregular da Veracel desde 28 de agosto de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999

MATRÍCULA Nº 20.122 DATA 12 de maio de 1999 FICHA Nº 01

IMÓVEL: "FAZENDA TAPERA" antes conhecida por "Água Vermelha", situado no Océano Água Vermelha, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área total de 499ha 27a 42ca (quatrocentos e noventa e nove hectares, vinte e sete ares e quarenta e dois centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte-Nordeste-Sudeste-Sul-Sudoeste: Veracel Celulose S/A; Sudeste: Veracel Celulose S/A; Pedro Alcantara Costa e Wilson Camillo Azevedo; Sudoeste-Oeste: Arthur Macarandus Neto. Cadastrado no I.N.C.R.A. sob nº 326.054.022.594-2 e na Receita Federal sob o nº 4038156-0. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autorizado:

R.01-20.1221- Porto Seguro, 12 de maio de 1999. Título de terras nº 406.601, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de abril de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. NORIVAL OLIVEIRA, com C. I. G. sob o nº 002.826.505-04 e C.I. RG nº 256.686-SSP/BA, casado com da. SUELI ROZENDO OLIVEIRA, com CIO nº 353.415.297-72 e C.I. RG nº 04489890-65-SSP/BA, brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados na Fazenda Bela Vista, Município de Itapetinga (BA); pelo preço de R\$ 13.272,11 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÕES: A posse foi adquirida pelos registros nº 06 da Matrícula nº 2.892 Livro 2 neste Cartório e nº 02-5.129 Livro 0-2 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca, ambos em data de 14.10.1988. O Escrevente:

R.02-20.1221- Porto Seguro, 12 de maio de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 06 fls. 052/053 nº 774 de 21 de agosto de 1998 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis (BA), registrada anteriormente - sob o nº 7.115 Livro 0-2 em data de 17.09.1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL o Sr. NORIVAL OLIVEIRA e sua esposa da. SUELI ROZENDO OLIVEIRA (acima qualificados), ora representada por seu esposo, - por procuração do Livro nº 83-A fls. 84 do Cartório do 1º Ofício de Notas da Cidade de Itapetinga (BA), em 08.07.1999; Y E N D E R A N à Firma VERACEL CELULOSE S/A, com sede à margem da BR-101 Km-716, Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis (BA) e CIO nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotton, por meio do Livro nº 2768 fls. 357, em 20.05.1998 do Cartório do 6º Ofício de Notas da Cidade de São Paulo (SP); pelo preço de R\$ 261.402,38 e imóvel objeto da presente matrícula, consta da escritura a isenção do FUNERARIAL. OBS: - Foi recolhido o Imposto de Transmissão à Prefeitura Municipal local, em data de 15.09.1998, pago na Caixa Econômica Federal-ORF. O Escrevente:

" continua no verso "

Ilustração 25 – Matrícula nº 20.122, referente ao imóvel Fazenda Tapera, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 12 de maio de 1999.

Já a Fazenda Baião, de 216,88 hectares, foi transmitida do Estado para Afrânio Afonso Ferrari Baião em 30 de março de 1999, e havia sido comprada dele pela Veracel Celulose em 11 de novembro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
 Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999

MATRÍCULA Nº 19.987 DATA 13 de abril de 1999 FICHA Nº 01

IMÓVEL: "FAZENDA BAIÃO", situado na Estrada Itabela/Caraíba, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área total de 216ha 87a 82ca (duzentos e dezoito hectares, oitenta e sete ares e oitenta e dois centiares) em terras próprias; limitando-se ao Nordeste: Edivaldo Gonçalves de Jesus, Celina Fernandes Bui; ao Sudoeste: Eivaldo Ferreira Santos; Sudeste: Carnivaldo Jesus da Lira; Sul-Sudoeste: Eva de Sousa; Oeste: Eivaldo César Grassi; Noroeste: Eva de Sousa e Eivaldo César Grassi. Cadastrado no I.N.C.R.A. sob nº 326.054.014.052-1 e na Receita Federal sob o nº 381016-3. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autorizado:

R.01-19.9871- Porto Seguro, 13 de abril de 1999. Título de terras nº 406.382 expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de março de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. AFRÂNIO AFRONSO FERRARI BAIÃO, engenheiro agrônomo, com C.I. nº 213.951-SSP/ES e CIO nº 478.881.567-20, casado com da. EDINEIA ALVES MOREIRA BAIÃO, do lar, com C.I. nº 342.167-SSP/ES e C. I. G. sob nº 071.652.647-60, brasileiros, residentes e domiciliados na Cidade de Colatina (ES); pelo preço de R\$ 5.236,35 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÕES: - A posse - que possuía no imóvel objeto da presente matrícula, nº 01-5.858, nº 01-5.761, nº 02 e 03-3.714, nº 01-5.989, todos do Livro 0-2 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Escrevente:

R.02-19.9871- Porto Seguro, 13 de abril de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 04 fls. 272/273 nº 615 de 11 de novembro de 1997 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis (BA), registrada anteriormente - sob o nº 6.980 Livro 0-2 em data de 18.12.1997 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL o Sr. AFRÂNIO AFRONSO FERRARI BAIÃO e sua esposa da. EDINEIA ALVES MOREIRA BAIÃO (acima qualificados); Y E N D E R A N à Firma VERACEL CELULOSE S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A, com sede à margem da BR-101 Km-716, Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis (BA) e C. I. G. sob nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do Livro nº 026 fls. 026 em data de 14.01.1997 do Cartório do 14º Ofício de Notas da Cidade de Salvador-BA; pelo preço de R\$ 123.395,13 o imóvel objeto da presente - matrícula. Consta da escritura a isenção do FUNERARIAL. O Escrevente:

Ilustração 26 – Matrícula nº 19.987, referente ao imóvel Fazenda Baião, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de abril de 1999.

E a Fazenda Castanhal, com 243,35 hectares, terra devoluta do Estado da Bahia, foi transmitida à José Francisco Polesse também em 30 de março de 1999, sendo que a Veracel a havia comprado em 3 de setembro de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999		
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº
19.993	13 de abril de 1999	01
<p>IMÓVEL "FAZENDA BOM RETIRO", que passou a se chamar "FAZENDA CASTANHAL", situado no Dógrão do Jambreiro, neste Município de Porto Seguro (BA), com a área de 243ha 35a 35m (duzentos e quarenta e três hectares, cinquenta e cinco ares e trinta e cinco centímetros) em terras próprias limitando-se ao Norte: Cadivaldo Jesus Silva e Alípio Souza Lima; Nordeste: Alípio Souza Lima e Tereza Fernandes Brito e Veracel Jalcione S/A; Sul, Sudoeste e Oeste: Veracel Jalcione S/A. Cadastrado no L.T.C.R.A. sob nº 326.054.015.952/5, nº 326.054.038.499/0 e nº 326.054.042.897/5. ERE-19794701-01. ESTADO DA BAHIA. O Secretário.</p> <p>R.02-19.993- Porto Seguro, 13 de abril de 1999. Título de terras nº 406.408 expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de março de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 23.403 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976. FICHA QUAL e ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador o Dr. César Borges; TRANSITO ao Sr. JOSÉ FRANCISCO POLESSE, brasileiro, casado, proprietário, residente na Rua: Bela Vista, neste Município de Porto Seguro (BA), com C.T. nº 223.867, todo direito, domínio, ação e posse que possa no imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço de R\$ 6.903,77. Q.02-19.993- As benfeitorias foram adquiridas pelos Registros nº 05 da Matrícula nº 6.493 e nº 04 da Matrícula nº 6.494 do livro 2 deste Cartório, e sob o nº 01-6.498 do livro 2-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Secretário.</p> <p>R.02-19.993- Porto Seguro, 13 de abril de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 30 fls. 176/77 nº 1.665 de 23 de setembro de 1998 do Cartório de 2º Ofício de Notas de Itapiciriba (BA), anteriormente registrada sob nº 7.123 do livro 0-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca, em data de 16.10.1998; FICHA QUAL e Sr. JOSÉ FRANCISCO POLESSE, com C.T. nº 223.867-852/5 e CIO nº 324.732.227-20 e sua esposa da. TRACWA - ANITA RUTENI, com C.T. nº 467.943-852/5 e CIO nº 321.490.597-20, brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados na Cidade de Itapiciriba (BA); V. S. D. R. A. à empresa VERACEL CHIMBOS S.A., com sede à rua: da 28-101, na 7ª. Bairro Industrial, na Cidade de Itapiciriba (BA) e C.T. nº 40.951.995/0001-48, representada por seus procuradores os Drs. Luis Carlos Botton e Pedro Fernando Miranda Vallant, por procuração do livro nº 2768 fls. 137 de 20.03.1998 do Cartório de 2º Ofício de Notas da Cidade de São Paulo (SP) pelo preço de R\$ 176.153,45 o imóvel objeto da presente matrícula. Q.02-19.993- Foi recolhido o Imposto de Transmissão à Prefeitura Municipal - local, pago sobre o valor de R\$ 176.153,45 em 02.10.1998 na Caixa Econômica Federal - CEF. O Secretário. * continua no verso *</p>		

Ilustração 27 – Matrícula nº 19.993, referente ao imóvel Fazenda Castanhal, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de abril de 1999.

Já a Fazenda Bom Retiro, ex-Fazenda Santinha, era terra devoluta até 30 de novembro de 1998, quando o estado a transmitiu para Diógenes Alexandre Medeiros Luz, com área de 156,53 hectares, porém, ele já havia vendido a posse em 29 de outubro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1998		
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº
19.740	29 de dezembro de 1998	01
<p>IMÓVEL "FAZENDA SANTINHA" que passou a se chamar "FAZENDA BOM RETIRO", situado na Região de Monte Pascoal, neste Município de Porto Seguro-Bahia, com a área de 156ha 53a 47m (cento e cinquenta e seis hectares, cinquenta e três ares e quarenta e sete centímetros) em terras próprias limitando-se ao Norte: Oeste-Noroeste com Walter dos Santos Silva; Sudoeste com João Ilton Pereira da Silva; Sul com João Ilton Pereira da Silva e Sidmar Souza da Silva; Sudeste com Sidmar Souza da Silva e Walter dos Santos Silva. Cadastrado no L.T.C.R.A. sob nº 326.054.004.677. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Secretário Autorizado.</p> <p>R.02-19.740- Porto Seguro, 29 de dezembro de 1998. Título de terras sob o nº 405.189, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de novembro de 1998, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 23.403 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976. FICHA QUAL e ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSITO aos Srs. DIÓGENES ALEXANDRE MEDEIROS LUIZ, com C.T. nº 5.798.633-852/BA e CIO nº 579.337.405-10, e DIOCIANO MEDEIROS LUIZ, com C.T. nº 067.957-31-852/BA e CIO nº 138.301.005-15, ambos brasileiros, maiores, solteiros, comerciantes, residentes e domiciliados à Rua Rui Barbosa nº 376 - Bela Vista, em Taquara de Freitas (BA) pelo preço de R\$ 3.551,89 todo direito, domínio, ação e posse que possa no imóvel objeto da presente matrícula. Q.02-19.740- A posse foi adquirida pelo Registro sob o nº 6.958 livro 0-2 no Cartório Imobiliário desta Comarca, digo, no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Sec. Autorizado.</p> <p>R.02-19.740- Porto Seguro, 29 de dezembro de 1998. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 11 fls. 113/114 nº 1.087 de 29 de outubro de 1997 do Cartório de Notas da Cidade de Tagaúria (BA), registrada anteriormente sob nº 6.954 livro 0-2 em data de 10.11.1997 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; FICHA QUAL os Srs. DIÓGENES ALEXANDRE MEDEIROS LUIZ e DIOCIANO MEDEIROS LUIZ (seus qualificados), representados por seus procuradores o Sr. José Sampaio Filho, por procuração do livro nº 65 fls. 33/34 e subtabelamento do livro nº 89 fls. 153, ambos do Cartório Imobiliário de Taquara de Freitas, Vitória (ES) e a empresa Veracel Jalcione S/A, com sede à rua: da 28-101, na 7ª. Bairro Industrial, em Itapiciriba-Bahia e CIO nº 40.951.995/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vallant e Luis Carlos Botton, por procuração do livro nº 026 fls. 026 de 11.01.1997 do Cartório de 1º Ofício de Notas de Salvador-Bahia; pelo preço de R\$ 92.983,77 o imóvel objeto da presente matrícula. Q.02- Foi recolhido o Imposto de Transmissão à Prefeitura Municipal Local, pago sobre o valor de R\$ 92.983,77 em data de 07.11.1997. O Sec. Autorizado. * continua no verso *</p>		

Ilustração 28 – Matrícula nº 19.740, referente ao imóvel Fazenda Bom Retiro, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 29 de dezembro de 1998.

O imóvel Fazenda Conjunto Mira Norte, de 398,35 hectares, foi transmitido pelo Estado à Anita Sirtoli Scopel em 30 de novembro de 1998, porém, foi vendida à Veracel anteriormente, em 11 de setembro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA			
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1998			
MATRÍCULA Nº	DATA	de	FICHA Nº
19.748	30	dezembro	01
<p>IMÓVEL: "FAZENDA CONJUNTO MIRA NORTE", situado no Córrego do Norte, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área de 398ha 34a 92ca (trezentos e noventa e oito hectares, trinta e quatro ares e noventa e dois centiares) em terras públicas; limitando-se ao Norte-Nordeste com Maurício Carneiro; Nordeste-Baía - com Mila Clivalva Costa; Sul com a Veracel Celulose S/A e Paulo Roberto Gira; Sudoeste com Paulo Roberto Gira e Antonio Pedreira Gomes. Cadastrado no I.N.C.R.A. sob nº 326.054.014.427-6. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Recomeço Autorizado:</p> <p>R.01-19.748-1- Porto Seguro, 30 de dezembro de 1998. Título de terras sob o nº 409.171, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de novembro de 1958, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1971, com as alterações da Lei nº 3.442 de 13 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; FICHA QUAL e ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMISSÃO à Sra. ANITA SIRTOLI SCOPEL, com CIO nº 703.180.957-04 e C.I. RG nº 269.029-388/BA, casada com o Sr. PEDRO SCOPEL, com CIO nº 071.607.557-15 e C.I. RG nº 106.237-858/BA; ambos brasileiros, industriais, residentes e domiciliados à Rua Elzeirio Linhares nº 515-Aptº 302 Praia do Camo, em Vitória (ES); pelo preço de R\$ 9.539,07 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. <u>RESERVA</u> <u>QUEM</u>:- A posse foi adquirida pelo Registro sob nº 01-5.832.146-2 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Rec. Autorizado:</p> <p>R.02-19.748-1- Porto Seguro, 30 de dezembro de 1998. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 04 fls. 189v/191v nº 579 de 11 de setembro de 1997 do Cartório de Notas da Cidade de Bumpolis (BA), registrada anteriormente sob nº 6.945 livro C-2 em data de 14.10.1997 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; FICHA QUAL a Sra. ANITA SIRTOLI SCOPEL e seu esposo Sr. PEDRO SCOPEL (acima qualificados), ela representada por seu esposo, por procuração do livro nº 118 fls. 048 de 29.08.1997 do Cartório de Notas da Cidade de Itamaraju-BA; L. M. R. A. M. à empresa Veracel Papel e Celulose Ltda., situada em Bumpolis-BA e CIO nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Sooton, por procuração do livro nº 028 fls. 026 de data de 14.01.1997 do Cartório do 14º Ofício - de Notas de Salvador-BA; pelo preço de R\$ 252.146,03 o imóvel objeto da presente matrícula. <u>QUEM</u>:- Foi recolhido o imposto de Transmissão à Prefeitura Municipal local, pago sobre o valor de R\$ 252.146,03 em 14.10.1997. O Recomeço Autorizado:</p>			

Ilustração 29 – Matrícula nº 19.748, referente ao imóvel Fazenda Conjunto Mira Norte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 30 de dezembro de 1998.

Já a Fazenda Carmo, anteriormente denominada Fazenda Nossa Senhora do Carmo, com área de 169,76 hectares era terra devoluta do estado da Bahia até 28 de dezembro de 1998, quando foi transmitida para Fernando Antonio Buffon, porém, já estava nas mãos da Veracel desde 30 de abril do mesmo ano.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999		
MATRÍCULA Nº	19.786	DATA 14 de janeiro de 1999 FICHA Nº 01
<p>IMÓVEL: "FAZENDA NOSSA SENHORA DO CARMO", que passou a se chamar "FAZENDA CARMO", situada na região do Rio do Norte, neste Município de Porto Seguro-Bahia, com a área de 159ha 76a 11ca (cento e sessenta e nove hectares, setenta e seis ares e doze centiares) em terras próprias, limitando-se ao Norte e Nordeste: Rio do Norte; Sudeste: Espólio de Pedro José Trindade; Sudoeste, Oeste e Noroeste: Veracruz Celulose S/A. Cadastrado no I. N. G. R. A. sob o nº 326.054.022.004.6. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Oficial:</p> <p>R.02-19.786- Porto Seguro, 14 de janeiro de 1999. Título de terras sob o nº 405.734, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 28 de dezembro de 1998 de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador o Sr. César Borges; TRANSMITIU aos Srs. FERNANDO ANTONIO BUFFON, casado, aposentado, com C.I. nº 186.945, e EUGENIO BUFFON, solteiro, agricultor, ambos brasileiros, residentes e domiciliados em Vila de Guaraniá (RS); pelo preço de R\$ 3.852,32 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. O Oficial:</p> <p>R.02-19.786- Porto Seguro, 14 de janeiro de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 05 fls. 211/212 nº 714 de 30 de abril de 1998 do Cartório de Notas desta Cidade de Porto Seguro (Ba), registrada anteriormente sob nº 7.045 em data de 21.05.1998 no livro C-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL o Sr. FERNANDO ANTONIO BUFFON, aposentado, com C.I. nº 186.945-SSE/RS, sua esposa da. MARIA CLETT DE CARMO BUFFON, do lar, residentes e domiciliados na Vila de Guaraniá, Município de Aracruz (ES), com CIO nº 215.831.617-91 o Sr. EUGENIO BUFFON, agricultor, com CIO nº 421.362.377-72 e sua esposa da. LUCIA FANOLFI BUFFON, agricultor, com CIO nº 042.125.547-12, residentes e domiciliados na Vila de Cachoeirinha, Distrito de Riacho, Município de Aracruz (ES), todos brasileiros e representados por seu procurador o Sr. Nilo Mota, por procuração do livro nº 17 fls. 80v de 27.03.1998 do Cartório do Único Ofício de Notas de Guaraniá, Distrito e Município de Aracruz (ES); V E N D E R A M à Empresa Veracruz Celulose S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A, com sede à margem da BR-101, Km 716, Bairro Industrial, Município de Eunápolis (BA), com CIO sob nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vallant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do livro nº 091 fls. 092 em 23.12.1997 do Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Salvador (BA); pelo preço de R\$ 87.691,66 o imóvel objeto da presente matrícula. Consta da escritura a isenção do IRRUNFURAL. O Oficial:</p>		

Ilustração 30 – Matrícula nº 19.786, referente ao imóvel Fazenda Carmo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 14 de janeiro de 1999.

A Fazenda Mugiana B, anteriormente Fazenda Beija Flor, com 82,66 hectares, foi transmitida pela estado da Bahia à José Cosme Sobral em 30 de março 1999, porém, havia sido comprada pela Veracel em 21 de maio de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999		
MATRÍCULA Nº	19.992	DATA 13 de abril de 1999 FICHA Nº 01
<p>IMÓVEL: "FAZENDA BEIJA FLOR" que passou a se chamar "FAZENDA MUGIANA B", situada na Região do Rio do Norte, neste Município de Porto Seguro-Ba; com a área total de 82ha 66a 13ca (oitenta e dois hectares, sessenta e seis ares e treze centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte-Nordeste-Este-Sudeste-Oeste-Noroeste: Walter Alves Ruseca; Sul-Sudoeste: Veracruz Celulose S/A. Cadastrado no I.N.G.R.A. sob nº 326.054.042.994-7. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente:</p> <p>R.01-19.992- Porto Seguro, 13 de abril de 1999. Título de terras nº 406.387 expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de março de 1999, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; PELO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. JOSÉ COSME SOBRAL, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado à Rua Floriano Peixoto nº 288-Centro, na Cidade de Itabuna (BA), com C.I. RG nº 1.043.305-SSE/BA e CIO nº 033.240.285-15; pelo preço de R\$ 1.774,03 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÕES: A posse foi adquirida pelo registro nº 7.021 Livro C-2 em data de 17.03.1998 - no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Escrevente:</p> <p>R.02-19.992- Porto Seguro, 13 de abril de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 05 fls. 243/245 nº 727 de 21 de maio de 1998 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis (BA), registrada anteriormente sob o nº 7.066 Livro C-2 em data de 03.07.1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; PELO QUAL o Sr. JOSÉ COSME SOBRAL (acima qualificado); - V E N D E R A à Firma VERACEL CELULOSE S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A, com sede na BR-101 Km-716-Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis (BA) e C.I.O sob nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. Pedro Fernando Miranda Vallant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do livro sob o nº 2.768 fls. 357 de 20.05.1998 do Cartório do 1º Ofício de Notas da Cidade de São Paulo (SP); pelo preço de R\$ 374.308,78 o imóvel objeto da presente matrícula. OBS: Foi recolhido o Imposto de Transmissão à Prefeitura Municipal local, sobre o valor de R\$ 374.308,78 vinculado a outro imóvel, em data de 03.06.1998, pagos no Banco do Brasil S/A. O Escrevente:</p>		

Ilustração 31 – Matrícula nº 19.992, referente ao imóvel Fazenda Mugiana B, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de abril de 1999.

A Fazenda Bagaço A, com 271,16 hectares, deixou de ser área devoluta para passar ao domínio privado de Amarildo de Jesus Peixoto em 30 de novembro de 1998, sendo que já havia sido comprada pela Veracel em 6 de outubro de 1997.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999		
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº
19.785	14 de janeiro de 1999	01
<p>IMÓVEL "FAZENDA BOM SOCSBO" que passou a se chamar "FAZENDA BAGAÇO A", situado na região do Rio dos Pindos, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área de 271ha 16a 11ca (duzentos e setenta e um hectares, dezasseis ares e onze centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte: Alfredo Nunes Pereira Filho; Nordeste: Alfredo Nunes Pereira Filho e Rivaldo Ramos da Costa; Sudeste: Adão Raimundo Santiago e Imineia da Silva Santana; Sudoeste: Adão Raimundo Santiago e Imineia da Silva Santana; Oeste: Adão Raimundo Santiago. Cadastrado no I.N.C.R.A. sob nº 325.054.020.591-7. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autorizado:</p> <p>R-01-19.785- Porto Seguro, 14 de janeiro de 1999. Título de terras sob o nº 405.187, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de novembro de 1998, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; FIEL QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMITIR ao Sr. AMARILDO DE JESUS PEIXOTO, agricultor, com C.I. nº 705.873.608-25 e C.T. RG nº 7.253.486-88/SP, casado com da. MARIA BULGELINA SOUZA PEIXOTO, do lar, com C.I. nº 161.905.908-34 e C.T. RG nº 9.770.394-88/SP, brasileiros, residentes e domiciliados na Cidade de Teixeira de Freitas (BA); pelo preço de R\$ 8.696,86 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÕES: A posse foi adquirida pelo registro nº 5.483 em 25.04.1999 e 54733 em 01.04.1990, ambos do livro C-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Escrevente Autorizado:</p> <p>R-02-19.785- Porto Seguro, 14 de janeiro de 1999. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 04 fls. 216/218vº nº 590 de 06 de outubro de 1997 do Cartório de Notas da Comarca de Eunápolis-Bahia, registrada anteriormente sob nº 6.991 em data de 04.11.1997 livro C-2 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; FIEL QUAL o Sr. AMARILDO DE JESUS PEIXOTO e sua esposa da. MARIA BULGELINA SOUZA PEIXOTO (acima qualificados), representados por seu procurador, Sr. Bernardino Olyveira de Souza, por procuração e subdelega-ção de fato no Cartório de 1º Ofício de Notas de Salvador de Freitas-Ba, no livro 01-B fls. 140 de 25.09.1991 e no livro 01 fls. 039 de 09.03.1992; - Y E N D R A M à Pirmas Veracel Florestal Ltda, atual VERACEL CELULOSE S/A., com sede à margem da BR-101 Km-716, Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis (BA) e C.D. nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do livro nº 026 fls. 025 de 14.01.1997 do Cartório do 14º Ofício de Notas de Salvador-Ba; pelo preço de R\$ 140.064,34 o imóvel objeto da presente matrícula. O Escrevente Autorizado:</p>		

Ilustração 32 – Matrícula nº 19.785, referente ao imóvel Fazenda Bagaço A, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 14 de janeiro de 1999.

Já a Fazenda Nova Floresta, com 291,79 hectares pertencentes ao estado da Bahia, foi transmitida em 24 de janeiro de 2000 a Eraldo Campos Paes, sendo que já havia sido comprada pela Veracel em 6 de janeiro de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 2000		
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº
20.771	24 de fevereiro de 2000	01
<p>IMÓVEL "FAZENDA NOVA FLORESTA", situado no Córrego São João Vou, neste Município de Porto Seguro (BA); com a área de 291ha 79a 18ca (duzentos e noventa e um hectares, setenta e nove ares e dezoito centiares) em terras próprias; limitando-se por seus diversos lados com Pedro Alcântara Costa, Benedito Prudente dos Santos, Miguel Sinões Desane, Veracel Celulose S/A e Eliana Maria de Jesus Alves. Cadastrado no I.N.C.R.A. sob nº 326.100.005.051-2 e na Receita Federal sob nº 1504387-8. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Escrevente Autorizado:</p> <p>R-01-20.771- Porto Seguro, 24 de fevereiro de 2000. Título de Terras sob o nº 407530, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 24 de janeiro de 2000, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; FIEL QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, o Dr. César Borges; TRANSMITIR ao Sr. ERALDO CAMPOS PAES, agricultor, com C.I. RG nº 297035-0PT/RJ, casado com da. MARIA DAS GRAÇAS SALES PAES, do lar, com C.I. RG nº 3.468.671-88/BA, brasileiros, residentes e domiciliados à Rua D. Pedro II nº 76, na Cidade de Itamaraju (BA), inscritos no C.I. nº 104.429.017-04; pelo preço de R\$ 969,45 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBSERVAÇÕES: A posse foi adquirida pelo registro nº 01-3.560 Livro C-2 em data de 10.05.1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Escrevente Autorizado:</p> <p>R-02-20.771- Porto Seguro, 24 de fevereiro de 2000. Escritura pública de compra e venda, lavrada no livro nº 05 fls. 068/069 nº 654 de 06 de janeiro de 1998 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis-Bahia, registrada anteriormente sob nº 7.036 livro C-2 em data de 24.04.1998 no Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca; FIEL QUAL o Sr. ERALDO CAMPOS PAES e sua esposa da. MARIA DAS GRAÇAS SALES PAES (acima qualificados); Y E N D R A M à Pirmas Veracel Celulose S/A, atual VERACEL CELULOSE S/A., com sede à margem da BR-101 Km-716-Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis-Bahia e C. D. C. sob nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores, Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Scotton, por procuração do livro sob o nº 091 fls. 092 de 23.12.1997 do Cartório do 14º Ofício de Notas da Cidade de Salvador-Bahia; pelo preço de R\$ 150.747,47 o imóvel objeto da presente matrícula. O Escrevente Autorizado:</p>		

Ilustração 33 – Matrícula nº 20.771, referente ao imóvel Fazenda Nova Floresta, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 24 de fevereiro de 2000.

E a Fazenda Vista Alegre, com 40,67 hectares, foi transmitida pelo estado da Bahia a José Nivaldo Pianizoli em 30 de abril de 1999, sendo que havia sido comprada pela Veracel em 14 de julho de 1998.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA		
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1999		
MATRÍCULA Nº. 20.126	DATA 13 de maio de 1999	FICHA Nº 01
IMÓVEL: "FAZENDA VISTA ALEGRE", situado no Córrego do Pratiagu, neste Município de Porto Seguro(BA); com a área de 40ha 67a 42ca (quarenta hectares, sessenta e sete ares e quarenta e dois centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte: Cosme José Alves dos Santos; Nordeste: Veracruz Celulose S/A e Francisco de Assis Bragatto; Sudeste, Sul e Sudoeste: Francisco de Assis Bragatto; Oeste: Veracruz Celulose S/A., Noroeste: Veracruz Celulose S/A. e Cosme José Alves dos Santos. Cadastrado no L.N.-S.R.A. sob nº326054 020591-7. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Oficial:		
R.02-20.126i- Porto Seguro, 13 de maio de 1999. Título de terras nº 406.599, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 30 de abril de 1999 de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; FUILO QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador o Dr. César Borges; TRANSMITIU ao Sr. JOSÉ NIVALDO PIANIZOLI, brasileiro, casado, agricultor, residente na Faz. Gurubá, neste Município de Porto Seguro/Bahia, com C.I. nº 285.025, todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula, pelo preço de R\$ 1.090,01. OBSERVAÇÕES: As benfeitorias foram adquiridas pelo Registro nº 7.086 no livro C-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca. O Oficial:		
R.02-20.126i- Porto Seguro, 13 de maio de 1999. Escritura pública lavrada no livro nº 18 fls. 289/290 nº 3.213 de 14 de julho de 1998 do Cartório de Notas da Cidade de Eunápolis(BA), registrada anteriormente sob o nº 7.087 no livro C-2 do Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca, em data de 07 de agosto de 1998; FUILO QUAL o Sr. JOSÉ NIVALDO PIANIZOLI, agricultor, com C.I. nº 285.025-SSP/RS e CIO nº 317.541.397/87 e sua esposa da. GELTRUDES - TESSAROLO PIANIZOLI, do lar, com C.I. nº 0738766402-SSP/BA e C. I. C. sob nº 488.166.715/72, brasileiros, residentes e domiciliados na Fazenda Gurubá, Distrito de Caraiva, neste Município de Porto Seguro(BA); V F F D E R A M à Empresa VERACRUZ CELULOSE S/A, atual VERACRUZ CELULOSE S/A, com sede à - margem da BR-101, Km 716, Bairro Industrial, na Cidade de Eunápolis(BA) e - 003 sob nº 40.551.996/0001-48, representada por seus procuradores os Srs. Pedro Fernando Miranda Vailant e Luiz Carlos Soeton, por procuração do livro nº 2.768 fls. 357 em data de 20.05.1998 do Cartório do 6º Ofício de Notas da Cidade de São Paulo(SP); pelo preço de R\$ 23.104,24 o imóvel objeto da presente matrícula. O Oficial:		

Ilustração 34 – Matrícula nº 20.126, referente ao imóvel Fazenda Vista Alegre, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 13 de maio de 1999.

Além destas propriedades, que totalizam 8.627,76 hectares de áreas transmitidas irregularmente pelo estado da Bahia à pessoas físicas quando não mais pertenciam a elas, há ainda duas propriedades que foram transmitidas diretamente pelo estado à Veracel.

A primeira delas, a Fazenda Bela Flor, desmembrada de imóvel maior conforme consta na matrícula, anteriormente localizada em Belmonte e atualmente em Eunápolis, de 285,89 hectares, foi transmitida do estado da Bahia à Veracel em 5 de maio de 1997, após ter sido comprada pela empresa de pessoa física em 5 de julho de 1996.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
☐ OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
 COMARCA DE EUNÁPOLIS - BAHIA
 REGISTRO GERAL - ANO 1996

Matrícula nº 4.923 Data 24/07/96 Identificação do Imóvel - IMÓVEL RURAL, com título pela GLEBA "D", desmembrada do Conjunto Alberto, que passará a denominar-se se agora em diante "FAZENDA BELA FLOR", situado neste Município e Comarca de Eunápolis-Ba., com a superfície de 255ha., 89a. e 10ca. (duzentos e oitenta e cinco hectares, oitenta e nove ares e dez centavos), contendo benfeitorias e limitando-se: ao Norte - Stênio Dantas e João Alberto Lima Vieira; ao Sul - Ademir Guimarães Dantas; a Leste - João Alberto Lima Vieira e a Oeste - João Alberto Lima Vieira. Tudo conforme Memorial Descritivo transcrito na escritura objeto do R.2 abaixo. Número do Imóvel no Cadastro do I.N.C.R.A. (Conjunto Alberto) - 323.080.003,824-0.

PROPRIETÁRIO: JOÃO ALBERTO LIMA VIEIRA, brasileiro, solteiro, pecuarista, com CPF/MF. nº. 029.860.605-44 e Carteira de Identidade nº. 577.965/SSP/BA., residente e domiciliado na Cidade de Itabuna-Ba., na Rua B, nº. 95, no Parque Florestal Góes Calmon.

Títulos Aquisitivos: Registrados sob números, R.01-M.191, R.01-M.192 e R.01-M.193, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Cidade de Belmonte-Ba., em 07/07/1996 e por motivo de fusão também matriculado sob nº. M.3.861, em 24/07/1996, todos do Livro 2, Registro Geral do dito Cartório. Eunápolis-Ba., de julho de 1996. O Oficial *[assinatura]*

AV.1-M.4.923, feita em 24 de julho de 1996, para constar que conforme certidão expedida em 24/07/1996 pelo Cartório de Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Belmonte-Ba. e que fica arquivada, o imóvel acima matriculado encontra-se totalmente livre de quaisquer tipos de ônus. Eunápolis-Ba., 24 de julho de 1996. O Oficial *[assinatura]*

R.2-M.4.923, feito em 24 de julho, de 1996. Título: Compra e Venda. Transmitedor: JOÃO ALBERTO LIMA VIEIRA, acima qualificado. Adquirente: VERACRUZ FLORESTAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, constituída em forma de sociedade limitada, inscrita no CGC/MF, sob nº. 40.551.996/0001-48, com sede e Foro no Município de Eunápolis-Ba., à BR 101, Km 716, Bairro Industrial, representada por seus procuradores, os Srs. PEDRO FERNANDO MIRANDA VAILANT, brasileiro, casado, engenheiro florestal, residente e domiciliado à Rua São Raimundo nº. 95, Bairro Santa Lúcia-Eunápolis-Ba., portador do CIC nº. 282.540.077/72, e LUIZ CARLOS SCOTON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy nº. 58, Centro-Eunápolis-Ba., portador do CIC nº. 039.021.708/59. Interviniente e Anuente: ANA MARIA MAGALHÃES MOTA, Brasileira, solteira, portadora do CIC nº. 142.902.955/00, residente e domiciliada à Rua "B", nº. 95, Parque Florestal Góes Calmon-Itabuna-Ba. Forma do Título: Escritura Pública de Compra e Venda nº. 074, fls 123, livro 01, lavrada em 05/07/96, nas notas da Tabelião, Olimar Augusta Novais Mesas Santos, da comarca de Itagimirim-Ba. Imóvel: o imóvel objeto desta matrícula. Valor: R\$ 650.000,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), juntamente com as glebas A, B, C. Forma de Pagamento: a) R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) recebidos anteriormente pelo OUTORGANTE VENDEDOR, diretamente dos representantes legais da OUTORGADA COMPRADORA, e b) o saldo remanescente do preço da compra restante R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), cuja importância será paga pela OUTORGADA COMPRADORA em data de 04 de agosto de 1996, em caráter "pro-soluto". Condições: As contidas na escritura. Protocolo: Título aponta para o apontado sob nº. 7.319, fls 365, livro 1-A, Eunápolis-Ba., 24 de julho de 1996. O OFICIAL *[assinatura]*

AV.3-M.4.923, feita em 04 de março de 1997. RESERVA LEGAL. Pelo Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, celebrado em 27 de novembro de 1996, entre a VERACRUZ FLORESTAL LTDA., já qualificada, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em atendimento ao que determina o Parágrafo 2º do artigo 16 da Lei 477/65, fica gravada como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do IBAMA, uma área de 57,9700 hectares, nunca inferior a 20% (vinte por cento) do imóvel da presente matrícula. Eunápolis-Ba., 04 de março de 1997. O OFICIAL *[assinatura]*

R.4-M.4.923, feito em 28 de maio de 1997. Título de Terças sob nº. 400.456, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 05/05/97, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de Janeiro de 1976, PELO QUAL O ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Dr. Paulo Souto, TRANSMITIU à Firma VERACRUZ FLORESTAL LTDA, com sede à BR 101, Km.716 - Bairro Industrial-Eunápolis-Ba., inscrita no CGC/MF, sob nº. 40.551.996/0001-48, taxas pagas ao Estado no total de R\$ 3.926,38 (TRES MIL, NOVICENTOS E VINTE E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula, o qual consta no referido título uma área de 285ha.88a.86ca. (DUZENTOS E OITENTA E CINCO HECTARES, OITENTA E OITO ARES E OITENTA E SEIS CENTAVOS) OBSERVAÇÃO: As Benfeitorias foram adquiridas pelo Registro nº. 01 das matrículas nºs. 191, 192 e 193, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Belmonte-Ba., em 07/07/1996 e por motivo de fusão também matriculado sob nº. M.3.861, em 24/07/1996, todos do Livro 2, Registro Geral do dito Cartório. Protocolado sob nº. 7.319, fls. 302, livro 1-A, Eunápolis-Ba., 28 de maio de 1997. O OFICIAL *[assinatura]*

Ilustração 35 – Matrícula nº 4.923, referente ao imóvel Fazenda Bela Flor, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 24 de julho de 1996.

Por último, a Fazenda Quatro Rios, com 1.011,65 hectares, era terra devoluta até 1 de 10 de 1998, quando o estado expediu o título da área para a então Veracruz Celulose.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Comarca de PORTO SEGURO - BAHIA LEVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL - ANO 1998		
MATRÍCULA Nº	DATA	FICHA Nº
19.548	1ª de outubro de 1998	01
<p>IMÓVEL: "FAZENDA QUATRO RIOS", situado no lugar conhecido por "Quatro Rios", neste Município de Porto Seguro (BA); com a área de 1.011ha 65a 30ca (um mil e onze hectares, sessenta e cinco ares e trinta centiares) em terras próprias; limitando-se ao Norte: Sebastião Fiol, Artemio Spanasse e Rio Preto (divisa natural); Este: Hélio Cangussu; Sul: José Gomes de Brito; Oeste: Pedro Rancieri. Cadastrado no I.N.G.R.A. sob nº 326.054.009.105-9. PROPRIETÁRIO: ESTADO DA BAHIA. O Esc. Autorizado.</p> <p>R.01-19.548: - Porto Seguro, 1ª de outubro de 1998. Título de Terras nº 403.660 expedido pelo Governo do Estado da Bahia, em data de 31 de agosto de 1998, de acordo com a Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976; Pelo QUAL o ESTADO DA BAHIA, representado por seu Governador, Dr. César Borges; <u>TRANSMITE</u> à VTRAGRUZ FLORTSAL LTDA., com sede à Avenida Presidente Kennedy s/nº, Conjunto 101, na Cidade de Eunápolis-BA e C. G. C. sob o nº 41.551.996/0001-48; pelo preço de R\$ 28.842,55 todo direito, domínio, ação e posse que possuía no imóvel objeto da presente matrícula. OBS: - A posse foi adquirida pelo registro nº 6.705 livro C-2 datado de 23.02.1996 no Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca. O Escrivente Autorizado.</p>		

Ilustração 36 – Matrícula nº 19.548, referente ao imóvel Fazenda Quatro Rios, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro em 1º de outubro de 1998.

Nossa hipótese é que tenham sido usados “laranjas” para regularizar a situação jurídico-legal da propriedade pelo fato de a empresa ser estrangeira, logo, segundo a legislação vigente, não poderia ocupar mais de 25% da área de um município, o que ocorre em Eunápolis, conforme vimos nos dados, inclusive nos próprios documentos divulgados pelo estado da Bahia.

Dessa forma, caso a empresa pedisse ao Estado que regularizasse as terras em seu nome, isso poderia chamar muita atenção, e com o uso de “laranjas”, essa transação é menos *visada*. Mas, mesmo assim, demonstrando um descaso frente à legislação brasileira, e uma postura de quem está *acima* do Estado, a Veracel continuou repassando estas terras para o seu nome, irregularmente, já que, nos municípios de Eunápolis e Santa Cruz Cabralia, já detém mais de 25% da área do município¹⁵²; e também desrespeitando as condicionantes impostas quando do licenciamento de seus plantios, que não permitiriam mais 20% de um município interiorano ocupado com eucaliptos.

¹⁵² Vale mencionar a semelhança entre a forma “regularização” das áreas realizada pela Veracel com um dos processos levantados por Oliveira (1997) a partir da análise do Relatório Velloso (OLIVEIRA, 1997; 2010), em relação à aquisição de grandes áreas por grupos estrangeiros: “b) Requisição de terras devolutas aos governos estaduais: Neste processo o elemento nacional intermediário, geralmente com a conivência de funcionários dos departamentos de terras estaduais, requer em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais de modo a cobrir toda a zona cobijada. Após a obtenção dos títulos definitivos, de acordo com o interesse, ou não, do comprador, os títulos individuais passam, por meio de compra simulada, para o nome da pessoa ou grupo, nacional ou estrangeiro, interessado na compra daquela região. Com isto é que se explica como vastas regiões de terras devolutas estaduais, apesar das limitações constitucionais, passam de um momento para outro a se constituir em enormes latifúndios em mãos de pessoas ou grupos nacionais ou estrangeiros.” (RELATÓRIO VELLOSO apud OLIVEIRA, 1997, p. 63)

O próprio Cadastro do Incra de aquisições de terras de estrangeiros, segundo Oliveira (2010), aponta Eunápolis e Santa Cruz Cabralia como dois dos municípios brasileiros com maior área ocupada por estrangeiros¹⁵³:

Eunápolis [...]que possui área territorial de 119.669,5¹⁵⁴ hectares, porém, tem **76 imóveis rurais de estrangeiros, sendo que a soma dos 53 imóveis rurais grandes e médios chegam a uma área total de 46.665,48 hectares, ou seja, 39,0% da superfície municipal.** O outro município, por ironia da história do Brasil, é **Santa Cruz Cabralia**, que por sua vez, possui área territorial de 155.079,1 hectares, e tem **148 imóveis rurais de estrangeiros, porém, 67 imóveis rurais de estrangeiros médio e grandes somam a área total de 45.811,2 hectares, ou seja, 29,54% da superfície municipal.** Certamente, a área de estrangeiros nestes dois municípios é maior do que aquelas que o estudo registrou, pois faltam também, os pequenos e os minifúndios. (OLIVEIRA, 2010, p. 47-48, grifo do autor)

Pode-se verificar que a quantidade de terras ocupadas por estrangeiros, no caso de Eunápolis, é praticamente a mesma que a Veracel ocupa no município. Segundo Lerrer e Wilkinson (2012):

Embora afirme ser uma empresa brasileira, a Veracel Celulose S. A. é, de fato, **a maior empresa estrangeira proprietária de terras no Brasil**, controlando 204.000 hectares, segundo o cadastro mantido pelo INCRA. Ela possui mais de um terço do município de Santa Cruz Cabralia – cerca de 56.000 hectares – e é dona de 48.000 dos 119.000 hectares de terras de Eunápolis. (LERRER; WILKINSON, 2012, p. 8, grifo nosso)

Assim, temos mais uma exemplo do descaso da empresa frente à legislação brasileira, e ainda, a omissão do Incra, órgão responsável por essa fiscalização, frente à situação encontrada. Mesmo com todo o apelo midiático dos últimos anos em relação à estrangeirização das terras no Brasil (que, como já apontado, Oliveira, 2010, demonstra muito bem seu caráter de farsa), nos locais onde o órgão deveria efetivamente lidar com uma estrangeirização existente, que descumpra a legislação, não o faz. Para Oliveira (2010, p. 48):

Esses quatro exemplos [Magda e Campo Limpo Paulista, SP; e Eunápolis e Santa Cruz Cabralia, BA] são indicadores de que pode haver mais municípios brasileiros, nos quais já se tenha excedido o limite legal das terras de estrangeiros. Certamente, é aqui que deveria estar concentrado os esforços do INCRA para com as terras de estrangeiros, e não, a farsa do “novo escândalo” das aquisições recentes.

¹⁵³ Oliveira (2010) também cita dois municípios paulistas nos quais as terras de estrangeiros superaram os 25% permitidos por lei: Magda (59,4% ocupado por estrangeiros) e Campo Limpo Paulista (41,2%).

¹⁵⁴ Segundo o IBGE, Eunápolis tem, atualmente, área de 117.912,6 hectares. Isso gerou uma pequena diferença nas porcentagens obtidas pelo autor em relação às tabelas apresentadas.

6.2.1 Mudanças e permanências na estrutura fundiária e uso da terra dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose

Ainda vale a pena analisar brevemente os dados do Incra, para termos uma comparação entre a situação encontrada nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro, a partir dos dados cartoriais, e os outros municípios onde a Veracel atua.

Segundo o cadastro de imóveis do Incra de 2003, a empresa possuía, naquele momento, um total de 293 imóveis ocupando uma área de 154.719 hectares. Destes, 48.796 são declarados como posse, ou seja, áreas sob as quais a empresa não possui o título de propriedade, o que, no caso de uma grande proprietária de terras como a Veracel, configura apropriação irregular de terra pública, ou seja, grilagem.

Por exemplo, em Eunápolis, onde, segundo os dados do Incra, a Veracel possuía 119.669,5 hectares, em 2003, estão 58 imóveis da empresa ocupando 39.504 hectares, porém, 35.870 são *posses*. Há um único imóvel (Fazenda Alegria Ab Eu 226) com área titulada de 1.006 hectares que ocupa, irregularmente, mais 30.129 hectares. Já em Santa Cruz Cabralia há 101 imóveis da empresa ocupando 40.026 hectares, dos quais 4.795 hectares são declarados *posses*.

Do total dos imóveis declarados aos Incra pela Veracel em 2003, verifica-se a seguinte divisão por categorias fundiárias:

- Minifúndio - 27 imóveis ocupando 381 hectares;
- Pequena Propriedade - 68 imóveis ocupando 5.312 hectares;
- Média Propriedade - 82 imóveis ocupando 24.879 hectares (34 desses imóveis são classificados como improdutivos, ocupando 9.409 hectares);
- Grande Propriedade - 114 imóveis ocupando 117.551 hectares (35 desses imóveis são classificados como improdutivos, ocupando 30.428 hectares); e
- Não Classificado (Art. 7º Lei nº 8629/93) - 2 imóveis ocupando 5.696 hectares.

Dessa forma, os percentuais dos imóveis são os seguintes: 9,2% são minifúndios, 23,2% pequenas propriedades, 28% médias propriedades, 38,9% grandes propriedades e 0,7% não classificadas. Em área, obtém-se a seguinte divisão: 0,2% são minifúndios, 3,4% pequenas propriedades, 16,1% médias propriedades, 76% grandes propriedades e 4,3% não classificadas.

Assim, pode-se perceber¹⁵⁵ que, ao contrário do que ocorreu em Porto Seguro e Eunápolis, são as grandes propriedades (em relação ao módulo rural, maiores que 525 hectares) as mais adquiridas, seguidas pelas médias e em menor proporção as pequenas propriedades (que em relação ao módulo fiscal, vão até 140 e 525 hectares, respectivamente). Além disso, entre as médias e grandes propriedades, 22,61% são improdutivas.

Tabela 24 – Área (ha) das propriedades da Veracel Celulose segundo categoria fundiária e áreas (ha) improdutivas por município (2003)

Categoria fundiária	Minifúndio		Pequena Propriedade		Média Propriedade		Grande Propriedade		Não Classificada		Improdutiva
Município	<i>regist.</i>	<i>posse</i>	<i>regist.</i>	<i>Posse</i>	<i>regist.</i>	<i>posse</i>	<i>regist.</i>	<i>posse</i>	<i>regist.</i>	<i>posse</i>	
Santa C. Cabralia	289	71	2.984	727	7.302	1802	33.803	6.104	6.026	0	7.877
Porto Seguro	28	24	559	60	3.719	723	16.871	1.360	0	0	4.513
Itapebi	13	11	122	65	1.232	0	1.991	0	0	0	547
Itagimirim	0	0	350	302	1.403	375	3.875	0	0	0	5.275
Itabela	0	0	0	0	1.405	0	6.808	0	0	0	1.191
Eunápolis	49	7	512	142	6.575	508	30.110	35.213	0	0	8.084
Canavieiras	0	0	65	0	202	107	3642	471	0	0	1.699
Belmonte	24	24	160	38	2.351	0	18.416	552	570	0	12.841
Guaratinga	0	0	141	0	208	40	0	0	0	0	0
Prado	0	0	0	0	367	0	0	0	0	0	367
Encruzilhada	0	0	98	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	403	137	4.991	1.334	24.764	3.555	115.516	43.700	6.596	0	42.394

Fonte: Cadastro do Incra (2003). Elaborado pela autora.

Tabela 25 – Área total da Veracel Celulose por município – ha (2003)

Município	Área Registrada	Área Posse	Improdutiva
Santa Cruz Cabralia	50.404	8.704	8.184
Eunápolis	37.246	35.870	5.925
Belmonte	21.521	614	14.277
Porto Seguro	21.177	2.167	4.513
Itabela	8.213	-	1.191
Itagimirim	5.628	677	3.243
Canavieiras	3.909	578	1.592
Itapebi	3.358	76	547
Prado	365	2	367
Guaratinga	349	1	-
Encruzilhada	98	-	-
Total	152.268	48.689	39.839

Fonte: Cadastro do Incra (2003). Elaborado pela autora.

A partir desses dados, podemos mais uma vez retomar o processo de *territorialização do monopólio* (OLIVEIRA, 1999; 2004; 2007a; entre outros) que está ocorrendo no extremo sul da Bahia, baseados no entendimento de que é a articulação entre formas atuais de uso e

¹⁵⁵ Considerando-se que o módulo fiscal médio da região é de 35 hectares (Itabela – 35 hectares, definido em 5 de fevereiro de 1990; e o restante dos municípios definidos em 1980: Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, e Itapebi, 35 hectares, Itagimirim e, Guaratinga: 40 hectares, Mascote, Canavieiras e Belmonte, 20 hectares.

exploração do território e o desenvolvimento histórico dessas formas que permite entender a dinâmica e as formas concretas territoriais existentes. Nas palavras de Thomaz Júnior (1988, p. 1):

[...] as formas concretas territorializadas historicamente, através das relações sociais que se travam entre as classes sociais em luta, onde as relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e a abranger toda a sociedade. São estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território.

Assim, para entender como está se dando a configuração específica desta parcela do território, além do histórico levantado em relação ao contexto mais amplo do setor de celulose desde a ditadura militar no Brasil, e das *primeiras reflorestadoras* no extremo sul, levantamos alguns dados e fizemos entrevistas a fim de tentar descobrir quais terras haviam sido adquiridas pela Veracel Celulose, e o que havia antes nelas.

Como já foi apontado, desde a chegada da empresa houve mobilizações contrárias à sua instalação, especialmente pelo desmatamento efetuado e pelos danos ambientais que a monocultura causa, e também em função da necessidade de grandes quantidades de terras para o plantio da matéria prima da celulose, o eucalipto.

Léa: E essas terras que começaram a ser ocupadas por eucalipto, o que tinha antes?

Ivonete Gonçalves: Olha, aqui a gente tinha de tudo, tinha de tudo, tinha muita mata ainda, [...]. Mas a gente tinha também um polo de fruticultura em ascensão, fomos o maior produtor de mamão do mundo, acerola, pitanga, graviola, goiaba, saía tudo daqui e ia até pra fora do país. [...]. Era muito comum, aqui perto da sede do Cepedes, saíam cerca de trinta ônibus toda madrugada, o pessoal [ia] em direção as fazendas, para a colheita desses frutos. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em agosto de 2012)

O auge da produção de fruticultura nos municípios de Eunápolis e seu entorno é lembrada não só por Ivonete, mas também por um funcionário da Ceplac de Eunápolis, Aliomar, que afirma que o “[...] eucalipto foi prejudicial porque diminuiu área para plantar outras coisas. Antes na feira tinha muito mais diversidade de fruta, por exemplo.”

Arnold Prado, advogado e proprietário que tinha contrato de Fomento Florestal com a Veracel, em relação a essa questão, que nos falou que:

Arnold Prado: Hoje ainda há 27 farinheiras [em Ponto Maneca – Eunápolis], mas até mais ou menos 10 ou 15 anos atrás esse número era muito maior, porque agora o eucalipto está tomando tudo. A feira do bueiro [Mercado Municipal de Eunápolis] e a feira do [bairro] Pequi [duas das maiores da cidade], em Eunápolis, eram muito maiores, hoje não se acha *nada*, e era *tudo* produzido na região de Colônia,

atualmente só as farinheiras ainda estão lá resistindo. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011)

Já João Eduardo Ferreira, chefe de escritório da EBDA de Itapebi e ex-secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Itapebi (2008-2012), nos disse que:

Entre Itapebi e Barrolândia tinha área rural que abastecia a cidade de alimentos. Virou tudo eucalipto. [...] [Hoje] 36% dos produtores ocupam 85% das terras. Itapebi já foi o 16º produtor de cacau na Bahia, hoje nem entra na classificação. O cacau diminuiu por vários problemas, [...] teve uma queda de preços no mesmo momento que começou a vassoura de bruxa, os fazendeiros de gado desmataram muito também, começou a diminuir em 1988. [...] Teve até casos de suicídio por conta da crise do cacau. Quem não investiu em outra coisa se afundou. No município [hoje, que se destaca na produção pecuária], tem mais ou menos 50 mil hectares de pastagem. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Para Antônio Pestana, assentado no P.A Lulão, em Porto Seguro, e liderança do MST:

Léa: As feiras da região... esse alimento era produzido em Eunápolis?

Antônio Pestana: Era, porque antes as pessoas produziam muitas frutas, alimentos e frutas de uma forma geral. Hoje em dia isso é escasso. A pastagem também dificultou isso, porque muita gente tirou tudo pra fazer pastagem, deixou de investir em alimentação. [...] Então as feiras de Eunápolis hoje são escassas, as coisas vem mais de [Vitória da] Conquista, [e] do Espírito Santo. Na região nossa mesmo é pouca a produção que tem. Eu acho que precisaria melhorar, eu acho que só tirando mesmo o eucalipto, agora que ela está ampliando a fábrica eu acho mais difícil, porque precisa de mais área pra plantar eucalipto. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Ao analisar a utilização das terras em 1975 e 2006 nos municípios em que a Veracel atua, exposta na tabela abaixo, percebe-se uma diminuição bastante grande das lavouras temporárias, mas um aumento das lavouras permanentes. Além disso, há diminuição das pastagens naturais, mas aumento das plantadas; e grande diminuição das matas e florestas naturais, e crescimento vertiginoso das plantadas.

Tabela 26 – Utilização das terras (1975-2006) - síntese dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose

Ano		1975	1980	1985	1995-6	2006
Total	Estabelecimentos	8.864	9.022	10.548	sem dado	8.494
	Área	953.435	872.775	1.068.412	744.617	797.691
Lavouras (ha)	Permanentes	70.239	85.710	112.771	72.990	100.983
	Temporárias*	50.302	20.152	34.924	9.328	33.141
	Em descanso	3.799	21.404	30.395	6.647	sem dado
	Total	124.340	127.266	178.090	88.965	134.124
Pastagens (ha)	Naturais	228.996	299.309	304.926	172.867	132.369
	Plantadas **	205.724	91.324	216.089	298.766	332.431
	Total	434.720	390.633	521.015	471.633	464.801
Matas e Florestas (ha)	Naturais***	265.370	217.563	246.537	111.977	141.585
	Plantadas ****	68	321	869	3.072	187.401
Terras produtivas não utilizadas (ha)		109.210	85.880	78.484	38.765	sem dado
* Para o ano de 2006, foram somadas como lavouras temporárias as áreas plantadas com forrageiras para corte e área para cultivo de flores, que foram divulgadas separadamente, ao contrário dos anos anteriores.						
** Para o ano de 2006, foram somadas as áreas de pastagens plantadas degradadas e pastagens plantadas em boas condições, que foram divulgadas separadamente, ao contrário dos anos anteriores.						
*** Para o ano de 2006, foram somadas as áreas de matas e florestas destinadas à preservações e outras, mas sem inclusão de sistemas agroflorestais, pois os dados foram divulgados separadamente, ao contrário dos anos anteriores.						
**** Para o ano de 2006, foram utilizados os dados da tabela de "Área dos estabelecimentos por utilização econômica", pois na tabela de utilização das terras não há a área de florestas plantadas.						

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1975, 1980, 1985, 1995/6, 2006). Elaborado pela autora.

A queda do uso total das áreas (assim como da quantidade de estabelecimentos por área) em 1995/6 deve ser contextualizada em função de uma mudança no período de referência do Censo Agropecuário deste ano, “[...] que passou a ser ano agrícola em lugar de ano civil. Em consequência dessa mudança, muitos estabelecimentos de natureza precária e transitória (particularmente no caso de arrendatários e parceiros) não foram computados.” (PEDREIRA, 2008, p. 106). Segundo Delgado (2010), houve, com a vigência do período neoliberal, um declínio muito grande dos preços agrícolas em paralelo a um abandono das políticas de suporte de preços, o que levou, no âmbito da agricultura camponesa, à uma desmobilização de estabelecimentos e diminuição da produtos excedentes para venda. Isso justificaria a diminuição da milhão de estabelecimentos entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1995-6, juntamente as mudanças metodológicas do levantamento apontadas.

Ao mesmo tempo, segundo levantamento feito pelo promotor de justiça João Alves, a partir de dados do IBGE, entre os anos de 2003 e 2007 houve, no município de Eunápolis, uma diminuição das plantações de feijão de 45 para 18 hectares, de melancia, de cem para dez hectares, e as plantações de melão e batata-doce não existem mais no município (somente para ficar em alguns alimentos citados durante entrevistas realizadas). Seria necessário um aprofundamento na análise dos dados e estudo mais focado na interferência do aumento dos

plantios de eucalipto na área de plantação de alimentos. Com esses exemplos, apenas queremos auferir que, em algum nível, diminuiu a quantidade de plantios de alimentos bastante consumidos regionalmente, o que endossa a percepção dos entrevistados, apesar de isso não aparecer nos dados mais gerais de utilização das terras do IBGE.

A partir dos dados da tabela poder-se-ia também auferir que as áreas ocupadas com eucaliptos eram, primordialmente, de mata nativa, pastagens naturais e áreas improdutivas, e em menor proporção áreas de cultivo. Poder-se-ia então afirmar que a expansão do eucalipto não influencia na permanência e reprodução camponesa, que é onde se produz alimentos, majoritariamente, no Brasil. Porém, é importante lembrar que, mesmo ao ocupar áreas improdutivas e de matas naturais, o monocultivo impede a expansão da reprodução destas famílias e gera um bloqueio à reforma agrária, que deveria ser prioridade de ação governamental em relação à áreas improdutivas e devolutas.

Além disso, Pedreira (2004, p. 1014) nos lembra de mais um aspecto excludente da eucaliptocultura em relação ao padrão anterior, hegemonizado, dentre as áreas produtivas, pela pecuária:

A despeito do avanço da pecuária, na região, ter contribuído para a concentração fundiária, a forma tradicional de condução das propriedades/unidades pecuaristas, diferentemente da atividade florestal, ao abrigar/conviver com relações de meação/parceria, garantia, ainda que de forma precária, a manutenção à sobrevivência de grande parte do campesinato. Nesses termos, a expansão da atividade florestal, associada à modernização da pecuária, com incremento de pastagens plantadas, ao eliminar as relações de meação, acaba por inviabilizar a reprodução de um amplo segmento de agricultores familiares. A evolução da condição de posse de terras atesta essa tendência: [...] os parceiros, ocupantes e arrendatários apresentam uma queda no número de estabelecimentos e da área ocupada [no extremo sul da Bahia]. De fato, essas categorias, que participavam, em conjunto, com 9,2% no número de estabelecimentos e 4,5% em área ocupada, em 1970, passam, em 1995/96, para 5,4% e 2,6% respectivamente.

Tabela 27 – Condição legal do produtor (1975-2006) - síntese dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose

Ano	<i>Proprietário</i>		<i>Arrendatário</i>		<i>Parceiro</i>		<i>Ocupante</i>	
	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>
1975	8739	933734	8	630	16	2492	131	16580
1980	8684	861437	25	1260	43	4931	270	5141
1985	9419	1041216	32	1137	23	2212	1038	23843
1995/6	6335	736963	20	2435	20	1764	147	3446
2006	7317	946336	37	1536	49	1517	273	6932

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1975, 1980, 1985, 1995/6, 2006). Elaborado pela autora.

Percebe-se um aumento do número de estabelecimentos e área com arrendatários durante todo o período, com exceção de 1995/6, o que pode ser explicado pela mudança no censo e pelas mudanças nas políticas públicas neste período, conforme explicitado acima. Já em relação aos parceiros, há aumento do número de estabelecimentos onde ocorre esse tipo de

relação entre 1975 e 1980, depois diminuição entre 1985 e 1995/6, com grande aumento em 2006, porém, a área decaiu em todos os períodos desde 1980. Os ocupantes, por sua vez, têm mais estabelecimentos e mais áreas ocupadas entre 1995/6 e 2006. Já a área ocupada por proprietários aumentou significativamente entre a década de 1990 e 2000. Ou seja, estas relações estão sendo recriadas nestes municípios, mesmo com área diminuta, o que nos dá indícios da recriação de relações camponesas mesmo nesta parcela do território, hegemonizada pela territorialização efetuada pela Veracel Celulose, explicada pelo desenvolvimento desigual, contraditório e combinado que o capitalismo efetua no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1999; 2001a; 2003; entre outros). Ao mesmo tempo que a diminuição das áreas ocupadas por arrendatários, e especialmente por parceiros, atesta o caráter excludente da agricultura modernizada e territorializada que se expande no Extremo Sul da Bahia.

Os dados dos censos do IBGE também atestam a manutenção de relações camponesas, a partir da não diminuição das pequenas propriedades no período de 1975 a 2006, segundo os estabelecimentos divididos em classes de áreas.

Tabela 28 – Área (ha) e estabelecimentos por grupos de área (1975-2006) – síntese dos municípios em que há plantações da Veracel Celulose

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (área/ha)										
Ano	1975		1980		1985		1995/6		2006	
	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>
>10	1.205	5.688	2.161	9.423	2.236	8.864	1.709	7.091	2.757	11.087
10> 100	5.275	208.799	5.018	179.514	6.155	219.468	3.364	120.467	4.238	142.269
100>1.000	2.300	543.419	1.703	437.655	1.996	517.231	1.315	377.490	1.263	367.766
<1.000	114	195.529	138	246.148	160	322.814	131	239.568	122	282.688
TOTAL	8.894	953.435	9.020	872.740	10.547	1.068.377	6.519	744.616	8.380	803.810

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1975, 1980, 1985, 1995/6, 2006). Elaborado pela autora.

Podemos perceber queda, em 1995/6 das propriedades até dez hectares, porém havendo recuperação em 2006, ocorrendo, ao longo do período abrangido, aumento da área e da quantidade de estabelecimentos deste grupo (que seriam minifúndios, segundo a classificação do Incra). Já nos estabelecimentos entre dez e cem hectares, há acentuada queda em 1995/1996, com recuperação em 2006, porém não voltando aos patamares anteriores. Das propriedades entre cem e mil hectares, há, ao longo do período, queda na quantidade e na área de estabelecimentos, com exceção de 1985. Por último, as propriedades com área acima de mil hectares, há aumento do número de propriedades ao longo destas três décadas, com exceção de 1985, assim como nas áreas, excetuando o ano de 1995/6.

Ao mesmo tempo, pudemos observar pelos dados do Incra e do cartório apresentados, que a empresa realizou compras de propriedades de todas as classes de área. E mesmo a

maioria delas tendo sido de áreas de mata e improdutivas, também áreas de cultivo foram vendidas. Segundo uma pesquisa realizada pela própria Veracel (apud SOUZA; OVERBEEK, 2008), houve grande diminuição no número de pessoas ocupando as áreas que a empresa comprou, principalmente, de pecuaristas:

- Mais de 800 pessoas saíram de propriedades adquiridas pela empresa.
- No município de Santa Cruz Cabralia, dos 193 postos de trabalho que existiam anteriormente, restaram 56 após a compra das propriedades pela empresa.
- Dos 240 moradores existentes nas áreas compradas pela empresa no mesmo município, após a compra ficaram apenas 14.
- No município de Porto Seguro, o número de trabalhadores ocupados nas áreas atualmente pertencentes à Veracel passou de 88 (antes de compra das terras) para nove.

Podemos levantar alguns aspectos que podem estar relacionados à venda dessas propriedades à empresa de celulose. O primeiro deles é o aumento do preço da terra na região causado pelo “aquecimento” do mercado de terras desencadeado pela chegada da empresa. Além deste, em relação aos pequenos proprietários, há mais duas hipóteses para a venda. A primeira é o fato de vários pequenos proprietários que não queriam vender suas terras se verem “obrigados” a isso, já que ficaram ilhados pelos eucaliptais. E a segunda são as dificuldades enfrentadas por todos os camponeses e pequenos proprietários do campo brasileiro, em função da opção feita pelos governos em apoiar as grandes culturas de exportação, ao invés da produção de alimentos.

Em relação ao aquecimento do mercado fundiário, segundo Joly (2007, p. 24), foi justamente a partir de 1996 – quando a compra pela Veracel começou a se tornar mais intensa, pelo menos nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro – que o preço da terra começou a aumentar: enquanto o hectare custava, em média, R\$ 1.200,00 anteriormente, passou a R\$ 4.400,00 após a construção da fábrica da Veracel (um aumento de 267%).

Segundo um corretor imobiliário (urbano e rural) de Eunápolis, que preferiu não ser gravado nem identificado, antes da chegada da Veracel as culturas que mais movimentavam a compra de terras na região eram a pecuária e o cacau. Em menor proporção, também havia procura por terras para a fruticultura, em especial o mamão. Com a decadência do cacau, no final dos anos 1980, aumentou a procura por terras para criação de gado, mas com a silvicultura, essa procura caiu.

Atualmente, segundo ele, quem melhor paga pela compra de terras na região são os cafeicultores, na sua maioria capixabas, que chegam a pagar R\$ 300.000,00 por alqueirão (19,36 hectares), ou seja, três vezes mais que a média da região, que está entre R\$ 80.000,00 e

R\$ 100.000, ou algo em torno de R\$ 4.000,00 a R\$ 5.000,00 o hectare. Isso porque as plantações de café aumentaram significativamente na região durante a década de 2000, com a chegada de cafeicultores vindos do Espírito Santo, que buscavam maior produtividade e menor necessidade de irrigação encontrados no Extremo Sul da Bahia. Estes ocuparam principalmente áreas que anteriormente eram de pecuária. Atualmente, o café e o eucalipto são as culturas pelas quais há maior procura de terras.

O preço base pago pela Veracel em 2012, segundo este entrevistado, era R\$ 80.000,00 o “alqueirão”, mesma base utilizada para a transação de terras para pecuária. Segundo ele, a conta é feita a partir do preço da arroba do boi, que estava sendo vendida, em 2012, entre R\$ 80,00 e R\$ 85,00. Dessa forma, para o corretor, a Veracel baseia seus preços de acordo com a arroba do boi. Já a saca de café conilon estava sendo vendida naquele momento à R\$ 250,00, enquanto o preço médio do “alqueirão” para a compra de terras para café custava R\$ 250.000,00. Ou seja, o preço do “alqueirão” na região estava acompanhando a produtividade da cultura para a qual a terra seria pretensamente destinada, ou seja, a renda que poderia ser auferida daquela área com a produção.

Ainda segundo o corretor, a Veracel é *contra* as imobiliárias, pois preferem fazer os acordos por fora: há dois funcionários da empresa responsáveis pela compra de terras, que ao serem procurados por corretores para verificar a possibilidade venda ou fomento da terra para a empresa, dizem que não há interesse. Porém, posteriormente, eles entram em contato com o dono da terra e fazem o negócio sozinhos. Isso tem ocorrido tanto para compra como para fomento. Os dois teriam enriquecidos em seus cargos, através dos negócios fundiários.

Ele ainda afirmou que a Veracel possui muitas terras *paradas*, pois as compram para depois permutar com outros fazendeiros, em áreas do interesse deles. Assim, a empresa entrou na região não só com a produção de celulose, mas também agindo no mercado imobiliário. Thomaz Júnior (1988) também identificou essa importância dos negócios fundiários na territorialização do monopólio efetuada pelo grupo Bellodi, no setor sucroalcooleiro. Segundo ele:

De qualquer forma, o que deve ser salientado aqui é o fato de que **a terra, vista também como negócio** (não só como meio de produção que garante ao grupo usineiro hegemonia no montante da cana moída, portanto, hegemonia no processo de produção da matéria prima), **garante potencialmente ao grupo Bellodi mais poder de barganha para negociar (adquirir) as melhores terras, dentro de todos os pontos de vista que os favoreçam**, tais como: localização (próximas da esteira, e das áreas asfaltadas), fertilidade natural superior à média. (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 201, grifo nosso)

A prática de compra de terras pela Veracel para a realização posterior de permuta por outras áreas de maior interesse da empresa é conhecida no extremo sul da Bahia. O promotor de justiça Dr. João Alves Neto, do MP de Eunápolis, faz análise inclusive da relação dessas compra com outros empreendimentos na região:

João Alves: A empresa usa a terra como reserva de mercado para ganhar dinheiro: estão segurando um monte de terras para vender para cana¹⁵⁶, que o Estado está incentivando por aqui – a promotoria conseguiu dar uma segurada nesse avanço da cana por enquanto. [...] (Entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011)

Da outra vez, o Sr. comentou sobre a aquisição de terras para venda ou troca para usinas de cana...

João Alves: É, não foi nem troca, eu tenho a plena certeza, até mesmo os indícios são isso, que eles estão comprando terra pra isso. Porque [...] se falava de um empreendimento que o Estado estava preparando de biodiesel. Só que não tem terra em quantidade assim suficiente para um empreendimento dessa natureza aqui na região. Então o que é que eles estavam contando, eu acho assim, [era] tudo uma coisa integrada, para eles repassarem [as terras para os usineiros]. Que é como eles fazem, eles compram terra que não querem para determinado fim, ou não podem, como aqui mesmo em Eunápolis que não podem plantar [eucalipto]¹⁵⁷, mas tem várias terras. Aí eles ficam usando essas terras para coisa estratégica, quando tem alguma que interessa, *pega* esse fazendeiro e troca [por outra terra]. O fazendeiro as vezes não quer em dinheiro, quer uma propriedade, aí eles pegam o destino e fazem uma permuta. [...]

Isso é legal?

É legal sob ponto de vista de disponibilidade. Não é... é uma estratégia insidiosa, porque a maioria dessas terras são compradas em nome de laranja, aí sim que é ilegal, o processo de aquisição. [N]A troca em si não há nenhuma ilegalidade, é sim a origem, como as vezes se conseguiu essa terra, porque ela tem um limite de comprar terra no limite de plantar.

Ela compra terra e não passa para o nome dela?

Não passa porque não pode. Ela burlou essa questão, por exemplo, de condicionantes, que dizia que não podia comprar terra de menos de 50 hectares sem comunicar, ela comprou terra até de 1 hectare, 2 hectares, posse, vai comprando posse, depois reúne tudo, e aí faz um registro, como se fosse de uma única titularidade.

E aí faz uma única matrícula...

É, por isso que inclusive o registro está todo bagunçado. Ela bagunçou o registro todo. Você vê uma fazenda com um nome depois aparece com outro, sem que tenha uma cadeia sucessória¹⁵⁸. Está lá a fazenda tal, depois aparece como Conjunto Putumuju, conjunto não sei o que. E ainda as fraudes quando se responde a ação penal e a sequestro, como tem alguns produtores florestais aqui e eles mudam,

¹⁵⁶ Desde 2007 há um programa estadual chamado BahiaBio, que prevê a implantação de polos de produção de etanol e biodiesel (este último, a partir de outras fontes que não a cana-de-açúcar). O extremo sul da Bahia é citado como um dos polos para a produção de etanol, sendo que o documento preliminar do programa prevê a implantação de 300.000 hectares de cana, apontando como municípios com maior potencial: Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Itanhém, Prado, Itamaraju, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Itabela. (GOVERNO DA BAHIA; SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2008).

¹⁵⁷ A Veracel já ocupa 20% da área do município de Eunápolis com eucaliptos, máximo permitido para a empresa plantar por municípios não litorâneos.

¹⁵⁸ Foi isso que ocorreu com algumas das propriedades frutos de fusão que analisamos em Porto Seguro e Eunápolis.

dizendo que aquela área já não pertence ao município, que fizeram um levantamento que pertence ao município “X”. Ou seja, o município onde não tem atuação do Ministério Público. Como tem por exemplo de Itapebi, aí eles colocaram Mascote. Está na área de Itapebi, a legislação de Itapebi não permite que se plante, está lá plantado, e aí eles falsificam documentos, como se fosse da área de Mascote. Aqui também fizeram, com um [...] fomentado que está com uma ação de sequestro, colocaram [a fazenda] em [Santa Cruz] Cabralia. Tem de Itabela, proprietário que deu declaração que ele nem sabia que a fazenda dele tinha obtido licenciamento. Licenciamento também fraudulento no município de Itabela. A fazenda pertence a Guaratinga, ele deu declaração pro MP¹⁵⁹. [...] Então se pegar assim é uma infinidade de ilegalidades.

[...]

E tem muita propriedade como reserva de valor?

É, está ali assim aguardando algum desfecho. Seja de interesses pontuais, como para servir de permuta com outra terra que a Veracel se interesse, ou aguardando um outro investimento que ela possa repassar. A Aracruz fazia disso, ela quebrou porque pegava dinheiro e investia na bolsa de valores. Aqui é um outro sistema de investimento paralelo, que não é a atividade principal.

Que é a própria terra como investimento?

É, porque eles já sabem, estão ali do lado do governo, já sabem quais são os investimentos que vão para determinados lugares e eles estão infiltrados lá e sabem o que é que vai ocorrer. Então eles já se adiantam e fazem os investimentos devidamente programados.

Então continua uma corrida por terra?

É, agora deu uma *esfriadinha* em relação a isso, porque também essa questão do biodiesel deu uma paradinha.

[...]

E o preço da terra continua muito inflacionado?

Aqui deu uma *abaixadinha*, mais em termos de região, é superinflacionado. Chegou a um patamar de quase R\$200 mil por alqueirão, que são quase vinte hectares, enquanto [em] outros lugares era R\$40 [mil], R\$30 [mil], na região cacaueteira, por aí, R\$30[mil], pertinho daqui, terra boa. Essas daqui não são terra boa e é um preço assim, muito... mas agora baixou muito. [...]. Está assim baixo daqui a pouco pode dar uma estourada, se alguém começa a se movimentar para comprar. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Há várias possibilidades de reflexões a partir da refinada análise do promotor público em relação à Veracel, e dois aspectos nos interessam em especial. O primeiro é a estratégia de permuta efetuada pela empresa, que permite mais uma vez levantar o argumento de que a renda diferencial I é importante para o setor de papel e celulose, já que estas permutas se dão justamente como forma de adquirir terras que diminuam os custos da empresa, por exemplo, perto de estradas e principalmente perto da fábrica, barganhando a troca por outras terras que ela já possui não para plantar eucalipto, mas para este fim específico. Se pudesse, insistimos mais uma vez, a Veracel se apoderaria de todas as terras no entorno da fábrica necessárias para sua produção. Desta forma, a propriedade fundiária é um empecilho ao seu negócio, mesmo, contraditoriamente, sendo um negócio também, e lhe permitindo um sobrelucro com a renda diferencial I.

¹⁵⁹ Como as ações ainda estavam em tramitação, os documentos não eram públicos naquele momento, por isso não foi possível ter acesso a eles.

O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, é que essa contradição só se explica pelo fato de a empresa cumprir dupla função sob a ótica das formas de rendimento advindas de suas atividades: ao mesmo tempo em que é produtora capitalista proprietária de terras, que consegue auferir renda diferencial além do lucro na sua produção, gerando-lhe um sobrelucro, já que os preços de celulose são determinados na bolsa de valores, ela, como proprietária de terras rentista, busca a obtenção da maior quantidade de renda possível, independente de colocar a terra para produzir ou não. Ou seja, quando lhe convém, segue a lógica de apoderar-se de parcelas do território apenas pela possibilidade de auferir dali renda, como no caso apontado em relação à possibilidade da chegada do programa governamental do biodiesel, o qual não tinha nenhum interesse produtivo direto. Esse é um forte indício do caráter rentista do capitalismo brasileiro (MARTINS, 1994), no qual o Estado tem mediação fundamental, direcionando não só investimentos mas também a capitalização da renda pelos proprietários fundiários.

Pedreira (2008, p. 109-110), ao analisar as mudanças agrárias ocorridas a partir da chegada, especialmente, da Aracruz e da Suzano mais ao sul do extremo sul do estado da Bahia, também chama atenção para o *boom* do mercado imobiliário. Segundo a autora, o início do aumento do preço da terra é um pouco anterior à própria corrida por terras na região causada pelas empresas de celulose. Ele teria ocorrido em paralelo à crise agropecuária dos anos 1980 e 1990, que diminuiu os subsídios agrícolas e gerou queda proporcional do preço dos produtos em relação ao aumento dos custos dos insumos, com consequente endividamento dos agricultores. Segundo a autora, a partir daí muitos pequenos e médios – e até grandes – produtores venderam suas propriedades às empresas e papel e celulose. No trabalho de campo realizado durante o doutorado, ela encontrou uma situação bastante similar à abordada nos municípios hegemonizados pela Veracel, em uma entrevista:

— Entrevistado: Terra aqui, em 1999, valia 500 reais o hectare. Hoje você já tem conversas de terras com até 7000 reais por hectare, nas áreas de beira de estrada. Agora existe uma disparidade muito grande: área próxima à estrada e quanto menos água, melhor, porque você tem menos áreas de proteção permanente (Produtor rural do município de Teixeira de Freitas e Fomentado da Aracruz).

— Pesquisadora: Teve muita gente que vendeu terra para pagar empréstimo no banco?

— Entrevistado: Teve, porque eles não tinham condições de pagar, aí foi juros sobre juros. Agora muita gente também recebeu anistia, a primeira Sarney deu, a segunda não teve geral, só para alguns casos.

— Pesquisadora: Já produziu muita abóbora na região?

— Entrevistado: Já demais. Aqui, naquele asfalto, quando dava de 14:30 para 15:00 horas podia contar por dia no mínimo de 70 a 100 caminhões de abóbora, abacaxi, melancia, melão.

— Pesquisadora: E agora?

— Entrevistado: Os produtores faliram quase tudo, não teve recurso, ajuda, apoio. Foi antes da firma. Quando a firma chegou, “tava” todo mundo quebrado. Muita gente foi na Bahia Sul [atualmente Suzano] para vender a terra para pagar o banco. (Produtor rural do município de Mucuri e Fomentado da Suzano). (PEDREIRA, 2008, p. 111)

Essa situação, junto à crise do cacau e do mamão nos municípios em que a Veracel atua, contribuiu para o aumento da concentração de terras nas mãos da empresa. Além disso, é importante salientar mais um aspecto da venda de pequenas propriedades para a Veracel: há diversos relatos de camponeses que ficaram “ilhados” pelo eucalipto, que chegou a isolar inclusive os antigos caminhos de acesso à estradas, o que aumenta a possibilidade de venda destas terras para a empresa de celulose¹⁶⁰. (JOLY, 2007, p.24; PEDREIRA, 2008, p.112; SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 63) Em uma entrevista realizada com Glória Pestana, do MST, assentada no P.A Lulão (Porto Seguro), ela comentou sobre esse problema:

Léa: E a senhora cresceu aonde?

Glória Pestana: Eu cresci em União Baiana [município de Itapebi], perto do Salto da Divisa, perto da divisa com Minas Gerais.

Léa: Eu passei lá. Pequenininho o povoado, né?

Glória Pestana: Era bem menor, mas a minha família era assim, todos tinham terra em volta, [...] Eu cresci nas fazendas mesmo. A gente produzia também diversificado, era café, cacau, então a gente cresceu ali, e até hoje aquilo ali ainda consegue manter um pouco tranquilo. Apesar de que eu tive conversando com uma menina de lá agora em Brasília, nós tivemos num congresso e ela me dizendo que depois do eucalipto a juventude está saindo muito [...].

Léa: Tem muito gado ali perto também, né?

Glória Pestana: Tem, tem uma fazenda de gado que a menina é resistente, de não vender aquela área lá pra Veracel, porque eles estão insistindo querendo comprar. Eu [me] criei naquela região e passei um tempo sem ir e fui e me perdi dentro daquele eucalipto. E a gente conhecia o eucalipto, e vinha para a fazenda do meu tio que fica ali perto da Colônia, em Embaré [município de Eunápolis]. Aí a gente atravessava e saía em União Baiana a pé, fazia esse trajeto. Aí nós fomos fazer e a gente se perdeu dentro do eucalipto, porque ficou muito diferente ali. E hoje está tudo tomado de eucalipto. Lá [perto da Colônia, em Embaré] meu tio resistiu, ele faleceu no ano passado, mas ele resistiu, não vendeu a área pequenininha dele ali. Hoje a terra está lá ilhada, os filhos ficaram com a terra. Mas está lá no meio, não sei até quando os meninos vão resistir ficar lá ilhado no meio do eucalipto. O meu tio criava gado. E vai dificultando porque lá o acesso de água é pouco, vai dificultando,

¹⁶⁰ “Um dos trabalhadores, o senhor A.V.S, 63 anos, possuía uma propriedade de 3 alqueires juntamente com seus nove irmãos, que ficaram ilhados pelo eucalipto e tiveram que vender a terra, mas o dinheiro era pouco e acabou: “se não fosse alguns proprietários que dá uma terrinha pra gente limpar e plantar, nós já tinha morrido de fome. O mais novo aqui tem 52 anos de idade e passou a vida toda na roça, não sabe fazer outra coisa...” (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 63).

“Pequenos sitiantes que ficaram encravados nas meio florestas de eucaliptos; nos seus sítios onde passavam o ônibus antigamente que podiam trazer seu material para feira; ficaram isolados não tem mais ônibus; condução. Realidade problemática. [...] As pessoas se sentiram isoladas. Então, escolas foram fechadas, igrejas. Aqueles que estão resistindo sentem dificuldades, onde não dá para caminhar a cavalo; trazer a mandioca, a abóbora, as galinhas. A tendência é, então, eles saírem de lá (Técnico de órgão público estadual e membro de Cooperativa local).” (PEDREIRA, 2008, p. 112)

porque o eucalipto vai secando, ressacando tudo, vai piorando a situação. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Também durante o trabalho de campo nos perdemos em meio aos eucaliptais, que tornam a paisagem extremamente homogênea, e em um dos trajetos realizados, para conhecer o pequeno vilarejo d'Os Parentes, visualizamos situação próxima às relatadas em relação ao “isolamento” das comunidades entre as plantações de eucalipto.

Essa localidade, segundo Ana, uma das poucas pessoas que estavam no local quando fomos lá, tem 20 núcleos familiares, sendo que todos são aparentados. Além disso, ela contou que têm origem indígena e quilombola, e que a população já foi maior, mas alguns núcleos venderam suas terras à pecuaristas e à Veracel. Ao redor da comunidade, observava-se larga área de pastagem e eucaliptais muito próximos.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 11 – Comunidade d'Os Parentes (Município de Santa Cruz Cabrália)

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 12 – Eucaliptal próximo à comunidade d’Os Parentes

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 13 – Estrada próxima à comunidade d’Os Parentes

Por último, nunca é demais insistir que o modelo adotado para o campo no Brasil favorece muito mais aos grandes produtores de *commodities* para exportação do que aos pequenos produtores com plantações diversificadas. Basta lembrar, por exemplo, que nos planos agrícolas lançados para a safra 2013/2014, em junho deste ano, foi anunciado repasse de R\$ 136 milhões para os grandes produtores, R\$ 13,2 aos médios, e R\$ 39 bilhões à denominada agricultura familiar (leia-se camponesa¹⁶¹).

¹⁶¹ Não vamos nos aprofundar na diferença teórica entre campesinato e agricultura familiar, porém, é necessário explicitar, mesmo que muito brevemente, que os termos não são sinônimos, como tem sido negligenciado recentemente por alguns autores. Um dos expoentes do conceito de agricultura familiar no Brasil é Ricardo

Mas ainda falta analisarmos, antes de entrar no aumento de luta por terra e território no Extremo Sul baiano a partir da década de 1990, uma outra forma de hegemonização do uso e ocupação da terra pela Veracel, qual seja, o PPF (conhecido como *fomento florestal*).

6.2.2 O Programa Produtor Florestal (PPF) da Veracel Celulose – ou uma forma alternativa de assegurar a hegemonia na produção e no uso do solo pela empresa territorializada

A Veracel Celulose, assim como grande parte das empresas de papel e celulose no Brasil, tem efetuado a especialização da produção em determinadas parcelas do território – com a necessária implementação de grandes áreas monocultoras – não só via compra de terras, mas também, entre outras formas de fornecimento de matéria prima, especialmente a partir de projetos de fomento florestal, chamados, entre outros nomes, de PPF ou Programa de

Abramovay, que em seu texto “Os limites da racionalidade econômica” (1998) expõe a ideia de que o campesinato seria um *modo de vida*, e enquanto tal, incompatível com um *ambiente de relações mercantis bem estabelecidas*, para demonstrar que: “Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês de organização social”. (ABRAMOVAY, 1998, p.117) Assim, para o autor, nos locais onde há integração com o mercado, o campesinato se metamorfoseia, nas palavras do autor, em agricultor profissional, ou agricultor familiar: “O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 130-131). Oliveira (2004), por outro lado, ao realizar um debate teórico sobre as diferentes correntes existentes na geografia agrária brasileira, expõe que, para uma dessas correntes – na qual ele inclui Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva – o campesinato seria resquício social, que desapareceria com o avanço do capitalismo no campo, pois esses camponeses se tornariam proletários. Isso porque, para esta corrente: “[...] não há lugar histórico para os camponeses no futuro dessa sociedade. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e os proletários (os trabalhadores assalariados)” (OLIVEIRA, 2004, p.34). Já Fernandes (2005a, p. 11), ao diferenciar as correntes do capitalismo agrário e da questão agrária, expõe que o paradigma da questão agrária, o qual o autor estava tratando até então, tem como “[...] principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo”. Enquanto o capitalismo agrário, surgido nos anos 1990, rompe com o marxismo, e consequentemente com essas categorias de análise; e faz a diferenciação entre camponês e agricultor familiar. “Diferentemente do paradigma da Questão Agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do Capitalismo Agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. (...) Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato.” (FERNANDES, 2005a, p. 15). Ou seja, para a corrente de Abramovay (1998), e consequentemente no uso do conceito de agricultura familiar, há uma perda da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, já que há procura por *achar* a integração das populações no desenvolvimento do capitalismo. Além disso, ao fazer essa distinção entre camponês e agricultor familiar, Abramovay (1998) está dando ênfase somente à forma de circulação dos produtos da pequena produção rural, esquecendo de analisar as formas de produção e as relações de classe neste modo de produção.

Fomento Florestal (PPF). Há diversas formas de implementação desses programas, que variam entre as empresas.

Os primeiros projetos desse gênero foram elaborados pelo estado de Minas Gerais, voltados para a implementação de *reflorestamento* em pequenas propriedades, na década de 1950¹⁶², visando ao fornecimento de carvão vegetal à indústria siderúrgica. Estes projetos, assim como os implementados pelo poder público no Espírito Santo, por exemplo, a partir da década de 1970, tinham caráter extensionista, e eram justificados como formas de modernizar e racionalizar a produção de pequenos proprietários, se tornando, efetivamente, estoques de matéria prima para as indústrias de base madeireira. (BARCELOS, 2010)

Nas últimas duas décadas, as empresas de base madeireira também começaram a implementar seus próprios programas privados de fomento. No caso da Aracruz Celulose, no Espírito Santo, o PPF, criado na década de 1990, baseou-se nos projetos governamentais e visava atingir principalmente pequenos produtores. O programa se tornou, ao longo do tempo, uma forma complementar de obtenção de matéria-prima pela agroindústria similar à utilizada pelas empresas/culturas que promovem a monopolização do território no campo – ainda que em escala muito menor, não substituindo, ou negando, a lógica de territorialização do monopólio efetuada pela Aracruz, como pudemos perceber na seção anterior – já que esses produtores, em grande parte camponeses, utilizam-se do seu próprio trabalho e do da família para efetuar o plantio, manutenção e colheita do eucalipto, a partir contratos que preveem a

¹⁶² “A história dos programas de fomento florestal remonta as iniciativas extensionistas e as experiências públicas dos órgãos técnicos em Minas Gerais. Naquele estado, o reflorestamento nas pequenas propriedades rurais, com assistência técnica, insumos, mudas e mercado, surge na agenda extensionista com o pioneiro projeto implantado em 1958 no município de Paraopebas-MG, pelo extensionista e engenheiro agrônomo José do Carmo Neves, considerado um dos principais idealizadores do reflorestamento integrado (KENGEM, 2001; CERQUEIRA, 1993). Com os slogans “Reflorestar para sobreviver” e “Reflorestar para enriquecer”, os programas de fomento florestal em Minas Gerais surgem para criar, num primeiro momento, novas bases produtivas visando conter os efeitos dramáticos da política de erradicação dos cafezais e, num segundo momento, incorporando a narrativa ambiental a partir dos problemas do desmatamento e seus impactos no meio rural. Os projetos de extensão florestal, como também ficaram conhecidos, procuravam conscientizar os agricultores sobre a importância do reflorestamento na propriedade, da proteção das matas e das águas, dentro do conceito de “mentalidade florestal”, um novo paradigma no âmbito da Extensão Rural que foi usado, nas regiões onde a atividade do “reflorestamento” praticamente inexistia, para afastar o temor de ser o eucalipto o grande responsável pelo ressecamento dos solos e mananciais (CERQUEIRA, 1993). A *Campanha Integrada de Reflorestamento da Zona da Mata* – CIR, coordenada pela ACAR (atual EMATER-MG) e pelo extinto IBDF (atual IBAMA) e o *Programa Conscientização Florestal* da ACAR, que atingiu vinte municípios da região de Ubá, foram os primeiros projetos do extensionismo brasileiro a estimular o fomento florestal ao nível da agricultura camponesa. Esses projetos foram justificados, na época, pelas boas condições de solo e topografia adequada para o desenvolvimento da silvicultura, pela declividade do terreno, colinoso e montanhoso, pela existência de indústrias consumidoras de madeira como matéria-prima, pela necessidade de recuperar o solo, pela existência de órgãos de assistência técnica e, por fim, pela “aptidão florestal” da região (Idem, Ibidem). Todas essas condições associadas às experiências dos órgãos públicos foram, pouco a pouco, impulsionando a política de “reflorestamento” ao nível das pequenas propriedades rurais, significando a abertura de um novo padrão técnico-político na Extensão Rural.” (BARCELOS, 2010, p. 207, 208)

compra de quase a totalidade da madeira pela Aracruz, sob preço de mercado definido no período da entrega das toras¹⁶³. (BARCELOS, 2010)

Já a Bahia Sul Celulose, atual Suzano, iniciou seu programa de fomento florestal em 1992, motivada pela possibilidade de expansão da produção fabril (que realmente ocorreu), para a qual o estoque de terras da empresa, segundo ela própria, não seria suficiente. Segundo Gonçalves (1994, p. 91), na verdade, uma das questões enfrentadas pela empresa era que, naquele momento, dos 68 mil hectares de plantios de eucalipto existentes, cerca de 24 mil eram de maciços antigos, herdados da compra de áreas da FRD, os quais a produtividade era *incerta*, sendo o fomento, neste caso, maneira de agilizar o aumento do estoque de matéria prima da empresa, sem perder os plantios existentes, ainda que menos produtivos. Além disso:

A BSC [Bahia Sul Celulose], [...] iniciou seu programa de Fomento em 1992, partindo de um diagnóstico que dizia que as terras da região onde ela atuava eram "ociosas". A ociosidade, aqui, é claro, mede-se pela inexistência de atividades agrícolas voltadas para a produção de bens agroindustriais. Assim, sua entrada como prestadora de um serviço para a comunidade dá-se pela desqualificação dos produtores e de suas formas de ocupação da terra agrícola. A partir desta diagnose, então, estabeleceu-se que o Fomento da BSC teria a finalidade de cobrir uma margem de segurança do fornecimento de madeira e, ainda, viabilizar o estoque de florestas homogêneas para uma possível duplicação. (GONÇALVES, 1994, p. 149)

Cabe destacar o forte apelo discursivo do fomento, utilizado pelas empresas para propagandear a inclusão de produtores locais em seus projetos (prestando um *serviço à comunidade*), como resposta à crítica de que os eucaliptais geram êxodo rural e concentração fundiária. Segundo a Abraf (2013, p. 130, grifo nosso):

O fomento florestal foi desenvolvido para suprir a demanda de matéria-prima por parte das indústrias de base florestal e ao mesmo tempo promover a repartição de benefícios advindos da atividade de florestas plantadas, **fortalecendo a atuação social da empresa regionalmente junto aos pequenos e médios produtores rurais** nas áreas de influência das empresas.

Sob a ótica ambiental, o fomento florestal atenua a pressão sobre matas nativas, recupera solos degradados e promove a conservação do solo. **Do ponto de vista social, esse programa atenua a concentração fundiária, viabiliza atividades locais, cria e diversifica oportunidades de renda adicional, injetando recursos nos municípios respectivos, e auxilia a fixação do homem no campo.**

As modalidades de fomento florestal mais frequentemente utilizadas abrangem o fornecimento de mudas de espécies florestais, insumos, assistência técnica, programas de antecipação de renda ao produtor e garantia da compra da madeira pela empresa à época da colheita.

¹⁶³ Sobre o PPF da Aracruz Celulose, ver Barcelos (2010).

Veremos, ao longo deste item, que na prática não é exatamente desta forma que se desenvolve o fomento no caso da Veracel Celulose, que provavelmente não é uma exceção. De qualquer forma, nos interessa ainda destacar um segundo aspecto dos programas de fomento, qual seja, que nos casos apontados, ele não é somente uma maneira de obter estoque de matéria prima para a empresa, mas também forma de garantir domínio sobre o uso da terra na sua área de atuação, por outros mecanismos que não o da compra da terra e produção própria. Esse aspecto encontra eco no próprio discursos dos empresários do setor de papel e celulose à época de implementação dos primeiros projetos privados de fomento – assim como na citação da Abraf (2013) acima –, que afirmavam que:

[...] [A] "falta de uma política florestal planejada e estável", as "terras próximas às unidades industriais estão mais caras e escassas", as "relações trabalhistas [estão] mais difíceis... gerando forte impulso à terceirização" e que há "forte pressão ecológica", a conclusão a que elas chegaram foi a seguinte: *a época dos grandes projetos de silvicultura integrada em terras próprias, adquiridas a baixo preço, com implantação realizada a custos de recursos subsidiados e empregando grandes contingentes de mão-de-obra própria assalariada, estão realmente a necessitar de "novos modelos". Os produtores rurais independentes ou organizados em modelo associativo/ cooperativo devem ser atraídos a participação no processo de produção através de parceria, produzindo matéria-prima florestal para as indústrias e para seu próprio uso. Estes, com apoio do poder público e das empresas, deverão desenvolver suas aptidões naturais visando atingir uma mentalidade empresarial dinâmica, produtiva e com qualidade* (CAPITANI¹⁶⁴, 1992, p. 37 apud GONÇALVES, 1994, p. 150)

Assim, em um momento de diminuição relativa dos incentivos e subsídios por parte do Estado e de aumento no preço das terras, os grupos *celulístico-papeleiros* passaram a utilizar, complementarmente, outras estratégias que não a compra para reforçar seu caráter expansionista, mantendo contiguamente grandes extensões de terras não só a partir da aquisição direta, mas também pelo arrendamento e especialmente pelo fomento. Nesse sentido, para Thomaz Júnior (1988, p. 276):

[...] poder-se-ia dizer que é a partir da garantia que o grupo usineiro tem, de extrair renda da terra em suas terras, que o lança a expandir também sobre as terras de terceiros, restringindo-se apenas como capitalista, tendo que mediar esta contradição com o pagamento do aluguel da terra ao proprietário.

¹⁶⁴ CAPITANI, Texto não publicado. Segundo Gonçalves, (1994, p. 150) o texto foi “[...] produzido por um grupo de trabalho voltado para a discussão de alternativas para o que as empresas chamam atividades florestais. Compuseram-no representantes da Cenibra (que coordenou o grupo), da Aracruz, Cia. Florestal Sta. Bárbara - CAF (do grupo Belgo-Mineira), COSIGUA, EUCATEX, FLORESTAR, CHAMFLORA (do grupo Champion), ACESITA e KLABIN, todos envolvidos com programas de fomento florestal nas respectivas empresas.”

Os programas de fomento, desta forma, não anulam ou relativizam a estratégia *maior* movimentada por esses grupos no campo, qual seja, a territorialização do monopólio. Porém, são mais uma via de garantir sua hegemonia no tocante ao uso do solo, podendo-se derivar daí que a própria matéria prima utilizada pela agroindústria, no caso, o eucalipto, passa a gerar mais renda fundiária. E cabe insistir, mais uma vez, em relação a isso, que por serem grandes proprietários de terra, ficam garantidos seu poder político-econômico, o controle sobre a produção da matéria prima, influência na constituição de seu preço de venda em determinado local, e por conseguinte, estes grupos passam a dirigir “[...]a formação e territorialização da renda da terra, em todas as suas manifestações, em função de que estão garantidos pelo monopólio que detém sobre este equivalente de capital.” (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 279)

Podem-se perceber algumas mudanças ao longo do tempo nas estratégias dos programas de fomento estabelecidas pelas empresas. No caso da BSC (atual Suzano), havia, na década de 1990, duas opções de contrato de fomento com os proprietários. No primeiro, a empresa fornecia as mudas e assistência técnica (a serem descontadas em estéreos¹⁶⁵ no final do ciclo) e o fomentado estava “liberado” para vender a madeira, porém, a preferência, “preço por preço”, era de compra pela empresa. Já no segundo caso, além das mudas e assistência técnica, a empresa oferecia (como adiantamento, no mesmo sistema do contrato anterior) também os adubos, herbicidas e outros serviços necessários ao longo do desenvolvimento dos plantios, ficando o proprietário condicionado à vender a produção final à BSC. (GONÇALVES, 1994, p. 152)

Mesmo oferecendo esse *suporte*, as empresas passaram a perceber problemas neste tipo de contratos, à exemplo de “[...] inadequações e ineficiências “técnicas” (escolha das áreas, assistência ao produtor, distribuição de insumos e mudas etc.)” (GONÇALVES, 1994, p. 151) que elevavam os custos de produção.

No caso da Veracel, pudemos verificar a existência de outros mecanismos de controle movimentados pela empresa a partir do PPF, provavelmente modificados em função dos problemas encontrados nas experiências anteriores de outras empresas.

Em 2012, segundo o **Relatório de Sustentabilidade da Veracel Celulose** (VERACEL CELULOSE, 2012, p. 26), havia 20.319 hectares de plantios em áreas de fomento (ou 18,35% dos plantios comandados pela empresa), enquanto os plantios em áreas arrendadas totalizava 6.016 hectares (ou 5,43%) e as áreas de plantios próprios eram de 84.419 (ou 76,22% dos plantios). Segundo o mesmo relatório:

¹⁶⁵ Estéreo é uma unidade de medida, equivalente ao metro cúbico, utilizada para medir toras de madeira empilhadas.

O Programa Produtor Florestal (PPF), criado em 2003 com o objetivo de integrar os produtores rurais ao processo produtivo da Veracel, é uma nova oportunidade de agronegócio na região que já mostra resultados. São 104 produtores florestais (num total de 135 contratos). Os produtores rurais que fazem parte do PPF ocupam área total de 52.535 hectares, sendo 33% dessa área – 17.363 hectares, o que equivale a mais de 21 mil campos de futebol – destinados à preservação e conservação ambiental¹⁶⁶. (VERACEL CELULOSE, 2012, p. 26)

No **Relatório de Sustentabilidade** da empresa de 2006, consta que, na implementação do PPF, “O produtor conta com mudas, financiamento da produção e tecnologia fornecidos pela Veracel. Em contrapartida, vende madeira à empresa de forma exclusiva, a preço de mercado.”¹⁶⁷ (VERACEL CELULOSE, 2006, p. 42)

Destacamos abaixo alguns trechos de uma entrevista realizada com um *fomentado* (proprietário que assinou contrato de fomento com a Veracel) que demonstram que há pouca (ou nenhuma) participação do proprietário na execução do plantio:

Léa: Se o Senhor puder começar contado um pouquinho da sua história...

Arnold Prado: Eu sou Arnold Prado, filho aqui da região. [...] Meus pais e meus avós sempre trabalharam na terra, na região de Guaratinga, Eunápolis, enfim, na região de Porto Seguro. [...] E meus avós, meus pais, como eu já disse, tinham terras aqui na região, e sempre foi uma região produtora de agropecuária e também de produção de alimentos. Nós não tínhamos nenhuma ligação com a cultura de eucalipto, e eu costumo dizer que eu vim conhecer pela primeira vez uma planta de eucalipto apresentada pela Veracel. [...]

Eu deixei essa fazenda à plantação de eucalipto. Inicialmente eu disse para a Veracel que eu não tinha conhecimento absolutamente de nada dessa cultura de eucalipto, e que isso teria que ser totalmente, como eles colocaram, eu assinaria o contrato e a Veracel faria tudo com suas empreiteiras. E assim foi feito. A Veracel se encarregou de tudo, até porque nós não tínhamos conhecimento, não poderíamos dar *pitaco* em uma coisa que a gente não conhece. Qual seria a seleção de mudas, de áreas para plantar e etcetera e tal. E ela falou “Não, isso é tudo por nossa conta, o senhor só vai assinar o contrato, e tudo será feito pela Veracel e por suas empreiteiras.” Me indicou as quatro empreiteiras, para escolher uma delas, e assim feito. [...] A fazenda teve que ser totalmente desagregada, para sua cultura anterior, nós tínhamos lá produção, parcerias com melancia, mamão, abobora, e pecuária de corte e leite. É uma fazenda de 412 hectares, aproximadamente, toda plana, e que era toda dividida em piquetes, currais, casas, pomares, isso tudo foi desagregado, só ficou uma casa sede, e um curral próximo, porque eu insisti para ficar. Mas o resto, foram 12

¹⁶⁶ O restante das áreas de fomento, 14.853 hectares (excetuadas as áreas de plantio e de preservação / conservação ambiental) correspondem à áreas destinadas à Infraestrutura (2.053 hectares ou 4%); e outros usos não discriminados (12.800 hectares ou 24%). (VERACEL CELULOSE, 2012, p. 26)

¹⁶⁷ Segundo consta em contrato obtido durante o trabalho de campo de julho e agosto de 2012, assinado em 2003: “**CLÁUSULA 5ª – DA COMPRA E VENDA DA MADEIRA.**

1.Os **PROPRIETARIOS/VENDEDORES** venderão para a **VERACEL** e esta compra neste ato, 97% (noventa e sete por cento) do volume da madeira a ser colhida na Primeira Rotação, cuja madeira deverá ser vendida entre o sexto ano e oitavo ano pós-plantio, conforme as condições abaixo: [...]

d) Os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** poderão reter 3% (três por cento) da madeira para seu próprio uso, inclusive vender para a própria VERACEL, se assim desejar.” (VERACEL CELULOSE, 2006, p. 6-7)

tratores enormes [que] chegaram e desagregaram, ficaram só as cercas de extremas como a gente fala aqui, de vizinhas, de vizinhança. [...]

Léa: E quando o pessoal foi cuidar da terra para fazer as covas, plantar as mudas, etc., era empreiteira da Veracel?

Arnold Prado: Empreiteira da Veracel.

Léa: Aquele dia que a gente conversou o Senhor contou um pouquinho como se dava essa relação da Veracel, passando por você, com a empreiteira...

Arnold Prado: Exatamente. Para você ver como a Veracel fez a montagem disso. Se você pegar o contrato que eu assinei com a Veracel, e você pegar o contrato que eu assinei com a empreiteira, se você confrontar os dois contratos, um é minuta do outro. Só tira o nome da Veracel e coloca o da empreiteira. E na época o que foi feito: a empreiteira termina uma tarefa, por exemplo, subsolagem do solo. Terminou. O fiscal da Veracel vai lá [e diz] “Está Ok”. Dá a ordem para pagar. A Veracel me pediu uma conta, que é uma conta que estava na Caixa Econômica Federal. A Veracel deposita o dinheiro na minha conta. Antes de eu saber que a Veracel depositou, a empreiteira já está me ligando dizendo “Oh, o dinheiro já está na tua conta. A Veracel depositou hoje na tua conta. Eu estou mandando uma fatura para você pagar”. Eu era avisado as vezes não pela Veracel, pela própria empreiteira que o dinheiro já estava na minha conta. Eu ia lá conferir e de fato estava aquele valor na minha conta, que era um valor alto, um aporte de capital que [eu] não tinha condição para ter um dinheiro daquele na minha conta. Aí eu enchia um cheque e entregava à empreiteira. Quer dizer, ela fez uma montagem todinha para que você servisse de ponte¹⁶⁸. Você contrata a empreiteira, só que ela determinava: a empreiteira tem que ser essa, não pode ser livre escolha tua, não. Se eu chegasse e falasse “Eu vou plantar eucalipto, eu mesmo vou plantar, ou eu vou indicar, a custo bem mais barato fulano”, aí ela não fechava, tem que ser a empreiteira indicada por ela. Então o processo foi todo dessa forma [...]. E na prática você não tem nenhum acesso a empreiteira lá em campo, nada. A empreiteira vai no galpão da Veracel, pega o *round up*, os defensivos; a empreiteira vai no galpão da Veracel, pega o adubo; a empreiteira vai no galpão da Veracel, sai de lá com qualquer insumo que for necessário e você não tem conhecimento de quantidade, de nada, de valor, e de técnica nenhuma que é aplicada ali. Tudo isso é determinado entre [a] Veracel e [a] empreiteira. Nós não temos participação nenhuma no processo. Nós apenas servimos de ponte, e para assinar um contrato, mais nada do que isso. [...]

Léa: E no contrato, no final esse dinheiro que a Veracel adiantou, é descontado?

Arnold Prado: Em metros cúbicos de madeira. Ela tem hoje uma relação de quanto ela gastou naquela fazenda e aquilo ali, ela tem esse valor, ela vai converter isso em metros cúbicos. A gente vai pagar ela na época do corte em metros cúbicos. [...] Agora é um controle que você não tem participação, e você tem não acesso nenhum. Por exemplo, na época do corte da madeira, se ela falar para você que deu um metro cúbico, ou deu centenas de metros cúbicos, você vai simplesmente se calar, você não tem como auferir isso. [...] Essa forma de pesar, de conferência disso, [se] é ou não é correto, você não tem como auferir isso, você não tem como contestar isso. Você tem que falar “sim” e “amém” para tudo e acreditar que aquilo ali é no mínimo aceitável. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011)

Assim, percebemos que é a empresa – via indicação de empreiteiras que trabalham para ela também diretamente – quem se responsabiliza por todo o processo produtivo, desde o plantio, passando pela manutenção e chegando até a colheita do eucalipto, além do transporte

¹⁶⁸ Segundo outro fomentado da Veracel, residente na cidade de Eunápolis, que tem propriedade em contrato com a Veracel no município de Porto Seguro, que preferiu não ser identificado nem gravado, pois segundo ele, a Veracel persegue os críticos à empresa, anteriormente o adiantamento do dinheiro repassado às empreiteiras realmente passava pela conta do fomentado, mas atualmente não é mais feito desta forma.

deste para a fábrica¹⁶⁹. Em um contrato de fomento obtido em trabalho de campo (Anexo 7), isto fica explícito, nas cláusulas destacadas abaixo:

CLÁUSULA 3ª – DA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DO EUCALIPTO

3.1.2 – A **VERACEL** escolherá a(s) área(s) em que será(ão) implantada(s) a cultura de eucalipto, bem assim prestará a assistência técnica necessário, em todas as fases. (p.4)

[...]

CLÁUSULA 10ª – DA SUPERVISÃO E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS.

Os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** permitirão a vistoria e acatarão as recomendações técnicas e a supervisão de preposto devidamente credenciado pela **VERACEL**, obrigando-se a cumprir rigorosamente as recomendações e orientações técnicas para a implantação e manutenção do plantio objeto deste contrato.

Os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** obrigam-se a acatar as orientações e procedimentos operacionais prescritos pelo supervisor da **VERACEL**, ficando ciente que a liberação das parcelas de adiantamentos está condicionada ao fiel cumprimento das prescrições emanadas nos “Laudos de Vistoria”;

Caso os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** não tomem as devidas providências para sanar as deficiências observadas nas vistorias, e que estas deficiências venham a comprometer a produção final, a **VERACEL** poderá efetuar estas operações, debitando aos **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** os custos das mesmas;

Em caso de ocorrência de incêndios que possam prejudicar a produção do plantio objeto deste contrato, a **VERACEL** poderá disponibilizar brigada e material para combate do mesmo, sendo o valor deste serviço transformado em m³ (metro cúbico) de madeira e debitado aos **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES**, se caracterizado o descuido ou descaso do mesmo com a segurança e integridade do plantio. (p.8)

Dessa forma, em função de toda a produção ser controlada pela empresa e por suas terceirizadas, apreendemos aqui que o fomento florestal implementado pela Veracel pode ser entendido como um *falso arrendamento* ou *arrendamento disfarçado*¹⁷⁰, já que a empresa determina e comanda todo o trabalho a ser executado no plantio do eucalipto, e não resta ao produtor quase nenhuma autonomia nesta parcela de sua propriedade.

¹⁶⁹ Segundo um contrato de fomento obtido em trabalho de campo e outras informações coletadas, há duas modalidades de entrega da madeira: “floresta em pé” e “posto fábrica”. A Cláusula 5ª do contrato, referente à compra e venda da madeira, diz o seguinte: “b) Os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** poderão entregar a madeira descascada, posto fábrica, na medida de 6,00 m (seis metros) de comprimento e diâmetros variando de 6 cm (seis centímetros) a 45 cm (quarenta e cinco centímetros). No caso de entrega da madeira em pé, para colheita pela **VERACEL**, a medição final de volume será realizada através de inventário florestal pré-corte. Em ambos os casos, haverá um preço estipulado entre as partes no ato das liberações das parcelas e com base no valor do mercado de madeira de eucalipto para a região do Extremo Sul da Bahia.” Gleyson de Jesus, da ASPEX, afirma que:

“Léa: E a entrega?

Gleyson de Jesus: Você tem duas condições. Ela é posto fábrica, ou em pé. Em pé a empresa vai até você, faz todo o processo e leva. Posto fabrica você geraria essa logística, de você mesmo cortar, fazer o baldeio, etc. Não é o perfil desses produtores aqui do extremo sul que estão filiados a ASPEX, nós ainda por não ter muita expertise de mercado, a gente está fazendo mesmo pela madeira em pé, porque na verdade a gente não tem uma logística pronta pra isso.” (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

¹⁷⁰ Thomaz Júnior (1988, p. 231) utiliza a expressão “arrendamento disfarçado” para abordar a estratégia do grupo Bellodi em realizar contratos de parceria que se assemelham ao arrendamento, porém, que como parcerias, dão melhores condições de taxaço do produto final.

Parece-nos que esse tipo de contrato é efetuado pela empresa, em vez de um arrendamento “padrão”, em função do poder de barganha que ela adquire: enquanto em um contrato de arrendamento, em geral, há um valor prévio determinado por hectare a ser pago, no contrato de fomento todo o gasto e arrecadação é transformado em metro cúbico de madeira, o qual será pago de acordo com o preço de mercado vigente no período da colheita. Ou seja, pode-se dividir possíveis prejuízos com o proprietário de terras dessa forma, diminuindo os *riscos* da Veracel. Ou, também, diminui a possibilidade de disputa pela renda da terra.

Além disso, este tipo de contrato pode levar o produtor a se tornar (se já não o for, como é o caso em diversos *fomentados*, segundo pudemos apurar nos trabalhos de campo) um absenteísta. Esse caráter dos *fomentados* da Veracel pôde ser percebido ao longo do trabalho de campo, quando, ao percorrer estradas margeadas por eucaliptais, em propriedades nas quais constava placa de fomento à Veracel Celulose¹⁷¹, era muito difícil avistar edificações ou mesmo pessoas no interior dessas propriedades. Em conversa realizada durante trabalho de campo com Gleyson Araújo de Jesus, atual presidente da Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia (Aspex)¹⁷², ao ser perguntado sobre como estava o processo de certificação dos plantios dos fomentados¹⁷³, ele enfatizou que:

¹⁷¹ Item contratual obrigatório na implementação do fomento.

¹⁷² A Aspex, segundo consta em seu site, foi fundada em 26 de agosto de 2006 “com o intuito de garantir a aplicação das boas técnicas de manejo florestal e fortalecer o mercado de madeira do Extremo Sul da Bahia”. Segundo Cleyson de Jesus, atual presidente da entidade:

“Começa contando um pouquinho do trabalho da associação...

Gleyson de Jesus: A nossa associação vem a ser Aspex, é a Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia. [...] Surgimos com que finalidade: de apoiar os produtores florestais, de eucalipto, que estavam começando a conhecer todo esse negócio de produção e entenderam que unir-se seria muito mais viável pra nos futuros embates que viesse a ter com a empresa [Veracel], ou até mesmo pra somar conhecimento com relação a todo esse negócio. A grande maioria aqui se valia de comercio do ramo agropecuário ou da agricultura, e vinha essa proposta de eucalipto que era uma coisa nova, de floresta na verdade. [...] Bom, foco principal da ASPEX, que a gente opta por deixar nesse panfleto, aqui a gente procura registrar quais são as vantagens de ser associado. Uma delas é ter as consultorias técnica e ambiental que a gente tem conseguido através das empresas que dão suporte à empresa Veracel, e que também estendem esse suporte para nós, então na verdade é um conhecimento compartilhado que tem sido feito. Das consultorias jurídicas, porque é um negócio como qualquer outro, [...]. Bom, das conquistas econômicas são diversas, em que a gente a duras penas e com muitas reuniões, temos os impasses mais do que comuns a qualquer relação comercial, nós da Aspex junto com os nossos associados e a empresa tivemos vários embates e tivemos várias conquistas [...]. E felizmente a empresa [é] muito profissional, bem como nós [estamos] procurando cada vez mais nos organizar, [...] Então em resumo é isso, a associação tem assembleias basicamente mensais, focadas justamente em fazer um balanço do que tem acontecido na tua área de PPF, na minha área de PPF, na tua relação com a empresa, porque a gente tem conseguido afunilar e nós somos hoje realmente um canal de voz ativa entre o produtor florestal e a empresa Veracel Celulose. Que hoje é o nosso principal parceiro comercial. [...]

Léa: São quantos associados?

Gleyson Jesus: Algo por volta de 55 associados. O nosso universo, com base nas informações da empresa, de que existem hoje 100, 106 fomentados. Somos hoje a metade deles. [...]” (Entrevista realizada em trabalho de

Gleyson de Jesus: [...] Então cabe muito ouvir quem está lá no campo. Eu costumo dizer que sua entrevista conosco aqui é muito válida, mas ir ao campo e ver essas coisas eu acho imprescindível.

Léa: Com certeza. A dificuldade é que geralmente, nas áreas de fomento, assim como nas áreas próprias da Veracel, é muito difícil achar alguém...

Gleyson de Jesus: [...] Ah! Mas a gente pode tentar fazer com que você esteja lá através um convite formal, com um PPF que possa levar vocês, que a gente tem PPFs bem próximos daqui, que tem essa realidade de famílias [que moram] lá dentro. [...] Então a gente poderia tentar agendar isso daí. [...] Porque na verdade é assim, são empreendedores, os negócios estão acontecendo e cada um vai cuidar do seu, obviamente. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Além disso, percebemos que grande parte dos produtores, mesmo sendo pequenos e médios proprietários, destinaram a maior parte agricultável de suas áreas para o plantio de eucalipto, não necessitando assim permanecer em suas áreas, já que não há nenhum tipo de trabalho a ser efetuado por eles.

Tabela 29 – Áreas de fomento da Veracel Celulose, por município (ha)

Município	Efetivo plantio	Área do imóvel	% de área plantada
Itabela	19,36	142,71	13,57%
Porto Seguro	29,64	128,88	23,00%
Belmonte	72,77	263,67	27,60%
Itabela	399,62	1243,83	32,13%
Porto Seguro	173,02	533,19	32,45%
Belmonte	52,23	160,93	32,46%
Santa C. Cabrália	85,4	240,58	35,50%
Belmonte	31,15	79,88	39,00%
Porto Seguro	201,58	492,73	40,91%
Santa C. Cabrália	176,93	418,42	42,29%
Belmonte	46,77	110,01	42,51%
Porto Seguro	82,95	194,86	42,57%
Itabela	78,06	180,67	43,21%
Belmonte	306,13	683,1	44,81%
Santa C. Cabrália	61,74	130,8	47,20%
Belmonte	304,87	644,84	47,28%

campo, em julho de 2012)

¹⁷³ A Veracel Celulose propôs aos fomentados, via Aspex, que adequassem seus plantios e propriedades para obtenção do selo verde Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor). O aceite desta proposta de tornou condicionante para que os fomentados pudessem assinar novo contrato, de segundo ciclo, com a empresa, sob a justificativa de que sua matéria-prima tem que ser toda certificada para venda no mercado internacional. Ao mesmo tempo, havia problemas (detalhados mais a frente) com o licenciamento ambiental de algumas propriedades, o que fez com que o corte do eucalipto excedesse o prazo previsto em contrato, de no máximo oito anos. Assim, a certificação serviu também com forma de aditar esse contrato, permitindo à Veracel ganhar tempo para resolver estas questões sem ter que pagar multa pela demora no corte, justificando que a madeira deveria estar certificada antes da colheita. (Informações recolhidas em trabalho de campo)

Porto Seguro	21,46	42,19	50,87%
Santa C. Cabralia	196,98	371,44	53,03%
Eunápolis	31,48	59,34	53,05%
Eunápolis	195,27	363,13	53,77%
Itabela	163,96	303,1	54,09%
Belmonte	533,12	984,07	54,18%
Belmonte	113,56	209,33	54,25%
Belmonte	86,98	154,2	56,41%
Porto Seguro	264,99	456,46	58,05%
Porto Seguro	264,81	454,96	58,21%
Belmonte	57,86	97,49	59,35%
Belmonte	273,92	444,43	61,63%
Santa C. Cabralia	456,86	724,63	63,05%
Belmonte	102,23	157,46	64,92%
Santa C. Cabralia	73,54	101,08	72,75%
Porto Seguro	755,98	974,2	77,60%
Total	5.715,22	11.546,61	

Fonte: Dados cartoriais; Bureau Veritas Certification (2011); Bureau Veritas Certification (2012). Elaborado pela autora.

Mesmo não tendo obtido dados sobre a totalidade das áreas de fomento, pode-se perceber que a maioria dos fomentados plantaram pelo menos 40% de sua área com eucalipto, ou seja, essa passou a ser a cultura predominante (levando-se em consideração que além das áreas de plantio, as propriedades também devem ter APP e de RL). A média é de 51% de plantio de eucalipto nas fazendas, ocupando área de 184,53 hectares, dentro de uma média de área total de 354,89 hectares.

De qualquer forma, retornando ao argumento de que o fomento se constitui, no caso da Veracel, como um *falso arrendamento*, é importante lembrar que a especialização da produção, manifestação e exigência mais direta do processo de implementação de grandes monoculturas promove também a regulamentação (formal ou não) de padrões aos produtores da matéria-prima em questão. No caso da implementação via territorialização do monopólio, esses processos são controlados pelo grupo territorializado, que estipula as regras e exigências, e também a necessidade de capitalização e modernização deste produtores (THOMAZ JUNIOR, 1988, p. 216). Pode-se perceber que, no caso do PPF implementado pela Veracel, foi exatamente esse o caminho perseguido, qual seja, de criar os mecanismos de controle que diminuem as chances de obter baixo grau de produtividade, qualidade ou homogeneidade das toras de madeira, a partir do momento que é a própria Veracel (via suas

empreiteiras) que realiza esse trabalho nas terras de terceiros, tornando-se o fomento mais uma forma de controle da produção pela empresa territorializada¹⁷⁴.

Ao mesmo tempo, o fomento, ao ser entendido como estratégia de domínio sobre a utilização da terra, mesmo sem contrato de compra e venda, pode derivar em uma *fragilização* do proprietário, já que este não detém autonomia quanto à produção, e pode acabar pressionado, direta ou indiretamente, à vender sua área. Thomaz Júnior (1988) identifica esse mecanismo no processo de territorialização do monopólio efetuado pelo grupo Bellodi, no arrendamento ou parceria de áreas para a produção de cana-de-açúcar:

A expressão mais imediata do que estamos analisando é o processo concentracionista da posse e da propriedade da terra que levou os pequenos e médios proprietários a serem pressionados a vender suas terras, ou cederem em arrendamento/parceria para os grupos usineiros grandes e médios fornecedores de cana. Situando-se assim, o arrendamento e a parceria como alternativas concretas que os grupos usineiros, utilizam para expandir seu raio de ação sobre novas parcelas do território: para depois adquiri-las via compra. (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 188-189)

O mesmo *fomentado* entrevistado, Arnold Prado, identifica esse mecanismo, posto que após ter diversos problemas com a Veracel (que serão detalhados a seguir), propôs à empresa que comprasse sua área¹⁷⁵:

Léa: Porque o Senhor acha que tratamento da Veracel é assim com os fomentados?

Arnold Prado: Eu acho na verdade, para ser sincero, hoje nós somos reféns da Veracel. A Veracel não tem nenhum interesse de resolver problema nenhum dos fomentados. [...] A Veracel tem interesse de ficar com a gente preso, porque aí ela fica mais forte para mostrar que se existe problema, o problema não foi causado por ela, foi causado por fazendeiros, aí ela começa a vender a imagem de que o problema é social, [...].

Léa: E o Senhor acha que a Veracel tem interesse em comprar essas terras em algum momento?

Arnold Prado: Eu acredito que sim, só que ela vai procurar fragilizar de um forma tamanha o fazendeiro, que depois de oito anos, nove anos com a corda no pescoço, ele vai acabar abrindo mão desse patrimônio, e ela vai dizer “Só serve pra eucalipto, não serve mais para nada. Então a tua fazenda valia cem mil reais um alqueire de terra, eu te pago cinquenta. Se você não quiser, você vai fazer o que com essa bucha?” Foi isso que ela disse para mim, eu fiz a opção, no contrato ela tem a opção

¹⁷⁴ Diferentemente do que, segundo Barcelos (2010) desenvolve, ocorre no norte do Espírito Santo, no programa de fomento da Aracruz Celulose. Seria necessário um aprofundamento maior em relação ao funcionamento, perfil de produtores e outros elementos dos dois programas para analisar as estratégias de cada uma das empresas e estabelecer uma comparação. Por isso, limitamo-nos a indicar a existência desse estudo, que aponta outros elementos.

¹⁷⁵ Ao mesmo tempo, dependendo do município onde se encontra a área fomentada, pode ser menos interessante para a empresa comprá-la, em função das condicionantes existentes em relação à quantidade de terras que ela pode possuir legalmente por município.

de compra, eu já dei essa opção para a Veracel por escrito¹⁷⁶. A minha propriedade [...] são terras valiosíssimas, pela topografia ali da Colônia, vocês viram que são terras plantas, há poucas áreas de terras planas aqui na região, ali é um platô. Então as terras ali são valiosíssimas até pela proximidade da cidade de Eunápolis. Da minha propriedade você avista o bairro do Centauro [na cidade de Eunápolis], por dentro são 7 quilômetros da cidade de Eunápolis, está bem próximo. [...] Quer dizer, terras [na Colônia] que chegaram lá no passado a serem vendidas até por R\$200 mil um alqueire de terra. Eu ofereci, como o contrato diz, me obriga, eu dei a opção de compra para a Veracel. O comprador de terras da Veracel virou *cara a cara* comigo e falou “Oh, se você quiser a R\$ 80 [mil o alqueirão], eu vou submeter à Veracel para ver se ela aceita”. Menos da metade do valor! Aí dá para entender qual a intenção da Veracel. Está clara a intenção, é fragilizar o produtor rural, tanto é que ela passou um filme aqui, que aqui não serve para criar boi. Aqui é uma das melhores faixas de terra para se criar boi no Brasil, [...] nós desmamamos bezerro aqui com 7 até 8 arrobas, acima da média nacional muito. E ela passa, ela faz uma lavagem cerebral no produtor [dizendo] que não presta para criar boi, que tem que plantar eucalipto e ela vai avançando, avançando [...]. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011)

Assim, também o fomento, indiretamente, dá ao grupo territorializado, com ainda mais intensidade, a direção do movimento de anexação de terras em determinada parcela do território (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 241).

Em relação aos problemas enfrentados pelo fomento abordados nas falas acima, eles são principalmente em relação à não adequação das áreas de APP e RL das propriedades à legislação ambiental. O contrato obtido em trabalho de campo, assinado em 2003, prevê o seguinte:

A **VERACEL** se compromete a auxiliar os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** a obterem todas as licenças, autorizações e legalizações junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para fins de implantarem a cultura do eucalipto e efetuarem a venda da madeira colhida.

Segundo Arnold Prado, no entanto, a situação foi a seguinte:

Arnold Prado: [...] E aí como eu disse, do quarto ano para frente a gente começou a perceber que o trato com a Veracel já era um pouco diferente. Por volta do quarto ano, aproximadamente, recebemos aqui uma multa do [Instituto de] Meio Ambiente da Bahia, e quando eu procurei a Veracel para que ela nos auxiliasse, porque a gente

¹⁷⁶ No contrato obtido em trabalho de campo, consta a seguinte cláusula relacionada à preferência na aquisição da terra: “**CLÁUSULA 13ª – DA PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL.**

13.1 Em caso de interesse dos **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** na venda do(s) imóvel(is) rural onde se encontram implantada a cultura, na sua totalidade ou em parte, fica assegurada a **VERACEL** o direito de preferência sobre a compra desse(s) imóvel(is), a ser exercida no prazo de 30 (trinta) dias a contar da comunicação expressa e por escrito que a esse respeito os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** deverão dar à **VERACEL**.

13.1.1 No caso de venda a terceiros, do(s) imóvel(is) onde se encontra implantada a cultura do eucalipto, os **PROPRIETÁRIOS/VENDEDORES** obrigam-se a consignar, na respectiva escritura, a obrigação do adquirente em respeitar o presente contrato, em todos os seus termos, até o final de seu prazo.” (p. 9)

não sabia nem a quem recorrer, se era em Eunápolis, se era em Salvador, se era em Brasília. E a gente sentiu o isolamento, a Veracel simplesmente se limitou a dizer “A terra é tua, o eucalipto é teu, o problema é seu, você vai resolver”. [...] A fazenda hoje é uma fazenda indisponível, é um patrimônio indisponível, eu não posso vender, eu não posso usufruir desse patrimônio, e não tenho hoje informação nenhuma da Veracel concreta, por escrito, de quando vai tirar, se vai tirar, do que se tem lá dentro, em valores financeiros. Nós estamos praticamente isolados, sem nenhuma assistência da Veracel, temos hoje só despesas, o que hoje nós pretendemos mesmo, é sair dessa situação, recuperar nosso patrimônio, e retomar nossas atividades anteriores, que a gente conhecia, que somos produtores de pecuária, isso vem já desde o meu avô, que foi um dos fundadores da cidade de Eunápolis, a gente tem história disso aí, conhecemos. [...] Fomos fazer a Reserva Legal da fazenda [e] verificamos que a Veracel plantou uma área demasiada, avançou em áreas de APP [Área de Proteção Permanente], tirou áreas de vegetação nativa, tudo isso foi objeto de investigação de Polícia Civil, de Ministério Público, dos órgãos ambientais, e processos hoje existentes nessa área ambiental, fomos multados, procurei a Veracel, ela nega qualquer auxílio, orientação nesse sentido, muito menos ajudar. [...]

Léa: Lá há sete anos atrás, quando a Veracel procurou o senhor, tinha possibilidade de fomentar uma área menor, ou a partir do momento que o senhor aceitou tinha que ser toda essa área e tinha que desagregar a fazenda?

Arnold Prado: Olha, na verdade, só plantou 279 hectares porque eu dei um basta o dia que cheguei lá que eu vi as máquinas quebrando tudo e botando fogo naquelas pilhas enormes de madeira, que poderia ter sido aproveitada, até para as famílias lá da Colônia, poderia ter sido doada para elas. E ela fazia aquelas coivaras de pilhas enormes e começaram a botar fogo antes da autorização do IBAMA, e quando eu questionei para a empreiteira da Veracel, ela falou: “Não, o Senhor fique tranquilo que a Veracel se responsabiliza por isso”. Madeira que eu poderia ter tombado para um boqueirão daqueles e poderia ter utilizado depois, hoje. [...]. A tua pergunta, se poderia ter sido feito... a Veracel ia plantar uma área muito maior na minha fazenda. Na verdade ela licenciou 336 hectares¹⁷⁷. Foi quando eu cheguei e falei: “Em volta da sede não faça isso aqui porque eu preciso de um piquete ou dois aqui, para ter uma vaca de leite ou duas, para o caseiro, geralmente um filho, ou dois, ou três, ter leite para suas crianças.” Aí eu segurei a área em volta da sede, se não ela teria plantado até no quintal da sede [...]. Tanto é que ela plantou em áreas como APP, que teve que cortar 10 hectares como eu ia te falando. Na hora de fazer a Reserva Legal não sobrou os 20%, aí a Veracel me procurou e falou: “Olha, nós vamos ter que cortar um talhão de 10 hectares, porque a sua Reserva Legal não passou, faltou área”. Eu falei: “Poxa, mas foram vocês que fizeram. E se eu tivesse deixado plantar os 336 hectares?” Eles não me deram resposta. E o que é mais grave, eles sem licença nenhuma, no quinto ano, entraram com uma empreiteira no fundo da fazenda, cortaram as 10 hectares de eucalipto. Alguém que estava por perto denunciou isso ao Ministério Público, hoje é mais um processo lá dentro. Essa madeira está apodrecendo há dois anos e meio, e o que é mais grave, eu sou fiel depositário dessa madeira que está apodrecendo, e a Veracel não me pagou, pagou a empreiteira, o corte, cortaram de motosserra, de machado, as fotos você está levando [...]. Eu estou nesse prejuízo, de 1.536 m³ aproximadamente, na época, com 4,8 anos, estava beirando o quinto ano. [...] E eu não tenho como auferir, essa medida é deles e você tem que aceitar, eu não tenho como auferir isso, eles me apresentaram 1.536 m³, falaram que iam me pagar, e eu estou a quase três anos sem receber um centavo disso e essa madeira já apodreceu lá em campo. E isso me permitiu que eu fizesse a minha Reserva Legal, eu tive que procurar um engenheiro florestal, eu tive que gastar por volta de R\$ 3.500,00 e fazer por minha conta a minha Reserva Legal, por que ela não fez, ela fez foi plantar em áreas demasiadamente, acima do que deveria ter plantado, e plantar inclusive em áreas de APP. Lá dentro tinha olho d’água e represas, que literalmente secou, depois do eucalipto. [...]E essa escolha de

¹⁷⁷ Segundo o mesmo fomentado citado na nota anterior, foi a Veracel, também, que fez o licenciamento ambiental em sua terra, assim como na de todos os primeiros fomentados; hoje não é mais feito dessa forma, mas ele também não conseguiu informações de como está sendo feito.

área, de quantidade, de muda é totalmente de responsabilidade da Veracel, nós não interferimos em nada até porque não tem como fomentar uma ideia dessa, porque nós não conhecemos nada, e uma empresa do porte da Veracel jamais iria aceitar, eu uma pessoa que não tenho *know how* nenhum na área, chegar lá dizendo “Olha, a área é essa, a muda que eu quero é essa, a cova tem que ser feita assim, o defensivo que vai combater é esse, é isso, a formiga é essa”. Eu não tenho conhecimento, [o que] por si só já esclarece que tudo foi gerido pela Veracel. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em janeiro de 2011)

Leonardo Prado Varges / 2008

Foto 14 – Empreiteira da Veracel retirando talhão de eucalipto em área de Reserva Legal (RL) da propriedade *fomentada* de Arnold Prado

Leonardo Prado Varges / 2008

Foto 15 – Empreiteira da Veracel retirando talhão de eucalipto em área de Reserva Legal (RL) da propriedade *fomentada* de Arnold Prado

O IMA (atual Inema) afirma, em documento de 2008, que ao realizar fiscalização ambiental em 85 propriedades onde há fomento florestal de empresas de celulose, distribuídas pelos dez municípios de atuação da Veracel, havia diversas irregularidades em relação às licenças ambientais, reservas legais e áreas de preservação permanente.

- Em relação às licenças municipais, a maioria dos plantios está sem licença ou com a mesma vencida.

Em relação à Reserva Legal:

60% - não possui Reserva Legal averbada;

32% - RL estão preservadas;

15% - não possui área para RL, pois todo o empreendimento possui eucalipto ou pastagens.

Em relação à Área de Preservação Permanente – APP:

70% - ocupadas com pastagens, eucalipto ou estão completamente antropizadas;

30% - totalmente preservadas ou com pequenas áreas em regeneração;

1% - não possui APP.¹⁷⁸ (BAHIA, 2008b, p. 16)

O documento ainda conclui que é necessário aprofundar as informações levantadas, com a obtenção de: “Informações sobre a área agricultável de cada município, a área de influência dos plantios e outros usos já consolidados, bem como o mapeamento da cobertura vegetal e uso da terra atualizado e em escala de detalhe.” (BAHIA, 2008b, p. 22). Percebe-se que o que ocorreu com Arnold Prado não foi um caso isolado.

Além disso, parte das licenças de plantio das áreas de fomento foram anuladas por terem origem irregular. No município de Eunápolis, os plantios foram sequestrados pela justiça, e em Itabela, todas as licenças estão canceladas pelo decreto 1064/2011, publicado no dia 14 de julho (MARACCI, 2012, p. 173). Isso porque as licenças foram emitidas pelo órgão ambiental do município, o que foi considerado irregular pela justiça, já que os fomentos são entendidos como parte do empreendimento de âmbito regional que é a Veracel. Desta forma, quem deveria fornecer as licenças era o estado da Bahia, na figura do Inema. Para o promotor público Joao Alves Neto:

Léa: Em todos os municípios a situação é assim?

João Alves Neto: É, porque são todos ilegais, os fomentos... não tem, os municípios não tinham estrutura, não tinham conselho formado para poder estar licenciando, não tinha... e principalmente não era da competência deles, porque o empreendimento é de âmbito regional, como é que o município podia estar licenciando? Quer dizer, cindiu o empreendimento por parcela. Então agora está pendente disso. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Porém, segundo Gleyson de Jesus, da Aspex:

Léa: Eu ouvi que aqui no município de Eunápolis teve muitos problemas com o corte, as áreas de reservas legais...

Gleyson Jesus: Mas o que que aconteceu aqui? Isso aí é da nossa pele, acontece conosco. Primeiro, nenhum PPF, absolutamente nenhum PPF teve erro nas emissões das suas licenças ambientais de hipótese alguma, pelos órgãos que emitiram elas nas ocasiões, isso aconteceu basicamente em Itabela, nas ocasiões foram emitidas pela prefeitura municipal, que era o órgão competente naquela ocasião para a emissão, então não teve problema nenhum em relação a isso. O Inema muito recentemente

¹⁷⁸ Essa situação não se reduz à Veracel. O documento produzido pelo IMA realizou levantamento das áreas de fomento florestal em todos os municípios do extremo sul da Bahia onde há plantações de empresas de celulose. Foram fiscalizadas 571 propriedades das empresas Veracel (dados acima), Suzano e Aracruz, que geraram 464 autos: 182 infrações de multa; 213 de advertência; 51 de infração de interdição; e 131 notificações. Entre as propriedades da Suzano e Aracruz, metade delas com mais de 100 hectares (passíveis de licenciamento) não possuíam licença; 82% das propriedades não possuíam reserva legal; e grande parte das APP estava antropizada ou ocupada com atividade de silvicultura e pasto.

expediu essas licenças também agora, então isso é uma fala que eu discordo, porque os documentos me provam justamente o contrário. E pra chegar nesse nível de documentação já expedida, houve na verdade assim, situações de campo, onde o Inema indicou que seus representantes fossem a campo para vislumbrar isso e ver a realidade ou não disso. E gente, francamente em relação aos selos ambientais, isso é muito forte, eles nunca que nos dariam uma certificação como nos fora dado, sem ter passado por um crivo muito pesado, como esse daqui. Então assim, eu te digo com muita tranquilidade sobre todos os documentos que perpassam a questão da licença ambiental, que estão mais que corretos, sem dúvida nenhuma. Problema com o corte, a gente teve um caso específico, de sequestro de madeira, de uma área em Itabela, e que já existe uma ação, da nossa acessória jurídica, que já fez toda defesa para isso. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Segundo o Relatório de Certificação elaborado pela Bureau Veritas Certification com objetivo de fornecer o Cerflor a um grupo de fomentados ligados à Aspex (o qual foi emitido), a situação é a seguinte:

A ASPEX terá suas atividades de colheita florestal regularizadas a partir do cumprimento do licenciamento/registro dependendo do entendimento das duas sistemáticas de licenciamento aplicadas pelo INEMA, conforme segue: [1] Licenças/registros dos processos a serem colhidos, pois os mesmos foram implantados sob a égide das licenças municipais revogadas; [2] Com relação às áreas antigas, existe uma recomendação do Ministério Público Estadual de Eunápolis a respeito da obrigação de buscar o devido licenciamento e neste aspecto são desenvolvidos esforços nos sentido de obter junto ao INEMA o licenciamento ambiental (EIA-RIMA) previsto na legislação pertinente; [3] A ASPEX realizou o cadastro de todas as áreas antigas objeto do processo de certificação e está enviando informações complementares de acordo com os critérios do INEMA. Para tanto foi elaborado um programa para atender estes requisitos. (BUREAU VERITAS CERTIFICATION, 2012, p. 36)

Assim, o fomento tem sido, no caso da Veracel, também forma de otimizar áreas de plantio para fornecimento de matéria prima à empresa, sem se apoderar, pelo menos num primeiro momento, da terra, porém, também sem cumprir exigências legais, que são repassadas como responsabilidade do produtor, quando constatadas. A empresa, dessa forma, aumenta seu estoque de matéria-prima e se exime dos possíveis ônus¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Além disso, outra face do fomento que demonstra a manutenção de sua hegemonia territorial quanto à especialização da produção e abastecimento de matéria prima via fomento, no caso da Veracel Celulose, e também aponta mais uma razão de sua preferência por este programa ao invés do arrendamento ou à parceria, é que o fomento está sendo utilizado, segundo informações recolhidas em trabalho de campo, como forma de *burlar* a condicionante, incorporada no EIA/Rima da empresa, de não plantar mais do que 20% da área de municípios interioranos e 15% dos litorâneos. Segundo o promotor público de Eunápolis João Alves Neto:

“Léa: Além dos fomentos, tem relação de arrendamento?”

João Alves Neto: Eles começaram fazendo arrendamento de terra. Só que esses arrendamentos de terra implicariam em dizer que estava no limite, porque o arrendamento fazia com que fosse reconhecido como deles. Porque o arrendamento não transmite assim, na questão do terceiro, para eles burlarem a questão dos limites. Então entrava como deles, aí eles descobriram isso e depois começaram a inventar essa questão de um contrato sem base jurídica, uma coisa maluca lá, de como se fosse parceria, mas não era parceria, era de compra e financiamento, uma coisa mais maluca.

Por último, cabe ainda destacar mais um elemento em relação ao fomento florestal, que é a reposição da importância da renda diferencial I para o setor de celulose no caso dos fomentados. Segundo Gleyson de Jesus, há um preço base estabelecido para o pagamento, em metros cúbicos, de todos os fomentados. Porém, a única forma de variação deste preço é a distância propriedade-fábrica.

Léa: E o preço pago por metro cúbico de madeira, é igual para todos ou há negociações individuais?

Gleyson de Jesus: Não, na verdade a gente, isso quebraria o conceito de associativismo, de cara. Então a gente tem batido muito na tecla de que essas situações não podem acontecer. Eu particularmente falo com muita franqueza, não tenho conhecimento de que existe um preço para você e um preço para mim. Existem critérios estabelecidos em contrato por conta de distâncias. Existe uma classe de distâncias de 0-10 [quilômetros], 10-20 [quilômetros], 20-30 [quilômetros], sempre foi assim, isso de fato acontece. [Ou] Se você se dispõe a vender sua madeira em pé, ou posto-fábrica. Nuances do negócio. [...]

Léa: Você se incomodaria de falar um pouco mais sobre contratos?

Gleyson de Jesus: Em relação a valores eu vou optar por não falar porque na verdade é muito particular. No que diz respeito à distância, existe uma classificação que varia de 10 em 10 quilômetros até o quilometro 80 [num raio a partir da fábrica], após isso existe um subsídio da empresa que é viabilizado para que aquele que esteja um pouco mais distante tenha as mesmas condições negociais. Não existe favorecimento algum, mas uma adequação. É uma nuance do negócio. Se você estivesse mais próximo, você teria uma rentabilidade maior. [...] O que diferencia meu preço do seu não é porte, não é baldeio, é frete. É distancia, é isso aí que é o mais caro. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Assim, verifica-se mais uma vez que, na produção do eucalipto, a diferença maior em relação ao preço final pago diz respeito à localização da propriedade, ou seja, os *fomentados* mais próximos conseguem auferir maior renda diferencial I ao final do ciclo, dadas as condições iguais de aporte de capital efetuada nos plantios (renda diferencial II), no caso, todos submetidos aos padrões da Veracel.

Haveria outros aspectos a ser destacados em relação ao fomento florestal, como por exemplo a relação entre a Aspx e a Veracel; as exigências de certificação que a empresa vem fazendo aos proprietários, assim como um aprofundamento dos problemas legais derivados

Que eles chamavam de parceria?

João Alves Neto: Eles nem botam título, eles colocam como se fosse objeto do contrato, do que seria isso. Porque em verdade é um contrato de parceria, mas nem a parceria eles queriam reconhecer, porque a parceria gera também algumas consequências dos atos do parceiro. Então para burlar eles colocavam isso, e usavam esse fazendeiro como usa, o nome deles e a terra, e eles não faziam nada, só chegava, dava lá a terra e eles cuidavam de tudo. Agora na hora que a coisa apertava eles diziam que era do fazendeiro, na hora que a ação vinha era contra o fazendeiro, aí botavam advogado deles, mas para dizer que o fazendeiro que estava se defendendo e não eles que tinham responsabilidade. Tudo coisa mesmo fraudulenta da terceirização igual.

Isso no caso dos fomentos?

João Alves Neto: É.”

dos licenciamentos concedidos aos municípios, revogados. Porém, interessava aqui destacar o caráter completar do fomento na estratégia de territorialização do monopólio efetuado pela Veracel, e por isso iluminamos alguns aspectos do programa de fomento da empresa, quais sejam, o controle da produção pela Veracel nas áreas fomentadas, a fragilização dos proprietários com possível indexação posterior da área, e a forma de aumentar sua hegemonia territorial para além do permitido legalmente via fomento.

6.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO VISTA PELO SEU *OUTRO*: CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NO EXTREMO SUL BAIANO

O Extremo Sul da Bahia não foi exceção em relação ao Brasil no tocante ao aumento dos conflitos por terra e território no período de redemocratização e durante as décadas de 1990 e 2000. Como vem demonstrando Oliveira em diversos trabalhos (1997, 1999, 2001b, 2004, 2007a), a modernização da agricultura gerou, contraditoriamente, o seu *outro*, o seu oposto, qual seja, a intensificação da luta por terra por parte dos camponeses.

Este momento de desenvolvimento do capitalismo é fundamental para o campo, pois as bases para a sua industrialização estão lançadas, e o capital, feito rolo compressor, tudo esmaga na rota da acumulação e da sua reprodução ampliada. É nesta rota que entendemos os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. (OLIVEIRA, 1997, p. 7)

É no bojo da modernização da agricultura, inelutavelmente excludente, que camponeses expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, vêm questionando a estrutura fundiária vigente. “As contradições aprofundadas no período do governo militar, geraram a base social para a luta pela reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007a, p. 159).

No contexto de aumento da luta pela terra no Brasil, a criação e expansão do MST foi a expressão mais forte e massiva dessa dinâmica contraditória das relações no campo brasileiro. O MST, assim, é fruto destes conflitos. “Esse processo [de surgimento do MST] é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 1994, p. 58).

O MST se articulou, no caso do extremo sul da Bahia, também como no restante do Brasil, a partir de outros grupos já existentes que desenvolviam lutas por terra e direitos no campo e na cidade, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Sindicatos de

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e a Pastoral da Juventude (PJ). A primeira assembleia do movimento nessa região foi realizada em 1986, dois anos após sua criação em nível nacional¹⁸⁰, contando com a participação de camponeses e trabalhadores rurais dos municípios de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Mucuri, Itanhém, Itabela, Caravelas e Alcobaça. Eram camponeses meeiros, arrendatários, filhos de pequenos proprietários, assim como trabalhadores das periferias das cidades, boias-frias e desempregados que começavam a se articular, conjuntamente, naquele momento, em três frentes principais de atuação:

- A Reforma Agrária se faria com mobilização e a partir daquela data se trabalharia no sentido de ocupar terras improdutivas ou devolutas na Região. Para tanto haveria necessidade imediata de organizar as áreas de conflito em todo o Estado;
- Era necessário desenvolver um plano conjunto com os Sindicatos e outros Movimentos Populares;
- A organização das ocupações seria a forma de pressão popular utilizada para garantir a aplicação do PNRA [Plano Nacional de Reforma Agrária], lançado em 1985 pelo Governo Federal. (MST, 1986, Relatório da Assembleia apud ARAÚJO, 2010, p. 6)

Segundo Araújo (2010, p. 6), o MST começou a gestar, naquele momento, um novo *método* de ocupação na região, qual seja, a ocupação com grande número de famílias em áreas de latifúndios, o que se diferenciava da luta dos posseiros que já ocupavam terras na região, porém, geralmente com a participação de poucas famílias e nas quais só participavam os homens.

Segundo Antônio Pestana, liderança do assentamento Lulão, localizado no município de Porto Seguro:

Léa: Conta um pouquinho como o MST chegou na região...

Pestana: Eu não tenho muito dado, mas chegou aqui em 1988. Chegou lá na [ocupação] “4045” na região do Prado. Fizemos uma ocupação lá que gerou muito

¹⁸⁰ Morissawa (2001, p. 123-135) destaca alguns casos de ocupações e conflitos por terra ocorridos entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980 que tiveram papel importante para a gestação do MST, nos quais a CPT teve participação fundamental, pois já atuava junto a trabalhadores/as rurais por conquistas de direitos e pelo retorno/manutenção na terra. A partir dessas lutas surgiram alguns movimentos sociais rurais – em especial no sul e sudeste – e em 1982 a CPT organizou um seminário que reuniu lideranças dessas ocupações, posseiros, agentes de pastoral e outros, no qual delineou-se a necessidade de uma articulação maior entre esses grupos. A ideia de um movimento de alcance nacional já foi colocada nesse momento. A partir deste e de outros eventos foi organizado o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel, no Paraná, em janeiro de 1984, no qual estiveram presentes camponeses e trabalhadores rurais de 12 estados, além de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Cimi, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e da Pastoral Operária de São Paulo. Segundo Morissawa (2001, p. 138, grifo do autor): “Esses apoios representavam a união de intelectuais, operários, indígenas e trabalhadores rurais em torno da formação de um movimento voltado à unificação das lutas dos sem-terra no âmbito nacional. [...] Durante o Encontro foi lida a mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, de apoio à fundação do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST**. Estava, assim, fundado e organizado um movimento de camponeses sem terra de alcance nacional voltado à luta por terra e pela **reforma agrária**.”

conflito com fazendeiro, e morte também, alguns companheiros foram assassinados nessa época. De lá do “45” nós fomos para o Riacho das Ostras, que também não foi diferente do outro, morreram muitos companheiros nosso na luta. Mas a gente resistiu na luta e conseguiu vencer e nós temos lá hoje esses três [dois] assentamentos que foi dessa luta inicial. Posterior a gente foi fazendo outras lutas e conquistando outros assentamentos na região, agora no 23 de setembro nós estamos indo para lá, que é a festa de 25 anos de luta aqui na Bahia, e todo ano a gente faz essa comemoração lá nesse assentamento, onde foi o primeiro assentamento que a gente conquistou aqui no extremo sul da Bahia, mesmo com todas as dificuldades, com muitos assassinatos que teve, mas o pessoal na época resistiu muito.¹⁸¹ (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Neste primeiro momento as ações do movimento estavam voltadas principalmente para a ocupação de latifúndios improdutivos, em acordo com o direcionamento geral do movimento, prioridade que foi deslocada, posteriormente, à ações de confronto com o agronegócio, como veremos adiante.

O MST, assim como os diversos (nos seus contextos e formas de organização) movimentos de luta para retornar ou permanecer na terra existentes no Brasil ao longo do século XX – como o Contestado no início do século e as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e início dos anos 1960, entre tantos outros – são frutos do caráter contraditório do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro, já que “O traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da terra e, contraditoriamente, o crescimento/formação do campesinato brasileiro.” (OLIVEIRA, 1999, p. 85)

São esses camponeses que lutam pela reforma agrária, “sem pedir licença a ninguém” (OLIVEIRA, 2007a), pondo em cheque as concepções majoritárias, tanto no campo da direita como da esquerda, de homogeneização das relações de trabalho na agricultura e da superação

¹⁸¹ Segundo Araújo (2010, p. 9), a partir de sistematização de dados do próprio MST, a ocupação 4045 foi realizada em 5 de setembro de 1987, no município de Alcobaça. Após conflitos, o movimento conseguiu a regularização de assentamento, com área de 5.100 hectares divididos por 132 famílias. Ainda em 1987 ocorreu a ocupação da área denominada Riacho das Ostras, no município de Prado, no qual houve enfrentamento com madeireiros. Novamente o movimento conseguiu a posse da terra, de 2 mil hectares, divididos por 87 famílias. Já em 1988, no município de Itamaraju, ocorreu a ocupação Bela Vista, que sofreu despejo violento pela Polícia Militar e forte enfrentamento com a organização local da União Democrática Ruralista (UDR). A área não foi conquistada naquele momento, porém, a fazenda foi ocupada novamente em fevereiro de 1996, tornando-se assentamento. Também na ocupação Corumbau, em Prado, houve enfrentamento com fazendeiros da UDR, em 1988, e área de 2.741 hectares foi regularizada para cem famílias. Ainda nestes primeiros anos, em Prado ocorreram as ocupações Modelo, que envolveu 300 famílias, e resultou num assentamento de 800 hectares divididos em 30 lotes; e a ocupação Sapucaieira, área de 800 hectares, que sofreu despejos violentos e levou à prisão mais de cem famílias. Em 1989, ocorreu, em Alcobaça, a ocupação Reveza, que envolveu 600 famílias. No mesmo ano, em Prado, foi realizada a ocupação da Fazenda Três Irmãos, que resultou no assentamento de 44 famílias em área de 1.262 hectares. Ainda em 1989, no município de Eunápolis, o movimento ocupou uma área da CVRD, que foi denominada Palmares. Houve violência de pistoleiros que resultaram na morte de um sem-terra, Nelson Maria dos Santos. O movimento conseguiu a criação do assentamento no local, com alocação de 120 famílias em 3.757 hectares. Por último, em ainda na década de 1980, houve ocupação de área da empresa Bralanda em Porto Seguro, envolvendo 300 famílias. Porém elas foram despejadas após um ano.

da necessidade de uma redistribuição fundiária no Brasil, posto que o desenvolvimento tecnológico já teria “resolvido” a questão agrária. Mas, estes atores colocam em movimento, em sua persistência de luta pela terra, a conformação da classe camponesa em relação (em oposição) à classe dos proprietários de terras. Os camponeses lutam por *terra de trabalho* e não por *terra de negócio*¹⁸² (MARTINS, 1990), esta última caracterizada pela a extração da renda e para servir, especialmente, como de reserva patrimonial e de valor (OLIVEIRA, 2007a).

Nesse sentido, para Oliveira (2007a, p.135, grifo nosso):

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. **Este século passado, foi um século por excelência da formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social.** É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso à terra, é pois, um desterrado, um sem terra que luta para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que tem surgidos os movimentos sócio territoriais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

E é nesse contexto que entendemos que a formação do campesinato acontece, contraditoriamente, pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo e pela criação política do campesinato, que tem uma das formas mais contundentes de ação por meio das ocupações de terras (FERNANDES, 2005a, p. 7).

Uma parcela dos camponeses, então “[...] em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses” (OLIVEIRA, 2004, p. 35). Pelo menos no Brasil, onde a pequena propriedade familiar continua representando grande parte da produção de alimentos, e onde muitos continuam lutando para permanecer/retornar ao campo e trabalhar na terra, e, ao assim fazerem, tencionam o significado da propriedade fundiária¹⁸³.

¹⁸² Por isso, ao venderem excedentes produzidos em suas propriedades, esses camponeses não o fazem contabilizando a renda da terra, e sim, dão de graça para a sociedade parte do valor produzido por eles, pois sua lógica de produção não passa pela acumulação, mas pela reprodução da família, a partir do trabalho na terra. Assim, o campesinato não é caracterizado por uma forma de vida ou cultura específica (MOURA, 1986), mas sim por uma produção e lógica diferenciadas da capitalista, já que o objetivo da produção é a manutenção de sua produção e sua reprodução social.

¹⁸³ “Inclusive cabe realçar que estudos realizados indicam que há no Brasil um total de 6,5 milhões de camponeses sem terra que podem se constituir em clientela potencial para a reforma agrária. Entre eles há cerca de 220 mil acampados pelo país e 840 mil inscreveu-se no programa de acesso direto a terra, a inscrição para a reforma agrária feita pelo correio no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a “reforma agrária virtual”, pois, só foi feita pela mídia. Portanto, representam mais de um milhão de famílias que aguardam os assentamentos de reforma agrária no país. Segundo estudos prospectivos, a eles juntam-se outros 5,5 milhões de famílias de camponeses sem terra, que formam a clientela potencial da reforma agrária hoje no Brasil, cerca de 6,5 milhões de famílias.” (OLIVEIRA, 2007a, p. 159)

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (apud PAULINO, 2006, p. 64), 60% dos alimentos consumidos no Brasil provêm da agricultura familiar camponesa, e 77% dos empregos na agricultura são gerados também por essas unidades.

Além disso, é significativo que as pequenas propriedades representem no Brasil a grande maioria: considerando-se o estrato com até cem hectares, somam 85,2% do total. Quanto ao estrato das que possuem de cem a menos de 500 hectares, são 11,4% das propriedades. E, apenas 3,4% das propriedades rurais têm área superior a 500 hectares. (INCRA apud OLIVEIRA, 2003, p. 127; PAULINO, 2006, p. 60)

Mas, como a lógica do latifúndio permanece no Brasil, temos que comparar esses dados com os correspondentes à proporção de área ocupada por essas propriedades: aquelas com menos de cem hectares ocupam apenas 20% das terras, aquelas com área entre cem e menos de 500 hectares controlam 23,8% das terras, e as propriedades com mais de 500 hectares apropriam-se de 56,2% das terras (INCRA apud OLIVEIRA, 2003, p. 127; PAULINO, 2006, p. 60).

Como fica evidente, é inversamente proporcional a relação entre o número de propriedades e a área que estas ocupam. Para Paulino (2006, p. 61):

Esse quadro determina, em grande medida, os níveis de desigualdade no país, e reafirma a tese de que o capitalismo praticado no Brasil é do tipo rentista. Assim, enquanto que a regra desse modo de produção tenha sido o desenvolvimento baseado no cerceamento do poder latifundista, o Brasil assegurou aos seus grandes proprietários ampla margem para exercer o poder de tributar compulsoriamente a sociedade por meio da extração da renda da terra.

E é justamente essa lógica rentista, da terra como negócio, que entra em confronto com os movimentos sociais rurais¹⁸⁴. Esse choque, que é um choque de lógicas de classes sociais antagônicas, “vira de cabeça para baixo” a lógica capitalista (BOMBARDI, 2005, p. 647). Cada vez que conquistam uma terra, por meio das ocupações, e se sustentam nela e dela, esses camponeses estão proporcionando a manutenção de sua existência coletiva, a manutenção da sua existência enquanto classe, pela luta para produzir na terra e reproduzir a família: “[...] a reforma agrária é, enfim, a apropriação de frações do território pelo

¹⁸⁴ Oliveira (2004, p. 41) aponta que “(...) o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura”. De um lado pela industrialização da agricultura, de outro pela presença de trabalhadores assalariados rurais na cidade (boias-frias) e mais do que isso, pela presença das lutas camponesas na cidade, sendo a cidade a revelar essa unidade contraditória: “A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo”. (OLIVEIRA, 2004, p. 64)

campesinato, fruto da luta e do enfrentamento de classe levado a cabo por ele” (BOMBARDI, 2005, p. 681).

E esse enfrentamento – que se territorializa com a conquista do latifúndio – gera, por um lado, a possibilidade da existência camponesa para além da lógica de produção estritamente capitalista e, ao mesmo tempo, o limite dessa existência dentro do modo capitalista de produção.

Assim, o caminho para a reforma agrária não pode ser outro que não o da luta dos movimentos sociais, já que, pela aliança de classes entre capitalistas e proprietários, com o aval e auxílio do Estado, ela não acontecerá se não for na luta. Porém, como aponta Oliveira (2007a, p. 146):

Ela [Reforma Agrária] tem, portanto um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma Agrária é também, econômica, porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual, esta parcela da população conquista a cidadania. Sempre se ouve nos acampamentos de Sem-Terra, os camponeses acampados dizendo frases como essa: *“eu prefiro morrer lutando por um pedaço de terra, morrer dignamente, do que morrer como indigente nas periferias da cidade”*.

Essa luta por dignidade e cidadania, que passa pelo retorno à terra, tem ganhado novas dificuldades e matizes no interior das áreas territorializadas pelo agronegócio no Brasil, onde, pela mera observação da paisagem, não parece haver nenhuma brecha para a existência de outras relações.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 16 – Eucaliptais próximo à fábrica da Veracel

Apesar disso, como apontam Paulino e Almeida (2010, p. 29-30) em relação à territorialização do capital no campo, personalizado fortemente pela produção de cana, porém, exemplo que pode ser estendido aos eucaliptais:

Mesmo passadas tantas décadas desde que foi formulada a tese do homogeneização das relações sociais no capitalismo, questioná-la se coloca como essencial no momento em que vivemos, pois marcado pela expansão das *commodities* e pela ideologia do agrocombustível, em especial da cana. Um olhar para o campo de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul nos dá a medida dessa territorialização do capital e consequente expulsão da unidade de produção camponesa. Se não é possível negar a diminuição da população rural e o avanço da relação em que proprietário de terra e capitalista se fundem numa aliança de classes que tira de cena a questão camponesa, igual assertiva tem a tese da permanência contraditória das relações não capitalistas, no caso, a unidade de produção camponesa.

Isso quer dizer que, embora incessantemente a realidade aponte para um campo que caminha para um “mar de cana” como a instalar uma uniformidade no território, comandado por relações de assalariamento, no plano da essência das relações capitalistas, isso não é possível por duas razões básicas: o desenvolvimento do capital se faz de forma desigual e combinada, tendo por base a multiplicidade das formas sociais; segundo, a ausência do camponês no território não significa ausência do conflito próprio da dinâmica das relações sociais, porque a territorialização do capital afronta a sociedade, em especial os sem-terra.

E é exatamente esse processo que vem ocorrendo no Extremo Sul da Bahia desde o avanço da monocultura de eucalipto. Em março de 2013, segundo a Rede Alerta Contra o Deserto Verde (2013), havia 23 acampamentos em áreas reivindicadas pela Veracel Celulose e pela Suzano Bahia Sul, com mais de sete mil famílias acampadas. Esses acampamentos são organizados por diferentes movimentos sociais e sindicatos, tais como o MST, o Movimento de Luta pela Terra (MLT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (Fetag-BA).

Em 2003 havia, somente nos acampamentos do MST, 2.200 famílias acampadas, aguardando resoluções governamentais que pudessem regularizar suas situações, ainda sem resposta¹⁸⁵. Diante desta situação, em abril de 2004 o movimento decidiu realizar uma grande ocupação em uma área da Veracel Celulose em Porto Seguro, a Fazenda Água Fria. A ação contou com em algo torno de três mil famílias, e foram cortados cerca de 21 mil pés de eucaliptos, plantando, nesses 25 hectares, culturas alimentícias, durante quatro dias de ocupação. Nesse momento, o presidente da Veracel ameaçou não mais investir no Brasil, e

¹⁸⁵ “Na Bahia, foi definida a meta de assentamento de 27.200 famílias para o período 2004-2007 (II PNRA, 2004), entretanto, de acordo com os dados elaborados pelo Projeto GeografAR (2009), foram assentadas apenas 7.365 famílias, o que corresponde a apenas 27,07% da meta estabelecida (de forma análoga à média nacional)” (FREITAS; GERMANI, 2010, p. 2). E ainda: “Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR (2009) existem, na Bahia, 348 acampamentos com aproximadamente 36.730 famílias acampadas e 468 projetos de assentamentos de reforma agrária com aproximadamente 40.744 famílias assentadas, ocupando uma área total de 1.394.071,17 ha”. (FREITAS; GERMANI, 2010, p. 4)

cobrou ação “enérgica” por parte do governo Lula. A justiça de Porto Seguro, então, determinou a saída imediata dos sem-terra. (SOUZA; OVERBEEK, 2008, p. 65)

Ao mesmo tempo, a ação gerou a aceitação por parte do governo do estado e do Incra para reunirem-se com o movimento, no qual foi feito um acordo.

O acordo realizado previa: realização de vistorias em fazendas de diversas propriedades no extremo sul do Estado, para agilizar o processo de reforma agrária na região; emissão, até o final do ano, dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs para 18 propriedades, no extremo sul do Estado. Ainda ficou definido que outras 48 propriedades seriam vistoriadas nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz, Cabralia, Itamaraju e Itabela, e a implantação da unidade avançada do INCRA na cidade de Itamaraju/Bahia. A ocupação resultou em três assentamentos: o Assentamento Coroa, o Assentamento Macadâmia, e o Assentamento Serro Azul, todos no município de Porto Seguro. (ARAÚJO, 2010, p. 17)

Segundo Araújo (2010, p. 5), em 2010 o MST possuía no Extremo Sul da Bahia 1.823 famílias assentadas e em torno de duas mil acampadas. daquelas que estão em acampamentos, grande parte ocupa terras reivindicadas pela Veracel.

Tabela 30 – Acampamentos do MST em terras reivindicadas pela Veracel (2012)

Nome	Data de criação	Número aproximado de famílias
Acampamento Gildasio Sales	4/12/2008	120
Acampamento 25 anos	28/02/2011	350
Acampamento Irmã Dorothy	28/02/2011	135
Acampamento Margarida Alves	03/04/2011	460
Acampamento Adão Pretto	20/04/2011	80
Acampamento Nazareth	14/03/2011	120
Acampamento Estrela	6/08/2009	80
Acampamento Irmã Dulce	16/04/2011	100
Total		1.445

Fonte: Lerrer; Wilkinson (2010, p. 13).

No acampamento Margarida Alves, por exemplo, o movimento entrou na área de madrugada, com 50 famílias. A área estava toda cultivada com eucaliptos em fase de crescimento, com tamanho de 1,5 a 2 metros de altura, segundo Giudete, acampada com quem conversamos. Ela também contou que em 15 dias de acampamento, já havia no cadastro do Margarida Alves 1.180 famílias, com 600 famílias efetivamente morando. Giudete, assim como grande parte dos acampados Brasil afora, retornou ao campo através dos movimentos sociais. Durante 12 anos ela viveu em São Paulo, e ao voltar à Bahia conheceu um rapaz que era próximo ao MST. A partir daí, começou a “[...] conhecer que muitos fazendeiros ocupam terras que não são deles, que é terra devoluta, e que quando é devoluta, é do governo, e quando é do governo, aí é do povo.” Segundo ela, em 2011 produziram muita melancia (seis caminhões); abóbora (sete caminhões); além de muitas sacas de feijão e mandioca, entre outros alimentos.

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 17 – Acampamento Margarida Alves

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 18 – Acampamento Margarida Alves

Já o acampamento 25 anos, nome dado em homenagem aos 25 anos do MST, está localizado à margem da rodovia BR-101, entre as cidades de Eunápolis e Itagimirim.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 19 – Acampamento 25, visto da BR-101

A área foi ocupada, pela primeira vez, em 8 de abril de 2008. Desde então, houve dois despejos, um após a primeira semana de ocupação, e outro três meses depois. Pouco antes da realização do segundo despejo, os acampados haviam plantado abóbora e mais alguns alimentos, que estavam quase no ponto de colheita, mas um dia *apareceram* homens uniformizados que pulverizaram *round up* em todo o cultivo. Para Natália, uma das lideranças do acampamento, “[...] essa foi a maior revolta, e aí entraram de novo com decisão de não sair mais”.

O MST está lutando pela conquista, neste acampamento, de 4.720 hectares, que eram ocupados quase inteiramente por eucalipto. Uma parte da área é devoluta e estava arrendada à Veracel, e o restante, em torno de 2 mil hectares, é área da empresa. Atualmente estão vivendo ali 360 famílias. Os acampados estão produzindo principalmente mandioca, milho, feijão e abóbora. “Já tem gente tirando sustento daqui mesmo”, segundo Natália.

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 20 – Acampamento 25

Léa L. Malina / jul. 2012

Foto 21 – Acampamento 25

Além dos acampamentos organizados pelo MST, tivemos contato ainda com um acampamento organizado pela Fetag-BA e por *independentes*, no município de Santa Cruz Cabralia, chamado Maravilha II (próximo a um dos primeiros assentamentos da região, chamado Maravilha I). Segundo o presidente da Associação do Acampamento, com quem conversamos em janeiro de 2011, a área está ocupada desde 2010, e naquele momento estavam acampadas 54 famílias em 940 hectares. Já em julho de 2012, segundo Genivaldo, acampado com quem conversamos no segundo trabalho de campo, moravam no acampamento 62 famílias. A Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA) já deu parecer que parte da terra é do estado, devoluta, porém ainda estão aguardando o resultado judicial (desde 2011) que deve transformar a área em assentamento. Segundo nos foi dito durante o trabalho de campo, a Veracel comprou essa terra da CVRD.

Os acampados se organizaram para dividir em lotes 700 hectares – que vão totalizar entre 8 e 12 hectares por família –, e o restante da área é destinado à preservação ambiental. Já estão produzindo e vendendo alimentos na feira de Eunápolis, pois o acesso para lá é mais fácil do que para a cidade de Santa Cruz Cabralia. Estão plantando principalmente mandioca, milho, feijão e café. Segundo Genivaldo, “café hoje está sendo o ouro da região. Era o cacau, mas o cacau acabou...”.

Ele ainda nos falou que é ruim ser vizinho do eucalipto, porque não tem fauna, não tem ninguém vivendo no entorno e as formigas vêm comer *o que é da roça*.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 22 – Caminho de Ponto Central para o acampamento Maravilha II

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 23 – Roça no acampamento Maravilha II

Em outro acampamento organizado pela Fetag-BA visitado, chamado Santa Maria, próximo ao distrito de Vera Cruz, em Porto Seguro, estão acampadas 76 famílias em uma propriedade de 900 hectares, porém, como parte da área está dentro do limite definido como sendo do Parque Nacional Pau Brasil, que ainda não está homologado, a perspectiva é que “sobrem” 433,35 hectares. Como a área é pequena para todos os acampados viverem, eles terão que decidir quais famílias ficarão. Eles estão acampados na fazenda, que a Veracel reivindica, desde dezembro de 2008. Em julho de 2012 já haviam sido feitas três audiências pelo estado com os acampados, mas segundo eles, havia um impasse entre o governo da Bahia e a Veracel, pois o primeiro estava encaminhando o processo jurídico de desapropriação da área (segundo um acampado, ela estava “abandonada” desde de que Veracel havia comprado), enquanto a empresa alega que área não é improdutiva pois só não há plantio ali em função de estar na faixa de amortecimento do Parque. Sendo assim, a fazenda não poderia ser desapropriada, mas sim, comprada pelo Incra, a partir dos mecanismos previstos no Decreto do Incra nº 433/1992.

Os acampados, atualmente, estão destinando sua produção às feiras da região, além de venderem parte dos alimentos colhidos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de Porto Seguro¹⁸⁶, o que lhes garantiu

¹⁸⁶ O PAA é uma das ações do Fome Zero, programa do Governo Federal existente desde 2003. Segundo o *site* do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PAA “[...] propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.” (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/seguranca_alimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em: mar. 2012). O PNAE, órgão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), está veiculado desde 2009 à agricultura familiar, pois a Lei nº 11.947/2009 determina que 30% dos recursos federais repassados aos

mais uma forma de pressão junto a prefeitura, que suspendeu a reintegração de posse por tempo indeterminado.

A Fetag-BA defende que o Incra deve comprar a área, mas não há consenso entre os acampados.

Vale observar brevemente outro acampamento da região, chamado Baixa Verde, localizado no município de Eunápolis, ocupação realizada pelo MLT. Como veremos, esse é um caso exemplar de omissão do Estado frente à pressão do agronegócio na realização da reforma agrária.

6.3.1 O acampamento Baixa Verde

Em 2008 o Movimento de Luta pela Terra ocupou a Fazenda São Caetano (constituída de duas propriedades: Fazenda São Caetano e Fazenda Uberlândia), de 1.943 hectares, localizada próxima aos povoados de Ponto Maneca e Colônia, distante 18 quilômetros da cidade de Eunápolis. A área tinha sido pesquisada pelo movimento e havia indícios de que aproximadamente 1.300 hectares não possuíam título legal de propriedade. A Veracel obteve a fazenda por meio de permuta por outra área em Eunápolis, próxima ao distrito de Gabiarra, em 1997. O acampamento foi batizado de Baixa Verde.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 24 – Acampamento Baixa Verde visto da estrada

municípios, estados e Distrito Federal pelo programa sejam utilizados nas compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com prioridade à assentados, indígenas e quilombolas.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 25 – Plantação de melancia no acampamento Baixa Verde

Logo após a ocupação, a Veracel entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse, a qual foi concedida. Os ocupantes saíram da área, porém ficaram acampados às margens de uma rodovia próxima à fazenda.

Em 23 de abril de 2009, ocorreu uma reunião aberta da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em Eunápolis. Nesse momento, diversos movimentos apresentaram reivindicações de desapropriações de área devolutas ocupadas com eucaliptos (conforme consta na ata no Anexo 6), e foi definido, então, que o estado da Bahia realizaria ações de discriminatórias administrativas em oito imóveis, totalizando área aproximada de 21.500 hectares¹⁸⁷.

No dia 9 de junho de 2009 foram publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia duas portarias da CDA, órgão ligado à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), responsável pela política fundiária estadual. A Portaria nº 25/2009 estabelecia a criação de Procedimento Discriminatório Administrativo de Terras Rurais da fazenda Cedro, de 6.434,75 hectares; e a Portaria nº 26/2009 deflagrava Procedimento Discriminatório Administrativo de Terras Rurais referente à “Fazenda São Caetano e outras” (contíguas a ela: Fazenda Uberlândia e Fazenda Modelo).

¹⁸⁷ Conforme consta na Ata da 30ª Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, de 23 de abril de 2009: “15. O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, pedirá providências da Coordenação-Executiva do Desenvolvimento Agrário no sentido de fazer a discriminatória dos seguinte imóveis rurais: fazenda Conjunto Cedro 1, 2 e 3, com área aproximada de 8.000 hectares; fazenda Barrinha (Putumaju), com área aproximada de 4.000 hectares; fazenda Mundo Novo, com área aproximada de 2.000 hectares; fazenda Uberlândia, com área aproximada de 2.000 hectares; fazenda Colorado, com área aproximada de 1.500 hectares; fazenda São Caetano, com área aproximada de 1.500 hectares; fazenda Brauna, com área aproximada de 1.000 hectares; fazenda Boa Paz, com área aproximada de 1.000 hectares; e fazenda Ouro Verde, com área aproximada de 500 hectares, todas localizadas no município de Eunápolis, e ocupadas pela empresa Veracel com o cultivo de Eucalipto, atendendo solicitação formulada pelos movimentos sociais rurais durante esta reunião.”

Segundo o Laudo de Vistoria realizado durante o processo da Ação Discriminatória, elaborado em junho de 2009 (conforme Anexo 3):

Uma discriminatória consiste em identificar terras de domínio particular das devolutas do Estado, podendo esta ser discriminada administrativamente ou judicialmente. No processo de discriminatória primeiramente se elege uma área para a consecução do procedimento. No caso específico deste imóvel em tela, a CDA recebeu expediente do INCRA com o propósito de que esta coordenação se manifestasse e indicasse os procedimentos legais a serem adotados, com intuito de solucionar o impasse, haja vista que há impossibilidade de desapropriação em razão da existência de terras devolutas, bem como a tensão social entre as partes. Por estes motivos foi criada pela CDA a Comissão Especial de Discriminatória Administrativa Rural de Terras devolutas do Estado da Bahia da gleba denominada Fazenda São Caetano, através da portaria número 26/2009 publicada no D.O.E em 9/06/2009. A referida discriminatória tem por finalidade de além de dotar os ocupantes das áreas, de terras devolutas, e dos seus respectivos títulos de propriedade, afim de possibilitar a busca de créditos nas instituições financeiras oficiais e não oficiais, para fins de instalações de pequenas indústrias, ampliação ou melhoria habitacional e construção de suas moradias garantindo aos seus beneficiários melhores condições de vida e desenvolvimento socioeconômico. Quanto aos proprietários de imóveis rurais é reconhecido o domínio. (BAHIA, 2009)

O laudo da vistoria continha o levantamento da área em discriminação, aspectos ambientais, sociais e de produção da gleba, além de outras informações relevantes para o estudo em andamento.

Em paralelo ao laudo, a Ação Discriminatória previa também a convocação dos interessados para reuniões, a fim destes serem ouvidos durante o processo. Consta no Termo de Encerramento do Processo, publicado em outubro de 2009 (conforme Anexo 4), que:

III. Da convocação dos interessados certos e incertos:

- Foram convocados através do Edital publicado no D.O.E em 19.06.09 pela primeira vez com prazo de 60 dias e pela segunda vez em 07.07.2009 com o mesmo prazo, os interessados, presumíveis proprietários, confrontantes e demais que se julgassem com direito a qualquer porção de terras na gleba.
- Atenderam ao Edital de convocação 108 interessados ligados a MLT que se encontram ocupando o referido imóvel.
- Todavia, a presumível proprietária VERACEL Celulose S.A mesmo sendo notificada sobre a Discriminatória, ficou de apresentar a documentação dominial do imóvel, porém, não o fez nem se habilitou perante a Comissão Especial no prazo de lei.

Além disso, o Termo de Encerramento do processo (Anexo 4) trouxe à público que a gleba São Caetano é constituída de terras próprias e terras do Estado.

Tabela 31 – Situação jurídica da propriedade da terra – Baixa Verde

IMÓVEIS	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO JURÍDICA
Fazenda São Caetano	1.333,9450	Terras Devolutas; Registro 1.493 crtd; Comarca Eunápolis
Fazenda Conjunto Uberlândia	301,8541	Terras Próprias; Matrícula 6.330 CRI; Comarca Eunápolis
Fazenda Amparo	308,1034	Terras Próprias; Matrícula 5.547 CRI; Comarca Eunápolis
Área total	1.943,9025	

Fonte: Termo de Encerramento da discriminatória do Baixa Verde (2009).

Diante do exposto acima, entendemos que a gleba ora discriminada é constituída de **609ha 95a 75ca** de “terras próprias” ora georreferenciadas de propriedade da VERACEL Celulose S.A; **1.333ha 94a 50ca** hectares em “terras do Estado” também georreferenciadas e de uma área remanescente devoluta com **51ha 56a 74ca**, cujas áreas encontradas no ato da medição, conforme planta e memorial descritivo apensos, perfazem uma área total de **1.995ha 46a 99ca**. Diante do exposto, sugerimos que sejam arrecadadas pelo Estado da Bahia e matriculadas na Comarca de Eunápolis a área devoluta **1.385ha 51a 24ca** com base na **Lei nº3.038/72**, Decreto **23.401/73** e Lei Federal **nº6.383/76**.

[...]

VI. DOS ENCAMINHAMENTOS FINAIS:

*Considerando a possibilidade de conflito na área;

*Considerando a função social da propriedade preconizada pela Constituição Federal e pela Estatuto da Terra;

...RECOMENDO QUE A COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO ENCAMINHE ESTE EXPEDIENTE À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA PARA QUE AQUELA EGRÉGIA INSTITUIÇÃO ADOTE OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EFETIVA CARACTERIZAÇÃO DE PARTE DA GLEBA DENOMINADA “SÃO CAETANO” COMO TERRAS DEVOLUTAS, PORTANTO DE DOMÍNIO DO ESTADO DA BAHIA E QUE, POSTERIORMENTE, APÓS A ADOÇÃO DE MEDIDAS CABÍVEIS, SEJAM ARRECADADAS E MATRICULADAS NA COMARCA COMPETENTE, EXCLUÍDAS DESTAS AS TERRAS PRÓPRIAS E QUE FINALMENTE, SEJAM DESTINADAS A INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BENEFICIANDO OS TRABALHADORES RURAIS ENVOLVIDOS.
(TERMO DE ENCERRAMENTO DA DISCRIMINATÓRIA DO BAIXA VERDE, 2009, grifo dos autores)

Porém, após a publicação do Termo de Encerramento da discriminatória, a Veracel Celulose recorreu à justiça mais uma vez a fim de obter um novo mandato de reintegração de posse da fazenda São Caetano, que foi efetivado.

Esse é mais um caso, entre tantos outros, em que o direito se reduziu ao direito reivindicado pelas elites, e assim, um membro do judiciário manteve uma visão, mesmo que inconstitucional, na qual a propriedade é vista como valor absoluto (OLIVEIRA, 2007a).

O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um lado só, o lado do direito reivindicado pelas elites. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, sendo pública ela não é passível do reconhecimento da posse. [...] muitos magistrados apenas veem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista ilegal da terra pela Constituição. (OLIVEIRA, 2007a, p. 153-154)

O MLT, então, através de seus advogados, conseguiu adiar a execução do despejo e, em seguida, derrubar o mandato em primeira instância, com base no estudo da Ação Discriminatória. A empresa, em seguida, recorreu ao Tribunal de Justiça da Bahia, mas veio resposta da Procuradoria Geral do Estado atestando que as terras deveriam ser destinadas à reforma agrária. A empresa, não satisfeita, entrou com um pedido de revisão da decisão. Em função disso, foi marcada uma audiência preliminar para outubro de 2010, em relação à qual a Veracel solicitou adiamento por prazo de 60 dias. Passado o prazo, a empresa solicitou novo adiamento, de mais 90 dias, dentro do qual também não apresentou nenhum documento, até onde se sabe, ao Estado. Dessa forma, o movimento solicitou ao juiz que desse continuidade ao processo. Porém, ele está, até hoje, no MP da Bahia, impedindo que o juiz tome qualquer decisão. Mesmo assim, os acampados se mantêm no mesmo local desde 2010. (Informações obtidas em trabalho de campo, em julho de 2012)

Em agosto de 2012 havia 85 famílias vivendo no acampamento. Além de outras áreas de roçado, uma parte da área está plantada com mandioca. O plantio é feito conjuntamente e visa principalmente ao abastecimento das casas de farinha (“farinheiras”) de Ponto Maneca, povoado rural próximo ao acampamento.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 26 – Plantação de abóbora e milho no acampamento Baixa Verde; eucaliptal ao fundo

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 27 – Acampados do Baixa Verde plantando mandioca em área coletiva

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 28 – De dentro de um barraco de um acampado, vista da plantação diversificada em seu entorno; eucaliptais ao fundo

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 29 – Roça de abacaxi e milho no acampamento Baixa Verde; eucaliptais ao fundo

O acampamento mantém forte relação com o vilarejo, já que grande parte dos acampados tem ou já teve família ali. Ponto Maneca foi formado na década de 1960, fruto do assentamento de 180 posseiros feito pelo Estado (LERRER; WILKINSON, 2012, p.16). Segundo Adiel Pereira (com quem conversamos durante o trabalho de campo, em agosto de 2012), filho de Maneca, que deu nome ao povoado, seu pai era um dos posseiros da região, e houve um *movimento* que levou à ação do Estado. Maneca teve onze filhos, dos quais três, hoje, estão acampados no Baixa Verde. Adiel tem três filhos, todos criados no Ponto Maneca, e junto ao MLT, hoje, está tentando obter um lote próprio. (Informações recolhidas em trabalho de campo)

Atualmente 40 famílias vivem em Ponto Maneca, e há 23 farinheiras. Segundo D. Zilda, da Associação de Farinheiras de Ponto Maneca, a chegada do eucalipto atrapalhou muito a continuidade do trabalho dos associados, já que antes os fazendeiros forneciam madeira gratuitamente para servir como lenha no processo de produção da farinha. Em 2011 eles gastavam R\$ 800,00 em um caminhão de lenha, o que torna o custo muito mais alto. Além disso, segundo Lerrer e Wilkinson (2012) puderam perceber em seu trabalho de campo:

Maria D'Ajuda Jesus Santos, cuja farinheira produz 50 sacas por dia (de 50 kg cada), participou ativamente da resistência da comunidade ao aumento das plantações de eucalipto em Ponto Maneca. Em 2008, a mesma área onde ela e seu marido Cielio Paiva arrendavam cerca de 20 hectares para plantar mandioca foi vendida para a Veracel, levantando preocupações na comunidade com relação a seu futuro. [...] Em uma reunião, lembra Ivonete [Souza, do CEPEDS], a mulher mais velha da comunidade, Dona Maria Senhora, advertiu os representantes da Veracel: "Se vocês plantarem eucalipto de dia, nós arrancaremos de noite; se vocês plantarem de noite, nós arrancaremos de dia". Eram de fato as mulheres que lideravam o movimento contra a chegada de mais eucalipto na comunidade. Dona de uma propriedade rural e um moinho de mandioca que proporcionam trabalho a sete membros de sua família (ela, o marido, três de seus quatro filhos e dois genros) e mais dez trabalhadores fixos do moinho, além dos que têm trabalho sazonal nas plantações, Maria D'Ajuda explica por que eles se mobilizaram. Ela responsabiliza as plantações da Veracel por todas as mudanças ruins em Ponto Maneca. Segundo ela, as plantações de eucalipto afetaram a produção de mandioca porque as terras diminuíram. "O eucalipto afetou na produção de mandioca porque as terras diminuíram. Antes tinha mais gente. Os pequenos saíram para a cidade. Vendeu as terras e nesse lugar não se planta mandioca mais, se planta eucalipto". (LERRER; WILKINSON, 2012, p. 16)

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 30 – Farinheira comunitária em Ponto Maneca, Eunápolis

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 31 – Farinheira comunitária em Ponto Maneca, Eunápolis

Assim, os acampados do Baixa Verde se inserem na “longa marcha do campesinato” (OLIVEIRA, 2001b) em busca de *terra de trabalho*, e nesse processo realizam parcerias e trocas com outros grupos, inclusive seus parentes de Ponto Maneca.

Paralelamente, desde 2010 se instalou na Fazenda São Caetano um outro acampamento, organizado pela Fetag-BA. Diversas polêmicas pairam sobre este novo acampamento, sendo que os membros do MLT acreditam que a federação possui algum tipo de acordo com a Veracel Celulose para que sejam incentivados conflitos e desentendimentos com os acampados do MLT, a fim de desestabilizar a luta pela terra, que, já considerada devoluta, poderia ser adquirida de outra forma, por meio de acordo com a empresa, no qual o Incra compraria a terra da Veracel (conforme discutiremos a frente). Segundo documento divulgado pelo MLT em agosto de 2012:

Atualmente, a Veracel Celulose S/A, através do Governo do Estado, está propondo um acordo, no qual aproximadamente 10.000 ha de terras da empresa seriam vendidos para o INCRA, a fim de serem destinadas aos sem terra da região. Esse acordo, ainda verbal e sem nenhuma garantia de que irá se efetivar, vem como

resposta à pressão feita pelos movimentos de luta pela terra contra a concentração de terras da empresa plantadas com a monocultura de eucalipto. E, ao mesmo tempo, como forma de minimizar as ocupações feitas em áreas sabidamente devolutas da empresa, tentando convencer a opinião pública e o Governo do Estado que a realização do acordo sanaria o problema das ocupações de terra, quando na realidade o que a empresa quer é impedir o levantamento das áreas de terra do Estado ocupadas indevidamente com o plantio de eucalipto, e expandir seu monocultivo sem que haja resistência por parte dos movimentos ou observância da legalidade na aquisição de terras.

Paralelamente, o processo judicial do Baixa Verde segue na justiça, mas a empresa acena – e garante verbalmente – que essa área entraria como parte do acordo. Pode-se entender que, dessa forma, o processo seria retirado do judiciário e a área não ficaria caracterizada como uma terra devoluta indevidamente apropriada privadamente para o plantio de eucalipto. Já se o processo correr separadamente, além de abrir precedentes para a obtenção de outras áreas devolutas, prejudicaria a imagem da empresa frente aos órgãos certificadores, dos quais ela depende para a exportação da celulose, e prejudicaria sua propaganda de “socialmente justa”.

Em meados de outubro de 2010, logo após o MLT garantir a permanência na área derrubando nas duas instâncias a reintegração de posse favorável à empresa, surge a Federação dos Agricultores da Bahia - FETAG-BA, que colocou sua bandeira no acampamento Baixa Verde, com a intenção única e exclusiva de inviabilizar o processo de aquisição da terra por parte do MLT. Os membros do movimento suspeitam que de alguma maneira, devido à linha de acontecimentos, a empresa esteja financiando atos desse grupo, na tentativa de desestabilizar o MLT. Esse grupo realiza todo tipo de façanhas negativistas, que expõe as famílias, e tentativas constantes de amedrontá-las. [...]

Em julho de 2012, membros da FETAG impediram um trabalhador de arar uma área de um membro do MLT, ameaçando o tratorista de atear fogo na máquina, caso ele continuasse, e ainda afirmando que se ele insistisse em arar aquela terra em outro momento, estaria correndo perigo. Posteriormente, os mesmos homens foram até a casa do membro do MLT, na comunidade vizinha, ameaçando-o novamente. [...]

Há também, cotidianamente, pessoas da Federação que cortam as cercas das áreas plantadas do MLT, mais de uma vez por semana, acarretando prejuízos financeiros e gasto de tempo e energia, além do desgaste gerado, por terem que fazer isso, perdendo épocas certas para plantio. [...] Mutilações e roubos de animais, como vacas e cavalos, também se tornaram frequentes, causando preocupação, prejuízo e abalando pessoas que têm que sacrificar suas criações por invalidez.

Além de todos os delitos, ainda foram feitas ameaças à integridade física de diversos integrantes do MLT – mais de dez – com falas de que tinham pistolas cheias de balas, que estavam esperando a oportunidade de encontrar determinadas pessoas sozinhas, e as mais diferentes provocações e perseguições.

Por último, Juenildo Oliveira Farias, coordenador nacional do MLT e do acampamento, conhecido como Zuza, sofreu um atentado, em 28/12/2011, quando estava dirigindo em uma estrada próxima ao Baixa Verde e uma moto veio em sua direção, o obrigando a desviar, o que fez com que derrapasse no cascalho e capotasse o carro. Felizmente ele não se machucou, mas vem sofrendo ameaças de morte, assim como sua família.

Todos esses acontecimentos vêm sendo notificados às autoridades, tanto locais quanto estaduais e nacionais. Foram entregues cartas e cópias de ocorrências à Polícia Civil, Polícia Militar da Bahia, Ministério Público Estadual, Secretaria de Segurança Pública, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Polícia Federal. [...]

Como dito anteriormente, todas essas ações fazem com que integrantes do MLT acreditem que o Estado é conivente com a situação, e a empresa Veracel financiadora da FETAG, pois não haveria sentido uma federação de trabalhadores fazer o que está fazendo em um acampamento de um movimento social, a não ser que estivesse sendo beneficiada em alguma outra instância para isso. Fora os ocorridos, segundo uma integrante do MLT, membros da FETAG afirmam, em

conversas informais, que a federação tem acordo com a Veracel.¹⁸⁸ (MLT, sítio eletrônico)

5.3.2 A proposta de acordo entre a Veracel, o Incra e os movimentos sociais

Pudemos ter acesso, no trabalho de campo realizado em 2012, a um levantamento realizado por um funcionário do Incra da região, o qual auferiu que nos 21 municípios constituintes do Extremo Sul da Bahia (que totalizam 3.064.677,65 hectares), 846.291,55 hectares são terras devolutas, ou seja, pelo menos 27,61% da área da região são terras passíveis de serem destinadas à reforma agrária, e na sua maioria, estão apropriadas privadamente de maneira indevida, ou seja, em grande parte, griladas¹⁸⁹.

Segundo Lerrer e Wilkinson (2012):

Um exemplo ilustrativo desse tipo de negócio são dois documentos de compra e venda entre os nove herdeiros de Luciano José Santana e a Veracel. Eles venderam à empresa duas propriedades de 582 hectares sem título, oito terrenos sem título, com um total de 1.627 hectares e uma fazenda registrada no INCRA, com 1.532 hectares, declarada à Receita Federal como tendo 1.713 hectares. No contrato, a Veracel assegura seus direitos:

“Caso a OUTORGADA COMPRADORA, venha entender que seja necessário, os OUTORGANTES VENDEDORES se obrigam a fornecer todos os documentos para a regularização dos imóveis, inclusive para a titulação e cadastro perante o INCRA, bem como assinarem quaisquer requerimentos, petições e/ou procurações, cujos imóveis tem os seus limites e confrontações atualizados”. (Contrato de Compra e Venda apud LERRER; WILKINSON, 2012, p. 11)

Devido à pressão de alguns grupos, como do acampamento Baixa Verde, que reivindicam terras devolutas ocupadas pela empresa, e do grande número de ocupações em suas áreas, a Veracel começou a mudar a sua tática de atuação em relação aos movimentos sociais. Segundo Flávio Souza, Coordenador do Viveiro de Mudas da empresa, já houve 30

¹⁸⁸ Ao mesmo tempo, segundo reportagem elaborada por Isabel Harari (2013) publicada na **Caros Amigos**: “Ailton [Lisboa – membro da Fetag] nega a relação da Fetag com a Veracel. Segundo ele, a Fetag tem um histórico de luta pela terra e atualmente, por meio do governo do Estado, negocia a posse de novos lotes para as famílias cadastradas, ‘o nosso diálogo é com o governo, não com a Veracel’, disse. ‘Se Veracel quiser doar terras, nós queremos’, completou.

Sobre as acusações acerca dos conflitos entre os participantes da Fetag e os moradores do Baixa Verde declarou que Zuza ‘quer criar um fato para ficar com a área sozinho’”.

¹⁸⁹ Mesmo assim, o Incra argumenta que uma das dificuldades para criar assentamentos que contemplem a demanda existente de famílias no extremo sul é o alto preço da terra na região, em função da “valorização” causada pelas empresas de celulose ali instaladas. (Informações coletadas em trabalho de campo; também narrado por SOUZA; OVERBEEK, 2008)

mil hectares da Veracel transformados em acampamentos; atualmente, são em torno de dez mil. A Veracel está propondo um acordo com o governo e os movimentos sociais, para vender ao Incra dez mil hectares (não necessariamente os mesmos que estão ocupados), com a finalidade implantar assentamentos de reforma agrária. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012). Segundo o relatório de sustentabilidade da empresa:

Somos um empreendimento de base florestal, e, entre outubro e novembro de 2011, tivemos 26 mil hectares de terras, destinadas ao plantio de eucaliptos, ocupadas por movimentos sociais. Em função da natureza do nosso negócio e pelo alto grau de risco que as ocupações passaram a representar para a Veracel, podendo provocar forte impacto e até comprometer nossas atividades operacionais, essa situação tornou-se um dos principais temas de interesse para a Empresa ao longo de 2012.

No final de 2011, a Veracel deu início ao diálogo com representantes de seis movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a Frente dos Trabalhadores Livres, o Movimento de Resistência Camponesa (MRC) e a Associação dos Produtores Unidos Venceremos (Aprunve). Nesse processo, contamos com a mediação do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Relações Institucionais (Serin), o que teve continuidade ao longo de 2012, período no qual foram registrados avanços significativos.

Dentre os temas discutidos nessas reuniões, ficou acordado que a Veracel não tomaria nenhuma iniciativa para buscar a reintegração de posse das áreas ocupadas, até julho de 2012. Por outro lado, os movimentos sociais se comprometeram a deixar, espontaneamente, as áreas ocupadas a partir dessa data, concentrando-se naquelas ocupadas até julho de 2011, o que corresponde a cerca de dez mil hectares de terras de propriedade da Veracel Celulose. A Empresa também assumiu a indenização, a preço de mercado, de toda a produção das roças que estariam sendo colhidas num curto espaço de tempo, nas áreas que seriam desocupadas pelos movimentos sociais.

Como resultado das negociações entre os envolvidos, a Veracel está negociando aproximadamente dez mil hectares de suas propriedades para o Programa Nacional de Reforma Agrária, que serão adquiridas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra).

Em contrapartida, os movimentos sociais se comprometeram a não ocupar novas áreas da Veracel, o que foi cumprido em 2012.

Além disso, a Veracel buscou o suporte de instituições especializadas e contratou, em 2012, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Os especialistas realizarão os estudos e avaliações necessárias para sustentar o assentamento desses trabalhadores. Os resultados desses estudos, esperados para 2013, subsidiarão o projeto que propiciará o melhor aproveitamento possível dessas áreas, que devem abrigar e beneficiar centenas de famílias. (VERACEL CELULOSE, 2012, p. 32-33)

Até o momento, o acordo ainda não foi efetivado, mas os movimentos sociais e sindicais já têm diversas visões e análises a respeito dele.

Segundo Ailton Queiroz Lisboa (Tico), presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eunápolis (STTR) e secretário de Políticas Agrícola e Agrária da Fetag-BA, com quem conversamos em julho de 2012, o diálogo com a Veracel havia se iniciado no final de 2011, e previa que, somente da Fetag-BA, seriam criados cinco assentamentos – em torno de mil famílias – por meio do acordo com a Veracel. A Fetag-BA

já detinha, naquele momento, mapas com as áreas e fazendas que seriam contempladas: 1) Fazenda São Caetano (1329,85 hectares) e Conjunto Uberlândia (301,85 hectares), em Eunápolis; 2) Fazenda Miramar (595,39 hectares); Fazenda Boa Vista (79,60 hectares); Fazenda Santo Antônio (87,28ha); Fazenda Boa Nova (15,79ha) e Fazenda Boa vista (81,17 hectares), em Eunápolis; 3) Fazenda Alto Paraíso (91,66 hectares) e Fazenda São João do Paraíso (77,15 hectares), em Eunápolis (Projeto Paraju); 4) Fazenda Lucimar (255,93 hectares), em Eunápolis; 5) Fazenda Santa Luzia (sem dado de área) e Fazenda Buenos Aires (787,85 hectares), em Mascote.

Antônio Pestana, liderança do MST assentado no P.A Lulão, em Porto Seguro, afirmou o seguinte em relação ao acordo:

Léa: Eu estou curiosa também para saber desses processos mais recentes. Em alguns acampamentos está se falando do acordo com a Veracel de venda de dez mil hectares de terra. Como está isso?

Pestana: Essa coisa de dez mil hectares foi em 2003, quando saiu essas áreas aqui, que eles fizeram [assentamentos]. Eram 20 mil hectares [ocupados], ainda ficaram dez mil hectares para trás, mais de dez mil hectares, e não conseguiu resolver, então a gente foi obrigado a ocupar [outras áreas] para retomar essa discussão de dez mil hectares. Só que já passa de dez mil hectares onde a gente [MST] está ocupando, e é o que [se] está negociando hoje para assentar essas famílias, não só do MST, mas tem outras organizações aqui em volta que também estão nessa mesma luta com a Veracel e esperando esse mesmo momento. E a gente espera que esteja indo tudo bem, e as pessoas já estão fazendo casinha boa de “Eternit”, de madeira, não estão mais fazendo de lona, já para resistir mais tempo. E muita roça! No [acampamento] 25 tem muita roça[...].

Léa: Assentando essas famílias que estão ocupadas, não tem mais demanda por terra?

Pestana: Muito mais do que se pode imaginar! Muito. [...] Não pode é parar, né? Não quer dizer que a Veracel vai entregar a terra agora e a gente vai parar de fazer luta, não, vamos continuar. Se precisar de voltar na Veracel de novo, ocupar de novo, a gente volta de novo. Isso é uma coisa que não tem como parar. (Entrevista realizada em julho de 2012)

Segundo Natália (em entrevista realizada em julho de 2012), do acampamento 25 Anos, organizado pelo MST, o movimento aceitou negociar o acordo com a Veracel, está aguardando para ver o que acontece, mas não pode simplesmente *esperar*. Assim, no final de fevereiro de 2013, adiantando a comemoração do Dia Internacional da Mulher, mais de mil mulheres do MST e da Via Campesina adentraram na Fazenda Água Vermelha, no município de Itabela, onde há plantação de eucaliptos da Veracel. Já em maio de 2013 outra fazenda da Veracel, desta vez em Eunápolis, foi ocupada pelo MST.

Juenildo Faria (conhecido como Zuza), liderança do acampamento Baixa Verde e membro da coordenação nacional do MLT, entrevistado em agosto de 2012, tem uma

desconfiança maior em relação a esse acordo, e segundo ele, o movimento do qual participa está mais empenhado em regularizar a área em questão a partir de decisão judicial.

Léa: Fala um pouquinho do acordo...

Zuza: Eu tenho uma preocupação em relação a esse acordo porque eu percebo o seguinte, o acordo ele está muito na vontade das pessoas, mas ele não é uma vontade comum, do grupo. E a gente percebe isso a partir do momento em que há um tipo de enrolação. [...] E nós do Movimento de Luta pela Terra, quando identificamos as áreas devolutas nós elaboramos um projeto e apresentamos ao Estado e ao judiciário. Projeto esse que tem uma base muito bem elaborada [...]. Eu não entendo porque que o Estado não pegou aquele mesmo projeto e sentou com a federal do recôncavo, ou a própria federal da Bahia ou as estaduais e começou a desenvolver o projeto. Chamou a USP, beleza. Na segunda rodada a ESALQ estava presente, o [João] Dagoberto [dos Santos] e o [Paulo] Kageyama, fizeram a apresentação do que era o projeto[...]. Ai ficou agendada uma visita da ESALQ nas áreas, nas áreas tidas como áreas de conflito, para que a gente desse continuidade com o acordo. Isso ainda em 2011. Quando foi em 2012, me parece que logo depois do carnaval, o João Dagoberto esteve na nossa comunidade, tratou com a gente, [...] Ai tudo bem, na semana seguinte eu fui para dentro do Estado, pressionar o Estado para viabilizar as coisas. “Ah! Não, a ESALQ ainda não concluiu o trabalho das áreas todas, para a gente convidar todo mundo, para fazer a mesa redonda, tal” e, moral da história, nós já estamos em agosto e até agora nem mais uma conversa. Nem a ESALQ, nem a Veracel, nem o Estado. Ou melhor, a Veracel, um dia desses, me disse que estava já em um avanço com o Estado, mas não são coisas palpáveis, as coisas estão muito soltas, ninguém tem conhecimento disso. Nós pressionamos o Estado, em alguns momentos ele se ausenta das discussões, a pessoa que está encarregada de fazer esse nivelamento, mediar esse acordo, [...] as vezes tem se ausentado de fato das discussões. Pra você ter uma ideia semana passada eu estive em Salvador, falei com ele “não, é porque eu estou esperando, porque *papapa*...”, e isso vem enrolando todo mundo. Esse é o sentimento do Movimento de Luta pela Terra, não posso afirmar que é o sentimento de outras bandeiras.
[...]

Léa: Você acha que não sai [o acordo]?

Zuza: Pode até sair. Mas não na configuração que está arquitetado. [...] Então, eu não acredito que essas famílias todas anunciadas serão beneficiadas. [...] Eu particularmente não acredito. Eu acredito que nós, do Movimento de Luta pela Terra, assentaremos algumas famílias. Nós, não do acordo, eu não acredito que a gente assenta via acordo, eu acredito mais que nós assentaremos via processo jurídico. Porque? Nós ganhamos duas vezes [na justiça].

Para o promotor público de Eunápolis João Alves Neto:

Léa: A gente ouviu também a história que a Veracel estava fazendo acordo para aquisição de áreas para os movimentos...

João Alves Neto: Como eles podem ceder o que não é deles? Você pode ceder o que não é seu? Se as terras são devolutas que eles estão ocupando, é terra do Estado. Aqui, só para você ver, em relação a isso, uma armação que o Estado entra, eles [Veracel] mandaram como termo de compromisso para [assinar um] TAC [Termo de Ajuste de Conduta], eles colocam que o Estado é que deverá comprar [as áreas ocupadas]. O Estado, que que o Estado tem a ver em relação, se o ganho são deles? A terra usada é do próprio Estado. O Estado vai comprar terra dele mesmo? Aqui [leitura de trecho do TAC proposto pela Veracel]: “Deverá ser implantando aproximadamente dez mil hectares de terra situada na área de influência direta do empreendimento. As terras deverão ser adquiridas pelo Governo do Estado da Bahia com recursos do Instituto Nacional [de Colonização e Reforma Agrária]”. Do INCRA. Bacana em relação a isso. Eu me locupleto com a terra do Estado, quando

essas terras deviam estar sendo destinadas a projetos de reforma agrária, depois na hora que eu sou cobrado em relação a isso, não, eu vou agora querer que o Estado é que compre o que é dele.

Léa: E esse é um TAC...

Proposto por eles, pela Veracel. Aí é uma minuta de proposição, porque não tem nada a ver o TAC proposto pelo Ministério Público [MP]. Quem teria que apresentar TAC se o MP tivesse dentro dos representantes mesmo que estão defendendo o meio ambiente é o órgão do MP, não é a empresa. Ela aceita ou não. Está ali proposto. Não tem meio termo. Não é você infrator que vai dizer “Eu quero que seja assim”. Ou aceita ou não aceita, as coisas são bem claras.

[...]

Léa: E esse TAC já está aprovado?

Não. Esse é uma proposta. Eles estão tentando levar isso para a Promotoria Regional, como se tivesse tirando daqui, só que eles não vão... pelo menos na parte daqui eles vão ter outras demandas.

Léa: E esse TAC seria ajuste em relação a que?

Eles [Veracel] querem em relação a todas as ilegalidades. (Entrevista realizada em trabalho de campo, em julho de 2012)

Na fala do promotor fica clara a estratégia da empresa, em assinar um TAC que a desonere dos processos existentes contra ela, e ao mesmo tempo lhe gere maior apoio popular, já que estará “beneficiando” agricultores da região. Em consonância com a análise do Dr. João, Ivonete Gonçalves Sousa, do Cepedes, afirmou, em entrevista realizada em agosto de 2012, o seguinte:

Léa: Mas e em relação a esse acordo que está sendo pensado entre o Estado e a Veracel com o INCRA para assentar as famílias em dez mil hectares?

Ivonete: Isso é sem dúvida uma grande estratégia da empresa depois que nós denunciemos que ela tem ocupado as terras devolutas. Então ela não quer que o governo do Estado [da Bahia] faça o levantamento das terras devolutas, porque talvez até seja muito mais do que a gente está falando. Então ela correu lá e falou ao governo do estado que está disposta a ceder algumas áreas. E como o Estado também não tem interesse, porque está na mão delas, faz o que elas querem, propôs isso para alguns dos movimentos, mas por exemplo, a área que o MLT está já tem a comprovação do Estado que é área devoluta, e eles estão fazendo tudo para dificultar que essa área seja liberada, porque abre precedente para muitas outras. Então eles estão fazendo todos os esforços, usando estratégias de bandidagem até, pra forçar que o MLT aceite o acordo da forma que ela quer. A gente acredita que é essa a estratégia da empresa com as terras devolutas.

Assim, se por um lado a empresa realiza, sistematicamente, um bloqueio à reforma agrária na região, com a anuência do Estado, por outro, diante da pressão sofrida em função das áreas ocupadas, assume diferentes posturas a fim de se manter enquanto peça hegemônica tanto socioeconômica, quanto na questão fundiária. Além de se ver no direito de propor um TAC, algo que só o Estado tem a autorização para fazer, também se sente “à vontade” para propor a onde deve ser realizada a política de assentamentos rurais. Como afirma Almeida (2012a, p. 8):

Esta inércia do atual governo no tocante à Reforma Agrária, e a situação de precariedade dos assentamentos implantados, geram o paradoxo de Estado “mínimo” na Reforma Agrária e “máximo” no complexo eucalipto-celulose-papel. Situação que tem deixado como saída aos assentados a “ajuda” das papeleiras. Trata-se de uma clara inversão de papéis, em que o Estado deixa de cumprir seu papel constitucional de provedor da Reforma Agrária como política pública.

Além de tudo, a empresa ainda se propõe a realizar um projeto próprio de assistência técnica, pensado de cima para baixo, o que, se for efetivado, tem grandes chances de desdobrar outros conflitos mais à frente.

Por último, ainda vale mencionar, mesmo que não consigamos aprofundar aqui, que além deste acordo, a empresa realiza outras formas de aproximação com pequenos agricultores em vilarejos rurais dos municípios onde atua, através de seus “projetos sociais”. Em Ponto Central, povoado de Santa Cruz Cabrália surgido durante o “surto” madeireiro do extremo sul na década de 1970, a empresa, no início dos anos 2000, tinha plantios de eucalipto dentro da pequena área urbana do vilarejo. Após o município realizar um Plano Diretor que proibia o plantio desta cultura em raio de 3 quilômetros ao redor de área urbana, e os moradores terem fechado a rodovia que “corta” o vilarejo diversas vezes – por onde passam muitos caminhões de eucalipto em direção à fábrica da Veracel –, em função dos plantios na cidade e exigindo melhorias na estrada, a Veracel estabeleceu uma parceria que previa criação de uma Associação para cultivar alimentos neste raio que ela não mais poderia plantar, em sistema de comodato. (Informações recolhidas em trabalho de campo)

O Projeto se chama Agrovida¹⁹⁰ e participavam dele 24 famílias em janeiro de 2011. Cada uma tem direito ao uso de dois hectares de terra para plantar alimentos. Além disso, segundo Emerson Tom, que em 2011 era o presidente da Associação de Moradores de Ponto Central, os membros se comprometeram a não desmatar áreas preservadas, e ainda, entre outras coisas, tiveram que assinar um termo garantindo que não farão ou participarão de manifestações contra a Veracel.

Para José Carlos da Purificação (entrevistado em janeiro de 2011), membro do Agrovida e secretário de Agricultura do município de Santa Cruz Cabrália até 2012, a relação

¹⁹⁰ Segundo o **Relatório de Sustentabilidade de 2010** da Veracel: “A agricultura é a vocação natural do município [de Santa Cruz Cabrália] que, assim como muitos outros no País, busca alternativas para manter o homem no campo. Idealizado pela Veracel, o Agrovida começou a ser desenvolvido em conjunto com a Rede Despertar, que representa a comunidade de Ponto Central. No entanto, para tornar o Agrovida realidade, foi preciso envolver a Prefeitura de Santa Cruz Cabrália, a Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e os bancos do Brasil e do Nordeste. Definido o projeto e os envolvidos, o passo seguinte foi a formação, ainda em 2009, da Associação de Moradores do distrito, indispensável para a implementação do Agrovida.” (VERACEL, 2010, p. 23)

com a empresa melhorou muito depois da implementação do projeto, pois passou a haver diálogo.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 32 – Vilarejo de Ponto Central, município de Santa Cruz Cabralia

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 33 – Área do Projeto Agrovida em Ponto Central

A empresa também elaborou o Programa de Redes Sociais. Uma das iniciativas da rede foi realizada na comunidade rural de União Baiana, no município de Itagimirim, próximo à divisa com Minas Gerais. O caminho para o vilarejo, pela rodovia BA-275, é marcado pela monocultura do eucalipto.

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 34 – Eucaliptais vistos da estrada, no caminho para União Baiana, município de Itagimirim

Léa L. Malina / jan. 2011

Foto 35 – Vilarejo de União Baiana

Segundo Daniel (entrevistado em janeiro de 2011), antigo morador do vilarejo, que nasceu ali e já morou em São Paulo, Belo Horizonte, Paraná e Altamira, a cidade, antigamente, era bem pequena. Atualmente, moram em torno de 700 pessoas. A Veracel estabeleceu parceria com a população local através de comodato de 60 hectares para o plantio de alimentos, dos quais participam 59 famílias. A área fica a sete quilômetros do vilarejo, o que gera dificuldade tanto para chegar à área, quanto para comercializar a produção. Além disso, só é possível plantar mandioca, pois não há acesso à água. Para iniciar a parceria com a empresa, os participantes também tiveram que formar uma associação e assinar “compromissos” com a Veracel. A área utilizada por eles tem um declive muito acentuado (chamado popularmente de “boqueirão”), e ali nunca foi plantado eucalipto. Porém o entorno, área plana (de *tabuleiro*), é toda ocupada por essas árvores.

O contrato de comodato assinado tem duração de três anos, e já foi renovado uma vez. Já foi feito pedido à Veracel para a doação da terra, mas lhes foi negado. Daniel não soube dizer o porquê.

Essas iniciativas, assim como diversas outras da empresa, revelam estratégias socioterritoriais de minimização de conflitos, que seguem também a antiga máxima de “dividir para reinar”. Seria necessário um aprofundamento maior destas questões, que poderiam inclusive ser tema de toda uma dissertação, porém, não tivemos condições de fazê-lo aqui. A seguir, voltaremos o olhar brevemente sobre os conflitos por território na área de atuação da empresa, com o povo indígena Pataxó.

6.3.3 Conflitos por território no Extremo Sul da Bahia: permanência e resistência dos Pataxó

A Veracel Celulose, em seu processo de territorialização do capital, tornou-se parte, aprofundando-os, não somente dos conflitos por terra no Extremo Sul da Bahia, mas também dos conflitos por território bastante anteriores à sua chegada, no caso, com o povo indígena Pataxó, que tem longa trajetória de luta e resistência nesta porção do território, conforme já abordado.

É necessário apontar, ainda que brevemente, a diferenciação entre os conflitos por terra – personalizados nas lutas dos camponeses posseiros, camponeses sem terra etc.; daqueles por território – dos indígenas e de outros povos originários – pois, se no primeiro caso, o que se busca é a *terra de trabalho*; no segundo, é a manutenção, mesmo que precária – levando em consideração que a produção e reprodução ampliada das relações sociais do modo capitalista de produção é a totalidade contraditória da sociedade em que vivemos –, de outras formas de organização social, política, econômica, cultural, ou seja, de outras relações políticas, de poder (PINHEIRO, 2007). Portanto, uma outra sociedade, que está em relação e em conflito com o modo capitalista de produção.

É sabido que desde a ocupação colonial fundada na escravidão, ainda que sem a forma da propriedade privada da terra capitalista nos termos postos após a Lei de Terras de 1850, ocorre o processo de destruição destes territórios frente à nova sociedade que estava se formando (FARIA; OLIVEIRA, 2009, p. 3).

Todos os povos indígenas que aqui viviam sofreram no embate com esta *nova sociedade*, sendo que grupos inteiros foram dizimados e muitos indígenas morreram. Neste sentido, no processo de expansão das relações capitalistas está a “[...] raiz da destruição dos territórios indígenas e a construção do território capitalista” (OLIVEIRA, 1997, p. 150).

Os que sobreviveram e resistiram tentam, até hoje, garantir a demarcação de suas terras, “[...] frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena” (OLIVEIRA, 2007a, p. 155).

Assim, os povos indígenas foram sendo destruídos com a tomada de seus territórios e, gradativamente, tiveram que marchar para o confinamento das reservas e parques, pela apropriação violenta de seus territórios. (OLIVEIRA, 1997, p. 158)

É possível pensar em um território indígena como espaço onde os indígenas – de maneira genérica, porém levando em consideração que cada grupo étnico tem uma forma própria de fazê-lo – territorializam-se, “[...] ou seja, vivem de acordo com sua prática social” (PINHEIRO, 2007, p. 14), marcada por uma produção comunitária em oposição ao território não indígena, notadamente o da produção capitalista.

Assim:

A demarcação das terras é a principal reivindicação dos índios, isso porque a terra não significa somente a subsistência para os índios, a vida indígena – suas atividades sociais e econômicas, seus sistemas de crenças – está intimamente ligado à territorialidade, que seu território não pode ser convertido em uma porção aleatória de terra. (PINHEIRO, 2007, p. 60)

Então, se por um lado, há uma redução da própria ideia de território indígena ao tratá-lo como porção de terra no interior do território capitalista, por outro, ele é, talvez, uma das poucas possibilidades de sobrevivência da existência coletiva destes grupos, sendo, em função disso, sua principal reivindicação.

Os Pataxó atualmente estão concentrados especialmente nos municípios de Porto Seguro, Itamaraju, Santa Cruz Cabrália e Prado, e também no norte de Minas Gerais¹⁹¹.

A aldeia Barra Velha – localizada no interior da TI Barra Velha (onde há mais duas aldeias na área demarcada: Boca da Mata e Meio da Mata) – no município de Porto Seguro, é considerada a “aldeia mãe” dos pataxó¹⁹², por ser local onde eles habitam há mais de dois

¹⁹¹ Segundo o ISA (2013), há dez TI Pataxó já demarcadas ou em processo de demarcação, sendo oito na Bahia e duas em Minas Gerais, que totalizam 11.833 pessoas. As TI na Bahia são as seguintes: Barra Velha do Monte Pascoal (em processo de ampliação; municípios de Itamaraju, Itabela, Porto Seguro e Prado); Cahy-Pequi (em identificação; Prado); Águas Belas (homologada; Prado); Barra Velha (homologada; Porto Seguro); Coroa Vermelha (homologada; Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália); Mata Medonha (homologada; Santa Cruz Cabrália); Imbiriba (homologada; Porto Seguro); Aldeia Velha (declarada; Porto Seguro). E em Minas Gerais: Fazenda Guarani (homologada; Carmésia e Dores de Ganhães); Cinta Vermelha de Jundiba (em identificação; município de Araçuaí)

¹⁹² Alfredo Santana Ferreira, Cacique da aldeia Boca da Mata, afirma que: “Bom, primeiro a história do povo hoje, Boca da Mata, realmente é uma aldeia que foi nascida de Barra Velha, hoje o pessoal chama Barra Velha de aldeia-mãe, [de] onde distribuiu todo esse povo. Até Coroa Vermelha o pessoal saiu de Barra Velha, até Boca

séculos e a partir de onde surgiram outras povoações, nas quais seus membros se consideram “filhos” de Barra Velha¹⁹³, e sua história remonta ao século XIX, conforme já abordado.

Entre 1861 (data em que se sugere que a aldeia tenha sido criada) e 1951, os Pataxó conseguiram manter um “isolamento relativo”, o que lhes permitiu reconstruir seu modo de vida, mesmo com a pressão sobre suas terras, especialmente de fazendeiros de cacau e madeireiros. (CARDOSO; PINHEIRO, 2012, p. 28)

Porém o episódio conhecido entre os índios como “o fogo de 1951” mudou profundamente essa situação. Ainda na primeira metade da década de 1940, com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) e a iminência de terem que sair do local, um líder Pataxó (“capitão” Honório Borges) decidiu, junto com outros indígenas, ir ao Rio de Janeiro conversar com Marechal Rondon, objetivando obter direitos sobre as terras. Nesse contexto:

Honório e seus companheiros conheceram dois indivíduos cuja identidade é misteriosa. Os dois foram a Barra Velha em companhia deles em 1951, com o pretexto de demarcar a terra. Em vez de realizar a suposta demarcação, os dois homens causaram um incidente que desencadeou uma reação violenta por parte da polícia, o que mais tarde seria chamado de “revolta dos caboclos de Porto Seguro” pela imprensa e de “fogo de 51” pelos Pataxó. A partir desse momento, a polícia iniciou um processo de repressão contra os índios da Barra Velha. Vários índios Pataxó foram mortos a tiro ou morreram em consequência das feridas provocadas pela polícia. Algumas famílias tentaram se esconder na mata, fugindo das opressões e assassinatos.

Esse ato violento levou à dispersão da população indígena de Barra Velha para as cidades e fazendas vizinhas. [...]

O evento foi tão violento que os Pataxó foram considerados extintos já em 1957. (CARDOSO; PINHEIRO, 2012, p. 29-30)

Também em 1957 iniciou-se o retorno de diversas famílias para Barra Velha, porém, no início da década de 1960, com a implementação “efetiva” do PNMP (que até então existia “só no papel”), que incidia sobre a terra que ocupavam tradicionalmente, sob as quais não tinham direitos, e ainda sem poder realizar atividades produtivas, como o plantio, no interior do parque, algumas famílias iniciaram outros núcleos de ocupação. (CARDOSO; PINHEIRO, 2012, p. 30)

Nesse momento, paralelamente à dificuldades em relação ao parque e ao início de novo “surto” madeireiro na região, iniciou-se um processo de luta pela demarcação da aldeia Barra Velha como TI e pelo reconhecimento de seus direitos, o que levou à homologação da

da Mata, Meio da Mata, Imbiriba também, que é um aldeia muito antiga, Craveiro também, [que] é uma aldeia muito antiga. Então todo esse povo veio de Barra Velha.” (Entrevista realizada em trabalho de campo, agosto de 2012)

¹⁹³ “O status de aldeia não coincide necessariamente com a regularização fundiária da terra e geralmente está relacionado à organização sociopolítica, tal como a designação de um cacique próprio.” (ISA, 2013)

TI Barra Velha em 1991. Porém, naquele momento os Pataxó reivindicavam que os 8.627 hectares (homologados através do Decreto nº 396, de 24 de dezembro de 1991) não correspondiam ao território tradicional por eles ocupado, ainda mais pela sobreposição da área ao PNMP, no qual estão localizadas as áreas de manguezal onde tradicionalmente os Pataxó coletam moluscos e caranguejos¹⁹⁴. (CARVALHO, [s.d])

Dessa forma, a luta pelo território não cessou com a conquista da TI declarada pela Funai. A partir daquele momento, o foco recaiu sobre a necessidade de ampliação da área. Em 1992 os Pataxó do entorno do Monte Pascoal realizaram uma Marcha das Retomadas e criaram a Associação dos Pataxó Sem Terra, seguida, em 1993, da retomada da Aldeia Velha, em Porto Seguro, que atualmente está declarada pela Funai. Em 1995, em diálogo com os Pataxó Hã-hã-hãe¹⁹⁵, organizaram o Conselho de Caciques, e a partir do acúmulo desta experiência, em 1999 fizeram à retomada do PNMP. Foi escrita uma carta às autoridades em assembleia do conselho, comunicando a retomada e a denominação do parque como Parque Indígena Monte Pascoal. Conforme afirma Carvalho ([s.d.], p. 3):

A intenção inicial dos Pataxó não era destituir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de suas atribuições, mas, denunciar sua má administração e, sobretudo, exigir os estudos de revisão e regulamentação do território indígena do Monte Pascoal, demanda tornada prioritária em face das comemorações do quinto centenário.

Neste momento houve muita perseguição e intensa campanha contra a reivindicação de ampliação do território por parte dos Pataxó, mas mesmo assim a Procuradoria da República de Ilhéus (BA) fez recomendação para que a Presidência da Funai viabilizasse, em regime de urgência, os estudos com fins de revisão dos limites existentes, demarcação e

¹⁹⁴ “Em 9 de dezembro de 1980, Paulo Braz, mais conhecido como Paulo Baraúna, e mais dois signatários, Benedito Ferreira Braz e José Farias do Nascimento, encaminharam ao presidente da república, João Figueiredo, uma carta, na qual encarecem que ele tome conhecimento do que está ‘existindo nas nossas terras, como está sendo demarcada com o controle da FUNAI e IBDF. Essa demarcação nós não estamos aceitando porque essa área não dá pra nós sobreviver dentro dela, a metade desta sendo de areia branca, campo nativo, brejo e lagoa. Pedimos ao senhor que nos dê um apoio sobre esse assunto da terra, nós somos uma comunidade de mais de 1.000 pessoas e essa terra, mal medida como foi, não dá pra nós e nossos filhos. Dessa forma, dentro de pouco tempo não haverá mais a nação pataxó, nós índios morreremos de desgosto e de fome’ (ANAI, 1980).” (CARVALHO, [s.d], p. 1)

¹⁹⁵ Segundo site do ISA (2013): “Em sua totalidade, os índios conhecidos sob o etnônimo englobante *Pataxó Hãhãhãe* abarcam, hoje, as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren. Habitantes da região sul da Bahia, o histórico do contato desses grupos com os não-indígenas se caracterizou por expropriações, deslocamentos forçados, transmissão de doenças e assassinatos. A terra que lhes foi reservada pelo Estado em 1926 foi invadida e em grande parte convertida em fazendas particulares. Apenas a partir da década de 1980 teve início um lento e tortuoso processo de retomada dessas terras, cujo desfecho parece ainda longe, permanecendo a Reserva *sub-judice*...”. Esse grupo ganhou trágica notoriedade após o brutal assassinato de Galdino Jesus dos Santos, em 1997, que era um líder de seu povo. Ele dormia em uma parada de ônibus em Brasília quando jovens atearam fogo ao seu corpo.

regularização da TI Barra Velha do Monte Pascoal. Assim, em 2006 foi criado o GT com esse objetivo (CARVALHO, [s.d.], p. 5). Segundo Alfredo Santana Ferreira, cacique da aldeia Boca da Mata e presidente do Conselho de Caciques da região do Monte Pascoal:

Léa: Se você puder falar um pouco sobre a expansão da área...

Alfredo: É, hoje, para nós, que a gente vê realmente, depois desses 8.627 ha, a população indígena cresceu muito. Hoje nós temos um total de 6 mil índios dentro do território de Barra Velha. Então a terra que temos não dá para esse povo todo. Porque [da aldeia] Boca da Mata mesmo até a divisa do Parque [Nacional do Monte Pascoal] com [outro] fazendeiro, não dá 2 quilômetros, é uma tira de terra, então para a gente, vimos a necessidade de mais terra. Como dentro do território de Barra Velha tinha esse limite, tentamos reivindicar que o próprio governo demarcasse essa terra para nós. Foi em 1998, retomamos o parque do Ibama, para conversar realmente [sobre] essa questão, [quando] a Funai criou um grupo de trabalho para fazer esse levantamento. De lá para cá começou a questão do reestudo do território de Barra Velha, a onde chega hoje que foi feito toda essa parte de reestudo, e se encontra a carta declaratória dentro do Ministério da Justiça. Nós estamos aguardando ele assinar realmente comprovando que é terra indígena para a gente poder começar a fazer os trabalhos [??] 3'40''. Na verdade hoje, é 50 mil hectares, povo que não conhece a realidade, para eles é muita terra, mas para nós não é. Só de Parque hoje é 22 mil, quinhentos e alguma coisa [hectares], então sobra o que? 28 mil [ha]. Dentro desses 28 mil tem a área de praia, a área de mangue, a área de restinga, a área de preservação também da aldeia, então na verdade vai sobrar uns 15% da terra para plantio, para sobrevivência. E é pouco para isso. Realmente, nós também não temos nada fechado: “demarcou o território de Barra Velha, os 50 mil hectares, parou”, não é parar. Isso vai ficar uma luta para sempre, nossos filhos, os meus netos realmente, porque a população indígena está crescendo, então cada turma que passa, as nossas raízes, vão reivindicando consoante com o seu desenvolvimento. (Entrevista realizada em trabalho de campo, agosto de 2012)

O Relatório do GT da Funai sobre a ampliação da área prevê um total de 52.748 hectares para a chamada TI Barra Velha do Monte Pascoal, abrangendo todas as aldeias do entorno do parque: Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Águas Belas, Corumbauzinho, Craveiro, Cassiana e Bugigão. O relatório também prevê que o limite sul da TI seja o mesmo ponto do extremo norte da TI Cahy/Pequi, no município de Prado, o que garantiria a reivindicação indígena de um território único¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Porém a Frente de Resistência e Luta Pataxó questiona o fato das identificações estarem sendo tratadas separadamente: “A comunidade indígena Pataxó e a Frente de Resistência e Luta Pataxó, apoiadas no Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Pataxó do Monte Pascoal produzido por Maria Rosário de Carvalho (2008), contestaram o Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Barra Velha de Monte Pascoal (FUNAI, Processo nº082620.002556/82. Cabe notar que Carvalho foi, mediante as Portarias No. 685 de 18.08.99 e No. 1.262/PRES/2000, designada coordenadora do GT mas não concluiu o relatório no prazo estipulado, tendo sido, em virtude disso, criado o GT coordenado por Sotto-Maior). Os contestantes questionaram, em primeiro lugar, o fato de a Funai ter dividido em dois procedimentos a identificação da Terra Indígena na região do Monte Pascoal, acrescentando ao processo original para redefinição de limites da Terra Indígena Barra Velha, o estudo de identificação de limites do território do Corumbauzinho, contíguo àquela, e um outro procedimento administrativo, para identificação de limites das áreas de Caí e Pequi que, no entanto, nada mais são que partes de um território único, razão pela qual questionaram também o limite sul da terra identificada; reivindicaram que entre os pontos 02 e 05 da descrição de limites, o traçado estabelecido fosse revisto e relocado sobre os cursos

[O relatório] Informa, ainda, que o levantamento fundiário constatou que na área proposta para revisão da TI Barra Velha há, além do Parque do Monte Pascoal e de Projetos de Assentamento Rurais, fazendas de criação de gado de corte e exposição e de cultivo de cacau, bem como plantações de mamão, pimenta do reino e outras e uma área de cerca de 1.645 ha de reflorestamento de eucalipto da empresa Veracel. A pesquisa cartorial, por sua vez, constatou que a maioria dos registros das fazendas foram realizados a partir da década de 1980 (Resumo Relatório de Identificação e Delimitação da TI Barra Velha, 2008). (CARVALHO, [s.d], p. 4)

Porém, segundo Alfredo, a área ocupada com eucalipto é bem maior:

Alfredo: [...] Tem também a área da Veracel dentro [da área prevista para a ampliação], que a Veracel comprou dos fazendeiros, arrendou, então a gente vê dificuldade nessa questão, porque, segundo eles, lá para onde eles plantavam o eucalipto, levava muito tempo para o eucalipto ficar bom, e aqui na nossa região, como tem bastante água, a terra é bastante melhor, com sete anos eles tiram a colheita deles. E o que acontece, a onde eles plantam não dá mais nada, nem cobra sequear passa por lá, porque eles usam muito produto químico, muito veneno para matar formiga, para matar inseto, essas coisas, e acaba estragando a terra. Então hoje nós temos na faixa de 4 mil hectares dentro da terra só de eucaliptos. E essa terra é a onde nós pretendemos no futuro trabalhar com agricultura. Então a gente vê que a nossa relação com a Veracel, para nós do território de Barra Velha não é muito boa. [...], a onde está o eucalipto hoje, que nós vamos cobrar, reivindicar, nessa questão das compensações, dessa área de reflorestamento, eles falam que não podem fazer. Quando ajuda é pouquinho, e não da. Então essa é a nossa visão. Então eu vejo que no futuro nós vamos ter briga com a Veracel, porque [ela] está dentro do território nosso, nós queremos pegar essa território, mas não queremos pegar ele acabado, pegar limpo, porque nós vamos sofrer ali em cima [...] (Entrevista realizada em trabalho de campo, em agosto de 2012)

Segundo consta no site da Veracel, a ampliação do território indígena de Barra Velha é um tema “de relevância” para a região, que concerne às empresas, fazendeiros, famílias, entre outros. “Apenas 3.229 hectares da área reivindicada pelos índios são da Veracel, [...]. A situação é conflitante, mas não pode ser considerada invasão. A Veracel vai acatar qualquer que seja a decisão final da Justiça.” Por outro lado, segundo afirmam lideranças e alguns artigos acadêmicos consultados, há mais áreas ocupadas, que totalizam em torno de 30 mil hectares da área de ampliação da TI com eucaliptos, através do fomento florestal e de arrendamentos. Segundo Santos e Silva (2004, p. 8): “As terras [indígenas] encontram-se em estudo e a lei não permite que plantios de eucaliptos sejam feitos a menos de dez quilômetros da terra indígena ou área de preservação. Mas essa lei não é respeitada.”

dos rios Guaxuma e Caraíva; e que, entre outras retificações, o limite Norte fosse traçado de modo a incluir Juacema, localizada a norte de Barra Velha e considerada território sagrado, por onde, no passado, os ancestrais Abakirá, aliados e protetores dos Pataxó que vivem sob o chão, saíram para defendê-los (Comunidade Indígena Pataxó do Monte Pascoal e Frente de Resistência e Luta Pataxó, 2008).” (CARVALHO, [s.d.], p.5)

De qualquer forma, o conflito existe, e segundo afirmam lideranças da TI Barra Velha do Monte Pascoal, havia um acordo entre os Pataxó e a Veracel no qual a empresa colheria o eucalipto no interior da área de ampliação da TI, e em seguida a área seria entregue a eles, o que não aconteceu. Em função disso, inclusive, em março de 2013 famílias Pataxó ocuparam a Fazenda Água Fria, no município de Itabela, no interior da área de ampliação do território indígena, reivindicando que a empresa cumprisse o combinado, além de pressionarem para a realização de uma reunião com representantes do Incra, Funai e Veracel para discutir e agilizar a demarcação de suas terras.

O conflito com a empresa está explicitado em especial na Aldeia Guaxuma – área de ampliação da TI Barra Velha do Monte Pascoal – onde desde 2005 os indígenas vêm denunciando o plantio de eucalipto no local. A Frente de Resistência e Luta Pataxó enviou, inclusive, naquele momento, uma carta às autoridades com as seguintes exigências:

- 1.Exigimos que o Estado apure as irregularidades denunciadas e garanta o nosso direito a terra e à vida em liberdade¹⁹⁷;
- 2.Exigimos que o Governo regularize de vez as nossas terras para que possamos viver em paz com nossas famílias.
- 3.Qualquer ação contra a vida dos indígenas será de inteira responsabilidade do Estado e da empresa Veracel Celulose.
- 4.Solicitamos da Justiça Federal uma liminar proibindo plantações de EUCALIPTO na área em estudo pelo GT Barra Velha – Cahy.

Mas, nem isso foi feito, nem a TI foi regularizada pelo Estado, o que demonstra a desigual relação de forças no interior do aparelho estatal, entre os interesses do latifúndio/agronegócio e o dos povos indígenas, aos quais se nega, em grande medida, até o direito à parcelas de terras que muitas vezes nem representam todo o território almejado, e os confinam, ao mesmo tempo em que permitem a possibilidade de continuidade de sua existência coletiva.

¹⁹⁷ As irregularidades dizem respeito ao plantio de eucalipto em área de fomento da Veracel, que segundo a carta: “A Frente de Resistência e Luta Pataxó, vem denunciar mais um desrespeito fomentado pela empresa Veracel Celulose, para com a comunidade indígena Pataxó, através da monocultura do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, que ameaça a vida de índios da aldeia Guaxuma na divisa dos municípios de Porto Seguro e Itabela. No início desta semana o representante da Fazenda Bom Jardim, que se encontra no entorno do Parque Nacional de Monte Pascoal, e participa do esquema de fomento para plantio de eucalipto incentivado pela Veracel Celulose, envia mais de dez homens na preparação da terra, que significa espalhar veneno (ISCA MIREX) para matar o capim e as formigas, ameaçando a vida das famílias indígenas que habitam o local. Em muitos pontos o veneno não distancia 2 metros das casas da aldeia. A 100 metros do local que está sendo preparado, fica a única fonte de abastecimento de água, usada por toda a comunidade. As crianças e as criações estão em contato direto com o veneno. Além disto, esta área faz parte da área em estudo para demarcação de terras dos Índios Pataxó. [...] Esta ação faz parte da estratégia da empresa de cercar a aldeia com o plantio de eucalipto para dificultar a vida dos índios e forçar a cooptação, ou seja, sua retirada do local.” (CARTA DA FRENTE DE RESISTÊNCIA E LUTA PATAXÓ apud INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2005)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, tentamos esmiuçar a reposição do capitalismo rentista no Brasil a partir da análise do setor de papel e celulose, marcado pela articulação e fusão entre capitalistas e proprietários fundiários, e a manutenção da lógica patrimonialista inerente a essa associação.

Nesse caminho, nos deparamos com a importante mediação efetuada pelo Estado, tanto durante o período dos incentivos fiscais, demonstrada brilhantemente por Goldenstein (1975) e Magaldi (1991) e também, mais recentemente, para a territorialização do monopólio efetuada pelo setor.

Também foi possível perceber que a produção mundial de celulose desloca-se, atualmente, para países periféricos, na lógica do capitalismo mundializado, e de que modo o equivalente de capital terra ganha *lugar* central neste processo. Destaca-se a produção no Brasil, nesse contexto, com grande quantidade de projetos do complexo celulístico-papeleiro vindos para o país em busca da “vantagem comparativa” que ele pode *oferecer* neste ramo, já que os preços da celulose são determinados, em grande medida, nas bolsas de valores internacionais.

Além disso, pôde-se percorrer o caminho que estes dois movimentos – os incentivos fiscais ao “reflorestamento” em grande escala e a periferização da produção de celulose – cursam para se realizar no Extremo Sul da Bahia, local historicamente “esquecido” pelo desenvolvimento econômico nacional, e que hoje ganha novo lugar na divisão territorial do trabalho, a partir da especialização da produção de celulose, personificada pelas fábricas da Suzano e da Veracel Celulose.

Com a verticalização da análise no caso da Veracel Celulose, foi possível verificar algumas formas de atuação dos grupos territorializados, a partir da hegemonização do controle e domínio não só da terra – que, é importante salientar, é tanto base para a produção de eucaliptos como um negócio da empresa – mas também da produção de matéria-prima no Extremo Sul da Bahia, tanto pela compra das terras como pelo Programa Produtor Florestal.

Pôde-se averiguar, nesse processo, que muitas das conclusões às quais Léa Goldenstein chegou em 1975, em sua livre-docência, ao estudar o setor de papel e celulose e especificamente dois municípios do interior de São Paulo onde as plantações se expandiam (Itapeva e Capão Bonito), poderiam ser auferidas no estudo da Veracel Celulose atualmente. Entre elas destacam-se: a concentração financeira não necessariamente reflete a concentração

fundiária, pois diferentes propriedades produzem eucalipto para uma determinada empresa, mas não se reúnem juridicamente numa só; a grande propriedade absenteísta tem no reflorestamento uma das opções de ocupação do solo; essas áreas não fixam “o homem” no campo; há aumento da concentração fundiária (com a ponderação de que nem sempre ela aparece assim, conforme a primeira conclusão demonstra) e aumento do preço da terra com o crescimento da produção *florestal*; os incentivos fiscais mantiveram e reforçaram a formação de grandes propriedades, mantendo uma estrutura agrária tradicional e permitindo exploração com baixo ou nenhum gasto privado; e a tendência da concentração fundiária expressa-se direta (ampliação da propriedade) ou indiretamente, pela vinculação financeira e/ou técnica e/ou administrativa das propriedades. (GOLDENSTEIN, 1975, p. 255-309)

Percebe-se assim que, mesmo com as mudanças ocorridas nessas quase quatro décadas, a forma predominante de produção madeireira em grande escala no Brasil continua sob algumas bases comuns: grandes subsídios governamentais; concentração fundiária e hegemonização da produção via vinculação financeira e técnica; absenteísmo e aumento do preço da terra.

Ao mesmo tempo, sob a mundialização do capital e com novos parâmetros de acumulação e reprodução ampliada, foi importante destacar a centralização das empresas, a mediação das questões ambientais tão em voga atualmente, e os movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Ainda foi possível identificar diversas irregularidades cometidas pela empresa, muitas vezes com aval, mesmo que não diretamente, do poder público, e conflitos por terra e território desencadeados e aprofundados com a implementação da empresa, que são o *outro* desse processo, e recriam, politicamente, o campesinato. Nesses quesitos destaca-se o fato de a empresa não cumprir a legislação brasileira no que tange às proporções máximas de compra de terra por empresas estrangeiras por município; o fato de ocupar terras devolutas; e o de nem sempre cumprir, segundo foi apurado, a função social da terra prevista em legislação.

Por último, com a atual tomada de importância do agronegócio, cabe aqui apontar um elemento que ficou por ser desvendado com maior cuidado: a distância discursiva (ou afastamento ideológico) entre o agronegócio e o latifúndio, percebida por Almeida (2008) como importante mediação no interior da necessidade de novas roupagens do latifúndio. A Veracel realiza, em sua área de influência, diversas maneiras de apontar sua separação, a passos largos, do *clássico* latifúndio pecuarista. A empresa cria uma oposição entre o eucalipto, como sendo uma cultura perpetrada no campo de forma “moderna” e “consciente”

tanto ambiental como socialmente; e o gado, que ocupa grandes áreas há mais tempo na região, como algo “ruim”, “atrasado”, sem preocupações ambientais ou sociais.

Fica apontada a necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre essa questão, porém já estando demonstrado que o agronegócio, no caso do setor de papel e celulose, mantém o tripé estrutural da grande produção agropecuária no país, dominando grande áreas com implementação de monoculturas voltadas à exportação, e o faz com subsídios estatais, mesmo cometendo irregularidades no que se refere à legislação, além de reproduzir e fortalecer a aliança de classes entre proprietários fundiários e capitalistas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário estatístico ABRAF 2011** – Ano base 2010. Brasília: Abraf, 2011. Disponível em: <<http://www.abraflor.org.br/estatisticas.asp>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **Anuário Estatístico ABRAF 2012** – Ano base 2011. Brasília: Abraf, 2012. Disponível em: <<http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

ABRAMOVAY, R. Os limites da racionalidade econômica. In: **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998. p. 99-131.

AGB-ES – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Espírito Santo. **Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Indígenas Guarani e Tupinkim**. Vitória: AGB, 2004

AGOSTINHO DA SILVA, P. M. et al. **Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal**: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades (Necsos)/UESB, 2008. 643 p.

ALMEIDA, R. A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 303-326.

_____. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 5, 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2009. Disponível em <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Rosemeire%20A.%20de%20Almeida%20-%20CC.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

_____. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e os impasses à reforma agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS. XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4469>. Acesso em: fev. 2012.

_____. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, dez. 2012a. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_12_2012.pdf> Acesso em: dez. 2012.

_____. Impactos Socioambientales de la Expansión del Eucalipto en el *Cerrado* Brasileño. **Revista Estudios Sociales Contemporáneos** Instituto Multidisciplinario de Estudios Contemporáneos, Mendoza/Argentina, v. 5-6, p.15-26, 2012b.

ANDERSSON, M.; BARTHOLDSON, O. **A celulose sueca no Brasil: o caso da Veracel**. Estocolmo, 2004.

ANDRADE, M. de P. A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 35, 2011, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2011, p. 1-19.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 6 ed. Recife: UFPE, 1998. 305 p.

ARAÚJO, M. R. de. A luta pela terra na região extremo sul da Bahia/Brasil: um estudo da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985-2005). In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, p. 1-20.

BAGGIO FILHO, H. O município de Buritizeiro e a questão do *pínus* e eucalipto: implicações do seu plantio homogêneo generalizado no meio ambiente físico, biológico e socioeconômico. In: **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros: Unimontes, 2003.

BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Zoneamento dos distritos florestais do estado da Bahia**. Salvador: Seplantec, 1976. 154 p.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Mudanças sócio-demográficas recentes: extremo sul da Bahia**. Salvador: SEI, 1998.

_____. Instituto do Meio Ambiente. **Silvicultura de eucalipto no sul e extremo sul da Bahia: situação atual e perspectivas ambientais**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2008a.

_____. **Diagnóstico da Silvicultura de Eucalipto no Sul e Extremo Sul do Estado**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2008b. 23 p. (Apresentação)

_____. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Programa Estadual de Bioenergia – Bahiabio**. Edição revisada. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2008c. 55 p.

_____. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha**. Salvador: SEI, 2008d. 176 p. (Série Estudos e Pesquisas, 81)

BARCELLOS, G. H. **Desterritorialização e r-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose**. 2008, 424 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARCELOS, E. A. da S. **A espacialidade das plantações arbóreas e a integração agroindustrial**. 2010. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BLAZUZ, A.; HORA, A. B. da; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose. **BNDES Setorial**, Brasília, 32, p. 311-370, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set32109.pdf>. Acesso em: mar 2013.

BOMBARDI, L. M. Movimentos sociais no campo e a ordem moral camponesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 2, 1, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2003a.

_____. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, FFLCH/USP, nº 14, 2003b.

_____. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária (a Lei da Revisão Agrária em São Paulo)**. 2005. 716 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, set. 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: out. 2011.

BOTELHO, A. C.; ANDRADE, M. de P. A expansão da silvicultura: impactos socioambientais em territórios camponeses no leste maranhense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/999_1.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Necessidades de Infraestrutura Logística para o Setor de Celulose e Papel** - Apresentação à Câmara Setorial de Florestas

Plantadas. Brasília, ago. 2010a. Disponível em: <http://www.agriculturagov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Florestas_plantadas/9_reuniao/Apresentacao_BRACELPA.pdf>. Acesso em: ago. 2012.

_____. **Relatório Florestal**. São Paulo: BRACELPA, 2010b. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/public/RA02RelatorioFlorestal_2010.pdf>. Acesso em: mar. 2012.

_____. **Dados do setor. Dezembro de 2011**. São Paulo: BRACELPA, 2011a. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/booklet/booklet.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **Relatório Estatístico 2010/2011**. São Paulo: Bracelpa, 2011b. 49 p. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas>>. Acesso em: nov. 2012.

_____. **Dados do setor. Dezembro de 2012**. São Paulo: BRACELPA, 2012. 29 p. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas>>. Acesso em: jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: ago. 2013.

_____. Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de dezembro de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-18-1-dezembro-1965-363966-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: out. 2013.

_____. Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 set. 1966. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103351/lei-5106-66>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. Decreto-Lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970. Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 nov. 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1134.htm>. Acesso em: fev. 2012.

_____. Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974. Regulamenta a Lei nº 5.709, de 9 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiros residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. **Diário Oficial da União**,

Brasília, 27 nov. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D74965.htm>. Acesso em: fev. 2013.

_____. Decreto- Lei nº 1.307, de 12 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a Legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 de dezembro de 1974. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1376.htm>. Acesso em: out. 2013.

_____. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: out. 2012.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26_2_1993. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8629.htm>>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas – PNF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 abr. 2000 (Ed. Extra). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3420.htm>. Acesso em: mar. 2013.

_____. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição nº 49 de 2006. Altera a redação do § 2º do art. 20 da Constituição Federal para dispor que a faixa de cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. **Diário do Senado Federal**, Brasília, nº 209, 24 nov. 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79419>. Acesso em: mar. 2013.

_____. Controladoria-Geral da União. Advocacia-Geral da União. Parecer nº 1, de 19 de agosto de 2010. Aprovação da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República referente ao Parecer CGU/AGU nº 01/2008-RVJ, datado de 03 de setembro de 2008, para os fins do disposto nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. **Diário Oficial da União**, 23 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTextoThumb.aspx?idConteudo=148958&id_site=3>. Acesso em: out. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 288 de 8 de fevereiro de 2011. Determina que o cultivo de florestas plantadas será enquadrado como atividade agrícola, revoga dispositivos que determinam o enquadramento dessas florestas como nativas, passa tal cultivo à competência do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. **Diário da Câmara dos**

Deputados, Brasília, DF, 9 fev. 2011a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491520>>. Acesso em: out. 2012.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de maio de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: out/2013.

BUREAU VERITAS CERTIFICATION. **Relatório de auditoria principal**. Rio de Janeiro: Bureau Veritas Certification, 2011.

_____. **Relatório de auditoria**. Auditoria de ampliação de escopo de certificação. Rio de Janeiro: Bureau Veritas Certification, 2012.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. **Orientação**, São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, nº 9, p. 37-66, 1992.

CANCELA, F. **Notas sobre a História dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia**. Texto elaborado após pesquisa documental e realização de oficina de pesquisa histórica com índios Pataxó. [s.d] Disponível em: <<http://mukamukaupataxo.art.br/Pataxo-do-Extremo-Sul-da-Bahia>>. Acesso em: maio 2013.

CANTINHO, R. Z.; SALGADO, M. P. G.; BATISTA, G. T. Análise da expansão do eucalipto no município de São Luís do Paraitinga, SP, Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (SBSR), 15, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Inpe, 2011, p.1-8.

CARDOSO, T. M.; PINHEIRO, M. B. (Orgs.). **Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas**. Brasília: Funai/CGMT/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, nº 1). 109 p.

CARNEIRO, A. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985** – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010. 360 p.

CARVALHO, M. M. A. de. **A “ambientalização” do discurso empresarial no extremo sul da Bahia**. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, R. C. Pataxó. Luta por demarcações. In: **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, [s.d]. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>>. Acesso em: maio 2013.

CASTRAL, A. P. O complexo florestal. In: **Impacto da certificação florestal nas condições de trabalho no setor florestal**. 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. de. Exploração da Vegetação: a Bralanda. In: **Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque – MG**. 2001. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. p. 80-105.

CHAUÍ, M. S. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (Org.). **Dez anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. p. 123-134.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, 2001. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>. Acesso em: maio 2010.

CHIAPETTI, J.; KAHIL, S. P. Dinâmica do território: crescimento econômico x desenvolvimento. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Simpgeo-SP) e SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP RIO CLARO, 1 e 8, 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Simpgeo, 2008, p. 1-13.

CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIA. **Guia do eucalipto: oportunidades para um desenvolvimento sustentável**. 2008. Disponível em: <http://cib.org.br/wpcontent/uploads/2011/10/Guia_do_Eucalipto_junho_2008.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

COSTA, S. H. G. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2012. 325 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Versão Corrigida.

CUNHA, R. **Impactos sócio ambientais dos investimentos do Banco Europeu de Investimento na Bahia – Brasil**. Estudo de caso: Veracel Celulose. Salvador: Grupo Ambientalista de Bahia (Gamba), 2008. 45 p.

DA SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 7, nº 1, p. 43-81, maio 1997.

DAMIANI, A. L. A geografia que desejamos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, nº 83, dez. 2005.

_____. **Produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra**. Prova escrita do concurso público de títulos e provas visando à obtenção de título de livre-docência – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 81-112.

DIAS, C. R. da S. Os agrônomos silvicultores - criar “Verdes Matas” artificiais ou proteger as verdes matas existentes. In: _____. **Geografia Histórica Ambiental: uma geografia das matas brasileiras**. 2007. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 125-180.

FANZERES, A. (Coord.). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados**. Brasília: Programa Nacional de Florestas, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, 2005. 261 p. Relatório final de consultoria: Diagnóstico de conflitos sócio ambientais em relação às plantações de árvores do Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902.

FARIA, C. S. Notas sobre a propriedade. In: **A integração precária e a resistência indígena na periferia da metrópole**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 120-138.

FARIA, C. S. de; OLIVEIRA, A. U. de. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, Montevideo, 12, 2009. **Anais...** Montevideo: Egal, 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com/>>. Acesso em: jan. 2010.

FARINACI, J. S. Contribuição da modernização ecológica para discussões acerca da transição florestal: o caso das monoculturas florestais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Belém, 6, 2012. **Anais...** Belém: Anppas, 2012.

FASE - FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo-Brasil.** Vitória: Fase, 2002. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_relatoriodesc.pdf>. Acesso em: nov. 2010.

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 94 p.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. 1994, 207 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 75, dez. 1998.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005a. p. 173-230.

_____. Agronegócio e Reforma Agrária. **Publicações Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.** Presidente prudente: Nera, 2005b. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReforma_AgrariABerardo.pdf>. Acesso em: out. 2010.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez:** a agroindústria da celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **“Donos do lugar”:** a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 2009. 522 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FOELKEL, C. **Reflexões Acerca da Competitividade da Indústria Brasileira de Celulose Kraft Branqueada de Eucalipto**. s/l: Associação Brasileira Técnica de Papel e Celulose e ° Celsius Degree/Grau Celsius, 2012. Disponível em: <http://www.eucalyptus.com.br/eucaliptos/PT27_CompetitividadeCelulose.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

FRANÇA, F. **Código Florestal**: Lei 12.727/2012, Vetos ao Projeto de Conversão da MP 571/2012 e o Decreto 7.830/2012. Brasília: Assessoria da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, 2012.

FREITAS, H. I. de; GERMANI, G. I. A questão da (reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS (ENG). Porto Alegre, 16, 2010. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. p. 1-9.

GIANNOTTI, J. A. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. In: **Filosofias miúdas e demais aventuras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOLDENSTEIN, L. **Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio**. Uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose. 1975. 409 p. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia, USP**, v. 1, p. 21-47, 1982.

GOMES, I. M. de B. **Segmento brasileiro de polpa celulística: evolução, competitividade e inovação**. 2011. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

GONÇALVES, M. T. (Coord.). **Pesquisa Expflo** – Exploração Florestal, Indústria de Celulose e Ocupação do Espaço Regional. Belo Horizonte: Fase/Ibase, 1994. 154 p. (Relatório Final)

GRESPLAN, J. L. S. A dialética do avesso. **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, nº 14, p. 26-47, abr. 2002.

GRISA, C. Da modernização da agricultura às políticas para a pequena produção: a confluência (ou não) de ideias e interesses. In: **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. p. 69-107.

GUERRA, C. (Coord.). **Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto**. Belo Horizonte: Associação Agência Terra, 1995. 143 p.

HARVEY, D. La teoría de la renta. In: **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HILGEMBERG, E. M.; BACHA, C. J. C. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Análise Econômica**, Porto Alegre, UFRGS, ano 19, v. 36, p. 145-164, set. 2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10679/6308>>. Acesso em: dez. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário 195-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Perfil de Empresa: Veracel**. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1035abr2004perilVERACELportb.pdf>. Acesso em: mar. 2012.

_____. **Relatório Geral: panorama econômico e sindical do setor de papel e celulose nos países do Cone Sul**. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/Relat%C3%B3rio%20Geral%20Setor%20de%20Papel%20e%20Celulose_IO_S2009.pdf>. Acesso em: jul. 2010.

JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis, BA**. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. O setor de celulose e papel. **BNDES 50 anos – Histórias Setoriais: O setor de celulose e papel**. Rio de Janeiro, BNDES, p. 1-21, 2002.

Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Produtos_Florestais/200212_17.html>. Acesso em: out. 2012.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n° 84, p. 93-104, jul. 2006.

KALACHE FILHO, J. **Alianças Estratégicas no Setor de Celulose de Fibra Curta de Mercado**: Estudo de Caso da Aracruz Celulose. 2006. 231 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Departamento de Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/8736/8736_1.PDF>. Acesso em: jan. 2013.

KOOPMANS, J. **Além do eucalipto** – o papel do Extremo Sul. (2 ed.) Teixeira de Freitas: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2005. 268 p.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011a. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

_____. Os impactos do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas/MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**, Três Lagoas, n° 14, ano 8, p. 81-103, nov. 2011b.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, n. 84, p. 77-92, jul. 2006.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, Pontifícia Universidade Católica do Chile, v. 39, p. 7-20, 2008. Disponível em: <http://www.geo.uc.cl/html/revista/PDF/RGNG_N39/art01.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

LERRER, D.; WILKINSON, J. O impacto da legislação restritiva e dos movimentos populares de oposição sobre investimentos estrangeiros em terras no Brasil: o caso do setor florestal e de celulose e papel e a Stora Enso. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS (LAND DEAL POLITICS INITIATIVE, LDPI). 2, 2012, Ithaca. **Anais...** Ithaca: Cornell University, LDPI, 2012, p. 1-20.

LIMA, R. de O. Teorias da renda fundiária: Karl Marx. In: _____. **Renda fundiária e produção capitalista**. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA, W. P. **Impacto ambiental do eucalipto**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1996.

LOUREIRO, K. A modernização da agricultura capixaba: o Estado e os agentes políticos locais. In: _____. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A (1967–1983). 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 32-68.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 9 ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2009. 269 p.

MALINA, L. L. **O campesinato e as experiências cooperativistas do MST**: uma análise da área 4 do Assentamento Fazenda Pirituba II. 2009. 91 f. Monografia (Trabalho de Graduação Individual em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAGALDI, S. B. **A ação do estado e do grande capital na reestruturação da atividade produtiva econômica**. O cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose-papel. 1991. 373 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MARACCI, M. T. BNDES e violações de direitos: fichário dos casos. In: PINTO, J. R. L. **Ambientalização dos Bancos e Financeirização da Natureza** – um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das Instituições Financeiras. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2012. p. 131-202.

MARCOS, V. de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, nº 84, p. 105-136, jul. 2006.

MARINHO, P. L. O Estado e a economia cacauceira da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 5 e 6, 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001, p. 1-11.

MARTINS, J. de S. **Sobre o modo de pensar capitalista**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O poder do atraso** – ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O cativo da terra.** 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 157 p.

_____. **O cativo da terra.** 9 ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. Posfácio. In: AMADO, J. **Cacau.** São Paulo: Cia das Letras, 2010b.

MARX, K. Acumulación originaria del capital. In: **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858. Gründrisse.** Buenos Aires: Siglo XXI, [s.d.]. V. 1.

_____. Parte sexta: Conversão do lucro suplementar em renda fundiária. In: **O Capital: crítica da economia política.** Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Introdução. In: _____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes:** a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas)

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas)

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1986. (Os Economistas)

MATTOS, R. L. G.; VALENÇA, A. C. de V. A reestruturação do setor de papel e celulose. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, nº 10, p. 253-268, set. 1999.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil** – história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 103 p. (Coleção Brasil Urgente)

MELGAREJO, L. O Desenvolvimento, o Desenvolvimento Rural, a Reforma Agrária e os Monocultivos de Eucalipto no Estado do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, A. (Org.). **Eucaliptais: qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas: Amigos da Terra do Brasil, 2008. p. 359-400.

MONTEBELLO, A. E. S. **Análise da evolução da indústria brasileira de celulose no período de 1980 a 2005**. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

MORISSAWA, M. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, M. M. M. Das discussões entre posse e propriedade da terra na história moderna: velhas e novas ilações. In: MOTTA, M. M. M.; SECRETO, M. V. (Orgs.). **O direito às avessas: por uma história social da propriedade**. Guarapuava; Niterói: Horizonte, Unicentro, Eduff, 2011. p. 19-46.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, nº 58, set. 1981.

_____. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, v. 1, nº 1, jul./dez. 1986a. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N1.pdf>. Acesso em: set. 2010.

_____. **Modo de Produção capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986b. 88 p.

_____. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. 496 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001a. 164 p. (Coleção Caminhos da Geografia)

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, IEA/USP. v. 15, nº 43, p. 185-206, set./dez 2001b.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, v. 2, nº 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém – Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR 163**. Brasília: CNPq, 2005a. p. 67-184.

_____. A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005b. (Didática; 3). p. 239-288.

_____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005c. (Didática; 3). p. 289-326.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/LABUR Edições, 2007a. 185 p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

_____. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: EGAL, 2009a, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.egal2009.com/>>. Acesso em: jan. 2010.

_____. A política de reforma agrária no Brasil. In: SYDOW, E.; MENDONÇA, M. L. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2009**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009b. p. 27-38. (Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos)

_____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - Um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, nº 12, p. 3-113, 2010. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/12.htm>>. Acesso em: jan. 2012.

OLIVEIRA, E. **Expansão da eucaliptocultura no Planalto da Conquista** – singularidades no processo de implantação da monocultura. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137 p.

OLIVEIRA, G. G. de; OLIVEIRA, K. L.; ARAÚJO, L. G. Reconfiguração da estrutura fundiária no Extremo Sul da Bahia após a intensificação da atividade silvícola. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sober, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/590.pdf>>. Acesso em: jul. 2010.

OLIVEIRA, P. R. S. de. **Relação entre empresas florestais e comunidades do entorno**: proposta para superação de conflitos. 2007. 123 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência. **Relatório EJOLT (Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade)**, nº 3, 108 p., 2012. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT_POR.pdf>. Acesso em: ago. 2012.

PARAÍSO, M. H. B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 608 p. p. 413-430.

PAULINO, E. T. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Nera, ano 9, nº 8, jan./jun. 2006.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

_____. Reforma agrária: o incômodo diálogo. **Agrária**, São Paulo, nº 14, p. 99-120, 2011.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 107 p.

PEDREIRA, M da S. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v. 13, nº 4, p. 1005-1018, mar. 2004.

_____. **O complexo florestal e o extremo sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região**. 2008. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto De Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

PINHEIRO, M. B. **Discussões sobre integridade socioterritorial: os Guarani de Itaóca**. 2007. 186 f. Monografia (Trabalho de Graduação Individual em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PINTO, R. G. O Poder da Crítica e as transformações nas estratégias socioterritoriais da Aracruz Celulose. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA, 2, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009, p. 1-22.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 390 p.

_____. **História econômica do Brasil**. 49 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2008. 364 p.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. 151 p.

PRIETO, G. F. T. **A sede do capital**: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro. 2011. 252 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 155 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. dos S. A produção da natureza como estratégia de acumulação capitalista. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Enga, 2012, p. 1-21.

ROSDOLSKY, R. A estrutura da obra de Marx. In: _____. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001. p. 27-60.

RUBBO, D. I. A. A hipótese do capitalismo disforme no campo: dialética do progresso na relação entre agricultura e capitalismo em um texto de Karl Marx. **Agrária**, São Paulo, nº 12, p. 114-130, 2010. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/12.htm>>. Acesso em: jan. 2012.

SALOMÃO, J. F. **O outro lado do desenvolvimento**: o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria de celulose. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, J. R. dos. Floresta – celulose & papel no sul do Rio Grande do Sul: considerações sobre o cenário internacional e a construção do complexo agroindustrial brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 2008.

SANTOS, C. S.; SILVA, J. L. C. da. Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: Anppas, 2004, p. 1-14. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_jose_caetano.pdf>. Acesso em: dez. 2010.

SCHLESINGER, S. **Lenha nova para velha fornalha**: a febre dos agrocombustíveis. Rio de Janeiro: Fase, 2008. 108 p.

SHANIN, T. La economia campesina: una generalizacion. In: _____. **Naturaleza y logica de la economia campesina**. [S.l.]: Anagrama, [s.d.].

SHIVA, V. **Biopirataria**. A pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Monoculturas da mente. In: _____. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. p. 21-84.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2008. 391 p.

SINGER, P. Evolução da Economia e Vinculação Internacional. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 78-131.

SOARES, N. S. et al. A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. **Floresta**, Curitiba, v. 40, nº 1, p. 1-22, jan./mar. 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA. **Fatos e Números do Brasil florestal**. São Paulo: SBS, 2008.

SOTO, W. H. G. José de Souza Martins: A construção sociológica do “mundo rural” e do capitalismo brasileiro. In: _____. **A produção do conhecimento social sobre o mundo rural nas obras de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SOUSA, A. C. de. Ocupação histórica do extremo sul da Bahia. In: _____. **Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico**. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 39-110.

SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 111 p.

SUZUKI, J. C. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio espacial. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/12suzuki.pdf>>. Acesso em: out. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A. **A territorialização do monopólio: as agro-indústrias canavieiras em Jaboatão**. 1988. 457 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. I – A árvore da liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 204 p.

VALE S.A. **Vale – Nossa História**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012. 410 p.

VAZ, L. **Sanguessugas do Brasil – ameaças, desvios de dinheiro público, assassinatos: a história secreta de como políticos e empresários corruptos roubam o Brasil**. São Paulo: Geração, 2012. 272 p. (Coleção História Agora, v. 6)

VERACEL CELULOSE. **Veracel Dez Anos**. São Paulo: A Rigor, 2002.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2006**. Eunápolis: Veracel Celulose, 2006. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=80>>. Acesso em: out/2013.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2008**. Eunápolis: Veracel Celulose, 2008. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=80>>. Acesso em: out/2013.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2010**. Eunápolis: Veracel Celulose, 2010. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=80>>. Acesso em: out/2013.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2011**. Eunápolis: Veracel Celulose, 2011. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=80>>. Acesso em: out/2013.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2012**. Eunápolis: Veracel Celulose, 2012. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=80>>. Acesso em: out/2013.

VERACEL CELULOSE; CEPEMAR. **Relatório de Impacto Ambiental**. Vitória: Cepemar, 2011. 211 p. Relatório Técnico CPM RT 097/11. Disponível em <http://www.inema.ba.gov.br/estudos-ambientais/eia-rima?dl_page=2>. Acesso em: fev. 2012.

VIA CAMPESINA. **Latifúndio dos Eucaliptos** – informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Rio Grande do Sul: Via Campesina, 2006.

_____. **Em defesa do Código Florestal** – alerta contra o projeto da bancada ruralista. [S.l.]: Via Campesina, 2009.

VCP – Votorantim Celulose e Papel. **Troca de ativos com a International Paper (IP) – Fibria**. São Paulo: VCP, 2006.

WRM – Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais. **Plantações para celulose**: um problema crescente. Montevidéu: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 1999. 14 p.

_____. **As plantações não são florestas**. Montevidéu: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2003. 222 p.

CONTEÚDOS EM BASE ELETRÔNICA CONSULTADOS

AGEFLOR – Associação Gaúcha de Empresas Florestais. **Notícias do Setor**, 8 set. 2009. Disponível em: <<http://www.ageflor.com.br/noticiassetorinterna.php?id=97>>. Acesso em: mar. 2013.

ALMEIDA, R. A. Eucalipto e a religião do progresso. **Jornal da Ciência – SBPC**, 31 out. 2012c. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=84810>> Acesso em: out. 2012.

ARAÚJO JÚNIOR, N. Área do Parque Nacional do Pau Brasil pode ser reduzida. **Câmara Notícias**, 16 out. 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/93970.html>>. Acesso em: abr. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TÉCNICA DE CELULOSE E PAPEL. Destaques do Setor – 2009. **O Papel**, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaopapel.org.br/>>. Acesso em: jun. 2012.

BARROS, C. J. Plantam eucalipto, colhem discórdia – Cultivo destinado à produção de celulose avança e ameaça São Luiz do Paraitinga. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, SESCSP, 2009. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=339&ArtigoID=5285&IDCategoria=6058&reftype=1&Breadcrumb=1>. Acesso em: mar. 2013.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. História. [s.d.]. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html>. Acesso em: 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Piau, P. **Requerimento** (Do Sr. Paulo Piau). Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública que vise discutir posicionamentos jurídicos, técnicos, e econômicos sobre a Compra de Terras por Capital Estrangeiro no Brasil. 2011b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=879396&filename=TramitacaoREQ+57/2011+CAPA DR>. Acesso em: nov. 2012.

BRIDI, R. Plantio de eucalipto é proibido no Estado. **Jornal A Gazeta**, 27 set. 2001. Disponível em: <www.fase.org.br/download/noticias.doc>. Acesso em: mar. 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos. **Caixa Econômica Federal**, 2013. Disponível em:

<http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/financiamentos/finame/index.asp>. Acesso em: mar. 2013.

CAMPOS, A. O presídio indígena da ditadura. **Brasil de Fato**, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10854>>. Acesso em: mar. 2013.

CHIARETTI, D. Proposta tenta conciliar interesses ruralistas e ambientalistas. **Valor Econômico**, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/media/2011/marco/BM-Proposta-tenta-conciliar-interessesruralistas-e-ambientalistas.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

CMPC; CELULOSE RIOGRANDENSE. Celulose Riograndense anuncia aprovação de seu projeto de expansão no RS. **Notícias**, 6 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.celuloseriograndense.com.br/noticia/celulose-riograndenseanunciaaprovacao-de-seu-projeto-de-expansao-no-rs/>>. Acesso em: fev. 2013.

CUNHA, P. R. O Código Florestal do Agronegócio. **Aventura e Ação**, 2012. Disponível em: <<http://www.aventuraeacao.com.br/expedicoes-natureza/politicas-ambientais/o-codigo-florestal-do-agronegocio-260662-1.asp>>. Acesso em: fev. 2013.

FALEIROS, M. Empréstimos do BNDES para o setor de C&P crescem 215% em 2012. **Painel Florestal**, 13 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/negocios-mercado/emprestimos-do-bndes-para-o-setor-de-c-p-crescem-215-in-2012>>. Acesso em: fev. 2012.

FONTES, S. Fibria se prepara para expansão em 2014. **Valor Econômico**, 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/859979/fibria-se-prepara-para-expansao-em-2014>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Fabricantes nacionais aumentam grau de dependência do BNDES. **Valor Econômico**, 26 ago. 2012a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2803804/fabricantes-nacionais-aumentam-grau-de-dependenciadobndes&utm_source=disparo&utm_medium=20120827&utm_campaign=assinatura_newsletter>. Acesso em: ago. 2012.

_____. Stora Enso confirma operação de fábrica no Uruguai para 2013. **Valor Econômico**, 29 ago. 2012b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2808458/stora-enso-confirma-operacao-de-fabrica-no-uruguai-para-2013.29/08/2012>>. Acesso em: out. 2012.

FONTES, S.; BUENO, S. R. CMPC aprova expansão de R\$ 4,9 bilhões em Guaíba. **Valor Econômico**, 7 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2822608/fibria-fecha-venda-do-projeto-losango-para-cmpc-por-r615milhoes>>. Acesso em: jan. 2013.

FUNDING UNIVERSE. Consolidated Papers, Inc. History. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/consolidated-papers-inc-history/>>. Acesso em: out. 2013

GUERRA, T. CNJ pode oficial Corregedoria para apurar omissão. **Radar 64**, 8 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.radar64.com/ler.php?doc=275>>. Acesso em: abr. 2013.

_____. Parque Nacional do Pau Brasil, no Extremo Sul, pode ser extinto. **Radar 64**, 18 out. 2010a. Disponível em: <<http://www.radar64.com/>>. Acesso em: abr. 2013.

_____. Tramita processo que pode anular criação de parque do Paul Brasil. **Radar 64**, 30 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www.radar64.com/>>. Acesso em: abr. 2013.

HARARI, I. Monocultura do eucalipto ataca trabalhadores rurais. **Caros Amigos**, 4 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index/index.php/cotidiano/2877-monocultura-do-eucalipto-ataca-trabalhadores-rurais>>. Acesso em: jan. 2013.

IRAN, G. Bahia: decisões políticas *made in* justiça. **Jornal de Belmonte**, 15 set. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldebmonte.com/portal/index.php?pg=noticia&id=1334>>. Acesso em: mar. 2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Um plano ousado, mas bem aceito. **Notícias do ISA**, 27 maio 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=40091>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Tupiniquim: nome e língua. **ISA**, 2013. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tupiniquim/1095>>. Acesso em: mar. 2013.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Índios da Aldeia Guaxuma denunciam prática ilegal do plantio de eucalipto. **Instituto Observatório Social**, 27 set. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/736>>. Acesso em: nov. 2010.

MACIEL, M. Trabalhadores da Jari Celulose depositam credibilidade no GEA para evitar demissão em massa. **Notícias do Governo do Amapá**, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/noticias/news.jsp?ref=4681>>. Acesso em: dez. 2012.

MAGNABOSCO, A. Eldorado Celulose planeja construção de mais duas fábricas até 2020. **O Estado de São Paulo**, 29 fev. 2012. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,eldorado-celulose-planejaconstrucao-de-mais-duas-fabricas-ate-2020-,841940,0.htm>>. Acesso em: jul. 2012.

MAIA, S. Um boi, uma boiada. **Carta Capital**, 22 fev. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/um-boi-uma-boiada/>. Acesso em: fev. 2013.

MATHIAS, E. Raimundo Beirão acredita na volta das atividades da Jari Celulose. **Notícias da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá**, 21 jan. 2013. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_not&idnoticia=1728>. Acesso em: jan. 2013.

MEIBA K, D.; FONTES, E. Fibria fecha venda do projeto Losango para a CMPC por R\$ 615 milhões. **Valor Econômico**, 10 set. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2822608/fibria-fecha-venda-do-projeto-losango-para-cmpc-por-r-615-milhoes#ixzz2NGk6MmfF>>. Acesso em: set. 2012.

NADER, V.; BRITO, G. Falsa dicotomia ‘Conservação x Desenvolvimento’ embasa discussão do Código Florestal – Entrevista com Ariovaldo U. de Oliveira. **Correio da Cidadania**, 12 jun. 2010. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4728:manchete120610&catid=25:politica&Itemid=47>. Acesso em: fev. 2011.

_____. Novo Código Florestal é mais um capítulo do histórico domínio do Brasil pelo agronegócio – Entrevista com Ariovaldo U. de Oliveira. **Correio da Cidadania**, 31 maio 2011. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5892:manchete010711&catid=34:manchete>. Acesso em: jun. 2011.

NEWS CISIONS. STORA takes next step in emerging markets strategy. **News Cisions**, 15 jan. 1998. Disponível em: <<http://news.cision.com/stora/r/stora-takes-next-step-in-emerging-markets-strategy,e2427>>. Acesso em: jan. 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. As terras improdutivas no Brasil e a reforma agrária. **Radio Agência Notícias do Planalto**, 18 maio 2007b. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/2345>>. Acesso em: jan. 2009.

PAINEL FLORESTAL. International Paper e Orsa concluem joint venture na área de papelão. **Painel Florestal**, 14 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/international-paper-e-orsa-concluem-joint-venture-na-area-de-papelao>>. Acesso em: jan. 2013.

PRADO, L. Mudanças na legislação são prioridade para Frente da Silvicultura. **Câmara Notícias**, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/194851-MUDANCAS-NALEGISLACAO-SAO-PRIORIDADE-PARA-FRENTE-DA-SILVICULTURA.html>>. Acesso em: jan. 2013.

PIPOLO, M. A. Ação contra beneficiamento ambiental em Eunápolis. **Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público da Bahia**, 26 maio 2006. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticias/2006/mai_26_eunapolis.asp>. Acesso em: jul. 2010.

RAS – REDE DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. Governo lança novo Programa Nacional de Florestas. **RAS**, 7 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/floresta/noticia/novopnf.htm>>. Acesso em: dez. 2012.

REUTERS. Stora Enso fechará mais fábricas. Terceiro tri supera previsão. **Reuters**, 23 out. 2012. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE89M03H20121023>>. Acesso em: out. 2012.

RISI. Eldorado pretende se lançar como 5ª maior produtora de celulose de eucalipto do mundo. **Risi Notícias**, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://www.risiinfo.com.br/pulpanpaper/news/Eldorado-pretende-se-lancar-como5-maior-produtora-de-celulose-de-eucalipto-do-mundo.html>>. Acesso em: mar. 2013.

_____. Cenibra congela projeto de celulose no Brasil. **Risi Notícias**, 18 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.risiinfo.com.br/pulpanpaper/news/Cenibra-congela-projeto-de-celulose-no-Brasil.html>>. Acesso em: out. 2013.

RODRIGUES, R. Floresta plantada. **Folha de São Paulo**, 20 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2006200903.htm>>. Acesso em: jan. 2013.

SEGALLA, A.; VAZ, T. Um Ermínio com papel global. **IstoÉ Dinheiro**, 28 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheirotemp/edicoes/590/imprime123921.htm>>. Acesso em: jan. 2013.

STORA ENSO. Stora Enso concludes acquisition of the majority of packaging company Inpac International in China and India. **Media**, 28 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.storaenso.com/media-centre/press-releases/2011/07/Pages/stora-enso-concludes-acquisition-of.aspx>>. Acesso em: jan. 2013.

TALENTO, B. Mulheres do MST ocupam três fazendas de Eucalipto. **A Tarde**, 4 mar. 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/materias/1488248-mulheres-do-mst-ocupam-tres-fazendas-de-eucalipto>>. Acesso em: mar. 2013.

VAZ, L. Portugueses, italianos e japoneses são os três principais responsáveis por empresas do exterior em solo brasileiro. **Correio Brasiliense**, 13 jun. 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/06/13/interna_brasil,197416/index.shtml>. Acesso em: jan. 2012.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. Disponível em: <<http://www.abraflor.org.br/>>. Diversos acessos: 2011, 2012, 2013.

ABPMEX – Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Madeiras. Disponível em: <<http://www.abpmex.com.br/inicial.htm>>. Acesso em: jan. 2013.

ABTCP – Associação Brasileira dos Técnicos em Celulose e Papel. Disponível em: <<http://www.abtcp.org.br/Hom e.aspx>>. Acesso em: jan. e fev. 2013.

ARACRUZ CELULOSE. Disponível em: <<http://aracruz.com.br/>>. Acesso em: jan. e out. 2009.

BAHIA. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Diversos acessos: 2010, 2011, 2012, 2013.

BSP – BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A. Disponível em: <www.bahiaspeccell.com/pt/>. Acesso em: jan. 2013.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em mar. 2013.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Disponível em: <www.bracelpa.org.br/>. Diversos Acessos (2011, 2012, 2013).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2013.

CENIBRA – CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S/A. Disponível em: <www.cenibra.com.br/>. Acesso em: jan. 2013.

CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul. Disponível em: <<http://www.cepedes.org.br/>>. Diversos acessos: 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.

CTI – Centro de Trabalhos Indigenistas. Disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/>>. Acesso em: fev. 2013.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A. Disponível em: <www.eldoradobrasil.com.br>. Acesso em: jan. 2013.

EUCALYPTUS ON LINE BOOK & NEWSLETTER. Disponível em: <<http://www.eucalyptus.com.br/>>. Acesso em: fev. e mar. 2013.

FAOSTAT. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/download/F/*/E>. Acesso em: abr. 2013.

FIBRIA. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/pt/>>. Diversos acessos: 2010, 2011, 2012, 2013.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2013.

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2013.

GIT FORESTRY CONSULTING'S BLOG – Information Resources on Eucalyptus Cultivation around the World. Disponível em: <<http://git-forestry-blog.blogspot.com/>>. Diversos acessos: 2013.

HOLZINDUSTRIE SCHWEIGHOFER. Disponível em: <<http://www.schweighofer.at/en/>>. Acesso em: jan. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Diversos acessos: 2010, 2011, 2012, 2013.

IBGE/SIDRA – Sistema de Recuperação automática do IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Diversos acessos: 2011; 2012; 2013.

IEA – Instituto de Economia Agrícola. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/index.php>>. Diversos acessos: 2012, 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: mar. 2012 e fev. 2013.

IP – INTERNACIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Disponível em: <www.internationalpaper.com.br>. Acesso em: jan. 2013.

IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais. Disponível em: <<http://www.ipef.br/>>. Acesso em: jan. e fev. 2013.

JARÍ CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A. Disponível em: <<http://www.grupoorsa.com.br>>. Acesso em: jan. 2013.

KLABIN S.A. Disponível em: <www.klabin.com.br/>. Acesso em: jan. 2013.

LYPTUS. Disponível em: <<http://www.lyptus.com.br/>>. Acesso em: fev. e mar. 2013.

MLT – Movimento de Luta Pela Terra. Disponível em: <<http://movimentodelutapelaterra.blogspot.com.br/>>. Diversos acessos: 2011, 2012, 2013.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <www.mst.org.br/>. Diversos acessos: 2010, 2011, 2012, 2013.

RIGUESA CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA. Disponível em: <br.meadwestvaco.com/>. Acesso em: jan. 2013.

SANTHER – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. Disponível em: <www.santher.com.br/>. Acesso em: jan. 2013.

SCHWEIGHOFER. Disponível em: <<http://www.schweighofer-fiber.at/en/>>. Acesso em: out. 2013.

SIDERÚRGICA ALTEROSA. Disponível em: <<http://www.alterosa.ind.br/>>. Acesso em: out. 2009.

STORA ENSO. Disponível em: <<http://www.storaenso.com>>. Diversos acessos: 2011 e 2013.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br>>. Acesso em: jan. 2013.

VERACEL CELULOSE. Disponível em: <www.veracel.com.br>. Diversos acessos: 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.

VOTORANTIM. Disponível em: <www.votorantim.com.br>. Acesso em: mar. 2013.

VCP – VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL. Disponível em: <<http://vcp.com.br>>. Diversos acessos: 2009, 2010, 2011.